

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOL. 32



HOMENAGEM A
ERNESTO VEIGA
DE OLIVEIRA

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1992



SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Fundada em 1918. Instituição colectiva de utilidade pública (D.R. n.º 89, 2.ª série, de 16/04/1987). Inscrita na Conservatória do Registo C. do Porto sob o n.º 49. Contribuinte n.º 501663614.

Sede: Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4000 Porto (Portugal)

Órgãos sociais

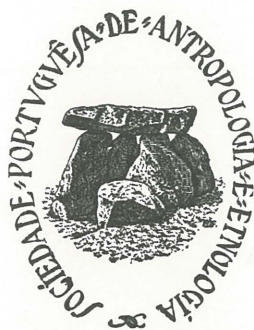
Mesa da Assembleia Geral: *Presidente* — Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge; *Secretários* — João Pedro Paiva Gomes Cunha Ribeiro e Mário Jorge Lopes Neto Barroca.

Direcção: *Presidente* — Vítor Manuel de Oliveira Jorge; *Vice-Presidente* — José João Mateus Rigaud de Sousa; *Secretária* — Maria das Dores Girão da Cruz; *Tesoureira* — Maria de Jesus Sanches; *Vogais* — Ana Maria Cameirão Leite da Cunha; Paula Júlia da Mota Santos; Margarida Maria Oliveira dos Santos Silva; Maria Ester Dionísio Varzim de Miranda; Iva João Teles Morais Botelho.

Conselho Fiscal: *Presidente* — Eduardo Jorge Lopes da Silva; *Secretários* — Carla Cristina Stokler Nunes; José Manuel Pinto Varela.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

Capa: Dr. Ernesto Veiga de Oliveira. Fotografia de Fernando Peres Rodrigues (publicada no jornal «Expresso» – Revista, de 20.01.90)



TRABALHOS DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOL. XXXII

HOMENAGEM A
ERNESTO VEIGA
DE OLIVEIRA

Vol. III

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1992

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
(Registada na D. G. da Comunicação Social sob o nº 112408)
Ano 74^o vol. XXXII fasc. 1-4 1992

Coordenação deste volume
Vítor Oliveira Jorge

Redacção
Direcção da S.P.A.E.

Edição e Propriedade
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4000 PORTO (Portugal)
(Inscrita na D.G. da Comunicação Social sob o nº 212407).

Composição, Impressão e Acabamento
Litografia A.C., de Pedro Jorge Tavares Candeias
R. Conselheiro Lobato, 179 — 4700 BRAGA.
Telefone 72967

Distribuição:
Afons'eiro, CRL/V.N. de Gaia
Apartado 354 — 4403 Vila Nova de Gaia Codex

Dezembro de 1991.

Tiragem: 1.000 exs.

Depósito legal nº 27405/89

ISSN: 0304 — 243 X

Edição subsidiada pela Fundação Eng.º António de Almeida, Fundação Calouste Gulbenkian, Câmara Municipal do Porto e J.N.I.C.T.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.
Nous souhaitons établir l'échange avec d'autres publications.
We wish to establish exchange with other publications.
Tauchverkehr erwünscht. Sollicitiamo intercambio.

SUMÁRIO

<i>Para o Ernesto Veiga de Oliveira no dia da sua morte,</i> por Sophia de Mello Breyner Andresen	7
<i>Com o Ernesto, nas dunas de Fão,</i> por Eugénio de Andrade	9
<i>Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira,</i> por José Mattoso	15
<i>A homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira no quadro da renovação da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia,</i> por Vítor Oliveira Jorge	23
<i>O que é que constitui e caracteriza a Europa? Um conceito etnológico, básico, para a criação de um Museu Europeu,</i> por Wulf Köpke	29
<i>Tesouros: o passado, o presente e o risco de desordem,</i> por Joaquim Pais de Brito	47
<i>Antropologia e Colonialismo. Os casos inglês, francês e português,</i> por Eglantina Matos Monteiro	71
<i>A musealização de sítios — questões relativas à formulação do programa interpretativo,</i> por Henrique Coutinho Gouveia ..	87
<i>In memoriam de Michel Giacometti e de Eduardo da Cunha Serrão,</i> por Vítor Oliveira Jorge	101
<i>Analyse du phénomène des dolmens peints ibériques,</i> por Marc Devignes	113
<i>Early farming in the Algarve (Southern Portugal): a preliminary view from two cave excavations near Faro,</i> por L. G. Straus, J. Altuna, D. Ford, L. Marambat, J. S. Rhine, J-H. P. Schawrcz and J-L. Vernet	141
<i>Novas escavações na Mamoa 1 de Chã de Parada – Baião, Serra da Aboboreira, 1990,</i> por Vítor Oliveira Jorge, António da Silva Pereira, Carla Stockler Nunes e José Manuel Varela.	173

<i>Mamoia 2 de Pena do Mocho — Um tumulus provido de uma estrutura central em «poço» (Sanhoane, Mogadouro), por Maria de Jesus Sanches, Margarida Maria O. dos Santos Silva e Iva João S. Teles M. Botelho.</i>	201
<i>Prospecção sistemática no planalto da Freita (Aveiro/Viseu)</i>	
<i>I. Monumentos megalíticos e de tradição megalítica — primeiros resultados, por António Manuel S. P. Silva</i>	235
<i>A necrópole megalítica do Taco (Albergaria-a-Velha), por Fernando A. Pereira da Silva</i>	263
<i>Intervenções Arqueológicas do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul no Baixo Alentejo, por Susana Correia e José Carlos Oliveira</i>	315

VÁRIA

<i>A colecção arqueológica «Eng^a Francisco Manuel Alvelos», por Pedro Sobral de Carvalho e Luís Filipe C. Gomes</i>	337
<i>Um vaso de cerâmica comum do concelho de Idanha-a-Nova</i>	365
<i>Impressões de vegetais em cerâmica do Castro de Zambujal (Torres Vedras, Estremadura, Portugal), por A. R. Pinto da Silva e Isabel Saraiva</i>	369
<i>1^o Congresso de Arqueologia Peninsular — Porto, 13-17 Outubro 1993</i>	377

**Para o Ernesto Veiga de Oliveira
no dia da sua morte**

*Àquele que hoje morreu tendo sido
Fiel a cada hora do vivido
Trago o poema desse tempo antigo
— A estrela do mar e seus sinais
No longo cintilar dos areais —
À breve eternidade desse instante
Que não pode jamais ser repetido*

*Foi nesse tempo o tempo:
Longas tardes conversas demoradas
No extático fervor adolescente
Das grandes descobertas deslumbradas
Versos, danças música pintura
De um mundo vivo em canto e pensamento
Se descobria a múltipla figura*

*Palavra amigo desse tempo antigo
Que a vida inteira ficará comigo
Agradecendo a graça do ter sido*

*Assim pudesse o tempo regressar
Recomeçarmos sempre como o mar*

Lisboa 14-01-90

Sophia de Mello Breyner Andresen

COM O ERNESTO, NAS DUNAS DE FÃO

por

Eugénio de Andrade

Com a primeira neve subíamos à serra da Lousã; mas todos os anos, quando tínhamos notícia de nevões na serra da Estrela, fazíamos a trouxa, e ala, que se faz tarde. Íamos pelo prazer da neve, nenhum de nós fazia esqui. Numa dessas ocasiões, ao jantar, deparámos com a sala do hotel forrada de aquarelas. «São de um pintor do Porto», informa-nos o empregado sorrindo. Eram paisagens de montanha, da Suíça, ou da Áustria, na opinião do meu amigo, muito viajado. No dia seguinte, ao pequeno-almoço, na sala quase deserta, entrou o pintor em traje desportivo, os esquis debaixo do braço. Ao sentar-se perto de nós, reparei que era pequeno e magro e com pouco cabelo, coisas pouco conformes, na minha ideia, vá lá saber-se porquê, aos desportos de inverno. Apresentou-se: Carlos Carneiro. Era realmente do Porto, gostava de esquiar, e pensava vender duas ou três aquarelas para pagar a conta do hotel. Anunciou-nos uma exposição próxima em Coimbra, ao saber onde vivíamos. Dois dias mais tarde, quando o meu amigo, que era excêntrico e rico, lhe comprou um quadro, a relação estreitou-se: seria seu convidado. Estávamos nos primeiros dias de 1946, e em Abril, o Carlos batia-nos à porta, com mais bagagem do que a Palmira Bastos em tournée pela província. Os trapos eram a sua fraqueza, os trapos e as fardas. A sua amizade pelo meu amigo converteu-se em adoração numa manhã em que este, depois de o ter ouvido falar com entusiasmo em avionetas e equitação, lhe fez presente de um fato de cabedal negro, em tudo igual ao dos polícias dos filmes de Cocteau, arrumado na cave, sem qualquer serventia, pois nem o meu amigo andava de moto, nem os ratos da casa gostavam de cabedal. O Carlos não resistiu: enfiou imediatamente o blusão, o carapuço e as luvas, num contentamento que transbordou para os auto-retratos à pena que fez por aqueles dias. Era um homem delicado, um pouco snob na sua atracção por Paris e pelas francesas, que pintava flores no rasto dos impressionistas — coisas que pouco me interessavam, na verdade. Naqueles dias em que se demorou na quinta fez

retratos de toda a gente, até do Miguel Torga, que num domingo de tarde apareceu lá por casa. Não foi um encontro feliz. O Torga falou-lhe com alguma brusquidão do retrato que lhe fizera, incapaz como fora de lhe captar o fundo do olhar; por sua vez, o Carlos não ocultou que detestara o que nos contara sobre a maneira como conseguira apanhar por tuta-e-meia umas cadeiras, onde o Eça costumava sentar-se, a uma velhota de Leiria — e não lhe ofereceu o retrato.

Mas eu devia ser mais generoso com o Carlos Carneiro — devo-lhe o conhecimento do Eduardo e do Ernesto Veiga de Oliveira. Ele era muito orgulhoso destes seus amigos, e com toda a razão. O Eduardo, que dispunha do seu tempo, veio quase de imediato passar uns dias à quinta; quanto ao irmão, só o conheci pouco depois, quando veio a Coimbra fazer uns exames. Telefonou-me e combinámos um almoço no Santa Cruz — vejo-me com ele, e apenas ele, numa mesa, não a comer, mas a ler-lhe *As Mãos e os Frutos*, já então muito adiantada. O Ernesto partiu ainda nesse dia, trabalhava numa Comissão Reguladora de Algodões, ou coisa assim, não podia demorar-se, mas ambos ficámos a saber, desde este primeiro encontro, que nunca mais nos separaríamos. Depois também o Eduardo abalou, com a promessa de férias na Barca do Lago, onde tinham casa. E foram chegando livros; do Eduardo, de poesia, muito abaixo de si próprio; de Safo, pela mão do Ernesto, numa tradução francesa, de que me falara com paixão, e citara três versos que particularmente o fascinavam:

*J'aime la magnificense. L'amour
est pour moi la splendeur du soleil,
et la beauté m'est échue en partage.*

E Agosto acabou por chegar. Depois de passar três ou quatro dias nas Acácias, em casa dos pais, fui com o Eduardo para a Barca. O Ernesto apareceria nos fins de semana e em Setembro viria passar todo o mês connosco. E não me lembro de férias tão felizes. O Ernesto passou aqui tanto da sua vida, e eu próprio frequentei tanto esta casa, que lhe devo algumas linhas. Talvez o melhor dela fosse aquele terraço sobre o rio. Havia um sobreiro enorme, além de pinheiros e abetos, e uma macieira perto do poço, oculto por arbustos altos — aquela macieira, que tanta vez vi florir, juro que nunca mais se apagou nos meus olhos. A casa ficava num dos extremos do terraço, fechado por muros baixos de um lado, o outro dava para outros terraços; ao fundo meia dúzia de casas, e o Cávado, com um barquito que nos levava à outra margem, em quatro ou cinco remadas. Também da janela do meu quarto se avistava, mal abria as persianas, aquele amplo corpo de água e o pequeno areal, antes de tudo se transformar em bosque. Os muros estavam cobertos de madressilva, que desciam

e afogavam o azul das hidrângeas. A casa era pequena, branca, de persianas verdes abrindo para o terraço. Em cima três quartos; em baixo a cozinha e uma sala ampla, com lareira, onde no Inverno as chamas aumentavam a nossa juventude. A Teresa vinha de manhã, arrumava a casa e adiantava o almoço antes de ir embora, porque nós, manhã cedo, partíamos de bicicleta para Fão. Naquelas areias, à beira daquele mar, começava o paraíso — um espaço sem fim de areia e água, com dunas altas, onde além de nós só havia gaivotas e algum sargaceiro distante. Se alguém quiser procurar o Ernesto terá de o fazer nesta praia, ao longo deste mar. Procurem-no entre os juncos e os cardos das dunas. Aqui passou dias e dias ao sol, os olhos perdidos nas páginas frementes do Lawrence, do Gide, do Whitman, do Frazer, só os levantando de vez em quando para olhar a franja de espuma ou chamar a nossa atenção para uma linha, um verso. Procurem-no aqui, e se não o encontrarem não o busquem noutra sítio, porque se não estiver neste areal então é porque se fez orvalho ou lágrima de longínqua estrela.

Depois do último banho regressávamos à Barca, já tarde, para almoçar. O Eduardo, mal comia, refugiava-se um bom par de horas no seu quarto para levar, como dizia, a cruz ao calvário: umas notas de diário sobre o que ia lendo ou vivendo. Tinha uma disciplina prussiana, ao contrário do Ernesto e de mim. De vez em quando caía o Carmo e a Trindade; nenhum de nós aceitava aquela rigidez, que ia desde a sobriedade na comida à modéstia do vestuário, impondo-nos um ascetismo que os meus vinte anos estavam ainda longe de perfilhar. O Ernesto dizia que estava de férias, a disciplina que fosse à merda; quanto a mim, tardaria muito a saber o que isso era. Enquanto ele trabalhava, nós, agarrados às partituras do *Don Giovanni* ou da *Turandot*, não parávamos de cantar, a não ser para rir. Porque eu passava grande parte do tempo a rir com as histórias; as imitações do Ernesto. Só me lembro doutra pessoa com quem tenha rido assim, a Maria Agustina. Com ambos sempre ri de felicidade. Enquanto fazíamos o jantar, a brincadeira continuava: o Ernesto descia as escadas apenas com uma colcha pelos ombros e um penacho na cabeça, parodiando Salomé, filha de Herodíade, Princesa da Judeia, enquanto eu, ao ouvi-lo pedir com tanta insistência a cabeça de João Baptista: — *Gib mir den Kopf des Jokanaan!* —, corria à cozinha, e sem coragem para cortar a cabeça ao Eduardo, tão parecido com o Precursor, lhe oferecia, num prato, um par de tomates. No meio das gargalhadas, ouve-se um grito do Eduardo: era a sopa, posta a aquecer, que transbordava da panela e já devia ter chegado ao chão... À noite, estendidos no terraço, o céu cheio de estrelas era infinitamente misericordioso, enquanto o cantar dos ralos subia mais alto do que a voz da Tebaldi no gravador. E, às vezes, um pequeno sapo aproximava-se para entrar num poema meu. Quem frequentou esta casa, o António Jorge, a Margot, o Thelen, o Manuel, o Benjamim, sabem como o céu destas

noites era necessário aos nossos dias — num céu assim Deus parecia ser verdade.

Da casa da Barca partiu o Ernesto para muitas das suas andanças. Algumas até comigo, mesmo antes de ter começado a trabalhar com o António Jorge — a S. Bartolomeu do Mar ver o banho santo na praia; a Santa Maria de Gallegos, por via da Rosa Ramalho; a Castro Laboreiro, pelo prestígio duma paisagem ainda do começo do mundo; e tudo isto nas férias daquele primeiro Verão passado na Barca. Mais tarde faríamos muitas outras viagens já com outro carácter: à Galiza, à Andaluzia, a Madrid, a terras de Basto, à Beira Baixa, e uma outra que durou quase todo um Verão, ou assim me parece, ao Alentejo, o Benjamim a conduzir o pachorrento Dois Cavalos por charnecas e povoados, à cata de flautas, adufes, violas campaniças — e um calor que abrasava, transformando o magríssimo gaspacho das refeições no mais delicioso dos manjares. Em Beja demorámo-nos no rasto de Mariana Alcoforado, cujas *Cartas*, que alguns lhe atribuíam, eu viria a traduzir, submetendo ao Ernesto cada parágrafo, pois nunca nenhuma outra opinião sobre o que fazia teve para mim a importância da sua. Nessa altura já eu residia no Porto e a família dos meus amigos havia mudado da Casa das Acácias para a da Pena. Era aos domingos que nos juntávamos, no Verão à sombra das tílias, no Inverno ao calor das estufas, pois sempre o Eduardo e o Ernesto viveram em casas imensas, confortáveis, cercadas por jardins em socalcos; por serem solteiros, moraram sempre com os pais, a quem nada faltava, para o dizer com palavras que são só uma aproximação, pois possivelmente seria mais exacto dizer: a quem tudo sobrava; mesmo quando o Ernesto, devido à criação do Centro de Antropologia, se deslocou para Oeiras, vinha sempre que podia refugiar-se na Pena. Ambas as casas eram espaçosas, como o era também a de Tecla, em Celorico, permitindo àquelas quatro almas — pai, mãe, os dois irmãos —, viverem com inteira independência, mesmo debaixo do mesmo tecto. Durante três ou quatro anos, quando vinha ao Norte em serviço, pois também eu entrara para a função pública, a minha casa era a deles. Foi então que reparei que, entre os dois irmãos e o pai, havia uma tensão sempre à beira da ruptura; com a mãe passava-se o contrário: ela era uma espécie de Nossa Senhora da Contemporização, sempre com o púcaro na mão para pôr água na fervura. Não se tratava somente do clássico conflito de gerações — os valores por que lutava cada uma das partes raramente eram coincidentes, e se por mero acaso coincidiam, tinham fundamentos diferentes, como todos gostavam de sublinhar. Homem culto, médico de prestígio, sobretudo na colónia inglesa, afinal o Dr. Vasco de Oliveira tinha em casa outro médico que se recusava a trabalhar com ele, refugiando-se nos livros e no piano (ganhava a vida miseravelmente numa fábrica, onde trabalhava três manhãs por semana), e um advogado que preferia um lugar modesto de funcionário público à advocacia

ou ao ensino universitário, para que fora convidado. Curiosamente, é o próprio Ernesto a falar dos aspectos culturais do pai, no *In Memoriam* que publicou, referindo entre eles um interesse pioneiro pela etnografia, num tempo em que o país «era ainda, de Norte a Sul, um campo aberto a todas as aventuras da paisagem, um museu natural e vivo de aspectos de cultura, de vida e de economia arcaicos e tradicionais, puros de intenções e interferências de conceitos turísticos e do utilitarismo industrial, na maior e mais espontânea variedade e diferenciação regionais». Se me alonguei na citação é porque neste escrito seu, e num outro sobre Rosa Ramalho, se pode saborear por inteiro a sua prosa (que eu conhecia bem de correspondência), de um apuro bem pouco frequente em gente de ciência — a prosa de alguém que não matara em si o poeta, no sentido que me importa, aquele que Rainer Maria Rilke definiu de uma vez por todas: *Era um poeta, odiava tudo o que não fosse exactidão.*

Quando o Ernesto me anunciou a sua intenção de abandonar os Algodões para trabalhar no Centro de Etnologia com o António Jorge Dias, procurei contagiá-lo do meu entusiasmo.

— Não hesites, Ernesto. Ao conhecimento vais juntar a paixão, e fazer coisas para que não há medida.

— És louco, menino! De qualquer modo, pela primeira vez vou trabalhar naquilo que gosto, o que não é pouco.

A vida a que aspirava, a conciliação da liberdade com aquele amor que tinha pelo país de que fala no referido *In Memoriam* (e a que consegui dar expressão em todas as linhas que escreveu com essa inteligência do coração, que é a única realmente criadora), começava depois dos quarenta anos, embora a sua preparação viesse de longe — daí que tudo o que fizera antes, advocacia, ensino, função pública, etc., tivesse um sabor tão amargo. Curiosamente, um dos homens mais cultos da cidade, um dos espíritos mais refinados em coisas de estética, era também o que mais próximo se encontrava da cultura material, e o mais sensível a tudo o que estava em vias de perecer, sem forças já para exprimir o que durante séculos fora a linguagem da nossa carne e da nossa alma. Era bonito ver o seu entusiasmo quando regressava do trabalho de campo com histórias que valiam as de Camilo José Cela, e objectos que conservavam ainda o calor das mãos que os haviam feito ou do lume antiquíssimo dos dias: um lenço bordado, uma corna pacientemente lavrada, uma máscara cerimonial, um jugo, um arado, um carro de bois — quase tudo salvo *in extremis*, pois o país que tanto amávamos estava a chegar ao fim, comprando tudo o que podia para o museu com que sonhava, com dinheiro do próprio bolso, que não era farto, como eu bem sabia, pois os fundos oficiais tardavam sempre a chegar, quando chegavam.

Os senhoritos que, nos seus gabinetes forrados a seda, decidem sobre o

que há-de ser ou não ser o país, não sabem da coragem, da fadiga, do desânimo, do heroísmo, do amor com que algumas almas — e não das mais insignificantes — trabalham, de norte a sul, nesta terra que está muitíssimo longe de ser propriedade deles. Os últimos anos do meu amigo foram gastos, não a investigar, como lhe competia, mas numa luta amarga, por suspeitar perdida, em secretarias de estado e ministérios, com essa fauna engravatada que faz as leis, «não para apoiar as realidades úteis, mas para as impedir de funcionar». O Ernesto, apesar de tanto se ter empenhado em dar corpo e alma a um sonho sonhado por muitos de nós, morreu sem ter conseguido impor a sua concepção de um autêntico Museu de Etnologia, aberto à investigação e ao fluir dos dias, que perpetuasse um rosto — o rosto do homem português.

S. Lázaro, 19.04.90

HOMENAGEM A ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA*

por

José Mattoso **

A cerimónia que hoje dedicamos à memória de Ernesto Veiga de Oliveira foi inicialmente programada como uma homenagem em vida e na sua presença. A sua morte alterou o projecto. Já não podemos juntar-nos à sua volta para lhe trazer o suporte da nossa simpatia e da nossa admiração. Não podemos fazer-lhe sentir, no eco da nossa reacção à sua obra, as dimensões da sua fecundidade. Não podemos contar com a sua resposta nem sermos surpreendidos com o que ele, decerto, encontraria de novo para nos dizer.

Agora a homenagem tem outro sentido. Pretendemos recordar aqui a sua pessoa e a sua obra como quem invoca um espírito ancestral, por reconhecer que pertencemos à sua linhagem. Invocamo-lo para de alguma maneira ressuscitar em nós mesmos a atitude que ele pessoalmente tomou perante o mundo e a vida, e que representa o espírito do clã. É uma forma de celebrarmos juntos a vinculação à família a que estamos unidos pelas mesmas preferências, os mesmos valores essenciais, o mesmo desejo profundo, o mesmo território. Buscamos, então, criar uma memória comum acerca daquele que nos serve de referência. Essa memória não pretende fazer uma reconstituição como a de uma figura de museu de cera. É a imagem de uma personalidade ideal, transfigurada e exemplar, depurada das suas expressões acidentais e opacas, e que por isso mesmo reforça os vínculos que nos unem e exprime as razões que nos movem.

Praticamos um acto que se assemelha ao do culto dos antepassados. Tal como nele, pretendemos aqui estreitar a nossa solidariedade, proclamando a nossa ligação àquele que tomamos como modelo. Não na sua expressão acidental e histórica, mas na medida em que ele incarnou um arquétipo ideal que desejaríamos perpetuar e tornar vivo. Pouco importa o parentesco da carne e do

* Palavras proferidas no Museu de Etnologia, em 1991, por ocasião da apresentação pública do livro de homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira, editado pelo INIC.

** Professor da Universidade Nova de Lisboa.

sangue, as diferenças de sexo, de idade, de opinião ou de estratégia que nos separam. Há a solidariedade mais íntima e mais funda daqueles que se reconhecem nos mesmos modelos e que, para a reforçarem, se reúnem e os tornam colectivamente conscientes.

Esta forma de conceber o que aqui fazemos justifica também que não sejam os seus colaboradores mais íntimos, aqueles que com ele trabalharam durante tantos anos, a pronunciarem estas palavras. Estes sentem-se ainda demasiado presos ao indivíduo, e portanto aos aspectos acidentais da sua personalidade, para poderem facilmente distinguir nele o transitório e o essencial. Preferiram a palavra de alguém mais distante e que, por isso, se poderia pronunciar sem estar demasiado preso pela emoção. Mas não posso deixar de mencionar aqui aqueles que são, na verdade, os seus «parentes» espirituais mais próximos, os senhores Benjamim Pereira e Fernando Galhano. O seu testemunho é agora ainda mais importante, porque só eles nos podem transmitir aquilo que o prolongado contacto pessoal com Veiga de Oliveira lhes transmitiu a eles. A sua colaboração com ele foi tão dedicada que esta homenagem não pode deixar de os envolver também a eles.

O que aqui fazemos é, portanto, uma expressão de fé na continuidade da vida e não a cerimónia saudosista, sentimental e vã, de recordar um morto. Recolhemos na nossa memória os traços nela marcados pela pessoa e pela obra de Ernesto Veiga de Oliveira e que, por isso mesmo, continuam vivos e queremos que o sejam cada vez mais.

O que estamos aqui a fazer tem algo que ver com o processo de criação do mito. Como é óbvio, utilizo o conceito na sua acepção mais nobre, e afastando, naturalmente, o sentido depreciativo que o positivismo lhe conferiu, por não ter compreendido a função construtora do mito e por esquecer o seu significado simbólico. De facto, o que fazemos aqui, ao evocar o carácter exemplar da personalidade de Veiga de Oliveira, pode ser comparado ao processo que leva a colocar num tempo mítico a memória de um antepassado. A mitificação corresponde a construir um modelo exemplar que não se confunde com nenhuma das suas expressões históricas, nem mesmo com aquela que lhes serviu de inspiração. É um processo simbólico de exprimir tudo aquilo a que damos um sentido profundo e que, por isso, não pode ser efémero, logo não pode ser mera reprodução do real. É também uma forma de conferir a essa expressão, exactamente por ser simbólica, uma eficácia emocionalmente comunicativa. Mitificar a memória de alguém, seja ele tão próximo de nós como Ernesto Veiga de Oliveira, não é, pois, traçar o seu retrato histórico, como que para tentar fazer regressar um passado irremediavelmente perdido, mas seleccionar nessa memória aquilo que mais o aproxima do modelo com que todos sonhamos.

É o contrário de idolatrar. Idolatrar é justamente atribuir uma força e um valor sagrados ao que é apenas representação material, efémera e redutora daquilo que não se pode encerrar no espaço e no tempo. Não prestamos culto a um deus nem sequer a um herói. Apenas reconhecemos no nosso homenageado a centelha divina que queremos trazer também em nós, e veneramos nele o antepassado de uma família a que gostamos de pertencer. Creio ser esta a maneira mais fiel de manter vivo o espírito que incarnou em Ernesto Veiga de Oliveira.

Realizamos, pois, um acto que estava já preparado para se fazer na presença de Veiga de Oliveira, mas que agora, na sua ausência, muda de sentido. Pediram-me um testemunho que efectivamente escrevi para ser lido diante dele. Sem o saber, porém, escrevi-o, já depois de ele morrer e dei-lhe um carácter evocativo que me parece adequado para a cerimónia de hoje. Apesar de ter sido publicado, e de saber que alguns dos presentes o conhecem, não hesito em o tornar agora o ponto de partida para a minha contribuição nesta cerimónia, porque representa a evocação daquilo que há pouco tentava exprimir acerca da memória dos antepassados. De facto, foi escrito com muito empenhamento pessoal e para ser transmitido oralmente. Tirando-o da cristalização escrita, a leitura viva dar-lhe-á outra ressonância e imprimir-lhe-á uma outra capacidade de comunicação. Na perspectiva em que me coloquei não podia fazer um discurso académico e formal, mas uma verdadeira *evocação*, na acepção etimológica do termo.

Creio que falei apenas uma vez com Ernesto Veiga de Oliveira. Mas não poderei mais esquecer o contraste entre a intensidade serena e bondosa do seu olhar e a fragilidade do seu corpo. Como se o corpo se reduzisse à sua função accidental de invólucro de um espírito, de sede de uma energia segura e concentrada que não necessitava de grandes meios para se desenvolver calma e intensamente. Não posso esquecer o seu porte tranquilo e discreto, de quem não precisava de agredir ninguém, nem de pedir licença fosse a quem fosse para fazer o que tinha de fazer. Que também não se preocupava em demonstrar nada nem em impor coisa alguma, mas que se contentava com ser, naturalmente, o que era.

Quanto à sua pessoa, a minha memória regista apenas esta impressão, ao mesmo tempo intensa e sumária. Ficou-me a pena de não poder responder com mais pormenores à curiosidade que sempre excita alguém que consigo transporta um certo mistério e cujo comportamento contrasta com a das personalidades que a televisão ou os jornais apresentam como vedetas. Não havia nele nada de arrogante nem de ostentatório, nenhuma necessidade de desempenhar um papel ou de suscitar a admiração. Não precisou nunca de ser um homem público.

Donde lhe vinha, então, a sua calma energia? Qual o segredo da sua persistência, da sua capacidade de trabalho, do seu encanto, do seu percurso rectilíneo e fecundo? Que fazia «correr» este homem? De facto, a sua vida está

cheia de surpresas. Suscita inúmeras interrogações. Porque é que, sendo um cidadão, um portuense, sentia tão grande fascínio pelo campo? Sendo de origem burguesa, só pensava em estudar as actividades, costumes e crenças das classes populares? Tendo-se formado em Direito e depois em História, só praticou a Etnologia, a Antropologia e a Museologia? Porque é que, podendo ser um universitário, nada fez, suponho, para entrar na carreira académica e preferiu o prazer de calcorrear a pé os mais recônditos lugares de Portugal? Porque é que, ao contrário da maioria dos intelectuais portugueses, não se comportava como um individualista, mas revelou tão grande espírito de equipa e de sentido de grupo nas suas investigações? Onde foi buscar a paixão de colecionar objectos que os próprios possuidores desprezavam, para com eles formar um admirável museu? Porque razão, sendo ele tão sensível aos aspectos estéticos, não se interessou propriamente pelos chamados objectos de arte, mas persistia em restituir aos vestígios materiais do artesanato a vida humana que eles prolongam? Como é que na nossa época de competitividade e de culto do sucesso, se importava tão pouco consigo mesmo e procurava compreender o homem comum, os seus caracteres universais, as expressões colectivas, o produto anónimo do trabalho? Porque razão, tendo sido, durante quase toda a vida, funcionário público de um Estado tradicionalista e totalitário, ficou tão imune à ideologia do regime? O que o levou a não se interessar por demonstrar que Portugal era «um todo único e indivisível a constituir a Nação Portuguesa independentemente da localização geográfica dos seus territórios», como lhe exigia o seu superior hierárquico em 1973, e persistia em mostrar as diferenças que opunham entre si as expressões regionais da cultura popular? Que permitiu a este homem atravessar incólume 30 anos de propaganda política e, utilizando, até, os meios do próprio regime, e realizar uma obra tão contrária às orientações ideológicas então vigentes?

Tudo são, portanto, interrogações e surpresas quando olhamos com alguma atenção para a pessoa e o destino de Ernesto Veiga de Oliveira. É verdade que assim acontece quase sempre com quem se destaca do comportamento e dos valores habituais da maioria dos homens. Neste, porém, o contraste é demasiado grande para deixar de ser especialmente significativo. O fascínio que nos suscita a pessoa começa justamente aqui. Prolonga-se para além da sua morte e leva-nos hoje a evocar a sua memória não tanto para manter viva a lembrança, mas para incorporarmos alguma coisa do seu espírito e o fazer nosso, como membros da sua mesma família.

Se agora nos desprendemos um pouco do homem e dirigimos o olhar para a obra de que foi autor, tudo parece tornar-se mais lógico, racional e rectilíneo. Depressa desaparecem as perplexidades de um percurso invulgar. Não por ser uma obra comum, mas porque não traz muitas surpresas, a não ser as que resultam do nosso desconhecimento do objecto que ele dominava. Ou seja, a

obra surge como um conjunto com grande unidade e coerência, como um todo formado por elementos que se distribuem regular e continuamente ao longo de uma linha simples e clara de pensamento e de pesquisa. Clareza e simplicidade que não se traduzem, porém, em resultados óbvios, primários ou insignificantes. Pelo contrário, a coerência e a unidade das questões postas aliam-se à complexidade e ao rigor da análise dos materiais e à multiplicidade das abordagens.

A preocupação dominante é, de facto, a identificação das funções, da tipologia e do significado cultural dos testemunhos concretos da civilização material portuguesa: os espigueiros, os instrumentos de debulha, os sistemas de moagem, os jugos e carros de bois, as rocas, as enxadas; mas o próprio estudo deste campo objectivo e coerente suscita incursões noutros domínios menos ligados à produção e à subsistência populares, como acontece com os instrumentos musicais, os jogos, as festas, a literatura oral. Não exclui também reflexões teóricas e metodológicas que enquadravam, justificam e coordenam as investigações sobre os objectos da civilização material, sobre a apresentação museográfica e sobre o seu significado como expressão de cultura, apesar do processo empírico, enumerativo, descritivo e taxonómico que sempre preferiu.

De facto sempre abordou de maneira sistemática todos os temas que pesquisou e sempre pretendeu proceder a levantamentos globais. Quer estudasse a arquitectura popular, quer o mobiliário, quer se interessasse pela tecnologia tradicional ou pelos instrumentos musicais, quer investigasse a vindicta popular, as festividades cíclicas, as romarias ou os jogos, o seu método de pesquisa foi sempre ao mesmo tempo enumerativo, comparativo e, tanto quanto possível, totalizante. A sua problemática sempre tende a atingir a compreensão do conjunto e não apenas uma parte dos dados, arbitrariamente escolhida. As suas observações destinavam-se a definir tipologias, a classificar em conjuntos, a ordenar todos os materiais, a fixar semelhanças e diferenças, paralelismos e variantes, recorrências e descontinuidades. Não lhe bastaram nunca observações impressionistas; sempre preferiu a investigação sistemática. Mais ainda, ao cartografar os testemunhos das tipologias observadas, distribuía-os imediatamente em função de coordenadas espaciais. Por intermédio desta localização no espaço estava obviamente a atribuir-lhes uma relação com as comunidades humanas produtoras de tecnologias específicas ou de crenças e costumes peculiares, quer dizer, a interpretá-los como expressão de uma estrutura cultural que obviamente terá também expressões de outra ordem, sejam elas sociológicas, religiosas, artísticas ou políticas.

Para ele, portanto, a observação descritiva não é um objectivo em si mesma. Tende, de imediato, para a sua interpretação. Mesmo quando a prudência o leva a suspendê-la, apresenta desde logo os seus fundamentos objectivos, possibilitando assim a investigadores futuros uma tarefa que nunca está completa nem pode jamais ser definitiva.

Esta forma de trabalhar tem sido pouco comum em Portugal. Nem a persistência do projecto, nem o espírito de sistema, nem a noção do conjunto, nem a racionalidade da pesquisa, nem os levantamentos completos, nem a tarefa ambiciosa levada até ao fim, nem a capacidade para o trabalho em equipa se encontram facilmente entre nós. Muito menos a aplicação destes métodos e princípios a um objecto tão fluido, tão difícil de definir e de encarar cientificamente como a cultura popular do homem português. Ora as contribuições de Ernesto Veiga de Oliveira, ao reunirem sistematicamente aquilo que se podem considerar os elementos objectivos da cultura popular, constituem o passo fundamental para formar aquilo a que gostaria de chamar o «arquivo da identificação nacional». Arquivo que se pretende completo, sistemático, e com variedade suficiente para reunir os elementos necessários à identificação da nossa nacionalidade.

As contribuições de Veiga de Oliveira para este objectivo são de facto importantes por várias razões. Em primeiro lugar o carácter concreto e sistemático da recolha evita os métodos baseados em dados e interpretações subjectivos e o uso de indicadores de significação duvidosa ou enganadora. Em segundo lugar, pressupõe sempre a cultura na sua globalidade e não reduzida aos seus produtos literários, artísticos ou eruditos, ou às contribuições de uma minoria, mesmo que ela, apresentando-se como superior, pretenda impôr as suas interpretações como as únicas dotadas de efectiva validade. Em terceiro lugar, porque não parte da abstracção mítica de uma história nacional concebida a partir dos feitos dos reis ou da epopeia lusíada; evita assim o logro de comparar o mito com a realidade, e a inevitável tendência para depreciar a realidade, ou seja para considerar a época moderna portuguesa como uma dramática sucessão de decadências.

Além disso, longe de tentar partir de preconceitos ideológicos, como aquele que movia o citado crítico nacionalista, que só podia conceber a nação portuguesa como um todo único e indivisível, independentemente da localização geográfica dos seus territórios, procede a uma recolha uniforme dos testemunhos em todo o país. Por isso, não pôde deixar de reconhecer o espaço nacional como um mosaico de conjuntos culturais diferenciados que ao longo da sua história se habituaram a viver em comum, a usar a mesma língua e a referirem-se a um único pólo político, mas que nunca esqueceram os seus costumes e os foram constantemente adaptando às variações civilizacionais que as novas modas e as novas técnicas lhes imprimiram através dos tempos. Também nisto Ernesto Veiga de Oliveira viu o país como um todo, sem privilegiar o norte nem o sul, o centro ou a periferia, o país que reproduzia os modelos propostos pelos centros políticos ou intelectuais ou o país que não se conformou nunca com eles. Também nisto está implícita a proposta de identificar Portugal não só

a partir de um género de dados, mas tendo-os todos em conta.

Finalmente, queria salientar na obra de Veiga de Oliveira o seu interesse não só pelo povo português, mas também pelos de continentes não europeus. Daí as suas incursões no campo da arte africana e dos costumes amazónicos. Daí o cuidado exemplar com que reuniu, preservou e apresentou no Museu de Etnologia os testemunhos destas duas culturas, e que o tornam um lugar extremamente fascinante para os seus visitantes. Este interesse mostra, porém, que, ao buscar com tanta persistência e com tanto afecto os testemunhos da cultura popular portuguesa, não esquecia nunca que eles são, afinal, a expressão do Homem universal. A arte africana e a cultura amazónica ajudam a compreender a cultura popular portuguesa e esta a interpretar aquelas. De facto, Veiga de Oliveira compreendeu que ao buscar o que há de mais profundo e de comum no homem português não podia deixar de se aproximar do homem universal e de encontrar nas suas expressões os caracteres essenciais que nele aparecem também. A sua comparação com outras civilizações ajuda a compreender a função e o sentido daquilo que também no homem português é fundamental, que está para além do tempo e das suas expressões transitórias ou das suas diferenças geográficas.

Creio que esta atitude intelectual e humana de Ernesto Veiga de Oliveira é extremamente salutar. Ajuda a interpretar a nossa cultura como um todo e na sua expressão mais completa, sem discriminação de nenhum dos seus elementos. Ajuda a ver o que na nossa história há de mais permanente e de mais profundo, isto é aquilo que vai ficando através de todas as mutações e vicissitudes, através, mesmo, de todas as rupturas. Ajuda a reconhecer a identidade nacional através da sua lenta formação e das suas sucessivas hipóstases. Por isso mesmo, ajuda a encarar o futuro deste país sem dramatismos nem angústias. Com a mesma serena e persistente tranquilidade com que ele viveu a sua vida, fez o seu trabalho, privou com os seus amigos e amou os homens e mulheres deste país que foi o seu e é o nosso.

A HOMENAGEM A ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA NO QUADRO DA RENOVAÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

por

Vítor Oliveira Jorge *

A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia foi fundada no Porto em Dezembro de 1918; tem, portanto, mais de 72 anos de existência. Funciona, desde os seus começos, no que é o Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, na Faculdade de Ciências da Universidade portuense. A história da sua actividade científica está por fazer, como aliás também não existe, elaborada em moldes modernos e com o devido fôlego, uma história da Antropologia portuguesa, em cujo contexto se pudesse cabalmente compreender o que tem sido o papel da S.P.A.E.

Seja como for, é importante destacar o lugar de relevo que a cidade do Porto — que paradoxalmente neste momento se encontra empobrecida no que toca ao ensino universitário da Antropologia (referimo-nos à Antropologia cultural, ou Etnologia)¹ —, desempenhou em vários momentos da gênese e desenvolvimento deste vasto domínio do saber. Toda a gente sabe que Almeida Garrett, que Jorge Dias considerava como o pioneiro do estudo do nosso folclore², era

* Presidente da direcção da S.P.A.E. Professor catedrático da Faculdade de Letras da U.P.

¹ Com excepção de uma disciplina de «Introdução à Antropologia Cultural», do 2º ano do curso de Sociologia da F.L.U.P. e de uma semelhante na licenciatura em Geografia, na mesma Faculdade, além de uma cadeira de Antropologia Cultural em Belas-Artes e de uma outra de «Antropologia do Espaço» em Arquitectura. De notar que, aquando da celebração do centenário de Almeida Garrett, o Prof. Américo Pires de Lima sugeriu a criação de uma cadeira de Antropologia Cultural na Universidade do Porto, que complementaria a de Antropologia Geral, existente desde 1911. Mais tarde, o Prof. Santos Júnior fez idêntica proposta, sem êxito, ao Conselho Científico da Faculdade de Ciências. Certamente que a este «esvaziamento» do ensino e da investigação da Antropologia Cultural na Universidade do Porto não é alheia a extinção, até 1961, da Faculdade de Letras, e a cada vez maior importância que a Antropologia Física foi assumindo no Instituto de Antropologia, até certo ponto compreensível por estar ligado a uma Faculdade de Ciências, e pelo facto da tendência para a especialização ter apartado, com o tempo, os vários «ramos» da Antropologia, no sentido englobante em que ela era entendida nos finais do séc. XIX, princípios do XX.

² V. João Pinto Basto Lupi, *A concepção da Etnologia em António Jorge Dias*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1984, p. 337.

natural do Porto. Como também é sabido, o próprio fundador da Etnologia portuguesa, José Leite de Vasconcelos, natural da Ucanha, estudou no Porto, onde se licenciou em Ciências Naturais e Médicas em 1886, muito embora, logo no ano seguinte, se tenha mudado para Lisboa. Estes aspectos não passarão de curiosidades, mas na viragem do século dá-se um facto significativo. Entre 1899 e 1908, publica-se na capital nortenha a revista *Portugalia*, onde se juntam homens como Ricardo Severo, Rocha Peixoto, Fonseca Cardoso e José Fortes. O acervo de dados que nos deixaram, em dois espessos volumes, sobre Pré-história e Arqueologia, Antropologia Física, Etnografia e Folclore, é considerável. Em 1911, Mendes Corrêa concluiu o curso de Medicina na Universidade do Porto, e em 1912 começou a reger a cadeira de Antropologia, criada no ano anterior. Este autor, apesar das actividades políticas que o distraíram da investigação científica e da sua cidade de origem, teve uma acção muito importante na implantação da Antropologia entre nós, granjeando amplo prestígio no estrangeiro. Foram seus discípulos Alfredo Ataíde, Rui de Serpa Pinto (precocemente falecido) e J. R. dos Santos Júnior, que viria a ser o sucessor de Mendes Corrêa (a partir de 1958) na direcção do Instituto de Antropologia, até 1971, ano em que se jubilou.

A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia é assim criada à sombra da Universidade do Porto e do seu ensino da Antropologia, por homens como Mendes Corrêa, Aarão de Lacerda pai, Luís Viegas, Bento Carqueja, Abel Salazar, encontrando-se entre os sócios fundadores pessoas de outras zonas do país (o que desde logo lhe deu uma expressão nacional), como Vergílio Correia (Museu Nac. de Arte Antiga), Eusébio Encarnação (Fac. de Ciências de Coimbra), Baltazar Osório (Fac. de Ciências de Lisboa), Henrique de Vilhena (Fac. de Medicina de Lisboa) e Leite de Vasconcelos (Faculdade de Letras de Lisboa). Nos seus estatutos (cap. I, artº 1º) apontava-se os seguintes objectivos para a Sociedade: «estimular e cultivar em Portugal o estudo dos métodos antropológicos, da antropologia zoológica, antropologia étnica e arqueologia pré-históricas, psicologia experimental, etnografia, e dos ramos científicos seus derivados ou aplicados, como as antropologias militar, pedagógica, clínica, criminal, judiciária, etc.». Não poderia haver, como diríamos hoje, programa mais interdisciplinar... aliás testemunhado na variedade de formações e de interesses dos sócios fundadores, embora com certa preponderância da Antropologia Física, desde logo expressa no apoio prestado à S.P.A.E. pelo Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Porto, dirigido pelo Prof. Joaquim Pires de Lima³.

³ Este e diversos outros elementos referidos no presente texto foram colhidos no artigo de J.R. dos Santos Júnior, «A Sociedade Portuguesa de Antropologia e o Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXIV, fasc. II, 1982, pp. 189-209.

Este espírito interdisciplinar é um dos capitais importantes da Sociedade que, se revivificado hoje com perspectivas actualizadas, se pode tornar num potencial elemento de actuação actual, motivando muitas pessoas dispersas para acções comuns, quer no interior e para o interesse da Universidade à qual a S.P.A.E. está profundamente ligada, quer ao nível da cidade do Porto e do país em geral. Aliás, Mendes Corrêa, criador do Instituto de Antropologia da Fac. de Ciências e principal impulsionador da S.P.A.E. na sua fase de arranque, foi também professor de Geografia e de Etnologia na depois extinta Faculdade de Letras do Porto, simbolizando assim, na sua multiplicidade de interesses e de actividades, um espírito interdisciplinar que se gostaria hoje de ver revivescido, embora, naturalmente, como novos pressupostos epistemológicos e metodológicos.

É bom recordar que a S.P.A.E. produz a mais antiga, regular e conhecida revista portuguesa da especialidade, precisamente estes *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, de que se publica agora o 32º número (note-se que muitos dos volumes editados são compostos de vários fascículos). Pelo intercâmbio que estabelecem com revistas de todo o mundo, os *Trabalhos* têm permitido à S.P.A.E. constituir uma das mais importantes bibliotecas de Antropologia (utilizada agora esta palavra no sentido clássico, mais geral, por forma a abranger a Etnologia a Arqueologia e a Antropologia Física) do país. Acrescente-se que, por falta de instalações adequadas, essa biblioteca, essencialmente composta de publicações periódicas, se encontra em armários espalhados pelos corredores do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências, em condições precárias.

Falámos, a propósito do papel do Porto e da sua Universidade na origem e desenvolvimento da Etnologia portuguesa, de precursores e dos primeiros homens a trazerem-na para os *curricula* universitários. O desenvolvimento da S.P.A.E. é indissociável dessa realidade. É de lembrar que em 1923 o Museu e Laboratório ligados à cadeira de Antropologia passaram à categoria de Instituto de Investigações Antropológicas⁴, que realizou missões importantes nas colónias, nomeadamente na Guiné (sob a responsabilidade do Prof. Amílcar Mateus) e em Moçambique (com a direcção de Santos Júnior). Na sequência dessa actividade, a Sociedade organizou no Porto, em 1934, o 1º Congresso de Antropologia Colonial, aquando da Exposição Colonial, tendo-se publicado dois volumes de Actas.

Em 1947, Jorge Dias (também natural do Porto), que se doutorara em Munique em 1944, integra-se no Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (cuja criação, que data de 1945, se deve também a Mendes Corrêa). Centro esse que igualmente funcionou, durante vários anos, nas instalações do Instituto de

⁴ Em Novembro de 1986 este organismo passou a designar-se Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, em homenagem ao seu fundador.

Antropologia. Estando Mendes Corrêa mais voltado para a Antropologia Física, Jorge Dias dirigiu a secção de Etnologia do Centro, com repercussões extremamente positivas no desenvolvimento desses estudos em Portugal, e na própria S.P.A.E., em cuja revista se publicam trabalhos importantes. Juntamente com Margot Dias (a partir de 1947), Ernesto Veiga de Oliveira (desde 1948), e Fernando Galhano (desde 1953), Jorge Dias realizou aí um enorme labor, depois continuado em Lisboa, para onde veio em 1956; mais tarde (1959), agregou-se à equipa Benjamim Pereira. Foi a Ernesto Veiga de Oliveira, portuense de nascimento e sócio honorário das S.P.A.E., falecido em Janeiro de 1990, que decidimos consagrar, em homenagem que se concluiu, os volumes 30, 31 e 32 da revista, respeitantes aos anos de 1990 a 92.

A partir dos finais dos anos 50, e até 1985, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia mantém a sua actividade graças principalmente à persistência do Prof. Santos Júnior (mesmo após a sua jubilação em 1971), um desbravador da Arqueologia e Etnografia de Trás-os-Montes e da Arqueologia de Moçambique e de Angola. O Instituto de Investigação Científica Tropical tomou a iniciativa de publicar uma recolha de estudos em sua memória, que se encontra no prelo.

Entretanto, em 1985, um conjunto de sócios (além do signatário, Eduardo Jorge L. Silva, José Viale Moutinho, Domingos Cruz e Mário Barroca) concorreram à direcção da S.P.A.E. e decidiram insuflar-lhe novo ânimo. Abriu-se assim uma nova fase da instituição, tendo-se reformado os estatutos (entretanto tornados obsoletos), admitido novos sócios (são actualmente cerca de três centenas e meia), entre os quais numerosos estudantes universitários, e realizado inúmeras sessões científicas. Em 1987, a S.P.A.E. foi superiormente reconhecida como Instituição de Utilidade Pública. Em 1988, sob a presidência de Susana Oliveira Jorge, da F.L.U.P., foi organizado no Porto um Colóquio de Antropologia Social (moderado por Augusto Santos Silva, da F.E.U.P.) e, de colaboração com o Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, um Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular, coordenado por nós. Os *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* viram enriquecido o seu conteúdo, através da inserção de trabalhos de muitos autores nacionais e estrangeiros altamente conceituados.

O aspecto mais negativo da S.P.A.E. é sem dúvida o das suas instalações, que como dissemos são cedidas pelo Instituto de Antropologia da Fac. de Ciências e têm necessariamente um carácter provisório. Diversos apelos têm sido feitos à Reitoria no sentido de se obter um espaço que permita a arrumação e consulta condignas da valiosa biblioteca, que está ao serviço dos sócios e de todo o país. Não desejamos cortar o cordão umbilical que liga a S.P.A.E. à Universidade do Porto; pelo contrário. Mas não podemos viver eternamente na precária situação actual, esperando que, quando estiverem operacionais os numerosos edifícios

que actualmente estão a ser construídos para a Universidade, a S.P.A.E. encontre finalmente um sítio onde possa funcionar, no seio da Universidade em que nasceu. Ao mesmo tempo, esperamos que uma sede social condigna permita uma outra dinâmica por parte dos sócios, que na sua esmagadora maioria se limitam a receber a revista pelo correio, participando pouco nos actos colectivos da instituição, e contribuindo para desmoralizar as pessoas que assumem a responsabilidade de não só a não deixar desaparecer, como também de a revivificar com novo alento e com projectos de certo vulto⁵. Trata-se sem dúvida de um espaço interdisciplinar por excelência, capaz de interessar a muito mais pessoas do que aquelas que já se aperceberam do seu significado. Estamos certos de que agora, como em 1918, um conjunto amplo de pessoas se poderá congrega para fazer desta instituição, que granjeou prestígio em Portugal e no estrangeiro, um foro de autêntica vivência transdisciplinar. E, talvez, criar um movimento de opinião que leve à gestação de uma futura licenciatura ou unidade de investigação em Antropologia Cultural na Universidade do Porto, licenciatura (ou entidade) essa que corresponderia ao colmatar de uma lacuna e, ao mesmo tempo, recolheria a herança de uma longa tradição de estudos, hoje relativamente esquecida. O Porto, a sua Universidade, e a S.P.A.E., têm uma palavra a dizer na renovação dos estudos antropológicos em Portugal, até pelo rico acervo de dados que a região norte constitui. Estamos certos de que Ernesto Veiga de Oliveira, se ainda fosse vivo, apoiaria calorosamente esta ideia.

⁵ Em especial, está programada uma mesa-redonda subordinada ao tema «*Há uma cultura portuguesa?*», a realizar na delegação do Norte da Secretaria de Estado da Cultura, no Porto, em 27 de Abril de 1992. O seu objectivo será o de questionar os seguintes pontos fundamentais (Transcrevemo-los do programa): «— No espaço português, de acordo com as diversas coordenadas geográficas, profissionais, económicas, etc., da população, existem decerto variadas *culturas*, no sentido etnológico do termo. Apesar dessa diversidade, terá sentido falar de uma «cultura portuguesa», de traços constantes da nossa identidade? Pode a nossa história identificar essas eventuais constantes? — Que cultura (novamente, utilizaríamos melhor esta palavra no plural, embora aqui a usemos no seu sentido erudito) se está produzindo hoje em Portugal? Quais as condições que favorecem (ou não) entre nós a criatividade, nos seus mais diversos sentidos, desde o artístico ao científico? Que estatuto deve ter, hoje e no futuro, o criador cultural? Que devemos fazer para alargar a produção e o consumo culturais no nosso país? — Que condições tem a nossa cultura, popular ou erudita, de se afirmar face a um mundo em devir acelerado, e em abertura a espaços de diálogo progressivamente mais alargados, onde a informação é cada vez mais um elemento estratégico fundamental, onde defrontamos o impacto de outras culturas, outras cosmovisões, de forma crescente? Que papel pode Portugal desempenhar na cultura mundial, munido da sua língua e da sua experiência de contacto com múltiplos povos?».

Por outro lado, pensamos realizar, em Outubro de 1993, um *1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, que marque o início de uma mais profunda colaboração entre todos os arqueólogos ibéricos, essencial para desbloquear o isolamento em que temos vivido, e para afirmar internacionalmente a pujança que estes estudos têm vindo a adquirir no conjunto das regiões peninsulares.

O QUE É QUE CONSTITUI E CARACTERIZA A EUROPA? Um conceito etnológico, básico, para a criação de um Museu Europeu

por

Wulf Köpke

Quando das minhas visitas a Portugal tive sempre a oportunidade muito apreciada de discutir com Ernesto Veiga de Oliveira sobre a melhor maneira de apresentar as culturas europeias dentro dos moldes dos museus etnológicos. Existe em Lisboa o único museu etnológico europeu, além do implantado em Hamburgo, que sistematicamente coloca nas suas exposições a cultura nacional lado a lado com as culturas estrangeiras dos continentes não europeus, enquanto o Departamento Europeu do Museu Etnológico de Berlim, de que sou o director, se encontra fechado desde há dezenas de anos e que, tal como o Departamento Europeu do Musée de l'Homme em Paris, não inclui a cultura do próprio país. Resultou das nossas conversas o meu veemente discurso em defesa da criação de um departamento da Europa em todos os museus etnológicos europeus existentes, defesa esta expressa na publicação comemorativa em homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira¹. É também a ele que devo indicações preciosas acerca de alguns artigos e ideias de Jorge Dias, referentes às relações entre a etnologia focando a cultura nacional e a de outros países, de grande importância para a discussão e que, durante muito tempo e injustificadamente mal se conhecia entre nós.²

¹ Köpke, Wulf «Europa — um continente supérfluo? Para o planeamento da exposição permanente da Secção Europa do Museu Etnológico de Berlim» In: Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira, 1989: pp 325-327. Lisboa.

² Realçar principalmente: «Völkunde und Völkerkunde» in: Proceedings of the IV International Congress of Anthropology and Ethnology, tomo II, Viena 1952, pp. 14-20; «Nomenclature and Subject-matter of Folklore (Ethnology, Volkskunde und Folklore)» separata de Actas do Congrès International d'Ethnologie Regionale, Archem, 1955, pp. 1 - 14; «Etnologia, Etnografia, Volkskunde e Folklore» in Douro Litoral, 8ª série I-II, Porto, 1957, pp 61-77; «Folklorismus in Portugal» in: Zeitschrift für Volkskunde, Stuttgart, 1969, I, pp. 47 - 55.

Mas concebemos, além disso, ideias que apontavam numa direcção muito diferente, ou seja, à necessidade de nos preocuparmos mais com a Europa. Estas ideias, surgiram de fotografias provenientes de uma pequena exposição em Berlim, intitulada «A Europa dos povos — a unidade na diversidade», que apresentei em Lisboa. Esta exposição mostrava que a maior parte das pessoas, os etnólogos incluídos, desconhece a diversidade cultural do nosso continente. As primeiras tentativas de estudar a Europa isoladamente passaram, entretanto, a ser consideradas muito concretamente. Pretende-se retirar do Museu Etnológico de Berlim o Departamento Europa que, num museu europeu independente, seria reunido com o espólio dos dois museus etnológicos — o de Berlim Este e o de Berlim Oeste, até hoje situados em Estados diferentes. Já não foi dado a Ernesto Veiga de Oliveira assistir a este desenvolvimento, pois que ele, Europeu e cosmopolita, ao mesmo tempo profundamente enraizado em Portugal, a sua terra natal, ficaria muito vivamente interessado nesta ideia. É o que me leva a apresentar aqui o meu conceito da mesma maneira como o teria feito a ele.

Espero que contenha também um pouco do seu espírito...

No entanto, e com o fim de esclarecer as pessoas não familiarizadas com o assunto, acerca do fundo sobre o qual se desenha este conceito, queria apresentar uma pequena introdução elucidativa.

É do conhecimento geral qual a situação histórica de que viria a nascer o museu: o desaparecimento dos blocos ideológicos até há pouco tempo existentes no nosso continente, libertando-se, assim, países na Europa de Leste e de Sul, em que irrompem com veemência antigos egoísmos, receios e conflitos nacionais e, finalmente, uma Alemanha reunificada e tão intensamente preocupada com os seus próprios problemas que concentra todas as suas atenções sobre o próprio povo, deixando fora do seu campo de visão a dimensão europeia. Os países da Europa Ocidental, na sua maioria membros da «Comunidade Europeia», não são afectados na mesma medida por este movimento que agita os de leste. Mas também no oeste as discussões apaixonadas sobre a Europa, conduzidas com tanto empenho após as duas guerras mundiais, abrandaram — passou a ser uma visão pálida sem força de convicção. «Europa» é uma palavra que não se pronuncia mais, senão nos discursos comemorativos, limitados, ainda por cima, ao foro da CEE.

³ O problema é também objecto de estudos no Museu Etnológico de Hamburgo, secundando os nossos esforços; também em Hamburgo desejam ampliar o património de objectos europeus, se bem que com menos esperanças, pelo menos neste momento, de chegar a concretizar um projecto deste género dentro dos tempos mais próximos. O conceito «Museu da Europa» por exemplo, foi criado pelo director do departamento da Eurásia de Hamburgo, o Sr.Dr.Rüdiger Vossen. Ver sobre este ponto: Rüdiger Vossen, «Ein Museum der Zukunft», in: Volker Harms et al. (Edit. Völkerkundemuseum 1990. Festschrift für Helga Rammow. Lübeck 1990, pp. 119-130)

Em face desta situação podemos perguntar se há algum interesse em criar um museu europeu? Não significaria pretender insuflar vida a um cadáver? Não há dúvida que as palavras «Europa», «europeu», «cidadão europeu» e um rol de combinações com o prefixo «Euro-» se utilizam em toda a parte, pois a boa educação manda assumir o papel de «europeu». Mas convém esclarecer, se a fundação projectada do museu novo visa apenas navegar por sua vez nesta onda da moda, ou se o plano corresponde a um interesse verdadeiro.

Um museu europeu em Berlim seria o primeiro do género no mundo — o que não seria uma coisa tão especial como pode parecer à primeira vista, dado que, apesar do entusiasmo antigamente evidenciado no conceito político da Europa, a cultura dos povos europeus mereceu pouco interesse no âmbito museológico. Coleções significativas de objectos de etnologia europeia existem apenas no museu etnológico de Berlim, de Hamburgo, de Paris, de Lisboa e, no Japão, de Osaka, e, ainda, no Museu Etnológico de Basileia. A cultura europeia parece suscitar o interesse público apenas no caso de se tratar de arte ao mais alto nível. É um facto que qualquer cidade de alguma importância dispõe de vários museus de arte europeia, bem como de outras instituições mostrando objectos da alta cultura, mas nenhuma que se ocupe dos aspectos globais da cultura popular europeia. Não é, portanto, injustificado perguntar se um museu deste género — visto até hoje ninguém se ter lembrado de o criar — tem alguma razão de ser, e, em caso positivo, se existe a possibilidade de satisfazer as condições inerentes. Com o mesmo direito podia-se perguntar ainda, como é que se pode definir (e apresentar) aquilo que é «tipicamente europeu»?

A fim de dar uma resposta a estas perguntas, tivemos de procurar determinar os elementos característicos, constitutivos da cultura europeia na sua totalidade. Tinha que se verificar também se o nosso projecto despertaria, no público, um interesse real. Não foi tarefa fácil de cumprir, dado que o Departamento Europa no Museu Etnológico de Berlim foi aberto ao público, há mais de meio século, apenas na ocasião de se organizarem exposições especiais, de pouca duração. Fora destes breves períodos permanece fechado nos armazéns de reservas. Para verificar se existia algum interesse no público, lançámos mão de um «balão de ensaio», e organizámos em 1989 uma pequena exposição itinerante denominada «A Europa dos Povos — Unidade na Diversidade». A reacção dos visitantes e também dos meios de comunicação ultrapassou de longe as nossas expectativas. Dentro de muito pouco tempo concluímos, para a mostra, contratos que se estendem até o ano de 1992. Assim, obtivemos rapidamente a resposta à pergunta de saber se havia uma necessidade de uma fundação deste género: a falta

⁴ Em colaboração com a Comissão da Comunidade Europeia — Departamento de Imprensa e de Informações — Bonn/Berlim e a Sr^a. Dr^a. Rose Haferkamp do Instituto de Formação complementar Cultural e. V. Köln.

aparente de interesse no público resulta da falta de ofertas apropriadas, pois em todas as informações sobre a Europa, o assunto «cultura» passa modestamente ao plano secundário, cedendo o primeiro lugar aos problemas políticos e económicos. Responder às perguntas: em que consiste, afinal, a «unidade europeia», que aspecto há de apresentar a identidade comum dos Europeus, ou porque é que todos vivem «na casa europeia», ou quem faz parte desta unidade e por que razão — é considerado uma imposição incómoda; correspondentemente as respostas são muito sumárias.

Na realidade o público tem o maior interesse em obter respostas fundadas a estas questões e informações sobre a cultura dos países vizinhos. No entanto, não escapámos às consequências da informação insuficiente, fornecida até hoje. Um bom número de visitantes, mas também colegas e jornalistas acharam — antes de ver a exposição — que o tema é irrelevante, pois na Europa não há nada de novo; no fundo, tudo é conhecido em todos os cantos e recantos e, portanto, enfadonho. Confesso que até nós tínhamos, inicialmente, algum receio, mas averiguámos rapidamente e para nosso espanto que os nossos conhecimentos sobre muitas partes da Europa estavam bastante limitados. Tivemos de reconhecer que, para os leigos, a Europa ficou «um continente desconhecido». Por exemplo: o que é que o leitor médio do jornal diário sabe acerca dos Gagausos — eles acabam de proclamar uma república autónoma em território soviético — acerca dos povos caucásicos tais como os abchastos, os ossetos, os mingrelhos — no território deles houve, nestes doze meses mais recentes, conflitos violentos — acerca dos croatas e sérvios — que ele, o leitor, achou tão simpáticos quando passou as suas últimas férias na terra deles e que, mais uma vez, querem matar-se mutuamente; acerca dos sorbos — são a única minoria étnica no território da antiga RDA. Para defender a sua situação que receiavam ser ameaçada pela reunificação da Alemanha, pediram ajuda à «Sociedade para a defesa dos povos em perigo»?

O leitor matutino abana a cabeça ao ler o que se passa com os nacionalistas bascos, flamengos, corsos ou irlandeses, não chega a compreender a sua motivação. Ou, para citar outros exemplos, há poucos europeus vivendo fora dos países respectivos que sabem que na Espanha existem várias nações, não apenas «espanhóis», ou quais são as quatro línguas que se falam na Suíça, Podíamos citar um número infinito de exemplos.

Entre nós são raras as pessoas que têm uma noção exacta da diversidade existente no nosso continente, que são conscientes de que é constituído por 35 estados, mas que há 150 a 200 etnias mais ou menos importantes vivendo na

⁵ Como Rüdiger Vossen de Hamburgo teve a amabilidade de nos informar, o Departamento Eurásia no Museu de Etnologia de Hamburgo é igualmente o que tem o maior número de visitantes.

Europa. Depois da exposição «A Europa dos Povos» ter sido apresentada em algumas cidades, tornou-se, para nós, um facto inegável que o anseio do público de ser informado tinha sido drasticamente subestimado por todos, tanto do lado museológico como do político — facto este que justifica, já em si, a criação de um Museu da Europa. Mas quais as características a conferir a este museu?

Um museu deste género tem que simbolizar a «ideia da Europa», ou seja a consciência da unidade espiritual do nosso continente. Ao mesmo tempo, porém, terá que demonstrar a sua grande diversidade cultural, acentuando que não se pode admitir que a unidade procurada venha a ser idêntica com uma uniformização, como alguns estão a recear (e que a CEE já tem causado em certos casos). Só a consciência da unidade existente pode justificar que a Europa se entenda como continente no verdadeiro sentido da palavra, pois este «apêndice da Ásia», com os seus limites geográficos bastante arbitrários, não é, na realidade, senão uma grande península pertencente à terra asiática. É a dimensão histórica da ideia da sua unidade espiritual que distingue o nosso continente de todas as outras regiões do mundo; na verdade, este conceito deve ter existido já nos tempos em que os exércitos cristãos venceram, em 732, os inimigos árabes em Tours e Poitiers.

Um museu europeu devia possuir, ainda, alguma da força visionária da «ideia de Europa». Devia proporcionar a convicção de que a unidade não é a consequência directa do ajustamento das normas económicas, mas que, pelo contrário, representa, em primeiro lugar e em especial, um processo espirito-cultural. É precisamente em face do desenvolvimento de sociedades multi-culturais nos estados industrializados que o museu poderá evidenciar que o conhecimento mútuo representa um capital político que urge aproveitar — sendo o museu não apenas um instituto de ensino, mas sim um centro de informação e formação política.

Em face deste postulado, o técnico de museus enche-se de receios e hesitações, pois surge-lhe imediata e urgentemente a questão: como é que se visualiza uma ideia no museu?

Quando estávamos a preparar a exposição já referida «A Europa dos Povos» — empreendimento experimental ou pré-projecto do museu europeu — a solução do problema não nos pareceu muito complicada.

Impunha-se adoptar como base as duas características fundamentais da cultura europeia, por nós elaboradas, nomeadamente a «dupla» conceptual constituída por um par contrastante: «unidade espiritual» e «diversidade dos povos e das culturas».

⁶ Conforme a definição do conceito de «povo», bastante complexo.

No entanto, pôr este projecto em prática provou não ser tão simples.

Revelou-se difícil determinar com toda a nitidez a diferença entre as culturas, demonstrando por meios museológicos as características que as distingue.

Tentámos definir o que é «tipicamente» basco, português, alemão ou búlgaro, e, confesso, falhámos nesta tentativa.

Tantas características culturais, tantas feições da cultura material, como móveis, utensílios, arados ou tipos de embarcação — como também da cultura espiritual — contos de fadas, canções e provérbios — provaram ser, não só nos países vizinhos, iguais ou, pelo menos tão semelhantes que, no fim, tivemos dificuldades em determinar o que é típico. Muitas vezes parecia-nos que era menos característico aquilo que uma cultura possui, do que aquilo que, comparada com outra, lhe falta.

Por outro lado, era relativamente fácil determinar o que é «tipicamente» europeu, tendo-se de aplicar, porém, muitas vezes métodos negativos, realçando o que o distinguiu das culturas não europeias. Ao organizar a exposição, tivemos em conta estas dificuldades, dando destaque à «unidade». De facto, escolhemos, nos quinze países considerados, características culturais que se apresentavam, à primeira vista, como «tipicamente» italianas, francesas, estónias, etc. Mas olhando melhor, constatava-se logo: já vi coisas iguais ou bastante parecidas no nosso país, ou provenientes de um país totalmente diferente. As reacções dos espectadores confrontados com este facto eram muitas vezes surpreendentes, mesmo para nós. Houve, por exemplo, uma senhora búlgara, vivendo na República Federal da Alemanha há 20 anos, que reagiu exactamente como esperávamos. Reparando nas fotografias ilustrando o tema (pouco vulgar) da «cultura de tabaco na Alemanha», ela desatou a chorar. Tudo o que via nas imagens, até os lenços que as trabalhadoras francónias levavam na cabeça, tudo se apresentava exactamente como na sua terra búlgara, e, ao mirar estas fotografias, ela sentiu-se, como ela acentuava, pela primeira vez «em casa» também na Alemanha.

Daí resulta, para a organização do museu, a conclusão de que é imprescindível prestar atenção principalmente às diferenças culturais relativamente insignificantes, mas que parecem ser constitutivas da consciência de si próprio dos povos respectivos. No entanto, deverá estudar-se este problema mais pormenorizadamente. As relações entre russos e ucranianos, ou entre castelhanos e portugueses parecem-nos de particular interesse neste contexto. Será uma tarefa importante a cumprir pelo museu tornar bem nítida a diversidade das culturas, por mais insignificantes que as diferenças possam parecer a terceiros, e de contribuir para que sejam respeitadas. A nossa atenção especial deverá ser dirigida aos povos mais pequenos. «Durante muito tempo consideraram-se apenas as grandes nações como importantes para o bem-estar da Europa. Esqueceram-se as nações mais pequenas. A diversidade desconcertante dos seus nomes e cul-

turas parece não se adaptar aos tempos modernos. Os movimentos regionalistas ou, até, separatistas interpretam-se frequentemente como uma ameaça, um obstáculo que se opõe à tendência de chegar a uma Europa comum. Assistimos quase diariamente, nos noticiários, ao que resulta da falta de atenção aos povos mais pequenos. ... Mas a diversidade cultural, a existência de nações grandes ao lado das mais pequenas pode considerar-se também como «chance» e estímulo. O regionalismo e, derivando deste, um federalismo político, podem contribuir para viabilizar a comparticipação de largas camadas dos povos na vida cultural e, em última análise, na vida política. Estabelecer-se-iam também trocas cada vez mais intensas entre os povos⁷».

Fazendo prevalecer esta ideia, o museu favorece também a consciência da identidade europeia, abrindo, assim, caminho para que sejam ultrapassadas as atitudes tacanhas e nacionalistas. Um museu europeu deverá basear-se num conceito da cultura como sendo o produto da sociedade na sua totalidade, não pode limitar-se só às sociedades pré-industriais, deverá ser, portanto, mais que um museu (alemão) de etnologia em ponto pequeno. Uma visão da cultura completa abarca todos os sectores da sociedade, também da dos nossos dias. Opõe-se ao número crescente de museus especializados em aspectos parciais da cultura europeia, deverá ser um museu integrativo.

Pode dizer-se, em conclusão, que a pergunta formulada no início: haverá uma necessidade real de um museu europeu, ou será é seja apenas uma reacção a uma tendência da moda? Encontrou, assim, uma resposta. É necessário, é muito necessário mesmo. O caminho que leva à sua concretização será longo e difícil, e pode ser bem sucedido apenas se irradiar algo da força visionária inerente à ideia da unidade europeia, contribuindo, ao mesmo tempo, para a consciencialização e conservação da diversidade das culturas, da co-existência fértil de povos grandes e pequenos. Todos os que colaboram deverão manter sempre viva a consciência do carácter especial da tarefa e do seu papel, e deverão conquistar para ele uma ressonância à escala europeia.

A criação deste museu só faz sentido se desempenhar o seu papel inspirado pela Europa na sua totalidade. Convinha não confiar a sua construção a um povo só, neste caso ao alemão.

CONCEITO DE UM MUSEU EUROPEU **Museu da Etnologia Europeia a criar**

Problemas inerentes ao projecto

— Até hoje não existiu nenhum museu deste género.

⁷ In: Wulf Köpke «A Europa dos Povos — Unidade na Diversidade».

— Exceptuando um artigo da autoria de R. Vossen que, no entanto, foca mais o aspecto de um «Museu Europeu ao ar livre»⁸, o assunto ainda não foi objecto de uma discussão pública.

— Impõe-se desenvolver uma maneira de pensar estruturalmente nova; e as dificuldades oferecem, ao mesmo tempo, oportunidades interessantes.

A necessidade de criar um museu europeu

Apesar das afinidades do museu planeado com o Museu de Etnologia (ver parágrafo «objectivo»), a fundação dum Museu Europeu separado justifica-se pelas razões seguintes:

- Valor simbólico dum museu com estas características, sendo um sinal da vontade de integração na Europa, mesmo actualmente, apesar do processo de reunificação interna da Alemanha, parece ocupar o primeiro plano.
- Possibilidade da apresentação em grande amplitude deste conjunto especial, importante para os Europeus, amplitude esta superior àquela que seria possível alcançar dentro do âmbito do Museu de Etnologia.
- Acentuação da importância da dimensão cultural, relacionada com o processo de unificação da Europa na sua totalidade, estendendo-se desde o Atlântico até ao Ural.
- Não se trata, neste contexto, das potencialidades da Europa no sentido político e económico, mas sim das suas virtualidades espirituais do nosso âmbito cultural, pois «são estas possibilidades espirituais que, no fundo, determinam as políticas, económicas e sociológicas» (Jean Gebser)⁹.
- Atribuir a Berlim o carácter de local de implantação de instituições europeias.
- Contribuir à apresentação da cultura dos emigrantes que trabalham no nosso país e, assim, contribuir para a sua integração.
- Necessidade de criar um ponto de identificação e reflexão, face ao processo de integração europeia.
- A localização de um museu deste cariz no centro geográfico do Continente, num ponto de encontro importante das duas metades em que a Europa esteve dividida nestas últimas décadas reveste-se de um elevado valor simbólico e identificativo para todos os Europeus.
- A actualidade e urgência do tema Europa.
- Evidenciar o facto do surgimento de «sociedades realmente multiculturais», desenvolvidas em muitas regiões da Europa. O museu pode fornecer ideias importantes, ajudando a lidar com esta situação.
- Um museu europeu que desempenhe bem as suas funções, mostrando os aspectos reais da Europa, poderá fornecer à política uma excelente orientação científica e facultar ao processo de unificação politicamente ambicionada a base e o apoio histórico e cultural necessários.
- Pretende-se confrontar o número crescente de museus especializados e focando aspectos parciais da cultura europeia, com um museu inspirado dum conceito integrativo.

Conceitos centrais

Os conceitos ocupando o centro das atenções dum museu deste género são os seguintes:

- Europa – as suas origens, o seu carácter e a sua ideia.
- A cultura – a sua génese e a sua função no nosso continente.
- A regionalidade – laços existentes sob condições determinadas por factores geográficos, climáticos e culturais, em parte transpondo as fronteiras dos povos (exemplo: Galiza, Vojvodina, Tirol do Sul).

A ideia de «Europa»

O que é que define a «Europa». O que é que deu a este «apêndice da Ásia» o seu poder, o seu domínio cultural que marcou, nestes últimos séculos, a história e a cultura mundial, tanto no sentido

⁸ Rüdiger Vossen: Ein Museum der Zukunft. In: Volker Harms et al. (Ed.) Volkeskundemuseum 1990. Festschrift für Helga Rammow. Lübeck 1990. Pag. 119-130.

⁹ Jean Gebser In der Bewahrung, Zehn Hinweise auf das neue Bewusstsein. Berna/Munique 1962: pag. 82

positivo como negativo. Como é que se pode explicar o facto dos povos deste Continente se terem guerreado durante séculos, com tanta violência e, por outro lado, ter sempre existido o espírito de solidariedade e de unidade?

Para citar R.W. Leonhardt, a Europa actual apresenta-se «às vezes como uma associação, um clube, a que se pode juntar sempre quem se quiser, mas de que se pode também retirar. — Fala-se hoje em dia de uma abertura da Europa em relação ao Este, como se dependesse da boa vontade dos países da CEE; em que medida domina, na Polónia, o espírito europeu¹⁰».

Por mais que, presentemente, a Europa pareça poder interpretar-se perfeitamente por métodos racionais, nunca perdeu totalmente a sua atração emocional. «A Europa é» como continua Leonhardt, «uma civilização com uma história de mais de 2.000 anos, que teve a sua origem na fusão da antiguidade grego-romana com a religião cristã, tendo recebido a sua formação pelo humanismo e o iluminismo». É uma força espiritual.

Acentua-se frequentemente a necessidade de criar a unidade política da Europa. Mas esta não nasce «ex ovo» pela acção dos políticos. Nem se explica exclusivamente como oriunda da vontade política ou das forças económicas. Estamos conscientes de que já existe esta unidade no âmbito espiritual, nas artes e na cultura, na ética semelhante e nas atitudes semelhantes. «Quando falamos da «cultura europeia» pensamos nos elementos que, dentro das diferentes culturas das nações, são iguais. ... Dentro da Europa há certas feições comuns que justificam falarmos numa cultura europeia» (T.S. Elliot)¹¹.

Houve períodos durante os quais um nacionalismo excessivo ameaçava sobrepôr-se à noção de factores comuns, mas estes nunca deixaram de existir, pois estão enraizados num passado longínquo. «É Europeu quem leva, dentro de si, a mentalidade e o espírito do ocidente. Isto não significa que tenha necessariamente que conhecê-la, mas que esteja integrada na sua substância. Temos as nossas origens em Roma, em Atenas e em Jerusalém. Adoptámos dos romanos o espírito da ordem estatal e do direito, foi-nos legado pela Grécia o espírito da liberdade intelectual e da beleza, o gosto de tudo quanto é belo, e assimilámos o espírito do Antigo e do Novo Testamento». (Eugen Kogon)¹²

No entanto, aponta-se, além da unidade, também a necessidade de conservar outra característica decisiva do nosso continente, que é a sua diversidade cultural e étnica, tal como definia C. J. Burckhardt: «Todas as tendências para uma uniformização, quer seja política, religiosa ou social, representam, para o nosso continente, um perigo mortal. A unidade forçada, a homogeneização é uma ameaça; o que nos salva é a nossa diversidade¹³». Para citar Enzensberger no seu «Ach, Europa»: «Aquilo que Você chama caos é a nossa «ressource» mais importante. A irregularidade, a «confusão», a etnicidade são a força da Europa. Uma Europa que forma um bloco uniforme é unimaginável¹⁴».

O que citamos a seguir dos escritos de Madariaga e de Ortega y Gasset estabelece, realmente, o programa dum museu europeu, a representação da dicotomia especificamente europeia, da unidade e da variedade dos seus povos e das suas culturas».

«Vista na sua totalidade, a Europa apresenta-se com contornos tão marcados como qualquer das nações de que se compõe. As diferenças entre germânicos, latinos e eslavos desaparecem atrás das semelhanças de família, de modo que, principalmente, vistos sob o prisma dum continente estrangeiro, a gôndola de Veneza e o castelo da Escócia aparecem, de facto, como verdadeiros camaradas e vizinhos. Consideramos... a diversidade europeia, esta abundância quase incrível de tipos nacionais que o nosso pequeno continente criou... No entanto, esta diversidade não é caótica. Nem a maior

¹⁰ Rudolf Walter Leonhardt. *Gehören die Niederlande zu Europa?* In. Jornal semanal «Die Zeit» nº 26 de 22.06.1990. p. 76 Hamburgo

¹¹ T.S. Elliot *Einheit der europäischen Kultur* In *Essays* 1, 1988, 110 f — Francoforte/Meno

¹² Eugen Kogon citado seg. Hans Duus (Ed) *Europa als Wirklichkeit und Aufgabe*. Hamburgo 1954:19.

¹³ C.J. Burkardt: citado segundo Hans Magnus Enzensberger «Ach. Europa» 1987:482. Francoforte/Meno.

¹⁴ Hans Magnus Enzensberger «Ach. Europa» 1987/484 Francoforte/M

abundância de tipos, nem a arbitrariedade mais desordenada na actuação dos vários povos podem levar-nos a esquecer o conceito duma unidade superior, proclamando: isto é a Europa! Uma sensação de unidade apesar da diversidade». (Salvador de Madariaga)¹⁵

«Mal as nações ocidentais se estenderam até as suas fronteiras actuais eis que em volta delas e atrás delas surge, como um pano de fundo, a Europa. A Europa — isto é a paisagem comum em que as nações se movem desde a Renascença; são elas próprias que formam esta paisagem comum que, sem que elas se apercebam disso, já começa a esquecer a sua diversidade bélica. Em cada geração nova as suas almas parecem mais uniformes ou, para exprimi-lo mais exacta e cautelosamente: os espanhóis, os alemães, os ingleses, os franceses são e continuam a ser tão diferentes uns dos outros quanto se pode imaginar; mas a todos é comum a mesma estrutura psicológica, focando os mesmos conteúdos. A religião, a ciência, a arte, os valores sociais e eróticos são assuntos comuns. São estas as substâncias espirituais em que se baseia a nossa vida. Portanto, a uniformidade é ainda mais acentuada do que seria se as nossas próprias almas fossem cunhadas no mesmo molde. Se avaliássemos hoje o nosso património espiritual — teorias e normas, desejos e hipóteses — revelar-se-ia que, na sua maior parte, não é oriundo da pátria respectiva, mas sim do nosso fundo europeu comum.

Dentro de nós o europeu sobrepõe-se ao alemão, ao espanhol, ao francês. Se tentássemos pensar, hipoteticamente, que tínhamos que viver exclusivamente daquilo que é «nacional», se tentássemos privar o alemão médio de todos os costumes, pensamentos e sentimentos que ele adoptou, provenientes de outros países do nosso continente, havíamos de ficar atónitos por verificar que uma existência assim limitada já é uma impossibilidade; oitenta por cento do nosso património íntimo são bens comuns europeus». (José Ortega y Gasset)¹⁶

É extremamente importante acentuar o papel do laço unificador que é a base comum da cultura europeia. *Um museu europeu tem que ser idealizado a partir do conceito da Europa.* A ideia «Europa» tem de se manifestar em toda a parte, tem de fazer-se sentir em qualquer parte do museu. Não deverá salientar-se um povo em especial. Deverá evidenciar-se o lugar que cada povo ocupa, bem como a sua contribuição específica à cultura europeia. Para terminar este conjunto de citações (que poderíamos continuar infinitivamente) relativas ao tema Europa, desejamos mencionar ainda o «Senior» da filosofia da história europeia global actuando na Alemanha, Albert Birgeler:

«Inesperadamente ofereceu-se à Europa, no campo dos impérios mundiais, uma oportunidade nova, provavelmente a última. O facto da Europa se ter tornado o «terreno entreposto» entre duas potências mundiais inimigas, fez nascer, contra a tradição e sua história referentes à linha de demarcação tomada «cortina de Ferro», uma tomada de consciência, a intenção de restabelecer a Europa no seu carácter de unidade independente... No âmbito espiritual a tarefa principal da Europa consiste na assimilação da sua história global, existente há milénios. Perante a unidade real e evidente desta história global deverá desaparecer a aspiração violenta de obter a totalidade, com a qual se manifestaram os movimentos intelectuais e as exclusões parciais das nações... a libertação do poder criativo é a contribuição para a renovação europeia que pode fornecer um conceito histórico dinâmico. Deverá alvejar-se mais que a série de imagens dos tempos passados, deverá ser a mola real da restauração política ou um diálogo livre de pontos de vista incompatíveis sob o prisma dogmático. O reconhecimento de todas as forças criativas dentro dos moldes da sua localização e da época em que actuaram corresponde a um serviço prestado à sua interpenetração e respeito mútuo»¹⁷.

A ANÁLISE DA SITUAÇÃO EXISTENTE

Pretende-se dotar o museu planeado, na sua parte essencial, com o património dos dois museus de etnologia (alemã), existentes nas duas partes de Berlim, bem como das colecções existentes no departamento Europa do Museu Etnológico de Berlim. (MV)

¹⁵ Salvador de Madariaga *Porträt Europas*. o, J, Estugarda P. 198

¹⁶ José Ortega y Gasset *Der Aufstand der Massen*, Estugarda 1949: P. 198

¹⁷ Albert Birgeler «Geschichte Europas» Friburgo 1958:442 f.

O campo de actividade no sentido de colecção dos Museus Etnológicos corresponde agora ao que Gerndt indica como sendo o campo de actividade da etnologia em geral.

— «Visa-se... uma área de objectos significativa do modo de estar na vida quotidiana, especialmente das camadas sociais inferiores e médias, apresentada, sob ponto de vista formal, por fenómenos quantitativos mais que individuais».

— «Cultura quotidiana», «Vida do dia-a-dia».

— «O que resta é a grande extensão do quotidiano, na verdade menos vistoso mas — vendo bem — não menos importante; é um «solo materno de que nasce a cultura da nação» (Albrecht Dietrich), ou — «o mundo da gente modesta» (Hermann Bausinger).

Reuniram-se, para o departamento Europa, pelo menos em parte, objectos típicos das diferentes camadas sociais, como aconteceu também nos museus de etnologia. Ao mesmo tempo consideraram-se, porém, muitas culturas de povos pequenos, especialmente existentes na Europa Oriental, sob um aspecto da sociedade na sua totalidade, não sob o ponto de vista de camadas sociais, separadas.

O campo, já em si bastante restrito, onde os museus etnológicos e, em parte, a Secção Europa podem procurar objectos para as suas colecções, foi ainda mais limitado, na prática museológica, pela concorrência de numerosas instituições possuindo colecções que, em certos sectores especiais, são de carácter igual ou semelhante.

— museus de arte (em especial aqueles que focam a arte existente antes da definição do conceito burguês da arte)

— museus de artesanato

— arquivo estatal secreto

— biblioteca nacional

— biblioteca de arte

— arquivo do «Bauhaus»

— museu do transporte e técnica

— arquivo do «Werkbund» — museu da cultura do quotidiano do século XX

— Museu Histórico Alemão

— Museu Brandemburguês

— Museu de Berlim

— Biblioteca Comemorativa da América

— FU Berlim — Área especial de história económica e social

— Instituto Friedrich Meinecke

— Biblioteca Universitária

— Comissão Histórica de Berlim

— Arquivo Estatal de Berlim

Com respeito a esta «concorrência», surge logo a pergunta se se justifica a existência de dois museus etnológicos no campo museológico de Berlim. O âmbito de uma colecção do «Quotidiano», por eles reivindicado é difícil de definir e distinguir, nem se pode atribuí-lo especificamente a um museu. Assim, o conceito do «Quotidiano» é pouco apropriado para formar o ponto de partida para o princípio a que há-de obedecer uma colecção. Além disso, é insuficiente, pois é evidente que deverá atribuir-se também espaço ao não-quotidiano, às festas e cerimónias. Se bem que seja de grande importância mostrar o dia-a-dia dos camponeses e o dos proletários, tal como a etnologia o fez no passado, expressamente e com sucesso, a limitação ao «mundo dos humildes» em exclusivo parece uma limitação desnecessária e injustificada. Além disso podia até causar a impressão que nas colecções seriam incluídos apenas aqueles objectos que sobejavam do trabalho dos museus especiais.

A ambição da etnologia de abranger a sociedade na sua totalidade requer, também para o âmbito «Europa», o estudo de *todas* as partes da sociedade, ou seja: a cultura total. Da mesma maneira como os etnólogos focam a vida dos Sultões de Bamum/Kamerun, eles deviam interessar-se igualmente, por exemplo, pela vida da Casa Real da Inglaterra, ou por outros sectores das camadas superiores. É precisamente o inter-relacionamento de todas as partes da sociedade que nos parece de interesse especial para um museu deste cariz. Convinha, também, atribuir mais espaço à cultura do século XX, seguindo, mais ou menos, os mesmo princípios concretizados nas colecções do

Arquivo do «Werkbund».

O QUE DEVERÁ ABRANGER UM MUSEU «EUROPEU». POSIÇÃO ESPIRITUAL EM RELAÇÃO A OUTROS MUSEUS

Não se pretende intervir, com o exposto no capítulo «Análise», na discussão conceptual da etnologia universitária. Esta última não tem, para o projecto em vista, senão uma relevância relativa, pois trata-se, no que planeamos, de uma coisa completamente nova, que ultrapassa, de longe, o âmbito daquilo que se entendeu, até hoje, como sendo objectivo da etnologia museológica.

Um museu europeu tem de ser mais que a soma das suas partes. Em especial, não poderá ser, por assim dizer, um museu de etnologia alemã, transportada para o nível europeu. Mas tem de ser, também, mais que um museu etnológico em ponto pequeno. Deverá definir-se, inequivocamente, como «museu de cultura» integrativo no sentido de uma etnologia geral. Além disso, deverá desempenhar um certo número de funções aditivas de cultura política que decorrem da relevância política e social do tema «Europa». A base científica situa-se na ciência e história da cultura. Um museu deste cariz relaciona-se, como qualquer museu etnológico, com a interpretação de dados culturais. Estabelecem-se comparações apenas entre elementos de importância idêntica; não deverá servir apenas um povo em especial como ponto de referência para a comparação. Situa-se no âmago da pesquisa, como é o caso na etnologia multi-nacional, o problema da génese e da função da cultura. Não deverá abstrair-se das relações da Europa com as outras partes da cultura mundial, apesar do Museu da Europa ficar separado do Museu de Etnologia.

Como já dissemos, a base de um museu da Europa tem de ser determinada por um conceito cultural da sociedade na sua totalidade, ou seja um conceito da cultura etnológica apenas ampliada por alguns aspectos especiais. Limitá-lo meramente às sociedades pré-industriais não me parece corresponder aos seus fins. Um museu deste género abrange uma parte essencial daquilo que não está incluído no material dos museus especializados na sua totalidade, quer sejam os museus de arte, de instrumentos de música, de artesanato, etc.: a história da cultura europeia. Neste sentido o museu representa o conceito que integra os processos históricos, culturais e sociais. «Cultura do quotidiano» não pode, portanto, significar a cultura da gente humilde, mas sim de toda a gente, não menosprezando por isso os méritos de muitas pesquisas e trabalhos que concentram a sua atenção exclusivamente na ampla corrente da cultura básica, não incluindo os produtos superiores da alta cultura.

O que está no campo de visão da etnologia europeia é a cultura da sociedade na sua totalidade. Pretende-se encarar de modo «holístico» (Bateson, Bohm)¹⁸ a cultura (culturas), o que significa considerar o relacionamento e as correlações entre os elementos como sendo essenciais, criando-se, assim, um sistema, uma rede de conhecimentos do objecto (neste caso da Europa).

Não se deve continuar a limitar os objectivos (o que resulta apenas da força das circunstâncias) a aspectos parciais da cultura. Uma visão global da cultura deverá abranger todos os sectores da sociedade e da própria cultura. Para concretizar este conceito impõe-se utilizar também objectos pertencentes aos museus de arte e de artesanato.

Não se pretende com a criação de um museu da história das culturas europeias implementar um plano megalómano. Nem se visa negar justificação à existência das «instituições concorrentes», mencionadas no capítulo «Análise». Pelo contrário — deverá planejar-se o museu europeu no seu papel de factor unificativo espiritual, concreto, unindo todos estes museus especializados que mostram apenas recortes ampliados de sectores parciais da cultura total. Apresentar as culturas dos povos, renunciando incondicionalmente a valores estéticos considerados elevados não corresponde ao verdadeiro sentido das intenções.

Citemos um exemplo: a «Ronda» de Rembrandt não seria apresentada no Museu Europeu apenas sob o prisma meramente estético como é o caso num museu de arte. Podiam derivar-se deste quadro muitas informações sobre os Países Baixos, sobre os clubes dos atiradores, sobre trajes/

¹⁸ Bateson, Gregory «Geist und Natur Eine notwendige Einheit» 1984: 116 Francoforte/M. Bohm, David Wholeness and the implicate order. 1950. London.

modas ou outros aspectos, até sobre uma época cultural inteira da Europa Ocidental. Ao mesmo tempo, porém, quadros deste género (ou outras obras de arte) têm o poder de conferir às exposições do museu uma dimensão estética, uma amplitude original e fascinante que, até hoje, foi negada ao museu etnológico tradicional.

OBJECTIVOS

O objectivo de um museu europeu em Berlim deverá ser:

- transmitir a ideia de «Europa»
- reforçar a consciência de uma cultura europeia comum
- demonstrar esta cultura europeia comum
- explicitar a unidade espiritual da Europa, definir o seu carácter e as suas origens
- mostrar a diversidade da Europa, as suas inter-relações, os seus problemas e as suas vantagens, por outras palavras: oferecer uma ampla imagem dos povos europeus, dando relevo às suas características individuais e às suas semelhanças
- integrar, em face dos esforços políticos de conseguir a união da Europa, o museu num discurso político-cultural tendo em mente a situação actual
- criar um centro neutro da cultura e um ponto de partida para a identificação dos estrangeiros europeus fixados em Berlim
- estimular a identidade europeia com o fim de ultrapassar a atitude nacionalista e racista.
- dialéctica: é preciso realçar que os alemães representam apenas uma unidade entre cerca de 150 unidades étnicas, mais ou menos importantes, existentes na Europa. Por outro lado, e devido à sua posição geográfica, a maior parte dos visitantes será constituída por alemães. Integrando a sua própria cultura deverá criar-se, a partir do seu próprio mundo empírico, um caminho conduzindo à compreensão do mundo dos outros.
- O «Museu da Europa» corresponde a um museu etnológico moderno, mas focando especificamente a Europa. Deverá oferecer aos europeus e aos visitantes vindos de outras partes do mundo, as possibilidades de se orientar sobre a história e a situação actual da Europa que abrange o território desde o Atlântico até ao Ural, sobre as famílias linguísticas e as línguas, os povos maiores e os pequenos, os desenvolvimentos nacionais, regionais e locais, sobre a contribuição das várias nacionalidades para a evolução da Europa, sobre religiões e confissões, contos da fada, literatura, artes plásticas e música, artesanato e arquitectura, comércio e indústria, cultura urbana e rural, sobre a política nacional, inter-regional e internacional, bem como sobre problemas ecológicos, sobre traços comuns e diferenças surgidas nos povos da Europa, e sobre as irradiações e inter-relações com outros continentes no passado e no presente» (Rüdiger Vossen)¹⁹.

ÂMBITO DAS COLECÇÕES

— geograficamente

Estende-se à Europa toda, desde a Islândia até ao Ural, e do Cabo do Norte até Malta. Além disso, inclusão do Cáucaso e de Chipre. Não é indispensável incluir a Turquia asiática, áreas cuja cultura se misturou com culturas europeias ou culturas de emigrantes europeus.

Objectos existentes no Museu de Etnologia e no Instituto Ibero-Americano relacionados com as culturas mistas euro-afro-índias da América Latina (cerca de 2.500 objectos)

Eventualmente alguns objectos existentes no Museu de Artesanato (por exemplo faianças italianas).

Além dos mencionados, seriam pedidos de empréstimo também outros objectos pertencentes a museus designados de «competição», mas, por princípio, apenas em parte.

Objectos provenientes de regiões da União Soviética não incluídas no âmbito geográfico focado pelo Museu da Europa (Sibéria, Ásia Central) seriam pedidos, de empréstimo, em casos especiais e destinados a exposições SU.

¹⁹ Rüdiger Vossen. op. cit. p. 122.

Colecção do Arquivo do «Werkbund» (ver o capítulo seguinte «Instituições»)

INSTITUIÇÕES A CONVIDAR PARA PARTICIPAR

- Museu Etnológico
 - Secção Europa
 - Secção Arqueologia Americana
 - Secção Povos primitivos da América (?)
 - Secção Etnologia Musical
- Museu de Etnologia da Alemanha, incl. Colecção Weinhold
- Museu de Etnologia
- Instituto Ibero-Americano
- Museu de Instrumentos de Música
- Arquivo do «Werkbund» (participação na função de Instituição independente, pôr à disposição espaço para exposições)
- Serviços da Imprensa e Informação da CEE e outras instituições europeias
- Delegados do Senado para estrangeiros
- Junta para o estrangeiro.

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E DO CONTEÚDO DO MUSEU

Aqui pretendemos apenas focar a área de exposição. É evidente que o Museu deverá englobar, além desta área, salas para os serviços administrativos, colecções de estudo com acesso ao público, biblioteca, oficinas de restauro, atelier gráfico, salas de reuniões, restaurante, salas de trabalho para estudantes/centro pedagógico, eventualmente mesmo um infantário e quartos para visitantes. Convém lembrar que o Museu serviria também de local para congressos e outras reuniões tratando a temática europeia.

IMPLANTAÇÃO GEOGRÁFICA/ESPAÇO NECESSÁRIO

Uma localização conveniente para o museu planeado afigura-se-nos ser a proximidade dos museus especializados em assuntos de cultura europeia e do antigo muro de Berlim, pois seria um símbolo inequívoco da superação da divisão da Europa, divisão esta agora substituída pelo conceito da Europa unida.

Espaço necessário: cerca de 20.000 m² (6.000 m² para exposição, 12.000 m² para colecções de estudo, 2.000 m² para outros serviços, biblioteca, arquivos etc.)

EXPOSIÇÃO PERMANENTE — ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Se bem que as exposições permanentes tenham originado certas críticas (até certo ponto justificadas), não convém, porém, renunciar totalmente à sua organização, sendo, no entanto, imperativo actualizá-las com intervalos regulares. Tais exposições fixas representam a base integrativa do museu, sem a qual seria, para o visitante, um conjunto de espaços culturais desordenados, sem inter-relacionamento. O visitante normal ficaria sem compreender porque é que os búlgaros, por exemplo, mas também os dinamarqueses fazem parte da Europa — por outras palavras, quais as razões que justificam que se fale numa «cultura europeia». O total da exposição, quer permanente, quer a temporária, é dividida em quatro grandes partes temáticas inter-relacionadas que, por sua vez, ainda são subdivididas. Duas delas fazem parte da «introdução», ocupando cerca de um terço da superfície disponível, e que deverá manter-se durante um tempo prolongado (cerca de dez anos), prevenendo-se, porém, a

possibilidade de actualizar determinadas partes a curto prazo, sempre que isto se mostre necessário. Convinha que a exposição permanente fosse equipada com um «Sector de Serviço», destinado principalmente ao uso de estudantes e outras pessoas particularmente interessadas.

EXPOSIÇÃO PERMANENTE — ORGANIZAÇÃO DOS SEUS OBJECTOS

I — Introdução

1. *Âmbito temático — panorama histórico e história das ideias*
 - O que foi a Europa — o que é a Europa
 - (Denominação, definições culturais, históricas e geográficas)
 - Origem do Ocidente — o surgimento dos primeiros europeus
 - Evolução do Ocidente cristão até as estados nacionais modernos
 - O conceito da «Europa»
 - A Europa no mundo actual
2. *Área temática — Aspectos gerais*
 - Faces da Europa
 - Povos e línguas
 - Religiões
 - Minorias — maiorias
 - Estereótipos e alcunhas — a cultura dos conflitos entre vizinhos
 - A Europa vista pelas ciências culturais
 - Instituições europeias
 - O tema «Europa» na história da arte europeia
 - Os europeus vistos do lado de fora (retratos de europeus na arte plástica dos povos não europeus)
 - Âmbito de Serviços*
 - Sistemática das técnicas têxteis
 - Técnicas fundamentais do artesanato europeu tradicional
 - Arte plástica — modificações nas formas e materiais básicos tradicionais

EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS — ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

As exposições temporárias, destinadas a ocupar dois terços da superfície disponível, são também divididas em dois grandes grupos temáticos. Também estes compreendem sempre um elemento fixo, ou seja uma «unidade de orientação». Esta desempenha o papel do «fio condutor», permitindo aos visitantes orientarem-se na diversidade europeia que se pretende mostrar em pormenor nas exposições temporárias. Além disso convinha prever-se uma grande sala destinada a exposições especiais, onde se podem apresentar vertentes não consideradas noutros sectores, principalmente temas não confinados a um único sector.

Na *área temática 3*, a primeira dentro da área das exposições temporárias, apresentam-se temas especiais comparativos, tais como «festas» ou «música». A «unidade de orientação» mostra, por exemplo, no caso do tema «festas», brevemente, quais são as festas que se celebram na Europa, e explica-se, dentro do possível e resumidamente o seu conteúdo, ilustrando-as por meio de algumas fotografias. Deste modo faculta-se uma ideia geral ao visitante. A seguir, pode passar-se ao pormenor, tratando, por exemplo, o assunto «Natal na Europa», ou, apenas, Natal em Erzgebirge, pois, graças ao que colheu na «Unidade Orientadora», o visitante tem a possibilidade de integrar esta exposição especial num conjunto mais vasto. Uma exposição deste género mantém-se aberta durante cerca de um ano. A seguir, é transferida para a colecção de estudo, podendo dar-se acesso aos objectos nela incluídos também a visitantes particularmente interessados no tema tratado, enquanto se pode admirar, na exposição temporária, por exemplo objectos ilustrando usos e costumes observados no mês de Maio.

A *área temática 4* que mostra os espaços culturais da Europa na sua localização geográfica, com subdivisões em povos, seria organizada segundo princípios semelhantes. Prever-se-á, para cada povo existente nos sete espaços culturais tratados, uma estrutura básica (por exemplo «modo de vida», «alimentação», «vestuário/trajes/moda»), referida na «Unidade Orientadora». Aplicando o princípio dos «elementos a combinar», juntam-se, a partir desta estrutura, alguns elementos para serem tratados em exposições especiais, por exemplo, simultaneamente relativos ao espaço cultural «Escandinávia/Países Bálticos» o tema «Alimentação», para o espaço cultural «Europa Meridional/Balcãs» o tema «Arquitectura», para a «Europa Central» «Trajes de camponeses no Sudoeste da Alemanha», ou, para a «Europa de Ocidental» «Amuletos da Bretanha». Não se pode considerar uma exposição de todos os elementos, isto seria impossível, e, além disso, tomar-se-ia enfadonho. Mas a «Unidade Orientadora» habilitará o visitante a incorporar exposições, mesmo muito especializadas, numa unidade total. Podem substituir-se os elementos apresentados por outros, com intervalos mais ou menos grandes, conforme a disponibilidade de pessoal e material, e conforme a situação da pesquisa. Assim, cria-se uma exposição, em princípio permanente, mas sempre remodelada, não necessitando, para esta reorganização, de meios financeiros importantes, mas que suscitará, no visitante, um interesse sempre avivado. Quando se trata de temas determinados, tratados na exposição apenas à margem, convinha indicar qual o museu especial em Berlim onde o visitante poderá encontrar eventualmente uma apresentação mais ampla do assunto.

EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS — ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO

II — Cultura europeia em pormenor:

3. Área temática — exposição especial comparativa

- Festas
- Música
- Contos de fadas/pesquisa da literatura narrativa
- Emigração/imigração
- Europeus no Ultramar — as culturas dos colonos
- Turismo

4. Área temática — Espaços culturais europeus na sua integração europeia

a) tradições culturais nas áreas rurais

- Escandinávia — Báltico
- Europa Ocidental
- Europa Central
- Europa Oriental
- Europa Meridional do Sudoeste
- Europa do Sudeste e os Balcãs
- Cáucaso

Cada um destes espaços culturais está sub-dividido em povos, cuja cultura será descrita nas áreas seguintes:

- Tecnologia/ergologia/profissões/artesanato/objectos caseiros/arquitectura/arquitectura interior/móveis
- Utensílios caseiros
- Estrutura social
- Alimentação
- Jogos
- Vestuário/trajes/moda/têxteis
- Modas de vida
- Currículo anual
- Religião/magia/crenças populares

b) Tradição cultural urbana

- Culturas das grandes cidades
- (exemplo: Moscovo, Praga, Berlim, Paris, Londres, Roma, Atenas)

- Cultura da pequena burguesia
(Exemplo: Alemanha/«allotted» Gardens, Dinamarca, França)
- Cultura dos trabalhadores manuais
(Exemplo: Região do Ruhr, Inglaterra, França do Norte)
- Cultura das camadas sociais superiores
(Exemplo: Clubes, casta dos oficiais, «Grandes» espanhóis, «honra»)
- c) Estrangeiros não estimado sou os primeiros europeus do Continente total
 - Cultura e destino dos judeus europeus
 - Cultura e destino dos ciganos europeus
 - Emigrantes temporários

ACTIVIDADE DE COLECCIONAR

Impõe-se submeter a actividade de coleccionar aos vários temas, tendo em vista os diferentes elementos a expor. Desta necessidade resulta a renúncia parcial à «função arquivadora» até hoje ambicionada e, assim, o abandono das compras em série, por assim dizer «por hipótese», por exemplo cinquenta trajes de uma pequena região na Eslováquia. Compras em série só podem admitir-se em casos especiais que as justifiquem. Dado que a parte dos países não pertencentes à Alemanha é pouco representativa, esta parte terá que ser reforçada decisivamente por compras a realizar. Ao mesmo tempo deverá intensificar-se e organizar-se a obtenção de dádivas, o que seria particularmente proveitoso no caso da parte da Europa Central. É indispensável que os cientistas constituam, eles próprios, colecções. Não é desejável proceder preponderantemente a compras a concluir com comerciantes. É evidentemente imprescindível consultar colegas vivendo nos países de que se pretende constituir uma colecção. Além disso, todos deviam, por hábito, proceder a pesquisas etnológicas de campo, mesmo sob condições primitivas, pois sabemos por experiência que é assim que se conseguem colecções realmente representativas. Tem que se exigir também um conhecimento aprofundado da língua da região visada, pois este conhecimento é a «conditio sine qua non» para chegar a conhecer as pessoas aí viventes e o seu sistema de valores. De resto, a maior parte da literatura que é necessário estudar costuma ser redigida nas línguas regionais. Deverá evitar-se uma etnologia «realizada ficando sentada na secretária», bem como a limitação a meros estudos de arquivos. Para facilitar às colegas e aos colegas a habilitação a estes métodos de trabalho, recomenda-se que se lhes conceda um ano inicial, dedicado a estudos, e durante o qual seriam dispensados de grande parte do trabalho quotidiano no museu.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUSEU

Em resumo

Além dos etnólogos certamente presentes em grande número na instalação do Museu da Europa, será imperioso contratar vários outros etnólogos, bem como, eventualmente, um perrito de história, e um de história de arte. É também importante contratar um arquivista, um técnico de meios de comunicação, um técnico de relações públicas, etc. Convinha também dispor de fundos financeiros permitindo obter, para exposições projectadas e em casos determinados, a colaboração de cientistas estrangeiros. A repartição das áreas de trabalho no museu pode realizar-se com base em aspectos temáticos ou geográficos. No entanto, tanto um princípio como o outro, observado separadamente, pode levar a uma situação de «morgadio» contraproducente, opondo-se ao conceito básico do museu. Se, por um lado, uma especialização se apresentar indispensável por razões pragmáticas, tem que se insistir, pelo outro lado, num diálogo permanente mantido entre os cientistas, a fim de satisfazer as prestações do museu, nomeadamente para se realizarem exposições comparativas. Parece-nos ser indicado combinar os dois princípios, com outras palavras: cada cientista teria de dirigir uma área geográfica limitada e, ao mesmo tempo, uma área não determinada por uma região geográfica (por exemplo: Sudeste da Europa/Balcãs e têxteis/trajes/moda/vestuário; ou Escandinávia/Báltico e Religião/magia).

TESOUROS: O PASSADO, O PRESENTE E O RISCO DE DESORDEM

por

Joaquim Pais de Brito *

As histórias de tesouros organizam-se, enquanto género ou tipo de texto, em torno de um dos tópicos mais recorrentes da tradição oral tesouro/ouro/riqueza, sua revelação, oferecimento, descoberta ou perda. Não se apresentam, no entanto, como formas fixas e estanques, pois em cada momento da sua vigência e circulação participam das maneiras como, nos gestos e nas representações, os tesouros são vividos na sua suposta e real existência e na sua busca — fazem parte do imaginário dos tesouros. A palavra em que se constituem adquire, assim, uma expressão dinâmica, flexível e actual e, diferentemente de outros géneros como, por exemplo, o conto ou o romance tradicionais, produz referências temporais concretas, apoia-se numa topografia conhecida e identifica os intervenientes pelos lugares que ocupam nas redes sociais de parentesco, vizinhança, amizade, etc. Estas histórias integram o *stock* de histórias que na aldeia se contam, suscitando a admiração, a inveja ou o riso e sugeitas, como todas as outras, a processos censurantes que podem condicionar a sua circulação, classificando indivíduos ou casas¹. Com uma estrutura de elementos ou motivos estáveis, manifestam igualmente as marcas de contextos históricos e culturais de áreas regionais de produção/circulação mais ou menos vastas.

A leitura que propomos das histórias de tesouros toma como âmbito territorial de referência o norte de Portugal e a Galiza, zonas onde, até aos nossos dias, os tesouros ocultos participam intensamente do imaginário dos grupos e continuam, no espaço social da aldeia, a catalizar e solicitar a palavra e o gesto. O universo de histórias que a suporta foi constituído a partir dos numerosos materiais

* ISCTE

¹ Tratámos, noutro local, das restrições que podem pesar sobre circulação das histórias, com referência a dois níveis polarizadores de censura — a aldeia e a casa (Brito, 1988).

dispersos pela bibliografia etnográfica peninsular² e de um conjunto de textos e informações de terreno colhidos na aldeia transmontana de Rio de Onor e, em menor número, noutros lugares da mesma província³. A associação de tesouros e mouros e a acentuada atracção topológica da orografia da civilização castreja são dois dos traços mais específicos da tradição dos tesouros na região que consideramos como epicentro para esta reflexão, sem de alguma forma pretender confiná-los a um território preciso e exclusivo. Mas a universalidade do tema e a sua estabilidade estrutural, se permitem a identificação de um género e de um número limitado de motivos que nele se repetem, revelam, do mesmo modo, variações regionais ou incidência de traços como os referidos para o nosso contexto. Poderíamos mesmo acrescentar que, por exemplo, num exaustivo modelo analítico de leitura comportando uma enumeração de motivos capaz de dar conta da totalidade das situações cobertas pelas histórias de tesouros (elaborado, sobretudo, a partir de materiais norte-americanos), não constam as mouras guardadoras de tesouros (Granger, 1977) que povoam a tradição da Península. Não é, aliás, este facto que retira importância a esse valioso instrumento de trabalho também por nós utilizado para testar a abrangência dos itens que vamos considerar no esboço de uma caracterização dos tesouros: os agentes do ocultamente, os sítios onde estão, de que constam, como deles se pode ter conhecimento, que perigos os rodeiam, como se buscam.

Nesta abordagem, os textos narrativos são apenas uma das vertentes a considerar, pois torna-se necessário indiciar, simultaneamente, situações reais e físicas (não apenas discursivas) nas relações que se mantêm com os tesouros, cuja existência é assegurada. Nessa imbrincação de representações, palavras e actos, descobrem-se nos tesouros e histórias que os envolvem projecções de ideias sobre o presente, o passado e o futuro e que, no contexto aldeão, parecem constituir-se em lugar de tensão e conflito oculto que opõe os indivíduos entre si e em relação a uma ordem mais global que legitima práticas, institui valores e marca as condições da reprodução social dos grupos.

Quem os escondeu ou perdeu. Uma distinção entre dois tipos de tesouros deverá, desde logo, ser feita, apesar de os seus termos não se apresentarem de forma clara e rigorosa. Por um lado, estão os simples depósitos de dinheiro ou de objectos de valor que se diz terem sido escondidos em tempos relativamente

² No caso galego, muita da informação encontra-se reunida em sínteses interpretativas como as de Vicente Risco (1950) ou Gonzalez Reboredo (1971); de referir ainda, como visão de conjunto, o texto poético de Álvaro Cunqueiro (1980), um dos mais sugestivos que nos foi dado ler sobre o tema.

³ De um total de 30 textos de Rio de Onor, 6 foram recolhidos por Jorge Dias nos finais dos anos 40 (Dias, 1953) e os restantes são resultado de recolha própria realizada em 1976 e 1977; as informações de terreno respeitantes a esta e demais aldeias de Trás-os-Montes são registos dos anos 70/80.

recentes por pessoas mais ou menos imprecisamente identificadas e que, aqui e além, são casualmente descobertos. Vicente Risco, o primeiro a propôr uma leitura sistemática dos tesouros lendários da Galiza, lembra que «há pessoas conhecidas, especialmente senhoras de casa rica, sacerdotes, comerciantes de aldeias ou cidade, usurários, escrivãos, de quem se suspeita ou afirma que enterraram tesouros. Entre as histórias deste género que se contam, tanto nas aldeias como nas cidades, há algumas autênticas» (Risco, 1950: 111). Os que são achados quando se procede à reparação ou reconstrução de uma casa, actual ou recentemente habitada, correspondem, quase sempre, a este tipo. No entanto, não só a sua ocorrência como tema de histórias é menor, como a sua individuação e contornos esbatem-se absorvidos que são pelo imaginário que envolve os outros, aqueles de que aqui nos ocupamos. São eles os tesouros antigos e encontrados, por vezes referidos como «vivos» e cuja existência é, recorrentemente (com excepções que, num ou outro caso, dão lugar a romanos ou franceses), atribuída aos Mouros.

Diz-nos o Abade de Baçal, repetindo o que outros autores antes e depois dele recolheram das tradições orais peninsulares, que «quando os mouros, pela força das armas cristãs, se viram obrigados a largar as nossas terras, deixaram, lindas mouras encantadas em guarda a seus tesouros, até que um dia, vencedores, pudessem vir tomar conta deles; como diz a mitologia popular» (Alves, IX (1934): 487). E acrescenta, referindo-se sempre às terras transmontanas e como comentário a um aparente anacronismo histórico, que, tendo sido estes os últimos invasores, «a lenda lança sobre eles tudo quanto seguramente pertence aos romanos» que, em contraste com eles, deixaram importantes vestígios da sua passagem «numa vasta rede da qual os castros luso-romanos ou restos claros dessa civilização representam as malhas a menos de légua umas das outras» (Alves, I (1910): 53). Mas não será com recurso exclusivo a uma contabilização simples dos séculos de presença árabe na península (independentemente das zonas efectiva e duradouramente ocupadas) que se poderá dar conta da permanência dos *mouros*, até aos nossos dias, numa memória e imaginário populares. Se a duração daquela presença vai fazer mesmo com que eles venham a substituir-se a anteriores entidades locais — donas, fadas ou outras — habitantes de pedras, montes, rios e fontes, confundindo-se com elas e marcando e investindo agora os sítios por estas frequentados, é através de um lento e complexo processo de que importa identificar alguns dos momentos e vertentes. Está, antes de mais, o moroso avanço de uma conquista que deverá ser considerado como campo de ininterrupto e intenso exercício de alteridade, tecido de guerras, violências, medos e aventuras, e que veio decerto amplificar contrastes que sempre a terão denunciado e afirmado em plena ocupação e coexistência de árabes com as populações cristãs da península (língua, religião, trajes, fausto,

etc.); e essa constatação/produção de alteridade é, simultâneamente, a outra face de uma construção lata de identidade por oposição a um Outro que, assim, é localmente incorporado em sistemas de valores e representações.

O principal meio e suporte dessa incorporação é a tradição oral que profusamente multiplica, diversifica e enriquece textos muitas vezes de origem literária e culta, saídos uns da gesta das cruzadas, outros de produção peninsular, integrando os nossos romanceiros ou produzindo-se até aos dias de hoje em representações teatrais. As próprias histórias de tesouros e moursas encantadas reproduzem, em certos casos, modelos de lendas estrategicamente «inventadas» para fundar e legitimar, numa união com uma fada, dama do bosque ou das águas, uma genealogia singular e autónoma de um senhor e sua casa (veja-se Krus, 1985), como num exemplo recolhido em Medeiros (Verin) onde o tesouro é alcançado, a moura é desencantada e «exige o tributo diário de um boi ou vaca. Casa-se com o esforçado triunfador, funda uma povoação, origina uma dinastia egregea e introduz novos cultivos» (Chivite, 1980:192)⁴. A esta difusão alargada e aleatória do texto oral terá de acrescentar-se e ser sublinhada a actualização ritualizada e ciclicamente repetida, especialmente nas vilas e cidades, da presença dos mouros na procissão do Corpus Christi, celebração instituída no séc. XIII e generalizada na Península a partir do século seguinte, verdadeira encenação e síntese narrativa de ordem, hierarquias e poderes constituídos e da globalidade dos corpos sociais, assim como lugar de inscrição de práticas, gestos e representações próprios de uma cultura popular, e onde os vamos encontrar ainda no séc. XIX; como ainda noutras festas ou em danças isoladas que se fazem em alguns locais e em certos momentos do ano⁵.

Foi já referida a ambiguidade de que se revestiu, em sucessivas épocas, a figura do «Mouro» (Carrasco, 1976), ou seja, do que poderíamos designar os seus usos sociais e culturais. Caro Baroja faz sobretudo ressaltar um elemento estrutural que o acompanha nas tradições folclóricas do país vizinho (danças ou representações de Mouros e Cristãos) e que se traduz num enfrentamento ou combate entre o Bem e o Mal, lembrando: «em cada época o Bem e o Mal tiveram que ser representados por personagens distintos» (Baroja, 1984:130). Deixando agora de lado flutuações ou variações que terá havido na sua apropriação e relembando esta oposição fundamental (e ambígua), ao que assistimos é a uma milenária presença intensificada, depois da sua expulsão do território continental, pela realidade histórica das campanhas do norte de África com seus sucessos e desastres — onde Alcácer Quibir é o grande acontecimento traumático — e com ecos que se irão repercutir para além do seu definitivo e já tardio

⁴ Sobre as «lamias» bascas e os seus tratos com os homens, ver Baroja (1944: 29-72).

⁵ Um amplo conjunto de ilustrações em Baroja (1984); para Portugal, as numerosas informações encontram-se dispersas pela bibliografia etnográfica.

abandono.

Mas o grande e mais estável suporte desses mouros que nunca nos deixaram é o espaço físico, o território que marcam e ocupam pelas designações toponímicas e, sobretudo, pela associação com as lendas que lhes são atribuídas e de que são personagens, numa cerrada quadrícula que pode ser constatada nas publicações parciais *Catálogo dos Castros Galegos* — de que existe um bom trabalho de síntese (Reboredo, 1971) — ou no levantamento feito pelo nosso principal cicerone para os tesouros que existem por terras transmontanas, com o inventário, de forma alguma exaustivo, de cerca de duzentas aldeias do distrito de Bragança, onde em vários sítios dos seus termos (o que quase triplica aquele número) existem tradições de mouros e tesouros (Alves, IV (1934); em especial pp. 487-500). Fixados, assim, ao solo, estes não viriam a ser desalojados apesar do que Leite de Vasconcelos, em fins do século passado, deixa sugerir ao comentar: «a frase *no tempo dos Moiros* significa grande antiguidade; vai porém (...) sendo substituída por est'outra: *no tempo dos Franceses*» (Vasconcelos, 1882: 283). Não foi ainda tentada uma história e geografia locais da presença destes últimos nas memórias e na toponímia, mas os Franceses das invasões napoleónicas que terão sido, provavelmente, a última grande ameaça aos mouros, não conseguiram expulsá-los, ao contrário do que sucedeu noutros locais e em relação a outros factos históricos como, por exemplo, com as lutas entre protestantes e católicos nas montanhas francesas das Cévennes, onde os *camisards* se substituíram e absorveram a memória de acontecimentos anteriores e posteriores, investindo e nominando o espaço, naquilo que Philippe Joutard designou por «camisardisation» da História (Joutard, 1977: 295).

Esta epifania dos mouros à superfície do solo é inseparável da sua existência no subsolo, da sua vida subterrânea. Das histórias de encantos e tesouros aprendemos que aí têm casas, palácios e cidades, que se alimentam, possuem alfaias agrícolas e criam animais, por extensos subterrâneos vão levar os cavalos a beber aos rios, fiam, dobam e tecem os seus panos, lavam e põem a secar as suas roupas, daí saem disfarçados para ir às feiras, jogam e solicitam mesmo a ajuda de mulheres para os seus partos. É esta assinalada, próxima e secreta existência que leva um autor a afirmar: «a paróquia galega compõe-se de quatro «mundos» distintos e interpenetrados: o dos vivos presentes, o dos ausentes (a paróquia de emigração), o dos defuntos (que se manifesta na Companha), o dos mouros e mouras que «vivem» debaixo da terra e podem sair a assoalhar os seus tesouros, a comprar nas feiras, a «experimental» ou a adoutrinar os vivos. É «outra realidade» (Valverde, 1973: 314). Para ilustrar como, noutros contextos históricos e etnográficos são outros os donos originais ou ocultadores dos tesouros e para, ao mesmo tempo, insistir por contraste nesta especificidade peninsular — e, neste texto, com particular incidência no norte de Portugal e na Galiza —

que os atribui aos mouros, tomemos dois exemplos. O primeiro sai dos estudos de George Foster em Tzintzuntzan, no México, em que começa por estabelecer uma primeira diferença entre os tesouros ou riquezas alcançadas mediante um pacto com o Diabo (de que voltaremos a falar) e todos os outros que se encontram ou se diz estarem enterrados, tendo estes três tipos de origem ou interpretação causal: o ouro escondido pelos Índios Tarasco face à chegada dos espanhóis; o que saía da exploração das minas e é escondido perante a iminência de ataques e roubos (ou já resultado destes); os *pesos* em prata enterrados pelos chefes militares durante a Revolução Mexicana, a partir de 1910 (Foster, 1964: 39). O segundo diz respeito ao actual estado americano do Arizona, região de intensa actividade mineira (ouro e prata) e onde as histórias de tesouros e minas abandonadas e perdidas foram agrupadas em quatro conjuntos segundo o período e agentes do acultamento, desde a presença, no séc. XVI, dos conquistadores, exploradores e missionários espanhóis até a um período mais recente (a partir de 1900) de febril busca do ouro (Granger, 1977).

Onde se encontram depositados. Os tesouros pertencem, mesmo quando se mostram à superfície, a um mundo soterrado. Se consideramos como universo de referência a amostra de 30 textos recolhidos em Rio de Onor fica praticamente representada a generalidade de situações de localização dos tesouros, independentemente da sua distribuição relativa. Em três histórias estão em poço, galeria ou subterrâneo; em três outras estão no lugar próprio dos mortos — sepultura ou cemitério. Desse mundo fazem ainda parte os pontos que, à vista, são as suas portas de acesso ou passagens. Assim, oito das histórias remetem-nos para castros e elevações, fragedos ou penedos isolados; noutras oito estão em rios, fontes e lameiros; em quatro são árvores de tronco oco as que os guardam. E também, dos mais recentes, daqueles que parecem não estar «vivos», aparecem, em quatro histórias, nas paredes, alicerces ou casas que se refizeram ou repararam. Não se trata de locais, nesta nossa amostra e em relação à totalidade dos textos consultados, «sempre assinaladas por vestígios de civilizações extintas, pré-históricas ou luso-romanas em maioria» (Alves, IX (1934):487), apesar do que poderá inferir-se dos trabalhos de investigação conduzidos, por exemplo, na Galiza, onde os castros e o seu folclore ocupam a parte maior ou exclusiva, mas confiam-se genericamente, enquanto ligados às mouras encantadas, aos sítios que para estas têm sido enumeradas e onde elas aparecem: «rochedos, fontes, rios, poços, castros, castelos, ruínas antigas, montes, cabeços» (Alves, *idem*, *ibidem*).

De que constam. É variada a constituição e a forma com que o tesouro se apresenta apesar do repertório dessa variedade rapidamente se esgotar e do continuado contacto com os textos ressaltar, afinal, a repetição. A mais corrente é a designação genérica de *tesouro* ou *haver* e *riqueza* ou, ainda, dinheiro,

moedas, ouro, prata, especificando-se por vezes — onças, libras, «ouro velho», barra de ouro, ouro em pó e, também, mina de ouro. Os receptáculos destas fortunas são potes e panelas, pias, pipas e arcas ou, mais raramente, a pele de um boi; num ou outro caso confundem-se, nas histórias, com medidas de grandeza dos tesouros, por exemplo, se fala numa gamela cheia de ouro, sem ficar claro se esta lá se encontra.

Tomam igualmente formas mais concretas. Podem ser animais: boi, bezerro ou vaca, cabra ou cabrito (com pelo de ouro), carneiro, galo ou galinha com pintos (forma muito recorrente cuja interpretação simbólica tem intrigado os autores), porco, gato, cadela («dourada») e até um menino de ouro. Podem ainda ser instrumentos de trabalho: carro (com ou sem bois), arado, relha, grade, enxada, cambão, caldeira, martelo, tear (e novelo), sarilho e dobadura e, mesmo, um lagar. Objectos ou alfaia: sino, badalo, cruz, cálice, lâmpada ou o manto de N^a Snr^a. Adereços do corpo: fios e cordões, anéis, argolas, capote ou mantilha. Armas: lança, espada, espingarda. Jogos ou objectos lúdicos (frequentes nos textos transmontanos): bolas, jogo dos paus (constituído por bolas e os respectivos nove *fitos*, *tentos* ou *paus*) ou jogo de castro (semelhante ao jogo dos «quatro cantinhos»). Num caso registado na Galiza, o tesouro é uma cadeira de Rei Mouro. Enfim, uma limitada lista de objectos, como limitados são os objectos do quotidiano camponês (e, talvez, também dos Mouros), só que todos eles são em ouro verdadeiro.

Mas os tesouros aparecem frequentemente disfarçados em coisas inúteis ou banais — carvão, bugalhos, lenha, figos e abelhas ou formigas (estes em textos do norte da Beira) — e o afortunado que com elas dá ou a quem são, pela moura, oferecidas, por desconhecimento e sem suspeitar do encanto, despreza-as e deita-as irreparavelmente.

Como são revelados ou indicados. São também diversos os meios pelos quais se chega ao conhecimento de tesouro. Os autores e as histórias repetidamente referem situações de achado casual no decurso das actividades próprias de uma economia agro-pastoril aldeã em que a relha do arado a lavrar ou as patas de ovelhas e cabras os descobrem. É isto que se exprime em *formulas* fixas ou ritmadas como: «ou rasto de ovelha ou ponta de relha», «ô rêlha ô pé d'ovelha», «unha de galo (ou: gado), ou folha de arado» (Vasconcellos, 1969). Dez dos textos do conjunto de Rio de Onor retomam este tópico, com os tesouros a aparecer ao lavrar, roçar silvas, pastorear os rebanhos colectivos de cabras, ovelhas e bois, cortar árvore para suporte de parreira, no regresso de apanhar *cepas* para o lume ou ao queimar um velho tronco na fabricação da cinza para branquear as meadas de lã. São ainda situação genérica de trabalho as que oito textos indicam: reparação ou construção de casa, capela, ponte, estrada ou campo de jogo da bola; e o andar à pesca. Em quatro casos a descoberta é casual, sem

quaisquer indicações.

O próprio tesouro pode trazer já consigo sinais que o apontam. São letras e traços gravados em pedras (que daí podem tomar o nome de «pedra escrita» ou «escrevedeira»), fendas, perfurações ou formas singulares e ainda animais esculpidos ou pintados que para ele estão a olhar. Refere o Abade de Baçal que «no distrito de Bragança há muitíssimos sítios com o nome de Fraga de Gato, e em muitos deles vêem-se realmente insculpturas mais ou menos semelhantes a um animal, que tanto pode ser gato como outro quadrúpede, mas o povo prefere aquele» (Alves, (IX) 1934:627). Em Rio de Onor este mesmo gato aparece num texto e o narrador detém-se na sua descrição: «tão bem pintado estava que vendo assim de repente dizia que estaria vivo. Olhai que habilidade! (...) Eu lembra-me q'até le puseram os olhos de vidro: se ele estava identicamente o gato como era!».

O tesouro dá-se ainda a conhecer através dos sonhos e estes terão de repetir-se três vezes (um caso na nossa amostra), traços comum a outros contextos históricos e culturais⁶. Valerá a pena reter o exemplo de Minas Velhas, estudada nos anos 60 por Marvin Harris, para mostrar algo mais da complexa natureza dos tesouros. Nessa comunidade onde parte da população se dedica à exploração aurífera, as pepitas de ouro (ou tesouro) têm o seu dono e só este (aquele por quem ele espera) o achará, ainda que no mesmo local se encontrem muitos a buscá-lo; assim ele nunca se encontra verdadeiramente perdido, ou suspenso. Quando esse dono morre, estando ou tendo de novo enterrado o ouro, pode aparecer em sonhos (mesmo a alguém que o não conheça) a indicar a sua localização (Harris, 1971: 247).

Mas o principal e mais específico meio de revelação — atendendo à nossa área prioritária de referência, norte de Portugal e Galiza — é o registo onde foram repertoriados — os roteiros de tesouros. Leite de Vasconcelos reuniu vários, uns escolhidos directamente da tradição oral, outros circulando em forma manuscrita e ainda os que se encontram incluídos no livro de S. Cipriano. «Este livro, conhecido geralmente por *O Ciprianillo*, circula na Galiza, em edição castelhana, mas mais frequentemente portuguesa, algumas feitas no Brasil, e ainda em cópias manuscritas, em tanta abundância que pode garantir que não há uma só aldeia onde não existe um exemplar» (Risco, 1950:191)⁷. Como no norte do país, proliferando nas histórias que se contam e chamando a atenção dos autores. Em Rio de Onor cumpre a sua função em cinco textos. E é também

⁶ Num conjunto de textos recolhidos no concelho de Tarouca, o sonho é o motivo dominante (Campos/Fernandes/Pereira, 1985).

⁷ Da edição de que nos servimos consta a indicação, em duas listas separadas, de 320 sítios com tesouros ocultos.

ele que vai desempenhar um papel central na busca e desencanto dos tesouros.

Outros meios são, mais esporadicamente referidos. Pode, assim, tratar-se de uma cigana que, pela leitura da mão, o localiza, situação rara mas que encontramos na nossa amostra local. E, finalmente, as indicações colhidas no exterior, nas deslocações dos habitantes das aldeias a outros locais de trabalho (da Galiza para Portugal, Castela e Andaluzia, por exemplo), sobre tesouros existentes nos locais donde vieram.

De que perigos se rodeiam. São inúmeros os perigos que envolvem e protegem o tesouro, representados ou não pelas entidades que os guardam. Estas podem ser as moursas encantadas em serpentes que é necessário beijar para quebrar o encanto (ou outra prova igualmente arriscada), gigantes ou anões (estes mais na tradição galega). Feitos de perigo são, ainda, os medonhos sapos, bodes e outros animais monstruosos; e o próprio Diabo. Podem manifestar-se fenómenos atmosféricos aterradores — fortes golpes de vento, silvos e estampidos, trovões. E há sempre a iminência de um gesto ou palavra irremediável que porá em risco a vida dos que dele se pretendem aproximar.

Estes perigos são, ou conhecidos de antemão, participando dos traços que acompanham e configuram o imaginário dos tesouros, ou surgem imprevisivelmente. Mas encontram-se, muitas vezes, associados à revelação ou indicação de tesouros concretos em que estes são anunciados junto com as dificuldades do seu acesso. Entre eles estão as panelas de peste ao lado das que contêm o ouro ou a prata, um dilema de impossível solução e obstáculo que, na Galiza, toma, sobretudo, a forma de trave de alcatrão (de par com a trave de ouro) que, a tocar-se-lhe, alastraria num grande incêndio.

Como se buscam e se alcançam. De novo há que distinguir entre, por um lado, os que aparecem por acaso, sem encanto ou sem «vida» e os tesouros frustrados sobre a aparência de carvões, etc., e que, tendo sido desdenhados posteriormente se lhes descobre a natureza por restos (de ouro) que ficaram no bolso ou prega de avental, tudo tendo desaparecido quando se volta ao local; e, por outro lado, os que são previamente assinalados/revelados ou de conhecimento antigo (por exemplo, o dos castros). São os deste segundo grupo que se buscam pontual e esporadicamente ou de maneira sistemática e contínua (em certos períodos ou situações históricas ou em relação a determinados indivíduos que, nas aldeias, têm essa cisma e insistência). Essa busca — normalmente ao abrigo da noite — pode ainda ser solitária ou em pequenos grupos de duas ou mais pessoas e, em casos isolados, adquire uma expressão colectiva, pois o tesouro é também coisa da aldeia, sendo «bastante comum que os vizinhos da aldeia se considerem com direito exclusivo a desenterrar tesouros que se supõe haver no seu termo e que levem a mal que os forasteiros venham investigá-los. Inclusivamente, defendem-nos, por vezes, violentamente dos intrusos» (Riscos,

1950:418). É o que a aldeia de Espinhosela, segundo a lenda, não terá conseguido e daí o apodo ou alcunha étnico-geográfica — «os do Porto» — a lembrar o lugar de onde vieram os que lá foram buscar um tesouro. De Sobreiró de Baixo, conta-se igualmente que, por duas vezes, um homem do Porto e outro de Lisboa (ambos por indicação dada por sonhos) ali foram desenterrar tesouros e o segundo levou consigo um vitelo de oiro (Alves, IX (1934):158). Outras referências mostram-nos portugueses e galegos a saltar para o outro lado da fronteira à cata dessa pertença das aldeias.

A extracção do tesouro é acompanhada do seu desencantamento para o que frequentemente se recorre a especialistas. O primeiro de todos é o padre (que diga missa, diz-se), mas também, entre outras pessoas de virtude, a bruxa e o vedor — o mesmo que pesquisa e descobre os veios de água para a abertura de poços. Um que conhecemos em Bragança, que se servia de um pêndulo feito com o relógio pendurado num fio e não das tradicionais varas bifurcadas, dizia-nos: «Se lá estiver o tesouro também o encontro», mas nunca lhe acontecera passar no sítio certo. São de reconhecido efeito ou de recurso obrigatório certos instrumentos operadores (para além das ferramentas indispensáveis para cavar e deslocar a terra e partir pedra): paramentos, missal, água benta, cruz ou crucifixo, pedaço de pedra de ara, as varas referidas, velas, cera e tesouras, estas últimas com a exigência por vezes expressa (na tradição galega) de serem «virgens» (Risco, 1950:425, m.87). E torna-se necessário proceder previamente a operações de protecção, das quais a mais constante é o traçado no solo de um círculo, triângulo ou Sino Saimão de onde não se poderá sair enquanto durar o ritual. Este centra-se fundamentalmente na utilização do Livro de S. Cipriano que, além dos roteiros que repertoriam os tesouros e a sua localização, contém os encantamentos para os desencantar. Este livro que autores portugueses e galegos lembram ser O Livro, por autonomasia, é zelosamente guardado por quem o possui, recusando emprestá-lo e preservando-o dos olhares. Livro de magia e objecto mágico que reforça os poderes de quem o possui ou sabe ler, exactamente no sentido dos estudos desenvolvidos por Jack Goody, entre outros, sobre o livro e a leitura em sociedades iletradas.

A recitação, em voz alta, feita em absoluto silêncio enquanto se cava ou se espera que o tesouro se mostre, não pode ser interrompida, seja o que fôr que aconteça e o medo que se sinta. É esta quebra do ritual da leitura uma das principais causas do seu brusco e definitivo desaparecimento, depois de já haver sido vislumbrado. Num texto da Beira-Alta, o tesouro está dentro de uma fraga; esta abre-se e ele aparece; o padre, vendo à sua frente um cálice de ouro, parando de ler, exclama «este é para mim»; o penedo fecha-se de imediato sobre o tesouro (Cardozo, 1975: 33). Como em Rio de Onor onde, depois de aparecerem três painéis cheios de libras, moedas de ouro e de prata, os ca-

vadores gritam: «Ó senhor padre! Oh caramba! que riqueza! pare de ler, já está aqui o dinheiro!»; e as panelas largam aos rebolões pela encosta abaixo, desparecendo para sempre. Este motivo das histórias de tesouros repete-se, indefinidamente, por terras portuguesas e galegas.

Dos textos depreende-se que, destes difíceis tesouros, a maior parte não chega a vir para às mãos dos mortais, mas há outros que são alcançados, seja pelos que passaram a ser «os mais ricos» da povoação, pelos estranhos a esta que, a ocultas ou não, vieram a descobrir e levá-los ou pelos que, descobertos pelas autoridades, acabam por ser presos por de novo os terem escondido e não os devolverem.

O universo de fábula que parece transparecer desta caracterização dos principais motivos que se repetem nas histórias de tesouros é continuamente potenciado e realimentado pela experiência real e histórica que destes existe. Considere-se, em primeiro lugar, e sem sugerir qualquer precedência valorativa ou cronológica, a antiga e intensa actividade de mineração, particularmente significativa numa Galiza romana «agrária, marinheira, militar e mineira», na expressão de Figueira Valverde, em relação à qual, se «é lógico pensar que aqueles, forçados ou não, que trabalhavam nas galerias, soterrados, saíssem contando coisas misteriosas» (Valverde, 1973: 316), não será menos certo afirmar que esses mesmos já lá entravam com essas «coisas misteriosas» e os efeitos das perturbações e daquela busca atingem toda a população e suportam e reelaboram imagens em torno de um mundo subterrâneo animado e guardador de riquezas. O mesmo em relação ao norte do país, onde essa exploração sempre existiu e onde as minas, desactivadas e abandonadas ou não, nunca largaram o território e as memórias vindo, ainda, contemporaneamente, a multiplicar-se como é possível ver das longas listas de registo e concessão de jazidas de vários metais, e entre eles o ouro, feitos em Trás-os-Montes, sobretudo no séc. XIX e primeiras décadas deste. (Ver, para o distrito de Bragança: Alves, II (1913): 397-440 e X (1938): 730-733). Estas minas a que um historiador da cultura popular no Ocidente europeu atribui um legendário denso e próprio (Burke, 1981:35), não têm, verdadeiramente, uma significação específica e autónoma; são, mais que tudo, portas de passagem ou acesso a um reino de riquezas por onde circulam os mesmos motivos que deparamos com as mouras encantadas. Por isso aí pode aparecer a «bela donzela de cabelos dourados» que anuncia e guarda o tesouro, mesmo em locais que se especializaram na exploração aurífera, como em Minas Velhas (Harris, 1971: 246) e envolvem uma actividade que parece transportar consigo uma inefável clandestinidade ou marginalidade, algo de obscuro e frágil e de não totalmente definido e que, por exemplo, parece espelhar-se na

ausência, nos Censos oficiais, dos garimpeiros do diamante do Estado de S. Paulo (Marconi, 1978: 23), vagos como o ouro, as pedras preciosas, os tesouros.

Recordem-se, em segundo lugar, as sucessivas vagas de celtas, romanos e bárbaros invasores da ocupação árabe e as lutas da reconquista de que falámos — situações em que os haveres são protegidos e ocultados. As guerras e o pânico intensificam-se com as incursões fronteiriças e batalhas dos séculos XVII e começos de XVIII entre portugueses e espanhóis e mais tarde com as invasões francesas que perduram na memória. Além disso, o dinheiro, mesmo escasso, é frequentemente enterrado (escondido) como forma de o guardar numa sociedade tradicional que só nos nossos dias começa a dirigir-se ao banco.

Mas parece ser nos vestígios, achados e explorações arqueológicas onde o imaginário dos tesouros mais se apoia. Referimos antes a malha apertada de sítios inventariados no levantamento dos castros galegos e que, para terras transmontanas, no *Mapa arqueológico-histórico do distrito de Bragança* (Alves, IX (1934): 148-182 e 565-578) ainda mais se adensa. É por lá que os tesouros se encontram. Um dos meios de conhecimento dos achados são as notícias que, com o desenvolvimento da imprensa, se generalizam e amplificam. Será o caso de uma vaga notícia de jornal que alguém (ou alguém de alguém) ouviu e que vai circular em histórias locais, relatando, por exemplo, a descoberta e busca das riquezas guardadas no sepúlcro de «César, rei de Jerusalém» onde havia sido posta «peçonha» que levou à morte dos primeiros que se aventuraram a entrar e à utilização posterior de máscaras pelos companheiros «como punham na guerra da França, para livrar de gazes»; o remate da narração é sugestivo — «puseram-nas e lá apareceu o sepulcro de César e diz que muito dinheiro, muito. E os homens lá os levaram. Enterraram-nos, coitados» — e nela se repercutem, possivelmente os ecos de célebres e noticiados incidentes ligados à exploração do túmulo faraónico de Tutankhamon⁸. Afonso do Paço, ao fazer o estudo descritivo de um «tesouro monetário» aparecido na citância de Sanfins, dá outros exemplos de descobertas de conjuntos de moedas noticiadas em jornais (25 casos, de 1903 a 1951) em que se repetem as mesmas expressões e motivos das histórias de tradição oral (condições de achamento, etc.) e de que os arqueólogos retiveram, pelo menos, a forma *tesouro* (Paço, 1953). São eles, aliás, mais que etnógrafos e etnólogos, quem de mais perto e continuamente lida com o imaginário dos tesouros, ao buscar neles indícios de documentos arqueológicos e sua localização e nos incidentes com que deparam no decurso das suas investigações de terreno. Citemos, apenas, o exemplo ocorrido, nos anos 50, com o arqueólogo do Castro de Cárcoda (S. Pedro do Sul) que acompanha dois sacerdotes na visita

⁸ Histórias por nós recolhida em Rio de Onor de um dos nossos melhores informantes, analfabeto e teimoso sonhador (e buscador) de tesouros.

às ruínas e, no regresso depara com os pneus do carro furados e um ajuntamento de gente a protestar contra a presença daqueles, pois os da terra bastariam para esconjurar e desencantar o tesouro que, na tradição local, é guardado por um medonho bode (Tavares, s/d: 8). Situação similar e inversa da de Marvin Harris, no Brasil, que é tomado por pesquisador de ouro e rodeado de desconfianças mas, posteriormente, será insistentemente solicitado por uma ex-autoridade local para abrir uma mina de ouro numa das suas propriedades (Harris, 1971: 75-76)

Os achados podem tornar-se tão vulgares e frequentes que as autoridades tomam providências. Assim, na Galiza, «eram tantos e de tal quantia, que o governo, nos séculos XVI e XVII, criou o cargo de *Comissário de Tesouros para a Galiza*» (Risco, 1950: 192, n.14 (citando E.C. Alvarellos)). É neste contexto que o licenciado Pedro Vasquez de Orjas, por alcunha «El Indiano» — certamente familiar dos tesouros edénicos que maravilhavam a Europa e andavam ligados às descobertas e conquistas na América, onde nascera — regista e manifesta, em 1606, todas as mamoadas de «gentiles galigrecos, algunas de las cuales tienen oro» e obtém de Filipe II, por Real Cédula de 16 de Maio de 1609, licença para abri-las juiz e escrivão e recebendo o rei a sua parte. Quando este facto se tornou público, diz Vecente Risco apoiado em documentos coevos, «detonou-se na Galiza uma verdadeira loucura pelos tesouros ocultos», com senhores a adiantar-se na abertura clandestina das mamoadas, por vezes com cumplicidades de justiças locais e com o envolvimento de párocos e camponeses (estes com a autorização ou à revelia dos senhores)⁹. Este facto (ou cadeia de acontecimentos), importante e revelador em si mesmo, interessa-nos ainda por um outro motivo, já que a relação dos sítios arqueológicos que resulta dos processos abertos na época (e onde não se faz a distinção entre mamoadas e castros), tem sido interpretada como estando na origem dos roteiros de tesouros como os que integram o Livro de S. Cipriano (Valverde, 1973). Para Portugal não temos conhecimento de algo semelhante a esta febre de tesouros da Galiza, onde «no primeiro decénio do século XVII (...) passaram de três mil as escavações feitas» (Valverde, 1973: 322), mas existem exemplos de autorização oficial para buscas, como se vê em documento compilado pelo autor anónimo das *Memórias de Óbidos*, onde se diz: «Heitor Coronel de Gusman em 1660 alcançou alvará para poder procurar um tesouro que, por tradição, se dizia estar em um edifício antigo, que se achava no termo das Caldas, e para procurar outro tesouro que, segundo a tradição, estava ao Olho Marinho, na Cesareda» (Anónimo, 1985: 234).

A esta existência real dos tesouros há ainda que acrescentar a notícia e quotidiano dos casos locais, ontem como hoje. São os achados pontuais de

⁹ Ver, além de Risco (1950), Figueira Valverde (1973).

objectos de maior ou menor valor ou de vazilhas já vazias que os contiveram; são os que foram parar em mãos de alguns que enriqueceram ou acabaram por ser presos; é enfim, a realidade de busca a juntar-se à idealidade do tesouro, a afirmar a sua certeza. Os exemplos são infindáveis, mas reteremos três. Um é registado pelo Abade de Baçal a quem um pároco da sua aldeia, falecido em 1892, contou por diversas vezes como havia ido, acompanhado por uma bruxa e alguns homens (de que dá os nomes) desencantar um tesouro guardado pelo diabo sob a forma de um sapo e, quando lia o Livro, com os cavadores em silêncio, uma bola de ouro desprende-se e desaparece ao mesmo tempo que um tufão os atirou para muito longe (Alves, IX (1934): 631-632). Outro é narrado pelo etnógrafo galego Carré Alvarellos: em Setembro de 1950, na feira de Carballo, senta-se na taberna ao lado de um cego (com seu moço) e este conta-lhe como, ao procurar um tesouro numa gruta de que descobria a entrada e onde havia uma trave de ouro e outra de alcatrão, é nesta que toca e, tendo-se incendiado, cegou-o, legitimando, assim, com a própria cegueira, a existência do tesouro encantado (Alvarellos, 1969: 42-46). No último entra o nosso principal informante e narrador de histórias de tesouros recolhidos em Rio de Onor que, em 1983, não resistiu à tentação de abrir uma vala num lameiro, sítio que há muito havia sonhado e que já nos tinha descrito num dos textos. É toda esta busca e efervescência ao longo dos tempos que igualmente desespera os arqueólogos ao depararem com sepulturas violadas, ruínas escavadas, vestígios desaparecidos, lápides deslocadas e cuja causa tem sido, talvez erradamente, sobretudo atribuída à utilização de pedra para construção. O nosso Abade chamou aos autores dessas façanhas, num misto de raiva e de ternura, «lapicidas» sonhadores de tesouros.

É então certo que os tesouros existem e é porque existem que o legislador deles dá conta nas três alíneas do Artigo 1324º («Tesouros») do actual Código Civil que retomam o articulado da Secção III («Da ocupação dos tesouros e causas escondidas») do Código de 1867.

Estas coisas que existem — fisicamente, por certo, mas essencialmente, enquanto palavra, gesto e representação — têm suscitado leituras onde, sobretudo, se faz ressaltar uma componente de sinal positivo, uma funcionalidade: a afirmação e reprodução de valores do grupo e definição de princípios normativos. Assim, as lendas de mouras e tesouros encantados fariam apelo ao trabalho agrícola e pecuário, à coragem, sangue-frio e presença de espírito, à destreza e agilidade, ao compromisso em guardar segredo e à honestidade, alertando contra os perigos da ambição, entre outras qualidades implicitamente louvadas ou condenadas (ver Alves, IX (1934): 489-490). Uma outra vertente dessa mesma

participação na estabilidade e equilíbrio do grupo mostra-nos a riqueza do tesouro em contraste com a pobreza do quotidiano, como compensação, no imaginário, das suas carências, ou seja, da impossibilidade, com as condições reais de existência desse quotidiano, vir a enriquecer¹⁰. George Foster, avançando um pouco mais neste sentido, ao apresentar o seu modelo de «bem limitado» para as comunidades camponesas — segundo o qual tudo o que aí existe (terra, dinheiro, etc.) tem quantidades fixas e, ao ser acumulado nas mãos de uns perde-se para os outros —, viu nas histórias de tesouros «um instrumento funcional para a manutenção desta visão do mundo» (Foster, 1964: 40), com recurso a elas se explicando enriquecimentos que, de outra forma, não poderiam ser legitimamente justificados.

Parecem-nos insuficientes e redutoras as interpretações que, como estas, se vinculam exclusivamente ao presente concreto dos grupos, ao espelhismo de uma ordem que as histórias de tesouros, pelas ideias e valores que veiculam, comentam e reafirmam. Com elas fica negligenciada uma dimensão fundamental que nos leva a sugerir que, sob vários aspectos, os tesouros, na sua estabilidade estrutural, são uma zona de tensão, desacerto e risco da própria ordem que ajudam a legitimar. Começamos por referir que, ao considerarem-se as histórias que se contam como simples compensação imaginária da pobreza em que se vive, esquece-se que, segundo as épocas e os locais, participam na procura dos tesouros, ricos, pobres e remediados, analfabetos e letrados. Já aqui ficaram registados exemplos, com os padres que colaboram nas buscas como especialistas, mas também como partes interessadas e, até, como promotores; ou com os aristocratas, homens de leis e verdadeiros empresários que, junto com as camadas populares, esburacam o solo da Galiza. Para reter outro exemplo entre tantos, os processos da Inquisição de Nápoles revelam-nos associações de advogados, clérigos e comerciantes a dirigir os trabalhadores braçais que procedem às escavações (Sallmann, 1986). Assim, se articularmos a tradição oral dos tesouros com a sua virtual existência e a realidade da sua busca, deparamos com um objecto que cataliza paixões, palavras e actos dos distintos estratos sociais e que não parece confinar-se ao desejo de deixar de ser pobre, de enriquecer ou de ser ainda mais rico ou à legitimação dessas situações; um objecto que reenvia para pulsões que perturbam a ordem dos quotidianos. Por outro lado, para retomar mais concretamente a formulação de Foster, o tesouro enquanto oculto, é um bem colectivo da aldeia (ainda que apenas e, em parte, potencialmente) e é em competição suspeitosa e vigilante que se busca a sua apropriação individual. É colectivo, de certo modo, como esse outro bem valioso e igualmente subterrâneo que é a água e que dá lugar a processos minuciosos

¹⁰ É esta a leitura, por exemplo, de Alice Geraldès (1978) para materiais de Castro Laboreiro.

de partilha e a conflitos violentos e, como este, com a aleatoriedade de poder aparecer em terrenos particulares ou baldios e comuns. Daí o enriquecimento atribuído ao achado de um tesouro nunca ser uma explicação neutra, *a posteriori*, que neste facto encontrasse uma total legitimação. O grande conhecedor do *ethos* das aldeias transmontanas, que várias vezes temos citado, toca neste ponto ao falar da «má-língua local, repassada de invejas» nas «lendas, geralmente depreciativas, referentes à origem das casas abastadas» (Alves, X (1938): 778-779). Estas explicações de enriquecimento por achado de tesouro são recorrentes na literatura sobre as sociedades camponesas em diferentes contextos de estrutura social, grau de estratificação e evidência de desigualdades¹¹. Num dos textos recolhidos em Rio de Onor o achador «sempre foi o mais rico da povoação», motivo comum que permite não só explicar uma diferenciação de riqueza como transformar o detentor desta em prova da existência do tesouro (dos tesouros) e da veracidade da história (das histórias). O que importa, no entanto, sublinhar é que a inveja está antes e depois do tesouro descoberto, existe na aldeia, para além dele.

Mas, configurar o universo dos tesouros como zona de tensão e risco conduz-nos, mais especificamente, a identificar alguns dos traços fundamentais que o marcam. De entre estes, destaca-se a sua constituição em espaço de incomunicabilidade. A exigência de segredo/silêncio acompanha todo o imaginário dos tesouros e as relações que com eles e através deles se estabelecem. Começa por estar num dos momentos e meios por que não são revelados — o sonho que a ninguém se poderá contar. E este sonho é, em si mesmo, perturbador e em ruptura com o quotidiano, pois é invertido em relação ao seu significado corrente — em Portugal, na Galiza, no Brasil, etc. — em que, sonhar com dinheiro, é sinal de pobreza ou miséria. Depois, é o segredo na busca, pela calada da noite, de preferência a sós ou com os ajudantes apenas indispensáveis. Neste caso de cumplicidades restritas, seja pela dificuldade da empresa, por necessidade do ritual ou para vencer o medo, o problema agudiza-se, no sentido do ditado «segredo de 3, o diabo o fez» (Fontes, 1979: 20). É ainda a exigência, por parte da moura, de guardar absoluto segredo, numa troca periódica de ouro por silêncio que se interrompe quando é quebrado. É, finalmente mais angustiante depois do tesouro alcançado, numa permanente desconfiança, evitamento e quase autismo que as histórias revelam e o refraneiro corrobora. Numa locução proverbial recolhida por Lopes Dias na Beira Baixa «falar sozinho é sinal de ter dinheiro escondido», numa outra é sugerida uma sinonímia pertinente: «O tesouro e o pecado nunca o contes, bem soterrado» (Kleiser, 1953: nº 57767). Está em jogo algo que resultará ainda da volúvel natureza dos tesouros, mas sobretudo das

¹¹ Vejam-se outros exemplos em Harris (1971: 246), Colclough (1971: 220-221), Schryer (1976).

pressões dos contextos sociais de relação: os vizinhos da aldeia, furtivos e cobiçosos e os poderes instituídos e a ameaça da sua intromissão. Pitt-Rivers referiu já esta relação segredo-poder na sua monografia sobre Alcalá: «nas histórias a respeito dos tesouros escondidos pelos mouros, o papel de vilão é desempenhado pelo Estado. Alguns habitantes descobriram, diz-se, tesouros ocultos, mas não o podem revelar pois, a fazê-lo, o Estado ficaria com tudo (...). O Estado hostil quer pôr as mãos na primigénia riqueza enterrada na aldeia. Só o silêncio pode evitar que isso suceda» (Pitt-Rivers, 1971: 241). Em dois dos textos de Rio de Onor explicita-se essa mesma exigência do segredo, porque o Salazar... ali no havia piedade! engavetava-os e tinham que pôr as moedas!». Nesta afirmação de receios e inquietações acoam, afinal, velhas histórias que, num momento ou noutro, povoaram as memórias e participam da organização do imaginário dos tesouros, como o facto recordado pelo Abade de Baçal, a propósito de uma inscrição aparecida em Castrelos: «o infeliz que primeiro encontrou esta lápida, no século XVI, segundo um autor coevo, foi preso por se supor que achara também o dinheiro e não o querer dar à fazenda real nem descobrir o destino que lhe dera, e morreu na prisão em consequência dos maus tratos que lhe aplicaram» (Alves, IX (1934) 157). Tudo isto, certamente, sem os sonhadores de tesouros saberem, com exatidão, que o segredo é uma das grandes transgressões ao direito que os regula, pois o achado terá de ser, segundo o Código Civil, devidamente publicitado e aguardar, um longo período de tempo, que um eventual dono o reclame¹².

O silêncio — que de imediato parece apontar, num sentido normativo, para a afirmação de valores como descrição, precaução, fidelidade aos acordos —, na sua excessiva exigência, transforma-se em espaço social de tensão, solipsismo e incomunicação. Mas esta exprime-se igualmente num outro motivo das histórias de tesouros de que irá depender o sucesso final: a ausência de medo. Esta difícil condição de acesso ao tesouro (raramente cumprida) não pode ser interpretada apenas com recurso à ideia de uma valoração positiva do sangue-frio, temeridade e coragem. Com efeito, do que conhecemos da sociedade e socialidade aldeãs e do sentido dos textos da tradição oral ocidental (pensamos, sobretudo, nos contos populares) pode-se inferir o medo, para além de ser um regulador e aferidor de comportamentos e um organizador de relações com o conhecido e o desconhecimento, é ainda um importante meio e catalizador de comunicação. Por um lado, a sua superação (a ausência de medo) tende a acontecer, ou por defeito (o tolo que passa pelas mais assustadoras provas sem conscientemente as avaliar), ou por excesso (aquele que reúne a excelência da argúcia,

¹² Sobre o regime jurídico dos tesouros veja-se o articulado e os comentários ao Código Civil em C. Gonçalves (1931 (III): 236-247) e Pires de Lima e A. Varela (1972 (III): 117-123).

força e coragem — o herói) ou seja, em quaisquer dos casos, situações anormais, exteriores à ordem das trocas de que todos participam. Por outro lado, não ter ou sentir medo (não saber o que isso seja) aparece mesmo, em certos textos, explicitamente como falta ou desvio que afecta a total integração social do indivíduo. No conto de Grimm «Daquele que partiu em busca do medo», um de dois irmãos não sabe o que é ter medo e vê-se, assim, excluído da comunicação em situações de forte interacção como os serões em que se contam histórias e factos de fazer medo (que também em conjunto se exorcisa) e que o deixam indiferente, de fora; como excluído está das relações com aqueles que procuram assustá-lo criando situações de farsa e, portanto, excluído da partilha dos riscos que daí resultariam. Ele vai, então, procurar o medo que acabará por encontrar (sentir) e que, socialmente, o reintegra. Em duas versões portuguesas deste mesmo conto, o personagem parte em busca do medo para só então, depois de finalmente o conhecer, poder casar¹³. Quer dizer que, ter ou não ter medo é ser ou não ser igual aos outros e esta diferença, exigida pelo tesouro, traz consigo o desafio e a inquietação inerentes a qualquer diferença.

Os dois traços que procurámos identificar na constituição de uma zona de tensão e risco — imposição de segredo/silêncio e ausência do medo — apontam, sobretudo, para a latência das fissuras no interior do grupo, mas descobre-se outra dimensão em que se configura se considerarmos as representações que este faz de si mesmo e do universo de forças e relações em que se insere. No contexto aldeão, as histórias de tesouros induzem, como outros géneros tradicionais, situações de oralidade e sociabilidade e participam da organização dos contornos espaciais e temporais do grupo, marcando e qualificando os lugares, lembrando os limites territoriais, a natureza social e simbólica do mundo soterrado, os sinais de uma história anterior/originária. Inerente à condição de tesouro existente uma relação de alteridade, não já entre todos aqueles que vizinhos ou forasteiros, desconfiadamente competem nos sonhos e nas buscas, mas com um *Outro*, oculto e imprevisível, no limiar do universo palpável e ordenado do dia-a-dia¹⁴. De onde veio o tesouro, quem o escolheu ou perdeu, que seres e perigos o protegem, são interrogações que remetem para um desconhecimento que só por incertas tentativas se pode alcançar. Para comunicar com esse lado de lá ameaçador cuidam-se as palavras e os gestos capazes de neutralizar a perigosidade das forças que a ele presidem e que, por norma, se resolvem num

¹³ Trata-se dos contos nº 37 («O homem que busca estremecer») da recolha de Adolfo Coelho e nº 251 («O Medo») da recolha de Leite de Vasconcelos.

¹⁴ Relação de alteridade patente na definição dada pelos tratadistas do direito: «O tesouro ou causa escondida é uma causa *anteriormente apropriada*; mas, rigorosamente, só adquire essa natureza quando não se sabe quem é o seu dono ou este dono não apareça a reivindicá-la» (Gonçalves, 1931 (III): 241-242). Os sublinhados são do autor citado.

enfrentamento com o Diabo, entidade tutelar que, em última instância, guarda o tesouro. A associação e equivalência do dinheiro com o pecado, o Diabo, o Inferno, atestada em provérbios, contos e demais *formulae* tradicionais, é uma constante dos textos e, em geral, do imaginário dos tesouros. A proibição de invocar o nome de Deus ou da Virgem (em particular no momento das operações de busca)¹⁵, as manipulações e proteções mágicas, os pactos com os demónios, pontuam as narrativas e as atitudes face aos tesouros, reúnem-se, em sùmula, no Livro de S. Cipriano e são com frequência referidos, para distintas datas e locais, nos processos da Inquisição. Em Espanha, diz o autor de uma história política e social do Diabo: «perante o mistério dos tesouros encantados apareceram uns homens que diziam possuir o dom de poder localizar e extrair o tesouro que receberam o nome de "tesoreros" e que, em mais que uma ocasião, tiveram que prestar contas à Inquisição» (Arroyuelo, 1985: 253). Em Nápoles do século XVI, onde a intervenção desta parece ter sido bastante mais branda que na Península, «a procura dos tesouros, ligada à alquimia, praticada por certos grupos da burguesia culta, e encorajada pelo Estado, não era condenada enquanto tal pela Igreja. Mas os inquisidores conheciam todos os excessos, perigosos para a fé cristã, a que esta actividade podia dar lugar» (Sallmann, 1986: 17-18). Também aí «os tesouros escondidos nas entranhas da terra encontravam-se sob a guarda das forças infernais» e «a invocação dos demónios constituía o meio através do qual os magos napolitanos pensavam alcançar os seus fins, a riqueza e o poder» (*idem*: 166)¹⁶.

Estas relações com o oculto, que dão lugar, na tradição oral, a oscilações entre os temas tesouro e feitiçaria, situam-se já nas margens do maior risco, na perplexidade da escolha do que e como dizer e fazer para alcançar o desconhecimento; espaço de tensão marcado ainda pela ambiguidade fundamental de o tesouro guardado pelo Diabo ser igualmente uma manifestação de ouro primordial, da perfeição original, do sagrado. Na formulação de Vladimir Propp «Tudo o que, de algum modo, se acha ligado ao reino longínquo pode adoptar a tonalidade do ouro (...). É uma característica tão típica e estável a proposição "tudo o que..." é exacta mesmo invertendo-lhe a ordem: tudo o que tem a côr do ouro revela a sua pretença ao outro reino» (Propp, 1974: 420-421). Vicente Risco, da sua leitura dos materiais galegos, conclui: «parece-nos insuficiente para explicar a arraigada crença nos tesouros ocultos, recorrer apenas ao *auri sacra flames* (...). Na memória inconsciente colectiva parece notar-se uma especial nostalgia do passado, uma ânsia em reaver bens perdidos, talvez nem todos

¹⁵ Interdição que vale mesmo em contextos mais tipificados de exploração sistemática e modo de vida como no caso do garimpeiro: «Deus não é assunto de garimpo, nunca deve ser invocado o seu auxílio para coisas do diamante» (Marconi, 1978: 113).

¹⁶ Ver, ainda, o livro de Caro Baroja, *Vidas mágicas y Inquisición*.

materiais, em alcançar um estado, mais próprio, talvez, do sonho que da realidade palpável, do qual o ouro poderá ser o símbolo» (Risco, 1950: 429). E, de uma forma que mais explicitamente introduz a dimensão do imaginário dos tesouros que, por último, queremos referir, a afirmação da Eliade: «a vitória contra o monstro guardião equivale à conquista da imortalidade»¹⁷. É neste desejo de iludir e vencer o tempo, nesta pulsão de liberdade, que melhor se configura o risco de desordem. Fugir à inevitabilidade da ordem de um presente que traz consigo incorporado o passado e a parte do porvir compreendida, em cada momento, no decorrer dos ciclos das culturas e dos indivíduos e grupos e em que o futuro não se autonomiza como representação; fugir à ordem escatológica que ideologicamente determina a irrevogabilidade do tempo e o destino¹⁸. De um tempo que, predeterminado, é obra de Deus, assim como o dinheiro, imprevisível, é obra do Diabo, lembrando esta relação antinómica os debates do Ocidente católico sobre a usura, recentemente retomados por Jacques Le Goff: «o tempo pertence em exclusivo a Deus. Ladrão de tempo, o usuário é um ladrão do património de Deus» (Le Goff, 1986: 42). E o tesouro é o ouro promissor que desafia e se lhe substitui, e traz a ousadia de uma apropriação *diferente* do presente e do futuro. Na tensão da incomunicabilidade, na ânsia de aproximação a um universo desconhecido e ameaçador, na obstinada certeza do ouro libertador estão os sinais de eminência de desordem que, se enquanto campo aberto de possíveis é já transgressor, aflora ainda em situações concretas de excesso e paroxismo. Retenha-se o exemplo que o Abade de Baçal, a propósito de Fraga da Alvura, «toda minada por baixo pelos sonhadores de tesouros», regista: «diz o nosso informante J.I.F. que, ainda do seu conhecimento, um homem dos Casares, levado pelo desejo de falar com a moura, foi viver para este fragueiro e lá o viu algumas noites a balbuciar palavras ininteligíveis, mui entusiasmado, quais se fosse colóquios com a moura. Como são variadas as formas de demência humana!» (Alves, X (1938): 824). Ou aquela *Batalha sem fim* para deitar a mão ao tesouro enterrado pelos frades crúzios nas dunas de Pedrógão, marcada pela ruína, vertigem e morte, invenção literária de Aquilino

¹⁷ Citação de *O sagrado e o profano* retomada por Gonzalez Reboredo, autor que, sublinhando a ideia de «equilíbrio cósmico e moral da sociedade», entrevê ainda no universo dos tesouros uma vontade ou esforço de ruptura desse mesmo equilíbrio, sem no entanto se deter sobre esta segunda vertente (Reboredo, 1971: 67-76).

¹⁸ A ideia de incorporação do passado no presente — ou, de outra forma, da íntima ligação deste com aquele, como «para tornar o presente mais durável, prendê-lo para o impedir de fugir e de, ele próprio, se tornar passado» (Levi-Strauss, 1971: 542) —, está já contida nos trabalhos de Halbwachs sobre a memória colectiva e as formas como esta se apoia nesse imenso presente que é o espaço físico, o solo. Mas é em Bourdieu que mais complexamente se problematiza, como vertente do campo mais amplo das temporalidades camponesas. As oposições que estabelece entre *prévoyance* e *prévision* e entre *avenir* e *futur* marcam a diferença entre um contexto socio-económico tradicional e o desenvolvimento das relações de mercado e uso generalizado da moeda.

Ribeiro que é, afinal, o retrato de tantas buscas reais de tempos próprios ou distantes. A propósito desta referência, parece-nos pertinente registar a opinião de um estudioso da obra deste autor e, em particular, do lugar que nela ocupa o tema do tesouro: «Em Aquilino, a necessidade de dinheiro ergue-se a dimensões quase metafísicas, muito para além do apelo a reflexões sociais. A cobiça, na sua perspectiva, associa-se à sede de felicidade e faz vibrar outras cordas, pondo em jogo mecanismos que estão para além do temor pelo dia de amanhã, da preocupação com o pão quotidiano» (Massa, 1985: 65).

É ainda literário o texto com que queremos concluir e que nos pretende afastar daquelas situações aparentemente extremas e nos convida a um comedido convívio com os tesouros. O seu autor escreveu-o, com fina ironia e perspicácia poética, como prefácio ao livro, acima referido, de Álvaro Cunqueiro e chamou-lhe «Conselhos para encontrar tesouros». São quatro as regras fundamentais que propõe: 1 — Procurar, nem à toa nem de maneira científica («devemos fazer-nos um pouco distraídos, fazer como se não os procurássemos, como se não nos interessassem»); 2 — Muita paciência («o buscador de tesouros não deve ser avaro, mas sim esbanjador de tempo; há que perder muito tempo»); 3 — Atenção constante e profunda aos sinais («as misteriosas e minúsculas partidas que as coisas nos fazem»); 4 — Saber cativar os seus guardadores («talvez seja este o mais misterioso dos mistérios que há em torno dos tesouros») (Carballo, 1980: 11-17). Como não ver aqui um sugestivo retrato de aldeão, cuja psicologia e traços de personalidade têm de ser remetidos para as condições históricas, económicas e sociais da sua reprodução, quadro de produção do seu imaginário atenção vigilante e invejoso, curiosidade e desconfiança, argúcia e manha, receio e determinação, imaginação e rotina. Traços de comportamento que variam com os indivíduos e os grupos em interacção no quotidiano aldeão e que a atracção e a ofuscação do ouro cobiçado e longínquo reelaboram. Acrescentaríamos, no entanto, que estes *Conselhos*, do lado do comedimento normativo, estão muito aquém da desmesura dos efeitos da existência dos tesouros e da sua busca. De facto, o tesouro — nas palavras, gestos e representações que polariza — se bem que possa ser lido como compensação imaginária e «pacífica» de desequilíbrios e como reafirmação de valores dentro de uma ordem estabelecida, parece sobretudo revelar, nos desafios que coloca e numa intensa actividade desejan-te, que esta se constrói e reproduz no limiar de uma permanente tensão e risco de desordem.

BIBLIOGRAFIA

- ALVARELLOS, Leandro Carré s/d *As lendas tradizionaes galegas*, Porto, Museu de Etnografia e História.
- ALVES, FRANCISCO MANUEL (1910/ 48) *Memórias arqueológicas-históricas do distrito de Bragança* vols. I (1910), II (1913), IX (1934), X (1938) e XI (1948) Porto.
- ANÓNIMO (1985) *Memórias históricas e diferentes apontamentos, acerca antiguidades de Óbidos...*, Leitura, apresentação e notas de João Trindade, s/l, IN-CM/Câmara Municipal de Óbidos (orig: c. 1850).
- ARROYUELO, Francisco J. Flores (1985) *El diablo en España*, Madrid, Alianza.
- BAROJA, Julio Caro (1944) *Algunos mitos españoles v otros ensayos*, Madrid, Editora Nacional.
- 1967 *Vidas mágicas e Inquisición*, 2 vols., Madrid, Taurus.
- 1984 *El estio festivo. Fiestas populares de verano*, Madrid, Tauros.
- BOURDIEU, Pierre (1963) «The attitude of the Algerian peasant toward time», in Pitt-Rivers (Ed.), *Mediterranean Countrymen: Essays in social anthropology of the Mediterranean*, Paris, Mouto
- 1980 *Le sens pratique*, Paris, Minuit.
- 1981 *Algérie 60. Structures économiques et structures temporelles*, Paris, Minuit.
- BRITO, Joaquim Pais de (1988) «Histórias que se sabem, histórias que se contam: Estrategias sociais na oralidade aldeã», *Ler História*, 12:111.
- BURKE, Peter (1981) *Popular culture in early modern Europe*, New York, Harpe and Row (1ª ed. 1978).
- CAMPOS, Beatriz C.D., FERNANDES, Flávia D.S. de Almeida, PEREIRA, (1985) *TAROUCA: Tarouca: Folclore e linguística*, Câmara Municipal da Tarouca.
- CARBALLO, J. Rof (1980) «Consellos para atopar tesouros», Prólogo a A. Cunqueira *Tesouros novos e vellos*, Vigo, Galáxia.
- CARDOZO, Mário (1973) «La culture des "castros" du Nord du Portugal», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXII, Fasc. 3, pp. 261-282.
- 1975 *Apontamentos de etnografia da Beira-Alta (Região de Lafões)*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento.
- CARRASCO, Maria Soledad (1976) «La fête des Maures et des Chrétiens en Espagne: Histoire, religion et théâtre», *Cultures*, vol. III, nº 1, UNESCO/La Baconnière, pp. 94-122.
- CHAVES, Pedro (1945) *Rifoneiro português*, Porto, Domingos Barreira.
- CHIVITE, Xesus Taboada (1980) «Las leyendas castreñas», in *Ritos y creencias gallegas*, Coruña, Sálvora.
- COELHO, Adolfo (1985) *Contos populares portugueses*, Lisboa, Dom Quixote (orig: 1879).
- COLCLOUGH, N.T. (1971) «Social mobility and social control in a southern italian village», in F.G. Bailey (Ed.), *Gifts and poison: The politics of reputation*, Oxford, Blackwell.

- CUNQUEIRO, Álvaro (1980) *Tesouros novos e vellos*, Vigo, Galáxia.
- DIAS, Jorge (1953) *Rio de Onor — Comunitarismo agro-pastoril*, Porto, Instituto de Alta Cultura.
- FIGUEIREDO, Modesto Rodriguez (1975) «Do Libro de San Ciprián e do Castelo de Mau Vizinho», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXII, Franc. 4, pp. 517-529.
- FONTES, António Lourenço (1979) *Etnografia transmontana. I-Crenças e tradições de Barroso*, Montalegre.
- FOSTER, George M. (1964) «Treasure tales and the image of static economy in a Mexican peasant community», *Journal of American Folklore*, vol. 77, nº 303, pp. 39-44.
- 1965 «Peasant society and the image of limited good», *American Anthropologist*, vol. 67, nº 2, pp. 293-315.
- GERALDES, Alice (1978) «Castro Laboreiro: A mulher na vida e na lenda», *Minia*, 2ª Série, I, 2, pp. 42-64.
- GONÇALVES, Luiz da Cunha (1931) *Tratado de Direito Civil em comentário ao Código Civil Português*, vol. III, Coimbra, Coimbra Editora.
- GOODY, Jack (Ed.) (1981) *Literacy in traditional societies*, Cambridge, Cambridge University Press (1ª ed. 1968).
- GRANGER, Byrd Howell (1977) *A motif index for lost mines and treasures applied to redaction of Arizona legends and to lost mines and treasure legends exterior to Arizona*, Helsinki/Tucson, Academia Scientiarum Fenica/University of Arizona Press.
- HALBWACHS, Maurice (1968) *La mémoire collective*, Paris, P.U.F.
- HARRIS, Marvin (1971) *Town and country in Brasil. A socio-anthropological study of a small Brazilian town*, New York, Norton (1ª ed. 1956)
- JOUTARD, Philippe (1977) *La légende des Camisards*, Paris, Gallimard.
- KLEISER, Luis Martinez (1953) *Refranero general ideológico español*, Madrid.
- KRUS, Luís (1985) «A morte das fadas: A lenda genealógica da dama do pé de cabra», *Ler História*, 6, pp. 3-34.
- LE GOFF, Jacques (1984) «Passado/Presente», in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1 (Memória-História), Lisboa, IN-CM, pp. 293- 310.
- 1986 *La bourse et la vie*, Paris, Hachette.
- LEVI-STRAUSS, Claude (1971) *Mythologiques: L'homme nu*, Paris, Plon.
- MARCONI, Maria de Andrade (1978) *Garimpos e garimpeiros*, São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciência Humanas.
- MASSA, Françoise (1985) «Variações sobre o tema do tesouro», *Colóquio Letras*, nº 85, pp. 64-68.
- PAÇO, Afonso (1953) *Citância de Sanfins. III Breve notícia de um tesouro monetário* (Separata de *Broteria*, vol. LVI, 1953), Lisboa.
- PIRES DE LIMA, Fernando A. e VARELA, Antunes (1972) *Código Civil Anotado*, vol. III, Coimbra, Coimbra Editora.
- PITT-RIVERS, J.A. (1971) *Los hombres de la sierra*, Barcelona, Grijalbo (orig: 1954)
- PROPP, Vladimir J. (1974) *Las historicas del cuento*, Madrid, Fundamentos.

- REBOREDO, Jose Maria Gonzalez (1971) *El folklore en los castros galegos*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela.
- 1983 *Lendas galegas de tradición oral*, Vigo, Galáxia.
- RISCO, Vicente (1950) «Los tesouros legendários de Galícia», *Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares*, T. VI, pp. 185-213 e 403-429.
- SALLMANN, Jean-Michel (1986) *Chercheurs de trésors et jeteuses de sorts*, Paris, Aubier.
- SCHRYER, Frans J. (1976) «A reinterpretation of treasure tales and the Image of Limited Good», *Current Anthropology*, vol. 17, nº 4: 708-711.
- TAVARES, M. Correia s/d *Ruínas arqueológicas da Cárcoda*, Viseu, Junta Distrital.
- TENORIO; Nicolás (1982) *La aldea gallega*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia (orig: 1914).
- VALVERDE, Xosé Figueira (1973) «Ouro nos castros», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXII, nº 3, pp. 307-327.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1881) *Tradições populares de Portugal*, Porto, Livraria Portuense de Clavel e C^a.
- 1964/69 *Contos populares e lendas*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade.
- VÁZQUEZ, Luis L. Cortes, y (1949) «Veinte cuentos populares sanabreses», *Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares*, T.V, pp. 200-270.
- O Verdadeiro Grande Livro de São Cipriano*, Lisboa, Piramide. s/d,

ANTROPOLOGIA E COLONIALISMO. OS CASOS INGLÊS, FRANCÊS E PORTUGUÊS

por

Eglantina Matos Monteiro*

A antropologia e o colonialismo tem a mesma origem: o expansionismo europeu. Os homens do Mundo Novo com as suas instituições, produções, técnicas, usos e costumes estão na origem das ciências antropológicas e do sistema colonial. Até aos anos 50 aqueles povos foram, simultaneamente, o objecto de estudo privilegiado da antropologia e um reservatório inexorável de forças, humana e natural, que a técnica ocidental, ao serviço da ideologia colonial, explorou.

O antropólogo, nos seus trabalhos de campo, beneficiou dos apoios da administração colonial o que o abrigou muita das vezes a colocar-se ao serviço do colonizador. O que em determinado momento fora um incentivo para a investigação antropológica acabaria por se tornar, em alguns casos, num obstáculo.

Historicamente implicados, a antropologia e o colonialismo, não podem ser entendidos numa relação do tipo causal. A antropologia teria desabrochado, igualmente, fora do contexto colonial. Mas nasceram e cresceram juntos, influenciando-se mutuamente. O administrador e o antropólogo confundiam-se. Não nos é difícil imaginar que, fora de um quadro colonial, a antropologia tivesse tido outro rumo, outras preocupações e levantasse outras questões.

A própria redefinição da antropologia, conceitos, métodos e temas, está ligada à descolonização do mundo e principalmente da África. Os conceitos de ser-humano, sociedade, história, tempo e espaço, arte e espiritualidade, com os quais a antropologia sempre trabalhara, dando importantes contributos para a sua definição e esclarecimento, foram então revistos. A quase completa ocidentalização do mundo, que coincidiu com a descolonização, num primeiro momento parecia empobrecer a antropologia. O primitivo, que fora o seu objecto fundador esvaía-se, desaparecia ou, pelo menos, transformava-se diante do olhar curioso do antropólogo, não apenas pela sua presença mas pelo que ele

* Antropóloga. Escola Superior de Belas-Artes do Porto.

também representava. Nos anos 60 chegara-se mesmo a profetizar a morte da antropologia (Maquet: 1964). Uma morte apenas aparente. A antropologia adquiria, isso sim, um novo estatuto e novos, ainda que mais próximos, temas: o processo de aculturação, a relação colono-colonizado e as figuras do sincretismo. Tudo isto acabaria por anular as taxonomias tradicionais, baseadas na oposição entre primitivo e civilizado, e primeiro e terceiro mundos. A arte, o espaço, a saúde, a religião ou o poder passaram a ser analisados pela antropologia, abordando tanto as sociedades ditas elementares como as complexas. Nas suas análises transculturais, a antropologia procura, agora, não apenas afinidades ou diferenças mas outras categorias ou outras racionalidades, capazes de revelar o desconhecido, o irracional ou ainda o inconsciente que habitam o mundo cada vez mais conhecido e também mais complexo. De repente, quando já existia um entendimento mais ou menos completo e acabado dos povos e das culturas que construíram a ideia de Mundo e Humanidade, é também uma nova ordem, ainda por auscultar, que emerge.

Mas, para além das novas especializações, a antropologia interroga-se acerca do valor e sentido das suas pesquisas. Passa a reflectir no modo como foi descrevendo, conhecendo e classificando o «outro» e na importância desses dados para a fundamentação da filosofia e ciência modernas. Se, efectivamente, a partir do Renascimento a civilização ocidental introduz na reflexão acerca da alteridade o outro homem vivendo de um outro modo num mundo desconhecido, pode dizer-se que assistimos neste momento ao fechamento de um ciclo. Pensar o modo como pensamos o «outro» quando este declina parece ser o fim do humanismo anunciado nas «Palavras e nas Coisas».

O COLONIALISMO

A colonização deriva do conceito grego de colónia enquanto movimento e estabelecimento de um povo de um país num outro país. O aspecto distintivo da colonização, que começou nos finais do século XV e que teve como consequência os primeiros impérios ultramarinos na América, África e Ásia, é o de estes emigrantes terem pretendido estabelecer uma sociedade semelhante àquela que tinham deixado, tendo, inicialmente, que se confrontar com os povos que lá se encontravam.

A soberania sobre o povo «descoberto» era ganha de diferentes modos e requeria uma acção legal por parte do potência colonizadora, conforme a lei interna, e o reconhecimento implícito ou explícito das outras nações coloniais. O resultado era a colónia transformar-se numa possessão ou até mesmo numa parte integrante da «mãe-pátria» e os seus habitantes passarem a ter a naciona-

lidade da nação que os colonizara. O conceito de nacionalidade não era universal, mesmo no interior do mesmo império. Havia diferentes estatutos conforme os interesses do país colonizador e as realidades dos povos colonizados. As discrepâncias entre a administração britânica, francesa e portuguesa sublinham as características peculiares das colónias e, sobretudo a política adoptada pelos povos colonizadores.

O SISTEMA COLONIAL BRITÂNICO

Os ingleses nunca trataram as suas colónias como províncias da metrópole. Cada colónia tinha uma constituição e governos próprios. Aos administradores coloniais era-lhes dada uma considerável independência política e económica. Um dos maiores impérios coloniais de todos os tempos, envolvendo todos os continentes, parecia uma colecção de unidades políticas distintas, ligadas apenas por uma nacionalidade comum cujo vínculo com a metrópole era essencialmente económico. O então maior império tinha o mais completo *spectrum* de governação. Num dos extremos a governação directa, no outro a «lei indirecta». O exemplo clássico da primeira era a Índia. Neste caso, os costumes e as instituições tradicionais eram abolidas ou ignoradas e o governo local encontrava-se nas mãos dos oficiais ingleses. A política de dominação indirecta procurava preservar as estruturas políticas e sociais indígenas e fazer alianças com os poderes locais para, através deles, exercer a sua política de interesses e de dominação. Aplicada pela primeira vez em 1922 na Nigéria, alargando-se depois ao Uganda, às zonas interiores das colónias da África Ocidental, às ilhas Figji e Tonga e, de uma certa forma também, ao Egipto e ao Iraque, a «lei indirecta», foi uma consequência política dos distúrbios sociais na Índia e dos combates no Médio Oriente e ainda uma medida económica. Os encargos com o sistema burocrático da administração tradicional tornaram-se demasiado pesados. Esta alteração releva da capacidade britânica de inovar para poder preservar e de um colonialismo essencialmente económico, pouco preocupado com a colonização cultural.

A ANTROPOLOGIA SOCIAL INGLESA E A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

A partir de 1922 a ideia de preservar a «cultura indígena» e as suas formas tradicionais de autoridade torna-se uma preocupação, mais ou menos generalizada, da política colonial inglesa. A nova política teve um grande impacto, não só ao nível da administração local mas, também, na atitude do governo face aos

antropólogos e à investigação antropológica. O saber antropológico passou a ser importante para a nova estratégia colonial. Desde então, e até aos anos 50, o diálogo entre os antropólogos e os administradores coloniais é privilegiado e, aparentemente, fecundo para ambas as partes, apesar dos malentendidos, das agressões e das desconfianças mútuas.

O que é que a administração colonial esperava dos antropólogos?

É nas tarefas do quotidiano que o antropólogo é mais requisitado, principalmente para os casos de justiça. Ele torna-se, no dizer de Driberg (1926), o clínico que os administradores coloniais devem consultar. Esta ideia encontra a sua fundamentação na concepção organicista da cultura que a Escola Social Britânica define como sendo «um instrumento, um aparelho para satisfazer as necessidades fundamentais, isto é, a sobrevivência, a adaptação ao meio e a continuidade no sentido biológico» (Malinowski: 1945 p. 430). É a luz desta noção de cultura que o contacto entre culturas será auscultado.

O contacto torna-se uma questão preocupante para a administração e para os antropólogos tomados, estes últimos, pela nostalgia das sociedades «estáveis», «não-contaminadas» pelos valores da civilização ocidental. Nesta matéria, e por diferentes razões, administradores e antropólogos têm ideias semelhantes.

«A civilização é uma droga — diz Hutton — e o seu consumo precisa de ser cuidadosamente regulamentado e supervisionado. Os primitivos são perfeitamente capazes de uma adaptação gradual às mudanças que, se forem feitas de uma forma brusca, os poderão aniquilar, o que seria uma coisa má.» (idem, p. 230)

A ideia de uma evolução gradual e controlada, também fazia parte das concepções de Malinowski.

«As transformações se forem sabiamente controladas podem assegurar um desenvolvimento estável (...) [o antropólogo] tem de ter uma visão ampla das coisas, não só no que diz respeito aos nativos mas também à comunidade branca e ao mundo em geral» (1930, p. 423-424)

As concepções dos funcionalistas quanto às transformações sociais não diferem das dos difusionistas. Malinowski fala claramente na difusão da cultura europeia.

«A antropologia, até há muito pouco tempo, não se interessava pelo estudo das raças híbridas dos nativos fora do seu contexto original, nem dos processos de difusão quando estes acontecem entre as culturas europeias e nativa». (idem: 407)

Mas é Raymond Firth que em Tikopia, entre 1923 e 1956, leva a cabo o primeiro trabalho que dá conta das grandes mudanças aí ocorridas e apresenta uma teoria explicativa que se baseia no princípio, mais ou menos generalizado, de substituição. Um exemplo são os quatros lugares sagrados onde se centrava

o «Trabalho dos deuses» — o ritual que era também o suporte do sistema económico e político da ilha, desenrolando-se duas vezes no ano durante um longo período de tempo — foram substituídos por quatro igrejas anglicanas que, ainda eram «governadas», cada uma delas por um dos quatro Arika (chefe) de Tikopia. Este trabalho de transformação — substituição fora levado a cabo por um missionário originário de uma ilha vizinha e que acabaria por se tornar, ele próprio, na imagem do novo tikopiano. Dentro de uma perspectiva funcionalista, se as instituições fundamentais eram substituídas por outras, era porque estas eram capazes de satisfazer as necessidades fundamentais que estavam na origem das primeiras. Nesta abordagem as contradições são minimizadas e, depois do contacto, a sociedade permanece, para além das aparências, basicamente a mesma. Os efeitos do contacto são tratados numa perspectiva horizontal, fazendo tábua rasa da história e dos complexos mecanismos das formas sincréticas.

Se por um lado existem, efectivamente, mecanismos de substituição, por outro existem também dentro do processo sincrético, atitudes, gestos, entidades e instituições que são abolidas enquanto outras permanecem inalteráveis e outras ainda adquirem uma nova feição ou emergem imprevisivelmente outras. Também foram ingoradas as alterações profundas ocorridas nas instituições, conceitos, valores, atitudes e expectativas ocidentais. O Ocidente para poder ser entendido pelas outras culturas, e para exercer o seu poder, teve de se adaptar às categorias e aos valores dos povos que queria dominar. A Europa ao mesmo tempo que aculturava o mundo era ela mesma aculturada. É no campo da estética, da sensibilidade, que o Ocidente se torna mais vulnerável. O modernismo, nas artes plásticas mas também na literatura, na música, na arquitectura e no tratamento do corpo, é antes do mais uma reinterpretação feita por alguns artistas ocidentais das práticas culturais dos povos de África, das Américas e da Oceania que só a antropologia contemporânea começou a abordar.

CRÍTICAS AO FUNCIONALISMO

O Movimento da *New Left Review* para além de considerar o perfil do informador do antropólogo no trabalho de campo nunca claramente definido, critica o modo como a Escola Funcionalista subvalorizou ou até mesmo silenciou o seu *background* colonial. Os estudos funcionalistas centrados em microsociedades, como sistemas isolados capazes de se justificar a si mesmos, inviabilisaram, no entender do grupo de Ardener, Godelard e Banaji, a elaboração uma teoria antropológica.

É em grande parte em reacção a este aspecto do funcionalismo, que acenta numa visão essencialmente estática e fechada das sociedades primitivas

também consideradas passivas, que Levi-Strauss redefine a natureza da antropologia e do trabalho do antropólogo.

«Uma das noções mais perniciosas legadas pelo funcionalismo e que ainda domina tantos etnólogos é a nação de povos isolados, fechados sobre si próprios, vivendo cada um por sua conta uma experiência particular de ordem estética, mítica ou ritual. Ignora-se assim que antes da era colonial (...) esses povos mais numerosos se encontravam também mais próximos uns dos outros». (1979, ed. port: 1981, p. 125)

O COLONIALISMO FRANCÊS

O conceito de um governo próprio era completamente estranho à política colonial francesa. Em 1900 o Congresso de Sociologia Colonial fez um apelo a uma «Política Indígena».

«O dever das potências colonizadoras de respeitar os costumes, as tradições, e até os preconceitos das populações submetidas à sua dominação» (Eveque de Rosea citado por Brunschwig: 1960 p. 174).

A dita «Política Indígena» parece ter sido apenas uma figura de retórica e não propriamente um programa político. A sua definição é vaga, «uma política indígena que consiga ligar a população através do coração e dos interesses» («Cogrés d'Afrique Noire», Paris 1908.), e não se distingue da política de assimilação que sempre fora a política colonial francesa. Nos anos 20 os professores da École Coloniale de Paris defenderam a «lei indirecta» praticada nas colónias britânicas. Contudo, e até aos finais dos anos 40, a política colonial francesa permaneceu burocrática, centralizada e assimilacionista. Com esta política a França procurava fundar um império cultural, espalhar a cultura francesa pelo mundo inteiro em contraponto à «lei indirecta» britânica que tinha uma outra vocação, o estabelecimento de um império comercial. Paradoxalmente, são os valores liberais da Revolução Francesa que estão na base da vocação hegemónica e igualitária da política externa francesa. Foi o prestígio, mais do que os lucros comerciais, que definiu a sua política colonial. O Império era o símbolo necessário da grandeza da França. A lógica desta posição era de que os territórios ultramarinos eram uma parte integrante da República Francesa, eram também França e portanto os seus habitantes eram cidadãos franceses, com os mesmos direitos dos que habitavam a metrópole.

Assim, as relações entre a administração colonial e as instituições antropológicas, limitavam-se praticamente ao ensino. As expedições antropológicas com uma vocação particular para a colecta de artefactos foram também promovidas, o que, de uma certa forma, se liga ao gosto pelo exotismo que é

ainda uma figura de prestígio do poder colonial. Um poder fetiche capaz de representar as outras culturas e, no limite, todas as culturas do mundo através de alguns objectos que são para todos os efeitos residuais. Há, na vocação coleccionista do Ocidente, e principalmente na sua vertente pedagógica a partir do sec. XIX, um mecanismo de redução, de miniaturização das culturas e povos que são exibidos em edifícios faustosos para melhor sublinhar o poder da cultura que os alberga.

OS ANTROPÓLOGOS FRANCESES

Pode falar-se de uma escola inglesa de antropologia mas não, pelo menos com o mesmo sentido, de uma escola francesa. Há, isso sim, antropólogos franceses cujo pensamento foi decisivo para o amadurecimento da disciplina. Esta caracterização encontra a sua fundamentação nos suportes culturais e filosóficos distintos dos britânicos e dos franceses. A antropologia britânica pode ser assimilada ao empirismo. Decididamente ancorada no concreto, a escola inglesa encontra nas instituições sociais — divisão do trabalho, noção de propriedade, sistema económico, jurídico e outros — a fundamentação e mesmo a compreensão de todas as produções culturais — arte, artefactos, magia e religião. Os franceses, no esteio do cartesianismo, exploraram a outra vertente do pensamento de Mauss: as categorias inconscientes dos fenómenos sociais determinantes para o entendimento da arte, da religião e da magia.

A filosofia francesa baseada no «eu» teve uma influência decisiva na vocação da antropologia francesa, na reflexão acerca da relação entre o «mesmo» e o «outro» e, por conseguinte, na questão em torno da objectividade do conhecimento antropológico.

«No desenrolar do trabalho de campo, o antropólogo, diz Levi-Strauss — por mais objectivo e escrupuloso que seja — o que encontra, no final da investigação, não é nem a si próprio nem ao outro. Na melhor das hipóteses, pode conseguir esclarecer por um mecanismo de sobreposição, de si e do outro, aquilo que Mauss chamou os factos gerais de funcionamento e que demonstrou serem os mais universais e os mais reais». (1966 p. 113)

OS ANTROPÓLOGOS E O COLONIALISMO

A ausência de uma escola francesa de antropologia implica a análise de alguns casos particulares (Griaule, Leiris e Levi-Strauss) para se pensar a relação entre o fenómeno colonial e a antropologia em França.

Nas vésperas da independência dos países africanos a etnologia francesa caracterizava-se essencialmente pelos trabalhos de pesquisa em arqueologia, por estudos monográficos em torno de alguns grupos étnicos da África Ocidental e pelos contributos de Griaule sobre o pensamento mítico.

O aspecto particular da antropologia de Griaule reside no trabalho de grupo contra o modelo anglo – americano do trabalho de campo individual do observador-participante. Foi por isso, e pela sua concepção da etnologia como uma «actividade dialogal», criticado severamente pela Antropologia Social Britânica. É por causa da «intimidade» com os Dogon, confirmada pela sua participação nos rituais iniciáticos e pelo conhecimento do significado esotérico dos mitos daquele povo da África Ocidental, que nos anos 50 Griaule esteve ligado à administração colonial como «O embaixador cultural que defendeu e representou a cultura Dogon durante e depois do período colonial» (Clifford: 1988 p. 84).

A personalidade de Michel Leiris encontra-se no polo oposto desta personalidade ambígua e autoritária que foi Marcel Griaule. Michel Leiris é, no que diz respeito às relações entre a antropologia e o colonialismo o mais frontal dos antropólogos. No seu artigo «L'ethnographe devant le colonialisme» Leiris fala do papel do etnógrafo durante a colonização e descolonização. Em ambas as situações dá ênfase ao papel necessariamente activo do etnógrafo: «... não é possível não nos interessarmos pelas actividades da administração colonial (...) nós também somos responsáveis e não basta dessolidarizarmo-nos de uma forma platónica quando não concordamos com as suas acções» (1964 p. 128). Opondo-se a todas as formas de conservadorismo e às tentações evolucionistas, Michel Leiris apresenta um programa de acção para a etnologia francesa, «... orientar a etnologia francesa num sentido mais realista (...) fazer um estudo mais terra a terra das actividades quotidianas, por exemplo da alimentação (...) e das sociedades coloniais não apenas em torno dos povos nativos mas também sobre os europeus (...) e sobre a relação colono-colonizado» (idem, 141) o que ressalta deste artigo editado pela primeira vez em 1958 (na revista «*Temps Modernes*») é o seu pensamento libertatório, sem preconceitos ou má consciência de branco. É, e ainda pode hoje sê-lo, um apelo à História na qual definitivamente estamos todos implicados.

No que diz respeito a Levi-Strauss e por circunstâncias da vida, o seu trabalho de campo faz-se fora do espaço colonial francês. Todavia, Levi-Strauss refere-se várias vezes à relação original entre o colonialismo e a antropologia sempre com a preocupação de demarcar a ciência antropológica da ideologia colonial.

«Fala-se por vezes das nossas investigações como uma sequela do colonialismo. Decerto que as duas coisas estão ligadas, mas nada mais falso do que

fazer da antropologia o último avatar do espírito colonial: uma ideologia vergonhosa à qual era oferecida uma última oportunidade de sobrevivência». (1973: 43)

O espírito anti-colonial conjuga-se em Levi-Strauss com a nostalgia dos tempos em que os outros povos ainda não tinham sido contaminados pela civilização ocidental, «quando nos era oferecido um espectáculo em todo o seu esplendor, um espectáculo que ainda não fora estragado e maldito». Parece que os antropólogos naquele momento de crise, de transformação e que fora também de perda, partilham deste sentimento, independentemente das suas convicções políticas ou científicas.

A POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA

A lei de 1869 não só acaba com a escravatura como desmantela os poderes dos governadores-gerais. Alguns administradores mais esclarecidos propõem reformas para a nova administração colonial. Os dinheiros para a construção do caminho de ferro ou para as campanhas de pacificação, que então se intensificam, vinham de Lisboa e era aí que tudo se decidia. Era contra este estado de coisas que Mouzinho de Albuquerque em 1898 fazia a apologia da política colonial britânica.

«Não se pode comparar esta administração com a das colónias britânicas tão simples e independente, tão pouco burocratizada, uma administração reduzida sem aquele número infinito de leis quase todas elas desnecessárias...» (citado por Newitt: 1981 p. 176.)

Em 1910, quando os republicanos tomaram o poder, iniciou-se uma política de descentralização que garantia a autonomia administrativa para Angola e Moçambique. O golpe militar de 1926 acabaria por mudar completamente a situação e as reformas então pensadas. A partir de 1928 as colónias foram absorvidas pela política do Estado Novo. Os territórios ultramarinos tornaram-se uma parte integral do estado português, o que implicava a construção de uma economia comum e a atribuição da nacionalidade portuguesa a todos os seus habitantes. Contra a política da «assimilação uniformizada» da Primeira República, Salazar introduz uma lei racial. Estabelece duas comunidades, a dos indígenas ou nativos e a dos não-indígenas, ou seja, os brancos, os mestiços e os assimilados e, a partir dos anos 40 promove o povoamento das colónias, ao qual aquela lei não é alheia. Os privilégios dados aos brancos, mestiços e «assimilados» são mais do que uma vontade de uniformização socio-cultural, relevam da vocação hegemónica da raça branca que é uma das bases da política colonial prosseguida por Salazar. A ideia era que o negro era capaz, se devidamente educado, de se aproximar do estado de civilização do europeu. O

assimilado era uma caricatura do branco porque, supostamente, não tinha uma cultura original. Era desprovido de regras de comportamento e até mesmo de uma língua que, por se tratar da dos africanos tinha o estatuto de dialecto. O português que os africanos falavam era «português de preto» o que contrasta com a designação de «português do Brasil» ou até mesmo do «brasileiro» como também se chega, ainda hoje, a designar. Mas, ao mesmo tempo que Salazar lançava um pacote de leis raciais promovia também uma sociedade multi-racial e realçava a ideia de que só Portugal era capaz de o fazer. O Lusotropicalismo, teorizado por Gilberto Freyre para a sociedade brasileira, era a ideologia adequada para alimentar o consenso social interno e para manter e justificar as políticas coloniais. Implicitamente o Lusotropicalismo assume que os portugueses são «sui generis» na capacidade de se adaptarem às outras realidades culturais e, por essa via, capazes de estabelecer relações amigáveis, não-racistas com os povos não-europeus. Desta capacidade de adaptação e da necessidade de miscegenação, consequência do baixo índice demográfico de Portugal de então e de a maior parte dos emigrantes, incluindo o contingente militar, partir sem as famílias, Salazar deduz um igualitarismo e uma ausência de racismo nunca de facto confirmados. Pelo contrário, Silva Cunha (Administrador de Angola e Ministro do Ultramar nos anos 60) num relatório de 1955 acerca dos movimentos messiânicos em Angola aponta os comportamentos racistas dos colonos como sendo a «origem da violenta reacção anti-europeia». Em 1957 afirma que a discriminação racial continua a agravar-se «(...) e traduz-se nas relações com os indígenas primitivos, na tendência para os considerar uma espécie de sub-humanidade de qualidade inferior desmerecedora de qualquer consideração, o que tem consequências sociais gravíssimas pois implica que nas relações inter-raciais tende a formar-se um ambiente de hostilidade latente(...) as práticas segregatórias traduzem-se no seu quase isolamento de convívio com o branco. (citado por Donato Gallo: 1988 p. 82-83). Porém, no 2 volume do seu livro, «Aspectos dos Movimentos Associativos na África Negra», ainda o mesmo autor e relativamente ao mesmo país, nega-o. Retomando os argumentos do Lusotropicalismo considera que, «(...) por causa das características específicas do colonialismo português, não há em Angola oposições ou protestos, virtudes da ausência de discriminação racial e da política de assimilação»(ibidem). Jorge Dias, um dos grandes defensores do Lusotropicalismo e um dos responsáveis pela sua vulgarização, em 1957 num relatório sobre as populações Maconde denuncia o comportamento racista dos colonos portugueses (idem: 67). Mas em 1965/66 afirma: «(...) Nós portugueses, que por tradição somos cristãos na verdadeira acepção da palavra, e por temperamento somos humanos (...) Estas qualidades evitaram que tivéssemos dado lugar a grandes conflitos raciais, antes pelo contrário, ao fim de tantos séculos de contacto com povos de outras raças

e culturas, conseguimos sempre formas de convívio harmoniosas que por vezes, se traduziram em fusões raciais ou em civilizações originais como é o caso do Brasil» («Antropologia Cultural»: 136) Estas afirmações tão contraditórias parecem confirmar a ideia de que o Lusotropicalismo não é uma teoria pensada, capaz de nos esclarecer acerca da relação que estabelecemos com a alteridade, mas uma ideologia que forja a realidade e que ainda hoje faz parte do nosso senso comum.

A IDEOLOGIA DE SALAZAR

Salazar inventou uma tradição. Como qualquer déspota fez um país à sua própria imagem: isolado, humilde, tradicional e trabalhador. Teve a sagacidade de moldar certos aspectos culturais à sua vontade e ideia do mundo; o Lusotropicalismo é apenas uma das suas apropriações. Identificou a cultura portuguesa ao Cristianismo e promoveu o culto mariano. Um ano após a revolução fascista, a Nossa Senhora de Fátima apareceu aos três pastorzinhos e Salazar fez do «milagre» o milagre da sua nova e inequívoca ordem. Com Salazar Portugal viveu, durante quase meio século, uma identidade fabricada, desligada de uma prática e de uma História com os outros povos. A História de Portugal, feita de milagres que o fascismo compôs, colocou Portugal num espaço indefinido, era «Portugal no Mundo» e não com o mundo, um Portugal anquilosado na figura mítica dos impossíveis argonautas do princípio do sec. XV. Salazar reacende a consciência imperial dos portugueses, glorifica o passado e a importância de Portugal no cumprimento da sua missão em África. O espírito, a História e a ténpera dos portugueses passaram a ser a «sua» medida e não as condições em que os portugueses então viviam. É preciso permanecer vivo no Povo Português o sonho do além-mar e o orgulho e a consciência do Império. África é mais do que a terra capaz de produzir o que a metrópole precisa. A África é para nós uma justificação moral e a imagem do nosso poder. Sem ela seríamos um pequeno país, com ela somos uma grande nação». (Editorial in «O Mundo Português» 2, 1935, p. 218)

A ANTROPOLOGIA EM PORTUGAL

Até 1974 a antropologia em Portugal esteve ao serviço do colonialismo e nunca elaborou um corpo teórico capaz de dar conta da sociedade e da cultura portuguesa e, por consequência, definir uma acção descomprometida do poder político. A antropologia era colonial e servia exclusivamente para controlar as

populações nas colónias e justificar na metrópole a sua actuação no ultramar. Os trabalhos de Etnografia portuguesa do grupo de Jorge Dias e Veiga de Oliveira, são uma recolha importante de ancestrais comportamentos mas que, devido aos constrangimentos políticos, também nunca foram analisados de uma forma sistemática dentro do quadro social e cultural que os produziu. Um estudo comparativo daquele material poderia esclarecer ou revelar aspectos de uma identidade que o poder político queria ver sistematicamente fragmentada nas suas formas folclóricas, quer dizer gratuitas e no entanto agradáveis. Nas vésperas da Revolução de Abril de 74 a Antropologia Portuguesa compreendia quase exclusivamente relatórios de missionários, administradores e guardas de posto que viviam nas aldeias e que, por via de uma proximidade com as populações, deixaram relatos mais ou menos pormenorizados do que viam e viviam. Eram uma espécie de diários a bordo de um continente cheio de incompreensíveis, logo primitivos, comportamentos de que os autores eram o testemunho. «Grosso modo» era esta a ideia da Antropologia em Portugal, o que os olhos viam e os demais sentidos transportavam era a verdade. A explicação do que descreviam não era dada em termos do significado que os gestos, as vestes, as instituições, as artes ou os artefactos tinham para os seus actores ou autores. Tão pouco a antropologia se interrogava acerca dos valores ou das «realidade invisíveis» que teciam as complexas e intrigantes situações que exaustivamente foram descrevendo. «Mesmo os melhores antropólogos portugueses manifestaram este etnocentrismo, muitas vezes acompanhado de fortes doses de paternalismo». (Bender: *idem*. p. 295-96). Jorge Dias é um desses antropólogos cuja vocação científica nunca pôde ser plenamente assumida. Sentimos isso ao ler os seus escritos teóricos ou as suas monografias que aqui e além tomam as cores da moral e da ideologia. Há vários exemplos desse pensamento truncado, que por isso nunca chega a ser um pensamento, mas um compromisso não só com a ideologia mas também com as diferentes teorias antropológicas das quais Jorge Dias procura sempre retirar os aspectos «mais válidos». E Jorge Dias fala também desses compromissos, das limitações do trabalho de campo, não só pela distância e solidão mas pela «vida dupla: uma de pura aparência para estar bem com a administração e outra, que é a sua vida real, praticada às ocultas» (1965/66:112).

Definitivamente a antropologia em Portugal tinha um sentido diferente do que tinha em França ou em Inglaterra. Santos Júnior é um dos intérpretes de uma antropologia ancorada nas Ciências Naturais.

«O somatório destes três factores — geográficos, históricos e antropológicos — constitui um quadro de elementos ecológicos (...) admitindo o conceito ecológico para a Etnografia, os seus métodos de estudo têm de ser os métodos objectivos das Ciências Naturais» (1970/71:4)

A escola do Porto que até aos anos 40 é a escola antropológica mais florescente em Portugal, congrega os estudos de Arqueologia, Antropologia Física e Etnografia e também os mais dedicados investigadores. Mendes Corrêa, director e fundador da escola, Jorge Dias, numa fase inicial na esteira dos seus antecessores Ricardo Severo, Rocha Peixoto, Fonseca Cardoso. Todos eles permanecem mais ou menos fiéis à concepção da antropologia como a síntese das Ciências Humanas. E, enquanto a antropologia na Europa se repensava e questionava as suas relações originais com o colonialismo, em Portugal retomava-se ou permanecia-se arreigado ao ideal do «progresso» do positivismo e, ainda que de uma maneira nova, ao princípio darwiniano da selecção do melhor.

«Abandonou-se a preocupação dum evolucionismo unilinear e mecânico (...) reconhece-se a complexidade extrema dos problemas etnogenéticos, das classificações, afinidades e hierarquias raciais, a necessidade de se considerar menos importante do que se supunha o papel morfogenético do meio e, pelo contrário, mais poderosa e transcendente a acção de factores hereditários e constitucionais» (Mendes Corrêa: 1944 p. 34).

O corolário destas concepções deterministas, alheio às grandes transformações sociais, políticas científicas e filosóficas do pós-guerra, era a ideia de que a antropologia era o estudo dos povos colonizados, uma ciência fundamental para «orientar a acção política, religiosa, económica, comercial ou industrial em muitos aglomerados humanos» (*ibidem*: XXI).

CONCLUSÃO

Pode concluir-se uma afinidade entre as políticas coloniais portuguesa e francesa no que diz respeito às práticas assimilacionistas e ao centralismo burocrático. As políticas de identidade que levam franceses e portugueses a estabelecer nas colónias as mesmas instituições da metrópole e a política paternalista do «indigenato», em que os africanos «não-assimilados» eram submetidos a um regime especial, são as afinidades maiores. No caso francês aquelas políticas baseiam-se na ideia da universalidade da cultura francesa, uma sociedade aberta onde os homens eram apenas avaliados pelo seu mérito e inteligência, independentemente da raça e da nacionalidade. No caso português aquelas mesmas práticas baseiam-se na identidade de Portugal com os valores universais do Cristianismo e na ideologia do Lusotropicalismo.

Apesar da política da «lei indirecta» britânica ou da «autoridade local» como se passou a chamar no pós-guerra, isso não quer dizer que a Inglaterra não tenha levado a cabo práticas que resultaram assimilacionistas. A promoção de uma classe média africana cujo estatuto dependia da educação e da saúde,

e não da linhagem, levou também ao enfraquecimento dos chefes e das leis tradicionais. O que o liberalismo britânico permitiu foi a organização dos africanos em associações com propósitos políticos e económicos e tolerou de uma certa forma as actividades nacionalistas. Estes aspectos contrastam definitivamente com as políticas francesas e portuguesas que nunca aceitaram as organizações africanas, tradicionais ou aculturadas, para dialogar.

No que diz respeito à influência das práticas coloniais no crescimento da disciplina antropológica, o caso inglês é, pelo facto de ter levado a cabo os dois modelos coloniais, esclarecedor de como as políticas coloniais determinaram o crescimento ou o definhamento da antropologia. Apesar da Antropologia Social Britânica desde muito cedo se apresentar como uma ciência útil para a administração, e esta se ter tornado no melhor suporte para a disciplina, na Índia, onde sempre vigorou a administração directa de tipo assimilacionista, nunca foram promovidos os estudos sociológicos. (Kuper: 1983). É a ideia do desenvolvimento económico e da autonomia administrativa que leva ao incremento da antropologia.

Mas enquanto que os franceses e os ingleses foram mudando de atitude no modo de administrarem as suas colónias, pressionados pelas mudanças sociais e políticas em África, Portugal permaneceu fiel à colonização baseada no rendimento agrícola, no trabalho forçado e no proselitismo cristão. Mas há uma explicação para que aquelas potências tenham alterado as suas políticas coloniais. O impacto da 2ª Guerra Mundial fez sentir a necessidade e a importância das colónias, a esquerda, imediatamente a seguir à guerra, passou a ter uma influência nas democracias europeias e as Nações Unidas apresentavam reformas para o sistema colonial. O facto de Portugal não ter participado na guerra e não pertencer às Nações Unidas impediu o debate interno e o criticismo. A antropologia, tal como as outras Ciências Humanas, não encontravam em Portugal o terreno possível para crescer. «O etnógrafo recolhe e o político no gabinete reflete e teoriza»: assim se fez, e por isso poderemos dizer que em Portugal até 74 fez-se apenas Etnografia e Antropologia Colonial. Só desde então é que a Antropologia Cultural e Social ganhou entre nós um espaço institucional independente.

BIBLIOGRAFIA

- BENDER, Gerald J. (1978), *Angola under the Portuguese — The myth and the Reality* — Londres
- BRUNSCHWIG, H. (1960), *Mythes et réalités de l'impérialisme Coloniale Français — 1871/1914* — Paris
- CLIFFORD, J. (1988), *The Predicament of Culture* — Harvard
- DRIEBERG, H. J. (1927), «Anthropology in Colonial Administration» *Economica* 20:155-171.
- FIRTH, Raymond (1970), *Rank and Religion in Tikopia* — Londres
- GALLO, Donato (1988), *Antropologia e Colonialismo — O Saber Português* — Lisboa
- GODARD, David (1969), «Limits of British Anthropology» in *New Left Review*: 58
- GRIAULE, Marcel (1957), *Méthode de l'ethnologue* — Paris
- HUTTON, J. H. (1927) «Anthropology and Administration» Presidential Address delivered before the *Anthropological Section of the All-India Science Congress* — Lahore
- KUPER, Adam. (1983)(1.ed. 1973). *Anthropology and anthropologists* — Londres
- LEIRIS, Michel. 1966. «L'ethnologue devant le colonialisme» in *Brisées* — Paris
- LEVI-STRAUSS, Claude (1966), «Anthropology: its Achievements and Future» in *Current Anthropology*, 7: 124-127 «The scope of Anthropology» in *Current Anthropology*, 7: 112-127 1973. *Antropologie Structurale Deux* — Paris. 1979. *La voie des masques*, trad. Manuel Ruas — Lisboa, 1981
- MALINOWSKI, B. (1930), «The rationalization of Anthropology and Administration» in *Africa*, III.
- MAQUET, Jacques (1964), Objectivity in Anthropology» in *Current Anthropology*, 5: 47-55.
- MENDES CORRÊA, A. 1944. *Germen e Cultura*. Instituto de Antropologia Universidade do Porto.
- NEWITT, M. 1981. *Portugal in Africa: The last hundred years* — Londres
- SANTOS JÚNIOR, R. (1970), *Lições de Antropologia. Universidade de Angola*.

A MUSEALIZAÇÃO DE SÍTIOS — QUESTÕES RELATIVAS À FORMULAÇÃO DO PROGRAMA INTERPRETATIVO

por

Henrique Coutinho Gouveia*

SUMÁRIO

Uma noção introdutória — a musealização de sítios; da exposição à interpretação ou a tentativa de caracterização de um percurso; quatro questões relativas à interpretação de sítios: 1. A investigação como sustentáculo do programa interpretativo; 2. Definição de um critério geral de musealização; 3. Diferentes modalidades de intervenção interpretativa; 4. Articulação entre restauro e interpretação.

UMA NOÇÃO INTRODUTÓRIA — A MUSEALIZAÇÃO DE SÍTIOS

A musealização de um sítio corresponde necessariamente a uma transposição de valores patrimoniais para o plano museológico, sem que, para isso, tenham que ser deslocados do local em que se encontram¹. E sendo hoje a noção de sítio muito ampla do ponto de vista temático, pois os valores patrimoniais em causa podem revestir importância e significado em função de perspectivas disciplinares muito diversificadas ou ser objecto do interesse conjunto de diferentes domínios científicos e de vários tipos de factores de valorização cultural, é patente a amplitude que esta modalidade de intervenção museológica tenderá forçosamente a assumir, dada a generalização das preocupações patrimoniais que se verifica nas sociedades contemporâneas.

Do ponto de vista conceptual a expressão musealização de sítios justifica-se dada a necessidade de introduzir uma distinção relativamente ao caso dos museus de sítio, em que a gestão dos valores patrimoniais em causa conduz à

* FCSH-UNL

¹ Embora sendo evidente que o património de um sítio pode compreender igualmente testemunhos móveis, não serão estes que o caracterizam, constituindo mesmo preocupação actual neste domínio a manutenção do seu relacionamento com os elementos conservados «in loco».

organização de uma estrutura museológica completa, que se diferencia da de outras instituições congêneres apenas pelas características especiais do seu acervo, situado predominantemente no domínio do património imóvel.

No caso da musealização de sítios, a organização a criar poderá projectar-se apenas em alguns dos sectores funcionais do trabalho de museu, assumindo, por conseguinte, um modelo parcelar e simplificado e remetendo para instituições diferenciadas determinados tipos de respostas. Embora se possa considerar que a incidência dominante, no caso da musealização de sítios, seja de ordem interpretativa, a noção agora apresentada permite igualmente que a transposição para o plano museológico inicialmente referida possa contemplar prioritariamente outros aspectos do trabalho de museu, excluindo mesmo o interpretativo e de divulgação.

Constituindo a interpretação de sítios, em particular algumas das questões inerentes à elaboração do respectivo programa, o objecto do comentário a que se irá proceder, julgou-se oportuno introduzir preliminarmente, e ainda que de modo sintético, estas considerações.

DA EXPOSIÇÃO À INTERPRETAÇÃO OU A TENTATIVA DE CARACTERIZAÇÃO DE UM PERCURSO

A musealização de sítios veio prosseguir, no plano interpretativo, uma série de transformações fundamentais operadas, no domínio museológico, no âmbito da utilização pública dos testemunhos culturais.

Parece correcto tomar como primeira referência desse conjunto de transformações a adopção de critérios científicos na encenação da exposição permanente dos museus de história natural, que, entre nós, poderá reportar-se ainda ao período setecentista mas que, só no século seguinte, virá a adquirir verdadeira expressão.

A comparação que se poderá estabelecer, recorrendo aos elementos iconográficos disponíveis referentes ao período pré-científico anterior e à ilustração geográfica já abundante na fase de consolidação dos arranjos científicos da exposição, permitirá avaliar melhor a importância e significado do processo² (Est. I-1/2).

² A exposição de um museu como o de Ferrante Imperato (1550-1630), em Nápoles, revelava um acervo diversificado, integrando «objectos testemunhos» que projectavam o conhecimento de então quer no passado, quer em novos horizontes geográfico-culturais. A interpretação das colecções expostas seria feita oralmente, requerendo com frequência a presença e o comentário de um erudito.

Na segunda metade do século XIX, o arranjo inicial da Sala de Zoologia do Museu de História Natural da Universidade de Coimbra passaria a ser orientado por critérios taxonómicos, procurando

A evolução verificada no contexto museológico oitocentista, muito particularmente no seu período final, proporcionou uma segunda alteração qualitativa fundamental relativamente à apresentação das colecções, passando esta a orientar-se por preocupações educativas tendo já como objectivo a sensibilização de públicos massificados, que as grandes exposições, então em período de plena expansão, tinham introduzido no panorama museológico³.

Esta nova orientação virá depois a ser objecto de desenvolvimentos múltiplos, assumindo particular relevo a via do serviço educativo e todo o contributo daí adveniente para o enriquecimento da utilização pedagógica do acervo dos museus.

No nosso país são detectáveis alguns dos contributos transferidos da encenação das grandes exposições públicas para o domínio dos museus, vindo o serviço educativo a ser considerado como um dos seus sectores constitutivos, na sequência das preocupações pedagógicas que o Dr. João Couto sempre assumiu⁴.

Os antecedentes de uma terceira mudança substancial, no plano da interpretação e divulgação dos testemunhos culturais — que na musealização de sítios virá a ter uma das suas formas de concretização mais significativa — não deverão centrar-se nos museus ao ar livre norte-europeus em que, pelo menos inicialmente, não é detectável, relativamente à exposição encenada em espaços fechados, uma transformação essencial no modo de apresentação do acervo⁵ (Est. I-3).

Essa nova via de renovação interpretativa tem de facto início nas preocupações de índole museológica que originam, no sub-continente norte americano, a criação de parques nacionais e a conservação e valorização pública de campos de batalha ou mesmo das residências de figuras históricas.

O percurso então iniciado, e que viria a originar novos modelos institucionais como os parques naturais e reservas, o ecomuseu nas suas diferentes modalidades

constituir um modelo científico de representação da realidade documentada. No entanto só podia ser devidamente compreendido pelo público que possuísse formação adequada, tal como transparece nos relatos que alguns visitantes cultos deixaram, pelo menos, embora sensivelmente diferenciada do ponto de vista metodológico, a exposição continuava a apresentar características fortemente restritivas em termos do seu relacionamento com o público visitante.

³ Situando-se na mesma linha de preocupações, os critérios de encenação modernamente adoptados pelos museus procuram, através de uma combinação equilibrada dos exemplares das colecções, da informação escrita e de diversos tipos de material de animação, que as suas exposições se tornem compreensíveis para a generalidade dos visitantes.

⁴ Director do Museu Nacional de Arte Antiga de 1938 a 1960 e principal renovador da museologia portuguesa contemporânea.

⁵ Na verdade, nos primeiros museus ao ar livre como, por exemplo, o de Bigdoy, em Oslo, a disposição dos exemplares do património construído na área de um parque apresenta fortes semelhanças com a do arranjo do mobiliário de exposição nas salas de outros tipos de museus, dado que se pode constatar, em ambos os casos, uma idêntica liberdade de intervir no espaço de instalação.

des e os museus de sítio e de monumento, propõe como característica inovadora o tratamento museológico da realidade ambiental e de valores patrimoniais não deslocados⁶.

A introdução desse tipo de concepções no plano museológico passou a permitir perspectivas de intervenção que, podendo deixar de situar-se no contexto institucional do museu, vêm confirmar uma progressiva autonomização de algumas das suas modalidades essenciais de trabalho, como a conservação e a interpretação.

A metodologia e prática museológicas tendem então a projectar-se em realidades culturais cada vez mais vastas, em termos de identificação e selecção dos objectos musealizáveis, desencadeando-se assim a possibilidade de intervenção na vasta gama de valores patrimoniais correspondente aos sítios, monumentos ou mesmo a testemunhos culturais isolados⁷ (Est. I-4).

As possibilidades interpretativas resultantes desta mudança constituem um passo qualitativo equiparável aos advenientes da transposição para o museu da metodologia do trabalho científico e da generalização das suas preocupações comunicacionais e pedagógicas, que já anteriormente foram sublinhadas.

A natureza e as consequências da mudança aqui caracterizada permitem também justificar a proposta, baseada numa concepção apresentada por Freeman Tilden, de que se passe a utilizar um vocábulo de significado mais amplo como «interpretação», englobando aí a componente do trabalho de museu habitualmente designada por «exposição»⁸. Daqui resultaria também um maior apuramento terminológico, a operar em função do aprofundamento do conceito de exposição, da sua metodologia e potencialidades comunicativas.

Contemporaneamente, parece desenhar-se ainda uma outra transformação com consequências comparáveis no plano interpretativo, que é a operada mediante a introdução de modelos tridimensionais abstractos no sistema de comunicação dos museus. Ultrapassar-se-ia assim, no plano de transposição das ideias para o domínio museológico, a limitação apontada por H. J. Swinney, restringindo essa possibilidade àquelas que fossem susceptíveis de ser traduzidas

⁶ No plano interpretativo, a musealização de um testemunho «in situ» traduz-se fundamentalmente pela introdução de um elemento informativo — escrito, iconográfico, sonoro — que o assinala, identifica e torna compreensível para o público.

⁷ A musealização de testemunhos culturais integra hoje o quotidiano, tal como sucede no caso do barco rabelo ancorado junto a Vila Nova de Gaia, que a fotografia apresenta, pois o facto de a sua vela se encontrar desfraldada apenas se justifica por razões de ordem estética e interpretativa.

⁸ V. *Interpreting Our Heritage*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1978, p. A interpretação corresponderá portanto ao tratamento operado sobre um bem cultural, visando tornar mais compreensível a sua qualidade de testemunho.

por meio de artefactos⁹.

QUATRO QUESTÕES RELATIVAS À INTERPRETAÇÃO DE SÍTIOS

1. A investigação como sustentáculo do programa interpretativo

A tentativa de caracterização sumária dos principais tipos de mudança de que foi objecto o processo de interpretação de testemunhos culturais, feita na introdução, permite situar num contexto geral algumas das questões suscitadas nesse plano pela chamada musealização de sítios.

Os exemplos que irão sustentar o comentário comparativo que se segue provêm de projectos de musealização de sítios cujo interesse cultural se situa nos domínios da tecnologia e da etno-tecnologia, localizados na região do baixo Mondego, nos concelhos de Penacova e da Figueira da Foz, sendo os testemunhos em causa conjuntos de moinhos de vento e de fornos de cal e um moinho de maré¹⁰.

Com excepção de um dos fornos de cal, todos estes testemunhos se encontram desactivados e parcialmente arruinados quando do lançamento dos projectos, embora os seus períodos finais de elaboração se tivessem situado já no século actual. Também só no caso do moinho de maré é que se tornou possível proceder a estudos analógicos mediante a observação e análise de realidades funcionais

⁹ V. Introductory Essay in Arminia Neal, Exhibits for the Small Museum, Nashville, AASLH, 1976, p. 5, em que este Autor propõe os seus conceitos de «artifactual idea» e «non-artifactual idea», que se consideram, por conseguinte, como excessivamente limitativos.

A utilização de modelos realistas miniaturizados ou ampliados já tinha permitido aos museus ultrapassar alguns dos condicionamentos inerentes às dimensões dos objectos que se pretendiam integrar na exposição. A generalização deste tipo de solução cénica viria permitir igualmente ultrapassar barreiras temporárias, por exemplo, os jardins zoológicos a poder incluir a fauna correspondente aos tempos pré-históricos graças à presença de modelos que hoje passaram inclusive a ser sonorizados e dotados de movimento (Est. II-1).

A possibilidade de introduzir ideias abstractas no discurso expositivo, através do emprego de modelos tridimensionais generalizadamente compreensíveis como se verifica no caso da pirâmide etária ou de estruturas moleculares e atómicas, poderá assim permitir novos avanços no plano da comunicação museológica.

¹⁰ Em 1987 teve lugar na Figueira da Foz, por iniciativa do então Departamento de Etnologia do Instituto Português do Património Cultural, um Seminário sobre a Musealização de Sítios, em que, com a colaboração de especialistas estrangeiros e mediante a análise de um conjunto tematicamente diversificado de projectos de musealização, todos localizados na zona do baixo Mondego, se procurou fazer uma primeira análise deste tema e das suas incidências num contexto regional. Este trabalho vem retomar algumas das questões então abordadas no caso de sítios da área da tecnologia. V. Henrique Coutinho Gouveia e Margarida Chorão de Carvalho, A Musealização de Sítios na Área da Etnologia. Os Conjuntos de Moinhos de Ventos da Portela de Oliveira e de Fornos de Cal do Casal de Santo Amaro, e António Eduardo de Mendonça e Isabel Sousa Pereira, Moinho das Doze Pedras. Lavos — Figueira da Foz, Seminário Musealização de Sítios, Coimbra, 19-24 Outubro 87, IPPC — Centro de Formação e Estudos e Departamento de Etnologia, 51 p. e ilus. e 22 p. e ilus.

tecnologicamente comparáveis.

A orientação metodológica do trabalho de pesquisa que fundamentou estes projectos procurou conjugar uma perspectiva sincrónica no estudo praticamente exaustivo dos elementos em causa e da sua distribuição em áreas envolventes relativamente amplas, com formas de análise diacrónica em que procuraram detectar-se quaisquer possíveis transformações verificadas numa mesma área ao longo do tempo¹¹.

Foram tidos ainda em atenção os processos de complementaridade técnica que se podem verificar, no caso da moagem, entre engenhos utilizando diferentes formas de energia e as modalidades de articulação que se verificam sempre entre as actividades transformadoras e os processos de obtenção de matérias primas e de combustíveis e de posterior distribuição e comercialização dos produtos resultantes.

As preocupações que se acabam de enunciar implicaram a necessidade de formas de conjugação disciplinar, envolvendo a etnologia, a história e a arqueologia, na pesquisa da evolução e transformações tecnológicas dos sítios, e a arquitectura paisagística e a botânica para resolução de problemas do âmbito de reinserção e do arranjo ambiental dos testemunhos¹².

Uma tal chamada de atenção para as questões que os processos de musealização de sítios colocam no plano da pesquisa permite sublinhar, uma vez mais, a questão, tão frequentemente objecto de análise, da articulação íntima entre a investigação e o programa de interpretação.

Com um propósito exemplificativo, será de apontar o facto de a escolha final do conjunto de moinhos de vento, cuja musealização se encontra em curso, ter sido fundamentada numa maior riqueza tipológica dos exemplares que o integram, dado resultante do programa prévio de pesquisa sobre os sistemas de moagem da região.

A necessidade de correcção da actual configuração morfológica do terreno onde se localizam os fornos de cal em que incide o segundo projecto, de modo a que se possa vir a reconstituir a antiga rede de acessos, recuperando assim factores interpretativos fundamentais, poderá ser também invocada a este propósito¹³ (Est. II-3).

¹¹ No caso do moinho de maré, por ser o único que subsiste no estuário do Mondego, essa análise comparativa operou-se de forma bastante mais alargada.

¹² A análise diacrónica do fabrico de cal no concelho de Penacova conduziu a trabalhos de escavação nos fornos mais antigos, que já se encontravam soterrados, e que permitiram comprovar diferenças tipológicas sensíveis relativamente aos de utilização mais recente (Est. II-2).

¹³ A substituição da antiga «estrada real» por uma nova via rodoviária de origem, neste caso, a transformações na configuração do terreno, que dificultavam a compreensão do funcionamento de alguns dos fornos, pois a sua laboração implica acessos que possibilitem o seu abastecimento em matéria prima e combustível e o escoamento da produção.

A perspectiva inversa, que corresponde a um reaprofundamento do trabalho de pesquisa, dada a necessidade de uma conveniente interpretação de algumas das características dos testemunhos, pode ser exemplificada considerando que a existência de frechais de pedra bem visíveis nas ruínas de alguns dos moinhos do conjunto em análise determinou uma reorientação da pesquisa, que possibilitasse a compreensão da presença desses elementos e, conseqüentemente, a sua interpretação¹⁴ (Est. III-1).

2. Definição de um critério geral de musealização

Na concepção do programa de interpretação de um sítio será de distinguir agora uma segunda ordem de questões, projectando-se nos planos arquitectónico e ambiental, e que corresponde à definição de um critério orientador para a recuperação do seu valor como testemunho.

As respostas a esse conjunto de questões irão determinar as formas de tratamento dos valores em causa e qual o seu modo de articulação com os elementos informativos e de animação a introduzir e os serviços de apoio a instalar. A aparência geral do sítio uma vez musealizado irá traduzir precisamente as opções aqui assumidas.

Compreendem-se ainda neste âmbito as decisões relativas ao destino a dar a construções intrusas ou profundamente adulteradas, existentes na área do sítio, e à aparência geral dos projectos daquelas que, porventura, se torne necessário vir a edificar em conformidade com o programa aprovado¹⁵.

No caso exemplificativo do projecto relativo ao conjunto de moinhos de vento, as decisões tomadas neste âmbito conduziram a que a recuperação dos vários exemplares viesse a diferir dos pontos de vista arquitectónico e funcional, consoante os objectivos pretendidos, circunscrevendo-se, em alguns casos, à consolidação das ruínas existentes.

¹⁴ Com efeito, a presença desse tipo de frechal com um rasgo circular cimeiro e orifícios regularmente dispostos na face interna, para introdução de arganeis, e de outros elementos funcionais, como um outro frechal de madeira preparado para a colocação de rodinhas, prova que houve modificações ao longo do tempo nas características técnicas desses engenhos. Sobre o assunto, v. Henrique Coutinho Gouveia, *Moinhos de Cereais da Bacia Hidrográfica do Mondego*. Aspectos da sua Evolução e Complementaridade, Lisboa, INATEL, Gabinete de Etnografia, 1991.

¹⁵ Foi assim que, no caso do projecto relativo aos moinhos de vento da Portela de Oliveira, foi programada a reutilização, como centro interpretativo, de uma construção que desvirtuara completamente um dos exemplares do conjunto, abdicando-se, por conseguinte, da sua recuperação enquanto testemunho. Esta decisão seria mesmo sublinhada depois pelo tratamento arquitectónico da adaptação a realizar, em que se procurava anular a presença do antigo moinho, tal como mostra um dos esboços propostos (Est. III-2).

Seriam ainda decisões de orientação geral que viriam a determinar que se procedesse à recuperação da cobertura vegetal primitiva na área do sítio em que se encontram os moinhos, devendo, pelo contrário, ser estudado um arranjo paisagístico diferente para a zona de implantação do centro interpretativo e dos edifícios de lazer e de apoio aos visitantes. A adopção deste duplo critério visava conferir ao enquadramento paisagístico do património construído considerado como testemunho um papel de complemento interpretativo, enquanto que, no caso dos edifícios de apoio, as preocupações se transferiam para o plano estético e o domínio do bem estar.

Esta questão poderá ser, no entanto, melhor compreendida tomando como caso exemplificativo o de um sítio gerido por um museu, como é o campo militar de Aljubarrota, sendo de observar que aí se optou por dotá-lo com a aparência geral de uma área ajardinada, subordinando a esse critério as propostas de identificação dos dispositivos tácticos adoptados e dos eixos de movimentação dos exércitos em presença (Est. III-3). Ao sítio assim interpretado foi pois conferido, deliberadamente, um aspecto geral muito distante daquele que teria tido quando se travou ali a batalha, o que traduz uma orientação diferente daquelas que foram adoptadas no tratamento de outros campos militares.

3. Diferentes modalidades de intervenção interpretativa

Os centros interpretativos e o seu carácter necessariamente complementar no contexto dos programas de musealização de sítios constituem o terceiro dos temas objecto de comentário neste estudo.

Como anteriormente foi sublinhado, o valor dos sítios como testemunhos reside em factores culturais ou ambientais que lhes são inerentes e que, mediante um programa de musealização adequado, são objecto de pesquisa, conservação e interpretação.

No caso desta última, um programa de musealização proporá habitualmente a introdução de equipamentos informativos e de animação, que possibilitem a identificação e compreensão dos valores patrimoniais conservados «in loco» e que orientem o percurso de visita, de modo a proporcionar uma compreensão global da importância e significado do sítio (Est. III-4).

Resulta daqui que, no caso de o programa de musealização vir a compreender a existência de um centro interpretativo, o seu papel seja considerado como complementar, recorrendo-se aí à modalidade de explicação e divulgação do valor e significado cultural dos testemunhos que anteriormente se designou por exposição.

Sendo assim, serão de distinguir, no programa de musealização de um sítio, duas modalidades de intervenção, devendo uma ser considerada como fundamental e característica do processo e a outra como complementar, podendo mesmo ser dispensada.

Dos três projectos que têm fornecido os exemplos ilustrativos necessários a esta análise, o relativo à moagem eólica compreende a instalação não só de um centro interpretativo como ainda de pólos adicionais, distribuindo-se por alguns dos moinhos em que uma recuperação arquitectónica incidindo apenas nos aspectos exteriores proporcionaria essa forma de reutilização¹⁶. No caso dos fornos de cal, encontra-se também previsto o que se poderá designar por utilização da exposição como modalidade interpretativa complementar, pretendendo-se vir a excluir essa solução no programa relativo ao moinho de maré.

As considerações avançadas a este propósito permitem ainda assinalar o carácter introdutório e sinóptico que deverá revestir a exposição prevista para o centro interpretativo do conjunto de moinhos de vento, sendo essa a orientação que poderá presidir, com frequência, a este tipo de componente. Já nos pólos adicionais a instalar em moinhos recuperados apenas exteriormente, a exposição permitirá aprofundamentos explicativos de natureza tecnológica e a introdução de apontamentos biográficos relativos aos moleiros que deles se ocuparam e a aspectos sócio-económicos do seu trabalho.

A existência de componentes relativamente complexas, como são os centros interpretativos, pode aproximar os processos de musealização de sítios daqueles que têm como objectivo a criação de museus de sítio.

No entanto, tal como se acentuou na rubrica introdutória deste artigo, este último tipo de proposta pressupõe a criação de instituições autónomas com um modelo de organização e funcionamento idêntico ao dos restantes museus, enquanto que, no caso dos sítios musealizados, haverá apenas recurso a algumas das modalidades do trabalho de museu, não sendo a estrutura criada dotada de autonomia.

4. Articulação entre restauro e interpretação

Esta série de questões, analisadas por enquanto com objectivos fundamentalmente exploratórios, concluir-se-á com uma apreciação de alguns dos problemas que a elaboração do programa interpretativo de um sítio pode colocar

¹⁶ Seria de reservar para situações deste tipo a expressão «aproveitamento museológico», utilizada por vezes com um sentido equivalente ao de «musealização», e que passaria portanto a designar a mera utilização de elementos do património construído para a instalação de uma estrutura museológica.

relativamente ao restauro dos valores patrimoniais que o integram.

A insuficiência informativa apresenta-se, desde logo, como uma das principais condicionantes dos processos de restauro, sendo conhecidas as precauções com que se deverá proceder no caso do recurso a vias analógicas.

A necessidade de reconstrução do património edificado surge, com alguma frequência, associada à da recuperação do seu valor como componente da paisagem, situação facilmente evidenciável no caso de qualquer um dos projectos que têm vindo a ser referenciados a título exemplificativo. Daí provem a justificação de se virem a recuperar exteriormente a generalidade dos moinhos de vento e o moinho de maré e de se reconstruir a colonata e telheiro do forno central do conjunto a musealizar (Est. IV-1).

As questões mais interessantes neste âmbito são, todavia, as que se colocam naqueles casos em que se impõe uma estreita colaboração entre o critério de restauro a aplicar e a interpretação dos valores patrimoniais em causa.

Um dos exemplos que os projectos em análise permitem referenciar é o dos moinhos de vento cujas características tipológicas sofreram alterações no seu derradeiro período de funcionamento, pois as transformações sofridas só são patenteáveis mediante a manutenção do estado de ruína em que os engenhos foram estudados (Est. III-1).

O programa interpretativo referente ao interior do moinho de maré implica a adopção de um critério comparável, pois as suas características técnicas são de molde a que o seu funcionamento só possa ser devidamente compreendido possibilitando-se a observação de componentes que se situam abaixo do nível do solo (Est. IV-2).

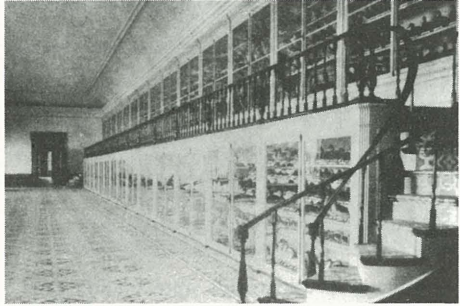
Estes aspectos permitiram fundamentar, no caso deste projecto, as decisões de ordem global, que foram a de manter o aspecto geral de ruína que o interior do moinho apresentava, aproveitando esse facto para proporcionar aos visitantes a observação das componentes da parte inferior do engenho, postas a descoberto pelo próprio processo de degradação do edifício ou por meio de escavações (Est. IV-3).

A coerência do programa obriga então a que se recorra a modelos reduzidos em todas as soluções interpretativas que impliquem reconstituições, incluindo aí uma tentativa de apresentação geral do antigo interior funcional do moinho. A interpretação dos testemunhos mais significativos ainda subsistentes operar-se-á mediante uma articulação adequada com elementos informativos e materiais de animação.

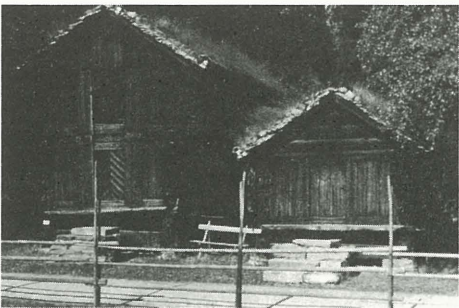
Este último exemplo permite evidenciar de novo a importância que assumem as decisões de ordem global, comentadas a propósito da segunda questão apresentada, e que acabam por conferir a cada um dos sítios musealizados uma aparência geral e características próprias.



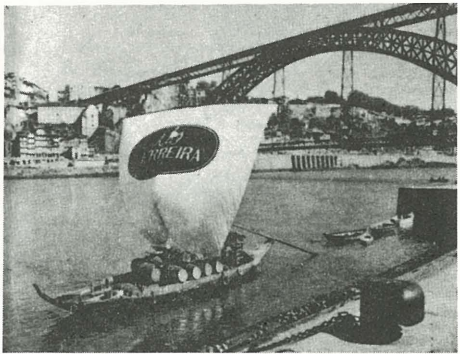
1 — Museu Ferrante Imperato (1550–1630), em Nápoles.



2 — A nova Sala de Zoologia do Museu de História Natural do Museu da Universidade de Coimbra.



3 — Museu ao ar livre de Bigdoy, em Oslo.



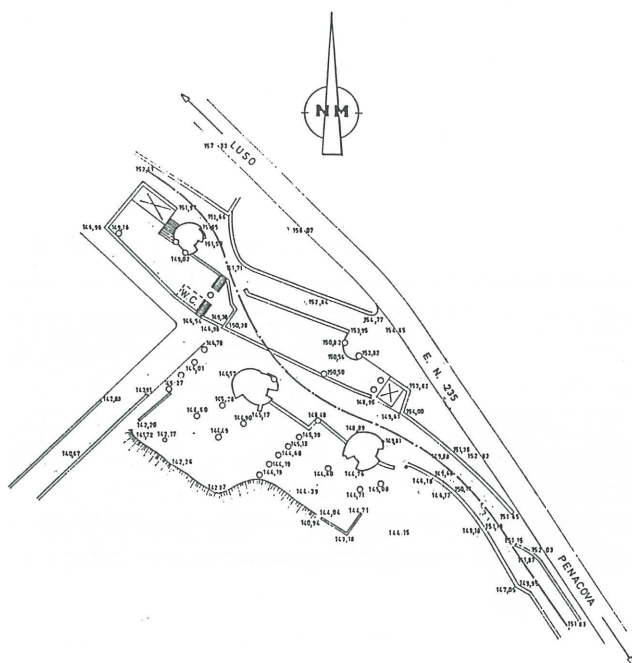
4 — Um exemplo de musealização – barco rabelo ancorado junto a Vila Nova de Gaia



1 — Fauna pré-histórica apresentada através de modelos em tamanho natural, no Parque Zoológico em Paris.



2 — Trabalhos de escavação visando caracterizar tecnologicamente antigos fornos de cal.

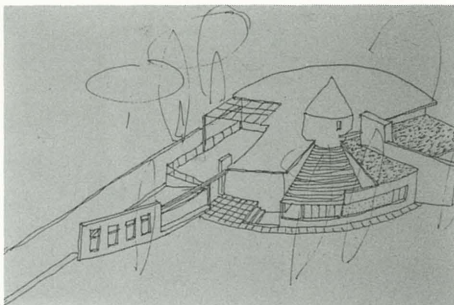


gat		Rua Infanta D. Maria.	
coimbra		bloco V r/c A e B. 3001 COIMBRA	
data		Tels. 755 58 e 755 69	
projetou		levantou Reol. Oliveira.	
d. e. C. M. PENACOVA		desenhou	
obra FORNOS DE CAL		codigo 05/PE/11/059	
fase			
parte			
desenho PLANTA TOPOGRÁFICA			
esc. 1:500		tipo	
ref.	()	1	

3 — Planta geral do conjunto de fornos de cal do Casal de Santo Amaro, mostrando o traçado da antiga «estrada real» que outrora o atravessava.



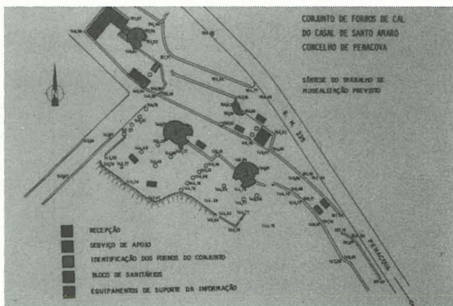
1 — Parte superior de um moinho de vento arruinado, vendo-se componentes pertencentes ao tipo de tracção por meio de grade e ao tipo de rotação por meio de sarilho interior, o que evidencia uma modificação das suas características técnicas.



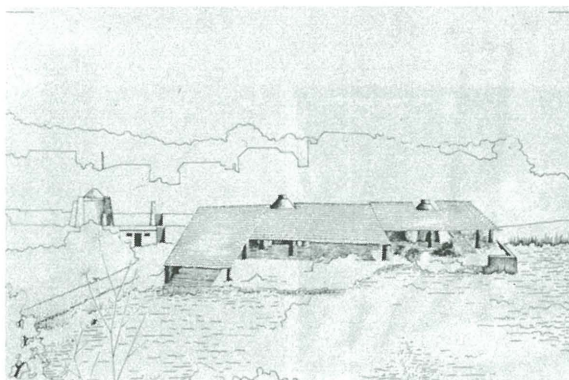
2 — Esboçeto proposto para o futuro centro interpretativo do conjunto de moinhos de vento.



3 — Musealização do campo militar da batalha de Aljubarrota.



4 — Planta sintetizando o programa de musealização em curso no conjunto de fornos de cal.



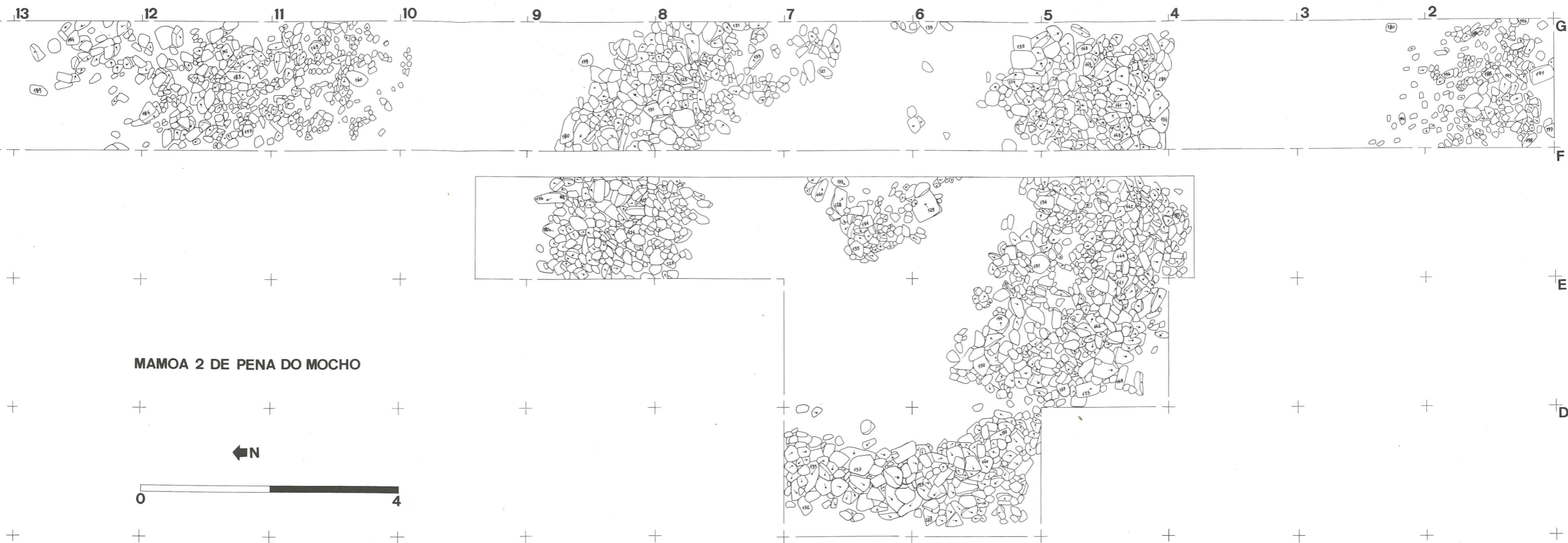
1 — Antevisualização dos trabalhos de reconstrução a efectuar no conjunto de fornos de cal.



2 — Estado de ruína de uma das câmaras de rodízios de um moinho de maré, cuja manutenção irá possibilitar a observação do interior dessa componente.



3 — Aspecto geral de ruína do interior do moinho de maré, que o programa de musealização pretende manter.

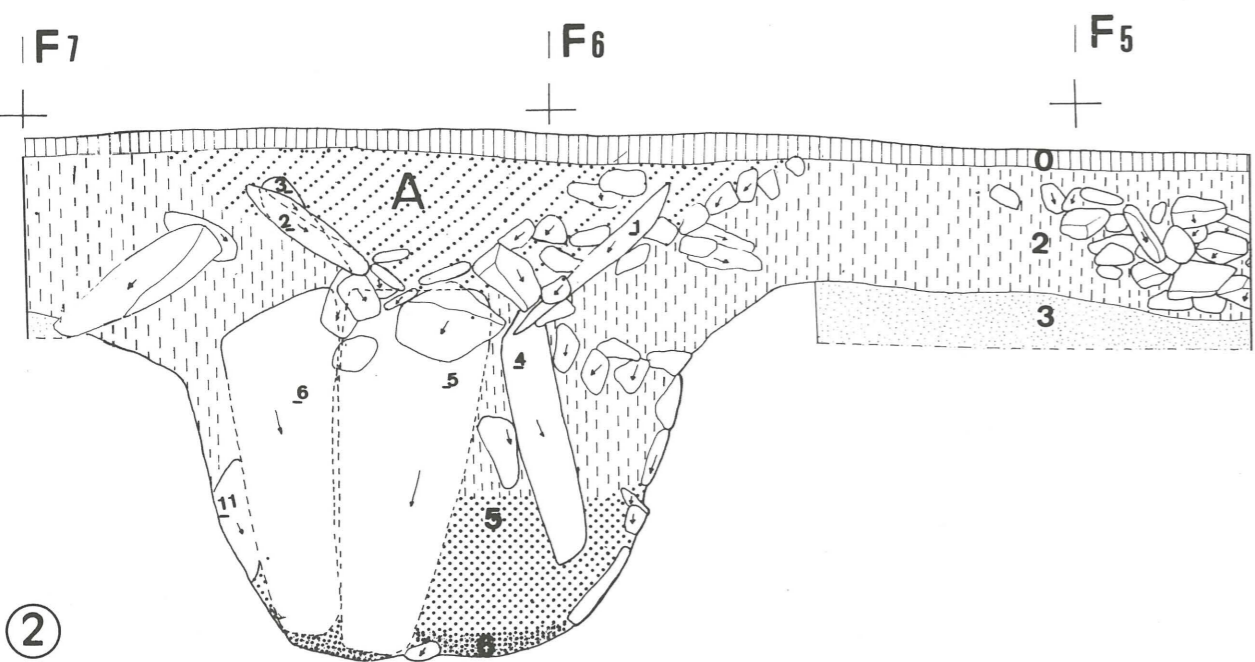
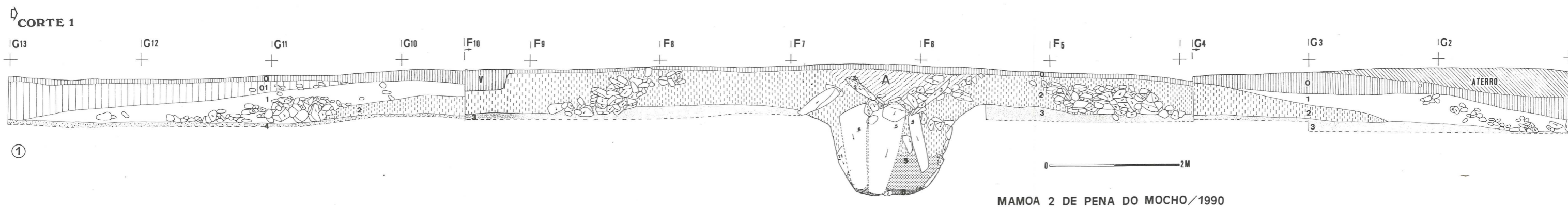


MAMOA 2 DE PENA DO MOCHO

← N

0 4

Planta geral do monumento.



1 — Corte estratigráfico 1; 2. Pormenor da estratigrafia do poço central (ver a descrição estratigráfica no texto).

IN MEMORIAM DE MICHEL GIACOMETTI E DE EDUARDO DA CUNHA SERRÃO

por

Vítor Oliveira Jorge

«O que falta aqui em Portugal é a paixão, é apaixonar-se pelo trabalho que se faz.»

MICHEL GIACOMETTI

Há sempre um certo indecoro em falar da morte de um amigo. Algo que tão profundamente nos afecta melhor ficaria reduzido ao silêncio, na intimidade da nossa consciência, onde as pessoas que nos marcaram continuam a existir, bem presentes, com a diferença de que perdemos a esperança de as voltar a encontrar. Mas o diálogo, mais distante, continua. Recorrentemente, lembramo-nos de coisas que nos disseram, subitamente chega-nos a imagem de uma expressão do rosto, de uma paisagem que se desdobrava por detrás da sua figura frágil. E nessa fragilidade nos revemos: também nós estaremos um dia reduzidos a meia dúzia de fotos, de onde já hoje sorrimos, algo melancolicamente, para a nossa radical efemeridade.

Por outro lado, seria estranho que aqui, nesta revista da S.P.A.E., não prestássemos uma homenagem, embora muito simples, a dois sócios, e companheiros mais velhos recentemente falecidos, o etnomusicólogo Michel Giacometti (Faro, 24 de Novembro de 1990) e o arqueólogo Eduardo da Cunha Serrão (Lisboa, 14 de Abril de 1991). Ambos trabalharam à margem das instituições universitárias e da ciência «oficial», e, por isso, pode acontecer que à sua actividade não seja concedida, nos tempos mais próximos, toda a importância pública que ela merece. O nosso silêncio seria, pois, indesculpável conivência. É certo que este é o terceiro volume da revista publicado em memória de outro grande investigador, Ernesto Veiga de Oliveira: não faz mal, ficarão aqui em muito boa companhia, pois os três foram infatigáveis calcorreadores e estudiosos da realidade portuguesa autêntica. E sobretudo, todos, homens simples e bons, amorosamente reclinados sobre o que o nosso povo e a nossa terra têm de mais puro e genuíno, os testemunhos de uma vivência arcaica, marcas de

uma identidade de que não desistimos.

Michel Giacometti nasceu em 1929 em Ajaccio, na Córsega, tendo sido criado por um tio que era funcionário colonial, e com o qual percorreu as colónias francesas, visitando dezenas de países, aprendendo múltiplas línguas e dialectos, e convivendo, como ele disse, «com camponeses da Europa, da África e da Ásia.» Mas a sua grande preferência voltou-se sempre para a civilização mediterrânica no seu conjunto, a da margem norte e a da margem sul. Aliás, chegou a criar uma missão, designada «Méditerranée 56», que visava investigar a etnografia de todas as ilhas mediterrânicas. Licenciado em Letras e Etnografia pela Sorbonne, frequentou cursos livres daquela mesma especialidade na Noruega. Experimentou as mais diferentes profissões, tendo nomeadamente conhecido a vida boémia de Paris, o ambiente dos artistas do Quartier Latin. Consagrou-se porém à etnomusicologia, e foi um livro do musicólogo norte-americano Kurt Schindler que lhe despertou a curiosidade por Trás-os-Montes. Recém-casado em Paris com uma portuguesa, veio em 1959 para Portugal, e foi assim que partiu à descoberta desse filão quase desconhecido, a nossa música popular, começando por aquela província do Nordeste. Encontrou então, nos intelectuais portugueses da época (mesmo os «progressistas»), um completo afastamento em relação ao mundo rural, o que mais tarde comentaria, dizendo tratar-se também de um «fenómeno corrente nos países do terceiro mundo, onde as elites gostam de se divorciar da cultura popular.» Durante trinta anos, nunca mais parou, praticamente até à sua morte, tendo recolhido, nas palavras do jornalista J. Paulo Velez, «a mais abundante documentação musical jamais conseguida em qualquer país da Europa ocidental», nesse sentido completando o labor da equipa de Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Margot Dias, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, Viegas Guerreiro, e outros. Aliás, as nossas mais importantes colecções de instrumentos musicais populares devem-se à acção de Ernesto Veiga de Oliveira (esta encontra-se no Museu de Etnologia) e de Michel Giacometti (400 exemplares adquiridos pela Câmara Municipal de Cascais em 1981)¹. Chegou a ter cerca de 3 mil informantes em todo o país, constituídos por pessoas das mais diferentes profissões. Por ex., entre 1959 e 1982, em cerca de 95 meses de tempo útil de trabalho de campo, gravou mais de 100 horas de

¹ Os instrumentos (de cordas, sopro, percussão, etc., oriundos de todo o país) desta última colecção estão hoje no Museu da Música Regional Portuguesa — Casa Verdades de Faria. Esta casa fica no Monte Estoril e foi legada à Câmara de Cascais, prevendo-se a sua abertura para 1992. Conterá um espaço para exposição, um centro de investigação e documentação (biblioteca, videoteca e audioteca), e uma oficina para restauro e construção de instrumentos musicais pela técnica tradicional. A biblioteca conta com os 6 mil volumes também adquiridos a Giacometti pela Câmara de Cascais.

música e de literatura oral, contendo 4 mil composições musicais; ao mesmo tempo, obteve 6 mil fotografias, e elaborou mais de 50 mil fichas com contos, poesias, adágios, etc. Nas fichas registou também os dados que lhe permitiam reconstituir o contexto de todos os elementos recolhidos.

Criou os Arquivos Sonoros Portugueses e, entre 1960 e 1970, de colaboração com Fernando Lopes Graça, editou a *Antologia da Música Regional Portuguesa*, um conjunto de cinco discos que, apesar da sua tiragem limitada (300 exemplares), teve um enorme impacto no meio cultural. Pessoalmente, ainda recordo o assombro com que ouvi essas músicas, que me revelavam um povo que totalmente desconhecia². Publicou também o disco *Cantos Religiosos Tradicionais Portugueses*, entre outros, num total de 24 discos editados.

Todo este trabalho, fundamental para a nossa cultura, foi sempre realizado sem qualquer apoio ou enquadramento oficial. Giacometti foi vivendo de programas feitos para a RFA, Suécia, Bélgica e França, e de artigos publicados em jornais estrangeiros, investindo dinheiro próprio nas suas pesquisas, como desde sempre (até quando?) vêm fazendo os criadores culturais deste país. A sua situação financeira só veio a melhorar um pouco quando vendeu os arquivos sonoros à S.E.C. (ficando apenas com o respectivo usufruto) e, depois, os instrumentos musicais e a biblioteca à Câmara de Cascais, como se disse atrás.

Em 1975, e aproveitando o Serviço Cívico Estudantil, coordenou um conjunto de 126 estudantes, que, divididos em grupos de 4, cada um dos quais instalado em sua aldeia, recolheram um interessante acervo de dados, tanto da cultura material (cerca de 1.200 objectos), como oral (através de gravações), fornecendo pistas para futuros estudos. Esses elementos, que incluem matérias respeitantes à literatura oral, música, medicina popular, condições de saúde de populações, etc., serão integrados no *Museu do Trabalho de Setúbal*, em curso de montagem.

Giacometti teve ainda uma intervenção na RTP, através do programa «Povo que Canta». Chegou a ser convidado para leccionar no ISCSP (Lisboa), mas tal não se chegou a concretizar; apenas ensinou, por algum tempo, na Faculdade de Letras daquela cidade.

Em 1981, e de novo em colaboração com Lopes Graça, publicou no Ciclo de Leitores o livro *Cancioneiro Popular Português*. Sobre esta importante obra, hoje esgotada, escreveu na altura Ernesto Veiga de Oliveira: «(...) é um trabalho estupendo, feito com a maior probidade, onde o sentido permanente da

² Esta *Antologia* vai ser reeditada pela EMI-Valentim de Carvalho, sob forma ampliada. Terá 16 discos com música do continente e 1 sobre os Açores e Madeira, num total de quase 500 composições.

beleza e do significado, que se traduz na recolha das espécies, em nada atinge o rigor da coisa científica, e que vem preencher uma falta gravíssima que todos nós ressentíamos»³.

No momento do seu falecimento, Giacometti preparava, além da reedição da *Antologia da Música Regional Portuguesa*, já referida, a *Antologia do Canto Coral Alentejano* (edição das Câmaras Municipais do Alentejo, contendo 80 composições e dois livros), o *Romanceiro Tradicional Português*, e um *Dicionário de Música Popular*. Conhecendo-o desde há muito, mas de forma passageira, foi curiosamente no último ano da sua vida que tive mais oportunidade de contactar com ele, tendo-se desde logo estabelecido entre nós uma inequívoca amizade. De facto, os nossos caminhos cruzaram-se por duas vezes, durante as escavações do verão de 1990, primeiro em Baião, e depois em Chaves. Giacometti era um repositório infinito de histórias, contadas sempre com grande poder evocador, a partir da sua experiência por todo o mundo, desde as ruas de Paris, onde passou pela situação de autêntico *clochard*, até às areias do Sara, sobre cujas dunas adormeceu um dia totalmente só, para acordar na manhã seguinte e verificar, com espanto, que as dunas se tinham movido para mais longe... histórias de um vagabundear onde, de facto, estava presente uma experiência intensa da realidade, ainda não pervertida como produto turístico (mais ou menos exótico conforme o preço) para venda. Giacometti era um daqueles homens que nos fazem saudade de um mundo que, sob os nossos olhos, cada dia, mais irremediavelmente vamos vendo perder-se. A sua obra e a sua pessoa merecem muito mais do que estas simples palavras, pelo que desde já daqui solicitamos aos especialistas que nos enviem textos relativos a elas para publicação nos próximos volumes da revista da S.P.A.E.

Michel Giacometti está sepultado na aldeia de Perogarda, em Ferreira do Alentejo, cerca de 20 Km. para norte de Beja. É uma aldeia que ele tinha conhecido nos anos sessenta, pela mão do cineasta António Reis, e cuja música gravara. Ali tinha regressado no início do verão de 90, durante um novo périplo por todo o país cuja determinação parecia anunciar a suspeita da morte próxima.

Como poucos, Giacometti era uma pessoa atenta à multifacetada riqueza e originalidade das nossas regiões; dizia ele: «este é um país onde pararam praticamente todas as migrações europeias. Elas marcaram-no e influenciaram-no». (*Público*, 25.XI.90). Mas quiçá fosse para o Alentejo, onde sobrevive «um gosto pelo canto talvez único na Europa» (*ibidem*), que a sua preferência

³ Citado em artigo de Adelino Gomes publicado no *Público/Magazine* de 5.VIII.90, p. 16. Além desta fonte, utilizámos, para a redacção da presente nótula, os seguintes outros artigos de jornal: *Jornal de Letras*, de 17.VII.90 (Ana Margarida de Carvalho); *Público*, de 25.XI.90 (João Paulo Velez e Filomena Silvano).

se dirigia. Aliás, sobre o rico cruzamento de «influências» que na música daquela nossa região se nota, afirmou: «Além do gregoriano, há a situação geográfica peculiar do país, a miscigenação com árabes e judeus, os Descobrimentos e a fixação de escravos africanos, as relações com várias etnias reunidas sob a coroa de Castela, a sedentarização de tribos ciganas, os movimentos migratórios e, por fim, a intervenção criadora do povo», (*Público*, 5.VIII.90). Por isso, cidadão do mundo, mas sobretudo homem mediterrânico que amou a cultura desta grande região nos seus estratos mais profundos e enraizados na população rural, Giacometti quis concluir ali, no Alentejo, a sua incansável itinerância. Itinerância em busca, sobretudo, de uma vivência, de uma comunhão com um saber em que o cantar, como o falar, são manifestações espontâneas, omnipresentes, de uma humanidade ainda não acorrentada pela escrita à linearidade do pensamento, em que as formas de expressão respiram ao mesmo ritmo da acção.

Eduardo da Cunha Serrão⁴ nasceu em Lisboa em 1906. Licenciado em Economia, e tendo sido nessa especialidade funcionário superior dos CTT até à sua aposentação, não era nitidamente para questões económico-financeiras correntes que se virava a sua curiosidade e sensibilidade. Antes para os mais variados domínios da cultura, como a História, a Etnologia, a Literatura, a Música, a Arte (praticou a pintura, sobretudo antes da Arqueologia tomar os seus tempos livres), as Ciências Naturais. Era um homem generoso e liberal, respeitador da opinião alheia e atento à personalidade dos mais novos, cuja sensibilidade se formara antes do regime ditatorial, o qual, como todos os do seu género, teve como consequência instalar entre nós uma atmosfera de receio, de intransigência, e de dogmatismo (de todos os matizes, aliás), em que decorreu a minha infância e juventude. Foi, pelo contrário, um ambiente mental livre e respeitador que encontrei em sua casa, onde pela primeira vez fui, com quinze anos de idade, procurar os ensinamentos de Arqueologia que sentia não poder obter sozinho, e que de resto a Universidade, mais tarde, também me não conferiria. Se a esta devo uma formação cultural básica, nomeadamente graças a professores do calibre de Jorge de Macedo ou Orlando Ribeiro, entre vários outros, foi a Eduardo Serrão que para sempre fiquei em dívida relativamente à minha

⁴ Em 1987/88 coordenei dois volumes da revista *Arqueologia* (Porto, G.E.A.P.) em homenagem a Eduardo Serrão (n.º 16 e 18, respectivamente). Na altura, tive a oportunidade de fazer uma apresentação da sua pessoa e obra, tanto no início do vol. 16, como no do vol. 18 (reproduzindo, neste último caso, o que foi dito durante uma cerimónia realizada na Associação dos Arqueólogos Portugueses em Dezembro de 1987). É pois natural que na presente evocação, infelizmente pouco distanciada no tempo, remeta o leitor para alguns trechos do que então escrevi, escusando-me aqui de repetir muitos pomenores que ali poderá encontrar. V. ainda revista *Arqueologia*, vol. 8, Dez. 1983, pp. 114-115.

introdução no pequeno «universo» da Arqueologia portuguesa de então, à orientação nos primeiros trabalhos de campo e de gabinete, e ao ganhar de uma confiança nas minhas capacidades absolutamente básica para poder lançar-me na arriscada pretensão de querer ser «arqueólogo». Na sua casa de Lisboa, ou na de férias de Santana (Sesimbra), primeiro sozinho, depois com os companheiros do «Grupo para o Estudo do Paleolítico Português», usufruí também do contacto com pessoas cuja qualidade cultural e humana muito influiria na minha personalidade em desenvolvimento. Pela sua mão frequentei (e, depois também, os primeiros elementos do GEPP, como Susana O. Jorge, Maria Querol, Jorge Pinho Monteiro e Francisco S. Lemos) a secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa e a secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Eram dois grupos bem distintos, e até certo ponto apartados sob vários aspectos, mas Eduardo Serrão, eclético, defendia que deveríamos pertencer a ambos, pois qualquer deles tinha virtualidades. Aliás, muitas vezes insistia comigo na necessidade de se transformarem as instituições por dentro, ocupando os lugares e procurando encaminhar no sentido correcto as acções, em vez de se permanecer toda a vida de fora a sentenciar como deveriam ser. Era, nesse sentido, um voluntarista e um optimista (com certeza, tingido de algum idealismo), que não acreditava em revoluções ou violências, mas na discussão livre de ideias e na capacidade fundamental da juventude para, pela sua criatividade, transformar o mundo. Como Giacometti, era um conversador e um contador de histórias inveterado, cheio de humor, sobretudo quando nos narrava detalhes da «Arqueologia oficial» do tempo ou nos lia certos passos da «obra» de alguns dos seus «mentores»... ríamos então a bandeiras despregadas, e com esse riso distanciávamo-nos criticamente do muito de mesquinho e de asfíxiante que então se passava. Acima de tudo, Eduardo Serrão era uma pessoa completa, que adorava a vida e apreciava todos os seus bons aspectos, com apetite pagão, temperado pelo formalismo, assumido como tal, de uma vivência burguesa que respirava ainda os valores do início do século: o barroquismo de decoração de sua casa, o gosto pelas viagens (de comboio), a profusão dos livros, das revistas, dos postais, espalhados um pouco por todo o lado, a abertura à convivialidade (por ex., o seu escritório tinha sempre aberta uma porta para o corredor e outra para a sala de estar), etc.

Embora tenha feito escavações em estações arqueológicas da Idade do Ferro e da Idade Média, em Sesimbra, concelho que muito lhe deve no domínio dos estudos do seu património, e se tenha dedicado também ao Paleolítico, Eduardo Serrão especializou-se na Pré-história recente da Estremadura, tendo produzido trabalhos pioneiros e fundamentais nesse domínio. Esses estudos começaram nos anos quarenta, em Olelas (Sintra), na companhia de E. Prescott Vicente, que o encaminhara para a Arqueologia. O prof. Mendes Corrêa, que

então dirigia o Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (Porto), convidou os dois estudiosos para colaboradores do Centro e, mais tarde, para vogais da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, o que lhes permitiu sentirem-se melhor enquadrados institucionalmente num trabalho que tinha todas as características do (sério) amadorismo.

Em 1952, Eduardo Serrão contactou em Inglaterra com os métodos de trabalho da avançada Arqueologia britânica, desde os aspectos da prospecção e carta arqueológica, passando pelos da escavação, até aos do enquadramento teórico dos dados e da interpretação. É então que os livros de Gordon Childe, particularmente *Piecing Together the Past*, e de Mortimer Wheeler, *Archaeology from the Earth*, se tornam as suas «bíblías», a juntar às obras de referência sobre a Península Ibérica, como os volumes de Pré e de Proto-história da *História de España* dirigida por Menéndez Pidal. Ao realizar-se o Iº Congresso Nacional de Arqueologia em 1959, Eduardo Serrão apresenta aí, como comunicação (de colaboração com P. Vicente), um dos raríssimos escritos portugueses sobre metodologia de escavações, trabalho verdadeiramente pioneiro para a época: «Escavações em Sesimbra, Parede e Olelas. Métodos empregados»⁵. Ainda hoje sabemos quão importante é a objectivação da metodologia empregue nos estudos de campo ou de gabinete, a anteceder os respectivos resultados, que evidentemente são função daquela. A única coisa que surpreendia E. Serrão era o silêncio, ou aparente indiferença, com que o seu significativo contributo tinha sido recebido, durante o Congresso e depois dele.

É preciso lembrarmo-nos de que a «metodologia» corrente na altura (evidentemente que com excepções) era a da «pá e picareta», com abertura de valas sem grande (ou qualquer) atenção à estratigrafia, muitas vezes, mesmo, sem utilização de uma quadrícula digna desse nome. A Arqueologia era uma prática que se aprendia com os mais velhos, na tarimba do campo, «pela experiência», como qualquer outra «arte manual», e que estava reduzida a meia dúzia de iniciados, como um conhecimento esotérico. Após o excelente arranque dos finais do séc. XIX, inícios do séc. XX, com forte cariz positivista, em que se lançaram as bases da nossa Geologia e Arqueologia, esta última viria a cair numa progressiva decadência durante a maior parte da primeira metade do século, decadência só atenuada pela actuação de estrangeiros convenientemente preparados, como Breuil/Zbyszewski, Jean Roche, os Leisner. Uma das razões (que, evidentemente, são muito mais complexas) para tal, está na actuação de Manuel Heleno que, como professor na Faculdade de Letras de Lisboa, criou à sua volta um autêntico vazio de discípulos, conferindo a mesma anemia ao

⁵ V. *Actas e Memórias do Iº Congresso Nacional de Arqueologia*, Lisboa, 1959, vol. I, pp. 317-335.

Museu Leite de Vasconcelos (hoje Museu Nacional de Arqueologia), e nunca publicando os resultados das suas próprias escavações, algumas delas confiadas a empregados do Museu que dirigia. Compreende-se que, neste panorama profundamente medíocre e fechado, a actuação de Eduardo Serrão fosse pelo menos incómoda, o que lhe granjeou inimizades e incompreensões (por vezes até daqueles que, ao longo da sua vida de arqueólogo, generosamente ajudou). As coisas só começariam a mudar, para a Arqueologia portuguesa, a partir dos anos sessenta, e tendo como pólos a Universidade de Coimbra e o vizinho Museu de Conímbriga, instituições em que se lançou as bases de uma Arqueologia romana científica, em todas as suas vertentes, com resultados bem visíveis ao nível das publicações para especialistas, da divulgação de qualidade, da museografia e da conservação e restauro de materiais. Foi um movimento muito importante, porque anunciou a prática institucionalizada (e ligada à universidade) de uma Arqueologia séria, que até então só alguns raros amadores, ou estrangeiros (e certos portugueses a eles ligados) tinham sabido concretizar.

Ao longo dos anos sessenta Eduardo Serrão não esteve inactivo. Continuou os seus trabalhos em Sesimbra, tanto no domínio da carta arqueológica, como das escavações, com particular destaque para as da Lapa do Fumo⁶, uma gruta que é uma das principais estações arqueológicas portuguesas. E, para apenas citar outras acções em que esteve envolvido, é de referir a sua coordenação do levantamento da arte rupestre do vale do Tejo, descoberta a partir de 1971 por um grupo de estudantes da Fac. de Letras da Univ. de Lisboa pertencentes ao GEPP. Mais tarde, em 1977, quando eu e Susana Oliveira Jorge procurámos contribuir para a revitalização da Arqueologia pré-histórica portuguesa a partir do Porto, Eduardo Serrão deu uma significativa colaboração a iniciativas do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, como o ciclo de conferências «Aspectos e Métodos da Pré-história» (1977) e a mesa-redonda «O Neolítico e o Calcolítico em Portugal» (1978). Aí apresentou propostas de periodização do Neolítico e Calcolítico da Estremadura que foram muito úteis, e que se continuam, hoje, a consultar com proveito.

Eduardo Serrão publicou mais de cinquenta títulos, entre livros, brochuras e artigos. Julgo saber que pôde ainda concluir, apesar da sua debilitada saúde dos últimos anos, um livro de conjunto sobre a Arqueologia do Concelho de Sesimbra, cuja publicação estará assegurada. Muito interessaria, porém, que a

⁶ Várias dessas campanhas foram conduzidas de colaboração com o Arq^o Gustavo Marques. Como é sabido, a Lapa do Fumo revelou as célebres cerâmicas com «ornatos brunidos» do Bronze Final, que nunca foram integralmente publicadas, o que, a ser feito agora por aquele competente arqueólogo, seria um importante contributo para a completa valorização desta jazida no contexto português e peninsular. Aqui fica a sugestão. Sem publicação, o material fica perdido para a ciência.

Associação dos Arqueólogos Portugueses, que Eduardo Serrão tanto serviu, quer como elemento da secção de Pré-história e depois como Presidente desta, quer, mais tarde, enquanto Presidente da própria Associação, lhe editasse a obra completa, na maior parte dispersa, como é costume entre nós, por tantas revistas e volumes colectivos⁷.

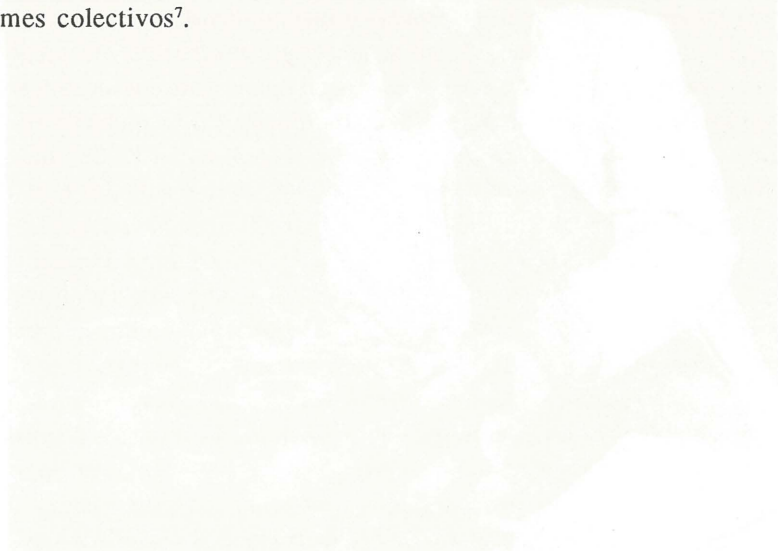


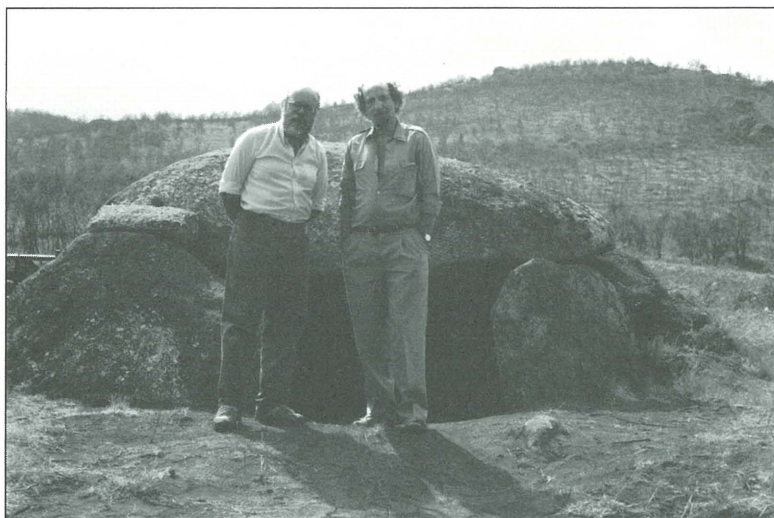
Fig. 1 — M. Giacometti durante uma reunião. Foto Luis de Jesus
Lopes — Museu Nacional de História e Arqueologia



⁷ Para tanto precisaria, porém, de revelar outro dinamismo, no que ao sector de publicações concerne. Interrompida a revista *Arqueologia e História*, e reduzidas as *Actas* das penúltimas «Jornadas» ao seu 1º volume, aguarda-se, há cerca de uma década, a saída da obra de homenagem a Fernando de Almeida. Tudo tem um limite razoável a partir do qual a perda de credibilidade é praticamente irreversível.



1 — M. Giacometti durante uma gravação. Foto Luis d' Orey
(«Público» – Magazine, 5. VIII. 1990).



2 — M. Giacometti com V. O. Jorge diante do dólmen de
Chã de Parada, em Baião (Julho de 1990).



1 — Eduardo da Cunha Serrão (Lisboa, Setembro 1972).



2 — Elementos do «Grupo para o Estudo do Paleolítico Português» com Eduardo Serrão, no Museu de Belém (actual M.N.A.E.), em 1971. Alguns dos membros presentes (da esq. para a dir.): José Mateus (4º), Jorge Pinho Monteiro (precocemente falecido) (5º), Vítor O. Jorge (6º), Susana Oliveira Jorge (7º), Eduardo Serrão, M^a Angeles Querol (9^a, em pé), Luis Raposo (10º) e Francisco Sande Lemos (11º).

ANALYSE DU PHÉNOMÈNE DES DOLMENS PEINTS IBÉRIQUES

por

Marc Devignes *

Ces dix dernières années, de nombreuses découvertes sont venues enrichir grandement nos connaissances sur l'art mégalithique peint de la Péninsule ibérique.

En 1974, E. Shee dressait une liste des dalles peintes connues alors, ce qui l'amenait à un total de 76 pierres décorées (Shee, 1974). Ce chiffre, qu'elle a repris dans sa thèse (Shee Twohig, 1981), faisait donc le bilan d'un siècle de recherches en Espagne et au Portugal, la première découverte de peintures dolméniques remontant à l'année 1874 (dolmen de Codesás; Barros Sivelo, 1975). Or, depuis la parution de la thèse de Shee, les découvertes se sont accumulées: des dalles peintes inédites ont été repérées sur des monuments déjà connus (Aliviada 1, Santa Cruz, Fontão...) et de nouveaux sites peints — parfois extraordinaires — ont pu être recensés, le plus souvent à l'occasion de fouilles (Dombate, Penausen 1, Forno dos Mouros, Madorras 1, etc.). Actuellement, on est donc à un peu plus de 120 dalles peintes (soit 60% d'augmentation par rapport à la liste de Shee!).

D'autre part, dans les 15 dernières années, il y a eu aussi de multiples découvertes de dalles *gravées*, tant en Galice (Mamoia do Rei, Mamoia de Braña...) que dans le nord du Portugal (Afiqe, Mota Grande...) ou encore au sud de Porto (Mamoia 1 de Chão de Brinco, Mamoia de Taco, etc.). Aussi, finalement, c'est en réalité la connaissance de *tout* l'art mégalithique de la Péninsule Ibérique qui est en plein renouvellement et il y a gros à parier que, dans les prochaines années, les campagnes de prospection systématique et les fouilles permettront de découvrir de nombreuses autres dalles décorées, tant gravées que peintes. Pour ces dernières, nous pensons d'ailleurs qu'un simple travail d'inspection minutieuse des orthostates de tombes à couloir déjà connues permettrait certainement d'enrichir grandement le corpus par la détection de faibles traces

* Centre Pierre Paris (UA 991 du CNRS), Université de Bordeaux 3.

de peinture, stigmates qui ont pu facilement passer inaperçus ou être confondus avec autre chose (dépôts naturels d'oxyde de fer).

Depuis 1988, nous avons entrepris, au cours de plusieurs voyages d'étude en Espagne et au Portugal, une visite systématique des dolmens peints connus à ce jour afin de conduire une nouvelle étude de ce sujet important¹. Lors de ces visites, des relevés photographiques en couleur ont été réalisés pour pratiquement tous les orthostates peints; ils permettront notamment de témoigner de l'état des décors picturaux dolméniques de la Péninsule au cours de la période 1988-1991.

Bien sûr, le travail que nous présentons aujourd'hui n'a été possible que grâce à l'énorme documentation bibliographique et cartographique dont nous disposions au Centre Pierre Paris mais aussi grâce au concours actif des préhistoriens espagnols et portugais que nous ne saurions trop remercier ici².

I – Les monuments

A – Nombre et répartition

Les toutes dernières découvertes (Forno dos Mouros, Afife, Chão de Brinco 1) ont porté à 42 le nombre de dolmens peints pouvant être recensés dans la Péninsule Ibérique (voir liste en annexe).

La répartition de ces monuments concerne principalement le Beira Alta, les provinces du nord du Portugal, la Galice et les Asturies, accessoirement l'Estrémadure espagnole. Tout cela constitue une très vaste zone puisque 600 kilomètres séparent les deux points extrêmes de celle-ci, Evora et Cangas de Onis (Pl. 1). En regard, le chiffre actuel de 42 dolmens peints nous paraît dérisoire et, même si l'on tient compte du fait que de nombreux vestiges picturaux restent probablement à découvrir, il est sûr que, dans l'aire géographique en

¹ Rappelons ici que la Péninsule possède le privilège de détenir la quasi totalité des sites mégalithiques peints européens. En effet, en dehors de l'Espagne et du Portugal, on ne connaît que quelques traces de peinture noire sur les parois de certains hypogées du Bassin parisien (Bailloud, 1979) et quelques rares décors picturaux sur des sépultures mégalithiques de l'ancienne Allemagne de l'Est (Albuquerque e Castro et *alii*, 1957; Blas Cortina, 1983).

² Nous sommes très heureux de pouvoir remercier tous les chercheurs qui nous a aidé dans notre entreprise et, tout particulièrement, M. le Professeur V. O. Jorge, de l'Institut d'Arqueologie de la Faculté des Lettres de Porto.

Nous exprimons toute notre gratitude à A. Rodriguez Casal, Professeur à la Faculté d'Histoire de Saint-Jacques-de-Compostelle, ainsi qu'au personnel de la riche bibliothèque de l'Institut Padre Sarmiento.

Nous remercions aussi bien vivement les chercheurs suivants: A. Huet de Bacelar Gonçalves (Institut «Dr. Mendes Corrêa», Fac. de Sciences de Porto); M. de Jesus Sanches; E. J. Lopes da Silva (GIAN); F. A. Pereira da Silva (Centre d'Archéologie d'Arouca).

Nous adressons enfin des remerciements à F. Criado (Fac. d'Hist. de Saint-Jacques-de-Compostelle) pour nous avoir autorisé à visiter le remarquable dolmen peint qu'il fouille à Toques.

question, seule une faible partie des décors dolméniques peints est parvenue jusqu'à nous. En fait, de nombreux mégalithes ont dû perdre au fil des siècles leur ornementation picturale sous l'action conjuguée des intempéries et du vandalisme humain. D'autre part, il nous apparaît aussi très probable que la carte de répartition actuelle n'est que le simple reflet de l'excellence des conditions de conservation (climat, roches utilisées pour la construction des tombes, etc.) dans l'ouest de la Péninsule. En vérité, il est assez douteux pour nous que le phénomène des dolmens peints se soit arrêté brutalement, vers l'est, à Cangas de Onis avec la sépulture bien décorée de la chapelle de Santa Cruz. Plus loin, les peintures ont dû s'évanouir en raison de mauvaises conditions de conservation. Encore faut-il être très prudent car il y a là une difficulté, celle des faibles traces de peinture. Nous avons eu parfaitement l'occasion de constater qu'un décor pictural dolménique, lorsqu'il est réduit à l'état de restes infimes, peut être extrêmement difficile à identifier (alors même qu'on est familiarisé avec ce type de vestiges). Aussi, il nous semble possible que dans des régions réputées sans dolmens peints (en Péninsule comme ailleurs), il soit découvert un jour ou l'autre de faibles traces d'ornementation, soit sur des monuments déjà connus, soit — ce qui paraît quand même plus probable — sur des monuments inédits. Ici, il est inutile d'insister sur les précautions à prendre, lors de relevés de plans ou à la fouille, au niveau du «nettoyage» des supports. Par contre, nous attirons l'attention sur la nécessité qu'il y a à procéder à un examen très scrupuleux des montants dont les parois ne sont pas, en apparence, décorées mais qui présentent tout de même des traces de régularisation de leur surface ou de bouchardage; sur ce type de dalles, il a pu exister autrefois un décor pictural. En tout cas, nous avons noté la présence, çà et là, d'orthostates peints ayant subi un travail préalable de régularisation de leur surface avant l'application des teintes, certains exemples ayant, d'ailleurs, déjà été signalés (Antelas: Albuquerque e Castro et *alii*, 1957; Santa Cruz: Blas Cortina, 1983).

B — Les types architecturaux

La question des types architecturaux et de leur datation est importante car tout donne à penser que l'ornementation picturale est synchrone, dans une large proportion, de la phase de construction ou de première utilisation des tombes sur lesquelles elle existe (nous reviendrons en détail sur ce point fondamental).

B.1 — Les tombes à couloir

La presque totalité des dolmens peints ibériques est constituée par des tombes à couloir (Pl. 2, 1-7 et Pl. 3).

En Galice et dans le nord du Portugal, les monuments de ce type sont des chambres plus ou moins polygonales précédées d'un court couloir: Dombate, Pedra Coberta, Casa dos Mouros, Chã de Parada 1, Zedes, Vilarinho da Castanheira, etc. Les chambres peuvent être assez hautes, avec des montants atteignant ou dépassant une hauteur de 3m au-dessus du sol environnant. Les structures d'accès, en revanche, sont nettement plus basses et peuvent se résumer à une sorte de vestibule formé par deux dalles placées dans le sens longitudinal (Zedes: Pl. 2,4). A Portela (Penafiel), on a un cas particulier avec un dolmen où chambre et couloir sont peu différenciés, ce qui donne un plan en V (Pl. 2, 5); il en va de même à Eireira (Aife).

Dans le Beira Alta, les chambres conservent un plan plutôt polygonal mais les structures d'accès s'allongent de façon sensible: Antelas, Fojo, Tanque... On peut alors obtenir des monuments aux proportions spectaculaires comme à Juncais (Pl. 2, 6) ou à Cunha Baixa (Pl. 3, 1). Les deux dolmens peints les plus au sud (Vega del Guadancil 1 et Zambujeiro) sont eux aussi des tombes à long couloir (Zambujeiro est également le plus colossal dolmen du Portugal avec une chambre dont les montants dépassent d'environ 5 à 6m le niveau du sol environnant).

Pratiquement partout, on constate la présence d'une dalle de fond remarquable, de grande taille, souvent bien régulière ou régularisée (Tanque, Forles, Antelas, Zedes, Chã de Parada 1, etc.), contre laquelle viennent prendre appui les autres montants de la chambre³. Ces derniers, comme d'ailleurs ceux de la structure d'accès, sont disposés alors de très curieuse façon, étant «imbriqués» les uns dans les autres (nous reviendrons plus loin sur le sens à accorder à cette technique architecturale si originale).

Le nombre de montants dans les chambres est variable mais, le plus souvent, il s'agit d'un nombre impair, 7 ou 9: Forno dos Mouros, Santa Cruz, Dombate, Chã de Parada 1, Zedes, Juncais, Tanque, Chã dos Cabanos 1, etc. On a alors des constructions très symétriques composées de la dalle de fond avec, de part et d'autre, 3 ou 4 montants salon que le nombre total d'orthostates est de 7 ou de 9.

B.2 — Les autres types

Les dolmens peints autres que des tombes à couloir sont, pour l'instant, très minoritaires.

A Cangas de Onis, le dolmen de Santa Cruz, actuellement sans structure d'accès apparente, évoque quand même fortement une ancienne tombe à couloir,

³ Une variante consiste dans l'encadrement préalable de la dalle de fond par deux piliers grêles, très équarris et parfaitement jointifs: Sobreda, Vilarinho da Castanheira, Cunha Baixa, etc.

ce dernier ayant pu disparaître il y a fort longtemps, peut-être en raison de sa nature légère (bois ou pierres sèches ?). Toujours est-il qu'ici encore il y a une dalle de fond imposante et des montants imbriqués les uns dans les autres (fig. 2, 8).

A Escariz, le dolmen 1 d'Aliviada se présente comme un dolmen simple rectangulaire de petite taille, formé de 9 montants (4 sur chaque paroi latérale + une dalle de fond); les orthostates ne sont pas imbriqués mais disposés quand même entre eux d'une manière très jointive (Pereira da Silva, 1984 et 1986).

A Ovil, le dolmen 3 de Chã de Parada apparaît comme étant un grand dolmen simple polygonal. Le mauvais état de conservation de ce monument n'a pas permis de décider, lors des fouilles, ni s'il était ouvert ou fermé, ni si le nombre exact d'orthostates était, à l'origine, de 8 ou de 9 (fig. 2, 9) (Pereira da Silva, 1985). Quoi qu'il en soit, ce type de dolmen est bien connu dans le nord du Portugal et en Galice, ainsi que dans les Asturies où le monument de Penausen 1 (Salas) paraît bien avoir appartenu au même style architectural (Blas Cortina, 1980) (Pl. 2, 10).

Quant à la chambre mégalithique du tumulus 72 de la Sierra Faladoira, où on a vu autrefois des «taches rouges» (Lopez Cuevillas, 1959), il pourrait s'agir d'une simple ciste.

B.3 — Les datations

Pour certains types architecturaux (dolmens à couloir, dolmens polygonaux), on dispose maintenant d'une assez bonne série de dates¹⁴ C, notamment grâce aux travaux récents de l'équipe de V.O. Jorge sur les mégalithes d'Aboboreira (Cruz, 1988).

Pour les tombes à couloir, tout d'abord, il y a plusieurs mesures d'âge qui tendent à fixer l'apogée de ce style architectural autour de 3000 BC, en datation radio-carbone non calibrée (Shee, 1974; Cruz, 1988; Fabregas Valcarce, 1988):

— Galice: As Pereiras $\pm 2900 \pm 210$ BC (Gak-11821),

— Nord du Portugal: *Chã de Parada 1*, 2950 ± 260 BC (ICEN 172) et 2660 ± 45 BC (ICEN 173);

— Beira Alta: *Carapito 1*, 2900 ± 40 BC pour la «couche profonde» (GrN-5110); *Seixas*, 2950 ± 40 BC (GrN-5734); *Castaneiros*, 3110 ± 50 BC pour la «couche profonde» (GrN-4924).

En ce qui concerne les dolmens simples polygonaux, on a globalement des dates plus anciennes mais aussi un chevauchement partiel avec les dolmens à couloir (Cruz, 1988; Fabregas Valcarce, 1988):

— Galice: *As Rozas 1*, 3200 ± 110 BC (Gak-11189);

— Nord du Portugal: *Mina do Simão*, 3180 ± 90 BC (CSIC-717), 3100 ± 70 BC (CSIC-716) et 3060 ± 70 BC (CSIC-715); *Monte de Olheira*, 3680 ± 90 BC (UGRA-287), 3450 ± 40 BC (GrN-15331) et 3245 ± 25 BC (GrN-15330); *Meninas do Castro 2*, 3310 ± 50 BC (CSIC-656, 675 et 658); *Furnas 1*, 3300 ± 70 BC (CSIC-777); *Furnas 2*, 3320 ± 70 BC (CSIC-775); etc.

Il est bien sûr difficile de préciser où se placent les 2 ou 3 dolmens peints polygonaux que l'on connaît au sein de cette fourchette chronologique assez large. Nous pensons toutefois que ces monuments peuvent être contemporains des tombes à couloir ou alors un peu antérieurs (D. Cruz a suggéré cette solution pour Chã de Parada 3: Cruz, 1988).

C — Architecture et peinture

Lorsqu'on visite les dolmens peints, on est frappé tout de suite par la qualité de ces tombes. En effet, on a le plus souvent des monuments aux dalles parfaitement jointives, ne laissant que rarement des vides ou des interstices entre elles.

Cela tient pour une bonne part à la technique architecturale des montants imbriqués, à laquelle nous avons déjà fait allusion plus haut. Cette technique de construction originale n'a sans doute que peu de rapport avec une question de meilleure solidité des monuments car ceci dépend avant tout de la profondeur à laquelle sont enfouis les orthostates et du soin apporté au calage de ceux-ci, deux paramètres sur lesquels n'influe pas la technique des montants imbriqués. En revanche, elle vise manifestement à rendre la construction dolménique plus hermétique puisqu'elle supprime en grande partie les vides existant les montants.

Un même objectif de plus grande herméticité est poursuivi, dans ces dolmens peints, avec le choix assez fréquent de montants ayant leur sommet bien régulier, voire équarri (parfois, cette régularité du haut des orthostates provient manifestement d'un travail d'épannelage ou de bouchardege). Il en résulte alors des joints montants/tables d'excellente qualité: Fonte Coberta, Zedes, Chã de Parada 1, Vilarinho da Castanheira, Juncais, Cunha Baixa, etc.

Il est sûr que ces techniques aboutissant à rendre les dolmens peints très hermétiques ont favorisé la conservation des peintures en constituant une protection supplémentaire contre le jeu destructeur des intempéries, essentiellement les phénomènes d'infiltration d'eaux de pluie et de ruissellement de celles-ci le long des parois ornées. Aussi, on est en droit de se demander si ces sophistications architecturales ne sont pas liées, au moins en partie, à une volonté des constructeurs de sauvegarder au mieux l'ornementation picturale de leurs tombes. En tout cas,

nous observons que la technique des montants imbriqués est omniprésente là où les dolmens peints sont fréquents (Galice, nord du Portugal, Beira Alta) mais que, par contre, elle tend à disparaître en allant vers le sud de la Péninsule (Alentejo, Algarve, Andalousie), de pair avec l'ornementation picturale. Ce lien que nous envisageons entre la technique des montants imbriqués et les décors picturaux implique l'existence, jadis, de nombreux peints mais cela, finalement, est en adéquation avec ce qu'il y a lieu de penser de la distribution d'origine de ces monuments.

En dehors de l'aire géographique des dolmens peints, la technique des montants imbriqués ressurgit, de façon discontinue, au sein du mégalithisme de la chaîne pyrénéenne (Pays basque, Catalogne). Dans le Centre-Ouest de la France, chez les dolmens à couloir angoumoisins, la technique des rainures d'encastrement produit un effet de calfeutrage des chambres funéraires très comparable à celui que l'on constate avec les montants imbriqués. Là encore, les joints montants-tables sont d'excellente facture et aussi ce n'est peut-être pas un hasard si on trouve justement, sur ces mêmes dolmens angoumoisins, des orthostates régularisés et gravés à côté d'autres en apparence non décorés mais aux parois pourtant bouchardées soigneusement: il a pu y avoir là, en fait, des décors picturaux qui auront disparu avec le temps⁴...

II — Les peintures

A — Les teintes

La «polychromie mégalithique» a recours en fait, en l'état actuel de nos connaissances, à 3 couleurs: le blanc, le rouge et de noir.

Les premières *analyses* ont été faites — semble-t-il — à Sobreda où l'on détermina que la peinture rouge était composée d'oxyde de fer (Santos Rocha, 1899). Plus tard, on procéda à des analyses assez détaillées à Pedra Coberta (Leisner, 1934) et à Antelas (Albuquerque e Castro et *alii*, 1957), tendant à démontrer que le rouge est fait d'ocre rouge, le blanc de kaolin mélangé à de l'albumine d'oeuf, et le noir, de noir de fumée. Toujours dans ce domaine des analyses de peintures, rappelons qu'à Casa dos Mouros il n'a pas été possible de détecter des traces de matière organique dans la peinture rouge, de sorte que l'on a conclu à un oxyde de fer (Shee et Garcia Martinez, 1973).

⁴ Dans le Centre-Ouest de la France, l'emploi très fréquent de la roche calcaire, fragile et gélive, n'a certainement pas contribué à la conservation d'éventuelles peintures sur les parois des tombes à couloir angoumoises.

La teinte rouge présente des variations importantes allant du rouge-brique (Padrão D) au rouge sombre (Juncais C 5). Cela suggère des «recettes» de fabrication différentes, ce qu'il faudrait vérifier par de nouvelles analyses, plus poussées que les précédentes (il est clair qu'un gros travail est à faire dans ce domaine).

Les *fonctions* de ces différentes teintes ont été bien décrites par Shee (Shee, 1974). La peinture blanche était utilisée la première: on l'appliquait, parfois en couche épaisse, sur toute la paroi du montant à décorer, tant pour aplanir les irrégularités éventuelles que pour provoquer un meilleur contraste avec les autres couleurs. Celles-ci intervenaient donc secondairement, au niveau du tracé des différents motifs, le rouge semblant avoir été largement préféré au noir pour cette opération. De bons exemples valident cette présentation de l'emploi des différentes teintes: Pedralta, Padrão, Juncais, Pedra Coberta, etc.

Toutefois, il est possible qu'il y ait eu, çà et là, quelques variantes à ce schéma général. Ainsi, à Antelas, il n'a pas été trouvé de traces de peinture blanche et on aurait eu donc des motifs peints en rouge et noir directement sur la paroi des orthostates (Albuquerque e Castro et *alii*, 1957). A Madorras 1, il y a, en l'état actuel des recherches, que de la peinture blanche et de la peinture noire, celle-ci par-dessus la blanche (Huet de B. Gonçalves, renseignement oral). A Cangas de Onis, la dalle de fond ne présente que la peinture rouge sur une surface préalablement lissée très soigneusement: il s'agirait donc là de peintures monochromes (Blas Cortina, 1983).

A Casa dos Mouros, il y a peut-être eu une utilisation inhabituelle des différentes teintes. Le seul montant décoré, C 2, est gravé et, par-dessus les gravures, on a une grande plaque de peinture rouge ne dessinant apparemment aucun motif particulier (Shee et Garcia Martinez, 1973). Face à cela, nous nous sommes demandé s'il n'y avait pas eu ici inversion du schéma habituel d'utilisation des teintes, c'est-à-dire que l'on aurait utilisé le rouge pour le fond de la composition et le blanc (ou une autre teinte ?) pour repasser les gravures. Il n'y a pas de traces de peinture blanche actuellement mais on sait que celle-ci est nettement plus fragile que la rouge — elle s'est conservée, en fait, dans de rares cas — et elle a fort bien pu disparaître depuis plus ou moins longtemps⁵.

B — Localisation des peintures dans les tombes

Pour les dolmens à couloir, il est naturellement intéressant de déterminer quelle est la partie de ces tombes qui a été le plus fréquemment décorée.

Les résultats apparaissent dans le tableau suivant:

⁵ La résistance de la peinture rouge est parfois surprenante comme en témoignent les vestiges picturaux accrochés aux parois de certains orthostates pourtant directement exposés aux intempéries depuis très longtemps (par exemple, à Sobreda).

	Chambre	Chambre + couloir	Couloir
Monuments (les numéros sont ceux de l'inventaire donné en annexe)	4?, 7, 9, 14, 18, 19, 21 à 24, 29, 32, 33, 35 à 37, 39 à 42. = 19 ou 20 cas	5, 6, 17, 30, 34 = 5 cas	Néant = 0 cas

Certes, pour une part, ce tableau est le reflet des conditions de conservation, généralement moins bonnes pour le couloir d'accès, dont les tables, souvent peu volumineuses, ont parfois disparu, ce qui est bien sûr défavorable au niveau de la protection des peintures contre les intempéries. Néanmoins, nous estimons que ce bilan est tout de même significatif car il y a des cas de dolmens montrant indiscutablement que les couloirs ont été moins volontiers peints que les chambres. Ainsi, à Mamaltar de Vale de Fachas, les peintures (pour ce que l'on en connaît) sont localisées dans la crypte, qui n'a pas de table, et non dans le couloir pourtant bien protégé par toute une série de dalles de couverture. A Antelas, aucune partie du dolmen ne possédait de recouvrement lithique au monument des fouilles. Or, là, on avait des décors picturaux parfaitement bien conservés dans la chambre et totalement absents dans la structure d'accès. Donc, il semble en fait que l'on ait eu une majorité — 2 cas sur 3? — de tombes à couloir peintes au niveau de la seule chambre funéraire, le reste ayant été décoré tant au niveau de la chambre que du couloir.

Si l'on regarde maintenant ce qui se passe pour les seules chambres funéraires (ce qui permet de prendre en considération tous les types architecturaux), on observera que la dalle de fond est un élément indiscutablement majeur dans la décoration picturale, étant peinte dans 3 cas sur 4:

	Dalle de fond peinte	Dalle de fond non peinte
Monuments (les numéros sont ceux de l'inventaire donné en annexe)	1, 2, 9, 14, 19, 23, 24, 26, 28, 30, 32, 33, 36, 38 à 40 = 16 cas	21, 22, 25, 35, 41, 42 = 6 cas

Dans les tombes à couloir comme dans les dolmens simples, la dalle de fond attire généralement l'attention par ses proportions imposantes et aussi, souvent, par sa forme très régulière issue, le cas échéant, d'un travail d'épannelage ou de bouchardage; parfois, on dirait vraiment une grande stèle (Antelas, Forles, Sobreda, etc.). D'autre part, le recours à la technique des montants imbriqués a pour effet d'accroître encore la prééminence de ce monolithe dans l'architecture de la chambre, les autres orthostates venant prendre appui sur lui.

Quelque soit l'explication de cette prépondérance architecturale de la dalle de fond, force est de constater que ce monolithe est également le plus fréquemment décoré de la chambre, quand ce n'est pas aussi le plus richement orné et encore celui à partir duquel est organisée toute l'ornementation picturale de la tombe (voir paragraphe suivant). Autrement dit, les artistes qui ont peint ces dolmens ont visiblement tenu à bien mettre en valeur cette fameuse *backstone* et ont ainsi confirmé le choix très net opéré par les constructeurs. Ceci, à notre sens, constitue un des arguments importants en faveur de l'idée que peintures et tombes sont, pour une bonne part, contemporaines.

C — Organisation des panneaux peints

C. 1 — L'organisation individuelle

A partir des exemples bien conservés, nous reconnaissons 4 types différents de panneaux peints.

Les deux premiers (Pl. 4, 1-2) se caractérisent par la présence d'une bordure particulière peinte sur les côtés droit et gauche de l'orthostate, bordure que Shee a appelé *saw tooth border*, bordure en dent de scie (Shee, 1974). La différence entre les deux types réside dans le fait que le panneau est ensuite, soit subdivisé en registres horizontaux, soit non subdivisé.

Les deux autres types sont marqués par l'absence d'encadrement du panneau qui, à nouveau, est soit subdivisé par les lignes horizontales, soit non subdivisé (Pl. 4, 3-4).

Les cas les plus fréquents semblent être ceux des panneaux à *saw tooth border* sans subdivision horizontale (Juncais C 5, Santa Cruz C 4, Pedralta C 1, Tanque C 5, etc.) et ceux des panneaux sans encadrement ni subdivision (Juncais C 2, Tanque C 6, Zedes C 3, Fontão C 3, etc.).

Le plus souvent, il y a, sur un même dolmen, différents types de panneaux (Pedralta, Antelas, Juncais, Tanque, etc.). L'exemple de Pedra Coberta, où toutes les dalles semblent bien avoir eu une même organisation individuelle, est, pour l'instant, un peu isolé.

C. 2 — L'organisation d'ensemble

Dans certains cas où les décors picturaux étaient nombreux et bien conservés, on a pu constater qu'il existait une véritable organisation d'ensemble de l'ornementation, aboutissant à la constitution de sortes de polyptyques en pierre.

A Pedra Coberta, l'impression dominante est celle de la répétition de dalle en dalle, comme un leitmotiv, du même style de décor (Leisner, 1934). Chaque monolithe semble avoir été divisé en 3 zones horizontales où il paraît y avoir eu partout la même ornementation basée essentiellement sur des tracés serpentiformes. Il est très dommage, dans ce remarquable dolmen peint, que la dalle de fond ait disparu ansieusement: était-elle décorée de la même façon ou différemment?

A Antelas, les peintures apparaissent timidement à l'entrée de la chambre, sur la tranche des deux montants encadrant l'ouverture. Puis, d'orthostate en orthostate, elles prennent de plus en plus d'importance au fur et à mesure que l'on se rapproche de la grande dalle de fond, bien régularisée, sur laquelle existe une véritable profusion de motifs et qui constitue l'élément central de la composition picturale (Albuquerque e Castro et *alii*, 1957).

A Côta (anta de Pedralta), on assiste sans doute au même phénomène. Le montant C 1 est du type à *saw tooth border* sans subdivision horizontale. Sur le montant C 2, le décor pictural se complexifie avec l'apparition de registres horizontaux entre les deux bordures en dents de scie. Enfin, sur C 4, l'énorme dalle de fond, il atteint apparemment son apogée avec ces multiples subdivisions horizontales (Pl. 5).

A Juncais (Queiriga), l'ornementation peinte se fonde sur des signes zoomorphes et anthropomorphes. Néanmoins, cela ne change rien au principe d'organisation des décors énoncé plus haut: ici encore, l'élément central est bien constitué par la dalle de fond où est peinte, notamment, une grande peau d'animal étirée que l'on devait discerner depuis l'entrée du dolmen (Leisner, 1934; Shee Twohig, 1981).

D — La thématique

Elle se caractérise par la prédominance très nette de certains groupes de signes sur d'autres.

Il y a d'abord une prédominance des signes abstraits sur les signes concrets, ces derniers étant essentiellement représentés par les anthropomorphes et les zoomorphes. En effet, il existe une certaine répugnance à la représentation humaine ou animale dans l'art des dolmens peints. Cela peut avoir été lié à une

sorte d'interdit d'ordre religieux ou intellectuel comme ce fut le cas, plus tard, dans l'art islamique.

Les seules représentations d'hommes ou d'animaux que l'on connaisse sont toutes très schématiques.

Pour les anthropomorphes, il s'agit de simples silhouettes, parfois à l'allure simiesque (Padrão E, Juncais L 3...). Rarement ces personnages sont en action: pour le moment, les scènes de chasse de Juncais C2 (Pl. 4, 3) et de Fojo L6 (Pl. 6) représentent des cas marginaux. Il peut arriver que les silhouettes humaines soient comme plantées dans un décor fait de lignes serpentiformes (Padrão, Antelas): il en résulte une impression de mouvement (symbolisation du voyage accompli par les défunts dans l'au-delà ?). Le stade ultime de la schématisation de la silhouette humaine est la représentation ancride, relativement rare (Zedes C 2).

Les animaux occupent une place guère plus importante que celle accordée aux êtres humains. Ils ont été traités de diverses façons. On trouve d'abord la fameuse *skin skeuomorph*, la peau d'animal étirée, dont on connaît différentes versions et qui peut finir par prendre un aspect anthropomorphe (Vilarinho da Castanheira). Il y a ensuite le «canidé» un peu raide de Fontão C 3, récemment identifié par E.J. Lopes da Silva. Enfin, il y a les chiens, biches et cerfs à Orca dos Juncais (dalles C2 et C 5) et les «chèvres» énigmatiques signalées autrefois à Fojinho (Coelho, 1930). Les différents animaux peints à Juncais sont schématisés d'une façon très remarquable, comme cela a déjà été noté à maintes reprises.

Géographiquement, on constate que les signes peints anthropomorphes et zoomorphes ont une répartition centrée sur le Beira Alta et le nord du Portugal: Padrão, Zedes, Vilarinho, Juncais, Tanque, Fojinho, Fojo, Antelas, Fontão. Cette répartition peut servir de fondement à la notion de «groupe de Viseu», davantage en tout cas que le constat d'une certaine densité des tombes peintes autour de Viseu⁶.

La deuxième prédominance que l'on observe, dans cet art des dolmens peints, est celle, au sein du groupe des signes abstraits, des zigzags et des ondulés (ou serpentiformes) sur tous les autres signes (cercles, soliformes, lignes droites, quadrillages, etc.). On peut même dire qu'il y a une véritable omniprésence, dans toute l'aire géographique des dolmens peints, de ce thème décoratif des zigzags et des serpentiformes. On le trouve dans les Asturies (Santa Cruz), en Galice (Dombate, Pedra Coberta, Forno dos Mouros, Veiga de Maus de Salas

⁶ A notre avis, la concentration de dolmens peints autour de Viseu est peut-être plus apparente que réelle. En effet, le développement récent des recherches dans le nord du Portugal et en Galice est en train d'accroître de façon importante le nombre de dolmens peints dans ces régions et l'écart avec le secteur de Viseu tend à s'atténuer grandement.

2), dans le nord du Portugal (Padrão, Zedes) et dans le Beira Alta (Antelas, Aliviada 1, Pedralta, etc.).

Ce thème est décliné de toutes les manières possibles:

— lignes serpentiformes verticales, horizontales ou obliques, avec ou sans points de délimitation (Pedra Coberta, Forno dos Mouros, Padrão, Aliviada 1, Pedralta, etc);

— zigzags verticaux ou horizontaux, avec ou sans points ou triangles d'accompagnement (Santa Cruz, Pedra Coberta, Antelas);

— sinusoides (Pedra Coberta);

— lignes serpentiformes fermées (Padrão);

— dents de scie (motif utilisé notamment pour la bordure de certaines dalles peintes, comme nous l'avons vu);

— rangées verticales de «triangles» et ramiformes (*rows of triangles or V's* de Shee, qui ne sont, en fait, que deux lignes serpentiformes très rapprochées l'une de l'autre et dont on a peint l'intervalle les séparant⁷) (Tanque, Pedralta);

— etc.

Parfois, ces tracés serpentiformes peuvent se rapprocher sensiblement de la représentation anthropomorphe comme les deux «idoles» du registre supérieur de Pedralta C 2 ou celles du registre inférieur de Pedra Coberta L 1. On notera d'ailleurs que les anthropomorphes simiesques de Padrão E ou Juncais L 3 (fragment du montant qui est au Musée de Belem) ont un contour flexueux qui n'est pas sans rappeler certains tracés serpentiformes.

Cette thématique, dont nous venons d'exposer les grandes lignes, est quand même très différente de celle de l'art rupestre des abris de l'ouest de la Péninsule décorés durant le post-glaciaire. Il y a d'abord, dans les décors picturaux en abris, une prédominance indiscutable des anthropomorphes et des zoomorphes sur les signes abstraits: Fraga d'Aia à Paredes da Beira (Jorge et *alii*, 1988); abris de la régions d'Esperança, près de Portalegre (Farinha dos Santos, 1985); abris de Fresneu, dans les Asturies (Blas Cortina, 1983). D'autre part, au niveau des motifs abstraits, on relève la grande rareté des serpentiformes: un à Cotsandoria (Fresneu), quelques uns à Lapa dos Gaivões (Esperança)... Enfin, si certains signes figurant au répertoire de l'art des dolmens peints se retrouvent sur les parois de abris (soliformes, ancriformes, serpentiformes, etc.), d'autres, en revanche, et non des moindres, en sont pour le moment totalement absents (*skin skeuomorph*, par exemple). Il est clair, par conséquent, que tout cela traduit des inspirations d'origine différente, ce qui peut être lié, en partie, à un décalage chronologique

⁷ Les *rows of triangles or V's* existent aussi, dans les dolmens ornés de l'ouest de la Péninsule, sous une forme gravée (tumulus A de A Rozas das Modias, Barrosa, Afife...) et on voit bien alors qu'ils sont obtenus par deux lignes serpentiformes très rapprochées l'une de l'autre.

entre ces diverses manifestations artistiques: ainsi, dans certains cas, l'art rupestre des abris se rattache manifestement aux âges des métaux (Fresneu).

Si la thématique des dolmens peints semble éloignée de celle des abris, elle se rapproche par contre sensiblement de celle des dolmens uniquement gravés de l'ouest de la Péninsule. Les mêmes tendances se retrouvent dans tous ces monuments mégalithiques: préférence pour les signes abstraits; dominance, à l'intérieur de ce groupe, des zigzags et des serpentiformes... Dès lors, il faut se demander, à la suite d'E. Shee (Shee, 1974), si ces dolmens, aujourd'hui seulement décorés par gravure, n'étaient pas autrefois également peints. Cette question est d'autant plus pertinente qu'il existe, pour certains dolmens peints, des orthostates à la fois gravés et peints: on voit bien, alors, qu'il n'y a pas exclusion mutuelle de ces deux techniques décoratives mais plutôt, semble-t-il, complémentarité⁸. D'autre part, les dolmens uniquement gravés de l'ouest de la Péninsule sont typologiquement semblables aux dolmens peints puisqu'il s'agit, majoritairement, de tombes à couloir à montants imbriqués. En vérité, il est très symptomatique de constater, comme l'a fait E. Shee, que presque tous ces dolmens uniquement gravés ne possèdent plus, actuellement, de dalles de couverture. La perte de ces éléments architecturaux, fondamentaux pour la conservation des peintures, est sans doute l'explication de l'absence, aujourd'hui, de décors picturaux sur les parois de ces tombes. La découverte récente de quelques traces picturales sur les dolmens bien gravés et dépourvus actuellement de tables d'Eireira à Afife et de Chão de Brinco 1 à Nespereira (fouilles E.J. Lopes da Silva pour ces deux monuments) va tout à fait dans le sens de cette interprétation. Les deux sites majeurs que nous venons d'évoquer ont permis également de montrer que certains signes connus jusqu'à présent uniquement sous une forme *peinte* existaient aussi sous une forme *gravée*. Ainsi, les anthropomorphes type Juncais L 3 ont leurs homologues gravés sur les dalles du dolmen 1 de Chão de Brinco⁹. Quant au grand «anthropomorphe» du montant n° 6 d'Eireira à Afife (Lopes da Silva, 1988), il nous fait fortement penser, par sa taille, son aspect raide et aussi la position centrale qu'il occupe sur la dalle, aux «peaux anthropomorphes» de Juncais C 5 ou de Vilarinho: il pourrait s'agir, selon nous, d'une version stylisée et adaptée à la gravure de ce remarquable signe peint. Il reste néanmoins — mais il faut être prudent — que certains signes paraissent plutôt avoir été peints (les zoomorphes...) et d'autres plutôt gravés (les quadrillages, les entrelacs...), ceci illustrant sans doute la *complémentarité* entre les deux techniques que nous

⁸ Dans certains cas, la complémentarité entre gravure et peinture est tout à fait manifeste: ainsi, à Santa Cruz, sur la dalle de fond (C 4).

⁹ Conférence d'Eduardo Jorge Lopes da Silva à l'Institut d'Archéologie de la Faculté des Lettres de Porto le 26 février 1991.

avons évoquée¹⁰.

E — Datation

Il est difficile, bien sûr, de dater des manifestations picturales préhistoriques. Néanmoins, ici, tout milite pour conclure à une contemporanéité entre une grande partie des décors peints et la phase de construction ou de première utilisation des tombes sur lesquelles ils se trouvent.

E. Shee a déjà fait remarquer que les flèches des archers de la scène de chasse de Juncais C 2 sont armées de pointes tranchantes, ce qui suggère nettement, pour cette peinture, un âge néolithique. Cependant, ceci n'est pas suffisant pour affirmer qu'elle a été faite lors de la construction du dolmen ou peu après. Il faut avoir recours à d'autres arguments.

Nous avons dit plus haut qu'il y a coïncidence étonnante entre *l'organisation architecturale des tombes* (avec nette prééminence de la dalle de fond) et *l'organisation d'ensemble des peintures*, du moins sur les quelque cas où cette dernière est encore observable: c'est un premier argument pour la contemporanéité.

Un autre argument consiste à dire qu'à la magnificence architecturale des dolmens peints répond la magnificence décorative des peintures ornant ces monuments. En effet, il ne faudrait pas oublier ici que les peintures s'étendaient souvent à *toute* la chambre (Antelas, Forno dos Mouros...) et parfois à *tout* le dolmen (Pedra Coberta...), décorant magnifiquement et *entièrement* les faces internes d'orthostates pouvant dépasser de 2 à 3m le niveau du sol environnant! Devant un phénomène d'une telle ampleur, il nous paraît bien difficile de soutenir l'idée que ces dolmens, remarquables oeuvres architecturales, n'aient rien à voir avec la non moins remarquable oeuvre artistique que constitue la décoration picturale d'envergure existant sur leurs parois.

Enfin, un dernier élément plaidant pour la contemporanéité peintures/tombes est fourni par la plaque-idole de Mamaltar de Vale de Fachas. Rappelons que ce dolmen peint a livré une plaque-idole trapézoïdale qui a de bonnes chances d'appartenir aux phases anciennes d'utilisation du monument. Or, cet objet est décoré d'un motif ondulé peint en rouge, ce qui fournit un point de repère chronologique appréciable pour ce type de thème décoratif, omniprésent — comme nous l'avons vu précédemment — dans l'art des dolmens peints. Dans le sens aussi de la grande ancienneté de ce thème des ondulés/serpentiformes,

¹⁰ Il se pourrait aussi que cette légère distorsion entre le registre des signes gravés et celui des signes peints s'explique en partie par le *remploi* de dalles gravées plus anciennement ou alors, à l'inverse, par l'*adjonction* plus ou moins tardive de gravures sur les parois des tombes. Tout cela reste néanmoins à prouver...

il y a l'indication récente de la présence de signes serpentiformes gravés sur la face *externe* d'un des montants du dolmen (peint) de Zambujeiro à Evora (Balbin Behrmann et Bueno Ramirez, 1989). Comme il s'agit de la partie externe, donc en principe cachée par le tumulus, il semble bien que la décoration ait été faite *avant* la construction de la tombe à couloir.

Bien sûr, on ne saurait soutenir l'idée que *tous* les décors picturaux des dolmens peints datent de la période de construction ou de première utilisation des tombes: il est très possible, sinon probable, que des rajouts aient été faits à l'occasion de tel ou tel emploi tardif.

CONCLUSION

Nous avons essayé, ici, le tenir de plus grand compte de ce qui est la difficulté majeure de l'étude des dolmens peints, à savoir le fait que l'on a, actuellement, une vision très partielle et réductrice de ce qui était la réalité d'origine de ce phénomène. Il est évident que les dolmens peints identifiés à ce jour en Péninsule Ibérique ne sont que les reliques d'un très probable vaste ensemble originel de tombes mégalithiques décorées de la sorte. D'autre part, sur les tombes peintes actuellement reconnues, il ne s'est conservé, dans beaucoup de cas, qu'une faible partie des décors picturaux d'origine.

Bien évidemment, tout cela grève lourdement les analyses que l'on peut faire aujourd'hui.

Néanmoins, il se dégage tout de même certaines réalités comme, par exemple, le lien avec les tombes à couloir (et peut-être, au-delà, avec la technique des montants imbriqués?) ou encore, au niveau de l'art lui-même, cette présence constante des symboles abstraits et notamment des motifs serpentiformes ou en zig-zag.

Il serait souhaitable, en fait, qu'un nouvel Antelas soit découvert, ce qui n'est pas impossible compte tenu des efforts remarquables déployés par les préhistoriens de l'ouest de la Péninsule, tant en Galice que dans le nord du Portugal.

En attendant, cet art des dolmens peints ibériques apparaît comme privilégiant l'abstraction et le schématisme, tout en ayant recours qu'à un petit nombre de couleurs à forte charge symbolique. Nous ne le considérerons pas pour autant comme un art secondaire ou approximatif. Bien au contraire, il faut souligner que cet art pictural sobre s'adapte parfaitement à son support, c'est-à-dire de grands orthostates de pierre brute ou à peine dégrossie. Il témoigne en fait d'une recherche plastique approfondie et, par bien des côtés, il évoque certaines créations picturales modernes. Aussi, on ne peut que regretter la disparition prématurée,

en raison du jeu destructeur des intempéries, de probablement beaucoup de décors picturaux dolméniques: il est sûr que, là, tout un pan de l'art néolithique (peut-être le plus important?) s'est dérobé à nous.

ANNEXE

LISTE DES DOLMENS PEINTS DE LA PENINSULE IBERIQUE.

1. Dolmen de la chapelle de Santa Cruz (Cangas de Onis, Asturies).
Dolmen à couloir possible. Trois montants peints (dont 2 également gravés). Un montant gravé.
Vega del Sella, 1919; Blas Cortina, 1983.
2. Dolmen 1 de Penausen (Salas, Asturies).
Dolmen simple polygonal. Deux montants peints.
Blas Cortina, 1980.
3. Mamoia 72 de la Sierra Faladoira (Ortigueira, La Corogne, Galice).
Dolmen indéterminé (coffre? dolmen simple?). Peintures incertaines.
López Cuevillas, 1959.
4. Anta de la Pena da Aguiá (Cedeira, La Corogne, Galice).
Dolmen à couloir. Peintures incertaines (un fragment de dalle).
Murguía, 1901; Maciñeira y Pardo de Lama, 1943; López Cuevillas, 1959.
5. Dolmen de Dombate (Cabana, La Corogne, Galice).
Dolmen à couloir. Plusieurs montants peints. Gravures sur trois montants de la chambre.
Fabregas Valcarce, 1988; Bello Dieguez, 1989.
6. Dolmen de Pedra Coberta (Vimianzo, La Corogne, Galice).
Dolmen à couloir. Huit montants peints.
Leisner, 1934.
7. Casa dos Mouros (Dumbría, La Corogne, Galice).
Dolmen à couloir. Un montant peint et gravé.
Shee et Garcia Martinez, 1973.
8. Mamoia 11 de Espiñaredo (Negreira, La Corogne, Galice).
Dolmen (à couloir?). Un montant peint et gravé.
Shee et Garcia Martinez, 1973.
9. Forno dos Mouros (Toques, La Corogne, Galice).
Dolmen à couloir. Sept montants peints.
Inédit, fouilles F. Criado.
10. Dolmen de Lixó (Ribeira, La Corogne, Galice).
Dolmen indéterminé. Une dalle peinte et gravée. Une dalle gravée. Monument détruit.
Shee Twohig, 1981.
11. Dolmen de Codesás (Melón, Orense, Galice).
Dolmen indéterminé (probablement, tombe à couloir). Six montants peints et gravés. Monument détruit.
Barros Sivelo, 1875; Murguía, 1901.
12. Dolmen 2 de la Veiga de Maus de Salas (Muiños, Orense, Galice).
Dolmen indéterminé (tombe à couloir?). Deux dalles peintes. Monument détruit.
Fortes, 1901.
13. Dolmen d'Eireira (Afife, Viana do Castelo).
Dolmen à couloir (en V). Six montants gravés et un fragment de dalle peint.
Lopes da Silva, 1988 (peintures inédites, renseignement oral de E. J. Lopes da Silva).
14. Dolmen 1 de Chã dos Cabanos (Britelo, Viana do Castelo).

- Dolmen à couloir. Trois montants peints. Un montant gravé.
Sande Lemos et Baptista, 1985; Baptista, 1990.
15. Anta do Freixo (Freixo, Viana do Castelo).
Dolmen indéterminé (tombe à couloir ?). Un ou plusieurs montants peints. Monument détruit.
Brochado de Almeida, 1979.
16. Dólmen dos Arcos (S. Pedro Fins, Porto).
Dolmen indéterminé (tombe à couloir ?). Plusieurs dalles peintes, nombre exact inconnu. Monument détruit.
Santos Júnior, 1940.
17. Dolmen de Padrão (Baltar, Porto).
Dolmen à couloir. Seize fragments de montants peints: les dalles a à f de Mendes Corrêa + les deux dalles dites «sans provenance» de l'Institut «Dr. Mendes Corrêa» + huit autres blocs perdus mais dont des dessins viennent d'être retrouvés dans des archives.
Mendes Corrêa, 1929; Shee Twohig, 1981; Cruz, 1988; Huet Bacelar Gonçalves et Cruz, 1990.
18. Dolmen de Portela (Penafiel, Porto).
Dolmen à couloir. Plusieurs montants peints, nombre exact inconnu.
Santos Júnior, 1940; Jorge, 1983.
19. Dolmen 1 de Chã de Parada (Ovil, Porto).
Dolmen à couloir. Un montant peint et gravé. Deux montants gravés.
Shee Twohig, 1981; Serpa Pinto, 1984.
20. Dolmen 3 de Chã de Parada (Ovil, Porto).
Dolmen simple polygonal. Trois orthostates peints.
Jorge, 1984; Pereira da Silva, 1985; Sousa, 1988.
21. Mamoã 1 de Madorras (S. Lourenço de Riba Pinhão, Vila Real).
Dolmen à couloir. Un montant peint et gravé. Un montant gravé.
Peintures et gravures inédites, fouilles A. A. Huet de Bacelar Gonçalves.
Cruz, 1988.
22. Dolmen de Fonte Coberta (Chã de Alijó, Vila Real).
Dolmen à couloir. Un montant peint. Gravures sur deux autres montants et la table.
Cotelo Neiva, 1938; Shee Twohig, 1981.
23. Casa da Moura (Zedes, Bragança).
Dolmen à couloir. Quatre montants peints. Gravures sur la table.
Santos Júnior, 1930; Shee Twohig, 1981.
24. Pala da Moura (Vilarinho da Castanheira, Bragança).
Dolmen à couloir. Un montant peint.
Santos Júnior, 1930; Shee, 1974.
25. Mamoã 1 de Chão de Brinco (Nespereira, Viseu).
Dolmen à couloir. Six dalles gravées. Un montant peint.
Inédit, fouilles E. J. Lopes da Silva.
26. Dolmen 1 de Aliviada (Escariz de Poiares, Aveiro).
Dolmen simple rectangulaire. Six montants peints (dont 5 également gravés). Deux montants gravés.
Shee Twohig, 1981; Pereira da Silva, 1984.
27. Dolmen 1 de Alagoa (Escariz de Poiares, Aveiro).
Dolmen indéterminé. Peintures incertaines. Monument détruit.
Farinha dos Santos, 1985; Pereira da Silva, 1986.
28. Dolmen de Pedralta (Côta, Viseu).
Dolmen à couloir. Quatre montants peints.
Coelho, 1924; Leisner, 1934; Shee Twohig, 1981.
29. Orca do Fojinho (Queiriga, Viseu).
Dolmen à couloir. Un montant peint.
Leite de Vasconcelos, 1907; Coelho, 1930.
30. Orca dos Juncais (Queiriga, Viseu).
Dolmen à couloir. Huit montants peints.

- Leite de Vasconcelos, 1897 et 1907; Leisner, 1934; Shee Twohig, 1981.
31. Orca da Bouça (Queiriga, Viseu).
Dolmen à couloir. Un ou plusieurs montants peints.
Coelho, 1930.
 32. Orca do Tanque (Queiriga, Viseu).
Dolmen à couloir. Six montants peints.
Leite de Vasconcelos, 1907; Leisner, 1934; Shee Twohig, 1981.
 33. Orca de Forles (Forles, Viseu).
Dolmen à couloir. Un montant peint.
Leite de Vasconcelos, 1907; Shee Twohig, 1981.
 34. Anta do Fojo (=Lubagueira 4; Couto de cima, Viseu).
Dolmen à couloir. Cinq montants peints. Un montant gravé.
Shee Twohig, 1981.
 35. Mamaltar de Vale de Fachas (Rio de Loba, Viseu).
Dolmen à couloir. Trois montants peints.
Coelho, 1930; Shee Twohig, 1981.
 36. Casa da Orca (Cunha Baixa, Viseu).
Dolmen à couloir. Un montant peint. Gravures sur plusieurs autres blocs (dont une table).
Leisner, 1934; Shee Twohig, 1981; Cruz et Vilaça, 1989.
 37. Casa da Orca (Cortiçô de Algodres, Guarda).
Dolmen à couloir. Deux montants peints.
Leisner, 1934; Shee Twohig, 1981.
 38. Dolmen de Fontão (Paranhos da Beira, Guarda).
Dolmen à couloir. Deux montants peints.
Shee Twohig, 1981; Lopes da Silva, 1985.
 39. Dolmen de Sobreda (Seixo da Beira, Coimbra).
Dolmen à couloir. Trois montants peints.
Santos Rocha, 1899; Shee Twohig, 1981.
 40. Dolmen d'Antelas (Pinheiro de Lafões, Viseu).
Dolmen à couloir. Huit montants peints (dont 2 également gravés).
Le Musée des Services Géologiques de Lisbonne conserve une pierre peinte provenant d'Antelas: ne s'agit-il pas du bloc signalé par les fouilleurs du dolmen comme trouvé dans un mur de clôture des environs?
Albuquerque e Castro, Veiga Ferreira, Viana, 1957; Shee Twohig, 1981.
 41. Dolmen 1 de la Vega del Guadancil (Garrovillas, Cáceres, Estrémadure).
Dolmen à couloir. Un montant peint et gravé. Un montant gravé. Monument actuellement submergé par les eaux du Tage.
Leisner, 1959.
 42. Dolmen de Zambujeiro (Evora).
Dolmen à couloir. Un montant peint. Un autre gravé.
Shee Twohig, 1981; Balbin Behrmann, Bueno Ramirez, 1989.

Note:

Des peintures auraient été remarquées par M. Heleno sur plusieurs dolmens de l'Alentejo mais les noms de ces monuments n'ont pas été publiés (Farinha dos Santos, 1985).

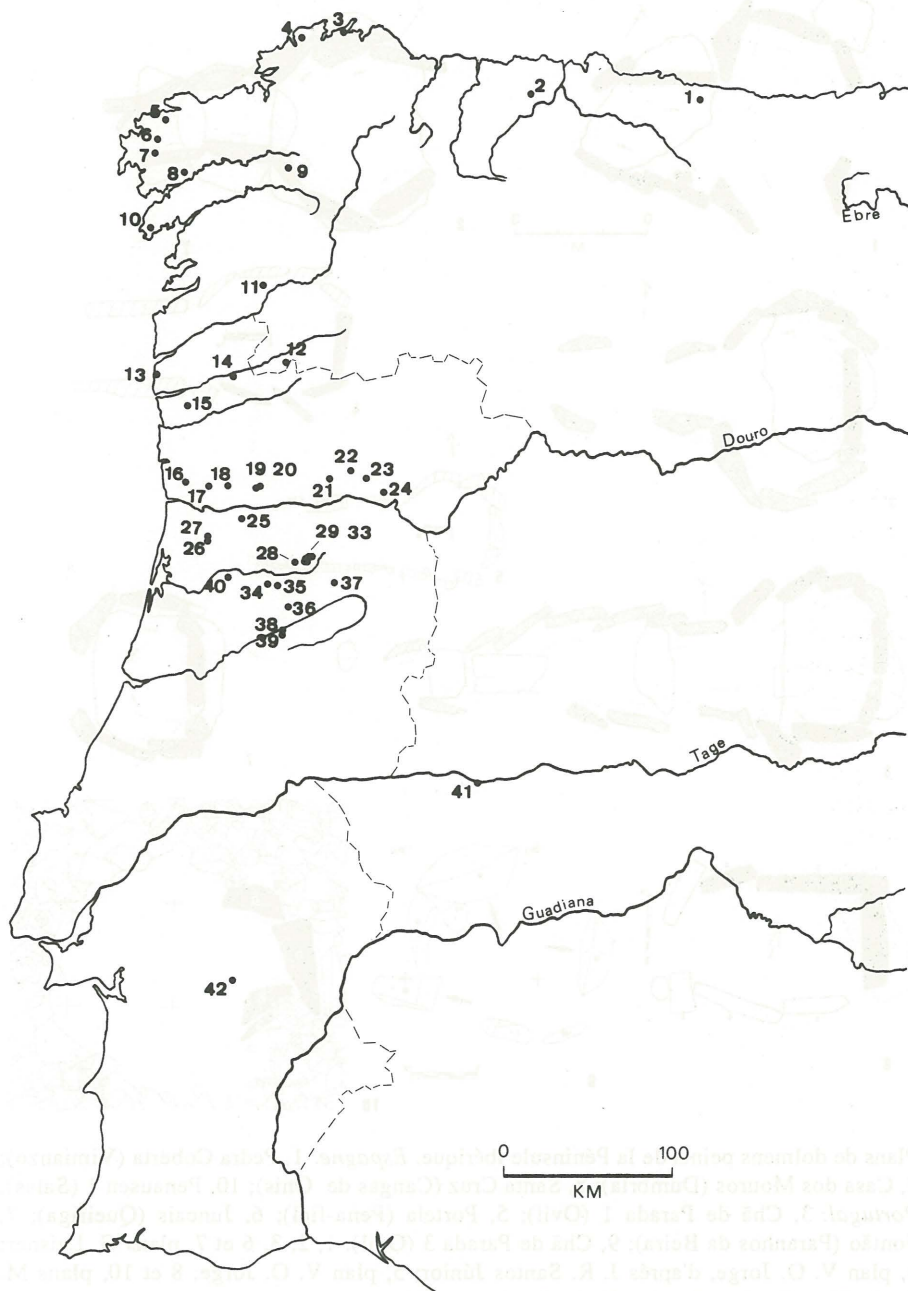
BIBLIOGRAPHIE

- ALBUQUERQUE E CASTRO (L. de), VEIGA FERREIRA (O. da) et VIANA (A.), 1957. — O dólmen pintado de Antelas (Oliveira de Frades), *Com. dos Serv. Geol. de Port.*, XXXVIII, pp. 325-346, 2 fig., 11 pl.
- BAILLOUD (G.), 1979. — Le néolithique dans le Bassin Parisien, 2^e Suppl. à Gallia Préh., Ed. du CNRS, 2^e éd., 429 p., 52 fig., 7 pl.
- BALBIN BEHRMANN (R. de), BUENO RAMIREZ (P.), 1989. — Arte megalítico en el suroeste: el grabado del dolmen de Huerta de las Monjas (Valencia de Alcantara), C.N.A., XIX, pp. 237-247, 2 fig.
- BAPTISTA (A.M.), 1990. — Actividades do Departamento de Arqueologia do PNPG, *Juríz*, pp. 40-42, 6 phot.
- BARROS SIVelo (R.), 1875. — Antigüedades de Galicia, Coruña, Impr. de D. Domingo Perga, 215 p., pl.
- BELLO DIEGUEZ (J. M.), 1989. — Monumento megalítico de Dombate (Cabana, A Coruña), in *Arqueoloxía. Informes 1* (Campaña 1987), Xunta de Galicia, pp. 24-30, 1 phot.
- BLAS CORTINA (M. A. de), 1983. — El megalito de Penausen 1 (Salas, Asturias), *Not. Arqueo. Hisp.*, 9, pp. 65-88, 13 fig., 4 phot.
- BLAS CORTINA (M.A. de), 1983. — La Prehistoria reciente en Asturias, Est. de Arqueo. Ast. n^o 1, Fund. Pub. de Cuevas y Yacim. de Ast., 278 p., 70 fig., phot.
- BLAS CORTINA (M.A. de) et FERNÁNDEZ-TRESGUERRES (J.), 1989. — Historia primitiva en Asturias, *Bibl. Hist. Ast.*, Silverio Cañada, 212 p.
- BROCHADO DE ALMEIDA (C.A.), 1979. — O menir de S. Paio de Antas (Esposende), Antas-Esposende, Ass.Recr. e Cult. de Antas.
- BUENO (P.), PEREIRA (J.) et PIÑÓN (F.), 1983. — Los grabados del sepulcro megalítico de Azután (Toledo), *Zephyrus*, XXXVI, pp. 159-165, 1 fig., 1 pl.
- CARBALLO ARCEO (L.X.), VÁZQUEZ VARELA (J.M.), 1984. — Nuevos hallazgos de arte megalítico en la provincia de Pontevedra: A mamoá de Braña, *Gallaecia*, 7/8, pp. 245-260, 8 fig., 3 pl.
- CASTRO NUNES (J. de), 1955. — Escavações no dólmen da Barrosa (Âncora), II. Insculturas, *Revista de Guimarães*, vol. LXV, pp. 154-159, 1 fig., 4 pl.
- COELHO (J.), 1924. — Policromia megalítica, Viseu, *Tip. Popular*.
- COELHO (J.), 1930. — Polychromie mégalithique dans le Beira Alta, XV^eme Cong. Intern. d'Anthr. et d' Archéo. Préh., Coimbra-Porto, pp. 362-368.
- COTELO NEIVA (J.M.), 1938. — O Dólmen da Fonte Coberta (Na Chã de Alijó), *Bol. da Ass. da Filosof. Nat.*, vol. I, n^o 5, pp. 61-82, 12 fig.
- CRUZ (D. J. da), 1988. — O megalitismo do Norte de Portugal, *Trab. de Antr. e Etnol.*, 28, fasc. 1-2, pp. 15-49, 9 fig.
- CRUZ (D. J. da), 1990. — Visita de Estudo. Itinerario pré-histórico. Os monumentos megalíticos e de tradição megalítica, II Colóquio Arque. de Viseu, 9 p. dact., fig.
- CRUZ (D.), VILAÇA (R.), 1989. — A anta da Cunha Baixa (Mangualde). Escavação, restauro e conservação de um monumento megalítico, *Actas do I Colóquio arqueol. de Viseu*, Governo Civil do Distrito de Viseu, pp. 51-60.
- CRUZ (D.), VILAÇA (R.), 1990. — Trabalhos de escavação e restauro no dolmen 1 do Carapito (Aguiar da Beira, Dist. da Guarda). Resultados preliminares, *Trab. do Inst. de Antr. «Dr. Mendes Corrêa»*, Fac. de Ciências do Porto, n^o 45, 23 p., 5 fig.,

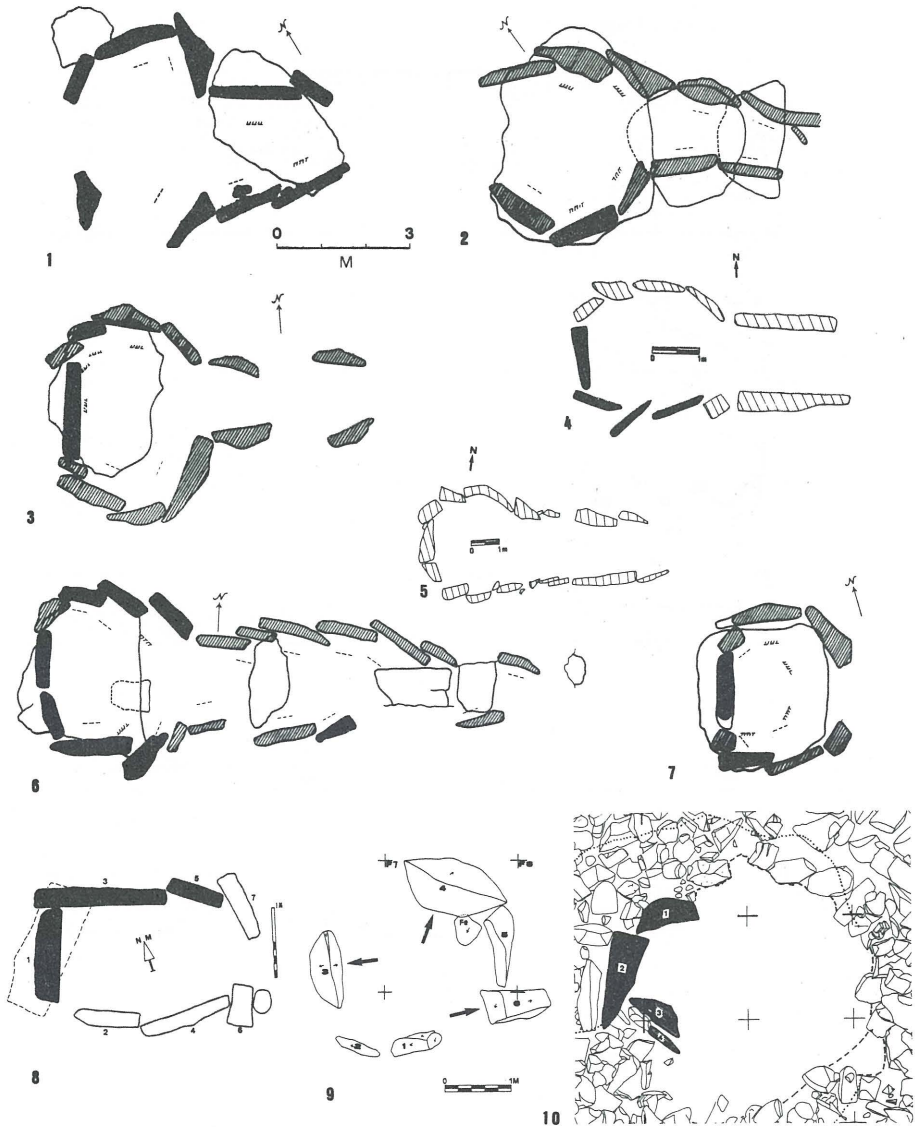
6 pl.

- FABREGAS VALCARCE (E.), 1988. — Megalitismo de Galicia, *Trab. de Antr. e Etnol.*, 28, fasc. 1-2, pp. 57-77, 4 fig.
- FARINHA DOS SANTOS (M.), 1985. — Pré-historia de Portugal, 3^e éd., Lisboa, Verbo, 214 p., 188 fig.
- FORTES (J.), 1901. — A necropole dolmenica de Salles (Terras de Barroso), *Portugalia*, I, pp. 665-686, 14 fig.
- HUET BACELAR GONÇALVES (A.) et CRUZ (D.), 1990. — O dólmen do Padrão (Baltar, Paredes, Dist. do Porto) no contexto da arte megalítica do noroeste peninsular e da Beira Alta, II Colóquio Arqueo. de Viseu, Livro do Colóquio, p. 45.
- JESUS SANCHES (M. de). — Os abrigos com pintura esquemática da Serra de Passos — Mirandelo, no conjunto da arte rupestre desta região. Algumas reflexões, *à paraître*.
- JORGE (V. O.) 1983. — Tres dolmens do distrito de Porto, *Arqueologia*, 8, pp. 103-109, 3 fig.
- JORGE (V.O.), 1984. — Descoberta de pinturas megalíticas na Serra de Aboboreira, *Repórter do Marão*, n^o 21 (du 20 juillet).
- JORGE (V.O.), 1985. — Les monuments mégalithiques du Nord du Portugal, *Gr. Vend. d'Et. Préh.*, n^o 14, pp. 15-38, 5 fig.
- JORGE (V.O.), 1986. — Polymorphisme des tumulus préhistoriques du Nord du Portugal, *Bull. de la Soc. Préh. Fr.*, 83, pp. 177-182, 5 fig.
- JORGE (V.O.), BAPTISTA (A.M.), JORGE (S.O.), SANCHES (M.J.), SILVA (E.J.L da), SILVA (M.S.) et CUNHA (A.L. da), 1988. — O abrigo com pinturas rupestres da Fraga d'Aia (Paredes da Beira — S. João da Pesqueira). Notícia preliminar, *Arqueologia*, 18, pp. 109-130, 23 fig.
- JORGE (V.O.) et JORGE (S.O.). — Figurations humaines préhistoriques du Portugal: dolmens ornés, abris peints, rochers gravés, statues-menhirs, *à paraître*.
- LEISNER (G.), 1934. — Die Malereien des Dolmen Pedra Coberta, *Jahr. für Präh. und Ethno. Kunst*, IX, pp. 23-44, 14 pl.
- LEISNER (G. et V.), 1959. — Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen, Berlin, W. de Gruyter & C^o, 348 p., 101 pl.
- LEITE DE VASCONCELOS (J.), 1897. — Religiões da Lusitânia, I, Lisboa, Imprensa Nacional, 440 p., 112 fig.
- LEITE DE VASCONCELOS (J.), 1907. — Peintures dans les dolmens du Portugal, *L'Homme Préhistorique*, V, pp. 33-37, 2 pl.
- LOPES DA SILVA (E.J.), 1985. — Notícia Sobre a Descoberta de Novas Pinturas Rupestres no Dólmen de Fontão (Paranhos da Beira — Seia), *Trab. de Antr. e Etnol.*, XXV, fasc. 2-4, pp. 381-386, 2 fig.
- LOPES DA SILVA (E.J.), 1988. — A mamoa de Afife: breve sintese de 3 campanhas de escavação, *Trab. de Antr. e Etnol.*, XXVIII, fasc. 1-2, pp. 127-136, 4 fig.
- LÓPEZ CUEVILLAS (F.), 1959. — La época megalítica en el Noroeste de la Península, *Caesaraugusta*, 13-14, pp. 21-77.
- LÓPEZ GONZÁLEZ (P.), PEÑA SANTOS (A.J. de la), 1975. — Los grabados megalíticos de la la «Mamoia do Rei», Pontevedra, *Gallaecia*, 1, pp. 63-76, 6 fig.
- MACIÑEIRA Y PARDO DE LAMA (F.), 1943. — Túmulos prehistóricos. Inventario descriptivo de los doscientos ochenta y seis túmulos prehistóricos ahora descubiertos en la avanzada comarca del Cabo Ortegal, *Bol. Real Acad. Gallega*, t.XXXIII, pp. 21-29, 124-135, 178-186, 236-239 et 314-321, fig.

- MENDES CORRÊA (A.A.), 1929. — As Pinturas do dolmen do Padrão (Vandoma), *O Arq. Port.*, XXVII, pp. 128-136, 8 fig.
- MENDES CORRÊA (A.A.), 1933. — Les peintures mégalithiques de Côta (Beira Alta) (Lettre à Monsieur le Prof. H. Breuil), *Trab. Soc. Port. Antr. Etn.*, pp. 157-161.
- MURGUIA (M.), 1901. — História de Galicia, 2ª ed., t. 1, Coruña, Libr. de Don Eugenio Carré, 702 p., 8 pl.
- PEREIRA DA SILVA (F.A.), 1984. — A arte parietal do Dolmen da Aliviada — Escariz, *Aveiro e o seu distrito*, nº 33, pp. 37-45, 8 fig.
- PEREIRA DA SILVA (F.A.), 1985. — Escavação da Mamoa 3 de Chã de Parada — Serra de Aboboreira, concelho de Baião, 1982-1983, *Arqueologia*, 11, pp. 39-51, 10 fig.
- PEREIRA DA SILVA (F.A.), 1986. — Monumentos megalíticos da freguesia de Escariz (Arouca). Ponto da situação à luz dos primeiros trabalhos, *Trab. de Antr. e Etnol.*, 26, fasc. 1-4, pp. 51-74, 14 fig.
- PEREIRA DA SILVA (F.A.), 1989. — Escavação da Mamoa 4 de Alagoa (Escariz-Arouca) 1987-1988, *Trab. de Antr. e Etnol.*, 29, fasc. 1-4, pp. 47-72, 14 fig.
- RAMIL SONEIRA (J.), VÁZQUEZ VARELA (J.M.), VIDAL RODRIGUEZ (J.), 1976. — Tres tumulos megalíticos con grabados en el termino municipal de Villalba (Lugo), *Gallaecia*, 2, pp. 87-98, 10 fig., 8 pl.
- RODRÍGUEZ CASAL (A.), 1990. — O megalitismo. A primeira arquitectura monumental de Galicia, Bibl. de divulgación, Serie Galicia, 204 p., 42 fig., 30 pl.
- SANDE LEMOS (F. de) et BAPTISTA (A.M.), 1985. — Descobertas recentes no âmbito do Megalitismo do Norte de Portugal, sessão de 12 de Julho de 1985 da S.P.A.E., *Trab. de Antr. e Etnol.*, XXV, fasc. 2-4, p. 442.
- SANTOS JÚNIOR (J.R. dos), 1930. — As pinturas megalíticas do concelho de Carrazêda de Anciães, Inst. de Antr. da Fac. de Sc. da Univ. do Porto, Impr. Port., 38 p., 7 fig. 4 pl.
- SANTOS JÚNIOR (J.R. dos), 1940. — Arte rupestre, Congr. do Mundo Port., I, pp. 329-376.
- SANTOS ROCHA (A.), 1899. — As arcainhas do Seixo e da Sobreda, *Portugalia*, I, pp. 13-22, 14 fig.
- SERPA PINTO (R. da), 1984. — As gravuras da Casa dos Moiros — Baião, *Arqueologia*, 9, pp. 125-126, 2 fig.
- SHEE (E.), 1974. — Painted Megalithic Art in Western Iberia, Actas do III Cong. Nac. de Arqueo., Porto, Min. da Ed. Nac., pp. 105-123, 8 fig.
- SHEE TWOHIG (E.), 1981. — The Megalithic Art of Western Europe, Oxford, Clarendon Press, 259 p. 290 fig., 41 pl.
- SHEE (E.) et GARCIA MARTINEZ (M.C.), 1973. — Tres tumbas megalíticas decoradas en Galicia, *Trab. de Preh.*, 30, nueva serie, pp. 335-348, 12 fig.
- SOUSA (O.), 1988. — As pinturas rupestres da mamoa 3 de Chã de Parada — Baião. Notícia Preliminar, *Arqueologia*, 17, pp. 119-120, 1 fig.
- VÁZQUEZ VARELA (J.M.), 1988. — El ocre en el megalitismo de Galicia *Trab. de Antr. e Etnol.*, 28, fasc. 1-2, pp. 171-172.
- VEGA DEL SELLA (Conce de la), 1919. — El dólmen de la Capilla de Santa Cruz (Astúrias), Com. de Invest. Paleont e Preh., mem. 22, Madrid, Mus. de Ciencias Nat., 62 p., 24 fig., 8 pl.

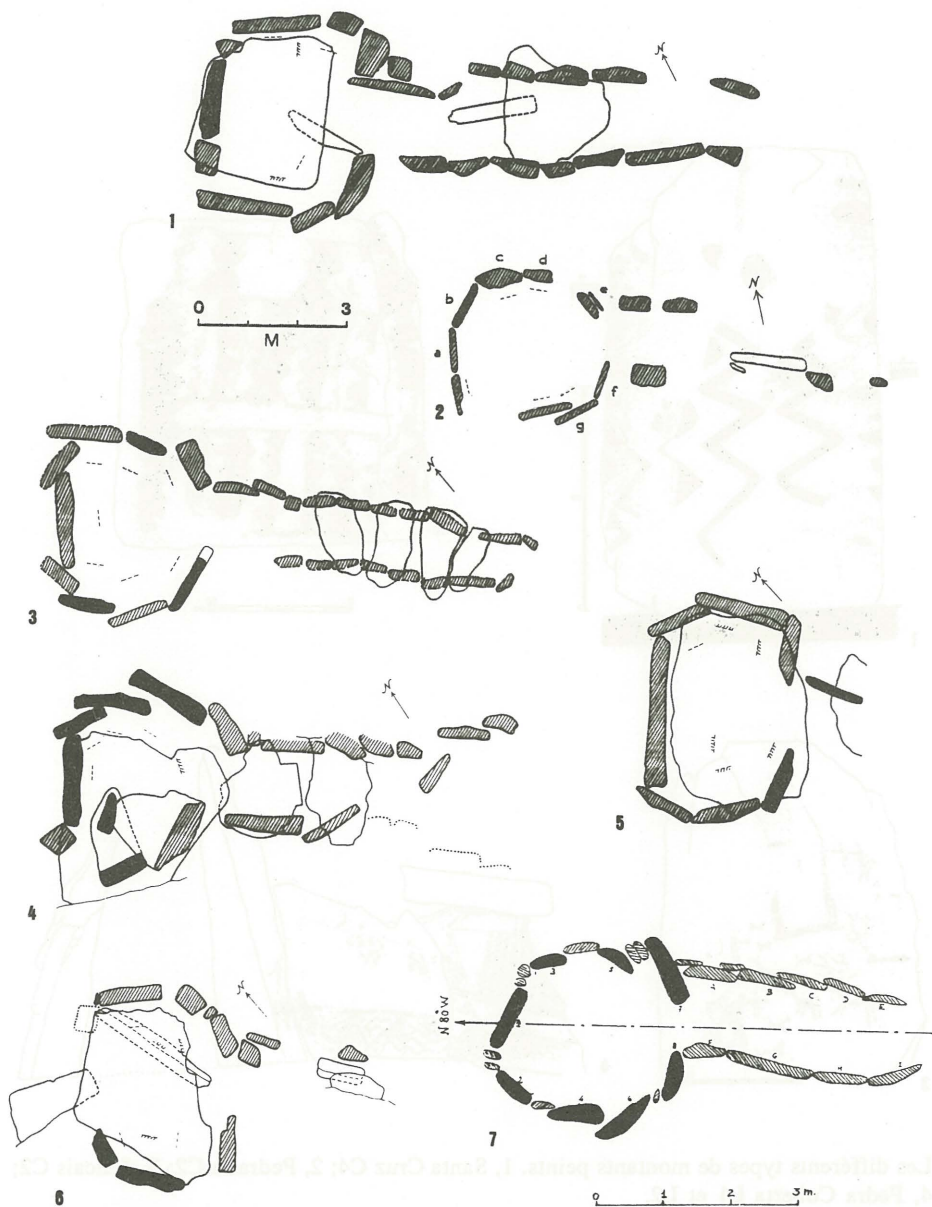


Carte de répartition des dolmens peints ibériques. Les numéros renvoient à l'inventaire donné en annexe.



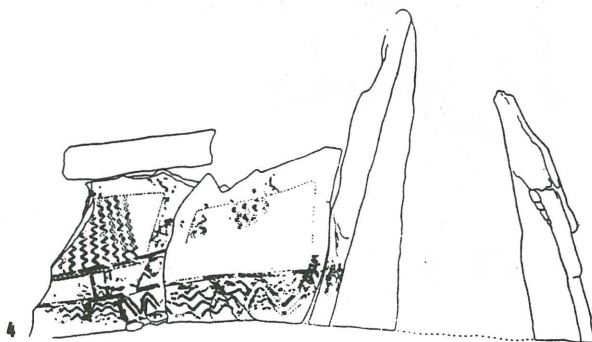
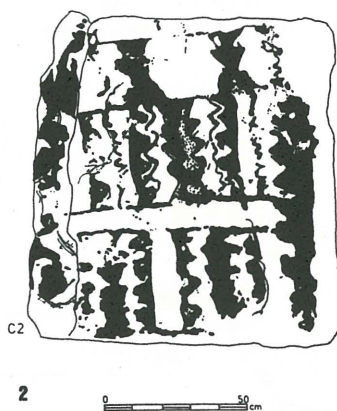
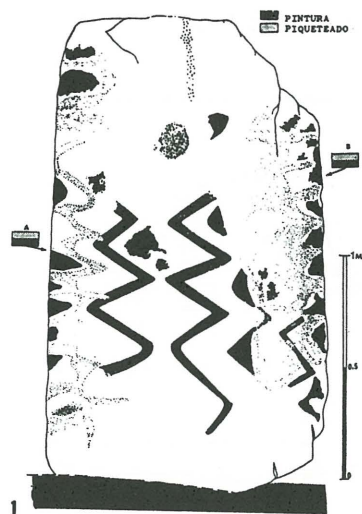
Plans de dolmens peints de la Péninsule ibérique. *Espagne*: 1, Pedra Coberta (Vimianzo); 2, Casa dos Mouros (Dumbría); 8, Santa Cruz (Cangas de Onis); 10, Penausen 1 (Salas). *Portugal*: 3, Chã de Parada 1 (Ovil); 5, Portela (Pena-fiel); 6, Juncais (Queiriga); 7, Fontão (Paranhos da Beira); 9, Chã de Parada 3 (Ovil). 1, 2, 3, 6 et 7, plans G. Leisner; 4, plan V. O. Jorge, d'après J. R. Santos Júnior; 5, plan V. O. Jorge; 8 et 10, plans M. A. de Blas Cortina; 9, plan F. A. Pereira da Silva.

Les montants peints ont été repassés en noir ou fléchés (sauf pour le dolmen n° 5 où les peintures, aujourd'hui disparues, n'ont jamais été localisées avec précision.).



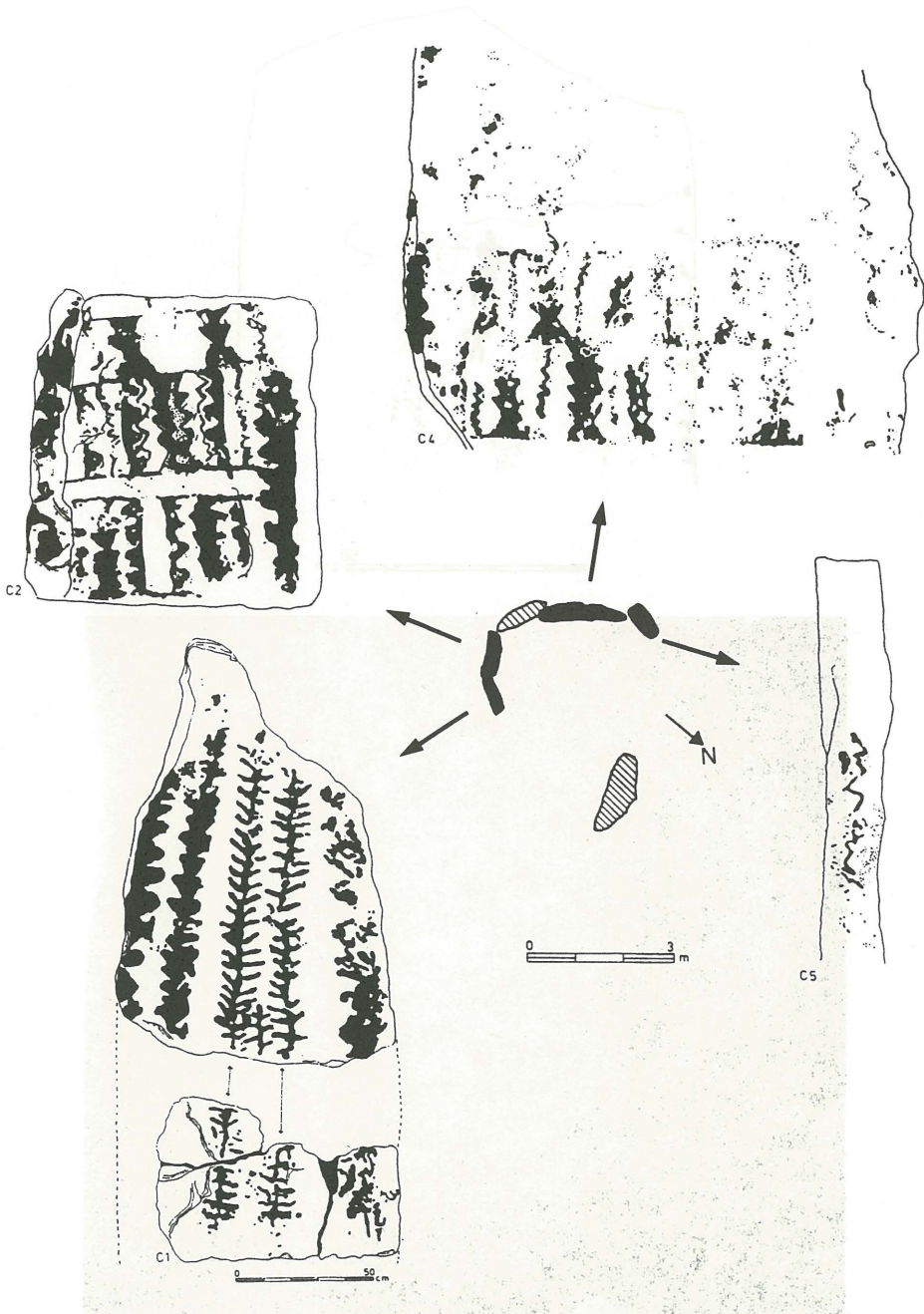
Plans de dolmans peints de la Péninsule ibérique. *Espagne*: 2, Vega del Guadancil 1 (Garrovillas); 5, Dombate (Cabana). *Portugal*: 1, Casa de Orca (Cunha Baixa); 3, Mamalart de vale de Fachas (Rio de Loba); 4, Orca do Tanque (Queiriga); 6, Casa da Orca (Cortiçô de Aldoges); 7, Antelas (Pinheiro de Lafões). 1 à 6, plans G. Leisner; 7, plan Albuquerque e Castro, Veiga Ferreira et Viana.

Les montants peints sont en noir (pour Dombate, en fonction de: Bello Dieguez, 1989).



Les différents types de montants peints. 1, Santa Cruz C4; 2, Pedralta C2; 3, Juncals C2; 4, Pedra Coberta L1 et L2.

1, relevé Blas Cortina; 2, relevé Shee Twohig; 3, relevé Shee Twohig, d'après Leisner; 4, relevé Leisner.



Organisation d'ensemble des peintures du dolmen de Pedralta (Côta, Viseu, Portugal).
 Plan: Shee Twohig, d'après Leisner: Dalles C1, C2 et C5: relevés Shee Twohig.
 Dalle C4: relevé Shee Twohig, d'après Leisner.



Peintures en rouge de la dalle L6 dolmen de Fojo (Couto de Cima, Viseu).
Relevé: Shee Twohig. Photographie: M. Devignes.

EARLY FARMING IN THE ALGARVE (SOUTHERN PORTUGAL): A PRELIMINARY VIEW FROM TWO CAVE EXCAVATIONS NEAR FARO

por

L. G. Straus ^a, J. Altuna ^b, D. Ford ^c, L. Marambat ^d,
J. S. Rhine ^a, J-H. P. Schawrcz ^c and J-L. Vernet ^e

ABSTRACT

Test excavations in two caves in the Algarve (Portugal), one near the coast and the other in the mountainous interior in the region of Faro, help begin to fill the lacunae in knowledge of the developments of food production economies and their impact on the environments of SW Iberia. Goldra cave, on a hill dominating the fertile coastal plain, produced a rich Middle Neolithic midden layer dated to 5000 BP (uncal.), with elements of several human skeletons, remains of domesticated and possibly domesticated animals, pollen evidence of deforestation and cereal agriculture. An agricultural diet is corroborated by carbon and nitrogen stable isotope analyses of human bones and forest clearance is corroborated by wood charcoal analyses. There is little or no evidence of hunting and only minor evidence of (mollusc) gathering. Under conditions of early agriculture, however, people often died young and led stressful lives. Not only is agriculture well developed here within about a millennium of its introduction in southern Portugal, but ceramic technology has become quite refined, as evidenced by the diverse pottery assemblage from Goldra. Middle Neolithic ceramics are also present in a basal level in the cave of Soidos, which, because of its less favorable location, may have been a less permanent (herding?) camp. Soidos continued to be used in Chalcolithic times (perhaps for similar specialized, transitory functions), while elsewhere in southern Portugal impressive funerary monuments and towns were being constructed. U/Th dating of travertine in Goldra indicates that the cave may have opened to the surface not long before the Neolithic and was not available for Paleolithic occupation.

KEY WORDS: Algarve, Portugal, Neolithic, Calcolithic, pollen, charcoal, human paleontology, U/Th and C-14 dating, stable isotopes, domesticated animals, cereals, deforestation.

^a Department of Anthropology, University of New Mexico, Albuquerque, NM 87131, USA.

^b Laboratorio de Paleontología, Sociedad de Ciencias Aranzadi, Museo de San Telmo, 20003 San Sebastián, SPAIN.

^c Departments of Geography (D.F.) and Geology (H.P.S.), McMaster University, Hamilton, Ontario L8S 4M1, CANADA.

^d Institut du Quaternaire, Université de Bordeaux I, 33405 Talence, FRANCE.

^e Laboratoire de Paléobotanique, Université de Montpellier II, 34095 Montpellier, FRANCE.

INTRODUCTION (L. G. S.)

The origins of the Neolithic and the nature of the processes by which food production economies replaced Mesolithic hunting and gathering in southern Portugal are the subjects of much current debate (e.g., Arnaud 1982; Lewthwaite 1986; Zvelebil & Rowley-Conwy 1986; Kalb 1989; Lubell et al. 1989; Tavares 1989; Straus n.d. — all with references). Similarly, the appearance of megalithic funerary monuments and of large masonry towns, mainly in the later Neolithic and Chalcolithic of southern Portugal, is an extensively published, much discussed phenomenon (e.g., Leisner 1965; Whittle & Arnaud 1975; Sangmeister & Schubart 1981; Kunst 1987; Kalb 1989 — all with references). However little is known and less is published concerning 1.) the intermediate period during which food production economies were being consolidated or 2.) the less spectacular aspects of Chalcolithic adaptations — those that took place away from such towns as Zambujal or Vila Nova de São Pedro (Estremadura) or such tombs as Alcalar (Algarve), Pai Mogo (Estremadura) or Reguengos de Monsaraz (Alentejo). Indeed, if agriculture «spread» to the Atlantic facade of the Iberian Peninsula (i.e., western Portugal) from the Mediterranean via Andalusia (see Lewthwaite 1986), our deficient knowledge of the late Stone Age prehistory of the Algarve represents a major gap in the extant data base for understanding the timing and nature of the adoption of animal husbandry and plant cultivation in the furthest outpost of southwestern Europe. Any, even preliminary, information on the age, environments, technologies, subsistence activities and diet of the early farmers and herders of the Algarve would provide valuable indications on the pace and character of a major adaptive shift in this region. Even test excavations have been able to shed considerable light on the differences and processes of change between the late Mesolithic, early Neolithic and Chalcolithic of other regions of western Portugal (e.g., Straus et al. 1990; Straus et al. 1988).

In 1987 and 1988 test excavations and surveys were conducted under the direction of one of us (LGS) in southwestern Portugal, in order to attempt to find and document Upper Paleolithic and Mesolithic settlements in areas of Estremadura, Alentejo and Algarve. During the course of the testing of 18 caves and rockshelters, Chalcolithic and/or Neolithic deposits were encountered in several cases. The purpose of this article is to present the results of analyses of materials from limited excavations in two caves near the city of Faro in the central Algarve (Figure 1). The archeological potential of these two sites, Goldra and Soidos, was realized during preliminary visits in 1987 by J.-A. Crispim (a hydro-geologist and speleologist at the Universidade de Lisboa) and LGS.

ALGARÃO DE GOLDRA (L. G. S.)

Goldra is a collapsed solution cavity located near the eastern summit of a 288 m hill (Cerro do Nexe), dominating the coastal plain above Faro. The cave is 9 km from the present Atlantic shore of the south coast of Portugal. It would have had easy access to excellent agricultural land both to the south on the coastal plain and to the north in the valley of Loulé at the foot of the Serra do Caldeirão (with maximum elevations above 500 m.). The slopes and summit of Goldra hill itself would have provided good grazing, especially for ovicaprines. Present vegetation surrounding the cave is typical Mediterranean matorral including scrub oaks and ericaceous plants, with karstified limestone outcrops. The site is threatened by tourist villa constructions.

The cave entrance has nearly vertical sides and measures about 10x7 m at ground surface, which is about 6 m above the top of the detrital cone in the center of the cavity (Figure 2). The cave contains several large blocks that represent pieces of the collapsed roof. At least the largest of these blocks fell well after the prehistoric use of the cave, which at the time must have had a considerably smaller entrance of unknown configuration. Based on the 1987 discovery of a mineralized horse mandible on the cave floor, a 2x1 m test trench was dug in 1988, immediately to the north of the huge central roof-fall block. The excavation was done by 10-30 cm spits, respecting natural stratigraphic subdivisions. All sediments were dry screened through fine mesh, as water was not available. The stratigraphy is as follows, from top to bottom, with depth measurements below datum (ground surface in the SE corner of the pit) (Figure 3):

0–40 cm: surface eboulis rubble;

40–125 cm: reddish-brown, crumbly, silty-clayey loam with an ash lens at the base (modern cultural and faunal remains);

125–130 cm: a continuous layer of rodent bones (probably deposited by owls);

140–150 cm: light brown silty clay with another rodent bone lens (some prehistoric sherds);

150–200 cm: midden layer consisting of small eboulis, charcoal and ash lenses (molluscs, human and faunal remains, bone, lithic and especially ceramic artifacts);

200–245 cm: light reddish brown clay with localized concretions and flowstone crusts;

Travertine-covered bedrock or a massive flowstone.

THE ARCHEOLOGY OF GOLDRA (L. G. S.)

The artifactual inventory from the level between the main rodent layer and the midden consists of 10 body sherds from 8–9 jars. One sherd from one vessel has an exterior ridge and another from a second vessel has two ridges. Although undated, this level may represent a Chalcolithic utilization of the cave.

The midden horizon is very rich in artifacts, as well as in human and animal remains. The ceramics include:

1 whole bowl, 53 mm high x 195 mm wide at the mouth, with nearly straight walls and a rounded base, a straight, slightly tapered rim bordered by an incised line around the exterior circumference. There are five decorative motifs, each consisting of 3 concentric semi-circles descending from the rim (Figure 4).

25 rim sherds from at least 13 vessels (Figure 5A–G). Rims include lipped, everted, rounded and tapered forms. Vessels include at least one large open-mouth bowl, a small bowl, 4 necked jars, a small jar and 2 straight-sided jars.

4 ridged body sherds (Figure 5 H)

1 incised body sherd

2 lug sherds (1 perforated)

188 plain body sherds. Thicknesses range from 6–18 mm.

Bone artifacts include:

2 ovicaprine distal metapodial awls (Figure 5L&K)

1 spatula on a large polished mammal mesial rib fragment (Figure 5J)

1 calcined, heavily polished ovicaprine distal metapodial with a possibly carved effigy face.

Chipped lithic artifacts are rare, consisting of only

3 unretouched flint blades (Figure 5I) and

4 flakes (all flint, except one which is milk quartz)

Groundstone artifacts include two physically associated handstone and slab millstone pairs, plus a possibly naturally grooved and perforated stone.

The ceramics have been characterized by J. Arnaud (personal communication) as «Middle Neolithic», a period which is very poorly known in the Algarve. This attribution is supported by a radiocarbon date on charcoal from the midden horizon of 4990 ± 320 BP (calibrated at one standard deviation: 4154 – 3431 BC) (SMU-2197) (H. Haas, in litteris).

In addition to the human, mammalian and bird remains reported on below, abundant marine molluscs are abundant in the midden. They include *Scrobicularia plana* (most abundant), *Solen marginatus*, *Pecten maximus* (rare) and an unidentified large bivalve (J. Arnaud, personal communication). The facts that we recovered a whole bowl (that certainly would not have survived intact had it been dumped into the cave) and that there are definite ash and charcoal

pockets and lenses, suggest that the cave was actually lived in and not simply used as a dump for occupations on the ground surface above (where we found no obvious site traces). Nonetheless, the cave was frequently used for human burial. Although there are no traces of graves, some of the anatomical elements of the fragmentary human skeletons reported on below (e.g., vertebrae) were found nearly in connection. The variety and richness of artifactual and faunal remains from the small test trench indicate intense human use of the cave in Middle Neolithic times, probably as a major residential settlement.

THE ARCHEOLOGY OF IGREJINHA DOS SOIDOS (L. G. S.)

This is a large cave with a narrow «walk-in» mouth facing southeast and a main chamber measuring about 21x16 m. It is located at an elevation just under 400 m above sea level on a high plateau in hill country flanking the Serra do Caldeirão, 18 km from the present coast. While itself situated in rocky, rather barren terrain, Soidos dominates the fertile, well-watered valley of Alte, and thus had access to both grazing and agricultural lands. Present vegetation around the cave is a sparse matorral with considerable areas of thin, barren red soil and exposed, karstified limestone.

The front of the cave contains a massive, steeply sloping detrital cone, but even the rear of the cavity, behind massive travertine-coated blocks, has a sedimentary deposit. Both areas were archeologically tested (Figure 6). Cut A (a 2x1 m trench) was excavated to the east of the cave entrance, adjacent to the cave wall near the top of the cone. The top 50–80 cm of the stratigraphy (Figure 7) were clearly disturbed, with roots, badger holes and large ash pockets, probably from fires built to flush the badgers from their burrows (a local practice). The crumbly, loose, reddish-brown silty loam matrix did yield prehistoric artifacts, including a ceramic «cheese strainer» attributable to the Chalcolithic (J. Arnaud, personal communication). The basal 20–80 cm of Cut A consisted of more compact reddish-brown silty clay topped by scattered ebbolis and containing more roots. This less disturbed deposit lay atop steeply sloping bedrock which connects too the front wall of the cave. The cultural materials from the disturbed deposits included the following items:

14 rim sherds: all straight, 3 tapered, 11 rounded, 2 with lips, 1 everted,
from 11 different vessels (Figure 8E-H)

45 plain body sherds

3 body sherds from a jar base

1 cheese strainer rim fragment (Figure 8D)

5 body sherds from one large jar

The more «in situ» materials include the following artifacts:

1 small cheese strainer rim sherd (possibly from the same object as the strainer fragment found in the disturbed deposit)

1 straight, pinched, tapered, lipped rim sherd

10 plain body sherds

1 flat-bottom jar base sherd

2 lumps of fired clay

Cut B, also a 2x1 m trench, was excavated in the western rear part of the cave at the foot of the detrital cone. The stratigraphy is shown in Figure 9.

1) The top 10 cm consisted of loose, rounded *eboulis* with modern trash lying atop

2) 20 cm loose reddish-brown silty clay with recent artifacts.

3) The underlying layer (15-20 cm thick) is composed mainly of small-medium size angular *eboulis* with some large blocks. There is a localized charcoal lense (3 cm) at the base of this rubble.

4) This is underlain by a reddish-brown silty clay level (30-40 cm thick). This layer yielded relatively abundant cultural materials.

5) It in turn lay atop bedrock at the eastern end of the trench and atop a thin flowstone in the center.

6) Below the flowstone was a 35 cm thick pure orange clay deposit that was archeologically sterile and in contact with.

7) limestone bedrock.

Level 3 yielded a large, 28 mm thick base sherd, 32 body sherds, 5 rim sherds from 4 vessels (including one straight, rounded rim sherd with an exterior ridge and others that are either rounded or tapered, one being everted). Level 4 produced 5 body sherds from various vessels, 26 other undecorated body sherds, plus one body sherd decorated with two subparallel lines composed of short vertical incisions (Figure 8C). There are two straight, squared rim sherds with indentations along the top of the rim (Figures 8A, B). All but the first 5 body sherds may be from one vessel. There were no lithics, faunal or human remains. The ceramics from Level 3 are characteristic of the Chalcolithic, while the crenalated and incised sherds of Level 4 are typical of the Middle Neolithic (J. Arnaud, personal communication). Though not dated at Soidos, the Chalcolithic of southern Portugal is C-14 dated between about 4500–3500 BP (ca. 4000–2000 cal. BC) (Kalb 1989; Straus 1990). The cheese strainers suggest a Chalcolithic «secondary products revolution» (Sherratt 1981).

TRAVERTINE DATING (D. F.)

Three samples of calcite were analyzed to attempt to determine the ages of the opening of the cave and of the inception of subaerial sedimentation:

AGT1: flowstone crust underlying the Neolithic midden layer and adhering to the apparent bedrock floor of the cave;

AGT2: inclined flowstone adhering to the enormous limestone block immediately to the east of the excavation;

AGT3: vertical flowstone covering AGT 2.

Attempts were made to date these samples by the $^{230}\text{Th}/^{234}\text{U}$ method using conventional alpha spectrometry. AGT3 was not suitable for dating, since its porosity had permitted preferential leaching of uranium and it was contaminated by mineral and organic detritus. It clearly had been formed after the cave had opened to the surface. Clay contamination is also high in AGT2. Thus, although the result essentially suggests an infinite age (>350 kyr), this flowstone could be interpreted as a young deposit that has been given an apparent great age because of contamination. The upper and lower parts of AGT1 were dated separately. The result from the lower part of the sample was more satisfactory due to a lesser degree of contamination. The results are as follow:

AGT1	UPPER	LOWER
Uranium content	0.08 ppm	0.133 ppm
$^{234}\text{U}/^{238}\text{U}$	1.12	1.09
$^{230}\text{Th}/^{234}\text{Th}$	0.381	0.289
$^{230}\text{Th}/^{232}\text{Th}$	16.00	9.0
Uncorrected age	52+17 kyr	37 ± 7 kyr
Corrected age	48+26 kyr	32 ± 11 kyr

AGT1 is a calcite with a tight crystalline structure formed under high humidity, probably in a cave that was either sealed or only slightly open to the surface at the time. Most of its growth took place between 40–30,000 BP. It would appear that the cave was not open to human use in the late Middle or at least early Upper Paleolithic. The stratigraphic relationship between AGT1 and the midden deposit would suggest significant cave opening not long before the Neolithic occupation ca. 5000 BP.

PALYNOLOGY (L. M.)

Goldra Cave is located on a hilltop presently vegetated with dense matorral including abundant scrub oaks. The palynological analysis presented here was done primarily to ascertain the possible effects of human activities on the vegetation of the area and region around the site. Samples numbered P1–P7 from bottom to top were taken by Straus from the stratigraphic section in square A1. Samples P2–4 correspond to the Middle Neolithic archeological deposit, dated to 3780 ± 370 cal. B.C. Sample P1 predates the human occupation of the cave, whereas samples P5 came from a lens of rodent bones deposited by raptorial birds and P6–7 came from the upper silty clay horizon containing more recent (but indeterminate) archeological materials.

The samples were successively processed in hydrochloric acid, hydrofluoric acid and potassium. The residue was concentrated by centrifugation in zinc chloride. The results of the analysis are presented in the form of a standard pollen diagram (Figure 10). The quantities of pollen per taxon are shown as percentages of the total of all pollens and spores per sample. In the center of the diagram, the relative frequencies of arboreal (AP) and nonarboreal (NAP) pollens are summarized.

The diagram shows the constant presence of Liguliflorae in percentages never below 50 % from the bottom to the top of the sequence. There are increases in Ericaceae and in fern spores beginning in Sample P5. Arboreal taxa are few in number; oaks and pines, the major trees are only

poorly represented palynologically.

The absence of oak and pine among the wood charcoal samples from Goldra (see below), despite their palynological representation, would suggest that these trees were present in the region, while not necessarily in the immediate vicinity of the cave. The abundance of Cichoriaceae is of particular interest. The uppermost sample (P7), from a level with relatively recent archeological materials, gives an idea of the modern pollen rain. In lieu of a modern botanical inventory of the vegetation of the Goldra area, this sample can provide some background information on the sub-current conditions, characterized by the association of Gramineae, Asteroideae and Ericaceae. Although the coexistence of Cichoriaceae with these plants is normal, their extremely high frequency ($\leq 80\%$) poses an interpretative problem. According to the studies of modern pollination by Bottema (1975), such a high frequency cannot be just the result of local pollen rain, but is rather the product of contamination by insects. This may be the explanation for the high percentages of these pollens throughout the Goldra sequence.

Thus the interpretation of the Goldra pollen spectra should not take the Cichoriaceae into account when calculating the pollen totals and percentages. When these pollens are excluded (as was not done in the diagram), the AP/NAP ratio changes significantly for Sample 1, becoming greater than 50%. However the percentage of non-arboreal pollens is always greater than that of the arboreal pollens in the other samples. Those samples, from the Middle Neolithic and more recently, evoke a more open vegetation with many Gramineae, Asteroideae, and, in recent times, Ericaceae.

These data and the presence of plants that selectively grow in debris and trash heaps (*Plantago*, *Artemisia*, *Rumex*) such as those associated with agriculture, animal husbandry and human habitation, all indicate that the people of Goldra had a significant effect on the area's environment beginning at least in Middle Neolithic times. The existence of cultivated fields is perceptible in Samples P2, 3 & 4 in which the percentage of arboreal pollens decreases; *Plantago* and Chenopodiaceae are present, and, in P3, there is a cereal pollen grain. It is possible to hypothesize that in Neolithic times, as in the present, the agricultural fields were on the coastal plain and in the Loulé valley right below Goldra to the south and north respectively. Ovicaprine pasturing would have been concentrated on the steep, rocky slopes of the Goldra hill itself. The presence of poorly disseminated cereal pollen in the cave gives a hint of the relative importance of agriculture on the plain, about 250 m below.

There is a major change in the vegetation in Sample 5 (from the archeologically sterile rodent bone lense): a significant increase in fern spores (33%). The absence of anthropogenic materials means that people were not bringing ferns into the cave, but this change suggests the initial revegetation of abandoned fields by ferns. It is impossible to tell from this isolated spectrum whether this was a regional or purely local phenomenon. Heaths grew in importance later, with the increase in Ericaceae in Samples P6-7, suggesting degradation of the vegetal cover as a result of increased pasturing in more recent times.

This palynological study at Goldra is the first to be done in the Algarve. The only extant comparative were done on samples far removed in space from Goldra: in lagoons at Carvalhal and Albufeira on the open Atlantic southwest coast of Portuguese Estremadura (Mateus 1985; Queiroz 1985) and in the lower Tagus valley of Ribatejo (Van Leeuwen and Janssen 1985). These spectra also show the increase in Ericaceae as a result of anthropogenic factors beginning as early as 6580 BP. However, the distance of these sites from Goldra, as well as the lack of palynological data from the region of southern Spain adjacent to the Algarve, make it impossible to do any further comparisons at this time.

WOOD CHARCOAL (J-L. V.)

Slightly more than 200 fragments of wood charcoal were collected from the Neolithic horizon in the collapsed cave of Goldra, dated to 4990±320 BP (3780±370 cal. BC) (SMU-2197). They come from squares A1 and A2:

Sample 1: A1. -150 to -175 cm.

Sample 2: A2. -150 to -180 cm.

Sample 3: A2. -180 to -190 cm.

Sample 3 corresponds closely to pollen spectra P2 and P3 in the analysis of L. Marambat and Sample 2 corresponds to pollen spectrum P4, while charcoal Sample 1 can be considered essentially contemporaneous with the other two.

The wood charcoals were freshly broken in the lab and identified under reflecting microscope. The results are given in Table 1.

Table 1: Goldra Wood Charcoal Identifications

SAMPLE 1		
TAXON	NUMBER OF FRAGMENTS	PERCENTAGE
Quercus ilex	16	21
Juniperus sp.	15	20
Olea europaea	21	27
Olea europaea var. oleaster	7	9
Quercus suber	1	1
Leguminosae indet.	2	3
Pistacia lentiscus	1	1
Ramnus or Phillyrea	2	3
Phillyrea sp.	1	1
Pistacia sp.	2	3
Indeterminate	9	11
TOTAL	77	100%
SAMPLE 2		
Quercus ilex	14	18
Quercus suber	8	10
Olea europaea	36	45
Olea europaea var. oleaster	3	4
Arbutus unedo	1	1
Juniperus sp.	7	9
Pistacia lentiscus	2	2
Phillyrea sp.	3	4
Rhamnus or Phillyrea	1	1
Pinus sp. (cone scales)	2	2
Other leafy trees	3	4
TOTAL	80	100%
SAMPLE 3		
Juniperus	9	19
Olea europaea	27	56
Quercus ilex	7	15
Olea europaea var. oleaster	1	2
Rhamnus or Phillyrea	2	3
Other leafy trees	3	5
TOTAL	49	100%
GRAND TOTAL	206	

The data deserve a few preliminary comments, particularly given the present scarcity of other paleoethnobotanical analyses from Portugal. Despite the small total number of charcoal fragments recovered from this limited excavation — too small for quantitative analysis — it is apparent that the samples are quite homogeneous in terms of their basic taxonomic composition.

The charcoal assemblages from Goldra are consistent with a local mid-Holocene vegetation made up of taxa typical of the thermomediterranean life zone, specifically the Querco-lentiscetum community. The samples of *Olea europaea* (olive) can almost all be attributed to the wild variety. However, the identification criteria are based solely on growth characteristics. In fact, studies of modern wild olives have found that they grow slowly in comparison to the cultivated variety, which generally has growth rings wider than 1 mm.

Although this trait is not absolute, we have every reason to believe that most of the Goldra olives were wild.

The presence of two species of oaks (*Quercus ilex* and *Q. suber*) suggests the existence of oak groves in the cave vicinity, but it is difficult to estimate the proportion of forest cover in the environment surrounding the site. The small size of the samples and the lack of a long, stratified series prevent an accurate assessment of the structure of the vegetation — particularly the relative proportions of forest and matorral. Nonetheless we can hypothesize the existence of an already fairly open local vegetation, given the numerical importance of matorral taxa. This can be expressed as the ratio of numbers of matorral taxa (*Olea*, *Juniperus*, *Pistacia lentiscus*, *Pistacia* sp., *Phillyrea*, *Rhamnus/Phillyrea*, *Pinus*, *Leguminosae* indet.) to the total number of taxa per sample:

Sample 1=6/8; Sample 2=7/9; Sample 3=3/4.

The pollen analysis is in agreement with this interpretation; it suggests a slightly wooded environment dominated by herbaceous plants, with palynological traces of mesophile trees (such as *Corylus* and *Abies*, the latter only present in the upper levels, which were lacking in charcoal). Otherwise, the list of arboreal taxa represented in the pollen spectra is very similar to the list of taxa represented by charcoal in the same levels of the site: *Pinus*, *Quercus ilex*, *Phillyrea*, *Pistacia*. For these levels, deciduous *Quercus*, *Corylus*, *Alnus*, *Viburnum*, *Buxus* and *Ligustrum* are only present in the pollen spectra, while *Olea*, *Quercus suber*., *Arbustus unedo* and *Juniperus* are only represented in the charcoal samples. It is surprising to find that the taxa represented by pollen, but not by charcoal fragments (e.g., pine), are those that pertain to the natural mesophile communities of this region. These pollens were thus probably transported from some distance, and were not significant elements of the local Neolithic vegetation around Goldra Cave. On the other hand, the charcoal samples are suggestive of a thermomediterranean matorral with *Olea*, *Pistacia* and *Phillyrea* in the vicinity of the site. Recent wood charcoal studies done in the thermomediterranean biome of the Iberian Peninsula (Vernet et al. 1983; Badal et al. n.d.) have shown that the period around 6000 BP was one of change in the structure of regional vegetative communities. The early Holocene had been a period of well developed arboreal cover, especially characterized by woods dominated by *Quercus ilex*, as well as deciduous oaks (*Quercus faginea*). This humid, wooded period still included some mesophile taxa and especially microthermal ones such as *Pinus nigra*, a supra mediterranean tree. Then, around 6000 BP, in Cova de l'Or (coastal Valencia) and probably in other sites, there was expansion of Aleppo pine and recession of large forest communities. At the same time, *Olea europaea* var. *sylvestris* (wild olive) attains its maximum densities. (Two charcoal fragments of *Olea europaea* were also identified from the Middle Neolithic deposit in Igrejinha dos Soidos Cave, inland of Goldra).

In conclusion, the wood charcoal samples indicate that the Middle Neolithic occupation of Goldra Gave existed in the context of an environment that had already been heavily deforested, probably for about a millennium.

FAUNAL REMAINS (J.A.)

The test excavation in Goldra Cave yielded 37 identifiable mammalian remains from the Neolithic cultural layer (28 of ungulates, 7 of a carnivore and 1 of a lagomorph). In addition there

are 3 identifiable bird remains. All these finds are listed in Table 2:

All the mammalian bones are fragmented, except the ulna and one of the radii of *Sus*, but even these lack their epiphyses, which were not yet fused. Because all the *Sus* remains are of young individuals (one less than 9 months old and the other less than 3 years old), it is impossible to determine whether these are wild boars (*Sus scrofa*) or domesticated pigs (*S. domesticus*). It is likewise impossible to distinguish between domesticated goat and sheep from the ovicaprine remains present at Goldra. The individual in question was about 2.5 years old when killed. The cow was an adult.

The dog mandible is of an adult, whose carnassial (M_1) measures 20,5 mm long by 8.0 mm wide. The scapula yields the following measurements:

Maximum length of the articular process:	21,5 mm
Minimum length of the neck:	18,4 mm
Length of the articular surface:	19,9 mm
Width of the articular surface:	13,7 mm

It belonged to a different dog of small size, but within the range of the small Neolithic dogs from such sites as Burgäschisee Süd (Boessneck et al. 1963). The discs of the dog vertebrae are not fused. Thus they belonged to at least one young individual. Since it is probable that the carnassial was from a dog larger than the one represented by the scapula, there is probably a minimum of three dogs in the sample of remains from Goldra.

It is striking that, if the pigs are indeed domesticates, there would be no wild, hunted animals in the admittedly small sample of mammalian remains from this Middle Neolithic site, suggesting that the subsistence economy had become heavily dependent on domesticated resources by this period in the Algarve. The data are too few to permit speculation about the economic significance of the young age of the slaughtered sheep/goat and possible pigs or the adult age of the cow. It is certainly conceivable that the former animals (and at least one of the dogs) were killed as food early in their life, whereas the cow was kept alive for breeding or milk. As for the birds, the red-legged partridge (*Alectoris rufa*) and three species of wild pigeons (*Columba livia*, *C. oenas*, *C. palumbus*) are native to southern Iberia — the latter two at least in winter (Peterson et al. 1982). Whether the birds were caught by hominids or by raptors or other carnivores cannot be determined, although the former hypothesis seems likely given the context of the finds.

Although scanty, these faunal remains provide a valuable glimpse of the animal subsistence base of Neolithic people in southern Iberia around 5000 years ago.

TABLE 2: MAMMALIAN & AVIAN REMAINS FROM GOLDRA

MAMMALIA

- Bos taurus*: NISP=7, MNI=1
 - 1 maxilla, 3 femur diaphyses, 3 ribs
- Capra hircus/Ovis aries*: NISP=3, MNI=1
 - 2 maxillary fragments, 1 metacarpal diaphysis
- Sus* sp.: NISP=18, MNI=2
 - 2 cranial fragments, 1 mandible, 3 lower teeth, 4 vertebrae, 1 scapula, 1 humerus,
 - 2 radii, 1 ulna, 2 metapodials, 1 phalanx
- Canis familiaris*: NISP=7, MNI= 2 or 3
 - 1 mandible, 5 vertbrae, 1 scapula
- Oryctolagus cuniculus*: NISP=2, MNI=1
 - 1 maxilla, 1 distal tibia

AVES

- Columba* sp.: NISP=2, MNI=1
 - 1 proximal humerus, 1 distal humerus

Alectoris rufa: NISP=1, MNI=1
1 distal tibia

HUMAN REMAINS (J. R. S.)

The skeletal remains from the Neolithic layer in Goldra cave were solid and well-preserved though very incomplete. They had been stained a light brown color by exposure to the soil, and displayed a number of fresh fractures produced at the time of recovery. The bones had been firmly imbedded in a particularly hard and resistant matrix, and the identifiable remains are listed in Table 3. The remains were not found in anatomical connection (although some of the vertebrae were clustered) and seem to have been scattered in the midden fill like the faunal remains and other trash. The mixture of bones from different individuals would argue against deliberate entombment; a more casual burial procedure would seem to be the case.

Square A1 (150-170 cm. below surface) yielded remains of as many as four individuals. Individual N° 1 is represented by 10 virtually complete vertebrae; cervicals 3-7, thoracics 1-3 and 12. The remaining material was very fragmentary; 22 rib. fragments, 5 skull vault fragments, clavicles, 12 hand and foot bones, an incomplete femoral or humeral head, the manubrium, a proximal right ulna, a distal ulna and part of the shaft, and a fibular shaft. All bones were relatively small. The femoral or humeral head was too incomplete to measure. Based solely on size, it is likely that this person was female. The vertebral bodies all show rounded contours on their superior and inferior margins. All long and short bones show complete epiphyseal fusion. But there is a trace of epiphyseal line on the first three thoracic vertebrae, and some «pinching» of the body of the 12th thoracic. These factors are all consistent with the person having just achieved skeletal maturity, and is thus probably between about 20 and 25 years. The individual was in reasonably good health and there is no evidence to suggest the cause of death. Stature could not be estimated from the remains available.

Individual N° 2 is a «juvenile». There is a clavicular fragment which is demonstrably not a part of the clavicle fragments noted above in the adult female remains. Two metatarsal shafts, a phalanx and a damaged metacarpal shaft lack their epiphyses. About all that can be said with assurance is that the individual was under the age of 18, but judging from size. It may be a younger teenager.

Individual N° 3 is represented by a mandible and several axial and limb bones. The mandible is complete, save for the freshly fractured right ascending ramus: all adult teeth have erupted. A fragmentary first cervical vertebra articulated well with a complete second. There were 10 rib fragments, a proximal humerus, proximal ulna and distal radius, all from the right side. A left calcaneus was anteriorly imbedded in hard matrix, and part of the left scapula was present. A proximal thumb phalanx, an almost complete metacarpal (both lacking epiphyses) and the central portion of a hand phalanx completed the human remains. The vertical diameter of the humeral head measured 37.5 mm, within the female range for modern European populations (Olivier 1969) and the chin is quite pointed, also a female trait. Only the hand epiphyses were unfused. All of the mandibular teeth present are quite worn with major exposure of dentin on the first molars. The incisors were worn about one-fourth of the way through the crowns, and alveolar recession has exposed about half the length of the first molar roots. The margins of the articular surface of the calcaneus were sharp, but there was no ostophytic development on any of the articular surfaces. These all suggest an age of probably not more than 30 years. The hand epiphyses should fuse at about the age of 17 (Bass 1987) and the arm bones slightly later. The fact that the third molar is in occlusion and worn suggests that the hand bones are from a younger person. The duplication of the proximal ulnae in this person and the one represented by Individual N° 1 is conclusive evidence that these fragments represent two individuals, while the hand bones are probably from still another person, probably under 18 years (Individual N° 2). The stature of Individual N° 3 could not be confidently estimated from these remains.

Matrix was carefully removed from the mandible and teeth. One caries had completely

destroyed dentin of the second left premolar, leaving only an enamel shell on the lingual and distal sides. No abscess was present, but had she lived, one would probably have developed shortly. Such a major destruction of the tooth should have been most painful. Occlusal wear and alveolar recession, as noted above, were also present. The odontoid process and its associated articular surface on the first vertebra both showed osteophyte development, and the superior and inferior margins of the vertebral bodies both hinted at incipient osteophyte growth.

Individual N^o 4 is represented by only a clavicle fragment and a vertebral body. This body was not yet fused to the arches, making the age less than 6 years (Bass 1987).

Square A2 (180-190 cm below surface) produced remains of another three individuals. Individual N^o 5 is represented by a lower (probably 12th) thoracic vertebra, a piece of neural arch of a cervical vertebra, the lower shaft and distal end of the right fibula, the distal end of the left fibula, a complete right clavicle and the acromial end of the left clavicle. Since the one clavicle fragment is much smaller than the complete clavicle, another individual may be represented. However, some asymmetry between clavicles has been recorded, and without fuller representation of the skeleton, a more far-reaching asymmetry cannot be documented. There were also 3 incisors, a canine and 2 premolars, 8 rib fragments and 10 hand and foot bones, all adult in size. A separate bag contained four fragments of long bones, 1 thick piece of skull vault, 11 more hand and foot bones, and 3 teeth (all with some occlusal wear).

The bones are of an adult and the size of the teeth is consistent with a male, suggesting that all these additional remains could also pertain to Individual N^o 5. The complete clavicle measures ca. 150 mm in length, typical for males (Olivier 1969). The size of the thoracic vertebra and muscle markings on the fibula are also of sizes consistent with males. The medial end of the clavicle is unfused. Other epiphyses are complete, including those of the vertebra. All of the loose teeth show some occlusal wear, but not as great as the female adults. These suggest an age close to 25 years. No bone was sufficiently complete for estimation of stature. The margins of the superior and inferior articular surfaces of the thoracic vertebra show hints of sharoness. This would signal the onset of ossification of Sharpie's fibers, too small to score, but indicating that this young adult had engaged in some stressful activity.

Individual N^o 6 is represented by a part of an immature occipital including the right condyle and a portion of the foramen magnum. This fragment was not fused to the basilar portion, though the squama is fused. The latter event takes place in the third year, and the former in the 4th or 5th year. Hence, this fragment belongs to an individual of less than 5 years (Bass 1987). There are also a 12th rib fragment, a sternal segment, 2 vertebral bodies, one proximal right ulna with part of the shaft and one proximal right radius with part of its shaft. Determination of the sex of young children is difficult. However, in this case, the sciatic notch is so narrow and the auricular surface so recessed, that it is likely that this individual is male (Weaver 1980). Lack of fusion of the arches to the vertebral bodies would indicate an age of less than 6 years (Bass 1987). The estimated length of the ulna would yield an age over 4 years (Johnston 1962), so all these bones could be from the same child as the occipital.

Individual n^o 7 is apparently represented by a left femur with both epiphyses, a left patella, a proximal tibial epiphysis, a left ilium, a left pubis, 24 rib fragments, 5 vertebrae and coccyx, clavicle fragments, foot bones, cranial fragments and an incisor. The femoral shaft measures 25.3 cm, which would correspond to an age of about 7 years on Stewart's (1968) chart, and beyond 6 according to Johnston's tables (1962). Total length of about 28 cm with epiphyses approximated, corresponds to age 6, as determined radiographically for males by Anderson et al. (1964). The one lumbar vertebra shows recent fusion of the neural arch to the body, which is consistent with an age of six or slightly above. The bulk of the bones also appear to be an immature skeleton. The 3 thoracic vertebrae, all with fused arches, lack the epiphyseal plates. The pubis is unfused, missing the ascending ramus. The fragment of the iliac blade appears not to have had its epiphysis fused. The ribs could also be from this person, as could be 2 foot bones, 2 pieces of skull vault, the first coccygeal vertebra and the left patella. Although nothing is truly diagnostic, the shortness of the horizontal pubic ramus would be consistent with a male. Fairly recent fusion of the vertebral arches may suggest an age slightly beyond 6 years. The incomplete incisal root would be consistent with this age. Finally, a lower premolar could belong to any one of the adults.

The minimum number of individuals can be summarized as follows: Square A1 (150-170 cm) produced A) a young adult female 20-25 years, B) a juvenile under the age of 18, C) a second young adult female in her 20s, D) a child of less than 6 years, and E) a juvenile under 18. Since B and E cannot be shown to be different individuals, the count stands at four individuals:

1. Female 20-25
2. Juvenile, probably under the age of 18
3. Female in her 20s
4. Child, about 5 years.

Square A2 (180-190 cm) produced A) a young adult male, just under 25 years, B) a child of 4-5 years, C) a child 6+, D) a child about 7, E) an adult, possibly male. Neither A and E nor C and D can be separated on any justifiable grounds. Thus, the count would seem to be:

5. Male, ca. 25
6. A child under 5
7. A child 6-7 years old.

Consequently, the excavation at Goldra seems to have produced fragmentary but compelling evidence for the presence of 7 individuals; two females and one male, all in their 20s, an adolescent probably under 13, and three children, one 6-7, a second about 5 and a third less than 5. Individuals 4 and 6 could be one and the same; their distinction here is based essentially on vertical and horizontal separation of their bones within the archeologically homogeneous midden deposit.

All of the skeletal remains recovered from Goldra weigh approximately 1,000 gm. Since the dry weight of a complete adult human skeleton according to Trotter (Krogman and Iscan 1986) is about 4,500 gm, it can be seen that the 7 individuals from Goldra together bulk about 1/4 of one complete skeleton. This is one way of expressing the incompleteness of these remains and the fact that pristine burials are not represented. However one looks at these bones, it is evident that none of these individuals is well represented. In view of their incompleteness, conclusions must be somewhat limited.

Nonetheless, one fact stands out: none of these individuals can be said to be past his or her prime. All three adults are in their 20s, a juvenile is probably under 18, and the three children under 7. While 7 skeletons cannot surely present a reliable demographic picture, it hints that Neolithic lifespans in this region were not lengthy. Yet, the skeletons provide no clue as to the reasons for their deaths. Indeed, the individuals appear to have been in robust health. It may well be that the causes of death would have left their mark on some of the missing bones. But valid conclusions can only be drawn from the material that is present, not from that which is absent.

In prehistoric populations, the environment plays a considerable role in growth and survival (Johnston and Zimmer 1989), and one typically sees a mortality peak at about the time of weaning. This would represent the stresses resulting from a change to solid (adult) food, a diet often inadequate to sustain the rapid growth of childhood. As Johansson and Horowitz (1986) show, there are high death rates in the 0-5 year age range for hunting and gathering, transitional and agricultural groups alike. Beyond this hazard lies a more benign and largely risk-free path, as indicated by lower death rates, until the twin challenges of childbirth for females and participation in hunting or intergroup conflict for males, are encountered.

Where low population densities exist, there is insufficient fodder for childhood diseases. One thus expects a higher mortality in the 1-2 year range rather than around age six. However, the adolescent may have just entered the period of reproductive challenge and succumbed before reproducing himself. He and the 3 or 4 children would have made no genetic contribution to subsequent generations. Of these 7 individuals, only the two adults were old enough to have reproduced, but even they were cut off before raising any offspring to maturity. The loss of life so early in adulthood suggests that young children must have had to depend upon their kin for a part of their support.

Another minor point of interest in this skeletal sample is the pathology noted on two of the

adults. The more complete skeleton was that of the female from Square A1 (Individual Nº 3). In addition to considerable tooth wear and alveolar recession, as noted above, one of the teeth had been virtually destroyed by caries. The state of osteophyte formation on the cervical vertebrae is advanced beyond what would be expected for a person of this age, and may have resulted from stresses to the neck, caused by carrying loads on the head. The second paleopathological observation concerns the very beginning of the ossification of Sharpies fibers on the neural arches of the vertebrae of the male from Square A2 (Individual Nº 5). This ossification seems to occur independent of osteophytes on the bodies, and signals that some stresses were already present on this skeleton. However, the precise meaning of both dental and skeletal changes described here must wait for a comparison to others from the same region.

TABLE 3: INVENTORY OF HUMAN REMAINS

Individual	Age(vrs)	Skull	Teeth	Axial	Arms/Legs	Hand/Foot Bones
1. Female	20-25	5 frag	3	10 vertebrae, 22 rib frags, clavicles, manubrium	R ulna frag, R dist. ulna, fibula shaft, femur/humerus head	23
2. Juvenile	18			2 clavicle frags		4
3. Female	20s	mandible		2 vertebrae, 10 rib frags, L scapula frag	L calcaneus, prox. humerus, prox. ulna, dist. radius	3
4. Child	6			clavicle frag, vertebral body		
5. Male	ca. 25	1 frag	9	2 vertebrae, 8 rib frags, clavicle & clavicle frag	R dist. fibula L fibula frag, 4 indet. frags	21
6. Child	4-5	occipital		2 vertebral bodies, 12th rib, sternal segment	prox. R ulna, prox. R radius	
7. Child (male?)	6-7	2 frags	1	5 vertebrae + coccyx, 24 rib frags, clavicle frags, ilium frag, L pubis	L femur, prox. tibia epiphysis, L patella	8

In addition to these remains, separated at the time of excavation, the following human bones were identified by J. Altuna among the mammalian remains sent to him in San Sebastian: 1 rib, 1 phalanx, 1 radius fragment and 3 metapodial fragments.

STABLE ISOTOPES (H. P. S)

It is possible to place some limits on the diet of the Goldra Neolithic humans through isotopic analysis of collagen extracted from the bones. Collagen was extracted following the procedure of Chisholm et al. (1983). The collagen was oxidized *in vacuo* with cupric oxide, and CO₂ and N₂ gases were analysed on a mass spectrometer. The isotopic data on the collagen are as follows:

	$\delta^{13}\text{C}$ (‰, PDB)	$\delta^{15}\text{N}$ (‰, ATM)
Goldra A1 (adult female, 20-25 yrs)	-19.55	8.78
Goldra A2 (adult male, ca. 25 yrs)	-19.27	8.74

These δ -values give the enrichment or depletion in the given isotope with respect to a standard (carbon from PDB calcite; atmospheric nitrogen). The typical reproducibility of the analyses is $\pm 0.2\%$ for both $\delta^{13}\text{C}$ and $\delta^{15}\text{N}$. The results on the two specimens are indistinguishable.

The $\delta^{13}\text{C}$ values are typical of collagen from consumers of either C3 plants, or of the flesh of herbivores who are, in turn, C3 consumers. C3 plants dominant in temperate and sub-arctic terrains. Higher values of $\delta^{13}\text{C}$ would indicate consumption of either marine foods, or C4 plants such as millet or sorghum, neither of which are known to have been cultivated here. Alternately, higher $\delta^{13}\text{C}$ values could have indicated consumption of the flesh of herbivores grazing on C4 grasses, typical of hot, dry climates. Since such grasses are likely to have been prevalent in this region, the dominant flesh-sources was probably a browser rather than a grazer, such as goats.

The $\delta^{15}\text{N}$ values can give us an indication of the source of nitrogen (as protein) in the diet, and could, in principle, distinguish between herbivorous and carnivorous populations. The values obtained that these people were carnivorous and consumed the flesh of herbivores. Higher values would be indicative of either marine or aquatic foods (fish, molluscs). Marine foods apparently did not make up a significant part of the diet of the Goldra population, despite proximity to the coast and presence of shells in the deposit. The result is consistent with our results obtained from central and southern Portugal (Straus 1988; Lubell et al., in prep.), which give essentially identical $\delta^{13}\text{C}$ and $\delta^{15}\text{N}$ to these, for Neolithic populations (e.g., $\delta^{13}\text{C}$: -19.6 and $\delta^{15}\text{N}$: 8.5 at Casa da Moura; ca. 6000 bp), while higher values were obtained for Mesolithic skeletal remains from the same general region, indicating extensive use of marine resources (e.g., $\delta^{13}\text{C}$: -16.4 and $\delta^{15}\text{N}$: 11.8 average values for 5 bones from the shell midden of Moita do Sebastião, ca. 7000 bp) (Lubell et al. 1989). These «Neolithic» and «Mesolithic» $\delta^{13}\text{C}$ and $\delta^{15}\text{N}$ values are consistent with results obtained elsewhere in Europe for agriculturalists and foragers (Schoeninger et al. 1983).

CONCLUSIONS (L. G. S.)

Despite the small size of the excavations, considerable preliminary data on the environments and adaptations of the Middle Neolithic of the Algarve are now available from Soidos and especially Goldra. Indications from pollen and charcoal, as well as from mammalian faunal remains and from the ceramic and lithic artifacts, all point to the facts that humans were by 5000 BP heavily dependent on agriculture and pastoralism and that they were beginning to significantly alter the local environments of the Algarve. This situation had developed relatively rapidly (within perhaps not much more than a millennium) after the initial introduction of domesticates in southwestern Iberia.

Although the small sizes of the samples make generalizations risky, a number of working hypotheses concerning Goldra and Soidos can be put forth at this time, obviously subject to any future research that might be done in these sites.

The thickness and content richness and diversity of the midden deposit in Goldra, as well as the presence of the remains of at least 7 human individuals (all from a 2x1 m test pit!), all tend to indicate that this cave was an important residential site. This would make sense in relation to the ample, good-quality agricultural and pastoral lands in the immediate vicinity of the cave. The abundant remains of foods and fire and the many different types of ceramic, lithic and osseous artifacts in the midden all suggest that a wide variety of activities took place in the cave — not just burials.

The botanical indicators of deforestation indicate an extensive dependence on cultigens and domesticated animals. The presence of cereal pollens in the midden deposit is *prima facie* evidence of cultivation, whereas the pairs of grinding stones are secondary indicators of cereal processing at the site. Presumably many of the diverse forms of well-made ceramic vessels were used for the transport and storage of cereal grains, as well as water. The unretouched flint blades may have been used as reaping knives (or blanks for making them).

That all or most of the large-medium mammal remains are of domesticated species is a clear indication of the importance of food *production* in this region by 5000 BP. However, the presence of marine molluscs, bird and rabbit remains shows that foraging continued to play a role (albeit secondary) in Middle Neolithic diet. However, at least in the area excavated, there are no arrowheads or other apparent elements of hunting equipment, and the only bone tools could have been used in the working of hides from domesticated animals, for example. The stable nitrogen and carbon isotope analyses of bones from two of the humans indicate that diet consisting of C3 plants and herbivores, with an isotopically imperceptible marine component.

Whatever other benefits may have resulted from such a rapid and thorough adoption of food production (e.g., the ability to support a larger population) among people who, at least locally were still «cave-dwellers», there seem to have been some draw-backs, as indicated by their skeletons. There is evidence of early death: none of the 7 individuals lived beyond age 25 and 3 are young children. Causes of death are unknown, but increased sedentism could bring about increased mortality by contagious disease. There does not seem to be evidence of dietary stress in the remains found at Goldra, but one young adult female exhibits considerable dental pathology, typical among cereal-eating populations. The same woman suffered from cervical vertebral pathologies, perhaps the result of carrying heavy loads (e.g., pots of water and/or grain) on

her head. A young adult male also exhibits pathological evidence of vertebral stress. The Middle Neolithic of the Algarve was no more a Garden of Eden than it is for the modern-day peasants in the Serra do Caldeirão (in sharp contrast to the lives of the tourists inhabiting the villas of Goldra or the hotels of Albufeira!).

In contrast to Goldra, the cave of Soidos is located in a mountainous area with more limited agricultural potential than the coastal plain. The Middle Neolithic occupation of the cave seems to have been more limited and ephemeral, perhaps a specialized seasonal camp. Economic data are entirely absent, but it is interesting to note that there are no indications that the cave was used in this time as a hunting location. The Chalcolithic occupation, evidenced both in the cave mouth and rear, may have been somewhat more substantial, although the only indirect economic datum is the presence of one or two cheese strainers, suggesting the presence (at least seasonally) of goat and/or cow herds. It is entirely possible that Soidos served as a herders' camp in both periods, although the possibility of farming, particularly around the major spring at Alte, cannot be ruled out. Nonetheless, by Middle Neolithic times there was already a definite presence of agricultural groups in the mountainous interior of the Algarve. Since these times, humans have continued to eek out an agricultural existence on the poor, generally dry, rocky soils of this part of the region.

It is not unlikely that, in the Neolithic, transhumant pastoral systems were established to take advantage both of the good farming lands along the coast and along the few major streams of the Algarve and of its hill country grazing lands. Not an easy existence, it nonetheless was one that supported substantial populations and the eventual development of a high degree of social complexity, as manifested in such Chalcolithic village settlements and monumental tombs as those of Alcalar. The preliminary excavations at Goldra and Soidos help shed light on the timing, rapidity, nature and completeness of the adaptive transformation in human lifeways that had occurred by 5000 years ago in this remote Atlantic outpost of the Mediterranean world.

In the context of evidence from southern and eastern Spain at around the same period, the pollen and charcoal data from Goldra are suggestive of widespread deforestation by means of fire, perhaps to create grazing land for domesticated livestock (K. Butzer, pers. comm.) Dupré (1988: 124-7) summarizes the evidence from Levante (e.g., Covas de l'Or & Foscoa, Torreblanca, Almenara). At La Cueva del Nacimiento in Jaen, between ca. 7400 and 6000 BP, there is a sharp drop in the arboreal pollen percentage, and the nonarboreal pollen are dominated by composites (Lopez 1982). Menéndez Amor and Florschütz (1964a) show a big decline in arboreal pollen percentages at the top of the Padual (Granada)

core dated to about 5000 BP. Manéndez Amor and Florschütz (1964b) also see evidence of nearly complete deforestation in a bog core near the city of Huelva, about 100 km. east of Faro. Another core from the same Laguna de las Madres bog confirmed rather massive deforestation around 4500 BP, associated with the fire-indicator plant *Halimium*, as well with possible cultivation of grapevine, which is well represented palynologically (Stevenson 1985). The neolithization process in southern Iberia included a phase of extensive fire clearance, perhaps largely to provide pasture, although some cereal agriculture was practiced. The exact mix of pastoral and agricultural activities and diets remains to be determined in detail for these regions, which is why the Goldra stable isotope data are of interest. The ecological consequences of deforestation were severe and long-lasting, resulting in the ubiquitous matorral vegetation communities of this and other Mediterranean regions, although local reforestations did occur at times.

Finally, in terms of the original reason for doing exploratory research in the Algarve, the travertine dates clearly show that Goldra could not have been occupied in Upper Paleolithic. In several other caves we excavated, both in the Algarve and in other regions of southern Portugal, the earliest human occupations occurred in post-Paleolithic times (Neolithic or Calcolithic). In some cases this was because the caves had not yet been opened to the surface enough to permit habitation. But in others, this phenomenon may be an indication of significantly lower human Upper Paleolithic population density in areas of Portugal outside the favored parts of Estremadura (e.g., Rio Maior) (see Zilhão 1990) than in subsequent periods. It might also suggest that Upper Paleolithic landuse was concentrated on the now-flooded continental shelf of southern Portugal.

ACKNOWLEDGEMENTS

Archeological discovery, geological mapping and considerable advise in the study of Goldra and Soidos were generously provided by J-A. Crispim, who drew the site maps. The excavation permits (from the Instituto Português do Património Cultural, F. Real Director), logistical help, ceramic and mollusc identifications were provided by J. Arnaud. B. J. Vierra and P. Fonseca were essential participants in the fieldwork directed by LGS. In addition, Vierra provided considerable expertise in the artifact analyses and Fonseca did the original artifact drawings (redrawn by C. Meneses and A. Wilmer). The radiocarbon date was obtained by H. Haas of Southern Methodist University. The research was funded by grants from the College of Arts and Sciences of the University of New Mexico and from the L.S.B. Leakey Foundation and National Geographic Society. Our sincere thanks go to one and all for their collaboration. LGS wishes to acknowledge constructive criticism by Karl Butzer.

REFERENCES

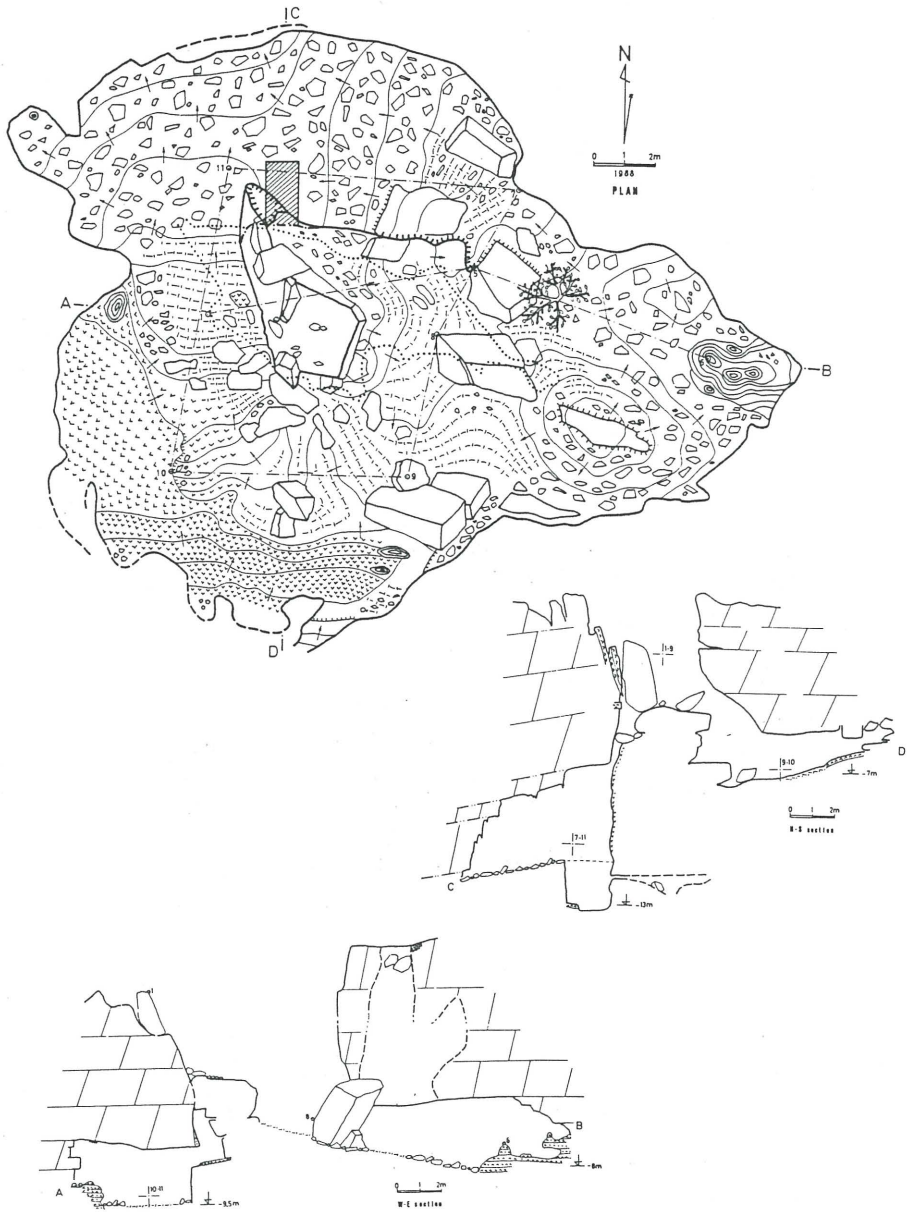
- ANDERSON, M., Messner, M.B. & Green, W. T. (1964). Distribution of lengths of the normal femur and tibia in children from one to eighteen years of age. *Journal of Bone and Joint Surgery* 46A, 1197-1202.
- ARNAUD, J. (1982). Le Néolithique ancien et le processus de néolithisation au Portugal. In (R. Montjardin, Ed.) *Le Néolithique Ancien Méditerranéen*, pp. 29-48. Archéologie en Languedoc.
- BADAL, E., BERNABEU, J., FUMANAL, M.P. & Dupré, M. (n.d.). Secuencia cultural y paleoambiente en el yacimiento neolítico de la Cova de les Cendres (Moraira-Teulada, Alicante). *Segunda Reunion del Cuaternario Ibérico*, Madrid, (in press).
- BASS, W. M. (1987). *Human Osteology*, 3rd edition. Columbia, Mo.: Special Publication Nº 2 of the Missouri Archaeological Society.
- BOESSNECK, J., JÁQUIER, J & Stampfi, H. (1963). Seeberg Burgäschisse Süd. Teil. Die tierreste. *Acta Bernensia* 2, 1-215.
- BOTTEMA, S. (1975). The interpretation of pollen spectra from prehistoric settlements (with special attention to liguliflorae). *Palaeohistoria* 17, 17-35.
- CHISHOLM, B.S., NELSON, D.E., HODSON, K., SCHWARCZ, H.P. & KNYF, M. (1983). Carbon isotope measurement techniques for bone collagen. *Journal of Archaeological Science* 10, 355-360.
- DUPRÉ, M. (1988). *Palinología y Paleoambiente*. Valencia: Servicio de Investigación Prehistórica.
- JOHANSSON, S.R. & HOROWITZ, S. (1986). Estimating mortality in skeletal populations: Influence of the growth rate on interpretation of levels and trends during the transition to agriculture. *American Journal of Physical Anthropology*, 71, 223-250.
- JOHNSTON, F.E. (1962). Growth of the long bones of infants and young children at Indian Knoll. *American Journal of Physical Anthropology*, 20, 249-254.
- JOHNSTON, F.E. & ZIMMER, O. (1989). Assessment of growth and age in the immature skeleton. In (Mehmet Yasar Isac & K.A.R. Kennedy, Eds.) *Reconstruction of Life from the Skeleton*. New York: Alan R. Liss, pp. 11-21.
- KALB, P. (1989). O megalitismo e a neolitização no oeste da Península Ibérica. *Arqueologia* 20, 33-48.
- KROGMAN, W.M. & ISCAN, M.Y. (1986). *The Human Skeleton in Forensic Medicine*, 2nd edition. Springfield: Charles C. Thomas.
- KUNST, M. (1987). *Zambujal. Glockenbecher und Kerbblattverzierte Keramik aus den Grabungen 1964 bis 1973*. Madrider Beiträge 5, Teil 2, Mainz.
- LEEUWAARDEN VAN, W & JANSSEN, C.R. (1985). A preliminary palynological study of peat deposits near an oppidum in the lower Tagus, Portugal. *I Reunião do Quaternário Ibérico*, Lisboa, vol. 2, pp. 225-236.
- LEISNER, V. (1965). *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter.
- LEWTHWAITE, (1986). From Menton to Mondego in three steps. *Arqueologia*, 20, 95-119.
- LOPEZ, P. (1982). Diagrama Polínico del yacimiento de la Cueva del Nacimiento. In *Le Néolithique Ancien Méditerranéen*. Montpellier: Fédération Archéologique de l'Herault, pp. 250-251.
- LUBELL, D., JACKES, M., SCHWARCZ, H.P. & MEIKLEJOHN, C. (1989). Archaeology and human biology of the Mesolithic-Neolithic transition in southern Portugal. In

- (C. Bonsall, Ed.) *The Mesolithic in Europe*. Edinburgh: John Donald, pp. 632-640.
- LUBELL, D.R., JACKES, M., SCHWARCZ, H.P. & KNYF, M. (in prep.). The Mesolithic-Neolithic transition in Portugal: Isotopic and pathological evidence of diet.
- MATEUS, J.E. (1985). The coastal lagoon region near Carvalhal during the Holocene; some geomorphological aspects derived from a paleoecological study at lagoa Travessa. *I Reunião do Quaternário Ibérico*, Lisboa, vol. 2, pp. 237-250.
- MENÉNDEZ Amor, J. & FLORSCHÜTZ, F. (1964a). Results of the preliminary palynological investigation of samples from a 50m boring in southern Spain. *Boletín de la Real Sociedad Española de Historia Natural (Geologia)* 62: 251-255.
- MENÉNDEZ Amor, J. & FLORSCHÜTZ, F. (1964b). Resultados del análisis paleobotánica de una capa de turba en las cercanías de Huelva. *Estudios Geológicos* 20: 183-186.
- OLIVIER, G. (1969). *Practical Anthropology*. Springfield: Charles C. Thomas.
- PETERSON, R., Mountfort & Hollom, P. (1982). *Guía de Campo de las Aves de España y de Europa*. Barcelona: Omega.
- QUEIROZ, P.F. (1985). Dados para a história da vegetação holocénica da região da lagoa de Albufeira. Sumário das conclusões do estudo paleoecológico da estacada. *I Reunião do Quaternário Ibérico*, Lisboa, vol. 2, pp. 251-259.
- SANGMEISTER, E. & SCHUBART, H. (1981). *Zambujal. Die Grabungen 1964 bis 1973*. Madrider Beiträge 5, Teil 1, Mainz.
- SCHOENINGER, M., DENIRO, M & TAUBER, H. (1983). Stable Nitrogen isotope ratios of bone collagen reflect marine and terrestrial components of prehistoric human diet. *Science* 220, 1381-1383.
- SHERRATT, A. (1981), Plough and pastoralism: aspects of the secondary products revolution. In (I. Hodder, G. Isaac & N. Hammond, Eds.) *Pattern of the Past*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 261-305.
- STEVENSON, A. (1985). Studies in the Vegetational history of S.W. Spain. *Journal of Biogeography* 12: 293-314.
- STEWART, T.D. (1979). *Essentials of Forensic Anthropology*. Springfield: Charles C. Thomas.
- STRAUS, L. (1989). New chronometric dates for the prehistory of Portugal. *Arqueologia* 20, 73-76.
- STRAUS, L. (1988). Archeological surveys and excavations in southern Portugal. *Old World Archaeology Newsletter* 12 (3), 13-17.
- STRAUS, L. (n.d.). The «Mesolithic-Neolithic Transition» in Portugal: A view from Vidigal. *Antiquity* (submitted).
- STRAUS, L., ALTUNA, J., JACKES, M. & KUNST, M. (1988). New excavations in Casa da Moura and at the Abrigos de Bocas, Portugal, *Arqueologia* 18, 65-95.
- STRAUS, L., ALTUNA, J. & VIERRA, B. (1990). The concheiro at Vidigal: a contribution to the late Mesolithic of sothern Portugal. In (P. Vermeersch & P. van Peer, Eds.) *Contributions to the Mesolithic in Europe*. Leuven: Katholieke Universiteit, pp. 23-51.
- TAVARES, J. (1989). Novos dados sobre o Neolítico antigo do Sul de Portugal. *Arqueologia* 20, 24-32.
- VERNET, J.L., BADAL-GARCIA, E. & GRAU-ALMERO, E. (1983). La végétation néolithique du sud-est de l'Espagne d'après l'analyse anthracologique. *Comptes-Rendus de l'Académie des Sciences de Paris* 296-III, 669-672.
- WEAVER, D. (1980). Sex differences in the ilia of a know age and sex sample of fetal and infant skeletons. *American Journal of Physical Anthropology*, 52, 191-196.

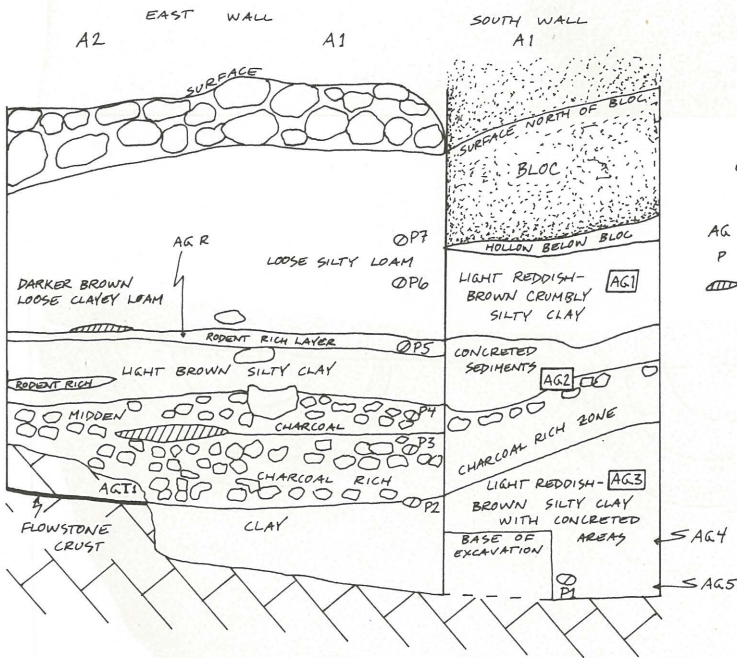
- WHITTLE, E. & ARNAUD, J. (1975). Thermoluminescence dating of Neolithic and Chalcolithic pottery from sites in central Portugal. *Archaeometry* 17, 5-24.
- ZILHÃO, J. (1990). The Portuguese Estremadura at 18000 BP: the Solutrean. In (O. Soffer & C. Gamble, Eds.) *The World at 18000 BP*. London: Unwin Hyman vol. 1, pp. 109-125.
- ZVELEBIL, M. & ROWLY-CONWAY, P. (1986). Foragers and farmers in Atlantic Europe. In (M. Zvelebil, Ed.) *Hunters in Transition*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 67-93.



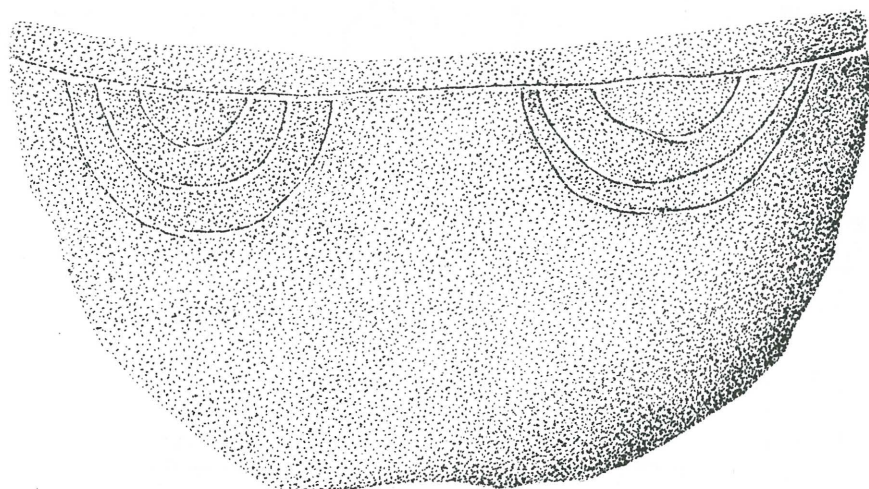
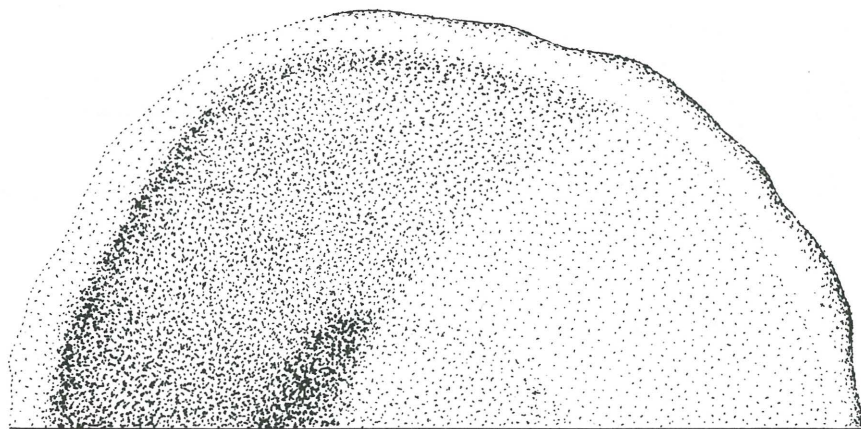
Map of Portugal showing locations of the main excavations of the University of New Mexico Portuguese Prehistory Project, 1987-88. No. 1= Escravelheira; No. 2= Casa da Moura; No. 3= Bocas & Buraca dos Mouros; No. 4= Goldra, Soidos & Rocha da Pena; No. 5= Vidigal.



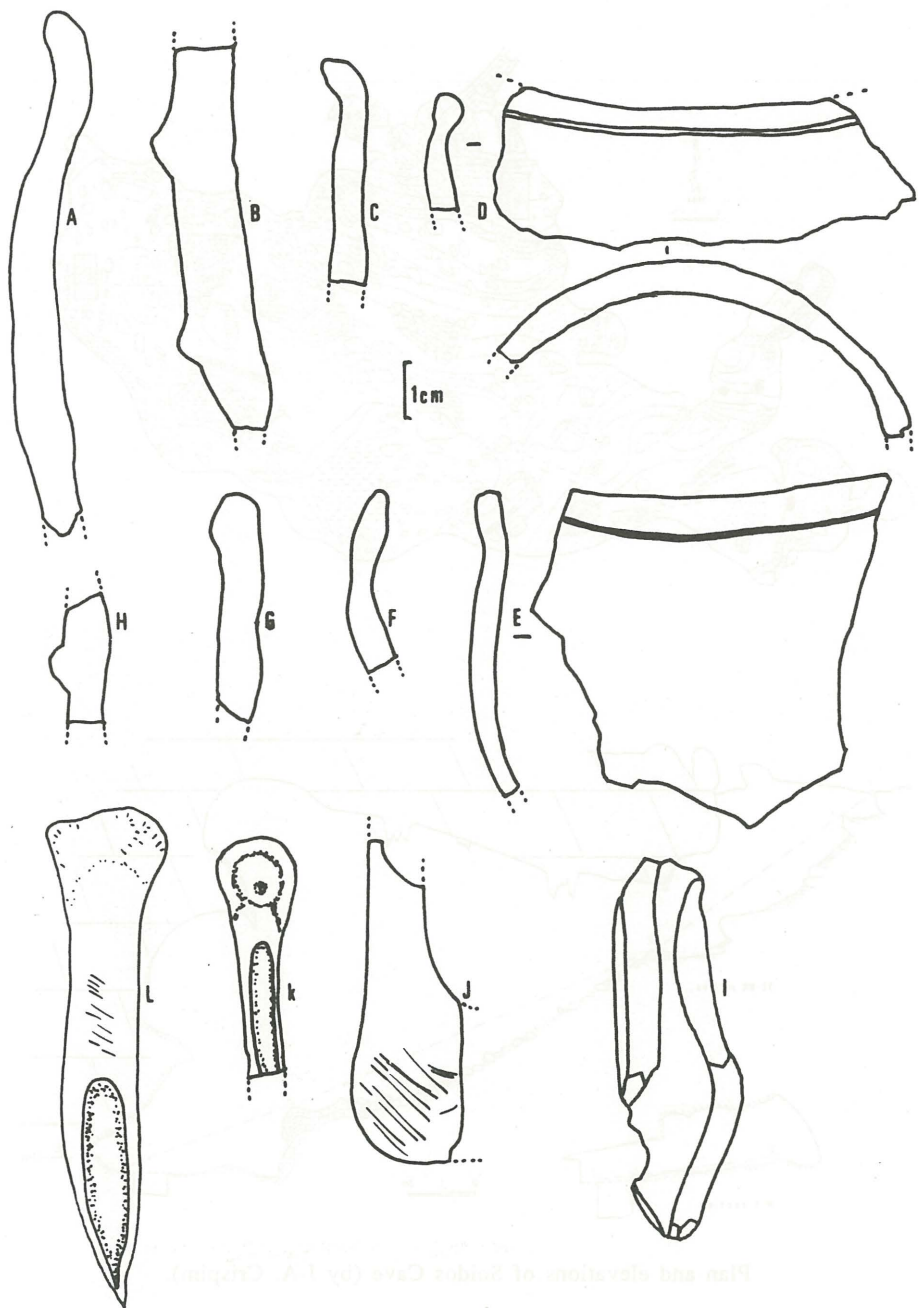
Plan and elevations of Goldra Cave (by J-A. Crispim).



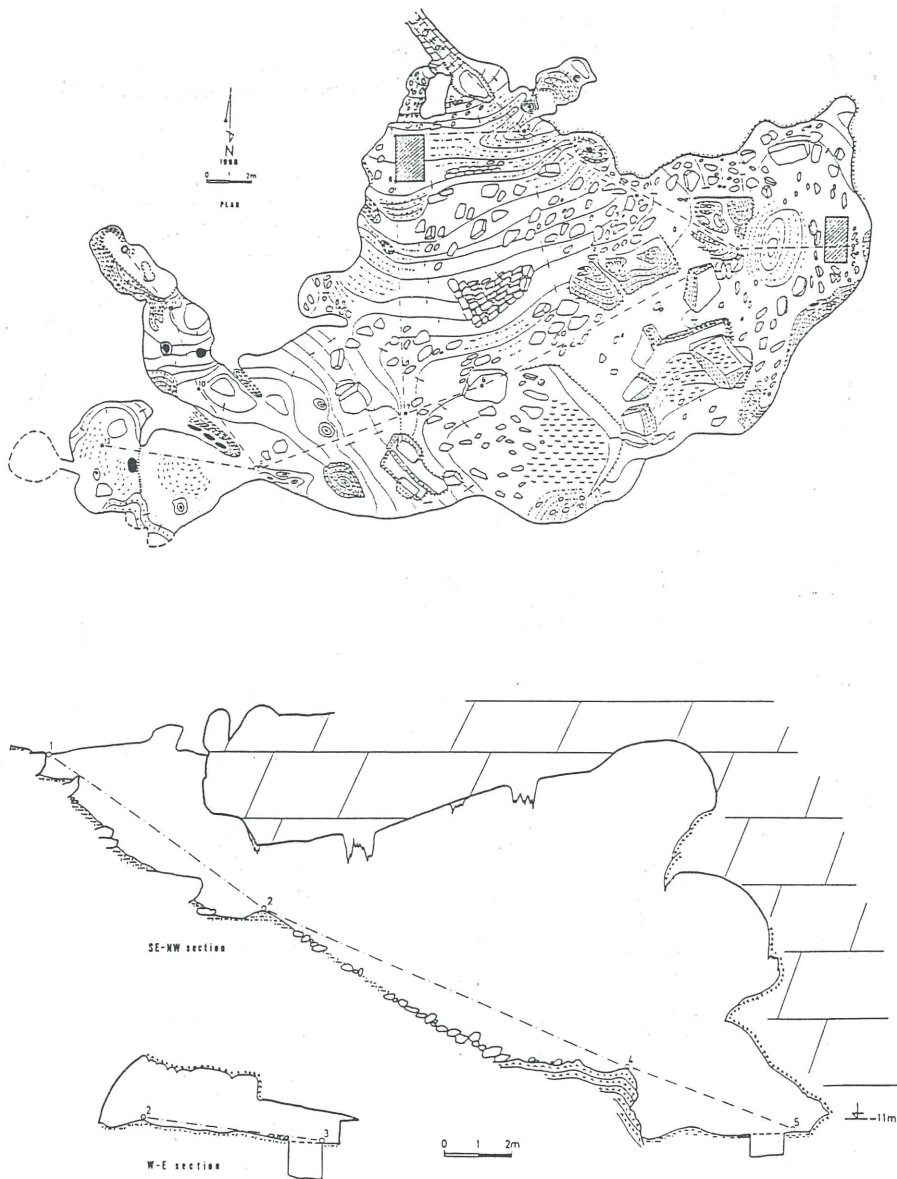
East and South stratigraphic sections of the test trench in Goldra, showing locations of pollen («p») and geological («AG») samples.



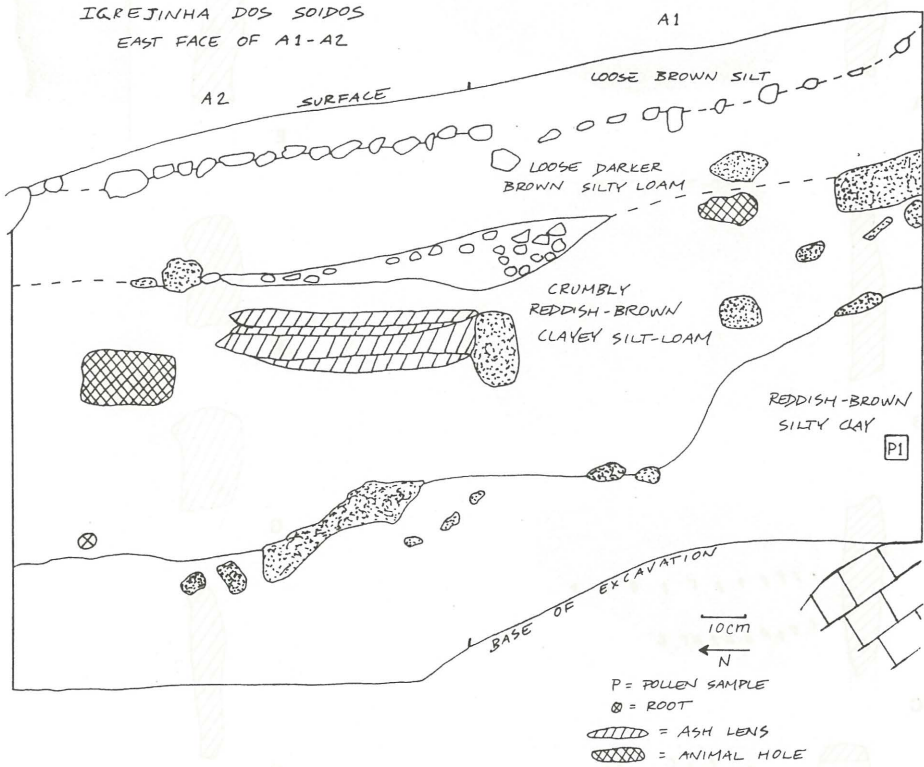
Whole bowl from the Goldra midden layer.



Ceramic, bone and lithic artifacts from the Goldra midden layer.

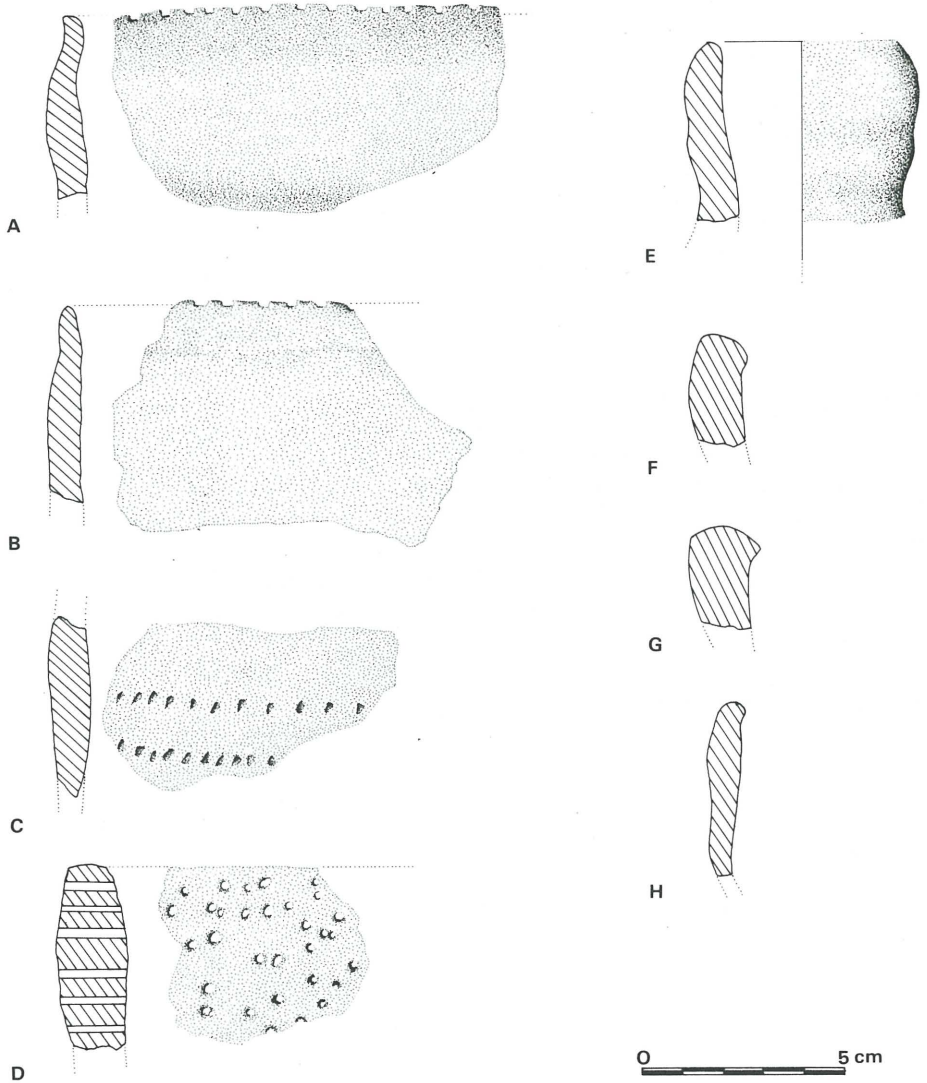


Plan and elevations of Soidos Cave (by J-A. Crispim).

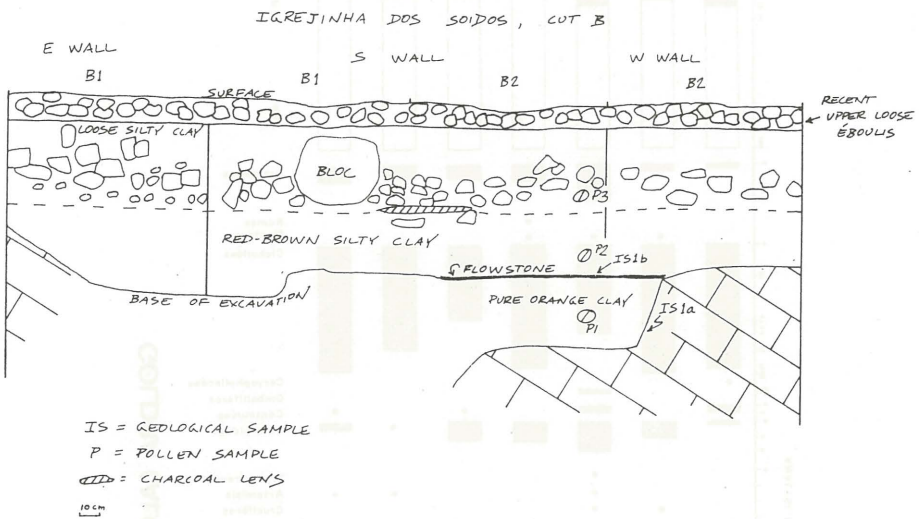


East stratigraphic section of Cut A in Soidos.

Excavation from Cut A & B in Soidos



Ceramics from Cuts A & B in Soidos.



East, South and west stratigraphic sections of the Cut B in Soidos.

NOVAS ESCAVAÇÕES NA MAMOA 1 DE CHÃ DE PARADA – BAIÃO, SERRA DA ABOBOREIRA, 1990

por

Vítor Oliveira Jorge*,
com a colaboração de:
António da Silva Pereira**,
Carla Stockler Nunes***
e José Manuel Varela***

1. INTRODUÇÃO

As primeiras sondagens cientificamente conduzidas neste bem conhecido monumento com dólmen de corredor da Serra da Aboboreira decorreram no verão de 1987, tendo sido dirigidas pelo primeiro signatário e por Ana Bettencourt, actualmente assistente da Universidade do Minho¹. Elas incidiram sobre o enchimento da câmara e corredor e sobre duas áreas da mamoa: uma, mais larga, situada na sua área leste, em frente à entrada do sepulcro, a outra, estreita, em sentido perpendicular à primeira, para sul do dólmen. Embora trazendo contributos que se julga importantes, esses trabalhos não tinham podido definir o contorno original do *tumulus*, sobretudo na sua área oeste, e, por outro lado, aconselhavam a que se praticasse uma escavação em área para norte e para sul da «sanja este», de modo a perceber melhor como se apresentava, aí, a estruturação in-

* Professor da Faculdade de Letras do Porto. Direcção dos trabalhos de campo e preparação do texto e ilustrações para publicação.

** Professor do Ensino Secundário. Colaboração nos trabalhos de campo.

*** Elemento da direcção do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Colaboração nos trabalhos de campo.

¹V. V. O. Jorge e A. M. S. Bettencourt, Sondagens arqueológicas na Mamoa 1 de Chã de Parada (Baião, 1987), *Arqueologia*, vol. 17, Junho 1988, pp. 73-118.

terna do montículo². Foi esse o objectivo dos trabalhos de 1990, que decorreram de 16 a 28 de Julho, prolongando-se pela semana seguinte algumas tarefas de desenho e de cobertura de áreas abertas, num total de c. de 12 dias de trabalho útil. Nele colaboraram, além de dois trabalhadores braçais, estudantes universitários portugueses e espanhóis, e quatro licenciados galegos, cujos nomes é justo destacar, nomeadamente pela sua empenhada colaboração no desenho de cortes e estruturas: Ana Filgueiras Rey, Angel Acuña Piñeiro, Angel Concheiro Coello e Lola Gil Agra. A metodologia usada obedeceu às mesmas regras gerais da de 1987, agora com um maior ênfase nas observações em área. As escavações tiveram o apoio do I.P.P.C.³, da Câmara Municipal de Baião e do Instituto da Juventude⁴, e decorreram no quadro da 13ª campanha do «Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira»⁵. Uma palavra de reconhecimento muito particular para

² Entretanto, em 1989, o S.R.A.Z.N. do I.P.P.C. levou a cabo um certo número de acções neste monumento nacional, que determinaram o facto do corredor se encontrar actualmente coberto de terra (não sendo visível), a câmara estar também cheia de sedimentos até uma altura considerável, apresentando o dólmen, além disso, um montículo de terra encostado à parte posterior da câmara, junto à laje de cabeceira. O primeiro dos signatários já preveniu os responsáveis da Câmara e dos serviços do I.P.P.C. do perigo que correm actualmente as gravuras dos esteios, sobre as quais incidem agora directamente os efeitos das fogueiras que os pastores continuam a acender no interior deste precioso monumento pré-histórico, dado que não foi construído um projectado abrigo de pastores no local. V. V. O. Jorge *et alii*, *Novos elementos sobre o megalitismo da Serra da Aboboreira (Baião), Portugalia*, nova sér., vols. IX-X, 1988/89, Vária (no prelo).

³ Na importância de 100 contos, pagos no fim de Janeiro de 1991.

⁴ Agradece-se aos responsáveis pela Escola C+S de Baião e pela Escola Primária da mesma vila a cedência, mais uma vez, das respectivas instalações para alojamento da equipa, incluindo os responsáveis. Sublinhe-se que é assim (por manifesta falta de meios financeiros) que ficam instalados em Baião todos os participantes do Campo Arqueológico, incluindo técnicos habilitados com os graus de licenciatura e de doutoramento, nomeadamente um professor catedrático e um professor associado da U.P. Uma vez que os transportes da Câmara só podem ser utilizados ao princípio e ao fim do dia, cada elemento da equipa é obrigado a apenas consumir, durante esse lapso de tempo, uma refeição ligeira, que lhe é fornecida logo de manhã. Na Serra, para além de uma pequena barraca de madeira onde se guarda todo o material de trabalho, não existe qualquer outro abrigo. Para obviar às condições de isolamento total — com todos os perigos inerentes — em que se costuma trabalhar, o primeiro signatário viu-se na necessidade de adquirir, obviamente à custa do seu bolso, uma carrinha 4L, verdadeiro pequeno «oásis» na deserta solidão da Serra. Aqui fica dito, para que conste como se trabalha em Arqueologia em Portugal nos inícios da última década do séc. XX. *Foi nestas condições que, desde 1978, as equipas do Campo Arqueológico produziram mais de uma centena de trabalhos científicos publicados.*

Uma palavra de agradecimento, também, ao Arq.^o João Mesquita, da Câmara Municipal de Baião, pelo interesse que tem demonstrado pelas escavações.

⁵ Durante esta campanha, e como tem sucedido em anos anteriores, realizámos, ao serão, visitas de estudo ao Museu Municipal de Baião e projecções comentadas de diapositivos ao ar livre, num caso abertas à população local, mas principalmente dirigidas aos jovens participantes do Campo, por forma a melhor os motivar para a razão de ser dos trabalhos em curso e sua metodologia. Cremos que este esforço pedagógico é importante, dada a presença, nas várias equipas que a cada momento integram o Campo, de numerosos estudantes, que em 1990 foram, na sua maioria, oriundos de várias universidades espanholas. Por essa razão temos também um diaporama sobre Pré-história

o esforço dos nossos jovens colaboradores que, sob condições físicas extremamente penosas, permitiram a obtenção, numa curta campanha, de um acervo importante de informações: basta dizer que foi aberta uma área total de 104 m².

No que toca a localização, descrição e todos os restantes pormenores antes conhecidos sobre este monumento — um dos mais interessantes dólmenes portugueses —, reportamos o leitor para o trabalho publicado em 1988 (nota 1 *supra*). Aqui, iremos ocupar-nos em exclusivo das pesquisas de 1990, e de algumas correcções de pormenor que elas implicam relativamente às nossas conclusões anteriores. Deixamos para os nossos colegas futuros e para os técnicos do I.P.P.C. (estes últimos, evidentemente, com a nossa colaboração) a tarefa de se debruçarem de novo sobre este imóvel, sobre o qual decerto se poderão ainda obter informações mais precisas e, a mais curto prazo, sem dúvida, melhores condições de preservação e apresentação.

As escavações desta vez consistiram na abertura de uma sanja na zona oeste da mamoa, e de dois grandes sectores, um para sul e outro para norte da sanja leste de 1987. Entre o espaço dessa sanja, que tínhamos delimitado com blocos de cimento no fim da primeira campanha (e que agora se encontra completamente coberto com terra), e os novos sectores de escavação deixámos uma

portuguesa, que costumamos mostrar. Apesar da escassez de meios, procura-se realizar, na Aboboreira, muito mais do que um simples conjunto de escavações coincidentes no tempo e sujeitas a uma certa programação comum. Nada há de mais confrangedor, numa investigação deste género, do que a presença de pessoas desmotivadas que, confrontadas com um trabalho de rotina, muitas vezes fisicamente exigente, se sentem rapidamente esmorecer perante o não achamento de peças que, graças à interiorização de uma visão romântica da Arqueologia, é o que insistentemente ansiavam, quem sabe se muitas vezes estimuladas pelos seus próprios professores. De facto, não sem surpresa temos verificado que não só muitos arqueólogos medem o êxito das suas escavações pela quantidade de artefactos que nelas exumam, como o próprio «paradigma artefactual» ainda preside a muitos dos trabalhos efectuados entre nós, consciente ou inconscientemente: o artefacto é considerado, muitas vezes de forma abusiva, como elemento seguro para diagnosticar um «horizonte» ou mesmo uma «cultura», que rapidamente se generaliza a toda uma região de estudo. Esses arqueólogos, quando lerem estas linhas, pensarão que as escrevemos como auto-compensação para os poucos objectos que em regra encontramos nas nossas escavações megalíticas da Aboboreira... mas nem sempre se lembram de que o conjunto de artefactos já exumados, pelas várias equipas, nesta necrópole (alguns ainda inéditos) daria, se concatenado em volume, um já considerável tomo. A visão romântica da Arqueologia atrás referida é também veiculada, e alimentada, pela imprensa, cuja escassez de notícias, em época de férias, é em regra compensada pelo sensacionalismo das escavações, com o qual os arqueólogos colaboram para terem o apetecido quinhão de espaço nos considerados prestigiantes «meios de comunicação social». Criticamente, seria útil que se pensasse: que tem tudo isso a ver com a ciência? Esta não só precisa, mas *tem* de ser divulgada, de forma atraente, porém despidida de sensacionalismo; e a Arqueologia, como investigação científica, só raramente atinge conclusões de facto importantes, e essas, antes de poderem ser divulgadas, têm de ser trabalhadas, às vezes durante meses ou anos, nos cérebros dos cientistas.

estreita área reservada com c. de 10 cm de largura⁷.

2. A SANJA OESTE

Constituída por um rectângulo de 10 x 2 m., corresponde às unidades (quadrados de 2 m. de lado) M7 a Q7 da quadrícula geral. Esta sanja ficou um pouco distanciada da câmara devido ao montículo de terra agora ali existente, e a que fizemos referência na nota 2 *supra*. O facto, aliás, não prejudicou os objectivos da abertura deste sector, cuja finalidade básica era a delimitação da mamoa e do contraforte da câmara pelo lado oeste.

Verificou-se que a couraça pétreia de revestimento terminava aproximadamente na extremidade ocidental do O7, a cerca de 8 m. da laje de cabeceira. Ou seja, apresentava uma extensão muito semelhante àquela que tinha na sanja sul.

Quanto ao contraforte, a sua periferia atingia a metade do N7, com dimensões também muito semelhantes, portanto, às achadas na sanja sul. Por questões de segurança da anta, não foi desmontado, mas tão só desenhado em planta, com apenas o topo representado esquematicamente nos dois cortes laterais desta sanja oeste.

Como em quase todas as mamoas da Aboboreira, a estratigrafia deste sector é essencialmente composta por (1) uma camada superficial, muito humosa e com raízes, que contém a couraça de revestimento, pelas (2) terras subjacentes do montículo, mais compactas, com menor número de raízes, e afectando uma maior heterogeneidade, e por (3) um nível de base anterior à deposição do *tumulus*, por sua vez assente na (4) rocha alterada. Quanto foi possível, porém, mantivemos a nomenclatura das camadas utilizada no trabalho de 1988; assim, neste caso, a camada (3) acima mencionada aparece aqui com a designação de (7) e a rocha-mãe com a de (8), tal como nos restantes cortes deste relatório. Acrescente-se que as sub-divisões da camada 2 têm uma nomenclatura e um grafismo específicos de cada corte.

Começando pelo corte W.-E. temos, assim, a seguinte sucessão estratigráfica:

c. 1 — Terras castanho-escuras, muito humosas, superficiais. A couraça (Co no corte), bastante inclinada, adensava-se no O7, «fechando» com grandes pedras, colocadas na horizontal, umas junto às outras, e sobrepostas ao solo de base (c. 7). Encostada a uma delas, junto à «parede» norte da sanja, encontrava-se um elemento fixo de moinho manual, colocado verticalmente, com a superfície côncava (zona funcional) voltada para o exterior da mamoa, isto é, para oeste;

c. 1b — Terras castanho-acinzentadas, mais claras e com menos raízes do que as anteriores;

- c. 2a — Terras cinzentas claras;
- c. 2b — Manchas, mais ou menos extensas, de terras cinzentas, relativamente escuras;
- c. 2c — Terras castanho-amareladas, sobrepostas directamente ao contraforte (no corte: Pc= pedra do contraforte);
- c. 7 — Solo amarelado de base.

A mesma descrição poderia ser feita do corte E.-W., com a diferença de que, aqui, na base da c. 2b, e entre esta e a 2c, se encontrava deposto um nível lenticular de terras cinzentas muito escuras. Voltaremos a este ponto, mas desde já se poderia dizer que as camadas constituintes da mamoa, na suas constantes e nas suas variações de pormenor, evidenciam uma intencionalidade que nos parece simbólica. Toda a elaboração do montículo seria um acto ritualmente ordenado, com deposição de sucessivas camadas de textura e cor diferentes, segundo uma certa ordem. Isto é particularmente evidente nos grandes *tumuli*, como por ex. este e a Mamoa 1 de Outeiro de Ante, onde encontrámos uns níveis lenticulares escuros, de sedimento muito fino, sobre o contraforte, intencionalmente depostos, tal como aqui⁶.

3. O SECTOR SUL

Área quadrada com 36 m², correspondente às unidades F9 a D9, F10 a D10 e F11 a D11. A sua decapagem permitiu-nos observar uma parte significativa da superfície da couraça, a forma como regular e suavemente «descia» de W. para E. e de N. para S., até atingir a periferia nos quadrados D9, D10, D11, E11 e F11. Essa periferia era composta por pedras em posição horizontal, ora mais aglomeradas ora dispersas; se nuns casos podemos explicá-las como elementos da couraça que tombaram, na maioria parece-nos pertencerem a um dispositivo intencional de reforço que, de resto, se observa também frequentemente nos cortes das mamoas escavadas nesta região: a seguir ao «fecho» abrupto da couraça, feito com grandes pedras, a mesma couraça evidencia um curto prolongamento para o exterior, através de algumas pedras mais ou menos dispostas na horizontal. Esse facto está bem patente no corte S.-N. do sector de que estamos tratando.

Exposta toda a superfície lítica de revestimento neste sector, pudemos aperceber-nos claramente da existência de um alinhamento de pedras situadas

⁶ V. V. O. Jorge, Escavação da Mamoa 1 de Outeiro de Ante. Serra da Aboboreira — Baião, *Setúbal Arqueológica*, vols. VI-VII, 1980/81.

a cotas mais elevadas, acompanhando e como que «sublinhando» o contorno exterior da mamoa. Com a orientação geral NE.-SW., descrevia porém uma linha curva. Representámo-lo em planta como um primeiro nível de decapagem, bem distinto do segundo, ou seja, da generalidade da couraça propriamente dita, que ficou num desenho diferente. Essa distinção era tanto mais nítida quanto as pedras do nível superior assentavam em terra que, uma vez removida após o desmonte daquelas, logo revelava a perfeita continuidade da estrutura subjacente. Apenas mantivemos até uma fase mais adiantada da escavação o núcleo de pedras que, pertencentes àquele alinhamento mais elevado, se «encostavam» ao canto NE. do D9; ele é bem visível na estratigrafia do corte W.-E. deste sector, «embutido» na base da camada 1 (Co-n. sup.).

Esperávamos do prosseguimento das escavações neste sector, uma vez desenhado o «segundo nível de couraça», poder distinguir em área várias estruturas que nitidamente aqui se imbricavam (referimo-nos à zona setentrional do sector), e de cuja existência nos tínhamos apercebido durante as escavações de 1987 (sanja leste). Seriam elas a couraça e a «estrutura de fecho», além de, eventualmente, parte do anel de pedras de contenção lateral da mamoa (que certamente existiu, tal como do lado norte, entre a extremidade do contraforte do corredor e a dita «estrutura de fecho») e do próprio contraforte. É certo que para melhor cumprir esse desiderato teria sido interessante abrir também o quadrado G9. Tal não nos foi porém possível por manifesta falta de meios e de tempo; fica a sugestão para um nosso continuador futuro.

A verdade é que, em área, todas essas estruturas, nomeadamente a couraça e a «estrutura do fecho», se revelaram impossíveis de apartar, mesmo durante a cuidada desmontagem a que finalmente procedemos, sempre tendo esse objectivo em mente. Esse facto é em si mesmo significativo. Ou seja, a couraça (ou melhor, o nível inferior dela), descendo para a periferia oriental da mamoa, vinha encontrar-se com a «estrutura de fecho» que, como já se viu nas escavações de 1987, não era, no seu conjunto, perfeitamente horizontal, mas também um pouco inclinada (mais baixa a leste do que a oeste), formando as duas uma perfeita continuidade. Talvez que o que ainda melhor distinga a «estrutura de fecho» seja o facto das suas pedras assentarem por vezes em pequenos calhaus de granito, que formavam como que uma desconexa «camada de preparação» sobre o solo de base, na parte mais horizontal, externa, da mesma estrutura. Esta mesma impossibilidade de «seguir» a continuidade da «estrutura de fecho» para o exterior da área aberta em 1987, delimitando tal estrutura, vir-se-ia a verificar também no sector Norte, como veremos. Tudo isso reforça a ideia de que o «nível inferior» da couraça, a «estrutura de fecho», os anéis laterais de contenção da mamoa (entre a «estrutura de fecho» e o início do corredor) e o contraforte do corredor são estruturas rigorosamente coevas, isto é, fazendo

parte do «projecto» arquitectónico inicial. Sendo este executado com materiais não padronizados (terra, pedras sumariamente afeiçoadas) e por processos empíricos, os vários elementos da estrutura imbricavam-se entre si, equilibrando-se as massas umas às outras, sem a preocupação de delimitar cada uma no seio do conjunto tumular, o que sem dúvida dificulta a compreensão arqueológica da respectiva «anatomia».

O corte W.-E. deste sector, com a sua leitura estratigráfica, ajuda a compreender o que acabamos de afirmar. Passemos a descrevê-lo:

c. 1 — Terras superficiais castanho-escuras, pouco compactas, muito húmidas, com bastantes raízes;

x — níveis arenosos, saibrentos, acinzentados;

Co-n. sup. — nível superior da couraça. Podemos admitir que se trata de um resquício periférico de uma cobertura pétreia que inicialmente se desenvolveria em área (como acontecia no sector Norte), e que não teria sido poupada pela erosão ou por remeximentos ulteriores à construção, ou, alternativamente, aceitar a hipótese de que, neste sector, este «nível superior» estaria desde o início reduzido a um anel de pedras que teria por missão conter externamente a mamoa, cuja parte superior seria, nesse caso, apenas de terra. Voltaremos a este ponto, mas o que desde já parece evidente é que houve, na área leste de Chã de Parada 1, pelo menos dois momentos de construção da mamoa;

c. 2a — Terras castanhas, com muitas raízes. Contêm o «nível inferior» da couraça (Co) e dão lateralmente passagem à camada 4, onde se encontra a «estrutura de fecho» (Est. fec.);

c. 2b — Terras cinzento-acastanhadas;

c. 2c — Terras acastanhadas, claras;

c. 3 — Terras castanho-acinzentadas escuras, quase negras;

c. 4 — Terras castanhas. An. c. 1.? = grandes blocos possivelmente pertencentes ao anel de contenção lateral do *tumulus*, entre a «estrutura de fecho» e o contraforte do corredor;

c. 5 — Terras cinzento-escuras, quase negras, constituindo um sedimento muito fino, por vezes apresentando pequenas pedras graníticas no topo ou na base;

c. 7 — Solo antigo, composto por terras amarelo-acastanhadas;

c. 8 — Granito alterado do substrato.

As camadas 3, 4, 5, 7 e 8 correspondem inteiramente às observadas em 1987, por ex. no perfil E.-W. da sanja Leste-A (v. op. cit., pp. 82 e 86 – fig. 15).

O corte S.-N. deste sector corresponde, por assim dizer, a uma realidade de transição entre o corte anteriormente descrito (no que toca às camadas 1, 2

e suas subdivisões, 5 e 7) e os cortes dos sectores sul ou oeste. O que nele mais ressalta é o grande tamanho, em média, dos blocos que compõem a couraça, na qual, apesar da sua espessura, já se não notam os dois «níveis» revelados pela escavação em área neste sector Sul, e a que nos referimos, sinal de que tal duplicidade parece dizer apenas respeito à área leste da mamoa, esbatendo-se e desaparecendo nas restantes, como as sanjas sul e oeste dão conta. Na extremidade norte do F9, junto ao corte W.-E. perpendicular a este, nota-se um adensamento de pedras em profundidade: poderão corresponder à periferia do contraforte do corredor, mas também para o sabermos com certeza teria sido necessário escavar o quadrado G9.

4. O SECTOR NORTE

Abarcou uma área rectangular de 48 m², contendo os quadrados F3 a F6, E3 e E6 e D3 a D6. A sua decapagem revelou-nos dois «níveis» bem nítidos de couraça. O superior (estendendo-se pelos quadrados F5 e F6, E5 e E6 e D6), que em geral apresentava acentuada inclinação do interior para a periferia, dava continuidade, no D6, a acumulações de pedras já notadas no D7, D8 e D9. De notar que esse conjunto de pedras do D6 afectava uma disposição mais horizontal do que as da restante couraça do sector, sugerindo como que um «acrescentamento» ulterior, mais visível no terreno e em fotografia do que no desenho da planta. Não é nada inverosímil, pois, que se tenham verificado vários momentos (e não apenas dois) de remodelação desta extremidade oriental da mamoa em tempos pré-históricos. Outros monumentos mais bem preservados, como o de Madorras 1, em Sabrosa (cuja publicação há vários anos se aguarda) poderão esclarecer-nos melhor sobre esta complexidade construtiva.

Desenhado e desmontado o «primeiro nível» (com excepção da área SE. do sector a que acabámos de aludir, e que deixámos como testemunho até uma fase mais adiantada dos trabalhos), o segundo surgiu com uma disposição mais regular, em declive suave, como já tinha acontecido no sector Sul. A sua periferia era quase rectilínea, com uma orientação NW-SE, embora irregular. Também aqui não foi possível isolar a continuidade da «estrutura de fecho» para norte, como de início esperávamos, apesar de todo o cuidado posto no desmonte das pedras. É de aconselhar — trata-se de um ensinamento que colhemos para de futuro — a prática, desde o início, de escavações em área nestas zonas fronteiras aos corredores curtos, em vez da opção, que fizemos em 1987, de realizar primeiro sondagens estratigráficas. Acrescente-se que ao desmontar este segundo nível, na base da mamoa, encontrámos ainda um «alinhamento» de pedras orientado no sentido sul-norte, com c. de 3,60 m. de comprimento e 1,20 m e

0,80 m de largura máx. e mín. respectivamente, nos quadrados E6 e E5, a partir do corte W.-E. do sector. Não tendo qualquer cabimento nos desenhos que apresentamos, não gostaríamos todavia de deixar de o mencionar.

Resta-nos, pois, descrever a estratigrafia do corte S.-N., ao qual acoplámos a parte do corte perpendicular a ele que pudemos desenhar (correspondendo à «parede» sul de apenas um dos 3 quadrados desta extremidade meridional do sector, o F6):

c. 1 — Terras humosas superficiais, castanho-escuras, com muitas raízes, tendendo a tornar-se um pouco mais compactas e saibrentas em profundidade, entre o primeiro (Co-1^o n.) e o segundo «nível» (Co-2^o n.) de couraça;

c. 1b — Terras castanho-acinzentadas, mais claras e com menos raízes do que as anteriores;

c. 2a — Terras castanho-escuras;

c. 2b — «Manchas» castanho-acinzentadas das terras do *tumulus*;

c. 2c — Terras castanho-acinzentado claras, compactas;

c. 5 — corresponde ao nível 5 dos cortes anteriormente descritos;

c. 7 — equivale à c. 7 dos cortes anteriores;

c. 8 — granito alterado da base.

5. CONCLUSÕES GERAIS DO ESTUDO DA MAMOA

Em geral, os trabalhos que realizámos em 1990 confirmam a justeza das conclusões a que chegámos em 1987. Com duas importantes precisões, uma sobre a estratigrafia, a outra sobre as dimensões do *tumulus*.

A primeira refere-se à interpretação da camada 5, sobre a qual V. O. Jorge e A. Bettencourt escreveram⁸ que «(...) se trata de uma camada que deve estar em relação com a fase de construção e/ou de utilização inicial do monumento» (p. 82), perguntando, mais adiante (p. 83) se seria «um sedimento depositado por águas?». Ora, dada a inequívoca posição estratigráfica deste nível, sempre sob terras e/ou estruturas *in situ* do montículo, podemos hoje afirmar, descartando uma das hipóteses prudentemente aventadas, que não é de deposição natural, mas antes foi ali colocado pelos construtores directamente sobre o solo amarelado da base. O facto dele nos aparecer apenas na «metade» oriental da mamoa, para onde se vira o corredor, e onde se encontra uma maior complexidade estrutural do *tumulus*, é um indício de que a construção teria obedecido

⁸V. *op. cit.* na nota 1 *supra*.

a certas regras, que neste caso apenas podemos interpretar como tendo valor simbólico. A mesma ordem geral de significação sugerimos atrás para camadas acinzentadas, espessas, ou níveis lenticulares mais escuros, ocorridos na sanja oeste, os quais, embora em termos sedimentológicos e estratigráficos se não possam confundir com a cam. 5, poderiam ter tido um sentido comparável. Estamos a pretender afirmar que, pelo menos nos *tumuli* maiores e mais elaborados, a deposição sucessiva de camadas poderia obedecer a alguma intenção especial. Aliás, em muitas mamoas aboboraicas ocorre, em torno da câmara, um nível de areão granítico (por vezes com pequenos fragmentos de rocha alterada, como acontece aqui com a camada 5), que forma como que um pequeno «pavimento» esbranquiçado, bem notório, entre a base do contraforte e os restos do «solo antigo». As semelhanças de posição estratigráfica com o nível escuro aqui em discussão levam-nos a levantar a hipótese de entre ambos os tipos de «camada de base» haver alguma relação simbólica, algum tipo de homologia. Parece que nos dois casos estamos perante a vontade de *isolar* a área mais sagrada do monumento em relação ao solo em que este vai assentar. Seria tal solo tido como impuro, colocado na ordem da natureza, por oposição ao sepulcro, obra humana?... Trata-se de uma dicotomia demasiado fácil, e sugerida mais pela nossa intuição contemporânea do que outra coisa. Aliás, se a morte, nas sociedades neolíticas, fosse eventualmente encarada como um retorno à ordem da natureza, essa natureza poderia ser conceptualizada como um espaço selvagem (colocação dos túmulos nas margens dos territórios, em terras de ninguém) ou doméstico (localização dos cemitérios nas proximidades dos habitats, em comunhão com os vivos). Assim, não podemos generalizar, pois tal seria de um simplismo absolutamente redutor. Mas devemos colocar-nos este tipo de problemas, que nos abre às valências semiológicas do monumento no seu conjunto, e não só da estrutura dolménica interna. Se a arquitectura das grandes lajes de pedra representa uma série de opções culturais e simbólicas, por que não haveria de acontecer o mesmo com a arquitectura de terra que aquele monumento também (íamos a dizer, sobretudo) é?

Finalmente, após os trabalhos de 1990, é possível, ainda que extrapolando um pouco, dizer que a mamoa 1 de Chã de Parada é de formato ovóide, com um eixo maior de c. 24 m. no sentido W-E e um menor (passando, como o primeiro, pelo centro da câmara) de c. de 20 m. no sentido N.-S. Estes dados precisam as hipóteses avançadas no relatório de 1988 (Jorge e Bettencourt, *op. cit.*, p. 85). O contraforte parece ser sub-elíptico, acompanhando o alongamento da mamoa no sentido W-E. Terá de eixo maior (W.-E.) e menor (N.-S.) respectivamente, c. de 13 e c. de 10 m.

6. MATERIAIS

As peças mais interessantes serão antecedidas de asteriscos⁹.

6.1. Materiais líticos

— Pequeno seixo rolado, achatado, em xisto, de forma ovóide. Sector sul. Decapagem inicial (c. 20 cm de profundidade).

— Fragmento de seixo rolado de quartzito, estalado (por acção do fogo?). E10. Na base da couraça (prof. – 65 cm).

— Fragmento de seixo rolado de cor negra. N7. Terras do *tumulus* (cam. 2) (prof. – 45 cm.).

— Lasca de seixo rolado de cor negra. D6. Entre as pedras da base da couraça/estrutura de fecho (prof. – 72 cm.).

— Lasca de seixo rolado de cor negra. Num dos bordos, parece ter pequenos negativos contínuos, resultantes de eventual reafiamento do gume. O7. Limpeza do corte W-E (cam. 2) (prof. – 80 cm.).

— Fragmento de seixo rolado de granito, de grão fino. F9. Na base da couraça (prof. – 70 cm).

— Fragmento, estalado pelo fogo, de um bloco, ou provavelmente de um seixo, de quartzito. D9. Entre as pedras da couraça (cam. 3) (prof. – 60 cm.).

* — Percutor em quartzo leitoso. Contorno ovóide, irregular. Trata-se de um seixo rolado usado como percutor, o que é bem nítido no bordo lateral esquerdo, até às extremidades proximal e distal, que apresentam sinais de impactos. O7. Entre as pedras da couraça, na sua base (cam. 2) (prof. – 60 cm.). Comp⁹ – 10,6 cm; larg. – 8,3 cm.; esp. – 5,3 cm.

* — Percutor em quartzo leitoso. Contorno sub-retangular. E9. Entre as pedras da couraça/estrutura de fecho (prof. – c. 90 cm.). Comp⁹ – 11 cm; larg. – 8 cm; esp. – 6,7 cm.

* — Núcleo (esgotado) em quartzo hialino. Forma sub-prismática, secção plano-convexa. Irregular, apresenta negativos em todas as faces, tanto de lascas como de lamelas. Sector sul. Decapagem inicial (c. 20 cm. de prof.). Comp⁹ – 3,5 cm.; larg. – 2,3 cm.; esp. – 2,1 cm.

— Lasca residual em quartzo leitoso. F9. Terras sob a couraça (cam. 2) (prof. – 1,06 m.).

— Lasca de quartzo leitoso, com talão largo (correspondente à superfície do seixo rolado) e afeiçoamento (raspadeira fruste?) no bordo distal do anverso, perpendicular ao eixo de simetria da peça; esse afeiçoamento criou um gume com c. de 2,5 cm de extensão. E9-F9. Terras sob a couraça (cam. 2) (prof. – c. 1 m.). Comp⁹ – 2,4 cm.; larg. – 2,9 cm.; esp. – 0,8 cm.

— Lasca residual alongada, sub-retangular, de secção triangular, em quartzo leitoso. Talão largo e bolbo bem evidente na base do reverso. Sector sul. Decapagem inicial (c. 20 cm. de prof.).

* — Fragmento de lâmina de quartzo leitoso (passando a hialino), de secção triangular, retocado na base e no bordo lateral direito. O retoque é abrupto (feito a partir das duas faces) e produz uma espécie de micrólito geométrico imperfeito (triângulo rectângulo irregular). D9. Cam. 3 (x – 1,30 m; y – 1,40 m.; z – 0,60 m.). Comp⁹ – 2,8 cm; larg. – 1,9 cm; esp. – 0,4 cm.

* — Lamela em sílex, terminando em ponta, retocada nos bordos. Do lado esquerdo do anverso conserva parte do córtex, onde também tem retoques. Estes são abruptos, marginais. A secção dominante é a trapezoidal. Bolbo bem nítido na base do reverso. D10. Cam. 3 (x – 1,80 m.; y – 1,57 m.; z – 0,60 m.). Comp⁹ – 3,5 cm; larg. – 0,9 cm.; esp. – 0,4 cm.

* — Fragmento de moinho manual (dormente) em granito de grão grosso. A face

⁹ As profundidades indicadas tomarão sempre como referência o nível superior do solo no local; quando se mencionarem as três coordenadas, as duas primeiras referir-se-ão, respectivamente, à distância do ponto do achado em relação ao lado norte (x), e ao lado leste (y) do quadrado. Quanto às dimensões dos objectos, são indicados os valores máximos obtidos.

superior, tornada côncava pelo uso, é sub-quadrangular, com 28 cm. de lado; a parte mais deprimida (c. de 1 cm de prof.), ao centro, é subcircular, com 12 cm. de diâmetro. A espessura máx. da peça é de 14 cm. Tem um perfil sub-triangular alongado. O7. Junto às grandes pedras do fecho da couraça, com a superfície funcional voltada para o exterior da mamoa (prof. do topo – c. 40 cm.).

6.2. Materiais cerâmicos

Tal como já aconteceu na primeira campanha, os elementos de vasos apresentaram-se reduzidos a pedaços de muito pequena dimensão.

— Pequeno fragmento, pouco espesso, de fabrico manual. Cor castanho-escuro. E11. Durante a desmontagem das pedras da periferia da mamoa (prof. – 65 cm.).

— Idem. D9. Entre as pedras da couraça (prof.-c. 60 cm.).

— Idem. E10. Prof. – 73 cm.

— Idem. F11. Base da mamoa (entre as pedras da sua periferia) (prof. – 75 cm.).

— Idem. D10. Prof. – 65 cm.

— Idem. Vestígios de decoração incisa (?) quase imperceptíveis. F9. Na base da couraça (cam. 4) (prof. – 1,10 m.).

— Idem. Pasta alaranjada. Vestígios de incisões paralelas junto a uma das fracturas? E11. Periferia da mamoa (prof. – 60 cm).

— Idem, mas espesso, com pasta muito grosseira e desengordurante contendo grandes fragmentos de quartzo. E6. Entre as pedras da couraça (prof. – 20 cm.).

— Idem, de pasta muito grosseira, friável. F9. Sob as pedras da couraça (prof. – 50 cm.).

— Pequeno fragmento de bordo, liso, de fabrico manual. Lábio aplanado. Cor castanho-escuro. E9. Sob as pedras da couraça/estrutura de fecho (prof. – 1 m.). Alt.: 2,7 cm.

* — Fragmento de bordo, de fabrico manual. Lábio aplanado. Cor castanho-alaranjada. D9. Cam. 4, sob estrutura de fecho (prof. – 1,15 m.), junto ao corte W-E. Decorado com caneluras verticais, largas (c. 3 mm.) e pouco profundas. Alt.: 2 cm.

* — Minúsculo fragmento (dim. máx. – 2 cm) de vaso cerâmico, decorado com estreitas caneluras ou sulcos paralelos (provavelmente verticais) na face externa. D10. Entre as pedras da periferia da mamoa (prof. – c. 80 cm.). Esta decoração e a do fragmento anterior evoca a de cerâmicas encontradas neste mesmo monumento (campanha de 1987) e em Serrinha 2, Furnas 2 e, muito particularmente, em Chã de Santinhos 2¹⁰.

— Quatro pequenos fragmentos da pança de um vaso cerâmico, liso, de fabrico manual, admitindo colagem. Único aspecto de interesse: a face interna mostra negativos, ao que parece, de pequenos caules. F5. Cam. 2 (prof. – 88 cm).

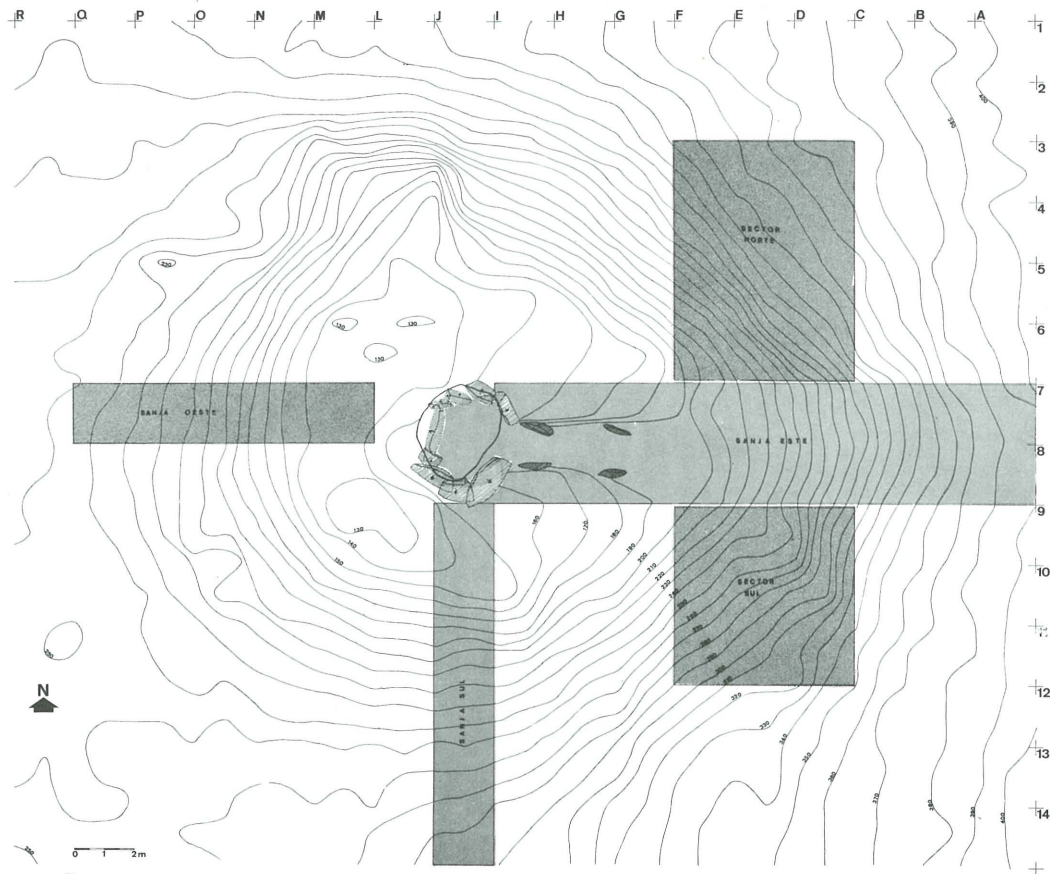
— Fragmento de asa de vaso aparentemente de fabrico manual, com pasta muito friável, contendo grãos de quartzo como desengordurante. E10. Sob pedras do «1º nível» de couraça (prof. – 70 cm).

¹⁰V. *op. cit.* na nota 1 *supra* e V. O. Jorge, Les tumulus de Chã de Santinhos (ensemble mégalithique de Serra da Aboboreira, Nord du Portugal), *Arqueologia*, 12, Dez. 1985, pp. 117 e seg.

6.3. Carvões

Foram recolhidos 24 amostras, três para datação radiocarbónica (LNETI, Sacavém, e CSIC, Madrid) e as restantes para análise antracológica (Dr^a Isabel Figueiral, Londres). Aguardamos os resultados destas análises.

Porto, Março de 1991

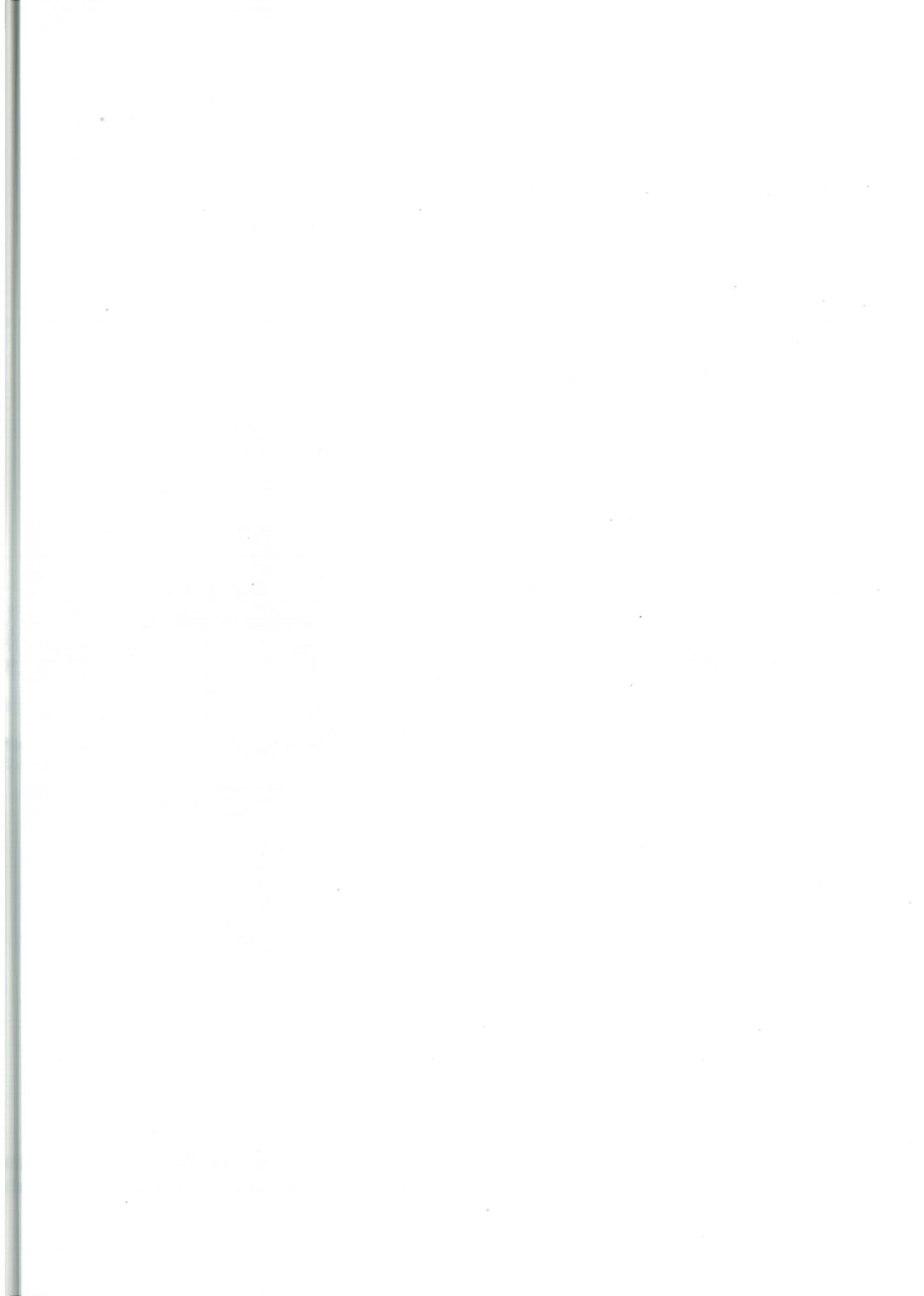


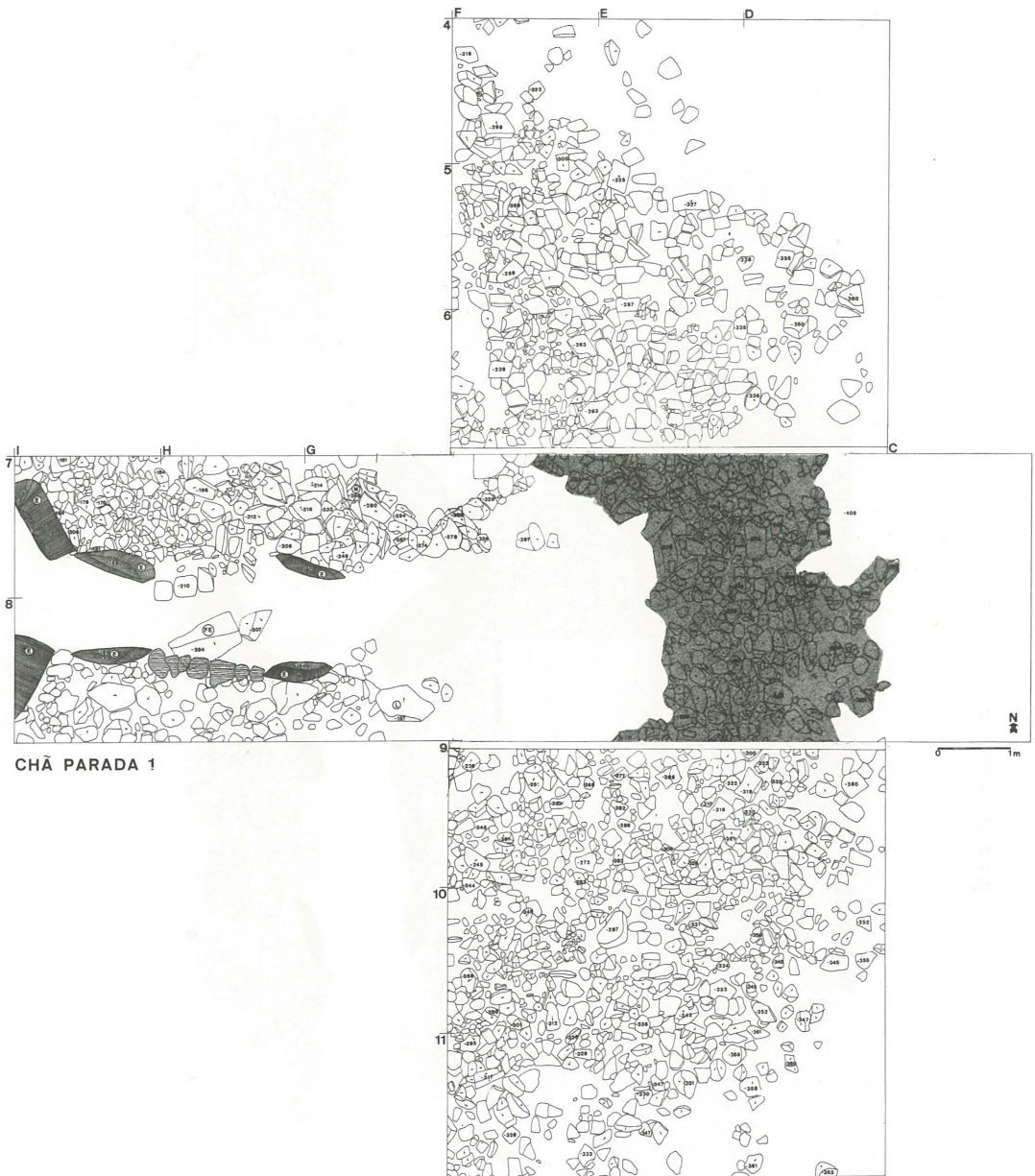
CHÃ PARADA 1 PLANTA GERAL

Planta de conjunto da mamoa com indicação das áreas escavadas: em 1987 (sanjas sul e este) e em 1990 (sanja oeste e sectores norte e sul).



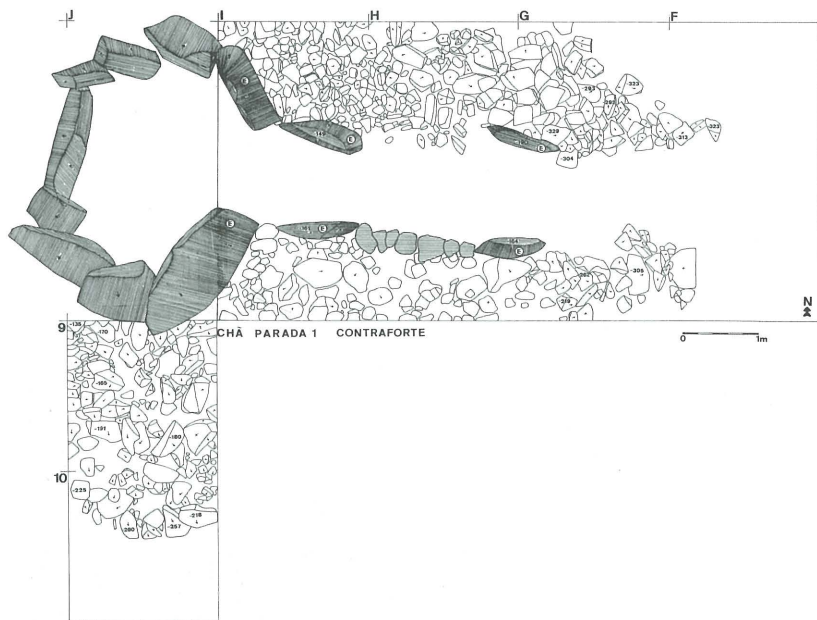
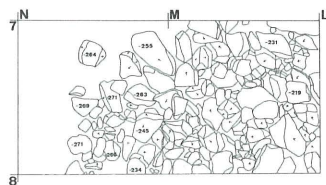
...the
... ..





CHÃ PARADA 1

Sector leste da mamoa (fronteiro ao corredor) mostrando o aspecto do nível inferior da couraça nos sectores norte e sul. De ambos os lados do corredor é visível o contraforte deste, e, assinalada a cinzento, encontra-se a denominada «estrutura de fecho» (decapada em 1987).



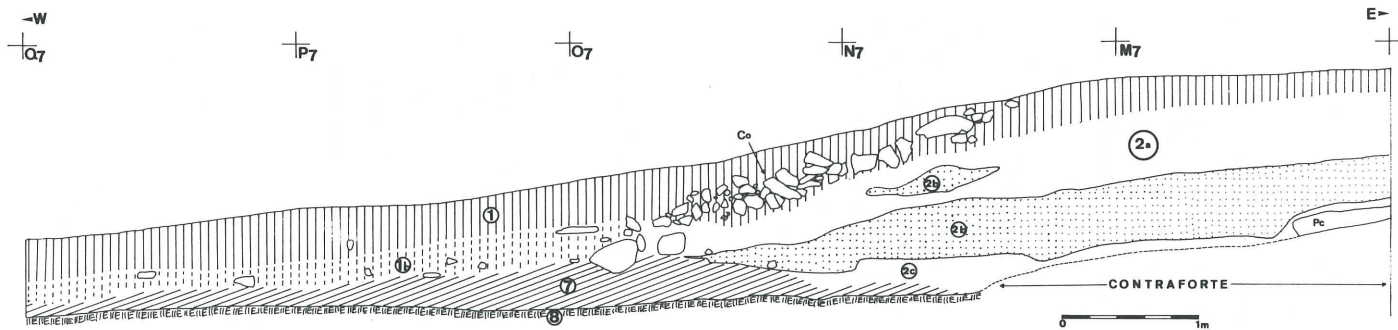
O contraforte da anta, nas áreas abertas em 1987 e 1990.



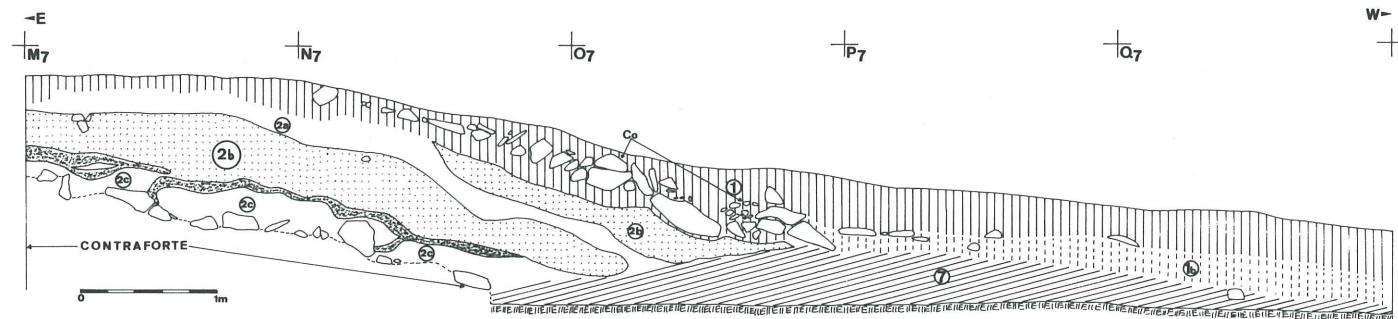
1 — Aspecto da couraça no sector oeste.



2 — O contraforte no sector oeste, após a escavação deste último.



1 — Corte W - E do sector Oeste (estratigrafia explicada no texto).



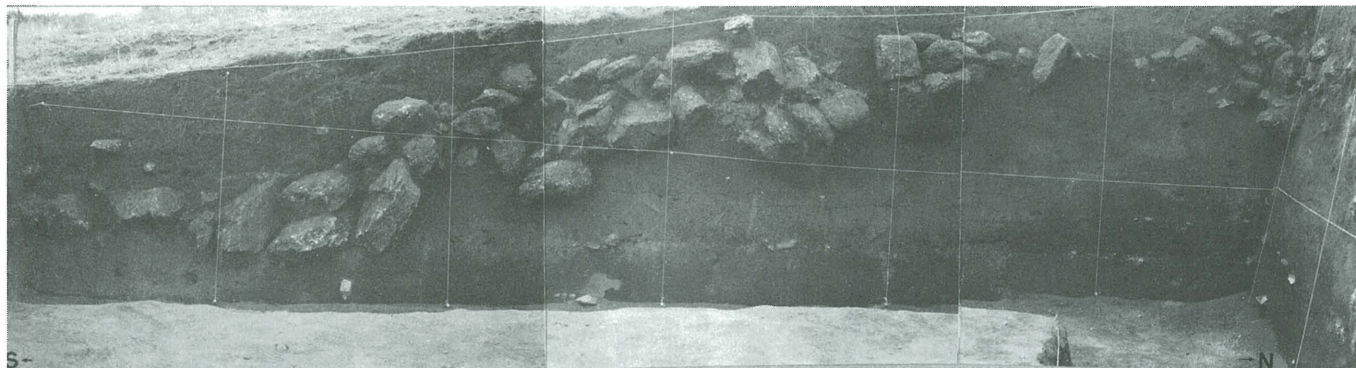
2 — Corte E - W do sector Oeste (estratigrafia explicada no texto).



1 — Aspecto de conjunto do sector Sul ao nível da primeira fase das decapagens (foto obtida de W.)



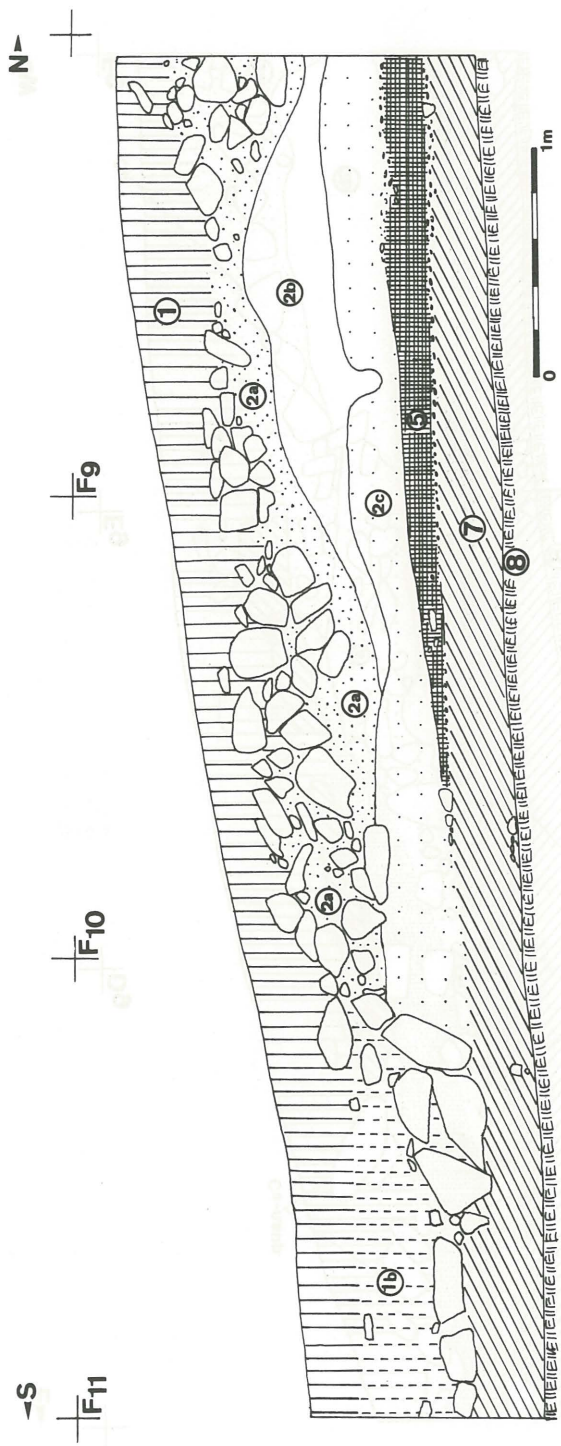
2 — Idem, mostrando o nível inferior da couraça (foto obtida de SW).



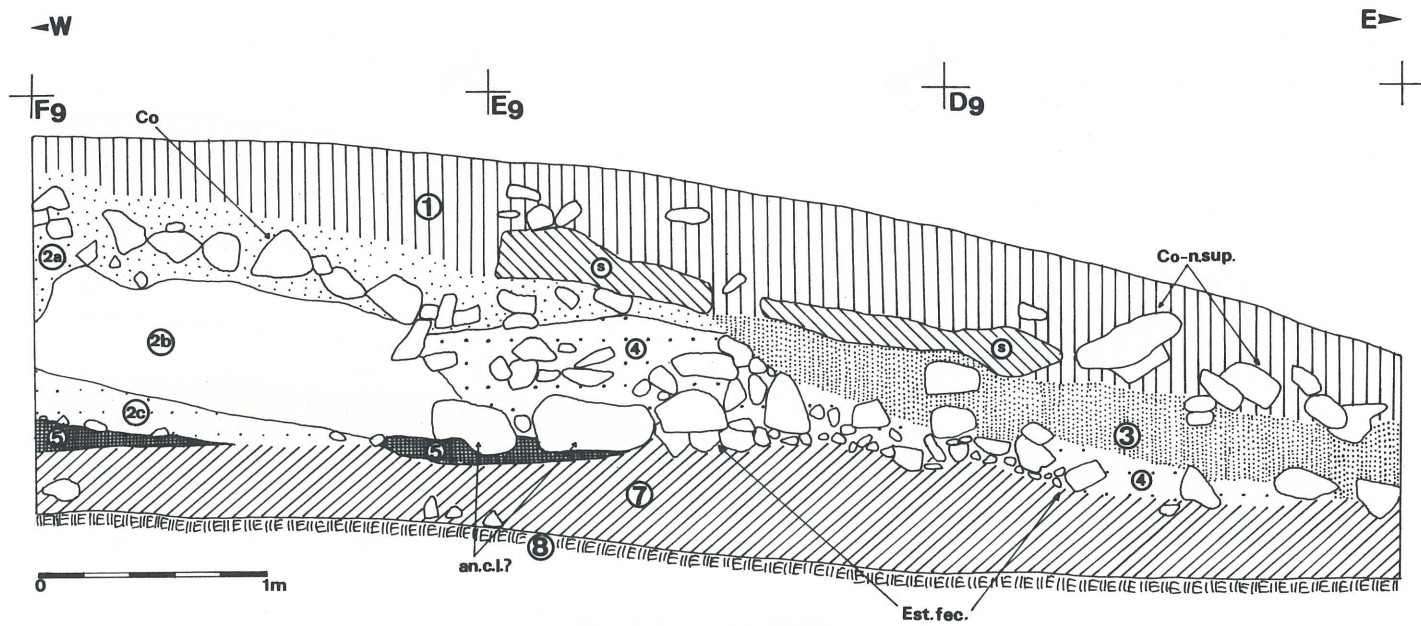
1 — Sector Sul, corte S - N (estratigrafia explicada no texto). Comparar com o desenho da est. IX.



2 — Sector Sul, corte W - E (estratigrafia explicada no texto). Comparar com o desenho da est. X.



Sector Sul, corte S - N.



Sector Sul, corte W - E.



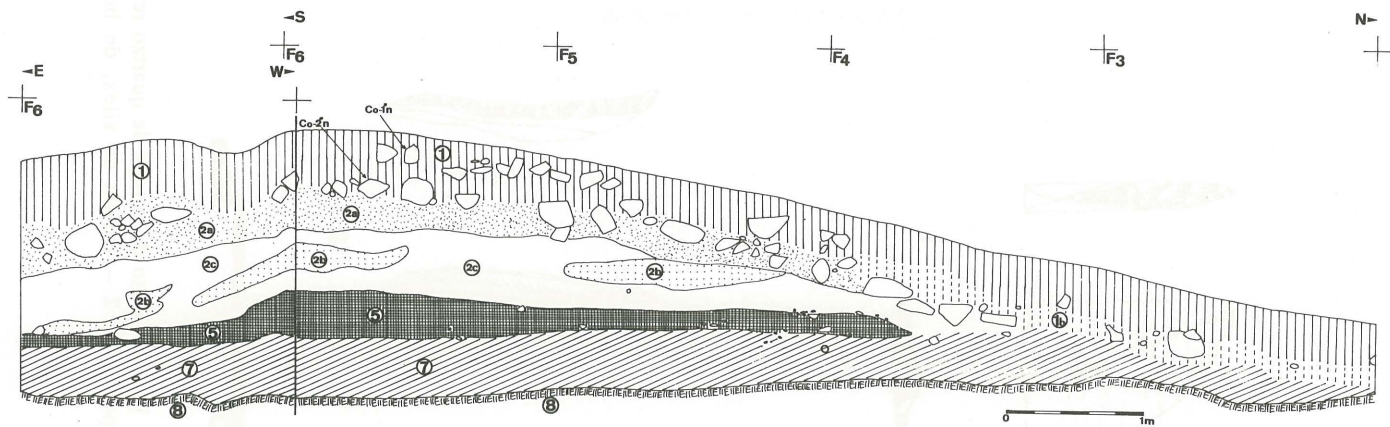
1 — Aspecto dos trabalhos de desenho estratigráfico nos cortes do sector Sul (foto obtida de SE.).



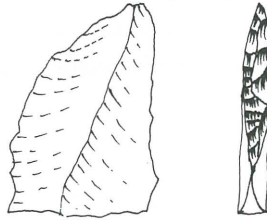
2 — Aspecto do sector Norte após a primeira fase das decapagens (foto obtida de E.).



O segundo (inferior) nível de couraça no sector Norte (foto obtida aproximadamente de NNE.).



Estratigrafia do sector Norte: corte E. – W. (apenas quadrado F6) e corte S. – N. (quadrados F6 a F3)
(estratigrafia explicada no texto).



2



Dois artefactos líticos: 1 – fragmento de lâmina de quartzo retocada, lembrando um micrólito «imperfeito»; 2 – lamela de sílex, de bordos abatidos.

MAMOA 2 DE PENA DO MOCHO — Um *tumulus* provido de uma estrutura central em “poço” (Sanhoane, Mogadouro)

por

Maria de Jesus Sanches*, Margarida Maria O. dos Santos Silva **
e Iva João S. Teles M. Botelho ***

A. LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO e acessos (Est. I)

Local: (topónimo) — Pena do Mocho

Freguesia de Sanhoane

Concelho de Mogadouro

Distrito de Bragança

Coordenadas:

Lat. 41° 23' 22" N

Long. - 2° 33' 41" E de Lx

Alt. absol. 760 m (Seg. a Carta Militar de Port. na esc. 1: 25000, folha 94)

O acesso faz-se através de um caminho carreteiro, recentemente arranjado, que liga Sanhoane às aldeias de Castanheira e Vale Certo. Dista da povoação aproximadamente 800 metros para N, mas é difícil de identificar a partir da estrada, dado que não sobressai topograficamente no fundo aplanado do vale do ribeiro. Quase contíguo a esta e mais próximo da estrada, é, porém, bem visível o *tumulus* da Mamoa 1 de Pena do Mocho.

* Assistente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. R. Campo Alegre, 1055, 4100 Porto.

** Licenciada em História, professora do Ensino Secundário.

*** Licenciada em História, variante de Arte.

Este monumento foi erigido num dos vales abertos, de superfície — Vale do Ribeiro do Repasquinho — que rodeiam e escoam as águas do conjunto de picos que sobressaem no planalto de Mogadouro (no extremo Leste de Trás-os-Montes); estes são vulgarmente denominados de *Cimos do Mogadouro*. Foi ainda nas faldas destes picos quartzíticos que foram erigidas 12 das 14 mamoadas conhecidas nesta região.

Este monumento implanta-se, do ponto de vista geomorfológico, numa zona dominada pelas formações xistograuváquicas e quartzíticas, a qual inclui afloramentos fortemente recortados, quer pelas intercalações granitóides, quer pelos contactos entre as Unidades Transmontanas e Centro-Ibérica. Estas formações pertencem a Idades diferenciadas — desde o Pré-Câmbrico ao Devónico —, e desenham-se em zonas alongadas no sentido SE-NW e/ou acompanham a orientação das unidades tectónicas que aqui descrevem um arco de 180° em torno ao maciço de Morais¹. As cristas quartzíticas acompanham esta geometria e dão origem a uma série de relevos importantes, os denominados “Cimos do Mogadouro”: Serras da Castanheira (993 m), Variz (954 m) e Figueira (920 m).

B. MOTIVOS E OBJECTIVOS DA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

A mamoadas 2 de Pena do Mocho encontrava-se em perigo de destruição imediata. Até 1988 o terreno onde se implanta fora sempre utilizado como lameiro de pasto permanente, para o gado bovino. Com efeito, quer a natureza argilosa do terreno (com grande propensão à retenção de água), quer a circulação e dificuldade de escoamento das águas, tornavam o solo difícil de arar.

Actualmente, e mercê de um programa agrícola especial, tem-se procedido à drenagem dos terrenos limítrofes, canalizando a água através de valas — preenchidas por pedras e recobertas de terra —, para o ribeiro do Repasquinho. A nascente deste ribeiro, aqui materializada agora num valado sistematicamente limpo, corta precisamente o *tumulus* da mamoadas no seu extremo leste. Aliás, todo o território circundante de Sanhoane está a ser cultivado, mercê da utilização de maquinaria agrícola bastante actualizada.

A Mamoadas 2, apesar de quase totalmente soterrada pela sedimentação das terras vindas da encosta adjacente, a N, ainda exhibia de modo saliente um alargado arco de pedras imbricadas. Este arco era indicado no Verão pelo con-

¹ Segundo RIBEIRO, A. (1974) *Contribution à l'Étude Tectonique de Trás-os-Montes Oriental*, “Mem. dos Serviços Geológicos de Portugal”, Lisboa.

traste de tons de verde que exhibia a erva do lameiro: amarelecida sobre o arco de pedras, viçosa fora dele.

Todavia, o proprietário do lameiro, Sr. Dr. Jerónimo, resolveu proceder ao arroteamento do terreno. Servindo-se de uma retro-escavadora, tentou levantar as pedras do arco mais saliente (arco interior). Porém, a natureza argilosa (dura e compacta) do terreno, aliada ao imbricado e à espessura desta primeira linha de couraça, impediram o revolvimento da terra abaixo de 15-20 cm de profundidade.

O próprio proprietário noticiou ao Dr. Domingos Marcos, Director da Sala-Museu do Mogadouro, a sua dificuldade de arrotear o terreno; o mesmo mostrou ainda a intenção de insistir no seu revolvimento em profundidade, obviando assim a que a parte média da sua propriedade, agora mais livre da circulação de águas em profundidade, ficasse inculca.

Desde logo foi avisado o SRAZN deste facto; o mesmo Serviço Regional programou uma acção de emergência, para a direcção da qual contactou uma de nós (M.J.S.). A escavação de emergência acabou por só ter meios de concretização em 1990. Em Outubro de 1990 foram realizados os trabalhos².

O objectivo fundamental desta acção era proceder à escavação e registo de uma das raras mamoas existentes no Planalto Mirandês. Das três que inicialmente integravam o “núcleo” de Pena do Mocho, já só restam duas: a mamoa 1 e a mamoa 2, distantes uma da outra cerca de 150 metros. Além disso, o terreno onde se situa a mamoa 1, até este ano inculco e coberto de giestas e carvalheiras, foi também arroteado, prevendo-se que as lavras profundas vão arrasando progressivamente o montículo de terra ainda bem destacado que indica actualmente o *tumulus*.

Ainda o carácter não megalítico destas mamoas do Planalto Mirandês, tem afastado os violadores habituais noutras mamoas providas de estruturas pétreas salientes, supondo-se que a maioria só vá sendo destruída pela passagem sucessiva das diferentes máquinas agrícolas (essencialmente tractores e ceifeiras-debulhadoras).

A escavação da Mamoa 2 de Pena do Mocho viria ainda contribuir para aumentar o escasso conhecimento que se tem dos *tumuli* do Leste de

² Deste modo o estudo da mamoa 2 de Pena do Mocho, ao integrar-se num projecto de investigação individual (da responsabilidade de Maria de Jesus Sanches), já em desenvolvimento desde 1983, viria dar continuidade ao estudo da Pré-história recente do Planalto Mirandês. Os trabalhos de campo contaram com o apoio financeiro do IPPC; a Câmara Municipal do Mogadouro procedeu ao transporte diário da equipa para o campo e cedeu o material pesado que utilizámos na escavação.

Trás-os-Montes³.

C. ESCAVAÇÃO: METODOLOGIA E RESULTADOS

A mamoa 2 de Pena do Mocho, situada numa zona aplanada do início dum vale aberto, de superfície, não se destacava topograficamente do terreno circundante. (Ests. I, II e X)

Outrora fora identificada devido: 1. ao contraste (visível essencialmente no Verão), da coloração verde clara da relva por sobre as pedras da couraça, e verde escura fora daquela; 2. ao nível de seixos que exibia o talude do valado aberto recentemente no extremo Leste do *tumulus*.

Com o remeximento da terra feito em 1988 perdera-se por completo a noção do espaço ocupado pela mamoa, sendo extremamente difícil perceber onde se situaria o seu centro geométrico aproximado. (Est. II)

Deste modo, para a realização do trabalho de campo procedeu-se como adiante expomos.

1. Fez-se a cobertura fotográfica do local. 2. Procedeu-se ao levantamento topográfico dum área de 30 x 40 metros (previamente quadriculado em quadrados de 2 x 2 m), coincidente com o espaço que suponhamos ser ocupado pela mamoa. O objectivo era obter informações topográficas de pormenor, para a abertura das primeiras valas de sondagem. As curvas de nível apontavam um pequeno declive em arco de E a W (Est. II), o que nos levou à abertura da primeira vala de sondagem. 3. A quadriculagem do terreno em quadrados de 2 x 2 m, foi orientada pelos pontos cardiais: N-S e E-W. 4. Atribuíram-se letras e números aos quadrados: no eixo E-W, das abcissas (X), letras de A a N (de W a E) e de A' a C' (de E a W); no eixo das ordenadas (Y), números de -1 a 0 e de 0 a 15 (Ests. II e IV). 5. Foi aberta uma vala N-S, de G2 a G13, pois o *tumulus* parecia levemente mais destacado nesse alinhamento. A abertura dos quadrados seguintes foi ditada pela necessidade de perceber quer a forma e a estratigrafia do *tumulus*, quer a localização do eventual local de enterramento. Deste modo se explica a abertura dos quadrados F4 a F 10, ainda numa vala paralela à anterior, embora separada daquela por um testemunho. Somente esta vala cortaria diametralmente o *tumulus*. Os quadrados seguintes foram abertos com vista à definição do arco interior de couraça: E5 a E7 e D6 e D7. 6. As estruturas da área aberta foram desenhadas à escala 1/20 e cotadas. (Cf. respectivas plantas) 7. Só se atingiu o solo de base nos locais necessários à definição da estratigrafia de construção do *tumulus*: nos quadrados F5 a F9, o corte indicaria o método de construção do arco de couraça interior. A estratigrafia do arco exterior evidenciou-se na escavação total do *tumulus* nos quadrados G2, G3, G4 e G10, G11, G12 e G13. (Cf. Corte estratigráfico, Est. V). 8. Aproximadamente no centro do arco central de couraça, definiu-se uma estrutura pétre a de

³ Além desta mamoa foram escavadas somente a nº 3 de Pena Mosqueira, pertencente ao "núcleo" de Pena Mosqueira (também em Sanhoane) e a mamoa do Barreiro, um monumento que surge isolado na parte N da freguesia de Vilar do Rei. O estudo desta última também decorreu de uma acção de emergência. Para um melhor conhecimento dos monumentos sob *tumuli* do Planalto Mirandês ver - SANCHES, M.J. (1988) *Pré-história Recente do Planalto Mirandês*, FLUP, Porto (polic., em publicação); *idem*, (1989) 5 datas de C14 para a Pré-história recente do Leste de Trás-os-Montes, *Arqueologia*, 19, GEAP, Porto; *idem* (1990), Monumentos sob *tumuli* e recursos ecológicos no Planalto Mirandês- Leste de Trás-os-Montes, *Actas do IIº Encontro de Paleoeologia e Arqueologia - Trab. dedicados a A.R. Pinto da Silva*, Câmara Municipal de Famalicão.

contorno subcircular alongado. Sob esta encontrava-se uma grande “fossa” ou “poço”, preenchido com grandes lajes de xisto e terra. Esta estrutura foi escavada até ao fundo e dela se fizeram registos (desenhos à esc. 1/20) em vários momentos (Ests. III, VI e XI).

D. ESTRUTURAS EXUMADAS E ESTRATIGRAFIA

1. Introdução

A mamoa 2 de Pena do Mocho encontrava-se em relativo bom estado de conservação. A sedimentação permanente por sobre o *tumulus* protegeu-o dos agentes erosivos e camuflou-o sob uma espessa camada de terra. (Ests. II e V)

A deterioração sofrida revelou-se a dois níveis. Por um lado a abertura de um valado no extremo Leste do *tumulus*, e a limpeza do ribeiro, no seu extremo S, cortaram parcialmente o arco exterior nessas áreas (Est. X); ainda o recente arroteamento da área onde se implanta a mamoa, revolveu a parte superior do *tumulus*, parecendo ter sido afectada em particular a área central, onde eventualmente poderiam ter existido mais pedras. Por outro, o alto teor de humidade da terra, com estagnação sazonal de águas e a permanente circulação hídrica a partir dos 50 cm de profundidade, alteraram todas as rochas de xisto, particularmente aquelas que se inseriam no poço central, mais profundo. (Este facto é patente em todo o registo fotográfico — ver Est. XII-1)

A mamoa 2 de Pena do Mocho é um grande *tumulus* cujo contorno supomos ter sido subcircular, levemente alongado no sentido WSW-ENE. Compõem-no dois arcos⁴ de couraça, aparentemente concêntricos e separados (distintos) entre si, quer em plano, quer em corte. No arco exterior só conhecemos as suas medidas na área escavada — cerca de 25 metros de eixo N-S. O arco interior, cujo contorno tem tendência para se alongar no sentido WSW-ENE, fecha bruscamente a WSW. Deste modo, os seus eixos têm aproximadamente a mesma medida — 10 metros. (Ests. IV e XI)

No centro geométrico aproximado do arco de couraça interior situava-se uma estrutura pétreo muito peculiar que indicava e cobria um grande poço aberto no solo de base. Quer a estrutura pétreo, quer o “poço” não foram alvo de qualquer revolvimento.

Um pouco abaixo do nível de cota superior do arco supracitado definia-se um conjunto de pedras predominantemente de quartzo de pequeno e médio

⁴ Na falta de um termo mais preciso, optámos pela denominação (metafórica) de “arco”, embora a couraça, mais próxima ao centro do monumento e aquela mais afastada, apresentem larguras variáveis, quer na leitura horizontal, quer na vertical.

tamanho, dispostas aparentemente de forma caótica mas cujo contorno indiciava ser de tendência subcircular, alongado, não na direcção do arco interior de couraça, mas no sentido SW-NE. A esta cota, o seu eixo maior — SW-NE —, media 2,80 metros. Desde este momento, 3 lajes de xisto de tamanho médio — lajes 1, 2 e 3 —, apareciam fincadas no terreno, com a inclinação aproximada de 45°, sendo esta inclinação orientada da periferia para o centro (Ests. III, VI, XI e XIII).

A decapagem desta área central mostrou que à medida que se descia em profundidade, as pedras se tornavam mais imbricadas e aumentavam de tamanho essencialmente na periferia do subcírculo. Ao nível da base do *tumulus*, tornou-se evidente que estas pedras cobriam uma estrutura em forma de *fossa* ou *poço*, larga e profunda, aberta no solo de base. Ainda no topo do poço terminavam as lajes 1, 2 e 3 apontadas acima (Est. III-b), apresentando as lajes 3 e 1 as suas bases quase encostadas. A esse nível começavam a delinear-se os topos superiores de grandes lajes de xisto que preenchiam parcialmente esta estrutura em forma de poço (Ests. III e XIII-2).

2. O tumulus, o poço central e a Unidade A: estratigrafia e interpretação do processo de construção do monumento.

A mamoa 2 de Pena do Mocho apresenta, em termos de estruturas, quatro unidades fundamentais: 1. o poço central e 2. seu fecho superior — Unidade A; 3. o arco interior de couraça e a respectiva camada do *tumulus* que o encerra — camada 2; 4. o arco exterior de couraça e a camada ou sedimentos que a integram — camada 1.

O modo como estas quatro unidades se justapõem e articulam estratigraficamente, indica que foram construídas em momentos diferentes, sucessivos ou não.

A descrição das características estratigráficas permite uma distinção mais clara do tipo de sedimentos que encontrámos (Cf. Ests. V e XIII):

Aterro — sedimentos argilosos de cor castanha clara. Integram grande quantidade de pequenos e médios calhaus rolados provenientes da limpeza do ribeiro; **Camada 0** — solo humoso do lameiro, argiloso e recentemente revolvido; **V** — área de contorno irregular e com a profundidade de 30 cm, que parece ter sido revolvida, adentro da camada 2, mas em época não muito recente (Poderá corresponder à vala de plantio de uma árvore que, segundo nos informaram, existiam, há cerca de 40 anos, ao longo deste vale.); **Camada 01** — solo humoso, argiloso, mas não revolvido. Decorre de sedimentações antigas por sobre o *tumulus* na sua metade N; **Camada 1** — terra argilosa, castanha escura, com manchas de óxidos ferruginosos e muito compacta. Originalmente poderia ter recoberto todas as estruturas inferiores e integra o arco de couraça exterior; **Camada 2** — terra argilosa

castanho amarelada, com muitos veios negros e muito compacta (mais compacta e mais endurecida que a camada 1). Integra o arco de couraça interior, a Unidade A e preenche parcialmente o interior do poço central; **Camada 3** — terra argilosa, homogénea, negra (embora por vezes com pequenos veios acastanhados). Corresponde ao solo (humoso ?) sobre o qual foi edificada parte da mamoa; **Camada 4** — terra argilosa, com grande % de pequeníssimos seixinhos rolados, de cor castanho claro ou bege, articulável com um dos níveis estratigráficos do corte do ribeiro do Repasquinho. Trata-se do solo geológico deste local, o qual subjaz, nalguns pontos, à camada 3. **Camada 5** — terra argilosa, muito fina, de cor predominantemente cinzenta mas integrando alguns veios de cor castanho amarelada; **Camada 6** — terra argilosa, muito fina, homogénea, de cor cinzento esverdeado. Unidade A — esta unidade estratigráfica compõe-se de terra argilosa e arenosa, de cor castanho clara, muito menos compacta que aquela das camadas 1, 2 e 3.

Todas as camadas que dão corpo às 4 unidades estruturais da mamoa continham carvões de tamanho muito reduzido.

Poço central

O poço central, ou o poço central conjuntamente com o primeiro arco de pedras e camada 2, parecem ter sido as primeiras estruturas criadas (Ests. V e XIII).

O poço, de contorno subcircular na boca, perfil cilíndrico e fundo aplanado (plano-côncavo), abre-se no solo preexistente no local — camada 3 — e perfura ainda o solo geológico (camada 4). Tem de profundidade máxima, a partir do topo da camada 3 (i. é, da sua abertura), 1, 60 m.

O seu espaço interior encontrava-se parcialmente preenchido por grandes lajes de xisto, cuja disposição se torna menos complicada de entender com o apoio dos registos gráficos (C.f. Ests. III e VI). Três lajes: duas de grande tamanho — 5 e 6 — e uma pequena — 11 —, estavam fincadas na vertical e encostadas à parede leste do poço. Na base inferior do poço, uma grande laje de contorno sub-rectangular — 10 —, assentava um dos seus lados maiores no fundo, indo encostar o outro lado maior às lajes fincadas na vertical. As restantes lajes — 4, 7, 8 e 9 — sobrepunham-se em “escama”, quer entre si, quer relativamente à laje 10 e às lajes verticais 5, 6 e 11. Os sedimentos das camadas 5 e 6 recobrem a laje 10 e a parte inferior das restantes lajes incluídas no poço (Est. V).

No interior deste poço não havia qualquer espólio arqueológico. A camada 5 integrava alguns carvões de pequeníssimo tamanho, que separámos dos sedimentos por flutuação⁵.

⁵ .A amostra de carvão aqui recolhida foi enviada para datação pelo C14, para o Laboratório de Groningen.

Torna-se evidente que esta estrutura em poço, qualquer que tenha sido o tempo que esteve aberta, foi posteriormente fechada ao nível da sua abertura, através da colocação (essencialmente de) blocos de quartzo, mas também de xisto (Ests. V – a e XII).

Dadas as características dos sedimentos que preenchem a metade superior do poço (similares aos que inserem o arco interior-Est. IV), é provável que o arco de couraça interior e respectiva camada do *tumulus* que o integra — camada 2 —, tenham sido construídos e tenham funcionado em articulação estreita com aquela estrutura, pelo menos num determinado momento.

O arco de couraça interior

Em planta apresenta uma forma de tendência subcircular, embora levemente alongada no sentido WSW- ENE. Tem cerca de 10 metros, tanto naquele que apontava ser o maior eixo, como no menor. Isto deve-se ao facto deste anel fechar bruscamente a W, nos quadrados D6 e D7 (e provavelmente D8 — Est. XI) afastando-se assim da regularidade da curva que se desenha na restante superfície (Cf. planta geral, Est. IV).

Mede, de largura, em quase todo o seu perímetro, 2,4 metros; nos quadrados D6 e D7 essa largura reduz-se para 1,4 metros.

Em corte apresenta-se como um espesso imbricado de pedras, cuja base, muito larga, assenta na camada 3. Posteriormente alonga-se para o interior, já por sobre as terras do *tumulus*. (Ests. V e XI-1)

É de destacar *o efeito cénico deste anel*, proporcionado pelo modo particular como foram encaixadas as pedras de quartzo. Estas pedras assentam, na parte interna do anel, sobre o *tumulus*. Numa largura que varia entre 1 e 1,6 metros (80 cm nos quadrados D6 e D7), foram colocadas todas à mesma cota⁶ aproximada, desenhando um plano quase horizontal (Ests. IV e XI). Só a partir daí aquele plano que define o seu topo, quebra em ângulo, descrevendo um contorno bruscamente descendente (Est. XII-1). Esta quebra é bem marcada no plano horizontal e foi conseguida mediante a disposição alinhada, em arco, de seixos de vários tamanhos, mas de contornos irregulares e de arestas um pouco boleadas (características das pedras de quartzo que constituem toda a couraça desta mamoa). Criam deste modo um anel de couraça (ou “calçada”) horizontal,

⁶ Será de especificar que as cotas desta parte superior (interna) do arco interior variam entre - 125 e - 150. Porém, se atendermos à diferença de cotas adentro de cada área restrita da parte superior do anel, vemos que a variabilidade é bem menor. Assim, por ex. ,nos quadrados G5 e G6, variam entre -125 e -140; em F5, F6, E5 e E6, variam entre -135 e -150; em G8, G9, F8 e F9 variam entre -123 e -131.

de contorno quase circular, com 7, 8 metros de eixo e no centro da qual se abre o poço e a estrutura A.

O efeito descrito só seria conseguido se o anel fosse visível na sua parte superior, isto é, se em algum momento da construção do tumulus, esta parte da couraça tivesse estado a descoberto. Aquando da escavação, todo o anel interior se encontrava recoberto de terra proveniente, não somente de sedimentações posteriores à construção total da mamoa, mas da colocação intencional dos sedimentos, que constituem, afinal, toda a camada 2⁷.

Num determinado momento, o arco interior e a camada 2 teriam desenhado, em plano (e em corte) um verdadeiro tumulus de contorno subcircular, com cerca de 16 metros de diâmetro ou eixo⁸, razoavelmente destacado do terreno circundante pelo seu perfil em meia lua, o qual teria, no centro, 60 cm de altura mínima. (Ests. XI e XIII)

Nesta camada foram exumados alguns fragmentos de cerâmica de fabrico manual, lisa, e de pasta grosseira, no limite dos quadrado F7/F8, imediatamente acima do fecho do poço central e encostados à parte exterior de uma das pedras maiores que materializam o contorno daquela estrutura. Estes fragmentos não permitem reconstituir a forma do recipiente de que teriam feito parte.

O arco de couraça exterior

Este arco de couraça exterior alonga o tumulus para a periferia em cerca de 5 metros (provavelmente em todo o seu perímetro) e é constituído pelo lajeado da couraça propriamente dita e pelos sedimentos da camada 1 (Ests. IV, V e XII-1).

O corte estratigráfico torna evidente a separação nítida entre o arco interior com a respectiva camada 2 e o arco exterior com a camada 1. O arco exterior assenta no solo primitivo do local — camada 3 ou camada 4 — e dispõe-se “em escama” ou seja, alonga-se numa estreita língua de terra por sobre a camada 2. É possível que primitivamente cobrisse todas as restantes estruturas da mamoa.

⁷ Os sedimentos com características argilosas são mais fáceis de distinguir — pela cor, compactidade e textura — do que, por ex., os sedimentos de origem granítica. Todavia, a camada 2 deste tumulus não apresentava, com referimos, uma cor homogénea. A sua cor “castanho amarelada, com muitos veios negros” variava enormemente de local para local, o que faz supor terem sido as terras recolhidas em locais diferentes e misturadas, provavelmente, um pouco ao acaso, na construção da mamoa. Como esta heterogeneidade se repete em toda a camada 2 (e também na camada 1), também é possível que a camada 2 não tenha sido formada, na sua totalidade, num só momento, embora a estratigrafia não seja explícita neste ponto.

⁸ Tal como indicámos atrás, só nos é possível conhecer com exactidão as dimensões do tumulus no seu eixo N-S

Tal como no arco interior, o segmento de couraça não recobre a camada 1 e é bastante irregular quer em plano, quer em corte.

Do lado N, a sua maior espessura coincide com o limite periférico da camada 2, ao qual encosta; prolonga-se depois para a periferia do monumento, por sobre a camada 4, prolongamento esse que é acompanhado de uma diminuição progressiva da sua espessura. Deste lado assenta totalmente no primitivo solo do local, sendo posteriormente recoberta com os sedimentos da camada 1.

Do lado Sul, só por facilidade de descrição dizemos que existia “uma couraça”. Aquilo que pusemos a descoberto, no G2/G3, foi um nível irregular, mas não remexido, de pequenas pedras, só parcialmente ajustadas umas às outras⁹. Porém, estas pedras assentavam, na sua periferia e tal como no lado oposto, no solo primitivo do local (aqui camada 3). Depois estendiam-se de modo mais ou menos regular, e em direcção ao centro da mamoa, pela parte média dos sedimentos da camada 1. Por sua vez, os sedimentos da camada 1 deveriam recobrir totalmente estas pedras e sobrepor-se, ainda “em escama” e numa extensão de cerca de 3 m, por sobre a camada 2.

A unidade A

Esta unidade define-se, em corte, entre o topo do poço central e o limite superior da camada 2, nos quadrados G6-7, F6-7 e prolonga-se ainda um pouco para E7, numa altura máxima de 54 cm (Cf. Ests. IV, VI, XI e XIII). As pedras que cobrem a parte superior do poço, são comuns à base desta estrutura, o que torna impossível distinguir se as mesmas cumprem *dominantemente* uma função ou outra.

Apresenta-se como uma estrutura composta essencialmente por um empedrado de contorno subcircular, com 2, 8 m de eixo maior (eixo SW-NE), por 2 m de eixo menor (eixo NW-SE) e com a espessura aproximada de 40 cm. Este empedrado é mais espesso e mais imbricado nos primeiros 20 cm da base. A partir daí torna-se irregular, mas o seu limite, relativamente à camada 2, encontra-se bem marcado, quer em plano, quer em corte, através da colocação alinhada de pequenas pedras, predominantemente inclinadas para o interior (Est. V e XIII-1). Aproximadamente no encontro dos eixos maior e menor desta estrutura (pétrea) subcircular alongada, define-se, em plano e em corte, um espaço de perfil em “cuvette”, cujas paredes N e S, são claramente materializadas nas superfícies

⁹ Este nível parecia prolongar-se para o exterior, para o quadrado G1. Não se tomava razoável que escavássemos este quadrado pois coincidia com a margem do ribeiro, cujos sedimentos se encontravam revolvidos.

inclinadas — inclinação igual ou superior a 45° — de 3 lajes aí intencionalmente fincadas — lajes 1, 2 e 3. O topo superior destas lajes sobressai nitidamente do nível do empedrado, chamando a atenção para o espaço interior definido pelas suas bases .

O espaço interior desta unidade era preenchido com terra diferente daquela da camada 2 (aquela integrava alguns carvões) e por pedras de pequeno e médio tamanho.

Aquando da escavação, verificámos que esta Unidade não se encontrava revolvida, e o *seu topo superior* — topo das lajes 1 e 2 — situava-se *aproximadamente* à mesma cota das pedras da parte interna do arco interior. Apesar de se tratar predominantemente de um empedrado, o espaço “em cuvette” que se define entre as lajes 1, 2 e 3, poderá levar-nos a considerar esta estrutura como uma *estrutura aberta*, por contraposição ao *poço, fechado*.

À distância de 30 cm do seu topo superior foram exumados dois fragmentos de dormente de moinhos, em **granito**, quadrado G6 (Est. VII-B).

Esta Unidade A, cuja construção foi obrigatoriamente posterior ao fecho do poço e contemporânea, ou posterior, à construção do arco de couraça interior, *pode ter permanecido durante muito tempo como um espaço ritual e simbólico aberto*. A sua estrutura, localização e estratigrafia parecem apontar nesse sentido, embora não possamos ter garantias absolutas relativas a esta hipótese interpretativa.

E. RECOLHAS

1. Tal como já fizémos notar, neste monumento foi exumado espólio pouco significativo. Além da cerâmica e dos moinhos, já referidos, há a destacar, nos quadrados G2/G3, e na camada 1, 33 cristais de quartzo e ainda duas lascas, também de quartzo, com talhe intencional. Este espólio encontrava-se relativamente concentrado, pois se dispersava por entre as poucas pedras da couraça, e à profundidade de entre 60 e 70 cm (relativamente ao topo do *tumulus*) numa área aprox. de 2 x 1 m.

Alguns dos cristais exumados apresentavam vestígios de utilização; outros serviram ainda como suporte de instrumentos que foram toscamente afeiçãoados, tal como se verifica na descrição e respectivo desenho. Este conjunto de espólio lítico talhado, pelo facto de se concentrar numa área reduzida, *pode* indicar uma deposição intencional.

Passemos à sua descrição.

1. Grande lasca de dorso preparado (raspador duplo convergente ?), intencionalmente talhada, em quartzo leitoso; gume maioritariamente bruto; os retoques, directos e oblíquos, obtidos por

extracções curtas, incidem na extremidade distal esquerda (Est. VII-A-1).

2. Grande e espessa lasca de dorso preparado, intencionalmente talhada, em quartzo leitoso; gume maioritariamente bruto; os retoques, abruptos e em escama, incidem na extremidade distal direita do reverso. Apresenta vestígios de utilização na área retocada (Est. VII-A-2).

3. Pequena raspadeira sobre lasca talhada de cristal de quartzo hialino; gume frontal, regular, obtido através de extracções curtas, directas e muito oblíquas (Est. VII-A-3).

4. Raspadeira alongada, sobre cristal de quartzo leitoso, de bordos em leque e gume convexo preparado através de extracções curtas no verso; retoque directo, unifacial, marginal e oblíquo. Apresenta vestígios de utilização quer no gume quer no “talão”; este último pode indicar vestígios de encabamento (Est. VII-A-IV).

5. Raspadeira alongada sobre cristal de quartzo leitoso, de bordos paralelos e gume convexo preparado através de extracções curtas no reverso; retoque inverso, unifacial, marginal e oblíquo. Apresenta vestígios de utilização no gume (Est. VII-A-5).

6. Lasca talhada de cristal de quartzo leitoso, com o dorso preparado por uma única extracção no dorso e por duas extracções directas na parte medial direita (Est. VII-A-6).

7. Fragmento de cristal de quartzo hialino, retocado na extremidade distal por meio de extracções directas, laminares e rasantes (Est. VII-A-7).

8. Cristal de quartzo leitoso, muito espesso e retocado em toda a sua extremidade distal, onde apresenta vestígios de utilização (Est. VII-A-8).

9. Cristal de quartzo leitoso, muito espesso e retocado em toda a sua extremidade distal, onde apresenta vestígios de utilização (Est. VII-A-9).

10. Cristal estreito e alongado de quartzo leitoso, com a extremidade retocada e muito utilizada. Pode ter funcionado como furador.

11. Cristal de quartzo hialino, curto e largo, provido de gume cortante na extremidade distal, onde apresenta vestígios de utilização.

12. Cristal de quartzo leitoso curto, provido de gume cortante e de pequenos retoques na extremidade distal, onde apresenta vestígios de utilização.

— 8 cristais de quartzo alongados e estreitos, talhados na extremidade distal onde se encontram vestígios de utilização (raspadeiras?)

— 2 espessos e compridos cristais de quartzo leitoso, talhados na extremidade distal e provavelmente utilizados como raspadeiras.

— cristal de quartzo alongado e pontiagudo, talhado na extremidade distal e podendo ter funcionado como buril.

— 3 cristais de quartzo de tamanho médio, amputados (acidentalmente?) da sua extremidade distal.

— 4 espessos cristais de quartzo amputados na sua extremidade distal; um deles apresenta aí retoques descontínuos.

— 3 fragmentos de quartzo, talhados de um núcleo cuja estrutura interna era formada de cristais.

2. Fizemos grandes esforços no sentido recolher directamente, ou por flutuação de terras, carvões e/ou sementes carbonizadas, destinadas quer a análises antracológicas (e paleocarpológicas), quer a análises de C14.

Como o terreno era muito argiloso e compacto — e os carvões, pequeníssimos, desfaziame-se quando intentávamos separá-los da terra —, fomos abrigadas a permanecer vários dias na operação “flutuação de terras” de todas as camadas, mas abrangendo áreas bem localizadas e bem definidas.

Conseguimos fazer as seguintes recolhas de carvão vegetal: Amostra 1 — no G 12, camada 1, arco de couraça exterior (recolha directa) — enviada para análise antracológica; Amostra 2 — no G3, camada 1. Recolha directa numa concentração. A amostra foi identificada antracologicamente e posteriormente foi enviada para datação pelo C14 (ICEN — Sacavém); Amostra 3 — no F7, Unidade A, 1º nível de pedras, recolha por flutuação (enviada para análise antracológica); Amostra

4 — no F7, rebordo do poço, camada 3 (solo antigo?), recolha por flutuação (enviada para análise antracológica); Amostra 5 - Poço funerário, profundidade de 80-120 cm, camada 5 — recolha por flutuação. Esta amostra foi enviada para datação, pelo C14 (Laboratório de Groningen).

Ainda aguardamos os resultados da análise antracológica, embora Isabel Figueiral nos tenha comunicado oralmente que só tenham podido ser identificados (no total de todas as amostras) 3 taxa em 27 carvões. Pertence a maioria a *Crataegus monogyra* (Pilriteiro); os restantes distribuem-se por *Quercus suber* (Sobreiro) e *Quercus* de folha caduca (Carvalho). Esperamos ainda o resultado das análises de C14.

F. PENA DO MOCHO 2 NO CONJUNTO DOS MONUMENTOS SOB TUMULI CONTÍGUOS AOS CIMOS DO MOGADOURO

1. Dos 11 monumentos contíguos aos Cimos do Mogadouro, é de destacar a maior concentração em torno às Serras das Chãs (851 m)/Penas Altas (877 m) (prolongamento da Serra ou pico do Variz), constituída por 8 *tumuli*: 4 integram originalmente o núcleo de Pena Mosqueira, a Sul das Serras supracitadas; a Norte, em Pena do Mocho, existiam também 3 mamoas. Tendo sido destruída a mamoa 4 de Pena Mosqueira e a nº 3 de Pena do Mocho, restam 3 mamoas no primeiro núcleo e 2 no segundo. Já no colo de dois picos da Serra das Chãs/Penas Altas, surge, a uma cota muito elevada — 840 m —, uma mamoa isolada e bastante bem conservada — a mamoa de Mural. Para Sul desta Serra vão surgir 3 monumentos, também isolados: mamoa do Barreiro (escavada) e *Medorra*, de um lado e do outro do Pico de Vilar do Rei; *Modorra* (Vila de Ala), num colo da Serra de Pena Palim. Ambos os monumentos não escavados se encontram em estado avançado de destruição, provocada pelo arroteio sucessivo com máquinas agrícolas potentes (Ests. VIII e IX).

Dado que estes monumentos já foram alvo de algumas publicações, caberá aqui, e a propósito da escavação da Mamoa 2 de Pena do Mocho, justificar (ainda que de modo abreviado) as razões subjacentes ao estudo do conjunto dos *tumuli* do Planalto Mirandês e nomear os factores que conduziram à escavação destes três que indicámos, e não de outros.

Nas considerações particulares sobre a mamoa que motiva esta publicação, interessará desde logo estabelecer, ao nível da estrutura construtiva e da localização topográfica, os pontos de aproximação e de distanciamento da Mamoa 2 de P. do Mocho relativamente à do Barreiro e à nº 3 de Pena Mosqueira.

2. A prospecção da área do Planalto Mirandês¹⁰, iniciada no início dos anos

¹⁰ O Planalto Mirandês corresponde ao território (planático) de “Entre Sabor e Douro”, e, administrativamente, “cobre” os concelhos de Vimioso, Miranda do Douro, Mogadouro e as freguesias

oitenta, indicou as estações pré-históricas distribuídas por dois “andares topográficos” e, simultaneamente, por duas áreas ecológicas. A curva de nível dos 700 m delimita e distingue o *altiplano* — “andar de montano”, zona fitoclimática ibero/ subatlântica, de clima continental —, *dos vales dos rios Douro, Sabor e respectivos afluentes* — “andar de submontano”, zona fitoclimática submediterrânica/iberomediterrânica (e, em zonas menos encaixadas, subatlântica, de clima mais ameno no inverno, mas essencialmente com uma época estival mais prolongada e com maiores temperaturas médias)¹¹. Os monumentos sob *tumuli* acantonam-se todos no centro do peneplano — 11 no planalto do Mogadouro e 2 no de Miranda — em torno à maiores elevações que se soerguem acima das altitudes médias destes planaltos. Os povoados, em montes contíguos ou próximos aos vales, não ultrapassam o “andar de submontano”, permanecendo numa zona ecológica distinta da das mamoaas.

Para entender o povoamento, na Pré-história recente, do Planalto Mirandês, haveria que proceder não só ao estudo dos povoados, mas também ao das mamoaas. A documentação arqueográfica e paleobotânica a obter, conjugada com a cronologia absoluta e relativa, poderiam traçar em linhas gerais (e eventualmente justificar) o quadro da ocupação deste território. Assim, além do estudo dos povoados de Cunho e Barrocal Alto, realizámos a escavação da mamoa 3 de Pena Mosqueira, sendo, desde logo, nossa intenção, proceder à escavação de todo este núcleo. Teria sido metodologicamente mais acertado escavar pelo menos um núcleo para entender como se conjugavam arquitectónica e cronologicamente os monumentos muito próximos uns dos outros, e só então proceder à escavação dos monumentos isolados. Também este tipo de estudo permitiria uma melhor articulação com os povoados. Porém, nos anos seguintes, o estado de perigo de destruição imediata¹² das mamoaas do Barreiro e de Pena do Mocho 2, obrigaram-nos a adiar o estudo articulado dos *tumuli* incluídos no mesmo núcleo.

Deste modo, foram escavados duas mamoaas pertencentes, cada uma, a um núcleo diferente — Pena do Mocho 2 e Pena Mosqueira 3 —, e a mamoa do Barreiro¹³, isolada na zona baixa da encosta do pico de Vilar do Rei.

3. A mamoa 2 de Pena do Mocho, conjuntamente com a mamoa 1, individualizam—se no conjunto dos *tumuli* desta região, no que diz respeito à sua

sias de Fornos e Lagoaça, já no concelho de Freixo de Espada-à -Cinta.

¹¹ Ver “Atlas do Ambiente” e particularmente a *Carta Ecológica — Fito-edafoclimática- de Portugal*, Com. Nac. do Ambiente (1982).

¹² Será correcto falar de destruição imediata pois todos os *tumuli* desta região se encontram em curso de arrasamento, provocado pela agricultura mecanizada, como já referimos.

¹³ SANCHES, M. J. (1987) A mamoa 3 de Pena Mosqueira, Sanhoano (Mogadouro), *Arqueologia*, 15, GEAP, Porto; *idem*, LEBRE, A. e SANTOS, A. (1987) A mamoa do Barreiro — um *tumulus* do Leste de Trás-os-Montes, *Trab. de Antrop. e Etnol.*, XXVII, SPAE, Porto.

implantação topográfica; embora muito próximos um do outro, é o monumento nº 2 aquele que actualmente menos se distingue do terreno circundante (Est. I). Apresentava-se (aquando da escavação) como uma superfície aplanada, embora aqui a sedimentação posterior seja responsável por disfarçar a *fraca curva* que a arquitectura original ainda desenharia na paisagem. Somos de opinião de que o facto de ter sido construído numa superfície plana, acantonada entre o leito do ribeiro e curva convexa do vale, revela, conjuntamente com a própria estrutura arquitectónica, a intenção de esconder o monumento. Se exceptuarmos a mamoa 1, a implantação dos restantes monumentos conhecidos, quer se trate de monumentos isolados ou inseridos em núcleos, parece obedecer em termos topográficos, ao princípio da maior visibilidade.

A mamoa 2 sugere-nos assim *um espaço ritual e simbólico de carácter fechado*, apesar de considerarmos que o mesmo pode ter permanecido aberto — através da estrutura ou Unidade A, que encima o poço central — para rituais, ou para frequências posteriores; possivelmente, e tal como nos noutros locais ou “Centros” sagrados do mesmo tipo (ou de tipo diferente), para “... evocar periodicamente o acontecimento primordial que fundou a condição humana actual”¹⁴ (do seu tempo histórico), isto é, para evocar a realidade por excelência — a realidade sagrada. A estratigrafia indicia ainda a possibilidade de o arco de couraça exterior e respectiva camada que o integra, ter sido construído em *qualquer momento posterior* ao fecho do poço central. A sua construção poder-se-ia articular, cronológica e ritualmente, com esta Unidade A.

Como se depreende da nossa descrição nos pontos anteriores, este *tumulus* orienta-se duplamente para dentro. Do ponto de vista arquitectónico, e tal como os restantes monumentos megalíticos, apresenta um “exterior” — o que se vê de fora —, e um “interior” — o que se esconde no *centro* da mamoa. O que “se vê de fora” aparece no registo arqueológico como um espaço quase uniforme, homogéneo; mesmo que tivesse sido demarcado exteriormente por meio de estruturas percíveis (que não se fossilizaram), a topografia do vale escondê-las-ia quase do mesmo modo. O que “se esconde dentro”, o que é espacialmente “interiorizado”, é que é singular.

O poço funerário(?), no centro do monumento, é de grandes dimensões (c. de 5 m³), tendo exigido um esforço considerável para ser escavado (sem recurso

¹⁴ Citação completa “ Para todos estes povos paleocultivadores [*que o autor não enumera, nem distingue aqui em particular*], o essencial consiste em evocar periodicamente o acontecimento primordial que fundou a condição humana actual. Toda a vida religiosa é uma comemoração, uma rememoração.” ELIADE, M. (s/d) *O Sagrado e o Profano. A essência das religiões.* col. Vida e Cultura, E. Livros do Brasil, Lisboa, pág. 113. Desconhecendo nós o carácter específico dos rituais ligados aos diferentes *tumuli*, só nos é permitido enunciar, em termos gerais, o carácter sagrado que terá presidido à construção e manutenção destes “centros” organizadores (que podem não ter sido os únicos) da vida social destas comunidades.

a instrumentos metálicos) no solo argiloso, duro, compacto e húmido da base. Concentra ainda um razoável esforço na colocação das 7 lajes de xisto que preenchiam parcialmente o seu espaço interior.

A este nível — esforço dedicado à estrutura central dos *tumuli* — podemos aproximar o trabalho investido na escavação e construção do conjunto das estruturas centrais da mamoa 2 com aquele dispendido no talhe, transporte e construção das câmaras megalíticas. Não queremos, com isto, mais do que reforçar a ideia de que a “interiorização” do monumento é indicada por vários factores, e que essa “interiorização” intencional também exigiu um grande esforço da parte da comunidade.

Creemos ser este o momento oportuno para estabelecer as convergências e divergências, *em termos arquitectónicos*, entre as três mamoas escavadas no Planalto Mirandês, pois que relativamente à volumetria/topografia (isto é, volume destacado na paisagem) já insistimos no facto de a mamoa 2 de Pena do Mocho (e, em menor grau, a nº 1 do mesmo núcleo) se apresentar como um caso particular.

Ao contrário da mamoa do Barreiro e da mamoa 3 de Pena Mosqueira, que foram implantadas sobre acidentes topográficos de perfil arredondado, esta foi erigida em campo raso e deprimido. “Em contrapartida”, o volume do *tumulus* realizado (volume teórico e portanto calculado por aproximação e valorizando a aproximação por defeito) apresenta uma distância significativa da mamoa 2 de Pena do Mocho relativamente aos restantes dois monumentos em causa: a mamoa 2 de Pena do Mocho tem 275 m³ de volume (*tumulus* = 270 m³; poço central = 5 m³), a mamoa 3 de Pena Mosqueira, 200 m³, e a mamoa do Barreiro 185 m³ (*tumulus* = 182 m³; poço central ou fossa = 3 m³ *escavados* no solo argiloso e duro da base)¹⁵.

A mamoa 2 de Pena do Mocho exigiu assim um maior investimento, em termos globais, por parte da comunidade¹⁶. É ainda de referir aqui que este

¹⁵ No cálculo do volume considerámos as mamoas como figuras geométricas — um tronco esférico [$V = 1/6 \pi h (3R^2 + 3r^2 + h^2)$] para o *tumulus* __, ao qual adicionámos, em dois casos, o volume dos poços. Os poços foram calculados, mas somente na sua parte escavada no solo de base, como cilindros de revolução [$V = \pi r^2 h$].

¹⁶ J. M. BELLO DIEGUEZ, F. CRIADO BOADO e J. M. VASQUEZ VARELA, no seu trabalho __ (1984), Medio físico y sociedades megalíticas. Aproximation a los problemas constructivos de los megalitos en el NW peninsular- *Gallaecia*, 7/8, Santiago de Compostela, assim com V. Oliveira JORGE (1989), Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais, *Rev. da Faculdade de Letras-História*, 2ª série, VI, FLUP, Porto __ mostram, os primeiros para monumentos galegos, e o segundo para a necrópole da Serra da Aboboreira, o cálculo aproximado do esforço investido na construção de cada monumento megalítico. Valoriza-se, nos dois casos, o esforço simultâneo necessário ao arraste do maior monólito de cada uma das câmaras megalíticas pois só este poderia dar indicações quer sobre o número mínimo de homens implicados na construção, quer sobre o número de elementos da comunidade (estes

investimento pode representar o somatório de acções que podem não ter ocorrido num tempo sequencial curto, como explicaremos adiante.

Nas três mamoas conhecidas pela escavação e qualquer que seja a sua relação cronológica mútua, evidenciam uma permanência de certos métodos construtivos e mesmo de certo tipo de “arquitectura” funerária, ou de “tradições funerárias”¹⁷.

Ressalta de imediato o facto de a M. 2 de Pena do Mocho e a M. do Barreiro apresentarem como estrutura funerária central uma fossa ou poço, cavados no solo de base e parcialmente “forrados” de grandes e pequenas lajes de xisto. Na M. do Barreiro o poço era de menores dimensões e os sedimentos (intactos) que o enchiam eram selados superiormente por um grande bloco de quartzo; na M. 2 de Pena do Mocho o fecho superior do poço foi materializado num lajeado bastante compacto. Estas lajes cumprem ainda a função de “base” de uma estrutura de perfil subcircular de carácter aberto (a Unidade A).

Em ambos os monumentos, as pedras que formam as couraças inserem-se nas terras do tumulus, assentando na sua maior extensão, directamente sobre o solo de base.

A M. 3 de Pena Mosqueira inseria um enterramento realizado directamente sobre o solo de base (delimitado, no registo arqueológico, por um fino “leito” de ocre, mas que pode ter resultado do polvilhamento do cadáver), enterramento sobre o qual, e a partir do qual, se realizou a mamoa. Contudo, ao nível da construção da parte periférica do tumulus, o procedimento foi similar ao da M. 2 de Pena do Mocho. Nestes dois monumentos podemos separar, do ponto de

calculados por extrapolação). Estes cálculos são, como se depreende das conclusões, do máximo interesse. Porém, no caso em questão, não é possível calcular a energia simultânea exigida já que não existem pedras de grande dimensão. A maior pedra da mamoa 2 de Pena do Mocho - nº 10 - pesa 260 Kg ; a pedra nº 9 pesa já muito menos - 117Kg. (calculada a densidade média do xisto como sendo de 1,945 gr./cm³). Aquando da escavação, a pedra nº 10 foi arrastada à mão por cinco homens. De qualquer modo, no nosso caso, o maior investimento de trabalho parece situar-se ao nível da construção do tumulus. Tal como fizeram os autores citados acima, e para o cálculo do nº de horas investido, dividimos o volume da cada monumento por 0,3, pois se considerou que um homem demoraria 1h a cavar, acarretar e depor no tumulus 0,3 m³ de terra e pedras. Esta aproximação apresenta aqui, no nosso trabalho, uma grande margem de erro pois cremos que é muito mais demorado escavar e transportar terra argilosa - a das mamoas que estamos a tratar - do que terra granítica. Apesar das reservas apontadas, apresentamos os valores calculados para as 3 mamoas. Mamoa 2 de Pena do Mocho - 916 horas (cerca de 115 dias de trabalho , de 8 horas); Mamoa 3 de Pena Mosqueira - 666 h (cerca de 83 dias); Mamoa do Barreiro- 616 h (cerca de 77 dias). Teoricamente 10 homens demorariam cerca de 12 dias a construir a mamoa 2 de Pena do Mocho; cerca de 8 dias a mamoa 3 de Pena Mosqueira e cerca de 8 dias a do Barreiro. É provável, contudo, que na erecção dos tumuli toda a comunidade__ homens, mulheres e crianças__, participassem. Deste modo, é-nos impossível calcular , mesmo por aproximação muito grosseira, quer o número de indivíduos envolvidos na construção das mamoas, quer o número daqueles que fariam parte da comunidade.

¹⁷ : Cf. notas 3 e 13__ SANCHES. M. J. , 1987; *idem* 1988; *idem* ,1989; *idem et alii*, 1987.

vista construtivo, dois “momentos”, os quais correspondem (na leitura estratigráfica) a *duas unidades estruturais*: Num primeiro “momento” foi construído um pequeno *tumulus* de planta aproximadamente circular, provido de couraça, ao qual demos, no caso da M. 2 de Pena do Mocho, o nome de *arco de couraça interior*; num segundo “momento” os dois monumentos foram «ampliados» em todo o seu perímetro, ampliação essa que transformou a primitiva linha do perfil numa curva mais suave.

As três mamoa revelam assim espaços funerários fechados, ora em poço selado por um grande bloco (M. B.), ora por um imbricado de pedras (M. 2. P. Mocho), ora ainda por terras do *tumulus* (M. 3 P. Mosq.). Neste último caso a estratigrafia mostrou que o enterramento foi anterior ou simultâneo à construção da parte interna da mamoa e não foi perfurado posteriormente. Todavia, é ainda no aspecto estritamente funerário que a M. 2 de Pena do Mocho, por não incluir espólio votivo, se distancia da riqueza patente nas restantes.

A análise de um tão exíguo número de monumentos, não permite, apesar do seu estado de conservação, fazer outro tipo de inferências acerca destas mamoa tão singulares, a não ser a de que, mais uma vez, elas fazem supor *certas permanências no comportamento ritual e simbólico*.

Na ausência (provavelmente provisória) de datas absolutas para a M. 2 de Pena do Mocho, e na falta de espólio datável, não temos como sugerir qualquer cronologia. As mamoa de Pena Mosqueira 3 e do Barreiro são datáveis da passagem do IV^o ao III^o mil. a. C.¹⁸, mas as tradições construtivas podem ter permanecido por muito tempo nesta região. Como desconhecemos as razões que motivaram a implantação das mamoa 1 e 2 de P. Mocho de um e outro lado do leito do ribeiro do Repasquinho (numa clara relação com a água?) e não em pequenas lombas, também não é possível subtrair desta ocorrência qualquer hipótese cronológica.

4. Em trabalhos anteriores intentámos correlacionar os monumentos do Planalto Mirandês com o território circundante, na senda de motivações que terão presidido a uma implantação tão particular. Acercámo-nos deste através de dois critérios: *o critério da visibilidade* (território abarcado visualmente de cada monumento)¹⁹ e o critério de divisão territorial segundo os *polígonos de Thiessen*²⁰. [No presente trabalho acrescentamos um comentário sobre os territórios potenciais de exploração ou *territórios teóricos de exploração preferencial*. Estes foram estabelecidos com base na distância pedestre e radiante de 12', 30', 60'

¹⁸ Embora só a mamoa 3 de Pena Mosqueira tenha sido datada pelo C14. Cf. nota 3, SANCHES, M. J. (1989).

¹⁹ Sobre as razões que nos levaram a traçar os territórios visuais, ver o nosso trabalho indicado na nota 3 - SANCHES, M. J. (1990).

²⁰ Cf. nota 3, SANCHES, M. J. (1988).

e 120' (2 horas), tomando como referência a mamoa] Como ainda não podemos traçar um quadro cronológico relativo para estes monumentos, a nossa abordagem tem, por enquanto, um “carácter experimental” na medida em que ela irá orientar a nossa pesquisa futura. Caracterizámos ainda cada um destes “territórios” segundo a ecologia actual: topografia/clima/cobertura vegetal, potencialidade do solo e riqueza hídrica (circulação de água e capacidade de retenção hídrica do solo).

As fronteiras estabelecidas por cada um destes traçados não são coincidentes, mas como são extremamente sugestivas em termos interpretativos, iremos abordá-las ainda que sucintamente.

Os territórios visuais (Est.VIII) demarcam-se adentro de áreas específicas e ecologicamente privilegiadas — pois incluem essencialmente vales abertos de superfície — e acantonam-se junto às serras ou picos quartzíticos. Segundo indicámos, esta preferência poderia ser explicada de dois modos. Ou os territórios visuais correspondem a territórios de exploração específica — recorrentes ou alternativos —, utilizados em épocas de escassez (provavelmente estas “épocas” surgiriam de modo mais ou menos regular) por populações que viviam nas imediações e portanto demarcados por razões socio-económicas (e simbólicas), ou de um *real território de exploração sazonal*. Quer num caso, quer no outro, a construção da mamoa poderia materializar a resposta a tensões económicas existentes adentro de territórios mais ou menos alargados. Este poderia ainda ser também o carácter dos territórios de exploração de 30' (e mesmo dos de 60'), os quais incluem os territórios de visibilidade, como notaremos adiante. O “epicentro” desses territórios alargados (territórios que eventualmente serão indicados pelos polígonos de Thiessen) estaria, neste caso, representado pelos Cimos do Mogadouro. O rico potencial agro-pastoril das zonas imediatas a estes picos — potencial decorrente da combinação específica de solos de boa qualidade (solos de classe A e A+F)²¹ com abundantes recursos hídricos (onde não raras vezes os solos atingem a saturação, mesmo no Verão), combinação quase única em todo o penepiano — poderia justificar as razões desta tensão.

É de referir que na economia tradicional (economia das aldeias situadas em torno aos Cimos do Mogadouro, como Sanhoane, Variz, etc.), estes vales correspondem às áreas de terreno mais rentável, sendo utilizadas essencialmente para pasto do gado bovino (a principal riqueza destas comunidades aldeãs). A agricultura cerealífera fazia-se exclusivamente em solos mais leves, com menor capacidade de retenção de água e com circulação hídrica quase ausente — lombas e terrenos das encostas suaves. Actualmente os vales, depois de

²¹ Carta de Capacidade de Uso do Solo, na esc. 1:1 000 000, Atlas do Ambiente, Comissão Nacional do Ambiente.

drenados e arroteados com maquinaria agrícola, revelam todo o seu potencial. Julgamos que na Pré-história deveriam ter correspondido a zonas ecológicas especiais, muito florestadas e potencialmente ricas quer para pastagens permanentes, quer para a exploração florestal (e recolectora), já que os meios técnicos dessa época não permitiriam o arroteio de solos tão pesados.

Para testar o modelo de implantação que apontámos acima, delimitámos (de acordo com os geógrafos) o Planalto Mirandês pela curva dos 700 m e ensaiámos a aplicação territorial dos polígonos de Thiessen à maior concentração de monumentos sob *tumululi*, isto é, àqueles contíguos aos Cimos do Mogadouro (Est. IX)

Como desconhecemos a cronologia de cada monumento, no caso dos “núcleos” — Pena do Mocho, com 3 monumentos e Pena Mosqueira, com 4 — julgámos mais prudente considerar e privilegiar como uno o território de cada um, em detrimento daquele que se definiria em torno a cada *tumululus* (visto de forma individual). No entanto, no mapa que apresentamos, figura, a traço mais fino, a compartimentação do território adentro do “núcleo” de Pena Mosqueira; no “núcleo” de Pena do Mocho, separámos, ainda com traço fino, as mamoaas 1 e 2 (quase contíguas entre si), da mamoa 3.

Ao olhar o mapa da Est. IX, chama-nos a atenção o modo como se definem os territórios: tomam como eixo o alinhamento dos Picos quartzíticos — de SW a NE — e alongam-se para um e outro lado da superfície planáltica. Os mesmos incluem, em cada caso, os respectivos territórios de visibilidade que temos vindo a considerar neste trabalho.

Esta compartimentação do território segundo os polígonos de Thiessen, parece estar de acordo e mesmo apoiar o modelo que temos vindo a propor: 1) o território agora definido para cada monumento isolado ou para cada “núcleo”, inclui a área de visibilidade definida atrás (com todas as zonas potencialmente mais ricas do ponto de vista ecológico); 2) amplia enormemente a área planáltica pois os polígonos vão abranger todo o peneplano que se estende dos picos ao rebordo do planalto (curva dos 700 m).

As comunidades que tumularam no centro do peneplano poderiam relacionar-se em termos de exploração do território com a área definida adentro de cada polígono; o território demarcado pela implantação dos monumentos, e que definimos pelo critério da visibilidade, porque mais rico, seria provavelmente alvo de um tipo de exploração específica.

Na demarcação dos *territórios de exploração potencial*, verificámos que no caso dos núcleos de Pena Mosqueira e Pena do Mocho, a não ser o território de 12' que difere de uns monumentos do mesmo núcleo para os outros, o traçado das linhas de 30', 60' e 2h são quase coincidentes em todos eles. Decidimos assim valorizar o monumento que apresentava um maior território e, deste modo,

o critério seguido foi similar ao dos polígonos de Thiessen.

A imagem dada pelos territórios de exploração (de que não apresentamos a figura nem descrevemos em pormenor sob pena de alongar enormemente este trabalho) apresenta alguns aspectos interessantes. Passemos à sua exposição sintética.

Todos os monumentos (neste caso o núcleo é abordado como um monumento único) aparecem separados entre si pelo território de 30' (ou superior) de cada um deles. No caso da mamoa de Mural é de notar que o território de 30' intercepta levemente quer o de Pena Mosqueira, quer o de Pena do Mocho.

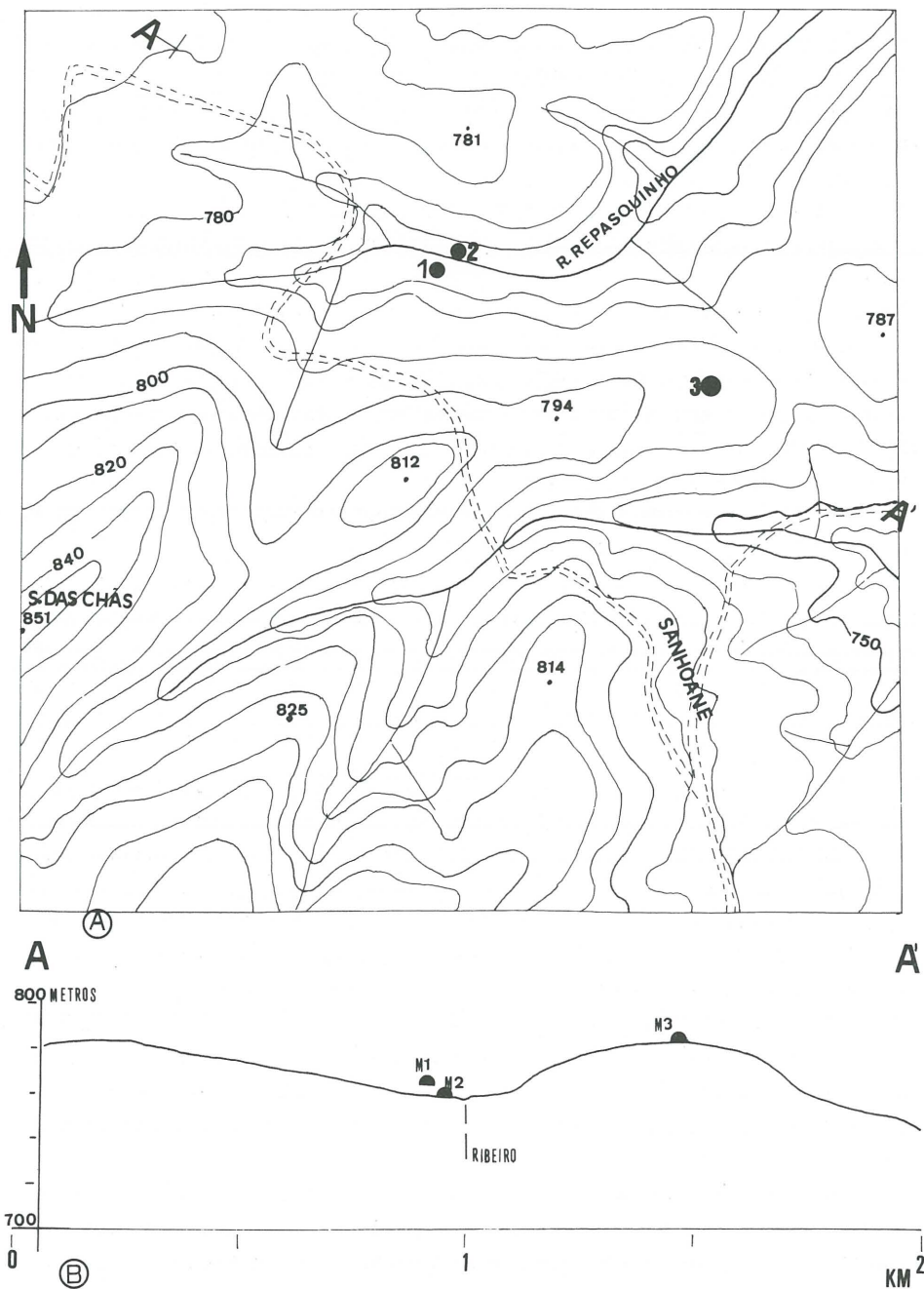
Nos monumentos situados em torno às Serras das Chãs-Penas Altas (núcleos de P. Mosqueira, de P. do Mocho e M. de Mural) o seu território de 60' aparece perfeitamente individualizado do território, também de 60', das mamoas do Barreiro e Modorra (para já nem sequer referir a Medorra, na qual só os territórios mútuos de 2h se tocam).

A mamoa de Mural inclui-se no território de exploração de 60' de ambos os núcleos — P. Mocho e P. Mosqueira.

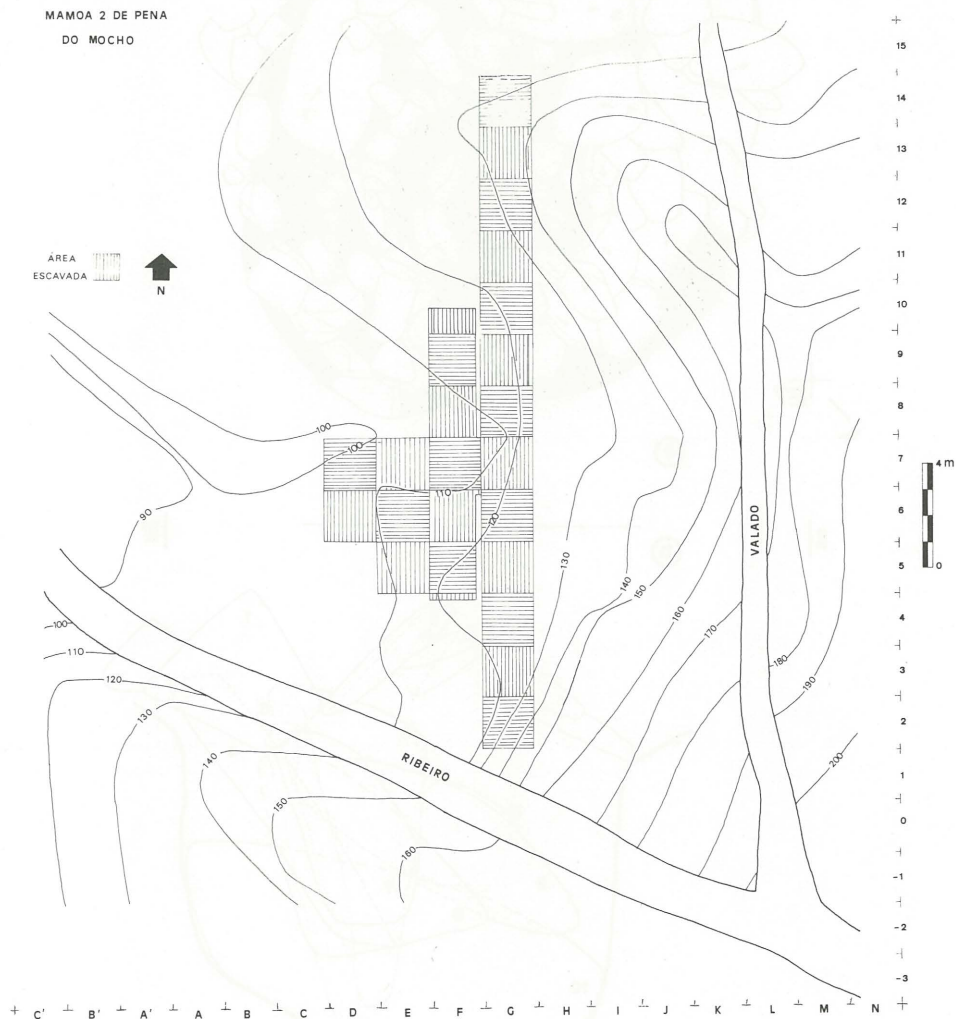
O território de exploração de 60' e de 2h de todos os monumentos, desenham-se de forma subcircular em torno àqueles, mas alarga-se enormemente na superfície planáltica (pois estamos a tratar de distâncias pedestres). À excepção da Medorra, cujo território de 2h ultrapassa a curva dos 700 m, os dos restantes monumentos só atingem o limite do peneplano, que demarcámos pela curva referida atrás.

O traçado dos territórios de exploração preferencial distingue-se dos anteriores territórios de visibilidade pois desenha figuras subcirculares, concêntricas em torno aos monumentos. Porém, dada a localização particular destes *tumuli*, os territórios de visibilidade ficam sempre incluídos nas distâncias pedestres de 30' e 60', reforçando assim a ideia de que a implantação destas mamoas obedeceria, com grande probabilidade, à demarcação de territórios ricos do ponto de vista económico. O facto de todos os monumentos aparecerem separados entre si pelo território de exploração imediata — 30' —, concorre ainda para apoiar a mesma hipótese. Ainda os dois modelos de que estamos a tratar — territórios de visibilidade/territórios de exploração preferencial —, parecem reafirmar a individualização dos monumentos, individualização essa que antes era apontada essencialmente pela topografia.

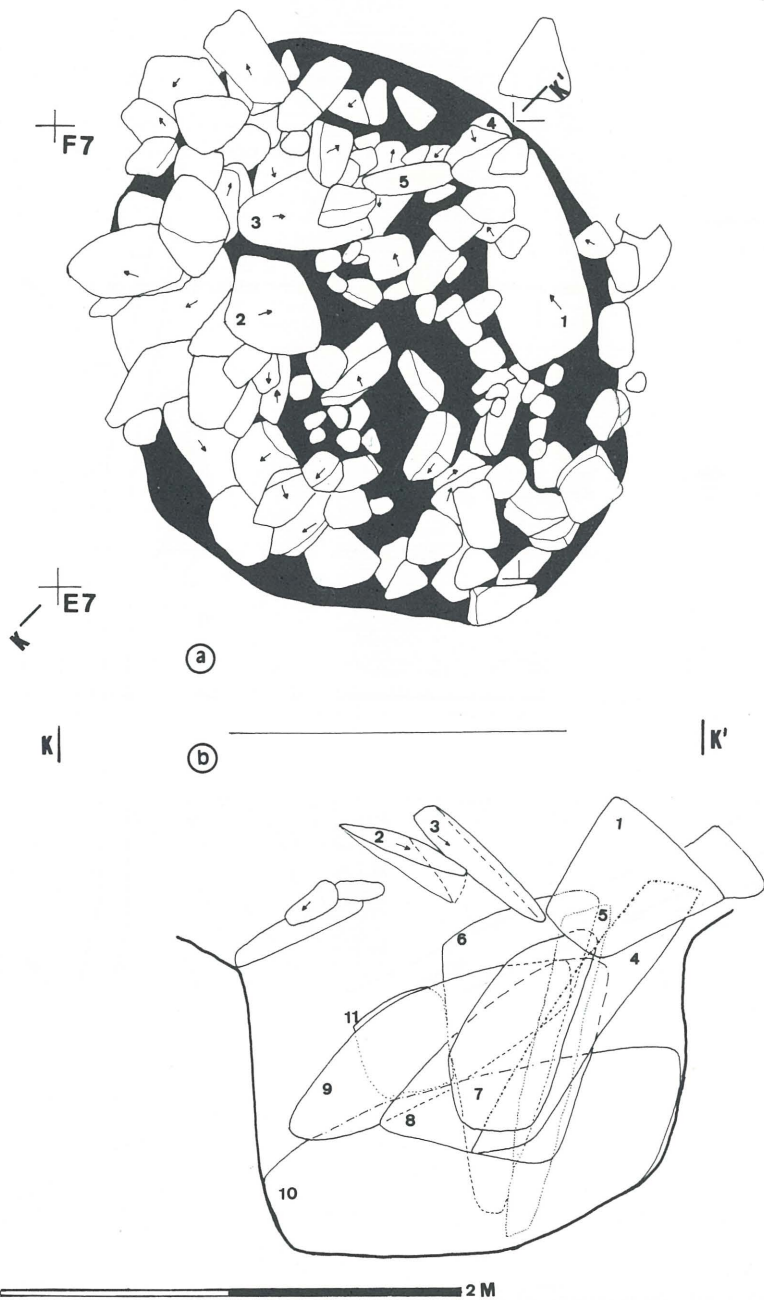
Como temos vindo a repetir, a falta de uma cronologia relativa (e absoluta), impede outras considerações, sendo de destacar que estes modelos não valorizam o papel individual dos monumentos incluídos em cada um dos núcleos. Naturalmente só o seu estudo completo poderá explicar as motivações subjacentes à individualização/agrupamento das mamoas do Planalto Mirandês.



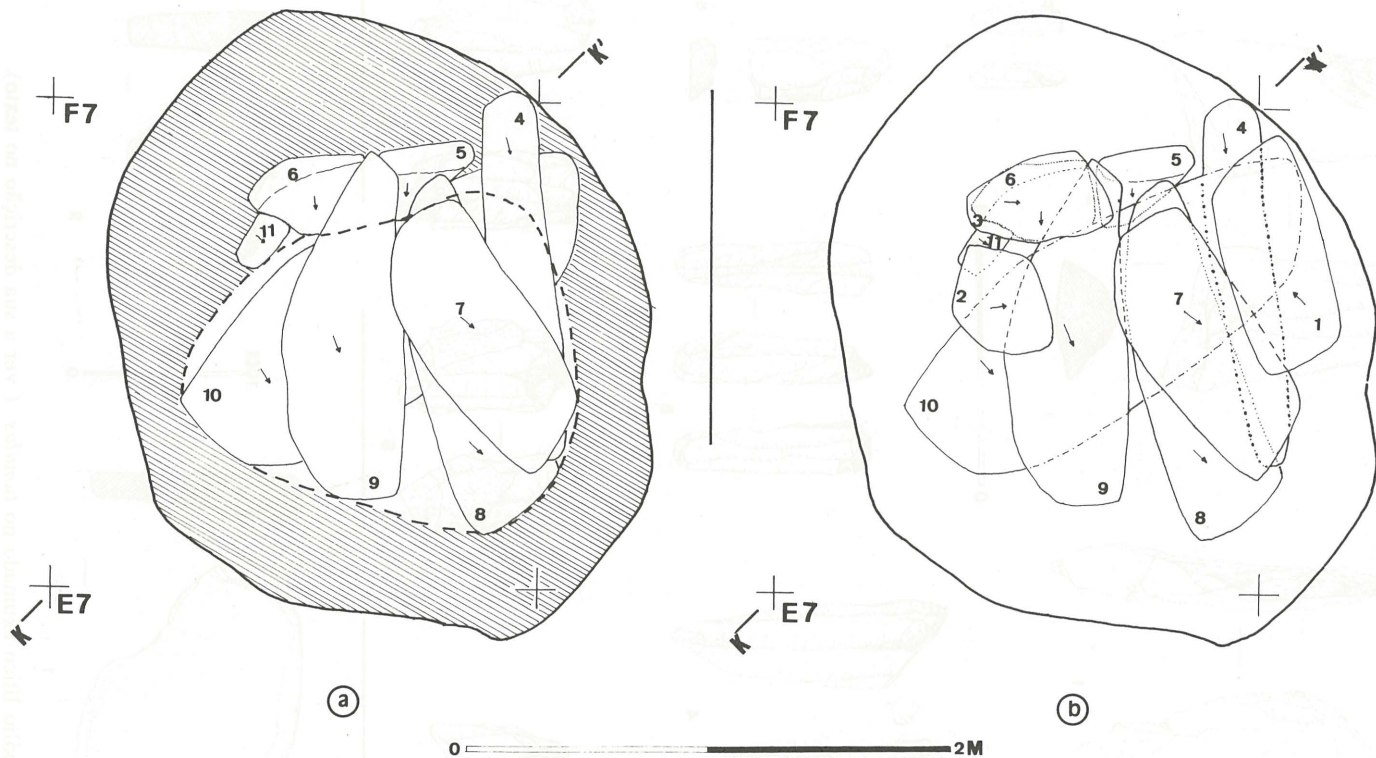
A — Localização da mamoa 2 de Pena do Mocho, no núcleo do mesmo nome. 1, 2 e 3 — mamoads 1, 2 e 3 respectivamente. B — Perfil topográfico A-A' referente ao mapa acima. Tudo com base na Carta Militar de Portugal, esc. 1:25 000 (ampliada), folha 94.



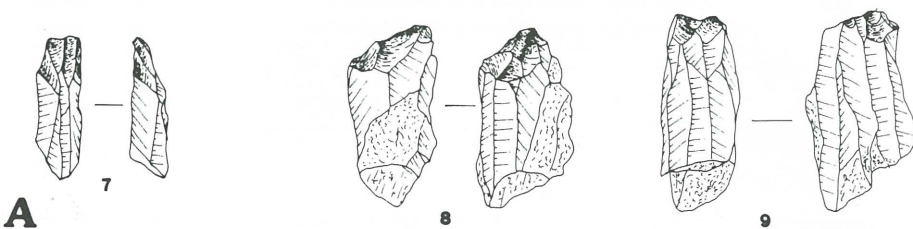
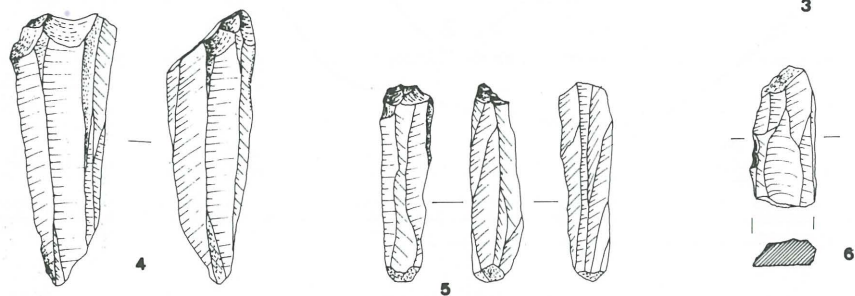
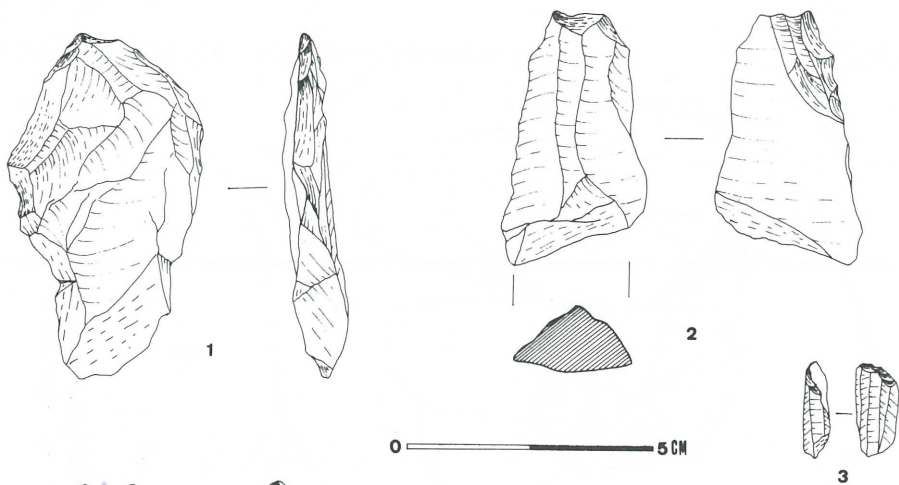
Levantamento topográfico da mamoa 2 de P. Mocho, com indicação da área escavada, do Ribeiro do Repasquinho e do Valado.



a — Unidade A em planta. A negro está marcado o contorno da boca do poço. 1, 2 e 3 são lajes da Unidade A; 5 é já o topo de um “esteio” que forra a parede do poço. (Quer nos desenhos, quer nas fotos, as pedras são indicadas sempre pelo mesma numeração). b — Alçado, segundo o eixo K-K' (ver est. VI), das lajes maiores que se inseriam na Unidade A — 1, 2 e 3 —, e no poço central — 4 a 10.

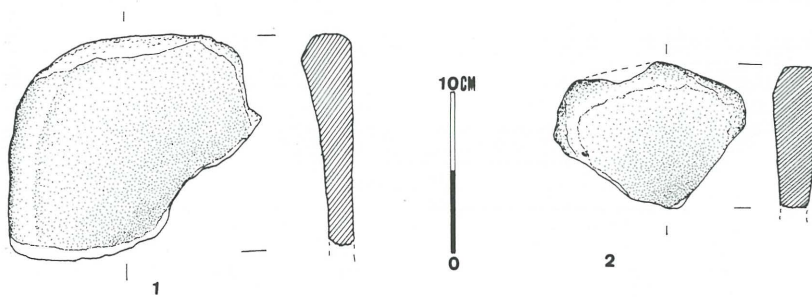


a — Poço central visto em planta. O tracejado corresponde à projecção horizontal do fundo. b — Representação, em planta, de todas as grandes lajes que se inseriam na Unidade A e no poço central.

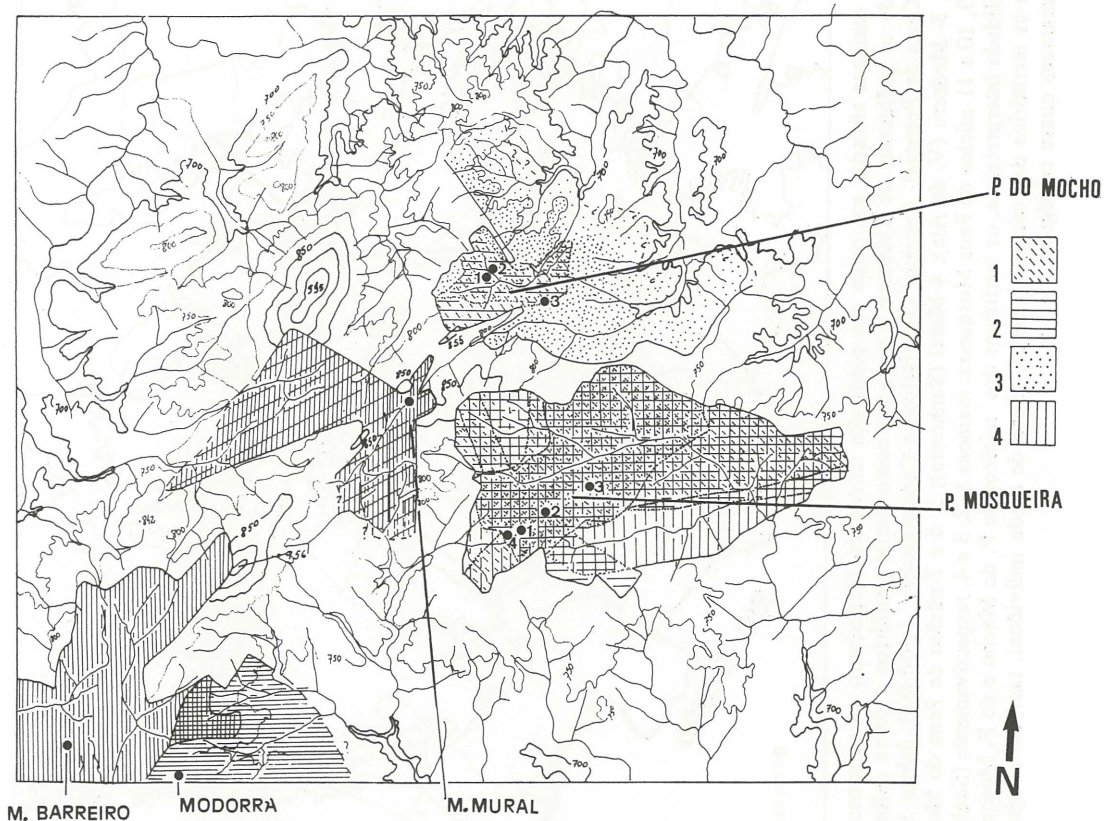


A

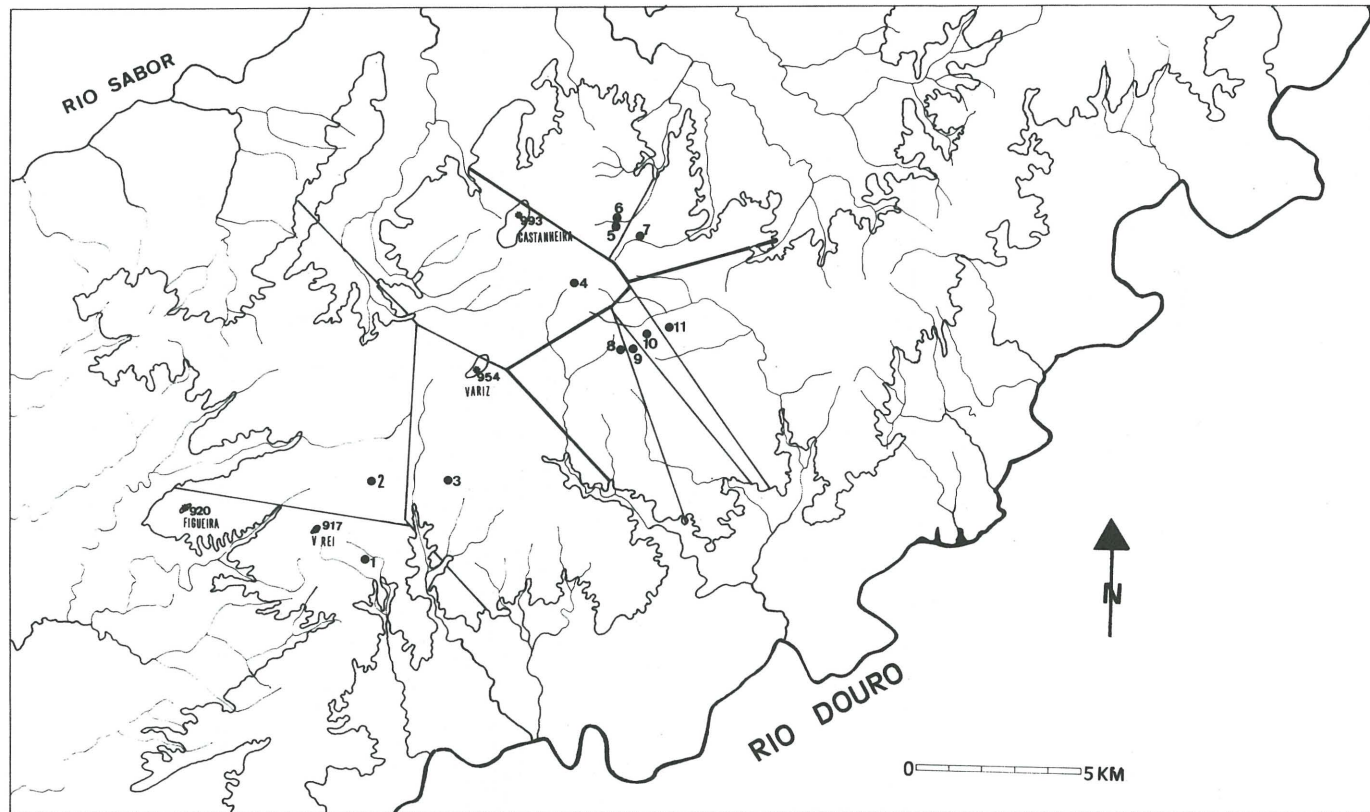
B



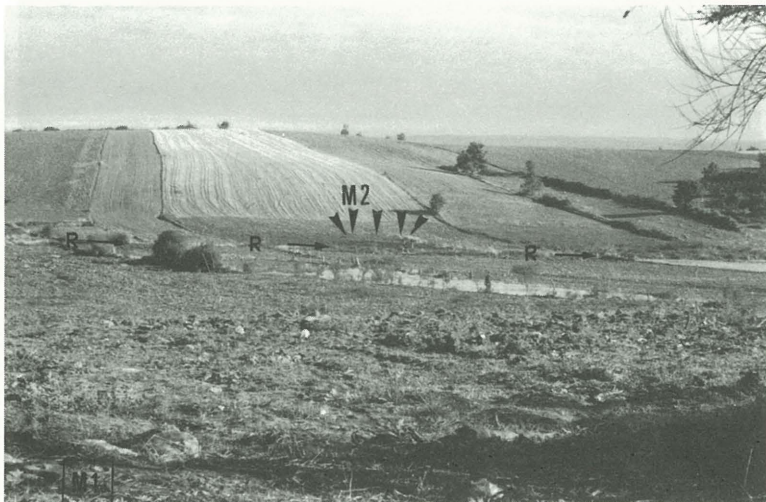
Espólio lítico exumado no *tumulus* (ver a sua descrição no texto).



Territórios de visibilidade dos seguintes monumentos: Mamoas 1, 2, 3 e 4 de Pena Mosqueira (a trama indicada na legenda refere-se aos monumentos incluídos em qualquer dos núcleos, por ex. 1 é o território de visibilidade da mamoa 1; 2- o território da mamoa 2, etc.); Mamoas 1, 2 e 3 de Pena do Mocho, Mamoa de Mural. No caso das Mamoas de Barreiro e Modorra, o território de visibilidade só figura de modo parcial. As fronteiras visuais foram traçadas na Carta Militar, à esc. 1:25 000, e posteriormente aferidas no terreno.



Territórios das mamoas situadas em torno aos picos dos Cimos do Mogadouro — os picos estão marcados com um asterisco —, traçados segundo os polígonos de Thiessen e tomando como limite periférico a curva delimitadora do altiplano-curva dos 700 m. (Com base na Carta de Portugal- Serviços Geográficos e Cadastrais-esc. 1:100 000, folhas 11 e 12). 1-Medorra; 2-Barreiro (ambas em V. do Rei); 3- Modorra (V. de Ala); 4-Mural (Sanhoane); 5, 6 e 7-núcleo de Pena do Mocho: mamoas 1, 2 e 3, respectivamente (Sanhoane); 8, 9, 10 e 11-núcleo de Pena Mosqueira: mamoas 1, 2, 3 e 4, respectivamente (Sanhoane), tudo no concelho do Mogadouro. Para maior facilidade interpretativa, os territórios dos núcleos de P. do Mocho e de P. Mosqueira estão divididos por um traço mais grosso, embora os territórios de cada monumento, vistos de modo individual, também estejam marcados. Exceptua-se P. do Mocho 1 e 2 que são mamoas quase contíguas.



1 — Mamoa 2 de Pena do Mocho (M2) vista da mamoa nº 1 (M1).
R- ribeiro do Repasquinho.



2 — Mamoa 2 de Pena do Mocho no início da escavação. Reparar no terreno deprimido escolhido para a sua implantação. R - ribeiro do Repasquinho.



1 — M. 2. P. Mocho. Vê-se o arco de couraça interior e a parte superior da Unidade A.



2 — M. 2. P. Mocho. Outra fase da escavação da Unidade A; corte estratigráfico do arco de couraça interior.



1 — M. 2. P. Mocho vista de N- ACI- arco de couraça interior; ACE- arco de couraça exterior já escavado. Reparar como a base do arco de couraca interior, e todo o arco de couraça exterior, se inserem numa terra lamacenta, onde ressurgia abundante água, embora se estivesse no fim da época estival.



2 — M. 2. P. Mocho vista de S- ACI- arco de couraca interior; 1, 2 e 3 indicam as camadas 1, 2 e 3, respectivamente. Reparar no modo como a camada 1 se sobrepõe à 2.



1 — M. 2. P. Mocho vista de Poente. A- Unidade A; 1, 2 e 3 são as lajes maiores desta Unidade.



2 — Pormenor da Unidade A, na parte que na foto acima se escondia sob a banqueta: 1- laje da Unidade A; 4 e 5 indicam o topo das lajes que se vão enterrar verticalmente (5) ou subverticalmente (4) no poço central.

PROSPECÇÃO SISTEMÁTICA NO PLANALTO DA FREITA (AVEIRO/VEISEU)

I. MONUMENTOS MEGALÍTICOS E DE TRADIÇÃO MEGALÍTICA — PRIMEIROS RESULTADOS*

por

António Manuel S. P. Silva **

RESUMO

Apresentam-se os resultados da 1ª fase de um projecto de prospecção arqueológica nas superfícies culminantes da Serra da Freita (Arouca/Vale de Cambra). O número de monumentos funerários «sob *tumulus*» (já que poucos serão efectivamente megalíticos) conhecidos passou, assim, de 3 para 16, embora não tenha sido detectada qualquer estação de *habitat* ou de outro tipo não sepulcral.

ABSTRACT

This article presents the first results of a systematic archaeological field survey in the highest plateaux of «Serra da Freita» (Arouca/Vale de Cambra, Aveiro). The number of burial mounds (some of which contain megalithic chambers) previously known in the area raised from 3 to 16, although no settlement has been found so far.

INTRODUÇÃO

O megalitismo da região de Arouca começou a ser estudado nos anos 50, altura em que D. Domingos de Pinho Brandão efectuou uma série de curtas escavações em diversos monumentos da freguesia de Escariz. Todavia, os resultados dessas campanhas ficaram quase na totalidade inéditos, tendo vindo a público apenas uma breve notícia num periódico local (Brandão, 1957). Parte

* Trabalho realizado no âmbito do Mestrado de Arqueologia da Fac. de Letras da Universidade do Porto. Os nossos agradecimentos ao Prof. Doutor Vítor O. Jorge, de cujas sugestões e análise crítica muito beneficiámos na revisão do texto inicial deste trabalho.

** Centro de Arqueologia de Arouca. Ap. 39. 4540 AROUCA

do espólio exumado nesses trabalhos pioneiros foi recentemente estudado por V. O. Jorge (1987), mas permanecem grandes dificuldades para acertar a proveniência exacta dos artefactos, dado o método muito pessoal de registo do falecido bispo.

A partir de 1983, Fernando A.P. Silva iniciou um projecto de estudo sistemático do megalitismo da área, no âmbito do qual foram já escavados 9 monumentos funerários¹, encontrando-se em curso de escavação a Mamoá da Portela da Anta (Silva, F.A.P., 1986b e 1990). Com os trabalhos de prospecção que desde então vêm sendo desenvolvidos conhecem-se presentemente no concelho de Arouca cerca de uma centena de monumentos megalíticos, metade dos quais na freguesia de Escariz, núcleo de momento melhor estudado.

Na Serra da Freita, cuja área se distribui maioritariamente pelo concelho de Arouca (mas também pelos de Vale de Cambra e S. Pedro do Sul) só se conhecia tradicionalmente o dólmen da Portela da Anta, referido já por Amorim Girão (1921) e por Georg e Vera Leisner (1956), que inclusivamente publicaram um esboço planimétrico da mamoá (*idem*, tafel 33 e 49). Nos últimos anos localizaram-se mais dois pequenos monumentos (Cando e Monte Calvo 1), sendo portanto apenas três os *tumuli* conhecidos na Freita à data de início do presente programa de prospecção.

Desta forma, a imagem da serra no respeitante a vestígios pré-históricos era até há pouco tempo a de uma grande pobreza de monumentos megalíticos (Silva, F.A.P. 1990), contrastando com a abundância destas sepulturas nas áreas vizinhas. Importava portanto verificar se era correcta esta impressão ou se, pelo contrário, se podia explicar pela falta de trabalhos de prospecção sistemática o desconhecimento de outros *tumuli*.

Por outro lado, os planaltos da Freita parecem constituir como que uma zona de transição entre dois «megalitismos» de contornos em muitos aspectos distintos: o de Escariz, sugerindo tratar-se no geral de um núcleo de grande antiguidade (Silva, A. M. 1990), com monumentos normalmente constituídos por câmaras simples, verificando-se a ocorrência de arte parietal e aparentes especificidades ao nível do mobiliário sepulcral, como a escassez de machados polidos e pontas de seta, em contraposição à frequência de geométricos (incluindo um número bastante representativo de segmentos) e à elevada ocorrência de contas discóidais em xisto; e o «núcleo» beirão ocidental, de megálitos aparentemente de maior monumentalidade. Infelizmente, estão praticamente por estudar os monumentos dos concelhos ocidentais do distrito de Viseu, especialmente Castro Daire e S. Pedro do Sul, apesar de existirem bastantes sepulcros, mesmo nos patamares intermédios a sul da Freita, como acontece na área do Juncal/Bostarenga, em Manhouce (Girão, 1921). O

¹ V. bibliografia final.

grande dolmen de corredor da Portela da Anta, em pleno coração da Freita, parece precisamente distanciar-se um pouco do «núcleo de Arouca», aproximando-se mais da tipologia de muitos monumentos beirões ou de alguns da Serra do Arestal, a Sudoeste.

Desta maneira, um projecto de prospecção sistemática nas áreas culminantes da Serra da Freita como o que iniciámos pode contribuir de modo significativo para uma investigação acerca das características da expressão megalítica numa zona importante como essa de transição entre a Beira Alta e o Douro e Beira Litorais.

QUADRO ADMINISTRATIVO E NATURAL

A área em que temos vindo a efectuar o nosso programa de prospecção situa-se administrativamente, na sua maior parte, no concelho de Arouca (freguesias de Albergaria da Serra e Cabreiros), pertencendo parte das encostas a sul à freguesia de Rôge (Vale de Cambra) e alongando-se ainda o planalto e as encostas a S. e SE. pelas freguesias de Arões (Vale de Cambra) e Manhouce (São Pedro do Sul), dividindo por aqui o distrito de Aveiro com o de Viseu.

Esta região integra-se, do ponto de vista das grandes unidades morfo-estruturais peninsulares, na orla ocidental do «maciço antigo». Os relevos do Montemuro, da Gralheira e, em parte, do Caramulo, constituem precisamente as plataformas de erosão que marcam o contacto do bloco hespérico com a orla mesocenozóica de abrasão litoral (Est. I). Numa outra perspectiva, mais centrada no noroeste ibérico, essas superfícies de aplanamento periféricas representadas pelo conjunto Gralheira-Montemuro, de orientação geral NO-SE-NE, definem o bordo meridional do que Choffat (1907) classificou como «sistema galaico-duriense».

Foi Amorim Girão quem propôs a designação *Maciço da Gralheira* para «as complicadas formas de relevo que limitam ao N. a bacia hidrográfica do Vouga» (1922: 23), uniformizando assim sob um corónimo comum um conjunto de alturas localmente referidas como S. Macário, Arada, Freita, Arestal, etc. A região tem sido objecto de estudos geográficos recentes, em especial, na zona que particularmente nos interessa, ao nível da geomorfologia e tectónica, quer no contexto regional (Ferreira, 1978), quer num plano mais monográfico com os trabalhos de Rochette Cordeiro (1985, 1986a-c, 1988).

A Serra da Freita ocupa o sector mais ocidental do maciço da Gralheira (Est. I e II). Trata-se essencialmente de um «bloco peneplanáltico central de altitudes bastante homogéneas» (Moura, s/d), constituído principalmente por uma vasta área de aplanamento pontuada por relevos residuais acima dos 1000 m de altitude, nomeadamente S. Pedro-o-Velho (1077 m), Radar (1084), Detrelo da Malhada

(1099), Malhada (1102), Videiro (1097), Serlei (1092), etc. (Ests. II e IV).

Do ponto de vista litológico (Est. III, fig. 2) o planalto da Freita é basicamente composto pelo soco metassedimentar dos «Xistos das Beiras», integrando especialmente xistos argilosos, grauvacóides e quartzitos cinzentos, atravessado por uma ampla intrusão magmática de granitos de tendência alcalina, de duas micas, geralmente de grão médio (Pereira *et al.*, 1980). A norte, a curva de nível dos 800 m atinge ainda parte da mancha dos quartzodioritos biotíticos do designado «Maciço de Arouca». Numerosos filões de quartzo e esparsos diques de microgranitos alcalinos completam o quadro geológico da área.

A cobertura natural da zona culminante, acima dos 900 m, está praticamente despida do estrato arbóreo, confirmando a expressão de Pinho Leal em meados do século passado, segundo o qual a Freita apenas produzia «pouco e enfezado mato rasteiro do meio para cima» (1874: 230). As florestações de meados do presente século implementaram essências como as do pinheiro bravo (*pinus pinaster*) e selvagem (*p. sylvestris*) em áreas limitadas, restando ainda pequenas populações de carvalhos (*quercus robur*), videiros (*betula pubescens*) e outras espécies. No geral, todavia, verifica-se uma vegetação arbustiva em que domina largamente a carqueja (*Chamaespartium tridentatum* L., P. Gibbs) associando-se especialmente aos urzais (*Erica* spp. e *Calluna vulgaris* L.) em terrenos mais xistosos, ou preferentemente ao tojo (com *Ulex* spp.) se em áreas graníticas (Moura, s/d). No essencial podemos dizer que esta tríade arbustiva (carqueja-urze-tojo) domina praticamente todo o espaço não rochoso, interrompida por algumas manchas de giestal (*sarothamnus scoparius* e *spartium junceum*, L.) ou dando lugar ao estrato herbáceo nas zonas de lameiro.

Naturalmente, importaria analisar se esta paisagem actual tem alguma correspondência com a de épocas pré-históricas. Não dispomos de estudos paleoclimáticos, polínicos ou outros que nos permitam aferi-lo, mas é possível que também a Freita tenha sido objecto da «dénudation ancienne» (Ribeiro, 1970) que afectou outras montanhas e planaltos beirões, conforme foi comprovado para a Serra da Estrela, em cujos andares superiores a floresta montana natural ter-se-á conservado até à Baixa Idade Média (Romariz, 1950; Van den Brink/Janssen, 1985).

A PROSPECÇÃO

A primeira fase de prospecção decorreu entre Março e Setembro de 1990, período durante o qual efectuámos 16 saídas de campo, totalizando 62 horas de prospecção no terreno. Na Est. III – 1 assinalam-se as áreas já prospectadas, que cobrem principalmente o sector ocidental do planalto.

Adoptámos como metodologia no terreno a efectuação de percursos a pé, usando como principais pontos de referência, por serem os mais simples, caminhos, cursos de água, marcos geodésicos, linhas de corrente eléctrica, etc. Normalmente, o «scanning» de cada área foi feito por meio de percursos paralelos ou em «zig-zag», cada um a distâncias máximas de 30-50 metros do anterior, de modo que toda a área fosse percorrida e visualizada. Sempre que possível visitámos cada área mais que uma vez e os percursos foram estreitados nas zonas florestadas, mais pedregosas ou de vegetação rasteira particularmente densa.

Em princípio, fixámos a curva de nível dos 800 m como limite inferior da área de prospecção. Todavia, uma vez que nos interessa particularmente a zona sub-planáltica, os percursos obedeceram preferentemente a factores topográficos que altimétricos.

As Estampas III, 1 e II apresentam a área prospectada e os *tumuli* referenciados até ao momento.

ALGUMAS NOTAS AO INVENTÁRIO DOS *TUMULI* (ANEXO)

Atendendo ao pequeno número de monumentos escavados e dado que o projecto de prospecção está ainda em curso, podendo vir a ser localizados outros *tumuli*, adiamos por agora uma análise mais aprofundada da natureza dos sepulcros ou da estratégia da sua implantação topográfica. O que se segue constitui, portanto, pouco mais que um breve comentário às 16 fichas de estação que adiante anexamos.

a) «Megalitismo» e «tradições megalíticas»

O facto de só terem sido objecto de escavação arqueológica até ao momento 2 dos 16 monumentos da Freita (a Portela da Anta e a pequena mamoa de Cando) obriga-nos a considerar os *tumuli* praticamente apenas em função das suas dimensões visíveis, o que naturalmente não garante grande segurança a quaisquer interpretações que se façam.

Seja como for, a Portela da Anta (Est. VII, fig. 1) é até ao presente o único monumento de arquitectura megalítica confirmada em toda a zona ocidental do planalto. É possível que alguns dos *tumuli* maiores que referenciamos possam preservar ainda vestígios de câmaras simples megalíticas (Barraca 2, Cumeeira 1, Devesa 1, Detrelo 1, Laceyras) ou mesmo até com corredor (Devesa 2?), mas a maior parte das mamoas não apresenta dimensões aparentemente compatíveis com estruturas megalíticas, o que se comprovou recentemente com a escavação de Cando, uma das

mamoas mais pequenas do conjunto, que se revelou um *tumulus* muito baixo com um espaço funerário central reduzido e de estruturação indefinida, não fornecendo qualquer espólio².

Alguns dos outros monumentos sugerem assemelhar-se a este último, constituindo aparentemente a Mamoa do Braceiro (Est. VIII, fig. 2) um *tumulus* que poderia ter contido uma sepultura cistóide rodeada por um pequeno anel de blocos, estrutura provavelmente tardia em que a visibilidade e «maculação da paisagem» próprias do megalitismo são elementos já quase inexistentes.

Embora seja muito relativo o rigor da medição dos eixos dos *tumuli* ou o cálculo do seu desnível em relação ao terreno circundante, tarefas que a própria vegetação por vezes quase que impossibilita, não deixa de ser curiosa a proporção verificada entre aqueles descritores.

No Quadro 1 agrupamos os 16 monumentos por ordem de grandeza dos *tumuli*³, evidenciando-se claramente uma relação directa entre os diâmetros ou

QUADRO 1

Relação entre o comprimento dos eixos e a altura visível dos tumuli

MONUMENTOS	EIXOS (m)		ALTURA APROX. TUMULUS		
	N-S	E-O	até 0,5m	0,5-1m	+ 1m
16 Portela da Anta	32	35			●
12 Devesa 2	14	17,5			●
05 Cumeceira 1	15,5	15			●
15 Monte Calvo 2	9,5	10,5		●	
07 Detrelo 1	10	9,5		●	
11 Devesa 1	9	9,5			●
13 Ladeiras	8,5	9		●	
02 Barraca 2	7	10		●	
14 Monte Calvo 1	8	9		●	
06 Cumeceira 2	7,5	7,5		●	
09 Detrelo 3	7	7		●	
08 Detrelo 2	6	7	●		
01 Barraca 1	6,5	6	●		
10 Detrelo 4	6,5	6	●		
04 Cando	5	6	●		
03 Braceiro	4	3	●		

² Informação pessoal de Fernando A. P. Silva, que agradecemos.

³ As medidas dos eixos ou diâmetros foram arredondadas em intervalos de 0,5m. O desnível das mamoas foi considerado em três grandes intervalos: até 0,5 m; entre 0,5 e 1 m; superior a 1 metro.

eixos dos *tumuli* e o seu desnível topográfico. A aparente excepção da Devesa 1 pode resultar de um erro de medição, dada a compacta vegetação que cobre o monumento e a área da sua implantação. É também possível atribuir-se a revolvimentos superficiais e destruições várias a irregularidade dos eixos de alguns *tumuli*, como acontece com a Devesa 2 e a Barraca 2.

À medida que a escavação de outros monumentos prossiga poder-se-á ir coligindo elementos para dar resposta à questão fundamental de saber se é cultural ou cronológica a razão de ser desta clara variabilidade morfológica, se bem que a própria localização dos monumentos, como adiante se verá, pareça apontar para a segunda daquelas possibilidades.

Na realidade, um conjunto funerário como o da Portela (Est. VII, fig. 1) destaca-se pela sua singularidade em relação aos restantes 15 *tumuli* já detectados; e só alguns quilómetros para SE., já nos patamares altimétricos inferiores do Juncal (Manhouce) vamos encontrar pelo menos um monumento de grandes dimensões e plenamente «megalítico» (Girão, 1921).

b) A distribuição dos *tumuli*

Ocupam terrenos de xisto a maioria dos monumentos do planalto (Est. III, fig.2). Apenas a Barraca 2, a Portela da Anta e a possível «cista» do Braceiro, situados na mancha granítica do planalto de Albergaria, apresentam esta rocha como elemento arquitectónico dominante. Porém, alguns *tumuli* situam-se em zonas de contacto geológico, parecendo associar o xisto e o granito (além do quartzo, omnipresente) às suas estruturas, como sucede especialmente com os dois monumentos do núcleo de Monte Calvo.

No que respeita à implantação topográfica verifica-se uma certa variedade de situações. Grande parte dos monumentos ocupa zonas situadas em amplas chãs planálticas ou rechãs a cotas semelhantes ou pouco inferiores, escolhendo frequentemente o rebordo da curva de nível como aparente meio de ganhar monumentalidade e visibilidade, como é o caso dos monumentos 1 e 3 do Detrelo e Laceiras (Ests. IV, 2 e V). Mas também ocorrem por vezes *tumuli* de cumeada, como os da Barraca 2 e da Cumeeira 1 (Est. VI), localizados em ligeiros pendentes (Braceiro) ou ao fundo de encostas pouco pronunciadas como o da Barraca 1 (Est. VI).

É particularmente interessante a implantação da Portela da Anta, numa zona peneplanáltica levemente deprimida a cotas na ordem dos 1000/1025 m (Ests. IV e VI) constituindo ampla bacia colectora granítica de onde irradiam em disposição estrelada numerosas linhas de água (Ribeiro *et al.*, 1943), especialmente para SO., ligando-se na maior parte dos casos ao Caima, que assim tem aí a sua origem (Est. II).

Ora, a Portela parece constituir um caso exemplar de um processo de *necropolização* (a confirmar-se a existência de várias estruturas sepulcrais, que em alguns pontos da grande mamoa são relativamente evidentes) e por certo também de *monumentalização* (Jorge, 1986), já que os trabalhos de escavação em curso (Silva, F.A.P. 1986b; 1990) têm vindo a revelar estruturas que necessariamente não terão obedecido a um único plano arquitectónico inicial (átrio, «antenas», círculo lítico a O.), especialmente num monumento de diacronia bastante ampla (*idem*, 1990). Assim, perante um monumento deste tipo e o seu relativo isolamento e centralidade, não pode deixar de colocar-se a hipótese de ter sido a Portela um verdadeiro «polo fulcral» (*ibidem*) do planalto, constituindo a grande necrópole da Freita entre os finais do IV e o dealbar do II milénio a.C.

O exame da carta de implantação dos monumentos (Est. II) confirma um pouco esta imagem. Mesmo tendo em vista que o levantamento está longe de concluído e que grande parte do planalto, especialmente a NE. e a E. está por prospectar, não deixa de ser sugestiva a implantação claramente *marginal*, nos bordos do planalto, da quase totalidade dos *tumuli*. Tanto mais que o monumento mais «central», além da Portela, é a pequeníssima mamoa do Braceiro (Est. VIII, 2), possivelmente uma sepultura bastante tardia, como já alvitramos. E até os *tumuli* maiores (cfr. Quadro 1), como Devesa 2 ou Cumeeira 1, são praticamente os mais distantes da Portela, «empurrados» para cotas inferiores e patamares periféricos.

Não temos ainda suficientes elementos para analisar uma eventual dicotomia isolamento/nuclearização na implantação dos 16 *tumuli*. Se está nitidamente isolada a Portela, a estratégia de localização dos restantes não é muito clara para já. No inventário pré-definimos como «monumento isolado» todo aquele que não tem qualquer outro num raio de aproximadamente 100 metros. Logo, poderíamos utilizar uma terminologia convencional considerando «núcleos» os agrupamentos de *tumuli* a menos de 100 m entre si; e designando como «conjuntos» os situados a distâncias relativamente maiores mas que mesmo assim parecem participar dum mesmo contexto geo-topográfico.

Deste modo, regressando ao mapa de implantação (Est. II), teríamos então:

NÚCLEOS

- Devesa 1 e 2
- Monte Calvo 1 e 2
- Detrelo 3 e 4

CONJUNTOS

- Detrelo 1, 2, 3, 4
- Monte Calvo 1, 2 e Laceiras
- Cumeeira 1 e 2 (?)
- Barraca 1 e 2 (?)

Saliente-se a circunstância alguns núcleos integrarem conjuntos mais amplos e o caso particular dos monumentos 1 e 2 da Devesa, a escassos 5 m um do outro, constituindo o núcleo de maior contiguidade entre os *tumuli*.

Resta destacar que 9 destes monumentos estão situados a cotas que atingem ou ultrapassam os 1000 m; e só dois, os do núcleo da Devesa, se situam a altitude inferior aos 850 m.

c) Balanço da 1ª fase de prospecção

Sintetizando os principais resultados desta fase inicial do programa de prospecção, podemos concluir o seguinte:

- a) O número de monumentos do planalto é bastante maior do que inicialmente se pensava. A primeira fase de prospecção quintuplicou os *tumuli* conhecidos e é bem possível que outros existam, especialmente nas zonas NE. e E. da serra, bem como em degraus altimétricos inferiores;
- b) Não se localizou até ao momento qualquer povoado ou outra estação de *habitat*. Este facto permite colocar várias hipóteses, como a da sua situação em áreas mais baixas, de encosta; ou então a da existência de *habitats* relativamente pequenos e dispersos, eventualmente destruídos pela intensa erosão das superfícies culminantes;
- c) A provável ocorrência de sepulturas de distinta cronologia e morfologias diversas (exemplificadas na Portela da Anta, em grandes mamoas como Cumeeira 1, pequenos *tumuli* ou ainda eventuais «cistas» como a do Braceiro), abre boas perspectivas de investigação para o «megalitismo» da Freita, sem dúvida diferente do que aquele que se verifica em regiões vizinhas como Escariz, até ao momento o conjunto megalítico melhor estudado da região.

Por tudo isto entendemos que podem ser considerados satisfatórios os primeiros resultados desta acção de prospecção. A continuação dos trabalhos reveste-se assim plena de virtualidades, quer do ponto de vista da descoberta de outros *tumuli*, quer como ensaio metodológico de um programa de prospecção arqueológica sistemática.

Porto, Janeiro 1991

ANEXO

INVENTÁRIO DOS MONUMENTOS FUNERÁRIOS

Ordenação

A cada monumento foi dado um número de ordem cujo significado é apenas o de facilitar a cartografia geral. A ordenação foi feita de modo alfabético a partir da designação toponímica das sepulturas.

Descritores

1. Nº de ordem.
2. Designação.
3. Coordenadas geográficas (Universal Transversal de Mercator – UTM) a partir da CMP 1:25000 – Nº 155 – Arouca).
4. Lugar.
5. Freguesia.
6. Concelho.
7. Altitude absoluta (a partir da carta indicada em 3.).
8. Acesso (indicações práticas).
9. Implantação topográfica.
10. Descrição do local de implantação (geologia, vegetação, aspecto do terreno, etc.).
11. Enquadramento arqueológico (concretamente existência ou não de mais *tumuli* num raio de sensivelmente 100 m).
12. Descrição da mamoa.
 - a) altura máxima.
 - b) eixos ortogonais (N-S e E-O).
 - c) revestimento vegetal.
 - d) evidência ou não de couraça; matéria-prima.
 - e) conservação/violação.
13. Estruturas visíveis da câmara/corredor e matéria-prima.
14. Referências/Bibliografia.
15. Observações.

01

MAMOA 1 DA BARRACA

3. 29TNF584257.
4. Barraca/Venda Nova.
5. Urrô.
6. Arouca.
7. 910 m.
8. No lugarejo da Barraca/Venda Nova tomar o caminho que segue para o alto da Malfadada. Encontra-se o monumento, a SO. c. de 250 m mais acima.
9. Zona levemente aplanada, ao fundo de um pequeno pendente orientado para SSO.
10. Zona de escorrimento pluvial, sobre uma linha de água não permanente; área revestida a carqueja e urze, com abundantes calhaus de quartzo à superfície.
11. Monumento isolado.

12. a) Não excede 50 cm.
 - b) 6,5 x 6 m.
 - c) carqueja e urze.
 - d) a couraça é ainda visível, se bem que bastante destruída; composta essencialmente por material miúdo (blocos pequenos de granito, xisto e quartzo).
 - e) O *tumulus* acha-se bastante aplanado, especialmente nos sectores S e SO, sendo visível com alguma dificuldade. Talvez por isso, a violação, a existir, é pouco evidente.
13. Nenhumas.
14. Inédito.

02

MAMOA 2 DA BARRACA

3. 29TNF584254.
4. Cavada Rosa, Barraca/Venda Nova.
5. Urrô.
6. Arouca.
7. 930 m.
8. Subindo pela canada que da Barraca leva à Malfadada, encontra-se o monumento num morro a NE., sobre a Sra. da Laje.
9. No topo de um cabeço arredondado.
10. Muitos afloramentos graníticos e de quartzo; terreno de matos, revestido essencialmente por carqueja, com alguns fetos.
11. Monumento isolado.
12. a) Entre 50 e 100 cm.
 - b) 7 x 10 m.
 - c) carqueja.
 - d) couraça claramente visível, com abundantes blocos de granito e um ou outro fragmento de quartzo.
 - e) a eventual violação não é evidente.
13. Nenhumas.
14. Inédito.
15. O monumento é, em parte, sobreposto por um muro de divisória de terrenos. O facto de se encontrar numa área de afloramentos graníticos e a aparente irregularidade da mamoa, alongada no sentido E-O, levanta algumas dúvidas quanto ao tipo de estrutura sepulcral que pode encerrar. Encontra-se numa posição de grande visibilidade, especialmente para NE.

03

MAMOA DO BRACEIRO

3. 29TNF616252.
4. Entre o Braceiro e as Pardinhas, junto a um cercado, no caminho a E. de S. Pedro-o-Velho que segue para o Cabeço do Salgueirô.
5. Albergaria da Serra.
6. Arouca.
7. 1010 m.
8. Na estrada que segue dos viveiros do Merujal para o Radar desviar por um caminho em S. Pedro-o-Velho, em direcção ao Salgueirô.
9. Sobre uma zona deprimida e de ligeiro pendente.
10. Revestimento vegetal de urze e carqueja, afloramentos graníticos nas proximidades.
11. Monumento isolado.

12. a) Menos de 50 cm.
- b) 4 x 3 m.
- c) Urze e carqueja.
- d) A couraça é pouco nítida, mas existe um anel de blocos de granito relativamente grandes que parece delimitar o *tumulus*. Blocos de granito e quartzo à superfície.
- e) Violação central pouco profunda mas visível.
13. Nenhumas.
14. Inédito.
15. O pequeno monumento só se destaca no terreno visto de Este, sendo facilmente confundido com qualquer afloramento se visto doutras direcções.

04

MAMOA DE CANDO

3. 29TNF661249.
4. Cando.
5. Cabreiros.
6. Arouca.
7. 990 m.
8. Na estrada para Cabreiros, c. de 100 m para O. do marco geodésico de Cando.
9. Numa chã ampla, no bordo do quadrante NE. do planalto da Freita.
10. Afloramentos de xisto nas proximidades, revestimento de carqueja e urze, basicamente.
11. Monumento isolado.
12. a) Menos de 50 cm.
- b) 5 x 6 m.
- c) Urze, carqueja.
- d) Couraça claramente visível, com blocos de xisto e quartzo.
- e) Violação central evidente.
13. Nenhumas.
14. Era um dos poucos monumentos já referenciados antes do actual projecto de prospecção.
15. O monumento foi objecto de escavação arqueológica em 1990, sob a responsabilidade de Fernando P. Silva e Sérgio Lira, do Centro de Arqueologia de Arouca. Revelou uma couraça bem conservada, mas sem que na área central se encontrasse qualquer estrutura além de um ligeiro afundamento. Não forneceu qualquer espólio⁴.

05

MAMOA 1 DA CUMEEIRA

3. 29TNF573259.
4. Cumeeira.
5. Urrô (Rôge ?).
6. Arouca (V. Cambra ?).
7. 880 m.
8. Segue-se pelo caminho que a partir da Venda Nova passa sensivelmente a SO. da Malfadada. A Cumeeira é um monte destacado na paisagem e o monumento encontra-se no topo.
9. Numa pequena área aplanada no topo de um cabeço.
10. Vegetação densa e abundante de tojo, carqueja e urze, pontuada por afloramentos xistosos. A cerca de 100 m para O. há florestação recente (pode vir a afectar o monumento?).
11. Monumento isolado.

⁴ Inf. pessoal daqueles investigadores, que agradecemos.

12. a) Mais de 100 cm.
b) 15,5 x 15 m.
c) Abundante carqueja, tojo e urze.
d) Couraça visível em vários pontos, predominando os blocos de xisto.
e) Claramente visível uma profunda violação central e uma outra marginal, a NO.
13. Nenhumas.
14. Inédito.
15. O monumento destaca-se claramente, sendo também muito extensa a área de visibilidade obtida a partir do ponto da sua implantação.

06

MAMOA 2 DA CUMEEIRA

3. 29TNF578261.
4. Zona plana na base da Cumeeira.
5. Urrô.
6. Arouca.
7. 850 m.
8. Segue-se pelo caminho que a partir da Venda Nova passa sensivelmente a SO. da Malfadada. O monumento localiza-se a cerca de meio percurso entre a Malfadada e a Cumeeira, do lado Sul do caminho, que em parte parece cortar o monumento.
9. Numa pequena chã.
10. Abundante cobertura de tojo, carqueja e urze, que inclusivamente quase impede a percepção do monumento; pinheiral jovem nas imediações; pequenos afloramentos de xisto.
11. Monumento isolado.
12. a) Entre 50 e 100 cm.
b) 7,5 x 7,5 m.
c) Especialmente tojo, mas também carqueja e urze.
d) Couraça pouco visível pela densidade da vegetação rasteira.
e) Pouco perceptível pelas mesmas razões de d).
13. Nenhumas.
14. Inédito.

07

MAMOA 1 DO DETRELO

3. 29TNF628265.
4. Detrelo da Malhada.
5. Albergaria da Serra.
6. Arouca.
7. 1090 m.
8. Seguindo pela estrada para Cabreiros, a partir do Radar, encontra-se a Norte o vértice geodésico do Detrelo da Malhada. O monumento fica a c. de 50 m da estrada e a c. de 200 m para OSO. da torre.
9. No rebordo norte de uma ampla chã.
10. Zona florestada com pinheiros, sendo a vegetação arbórea pouco densa. Bastante vegetação herbácea e arbustiva, com relevo para a carqueja e a urze; afloramentos de xisto.
11. Monumento isolado.
12. a) Entre 50 e 100 cm.
b) 10 x 9,5 m.
c) Potentes tufos de carqueja e urze e alguns pinheiros (pequenos) sobre os bordos do

tumulus.

d) Couraça visível em alguns pontos, referenciando-se blocos de xisto e quartzo.

e) Violação central bastante larga e profunda. Aparentes revolvimentos noutros pontos do *tumulus.*

13. Nenhumas.

14. Inédito.

08

MAMOA 2 DO DETRELO

3. 29TNF625263.

4. Zona do Detrelo da Malhada.

5. Albergaria da Serra.

6. Arouca.

7. 1086 m.

8. A c. de 1 km. do Radar, na estrada para Cabreiros, antes de chegar à torre do Detrelo. O monumento fica do lado Sul da Estrada, junto a uma linha de postes de corrente eléctrica.

9. Na ampla chã que desce suavemente do Detrelo para Albergaria, com grande visibilidade, especialmente para S. e O.

10. Terreno com abundante cobertura de urze e carqueja; afloramentos de xisto.

11. Monumento isolado.

12. a) Não parece exceder os 50 cm.

b) 6 x 7 m.

c) Carqueja e urze em grande abundância.

d) Couraça pouco visível, notando-se todavia alguns blocos de xisto e quartzo.

e) Violação central nítida.

13. Nenhumas.

14. Inédito.

09

MAMOA 3 DO DETRELO

3. 29TNF622265.

4. Entre o Radar e o Detrelo da Malhada.

5. Albergaria da Serra.

6. Arouca.

7. 1070 m.

8. No ponto em que a estrada do Radar se bifurca para Arouca e Cabreiros, seguir no sentido desta última povoação. A cerca de 100 m, do lado Norte da estrada, atalhar por um cortafogo que leva praticamente ao monumento.

9. A mamoa situa-se no rebordo NE. duma pequena rechã com ligeiro pendente, o que, apesar do *tumulus* não ser dos maiores, lhe confere uma certa monumentalidade.

10. Zona florestada essencialmente com pinheiro bravo. Vegetação herbácea e arbustiva, especialmente de carqueja e urze; afloramentos de xisto nas proximidades.

11. Um pequeno monumento (Detrelo 4) a cerca de 100 m para SO.

12. a) Aparentemente entre 50 e 100 cm.

b) 7 x 7 m.

c) Carqueja e urze.

d) Couraça bem visível com grandes blocos de xisto e alguns de quartzo.

e) Clara violação central; aparentemente também alguns revolvimentos mais marginais.

13. Nenhumas.

14. Inédito.
15. Do monumento possui-se ampla visibilidade, dominando todo o sector O. do vale de Arouca.

10 MAMOA 4 DO DETRELO

3. 29TNF621264.
4. Zona entre o Radar e o Detrelo.
5. Albergaria da Serra.
6. Arouca.
7. 1080 m.
8. Na bifurcação de estradas S. Pedro-Arouca-Cabreiros seguir por esta última. O monumento encontra-se a c. de 100 m, do lado Norte da estrada, junto a um corta-fogo, entre pinheiros.
9. Numa chã.
10. Zona florestada com pinheiros. Vegetação rasteira de urze e carqueja. Afloramentos de xisto nas imediações (mas apenas a c. de 50 m).
11. Um outro monumento (Detrelo 3, a c. de 100 m para NE).
12. a) *Tumulus* quase imperceptível, relevando-se quando muito c. de 30-40 cm.
b) 6,5 x 6 m (?)
c) Carqueja pouco densa; especialmente urze.
d) Não se vê couraça, apenas alguns blocos de xisto de pequenas e médias dimensões à superfície.
e) Muito ligeira depressão central.
13. Nenhumas.
14. Inédito.
15. Tivemos algumas dúvidas quanto à consideração deste monumento, tendo decidido integrá-lo no inventário somente após várias visitas e observação a diversas distâncias e de distintos ângulos. Na realidade, a mamoa está extremamente destruída e quase terreprenada. Certamente, o monumento foi destruído por efeito da florestação dos anos 50, dispersando-se as pedras da couraça (se a tinha), o que acentuou o efeito da erosão, já que a área é batida por fortes ventos de S. e SO. O pequeno monumento suporta ainda cerca de uma dezena de pinheiros, o que terá acelerado a sua destruição.

11 MAMOA 1 DA DEVESA

3. 29TNF577242.
4. Rocha (Devesa).
5. Rôge.
6. Vale de Cambra.
7. 770 m.
8. Na zona da Sra. da Laje segue-se por um caminho que passa a SE. da Barraca e leva à Carvalhada, Fuste e povoações vizinhas. O monumento encontra-se numa pequena rechã a seguir ao marco geodésico da Devesa dentro de pastos murados.
9. Rechã.
10. Frequentes afloramentos de quartzo e especialmente de xisto. Vegetação abundante de carqueja e urze.
11. Encontra-se um outro monumento (Devesa 2) apenas a 5 metros.
12. a) Ultrapassa os 100 cm (?)
b) 9 x 9,5 m.

- c) Potente massa arbustiva de carqueja e urze, o que pode ter «inflacionado» o desnível que anotamos em a).
 - d) Couraça visível com blocos de xisto e quartzo de várias dimensões.
 - e) Violação central pouco (?) pronunciada.
13. Nenhumas, se bem que algumas pedras que afloram a superfície possam corresponder ao topo de lajes (?).
14. Inédito.
15. O monumento encontra-se numa área de grande dominância visual.

12

MAMOA 2 DA DEVESA

- 3. 29TNF577242.
- 4. Rocha (Devesa).
- 5. Rôge.
- 6. Vale de Cambra.
- 7. 770 m.
- 8. Na zona da Sra. da Laje segue-se por um caminho que passa a SE. da Barraca e leva à Carvalheda, Fuste e povoações vizinhas. O monumento encontra-se numa pequena rechã a seguir ao marco geodésico da Devesa dentro de pastos murados.
- 9. Numa rechã.
- 10. Afloramentos de xisto e filões superficiais de quartzo. Abundante vegetação de carqueja e urze.
- 11. Um outro monumento (Devesa 1) apenas a 5 metros.
- 12. a) Certamente ultrapassará os 100 cm.
 - b) 14 x 17,5 m.
 - c) Especialmente carqueja, mas também silvados e um pinheiro ainda pequeno.
 - d) Couraça visível com blocos de xisto e quartzo.
 - e) Aparentemente existem várias violações e revolvimentos bastante alongados.
- 13. Nenhumas, embora algumas pedras aflorando o terreno possam indiciar o topo de lajes, sem que a sua posição ou orientação dentro do *tumulus* nos permita ir mais além do que esta constatação.
- 14. Inédito.
- 15. O monumento é sobreposto por dois muros divisórios perpendiculares (N-S e E-O) e uma trilha que cortou um pouco da franja N. do *tumulus*. A circunstância de o mato se encontrar cortado no quadrante SO. aquando de uma das nossas visitas, permitiu-nos a melhor observação da mamoa, em relação à qual se destaca o nítido alongamento (monumento de corredor?).

13

MAMOA DE LACEIRAS DO CÔVO

- 3. 29TNF621223
- 4. Riba de Laceiras do Côvo
- 5. Albergaria da Serra (Arões?)
- 6. Arouca (Vale de Cambra?)
- 7. 1013 m.
- 8. Na estrada que de Cabaços se bifurca para Vale de Cambra e S. Pedro do Sul segue-se no primeiro daqueles sentidos. O monumento situa-se do lado Este da estrada, a c. de 200 m e perto duma pequena capela.
- 9. No rebordo duma chã, no ponto em que o terreno adquire algum pendente.

10. Afloramentos de xisto e quartzo. Cobertura arbustiva de carqueja.
11. Monumento isolado.
12. a) Entre 50 e 100 cm.
b) 8,5 x 9 m.
c) Carqueja.
d) Couraça bem visível constituída por blocos de xisto e quartzo de médias dimensões.
e) Violação central larga mas pouco profunda.
13. Nenhumas.
14. Inédito.

14

MAMOA 1 DE MONTE CALVO

3. 29TNF619227
4. Monte Calvo.
5. Albergaria da Serra.
6. Arouca.
7. 1000 m.
8. Visível do lado SO. da estrada que segue de Albergaria para V. Cambra/Manhouce, um pouco adiante do estradão para a Portela.
9. Numa chã.
10. Vegetação predominante de carqueja. O monumento encontra-se numa área de xistos mas em zona de contacto do substracto litológico, pelo que, especialmente a NE., os afloramentos graníticos estão próximos.
11. Existe um monomente (monte Calvo 2) a menos de 100 m.
12. a) Entre 50 e 100 cm.
b) 8 x 9 m.
c) Carqueja pouco abundante.
d) Couraça bem visível, bastante compacta, com blocos de granito e quartzo.
e) Violação central pouco pronunciada.
13. Nenhumas. A superfície, tombado, um bloco alongado de xisto parece constituir parte de um esteio (?).
14. Inédito. Localizado por F. A. Pereira da Silva e A. M. Silva em 1988.

15

MAMOA 2 DE MONTE CALVO

3. 29TNF619226
4. Monte Calvo/Laceiras.
5. Albergaria da Serra.
6. Arouca.
7. 1000 m.
8. Junto ao encontro de estradas que seguem para Vale de Cambra, Manhouce e Albergaria, visível da estrada.
9. Numa chã.
10. Vegetação essencial de carqueja; afloramentos de xisto.
11. Um monumento (Monte Calvo 1) a menos de 100 m.
12. a) Entre 50 e 100 cm.
b) 9,5 x 10,5 m.
c) Carqueja e alguma urze.

- d) Couraça visível mas muito dispersa. Blocos especialmente de granito mas também de xisto.
 - e) Violação central não muito pronunciada.
13. Nenhumas.
 14. Inédito.
 15. O *tumulus*, de apreciável diâmetro, apresenta-se aparentemente bastante abatido, destacando-se pouco do terreno circundante.

16

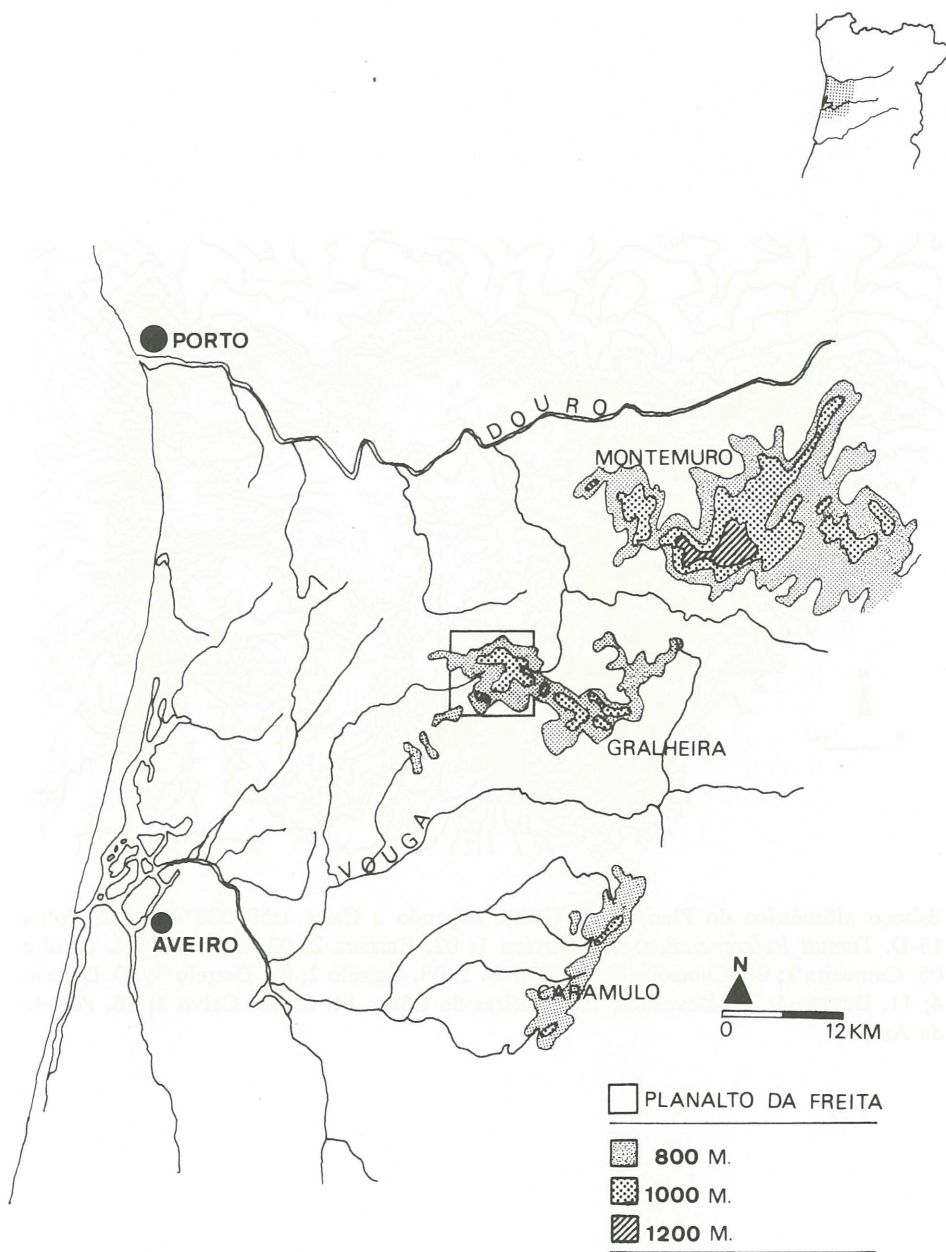
MAMOA DA PORTELA DA ANTA

3. 29TNF629235.
4. Portela da Anta. Os Leisner (1956) referem-na no Junqueiro, microtopónimo que corresponde a uma área próxima mas um pouco mais para NO.
5. Albergaria da Serra.
6. Arouca.
7. 1020 m.
8. Na estrada que segue de Albergaria para a Castanheira volta-se para Norte num estradão um pouco adiante de Cabaços. Algumas centenas de metros adiante uma árvore isolada e um pontão de pedra, rústico, marcam o ponto onde se deve voltar a Nascente, encontrando-se a mamoa não muito longe.
9. Numa área sub-planáltica muito levemente deprimida.
10. Afloramentos quartzíticos e de granito; vegetação de carqueja e herbáceas; abundantes linhas de água que chegam a produzir lameiros sazonais não longe do monumento.
11. Monumento isolado.
12. a) Mais de 100 cm.
b) 32 x 35 m.
c) Carqueja.
d) Robusta couraça constituída essencialmente por blocos de granito.
e) O dolmen encontra-se restaurado de acordo com os elementos preservados. Várias violações na grande mamoa parecem corresponder a outras estruturas funerárias (Silva, F.A.P., 1990).
13. Além do dolmen de corredor, o monumento parece possuir, na mesma mamoa, duas possíveis câmaras simples e uma eventual estrutura cistóide (Silva, F., 1990). Adossado ao *tumulus*, a O., distingue-se claramente um anel lítico de funcionalidade desconhecida.
14. Referências de passagem em Amorim Girão (1921: 68) e Georg e Vera Leisner, que publicaram um esboço de planta (1956, tabel 33 e 49). Também V. O. Jorge se lhe refere (1982: 474). Modernamente, o monumento tem sido intervencionado por Fernando A. Pereira da Silva (1986b e 1990).

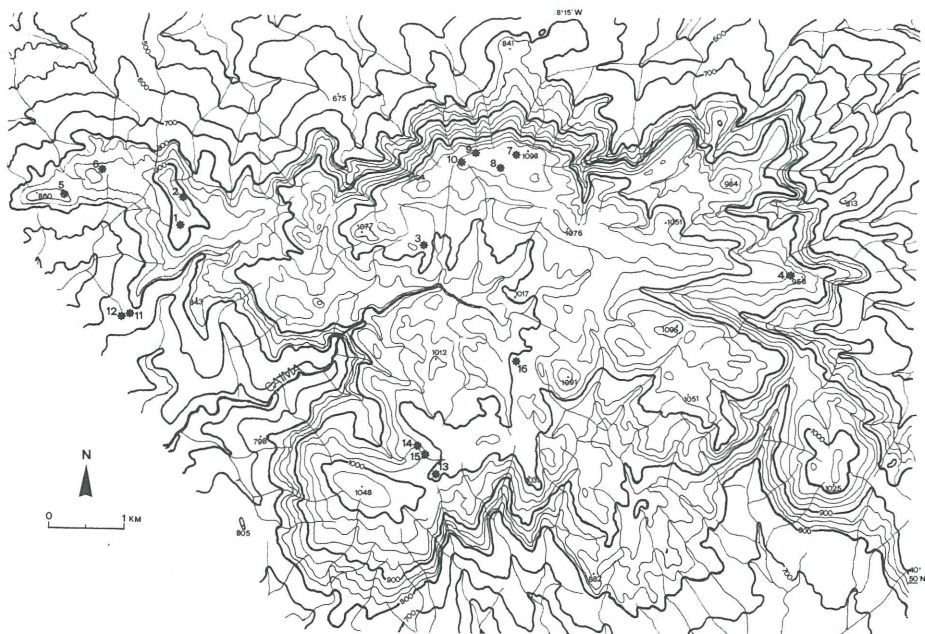
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1957), «O fenómeno megalítico em terras do concelho de Arouca», *Defesa de Arouca*, 2ª série, 102, Arouca.
- CHOFFAT, Paul (1907), *Notícia sobre a Carta Hypsometrica de Portugal*, Lisboa.
- FERREIRA, António de Brum (1978), *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira. Estudo de Geomorfologia*, Lisboa.
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1921), *Antiguidades pré-históricas de Lafões. Contribuição para o estudo da arqueologia de Portugal*, Coimbra.
- Idem*, (1922), *Bacia do Vouga. Estudo geográfico*, Coimbra.
- JORGE, Vítor Oliveira (1982), *Megalitismo do Norte de Portugal. O distrito do Porto: os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, diss. dout., policop., Porto.
- Idem*, (1986), «Monumentalização e necropolização no megalitismo europeu», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXVI (1-4), Porto.
- Idem*, (1987), «Materiais provenientes de dólmenes de Escariz, Arouca (escavações de Domingos de Pinho Brandão)», *Cadernos de Arqueologia*, série II, 4, Braga.
- LEAL, Augusto Pinho (1874), *Portugal Antigo e Moderno*, vol. III, Lisboa.
- LEISNER, Georg e Vera (1956), *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. 1. Lieferung, Berlin.
- MOURA, Armando Reis (s/d), *Património Natural e Cultural da Serra da Freita*, Arouca, s/d (1988).
- PEREIRA, Eurico, L. Severo Gonçalves e A. Moreira (1980), *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000. Notícia explicativa da Folha 13-D — Oliveira de Azeméis*, Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando (1970), «Genèse et diversité des montagnes portugaises» in *Argumenta Geographica Festschrift C. Troll, Colloquium Geographicum*, 12, Bonn.
- Idem*, com J. Pinto de Almeida e Amílcar Patrício (1943), *Nota preliminar sobre a morfologia do Maciço da Gralheira*, sep. «Boletim da Sociedade Geológica de Portugal», III, fasc. 1, Porto.
- ROCHETTE CORDEIRO, A. M. (1985), «Formas e formações crio-nivais na Serra da Freita», in *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*, I, Lisboa.
- Idem*, (1986a), *Evolução de Vertentes na Serra da Freita*, policop., Coimbra.
- Idem*, (1986b), «Análise de declives em estudo de pormenor» in *Actas IV Colóquio Ibérico de Geografia*, Coimbra.
- Idem*, (1986c), «Nota preliminar sobre formas e formações periglaciares na Serra da Freita», *Cadernos de Geografia*, 5, Coimbra.
- Idem*, (1988), «A Evolução das Vertentes da Serra da Freita no Quaternário Recente», *Cadernos de Geografia*, 7, Coimbra.
- ROMARIZ, Carlos (1950), *Contribuição da análise polínica no estudo da vegetação primitiva da Serra da Estrela* (sep. «XVI. Congrès International de Géographie», Lisbonne, 1949), Lisboa.
- SILVA, António Manuel S. P. (1990), «As Beiras» in VV.AA., *Inventários sepulcrais*

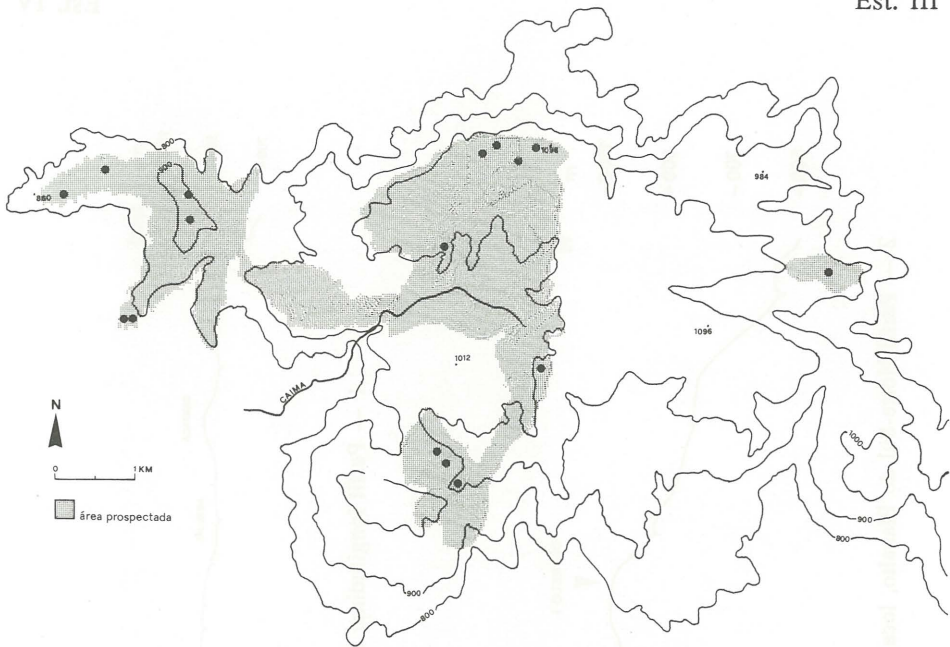
- do III Milénio a.C. — Contributo para a contextualização da morte na pré-história recente de Portugal*, policop., Porto.
- SILVA, Fernando A. Pereira (1986a), «Monumentos megalíticos da freguesia de Escariz (Arouca). Ponto da situação à luz dos primeiros trabalhos», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 26, Porto.
- Idem*, (1986b), «Dolmen 1 da Mamoa da Portela da Anta — Serra da Freita», 1985 — *Informação Arqueológica*, 7, Lisboa.
- Idem*, (1987a), «Características do megalitismo na freguesia de Escariz (Concelho de Arouca), in *Actas das I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca*, Arouca.
- Idem*, (1987b), «Escavação da Mamoa 2 da Alviada (Alviada) — Escariz, Arouca — 1984», *Arqueologia*, 15, Porto.
- Idem*, (1988), «A Mamoa 4 da Alviada — Escariz, Arouca», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28, Porto.
- Idem*, (1989a), «Mamoas 1 do Calvário, Escariz — Arouca», *Arqueologia*, 19, Porto.
- Idem*, (1989b), «Escavação da Mamoa 4 de Alagoas — Escariz, Arouca», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 30, Porto.
- Idem*, (1989c), «O megalitismo da Bacia do Arda (concelho de Arouca) e o seu relacionamento com o meio físico: contribuição para o estabelecimento de um modelo explicativo locacional», in *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu.
- Idem*, (1990), *O Dolmen 1 da Mamoa da Portela da Anta, Albergaria da Serra (Arouca): estudo preliminar*, (Comunicação ao II Colóquio Arqueológico de Viseu, 1990), em vias de publicação.
- VAN DEN BRINK, L. M. e C. R. Janssen (1985), «The effect of human activities during cultural phases on the development of montane vegetation in the Serra da Estrela, Portugal», *Review of Palaeobotany and Palynology*, 44, Amsterdam.



Localização do Planalto da Freita na região do Entre-Douro e Vouga.



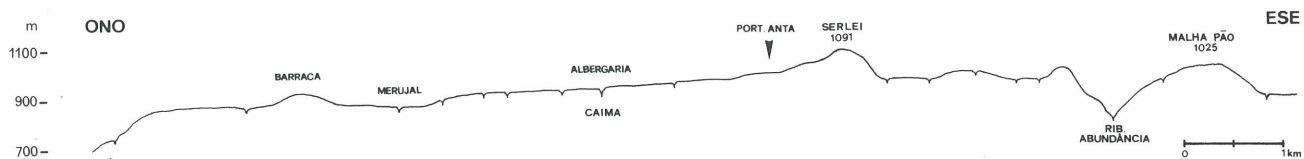
Esboço altimétrico do Planalto da Freita, segundo a Carta 1:50 000 do IGC, Folha 13-D. *Tumuli Referenciados*: 01. Barraca 1; 02. Barraca 2; 03. Braceiro; 04. Cando; 05. Cumeeira 1; 06. Cumeeira 2; 07. Detrelo 1; 08. Detrelo 2; 09. Detrelo 3; 10. Detrelo 4; 11. Devesa 1; 12. Devesa 2; 13. Laceiras do Côvo; 14. Monte Calvo 1; 16. Portela da Anta.



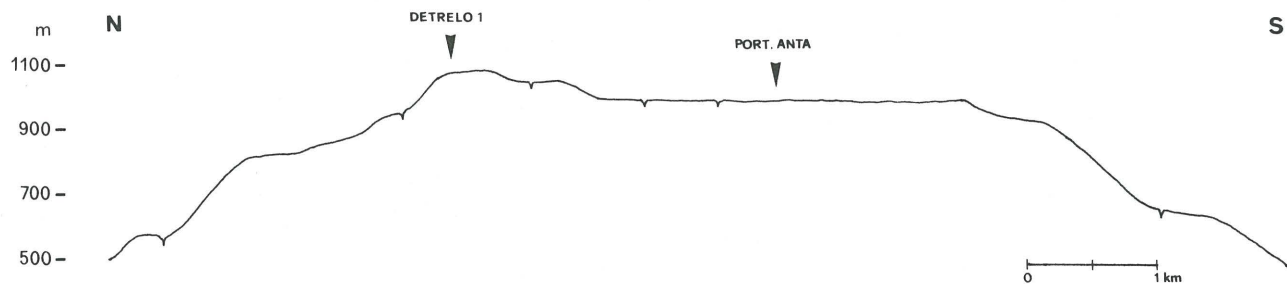
1 — Área prospectada até Setembro de 1990



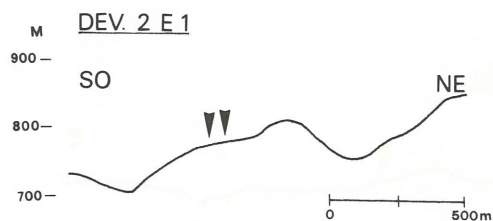
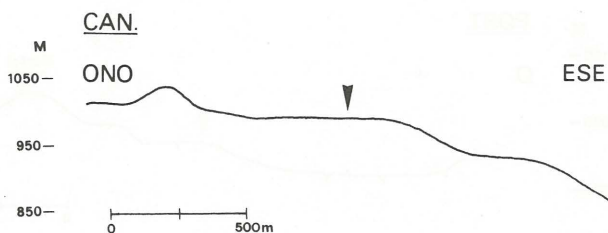
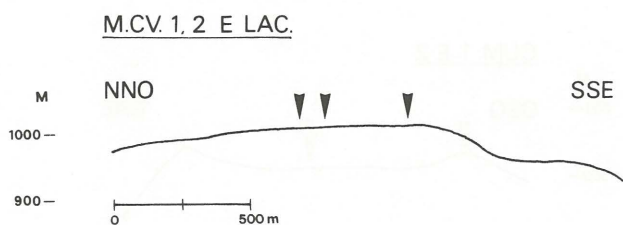
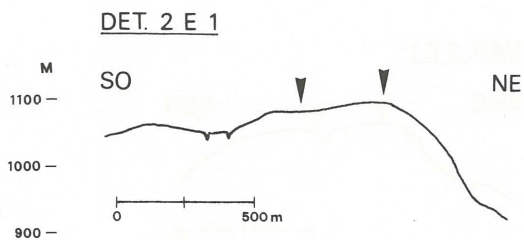
2 — Esboço litológico do planalto (seg. Pereira *et al.*, 1980). Legenda: A — xisto argiloso, grauvacóides e quartzitos cinzentos; B — quartzodiorito biotítico; C — granitos de tendência alcalina, com duas micas, de grão médio; D — *Idem*, de grão fino; E — microgranitos alcalinos; F — filões de quartzo.



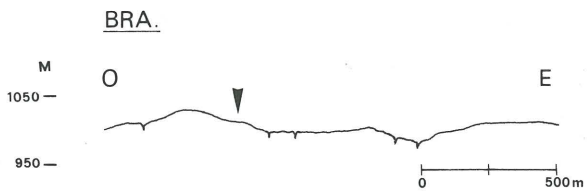
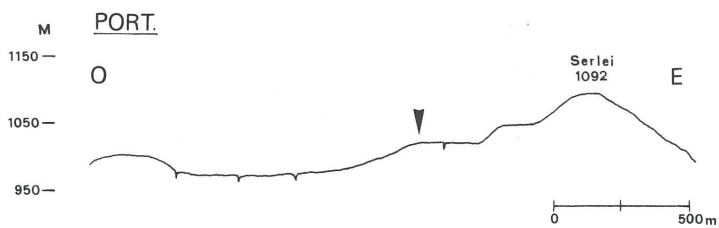
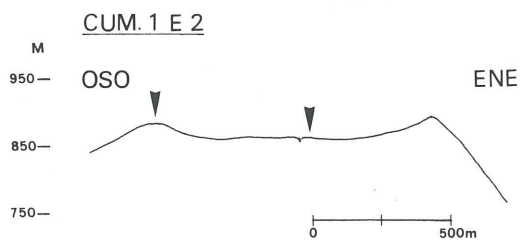
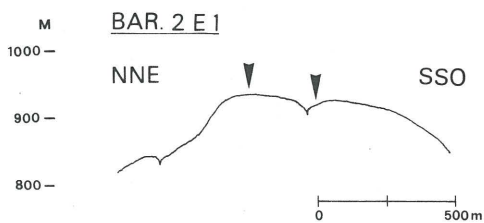
1 — Perfil longitudinal do Planalto, com a localização da Portela da Anta.



2 — Perfil Norte-Sul do Planalto, localizando-se os monumentos 1 do Detrelo e da Portela da Anta.



Perfis topográficos com a localização dos monumentos 2 e 1 do Detrelo;
1 e 2 de Monte Calvo e Ladeiras; Cando; Devesa 2 e 1.



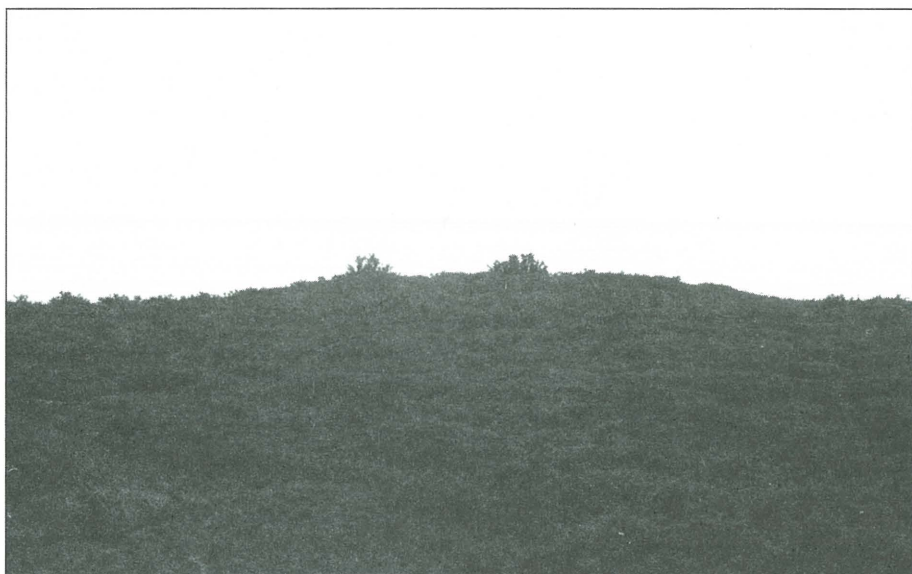
Perfis topográficos com a localização dos monumentos 2 e 1 da Barraca; 1 e 2 da Cumeeira; Portela da Anta e Braceiro.



1 — Mamoa da Portela da Anta (vista de SE).



2 — Mamoa 1 de Monte Calvo (vista de OSO).



1 — Mamoa 1 da Cumeeira (vista de E.)



2 — *Tumulus* do Braceiro (visto de NO).

A NECRÓPOLE MEGALÍTICA DO TACO (Albergaria-a-Velha)

por

Fernando A. Pereira da Silva *

I. INTRODUÇÃO

«et deinde ad MAMOA NIGRA... ad prima Mamoa de iuxte strata, sicut tendit ad FONTE FRIA...»¹. Assim se refere a Carta do Couto de Osselo, dada por Dona Teresa a Gonçalo Eriz, no ano de 1117², a dois monumentos megalíticos, e que hoje se encontram localizados dentro do concelho de Albergaria-a-Velha, sendo possivelmente a referência mais antiga à existência de monumentos funerários sob *tumulus*, nesta região.

Outros monumentos nos aparecem ainda referidos, em épocas posteriores, em diferentes Autos de demarcação de território, como é, por exemplo o caso da Mamoa de Açores³ e da Mamoa do Boi⁴. Porém, só com a visita de Leite de Vasconcelos a este concelho, a convite de Patrício Teodoro, onde visitou algumas mamoaas, foram as mesmas tornadas conhecidas de um mais vasto público e merecedoras de notícias detalhadas. Dessa visita deu conhecimento Leite de

* Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro.

¹ Pinho, A. de, (s/d), *Albergaria-a-Velha e o seu concelho*.

² A Carta de Couto de Osselo aparece-nos datada da Era de 1155, reportando-se portanto à Era de César, a qual vai vigorar até 15 de Agosto de 1422, altura em que será substituída pela Era de Cristo. Passou-se então a adoptar a nova cronologia, que começa 38 anos depois da Era de César, pelo que, para se conhecer a data em termos de Era de Cristo se tem que subtrair os 38 anos àquela Era, donde a data de 1117.

³ Auto de Demarcação do Couto do Hospital de Albergaria-a-Velha, de 26 de Julho de 1629, «*Albergaria-a-Velha e o seu concelho*», pp. 26-27.

⁴ A Mamoa do Boi aparece-nos referida no Auto de Demarcação de 5 de Setembro de 1792, «*Albergaria-a-Velha e o seu concelho*», pp. 32-34, onde se pode ler o seguinte: «na Mámoa do Boi, aonde está um marco da extinta casa e Ducado d'Aveiro...», ou então, ainda no texto do mesmo Auto, «na Mámoa do Boi aonde está o marco de Serém...».

Vasconcelos, n' O Arqueólogo Português⁵, tanto da Mamoa das Arrôtas ou de Açores, como das mamoas do Taco.

Da notícia, então publicada, passamos a transcrever o texto referente às mamoas do Taco e que diz o seguinte:

«São em número de três... A 1ª é pouco alta, mas de grande diâmetro... A 2ª dista uns decâmetros desta para Norte... À mesma distância, plus minus fica a 3ª...»⁶.

Leite de Vasconcelos notou ainda que em nenhuma delas se observavam os esteios dos dólmenes, os quais, segundo ele «... ou desapareceram, ou jazem enterrados muito fundo» (VASCONCELOS, 1912). Este autor esteve também na base da classificação de um monumento megalítico que, segundo o «Catálogo dos Imóveis Classificados», aparece referenciado como se tratando da Anta de Mamaltar e se localizaria neste concelho⁷. Contudo, não encontramos rasto algum de tal monumento, estando-se mesmo em crer que não se localizará neste concelho mas em alguma das regiões limítrofes⁸.

Os monumentos do Taco aparecem também referidos nas notas de Vera Leisner, conforme informação da Dr^a. Philine Kalb, do Instituto Arqueológico Alemão⁹.

Toda a documentação a que nos temos vindo a reportar, particularmente a mais recente, é unânime em considerar a existência de três monumentos funerários e não dois, como se observa actualmente. A inexistência de um outro monumento, o n^o 2 de Leite de Vasconcelos¹⁰, agora limitado a um enrugamento indelével no terreno, deveu-se à grande reflorestação de eucaliptos que a região sofreu nos últimos anos, pelo que a necrópole aparece assim apenas constituída por dois *tumuli*, a pouca distância entre si.

Não é só o repovoamento florestal o responsável, no concelho de Albercaria-a-Velha, pela destruição do património arqueológico. No caso particular das mamoas, o próprio desenvolvimento económico e industrial tem também a

⁵ Vasconcelos, J. L. de, (1912), *Mamoas de Albercaria-a-Velha*, «O Arqueólogo Português», XVII, pp. 71-73.

⁶ Idem.

⁷ *Catálogo dos Imóveis Classificados*, p. 9, Lisboa, 1975. Refira-se que no 3^o volume da legislação editado pelo Instituto Português do Património Cultural, referente à Arqueologia, lá vem a pp. 123, a classificação como «Monumento Nacional», por Decr^o de 16/06/10, da Anta de Mamaltar.

⁸ Pereira da Costa, refere a existência no Braçal (Concelho de Sever do Vouga) de duas mamoas, a uma das quais é dado o nome popular de «Mamunha de Mamaltar» (PEREIRA DA COSTA, cit. por LEITE DE VASCONCELOS, 1981, 2^a Ed., p. 15).

⁹ Segundo informação pessoal aquando da visita aos trabalhos de escavação da Mamoa 1 do Taco, a convite do Autor.

¹⁰ *Vd. op. cit.* nota 5.

sua quota parte nessa destruição, como a das mamoaas da Senhora do Socorro¹¹, a terraplanagem do *tumulus* da Mamoa do Boi¹², etc.

Aos dois monumentos do Taco, com a criação ali da Zona Industrial, estava reservada sorte igual, não fosse a pronta intervenção de dois municípios junto das entidades competentes¹³, que desse modo impediram a destruição pura e simples duma parcela do património local.

Foi assim que, em colaboração com a Autarquia, e a convite do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, pôde o Autor levar a cabo o estudo exaustivo dos dois montículos funerários da necrópole. Primeiro numa intervenção de emergência e, posteriormente, num âmbito global de estudo desta necrópole da Bacia do Vouga (Baixo Vouga), a qual compreende dois monumentos singulares, a Mamoa 1 e a Mamoa 3.

Para aquele estudo pudemos contar com o apoio de várias entidades e inúmeras pessoas a quem, na impossibilidade de se agradecer a título individual, queremos expressar o nosso mais sincero reconhecimento, certos de termos contribuído para que uma parcela significativa da herança cultural desta região não caia no esquecimento.

2. LOCALIZAÇÃO

A necrópole do Taco está localizada no lugar do mesmo nome, implantada numa chã inscrita na plataforma litoral, a qual entra em contacto, a Norte, com a superfície inferior das montanhas ocidentais, interrompendo-se a ENE, devido à acção do vale do Rio Caima, o qual origina por sua vez um «relevo mais baixo que a plataforma litoral»¹⁴.

Os *tumuli* que hoje constituem a necrópole¹⁵, e que se encontram a uma

¹¹ No sopé da Senhora do Socorro, sobranceiras à face da estrada que levava àquele monte, visitámos em 1982 duas mamoaas de grandes dimensões, idênticas às mamoaas do Taco, tendo sido pouco tempo depois destruídas.

¹² A Mamoa do Boi, de que foi terraplanado o *tumulus*, para maior facilidade na plantação de eucaliptos, tem ainda câmara funerária formada por esteios em granito, parecendo tratar-se de uma câmara poligonal, embora muito arruinada. O seu estudo parece-nos que seria do maior interesse, pois é o único monumento conhecido na região que possui esteios em granito, e é um dos poucos monumentos próximos do litoral.

¹³ A esses dois municípios se deve o arranque inicial dos trabalhos nas mamoaas da necrópole do Taco, Mamoa 1 e Mamoa 3, Srs. Eng. Rui Tavares e Tiago Paço, este último Topógrafo na Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha.

¹⁴ Segundo Brum Ferreira, tal diferença altimétrica será devida à deslocação da plataforma litoral, originando assim uma área deprimida.

¹⁵ Utilizamos o termo necrópole para designar o conjunto de *tumuli* que foram construídos num espaço reduzido, distando uns dos outros muito pouco. A necropolização deste espaço estava feita pelas mamoaas 1, 2 e 3 do Taco, existindo apenas já só dois túmulos, Mamoa 1 e a Mamoa 3.

altitude média de 140 metros, apresentam como coordenadas geográficas, segundo a C.M.P., Folha 175 — Albergaria-a-Velha, Esc. 1/25000, dos S.C.E. (Est. I), as seguintes:

Mamoa 1: 40° 42' 38" Latitude N.,
00° 38' 18" Longitude E. Lx.

Mamoa 3: 40° 42' 32" Latitude N.,
00° 38' 16" Longitude E. Lx.

A superfície de aplanamento em que se deu a necropolização, apresenta-se actualmente repovoada de eucaliptos. Porém, segundo informadores locais, ainda há bem poucas décadas, toda aquela área pertencia a uma quinta agrícola, de bom rendimento, devido aos bons níveis de águas freáticas ali existentes.

Refira-se a propósito que toda esta região é colectora da bacia hidrográfica do Caima que, embora nos meses estivais tivesse um caudal reduzido¹⁶, originando que a sua rede capilar secasse possivelmente na sua maioria, o facto é que a poucos metros de profundidade a água corre em abundância, pelo que em pouco tempo aqueles arroios recuperariam os seus caudais. Só assim se compreende que as culturas outrora ali praticadas fossem de regadio como o milho, o feijão e a abóbora, só possíveis pela abundância de água.

Analisando, a partir da Carta de Capacidade de Uso Agrícola dos solos, o tipo de terreno do «território» da necrópole, constata-se que o mesmo é de tipo A, portanto de boa capacidade agrícola¹⁷.

Litologicamente aqueles solos apresentam uma composição derivada de rochas pertencentes ao complexo xisto-grauváquico, de idade Precâmbrico superior terminal, ou Hispaniano (TEIXEIRA, 1980, 1981), as quais se caracterizam por uma composição pouco variada, de grauvaques de grão fino, de matriz quartzo-micácea, e que na região de Albergaria-a-Velha foram atingidos por forte metamorfização, donde o seu aspecto mais característico e mais visível que é a textura barrenta, com uma coloração que varia entre os tons amarelos e avermelhados. A tal processo resistiram os quartzos que aparecem em grande quantidade, na forma de nódulos de médio a grande tamanho, apresentando-se não poucas vezes incrustados no xisto.

Tais quartzos formam maioritariamente a matéria-prima utilizada pelos construtores dos túmulos, sendo contudo as câmaras funerárias construídas com

¹⁶ Não sendo um curso de água de grande caudal, com a sua nascente na Serra da Freita, é bem possível que durante os meses estivais aquele diminuísse, levando em muitos casos, à seca pura e simples dos arroios que o compunham.

¹⁷ Segundo a Carta de Capacidade de Uso Agrícola dos Solos, Esc. 1/1.000.000, SROA, 1971.

esteios em xisto, particularmente no que diz respeito à Mamoa 1 do Taco, em que foram utilizadas lajes de grande tamanho e espessura, as quais não existindo no local imediato, terão sido transportadas do Monte da Senhora do Socorro, o único sítio, mais próximo, onde tal matéria-prima aflora¹⁸, tornando-se fácil a sua extracção.

No espaço ocupado pela necrópole não é visível afloramento algum de xisto, donde o recurso à Senhora do Socorro, primeiramente conhecida como Pedra da Águia¹⁹, assim como Bico do Monte²⁰.

Em toda aquela área há a registar o grande assoreamento que aí se verifica, como a escavação das mamoas não deixaria de revelar, o que modelou e relevou o tamanho dos montículos funerários, escondendo-os sob espessa camada de terra saibro-argilosa.

Uma última referência nos merece o espaço necropolizado do Taco e que se prende com a fauna e a flora que aí terá existido, contemporaneamente aos monumentos. Tanto para um caso como para o outro, não dispomos de dados para a época. Contudo, no que diz respeito à fauna, algumas ilacções podemos retirar, socorrendo-nos das referências que encontramos na Carta de Couto de Osselo²¹. Verificamos aí a existência de uma grande variedade de animais como veados, corças, gamos, ursos e coelhos²². As aves referenciadas nesse documento são: açores, gaviões e bufos²³.

Estas indicações são de grande utilidade pois dão-nos a conhecer a riqueza faunística da região, a qual não diferiria muito da que existiria na época em que foram construídos os *tumuli*. Já para a vegetação os dados são praticamente nulos pois, com o repovoamento florestal intensivo, nada resta do manto vegetal inicial, se exceptuarmos um ou outro pequeno carvalho.

Com tais condições, toda a região englobada na superfície aplanada do Taco e áreas limítrofes, apresentava óptimos recursos para a instalação humana, de que para além dos monumentos sepulcrais nada mais nos chegou, desconhe-

¹⁸ De um modo geral, toda a plataforma litoral onde estão implantados os montículos funerários, apresenta um subsolo muitíssimo metamorfozido que, tanto se pode verificar nos cortes abertos com a construção dos ramais de acesso à IP 5, como nos pontos mais localizados sob as mamoas.

Na Senhora do Socorro, em contrapartida, existem afloramentos de xisto, sendo o local mais próximo do sítio de implantação dos monumentos, donde se nos afigurar que terá sido daí que saíram as «lousas» para a construção daquelas estruturas (mais a sul, já no concelho de Águeda, em Serém de Baixo, junto do Mosteiro, existem também afloramentos da mesma matéria-prima, de que os construtores do Mosteiro se serviram abundantemente).

¹⁹ *Vd. Op. cit.* nota 1.

²⁰ *Idem.*

²¹ *Idem.*

²² *Idem.*

²³ *Idem.*

cendo-se por completo a localização dos habitats dos construtores destes espaços deposicionais mortuários e, mesmo estes, apresentaram-se parcos em informação sobre o assunto.

Numa abordagem inicial da necrópole, no relacionamento dos monumentos entre si, não parece verificar-se hierarquização alguma do espaço já que qualquer dos monumentos está suficientemente afastado um do outro para que se fale da existência de satelitização. Distribuindo-se sensivelmente em linha recta, numa direcção NNW-SSE, salta claramente à vista que é maior o montículo que ocupa o centro (Mamoia 1 do Taco), enquanto a Mamoia 3 se posiciona ligeiramente a SSE, a pouco mais de 100 metros (distância sensivelmente a mesma a que se encontraria, caso ainda existisse, a Mamoia 2 do Taco, a NNW da Mamoia 1).

Curiosamente não parece que fosse a maior a ocupar o ponto mais elevado na plataforma litoral no Taco, mas a Mamoia 2, a que se lhe seguia por sua vez a 1 e por fim a Mamoia 3 (Est. II).

Em qualquer dos casos, todos os monumentos funerários da necrópole estão sobranceiros a terrenos potencialmente agrícolas que, a Este, estão a menores altitudes e são irrigados por um dos arroios da Ribeira de Albergaria-a-Velha, afluente da margem direita do Rio Vouga.

Só com a escavação dos dois montículos foi possível um melhor conhecimento da necrópole. Pena que não tenha sido viável o estudo do monumento destruído pois permitiria um conhecimento mais aprofundado, em ordem a uma análise cronológico-cultural dos montículos entre si e das populações que os construíram.

Se ambas as escavações revelaram dados interessantes para a problemática suscitada por estas construções funerárias, não é menos verdade que continuamos a ter uma informação truncada sobre as comunidades humanas construtoras de megálitos, a que só a investigação continuada poderá ajudar a preencher tais lacunas.

3. METODOLOGIA GERAL UTILIZADA NO ESTUDO DA NECRÓPOLE

No estudo da necrópole megalítica do Taco recorreremos a uma metodologia geral que, correntemente, aplicamos ao estudo das áreas deposicionais sob *tumulus*, a qual foi pioneiramente divulgada entre nós por Vítor Oliveira Jorge²⁴, nos seus trabalhos sobre o Megalitismo do Norte de Portugal, quando a utilizou pela

²⁴ Jorge, V.O., (1978), *Escavação de um túmulo megalítico: problemas metodológicos*, «Setúbal Arqueológica», IV, pp. 241-254.

primeira vez, e ainda a título experimental, numa mamoa da Serra de Campelos²⁵.

Tal método generalizar-se-ia em seguida à grande maioria dos monumentos escavados tanto no Norte do País como em outras regiões, pela mão de todos os investigadores que «cursaram» a «Escola da Serra da Aboboreira»²⁶, confirmando-se assim a grande virtualidade da metodologia ensaiada primeiro, e aplicada sistematicamente depois, por aquele Pré-historiador.

Em linhas gerais, aquela metodologia a que também recorreremos nos nossos trabalhos²⁷, e aqui aplicamos ao estudo dos *tumuli* da necrópole do Taco, consiste em dividir a massa tumular a partir de dois eixos perpendiculares, intersectando-se centralmente no montículo, a partir dos quais se marcam as áreas a escavar, com dois metros de lado, formando-se assim quatro quadrantes dos quais se escavam dois alternos, nas sanjas com dois metros de lado (Est. III).

Tais sanjas de escavação apresentam a particularidade (é aqui que quanto a nós reside a grande virtualidade deste método de escavação por quadrantes²⁸) de permitirem leituras planimétricas e estratigráficas, facilitando uma mais correcta articulação entre as áreas escavadas e as estruturas existentes no terreno, sem necessidade de uma escavação integral, deixando-se para futuros investigadores o «testemunho» suficiente já que o objecto de estudo não foi destruído²⁹.

Refira-se ainda que ambos os eixos ortogonais são previamente orientados pelos pontos cardeais, permitindo uma melhor referenciação dos vestígios arqueológicos, que são registados tridimensionalmente, segundo as coordenadas cartesianas X, Y, Z, em que Z representa a profundidade, tomada a partir de um nível zero 0, estabelecido arbitrariamente e que será posteriormente reconvertido em função das cotas altimétricas, obtidas então para a elaboração da planta de

²⁵ Como foi amplamente noticiado pelos jornais de então, com particular destaque para o Jornal de Notícias (JN, 31/08/1976).

²⁶ No campo Arqueológico da Serra da Aboboreira formaram-se vários investigadores, em domínios diferentes, sendo de destacar particularmente para o Megalitismo, os nomes de Ana Leite da Cunha, António Huet de B. Gonçalves, Domingos de Jesus Cruz, Eduardo Jorge Lopes da Silva, Fernando A. Pereira da Silva e Maria de Jesus Sanches e, mais modernamente, Isabel Figueiral, Joel Cleto e Margarida Moreira.

²⁷ Cf. *A Mamoa 2 da Serrinha. Serra da Aboboreira (Baião)*, «Arqueologia», 6, pp. 19-31; *Escavação da Mamoa 3 de Chã de Parada-Serra da Aboboreira, concelho de Baião, 1982-1983*, «Arqueologia», 11, pp. 39-51; *Escavação da Mamoa 2 da Alviada (Alviada) — Escariz. Arouca 1984*, «Arqueologia», 15, pp. 77-91, apenas para citar os primeiros trabalhos em que utilizamos tal metodologia.

²⁸ Embora seja um método conhecido desde já algumas décadas, só se generalizaria a partir de 1978, altura em que entra em funcionamento o Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira, dirigido pelo Dr. Vítor Oliveira Jorge. Aquele método aparece referido pela primeira vez no livro de Clark, publicado em 1939, intitulado «Archaeology and Society», Esta obra inovadora para a época, seria traduzida para português, em 1966, e editado pela Editora Almedina, de Coimbra.

²⁹ Sendo toda a escavação uma destruição, pois não é possível refazer o trabalho realizado, este método de não escavar a totalidade do montículo, permite a realização em qualquer altura de reestudos.

curvas de nível, com equidistâncias de 10 cm.

Tal registo cartesiano dos vestígios arqueológicos, os quais são referenciados nas folhas de levantamento planimétrico, correspondente aos diferentes níveis horizontais escavados, permite uma correcta localização de cada artefacto ou outro vestígio, no espaço, possibilitando em alguns casos leituras diacrónicas, donde ser da maior importância a realização de registos de todo e qualquer testemunho que venha a ser descoberto durante a escavação, evitando-se por este meio uma perda irreparável de informação que, de outro modo, não deixaria de ocorrer.

Com a finalidade de simplificar o registo faz-se corresponder a cada quadrícula das sanjas de escavação uma letra e um número, como exemplificamos na estampa III. Tal base de ordenação letra/número, é ainda de grande utilidade quando há que abrir novas áreas de escavação, fora das sanjas, pois permite uma fácil localização daquelas, evitando-se as confusões desnecessárias e complicativas, com a adulteração dos dados.

No estudo dos *tumuli* da necrópole do Taco, embora em linhas gerais tenhamos recorrido à metodologia que, sucintamente, temos vindo a descrever, a nível particular criaram-se algumas variantes de acordo com as exigências postas pelos monumentos. Assim, enquanto que para a Mamoa 1 utilizamos uma escavação basicamente em quadrantes, para a Mamoa 3 o método foi a abertura de duas sanjas que se cortavam no centro monticular, formando uma cruz latina.

Em ambos os monumentos, a abertura somente da área correspondente às sanjas de escavação, não foi suficiente, quer porque as estruturas internas se distribuíssem por uma área maior do que aquela que supuséramos, como se constatou na Mamoa 3, quer ainda porque a estrutura interna se encontrasse descentrada em relação ao montículo ou este, devido às várias violações sofridas, apresentasse uma cratera de violação que levava ao engano quanto ao verdadeiro centro tumular por onde iriam passar os eixos ortogonais, delimitadores da área de escavação, como aconteceu com a Mamoa 1.

Temos assim que no caso da Mamoa 1 do Taco, além das sanjas de escavação foram ainda abertas as quadrículas H7 e H8, no quadrante Oeste-Sudoeste e a quadrícula I9, no quadrante Norte-Nordeste, ficando deste modo alargada a área ocupada pela câmara funerária, o que permitiu um melhor estudo da mesma.

Na escavação da Mamoa 3 do Taco, para além da área escavada previamente definida, houve a necessidade de proceder a um maior alargamento daquela visto o *tumulus* cobrir todo um complexo estrutural que importava analisar em toda a sua amplitude. Deste modo foi aberta a Oeste uma área compreendendo as quadrículas G7 e H7 e, a Este, foi também criada uma outra área de inter-

venção, maior que a precedente, formada pelas quadrículas G9, H9, G10, H10, G11 e H11.

Estas novas zonas de decapagem foram tratadas como unidades informativas, de modo igual às restantes áreas de escavação.

Ainda no capítulo da metodologia utilizada refira-se que, tanto na Mamoa 1 como na Mamoa 3, foram deixadas zonas terminais das sanjas de escavação por decapar até à rocha de base. Tais sectores terminais ficaram a servir de testemunho arqueológico informativo da estrutura dos monumentos, facilitando a sua compreensão, e são os seguintes: na Mamoa 1, os trechos terminais das sanjas Este e Sul e na Mamoa 3, os das sanjas Este e Oeste.

4. ESTUDO ARQUEOLÓGICO DA NECRÓPOLE

O estudo arqueológico dos dois monumentos funerários sob «*tumulus*» e que constituem a por nós designada «necrópole do Taco», foi desenvolvido em duas fases, que correspondem *grossa modo* às campanhas de escavação então realizadas, de que uma de emergência, foi amplamente noticiada pelos jornais³⁰.

Com o estudo do segundo monumento (Mamoa 3), teve-se como objectivo, principalmente, o estudo exaustivo daquela necrópole, de maneira à obtenção de dados que nos permitam um melhor conhecimento do megalitismo da Bacia do Vouga, nas suas relações com as regiões mais continentais, nomeadamente a região do Alto Paiva³¹.

Complementarmente a tal objectivo procurou-se com a nossa intervenção, originar todo um movimento tendente à salvaguarda daqueles monumentos, chamando a atenção para o perigo que o património arqueológico está a correr na região onde, a par de um grande surto industrial, existe uma forte implementação de repovoamento florestal com eucaliptos³².

Na descrição que passaremos a fazer das intervenções arqueológicas e dos dados obtidos em cada uma das sepulturas, referir-nos-emos a cada uma individualmente e de forma exaustiva, só depois se procedendo a uma análise global da necrópole, no contexto do megalitismo a sul do Rio Douro: Bacias do Vouga e Alto Paiva, procurando o estabelecimento de relações cronológico-culturais que porventura possam existir para o megalitismo de toda esta região (Est. IV).

³⁰ Cf. o Jornal de Notícias de 17 de Setembro de 1985, a título de exemplo.

³¹ Estamos a referir-nos aos monumentos que nos últimos anos temos escavado naquela região, mais concretamente no concelho de Arouca.

³² A necessidade crescente de biomassa está na origem da plantação em grandes áreas do País, de eucaliptos, pelo rápido rendimento que propiciam, o que tem contribuído para que o património esteja a ser constantemente ameaçado e mesmo destruído, pela utilização de maquinaria pesada.

4.1. As Mamoas

4.1.1. A Mamoa 1 do Taco

4.1.1.1. Estrutura do *tumulus*

Referindo-se a este monumento já Leite de Vasconcelos apontava a sua pouca altura mas, em contrapartida, o seu grande diâmetro (VASCONCELOS, 1912).

Na realidade, contrariamente a outros montículos congéneres, a Mamoa 1 do Taco não apresenta um perfil em calote esférica, assemelhando-se mais a um tronco de cone em que os coelhos criaram os seus inúmeros habitats. O aspecto geral era o de um montículo de terra, muito remexido, com grande negativo de violação central e, por toda a superfície, inúmeros fragmentos de lajes de xisto e quartzos leitosos, deixando antever o estado de destruição que o mesmo conteria no seu interior, com o previsível arrasamento do espaço deposicional funerário.

Planimetricamente este *tumulus* tem planta sub-circular, com um diâmetro com cerca de quarenta metros e destaca-se do solo natural pouco mais de um metro (Est. V).

Depois de todos os procedimentos iniciais, a que já nos referimos a páginas precedentes, foram as sanjas de escavação decapadas, sendo o resultado obtido, o de um *tumulus* sem couraça de cobertura alguma, em sentido lato, como se conhece para outros monumentos tumulares, existindo apenas um empedrado nas áreas periféricas, terminais, das sanjas de escavação.

Tal empedrado distinguia-se claramente das várias pedras soltas que, no resto das sanjas se podia observar, pelo que nos parece que este montículo não teve cobertura integral mas sim, e limitado à periferia, um anel de pedras com função de conter as terras da mamoa, um verdadeiro anel de contenção periférica, idêntico ao de outros monumentos funerários (Est. VI)³³.

A abertura das sanjas de escavação, apenas nos sectores Norte e Oeste³⁴, após a desmontagem prévia dos elementos líticos, tanto formativos do anel de contenção, como aqueles blocos soltos que nelas se assinalaram, permitiu uma leitura vertical da composição da massa tumular. Tal leitura é porém de grande simplicidade já que não são discerníveis camadas estratigráficas algumas, apenas existindo um único e compacto nível terroso, de coloração amarelada e

³³ Silva, F.-A.P., (1989), *Mamoa 1 do Calvário. Escariz-Arouca*, «Arqueologia», 19, pp. 72-84.

³⁴ Nos restantes dois sectores apenas se abriram em parte as sanjas de escavação, de maneira a deixar testemunhos da estrutura construtiva do túmulo, pois era nesses sectores, Este e Sul, que o anel de contenção periférica se encontrava melhor conservado.

textura saibro-argilosa, encimado por uma camada de terra humosa superficial, pouco espessa (Est. VII).

Nos cortes então obtidos, não foi assinalável existência alguma de nível de pedras que pudesse ser representativo da couraça de cobertura do montículo, parecendo deste modo confirmar-se a inexistência daquela, a qual se confinava à periferia.

A escavação nas sanjas mostrou ainda que o *tumulus* propriamente dito, era pouco elevado, menos ainda do que o que nos era dado observar, com uma altura actual de 2,20 metros (medição efectuada desde a rocha de base até ao topo superior das terras humosas superficiais). Tal altura testemunha a grande sedimentação que toda a área onde se localiza o monumento, e ele próprio, sofreram ao longo do tempo o que, pese embora a compactação sofrida, o relevou, ao contrário do que observamos em outros monumentos que aparecem como que «apagados» na paisagem³⁵.

Apesar de toda a sedimentação natural que se pôde observar na Mamoa 1 do Taco, e que tornou este monumento o maior da necrópole, ele deveria impôr-se indubitavelmente na paisagem. Mesmo se tomarmos como dimensões-limite a massa terrosa compreendida dentro do anel de contenção periférica, teremos um montículo com cerca de trinta metros de diâmetro e uma altura acima do solo primitivo, entre os 0,80 e os 1,80 metros (esta amplitude métrica deve-se às irregularidades que o montículo apresenta).

4.1.1.2. O espaço deposicional funerário

Embora a Mamoa 1 do Taco se apresente com evidentes sinais de ter sofrido várias e acentuadas violações³⁶, mostrou conter no seu interior um espaço deposicional funerário constituído por uma câmara megalítica com um corredor curto, tudo muito destruído, como se verá de seguida.

4.1.1.2.1. A câmara funerária

A câmara megalítica apresentava-se à primeira vista como um espaço caótico, com grande quantidade de fragmentos de lajes de xisto e alguns nódulos de quartzo leitoso, de dimensões médias e grandes, dispostos um pouco por todo

³⁵ Caso da Mamoa 2 da Serrinha, na Serra da Aboboreira, entre outros. *Vd. op. cit.* nota 27.

³⁶ Por toda a superfície do montículo, com particular destaque para a zona central, eram visíveis negativos de violação, a que variadíssimas luras de coelho contribuíam para dar um aspecto de enorme revolvimento.

o lado (Est. VIII).

Também foram assinalados grandes blocos de xisto, tombados para o centro do que parece ter sido um espaço por eles definido, notando-se apenas a existência de um esteio *in situ* que, como ficaria comprovado, não pertencia à câmara mas ao corredor da mesma. Deste modo, a estrutura dolménica principal apresentava-se no geral, completamente destruída porém, as decapagens viriam a revelar que as bases dos esteios tombados se encontravam no seu lugar o que iria permitir a reconstrução da câmara funerária (Est. VIII – 2), ainda que daquele espaço deposicional apenas se tivessem assinalado três lajes.

Apenas em um caso os construtores não abriram qualquer vala para a colocação de esteios, pelo que por certo ele se apoiaria nos outros, formando um conjunto a que a tampa, de que não encontramos vestígio algum, daria a robustez e a segurança necessárias. Os esteios da câmara apresentam as seguintes dimensões:

Est. 1 — altura 1,72 m; largura 1,20 m; esp. média 0,20 m;

Est. 2 — altura 1,67 m; largura 1,17 m; esp. média 0,12 m;

Est. 3 — altura 1,43 m; largura 0,81 m; esp. média 0,18 m³⁷.

Todos estes esteios da câmara são em xisto, o qual não se apresenta metamorfizado, desprendendo-se facilmente grandes lâminas ou «lousas» que o tornam muito frágil, sendo facilmente destruído e reduzido a lascas finas. Esta matéria-prima não ocorre no local onde o monumento foi construído, estando a sua origem situada no Monte da Senhora do Socorro, que dista do Taco cerca de 3 quilómetros, em linha recta.

Ainda em relação ao espaço definido pelas lajes, como pelo que restava de uma outra e pela vala de um esteio, verificamos que a sua planta seria poligonal, ligeiramente alongada, orientada segundo um eixo Oeste-Noroeste/ Este-Sudeste. O seu interior apresentava-se a um nível mais afundado do que a área circundante exterior, formando uma depressão que poderá estar ligada às violações sofridas pelo monumento, embora tenha sido nessa depressão, coberta com fina camada de areia, que se assinalou a generalidade do espólio funerário.

³⁷ Na planta da área deposicional funerária, a ordenação dos esteios constituintes, segue uma ordem segundo os ponteiros do relógio, começando-se pelo primeiro esteio lateral esquerdo, o qual tanto pode ser a primeira e única laje de um corredor incipiente, como um esteio da câmara mortuária, a qual se estreita neste ponto. Como procuramos valorizar a existência de um possível corredor, distinguimos neste texto os dois esteios do mesmo e os esteios da câmara, sendo a correspondência à planta, a seguinte: aos esteios 1, 2 e 3 do texto, correspondem os esteios da planta, numerados respectivamente de 2, 3 e 4; em contrapartida, os esteios do corredor, numerados no texto, 1 e 2, em planta têm o número 1 e 5.

Particularidade digna de referência é o facto de os construtores deste monumento não terem dotado a câmara sepulcral de uma qualquer estrutura de contrafortagem, o que poderá encontrar explicação provável, no tipo de solo em que foi construída a área deposicional, o qual tem uma composição de tal modo argilosa que, quando seco, tem a consistência da argamassa (Est. IX).

Para uma melhor vedação do espaço definido pelos esteios, foram colocadas pequenas lajes de xisto nas junções entre aqueles, evitando deste modo as infiltrações, tanto de terras como de animais, tornando deste modo a câmara funerária, hermética, a que só se podia aceder pelo estrangulamento a Este-Sudeste.

4.1.1.2.2. O corredor

Um estrangulamento a Este-Sudeste, na câmara funerária, marcado por dois esteios de xisto, um de cada lado (Est. X – 1), parece definir um corredor incipiente. Este corredor apercebe-se melhor em planta do que em alçado, já que aí se observa claramente essa entrada delimitada pelas duas lajes em xisto, ainda que em alçado haja algumas diferenças que se prendem com o tamanho dos restantes esteios, que têm as seguintes dimensões:

Est. 1 — altura 1,46 m; largura 0,74 m; esp. média 0,09 m;

Est. 2 — altura 1,32 m; largura 1,10 m; esp. média 0,24 m³⁸.

Como se verifica pelas dimensões, os esteios do corredor apresentam menores dimensões em média, do que as lajes formativas da câmara funerária.

A entrada de acesso ao interior da câmara apresentava-se fechada na sua metade inferior, com uma laje plana, muito fina, com umas dimensões sensivelmente de 0,50 m. de altura, 0,60 m. de largura e uma espessura de pouco mais de 0,12 m. Esta laje parecia assim bloquear a entrada do pequeno corredor porém, como todo o *tumulus* no seu interior, estava completamente revolvido e já desde épocas recuadas (a existência de um grande fragmento de *tegula* incrustada no fundo da vala de um esteio, parece disso ser testemunho), não podemos afirmar da intencionalidade da colocação daquela laje.

Este corredor que parece «abrir-se» para o interior da câmara funerária, não deve ter tido qualquer utilização funcional, por duas ordens de razões, de que a primeira é a reduzida altura das lajes em xisto que o constituem, que não facilita a circulação de quem quer que seja e, a outra, tem a ver com toda a arquitectura do montículo funerário.

³⁸ Cf. nota 37.

Pelo que nos foi dado observar, não há prolongamento algum deste pequeno corredor para a periferia, pelo que ele ocupa sensivelmente o centro daquele montículo, ficando completamente coberto pelo mesmo, donde nos parece que este «corredor» é mais fictício que real, estando-se antes em presença de uma área deposicional poligonal alongada, no sentido Oeste Noroeste/Este-Sudeste, com abertura voltada a Este-Sudeste, a qual é marcada por dois umbrais que lembram, hipoteticamente, um corredor, ainda que pareçam não ter tido tal função (Est. X – 1).

À semelhança do verificado para a câmara funerária, não assinalámos vestígio algum da cobertura deste «corredor», parecendo-nos que todo o espaço deposicional deveria ser coberto apenas com uma grande laje, ao modo das «cistas»³⁹.

4.1.1.3. A arte parietal

Durante os trabalhos de escavação da área deposicional funerária coberta pelo *tumulus* 1 da necrópole do Taco, e como fosse necessário levantar o esteio nº 2, quer para decapar as terras que sob ele se tinham acumulado, quer para proceder ao restauro da câmara funerária, foram assinalados motivos simbólicos-decorativos, gravados, preenchendo a metade superior daquele esteio (Est. X – 2, XI).

Tal motivo distribui-se numa sucessão de quatro gravuras que, no essencial, se repetem e se distribuem sequencialmente, de cima para baixo e da esquerda para a direita, assim discriminados:

Gravura 1 — esta primeira gravura é constituída por quatro semi-círculos pseudo-concêntricos, de que o primeiro se apresenta incompleto, pois falta-lhe parte do arco, sendo a sua forma menos aberta que os outros dois, estando mais próxima do U ou mesmo do V invertidos. Com uma aparência mais claramente de V invertido é o quarto semi-círculo. Nesta gravura, enquanto os semi-círculos arrancam todos, sensivelmente, ao mesmo nível, do lado esquerdo, o mesmo não acontece do lado direito, em que os «arcos» 1 e 3 se alongam.

A técnica utilizada para a realização desta gravura foi o picotado, obtido com um utensílio possivelmente não metálico, sendo a junção dos diversos picotados que dá em resultado a gravura, donde uma certa irregularidade no traçado dos diversos componentes.

³⁹ Na realidade, o espaço definido pelos esteios não é de tal modo amplo que justificasse uma diferenciação na sua cobertura, sendo bem mais plausível que toda a área deposicional fosse coberta com apenas uma única laje, a qual por certo seria na mesma matéria-prima que os esteios da câmara, o xisto.

Gravura 2 — a segunda gravura, imediatamente abaixo da anterior e ligeiramente à sua direita, parece ocupar o centro da composição. Podem-se distinguir quatro semi-círculos pseudo-concêntricos mas em que o seu traçado se apresenta mais regular que no da gravura anterior e nas duas seguintes. O quinto semi-círculo apresenta uma configuração em U, de braços desiguais, como os restantes «arcos», tendo a particularidade de, partindo do centro, se prolongar uma linha sub-vertical, que sai para além da gravura.

Também nesta, a técnica utilizada foi a da picotagem, aproximando-se o cuidado posto na sua realização da primeira gravura, sendo esta contudo de feitura mais cuidada.

Gravura 3 — é constituída por quatro semi-círculos pseudo-concêntricos, também de braços desiguais mas com a particularidade de tal dissimetria ser alternada ou seja, no primeiro arco o braço maior é o esquerdo, no segundo é o direito e, no terceiro, volta a ser o esquerdo. Quanto ao quarto semi-círculo, tem a aparência de um U invertido e alongado, de braços sensivelmente iguais.

A gravura apresenta-se imediatamente abaixo da nº 2 mas, ao contrário desta, como da nº 1, é oblíqua ao eixo do suporte, assim como aos eixos das duas gravuras que lhe ficam imediatamente acima.

Também foi realizada à base de picotagem do suporte, o xisto. Na sua feitura parece ter havido pouco cuidado, já que o traço do gravado se apresenta de grande irregularidade, dificultando a sua leitura, seja porque o utensílio utilizado na realização do picotado fosse mais grosseiro que o utilizado para as gravuras 1 e 2, ou então porque o artista se encontrava menos seguro na realização da gravura, o que põe desde logo a possibilidade de as quatro gravuras não terem tido um só executante.

Gravura 4 — paralela à gravura anterior, está como ela também em posição oblíqua. É constituída apenas por três semi-círculos pseudo-concêntricos, bastante afastados entre si e apresentam uma aparência de U invertidos, alargados, em que os braços são sensivelmente iguais.

Na execução desta gravura, o pouco cuidado ou a menor habilidade, é bastante clara, como assinalámos para a gravura anterior, com um picotado muito grosso e desigualmente repartido. Curiosamente parece pertencer ao mesmo estilo, com as mesmas características estilísticas, que a gravura anterior.

Numa análise global e sucinta das quatro gravuras que foram realizadas na face interna do esteio nº 2, parece assinalar-se dois grupos distintos de gravados, o que poderia apontar para a existência de dois momentos diferentes de gravação, pela participação de dois artistas diferentes. Refira-se que as gravuras nº 3 e nº 4 têm um ar mais diluído que as nº 1 e nº 2, embora isto possa não ser significativo.

Contudo, pensamos ser de tomar em linha de conta com estes aspectos que poderão ter a ver com a reutilização de uma laje e uma nova gravação.

Numa observação detalhada dos gravados, parece notar-se sobreposição, com a gravura nº 3 a ser já realizada com a nº 2 gravada no esteio, o que poderá apontar para a anterioridade das duas primeiras gravuras sobre as segundas. De qualquer modo, o autor ou autores das gravuras nº 3 e nº 4, não mutilaram a gravura nº 2, que lhes fica imediatamente acima, o que poderá ser significativo da existência de um mesmo significado ainda não perdido, na altura em que foram realizadas as gravuras hipoteticamente mais tardias.

4.1.1.4. O Espólio funerário

O espólio revelado pela escavação da Mamoa 1 do Taco, distribui-se entre os artefactos de pedra polida e os de pedra lascada, além de outros elementos líticos. A cerâmica está apenas representada por dois fragmentos (Est. XII).

Vários fragmentos de cerâmica moderna foram ainda assinalados nas terras da violação.

4.1.1.4.1. Artefactos líticos

1 — geométrico triângulo isósceles, em sílex, assinalado nas terras do interior da câmara, sob o esteio nº 5. Dimensões: comprimento 2,5 cm; largura 0,9 cm; espessura 0,3 cm (Est. XII. 1).

2 — geométrico segmento, em sílex, assinalado nas terras do interior da câmara, sob o esteio nº 5. Dimensões: comprimento 3,2 cm; largura 1,2 cm; espessura 0,3 cm (Est. XII. 2).

3 — lâmina em sílex, assinalada no interior da câmara, sob o esteio nº 1. Dimensões: comprimento 4,1 cm, largura 0,9 cm; espessura 0,2 cm (Est. XII. 3).

4 — lâmina em sílex, assinalada nas terras do interior da câmara, sob o esteio nº 5. Dimensões: comprimento 6,8 cm; largura 1,2 cm; espessura 0,25 cm (Est. XII. 4).

5 — enxó em xisto anfibólico, de superfícies inteiramente polidas, de perfil triangular e secção sub-rectangular. Foi assinalada sobre a alterite de base. Dimensões: comprimento 12,5 cm; largura média 3,3 cm; espessura média 2 cm (Est. XII. 5).

6 — dois cristais de rocha, de secção prismática, sem vestígios de utilização. Um deles assinalado na alterite de base, junto do esteio nº 2 e o outro no interior de uma vala de esteio, juntamente com um fragmento de tegula (Est. XII. 6,7).

7 — dois moinhos manuais moventes, em granito, um deles fracturado e um moinho manual dormente, também em granito, encontrados nas terras de violação.

4.1.1.4.2. Cerâmica

1 — fragmento de recipiente cerâmico, de forma globular, de pasta castanha-clara, com e. n. p. de grão fino. Foi encontrado no interior da câmara, sobre um nível de terra revolvida (Est. XII. 8).

2 — fragmento de recipiente cerâmico, de parede sub-vertical, de pasta castanha-avermelhada, com e. n. p. de grão fino. Apresenta a superfície externa com negro de fumo. Assinalado junto do fragmento de vaso referido acima (Est. XII. 9).

4.1.2. A Mamoa 3 do Taco

4.1.2.1. O *tumulus*

Localizado a pouca distância, sensivelmente a Sul, da Mamoa 1 do Taco, este montículo apresenta uma planta sub-circular, muito abatida, particularmente no sector voltado a Sul. Tem um diâmetro de trinta e um metros, sensivelmente (Est. I, Est. XIII).

A sua altura acima do solo actual é menor que a daquele outro *tumulus*, pouco se destacando na paisagem, com os seus cerca de 0,60 metros de altura.

Também a superfície aplanada do seu topo contribuía para lhe dar uma menor imponência.

Superficialmente eram visíveis vários negativos de violação, alguns dos quais modernos, testemunhados pelos inúmeros fragmentos cerâmicos de recipientes modernos (numa lura de coelho que atravessava o montículo, foi mesmo assinalado um pote em barro, com asa em fita).

A decapagem das sanjas de escavação revelou que à profundidade média de cerca de 0,60 m, existiam troços de uma estrutura pétreia de cobertura, embora em grave estado de destruição. Os seus elementos formativos, maioritariamente em quartzo leitoso com algumas lascas de xisto à mistura, dispunham-se de forma anárquica, mesmo nos pontos melhor conservados (Est. XIV), razão pela qual consideramos com algumas reservas a possibilidade de ter existido uma carapaça que envolvesse por completo o *tumulus*. Tal hipótese não é contudo de excluir pois no corte Norte-Noroeste/Sul-Sudeste ela aparece-nos documentada, embora só cobrindo o sector terminal desse corte (Est. XV).

Estruturalmente, aquela cobertura é formada por blocos quartzíticos de médio e grande tamanho, pousados directamente sobre a massa tumular, sendo os intervalos preenchidos com nódulos de quartzo leitoso de menor tamanho, misturados com fragmentos de lajes de xisto.

O fecho desta possível couraça é feito através de um anel de grandes blocos de quartzo e lajes de xisto de dimensões médias, fincadas no solo, em posição oblíqua, formando-se assim um anel de contenção periférica. Este anel ficava incluído no montículo, sendo posteriormente coberto pela carapaça de pedra, que envolveria eventualmente a totalidade da mamoa.

Tais características permitem relevar os diferentes aspectos funcionais de que se revestem estas estruturas externas, as quais, se por um lado podem ter como objectivo impedir o efeito de ravinagem das terras, por outro não custa admitir que, tendo em atenção o tipo de matéria-prima utilizada, o quartzo leitoso, terá havido também a intenção de tornar este monumento melhor observável de longa distância, tanto mais que se apresentava volumetricamente menor que a Mamoa 1.

Tendo em atenção este último aspecto, deparamos com uma situação que, a ser verdadeira, é pelo menos original em monumentos tanto a Norte como a Sul do rio Douro: existência de um forte espessamento (em média atinge os cerca de 0,50 m), que também já tínhamos assinalado para a Mamoa 1, e que se poderá dever a causas naturais, embora não seja de excluir uma origem antrópica para aquela «sedimentação». Lamentavelmente a estratigrafia não pode ajudar a esclarecer este aspecto, pelo que deixamos aqui apenas a referência⁴⁰.

Na realidade, uma leitura vertical da massa tumular, como se pode constatar nos cortes Norte-Noroeste/Sul-Sudoeste (Est. XVI – 1) e Oeste-Noroeste/Este-Nordeste (Est. XVI – 2), nada nos diz quanto à sua organização, devido à grande homogeneidade que aí se observa, distinguindo-se apenas uma maior ou menor compacticidade.

Se tomarmos os limites definidos pelo anel de contenção periférica, mais reforçada surge a ideia de que a «sedimentação» foi intencional: o diâmetro do *tumulus* é de cerca de vinte e seis metros, o que dá um diâmetro de menos de cinco metros em relação ao diâmetro da mamoa.

4.1.2.2. Espaços deposicionais funerários

A escavação da Mamoa 3 do Taco mostrou-nos a existência de um complexo estrutural a nível da área reservada às deposições mortuárias. Pois, além de um espaço delimitado por um murete e que terá correspondido a uma câmara

⁴⁰ Como refere para o País Basco, Germán Delibes. Cf. *El Neolítico — Los comienzos de la agricultura y la ganadería en la Meseta*, «Historia de Castilla y Leon, I — La Prehistoria del Valle del Duero», pp. 22-52.

funerária, outro possível espaço mortuário foi assinalado frente àquele, constando de uma grande fossa aberta na alterite de base.

4.1.2.2.1. A área deposicional primária

Por área deposicional primária, entendemos todo o espaço definido por um murete de pedra solta, no interior do qual se encontrou um enchimento de milhares de fragmentos de lajes de xisto, misturadas com vários blocos de quartzo leitoso, tornando impossível definir a câmara funerária. Esta teria sido constituída, indubitavelmente, por lajes naquela matéria-prima.

Decapado todo aquele espaço, o que permitiu recolher algum espólio, assinalou-se aberta na alterite de base, uma fossa sub-circular, com um diâmetro de cerca de 1,10 m e 0,16 m de profundidade, de fundo plano (possuía contudo, uma depressão a Sul) e paredes sub-verticais.

Esta fossa estava preenchida com terras negras da superfície misturadas com pedras soltas. Porém, sob este nível, constatou-se a existência de vários nódulos de quartzo, imbricados uns nos outros e aderentes ao fundo, dispostos em semi-círculo, parecendo terem servido de calagem de um esteio (?) ali colocado, como componente da câmara funerária (Est. XVII – 1). Apesar destes particularismos, o facto de a mesma se apresentar «marginal» a todo o espaço definido pelo murete de contrafortagem da câmara, assim como o seu grande diâmetro, leva-nos a pôr algumas reservas à sua utilização como fossa de esteio.

Referente ainda à área deposicional foram assinalados restos de lajes ainda colocadas nas suas valas, aflorando à superfície da alterite de base. Uma outra, também fragmentada, aparece a servir de «umbral» de entrada ao recinto delimitado pelo murete. Do lado oposto àquele está o que resta de outra laje que poderá corresponder à zona terminal do contraforte, marcando possivelmente a entrada da câmara funerária. Tomando em linha de conta com estes dados, parece definir-se uma câmara mortuária delimitada, embora escassamente, por aqueles esteios, podendo corresponder o espaço intermédio a um «átrio», de funcionalidade simbólica (os vestígios arqueológicos são pouco claros neste domínio).

Se a estrutura mortuário-deposicional apareceu muito destruída, dificultando a sua leitura, o mesmo não se poderá dizer do murete que, perifericamente, a envolveu, o qual apresenta um melhor estado de conservação.

Basicamente está-se perante um contraforte, constituído por elementos de quartzo, imbricados uns nos outros, assentes sobre um nível de terras saibro-argilosas, com uma potência de cerca de 0,50 m, e que na sua periferia se

dispõem ligeiramente oblíquos⁴¹. Porém, esta estrutura apresenta particularismos que a distinguem das suas congêneres «contrafortagem da câmara funerária»⁴².

Em planta, aparece-nos com um formato sub-trapezoidal, orientada de WNW-ESE, com abertura a ESE, marcada por dois possíveis «umbrais» em xisto, muito fragmentados⁴³.

Os tramos daquele murete apresentam-se paralelos convergentes e rectilíneos (no caso dos dois maiores), sendo também rectilíneos aqueles troços que ladeiam e suportam os «umbrais». Já a base maior, tem uma planta pseudo-absidal, formada a partir de fiadas de pedras dispostas em forma de arco, em número de três (Est. XVII – 2), reforçando consideravelmente o murete. A ligação entre os diferentes tramos do murete apresenta a particularidade de não ser feita em ângulo, mas em canto arredondado (nítido no tramo Noroeste).

Ainda do ponto de vista da técnica construtiva, é notória a falta de uniformidade na construção deste contraforte em que, por exemplo, o tamanho dos elementos pétreos constituintes não é idêntico, sobressaindo parte do troço Norte e o suporte do «umbral» do mesmo lado. Também o tratamento dado a toda a estrutura é variado, com espessamentos em vários pontos, obtidos por acumulação de pedras de menor tamanho (Est. XVII – 3).

As dimensões internas da estrutura são as seguintes, cerca de 3,80 m de eixo maior e cerca de 3,50 m de eixo menor, tendo a câmara funerária (delimitada a partir dos dois fragmentos de esteios), um diâmetro de cerca de 2,50 m. Refira-se que no âmbito da relação do contraforte com a câmara funerária, que pressupomos aberta a ESE, aquela se encontra afastada cerca de 0,80 metros da entrada da estrutura de contrafortagem, o que poderá ser um dado confirmativo da existência de um átrio simbólico, frente à área deposicional funerária (Est. XVIII).

4.1.2.2.2. A área deposicional em fossa

O alargamento da área a escavar, para uma melhor delimitação do espaço deposicional funerário coberto pelo *tumulus* 3 do Taco, levaria à descoberta de uma fossa de grandes dimensões.

Esta fossa, descentrada em relação ao hipotético eixo de entrada da câmara funerária, foi identificada a partir de uma mancha de terras de cor castanho-escuro, com uma composição em que predominavam os carvões de

⁴¹ À semelhança dos anéis de contrafortagem que encontramos nas câmaras dos monumentos que temos estudado.

⁴² Estas estruturas são, genericamente, de planta circular e estão construídas de encontro às estruturas deposicionais mortuárias, tendo evidentes intenções de reforço de tais câmaras funerárias.

⁴³ Tais fragmentos são em xisto laminar, «louzinhas».

pequeno tamanho, de origem vegetal. É de registar que quando se procedeu quer à decapagem grosseira, como à decapagem fina da quadrícula que revelaria aquela fossa, se constatou estar-se perante uma zona de intenso revolvimento, documentado pelos inúmeros fragmentos de xisto, nódulos de quartzo leitoso, bolsas de alterite xisto-grauváquica de base, bolsas de saibro e ainda carvões (Est. XIX).

Tendo-se procedido à decapagem daquela mancha de terra escura verificou-se que o enchimento da fossa não diferia do nível de violação, sendo porém de referir que aflorava à superfície o que parecia ser um esteio tombado obliquamente, de orientação Este (Est. XX). Tal decapagem permitiria ainda referenciar, no canto Norte da fossa, uma mancha de carvões misturados com terras xisto-argilosas.

Completamente limpa do seu conteúdo, deparou-se-nos uma fossa de planta sub-circular, com um diâmetro de cerca de 2 m e uma profundidade de cerca de 1 metro, de paredes ligeiramente plano-côncavas e plano-convexas, de fundo plano-côncavo irregular, sobre o qual foram identificados alguns fragmentos de um mesmo recipiente cerâmico. Confirmou-se também a existência de um esteio, fragmentado na ponta distal.

Este esteio, ou o que dele restava, não nos parece que estivesse *in situ*, pelo contrário, julgamos que tal esteio pertenceu à área deposicional primária (câmara funerária rodeada pelo murete de contrafortagem).

A existência desta fossa escavada no xisto-argiloso de base, à «entrada» do contraforte da câmara funerária, põe desde logo o problema da contemporaneidade, ou não, da sua escavação, do mesmo modo que a sua funcionalidade.

Como se conhece para outras estruturas de tipo fossa⁴⁴, a sua descoberta só se verifica, praticamente, ao nível do solo de base, donde a dificuldade em constatar qual o nível stratigráfico em que foram abertas, o que dificulta o seu posicionamento cronológico-cultural. No caso da fossa do *tumulus* 3 do Taco, põe-se idêntico problema.

Para esta fossa, temos apenas a sua localização, defronte da «entrada» definida pelas lajes «umbrais» (junto do «umbral» Norte), assim como o dado arqueológico de estar aberta a um nível inferior ao do «piso» no interior da contrafortagem da câmara (área deposicional primária). Tal posicionamento pode ser uma indicação de que ambas as estruturas não são contemporâneas.

⁴⁴ A este nível, as que melhor documentadas nos aparecem, localizam-se na Serra da Aboboreira. Todas elas estão ligadas aos níveis de ocupação, surgindo assim como grandes silos de armazenagem, como no caso por exemplo, do povoado da Bouça do Frade.

Quanto à sua funcionalidade, as dúvidas são maiores pois, se o facto de estar na proximidade imediata de um espaço funerário poderá levar a que aquela seja considerada como tendo também funções mortuárias, por outro lado, fossas idênticas têm sido referenciadas como silos, embora em contextos habitacionais⁴⁵, ou ainda em outros casos, em ambientes diferenciados⁴⁶, donde a dificuldade na sua interpretação.

A favor da sua utilização como espaço funerário poderá jogar as suas grandes dimensões, a proximidade de uma outra área de deposição mortuária, assim como o ter-se assinalado no seu interior, colados no fundo, alguns fragmentos de um mesmo recipiente cerâmico, de pequeno tamanho. A possibilidade de ter sido um grande silo de armazenamento parece-nos pouco provável, em face da ausência de dados claros nesse sentido, como: a não existência de outras estruturas análogas, apesar da grande área de escavação aberta, assim como também faltarem todos os vestígios materiais que pudessem avançar com essa hipótese, tais como artefactos cerâmicos ou líticos, que permitissem inferir da presença de um habitat, anterior à construção do montículo.

Por tudo isso julgamos que se está perante uma fossa funerária, aberta em época imprecisa, mas que tudo indica ser anterior à câmara coberta pela Mamoa 3 do Taco (a existência de um esteio em xisto, tombado dentro da fossa, misturando a níveis de revolvimento, parece confirmar ainda mais a anterioridade daquela) (Est. XXI).

4.1.2.3. O Espólio arqueológico

Em linhas gerais, os artefactos exumados durante os trabalhos de estudo do *tumulus* 3 da necrópole do Taco, mostraram-se idênticos aos da Mamoa 1, havendo contudo algumas dissemelhanças que poderão ser indicativas de um certo carácter mais tardio.

Também aqui o espólio se distribui entre os artefactos em pedra lascada e polida, entre outro material diverso, de que se destaca um fragmento de cristal de rocha. A cerâmica foi apenas documentada no interior da fossa (Est. XXII).

Neste monumento encontraram-se ainda vários fragmentos de cerâmica moderna, assim como um púcaro de asa em fita, localizado no interior da massa terrosa, no fundo de uma lura de coelho.

⁴⁵Jorge, S. O., (1988), *O Povoado da Bouça do Frade no Quadro do Bronze Final do Noroeste Peninsular*, «Monografias Arqueológicas», 2, Porto, G.E.A.P.

⁴⁶Sanches, M. J., (1989), *O Povoado de Lavra (Marco de Canaveses)*, «Arqueologia», 17, pp. 125-134.

4.1.2.3.1. Artefactos líticos

1 — geométrico segmento simétrico, em sílex, assinalado nas terras do interior do contraforte, sob as raízes de um eucalipto. Tem as seguintes dimensões: comprimento 3,1 cm; largura 0,93 cm; espessura 0,3 cm (Est. XXII. 1).

2 — geométrico trapézio assimétrico, em sílex, encontrado também nas terras do interior do murete de contrafortagem da câmara, sob as raízes de um eucalipto. Dimensões: comprimento 3,5 cm; largura 1,1 cm; espessura 0,26 cm (Est. XXII. 2).

3 — fragmento de lâmina em quartzo hialino, assinalada nas terras do interior do murete. Dimensões: largura 0,5 cm; espessura 0,2 cm (Est. XXII. 3).

4 — fragmento de lâmina em sílex, assinalada nas terras do interior do contraforte. Dimensões: largura 0,98 cm; espessura 0,25 cm (Est. XXII. 4).

5 — fragmento de lâmina em sílex, encontrada nas terras do interior do murete. Dimensões: largura 1,23 cm; espessura 0,35 cm (Est. XXII. 5).

6 — lâmina em sílex, encontrada também nas terras do interior do murete. Dimensões: comprimento 6,6 cm; largura 1 cm; espessura 0,23 cm (Est. XXII. 6).

7 — lâmina em sílex, encontrada nas terras do interior do contraforte. Dimensões: comprimento 8,12 cm; largura 1,2 cm; espessura 0,3 cm (Est. XXII. 7).

8 — lâmina em sílex, assinalada nas terras do interior do murete de contrafortagem. Dimensões: comprimento 7,5 cm; largura 1,2 cm; espessura 0,39 cm (Est. XXII. 8).

9 — ponta de seta em sílex, assinalada no nível de terras que cobria a carapaça no sector Este. De base côncava, tem retoque plano bifacial e invasor no dorso, limitado aos bordos. Dimensões: largura 2 cm; espessura 0,25 cm (Est. XXII. 9).

10 — enxó pequena, em xisto argiloso, de grão muito fino, de cor verde claro, inteiramente polida. Foi encontrada nas terras do interior do murete, sob as raízes do eucalipto. De secção elíptica, tem bordos plano-convexos convergentes e gume curvo-convexo. Dimensões: comprimento 5,8 cm; largura média 2,8 cm; espessura média 1,23 cm (Est. XXII. 10).

11 — fragmento de cristal de rocha, prismático, de secção hexagonal assimétrica, assinalado nas terras do interior do contraforte (Est. XXII. 11).

4.1.2.3.2. Cerâmica

1 — fragmentos cerâmicos pertencentes a um mesmo recipiente, de pasta castanho-alaranjado, com e. n. p. de grão fino. Foram encontrados no interior da fossa F2, colados no fundo daquela. Tem vestígios de engobe na superfície

exterior. Apresenta bordo extrovertido e lábio arredondado; bojo com leve carena mesial; deveria possuir um fundo plano-convexo (Est. XXII. 12).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação, nas páginas precedentes, dos resultados obtidos durante a escavação das sepulturas da necrópole do Taco, Mamoa 1 e Mamoa 3, podemos agora fazer uma leitura global desses dados, confrontando-os entre si e, ao mesmo tempo, procurar o estabelecimento de «pontes» de ligação com outros «megalitismos» regionais.

Para os monumentos funerários do Taco constatou-se que sob uma aparente uniformidade monticular, se encontravam soluções arquitectónicas diferentes, só perceptíveis com o recurso à escavação arqueológica. Tal polimorfismo encontrámo-lo um pouco por todo o lado, seja a Norte do Douro⁴⁷, seja a Sul⁴⁸, independentemente da proximidade, ou não, dos monumentos entre si (o que constatamos para o Taco encontra-se noutras necrópoles de *tumuli*), como diversos investigadores têm verificado⁴⁹.

Em contrapartida, ao nível da massa monticular, particularmente nas regiões em que o substrato rochoso é o xisto-grauvaque, de metamorfização acentuada, com solos xisto-argilosos, nota-se uma mesma composição, de que sobressai uma coloração uniforme dentro dos tons laranja e amarelados, assim como uma compactação acentuada, seja nos *tumuli* do Taco ou em monumentos de outras regiões como, por exemplo, mas ainda a sul do Douro, na Mamoa de Gestosa, em Vila Nova de Gaia⁵⁰, na Mamoa 4 da Aliviada e na Mamoa 1 do Calvário, ambas no concelho de Arouca⁵¹, ou ainda mais a sul, na mamoa da Mama do Furo, na Figueira da Foz⁵², entre outros casos⁵³. Também a norte daquele rio, na Serra da Aboboreira, se verifica a mesma situação, como é o caso da

⁴⁷ Veja-se o que ocorre com os *tumuli* escavados na Serra da Aboboreira, concelho de Baião e Marco de Canaveses, ou Amarante.

⁴⁸ O mesmo ocorre nos monumentos que temos estudado a sul do rio Douro, concelhos de Arouca e Oliveira de Azeméis.

⁴⁹ Cf. os trabalhos publicados pelos investigadores tanto para a Aboboreira, como para outras regiões, seja a Norte ou a Sul do Douro. Em todos os casos conhecidos o polimorfismo das estruturas funerárias sob montículo é uma constante.

⁵⁰ Jorge, V. O., (1984), *Escavação da Mamoa de Gestosa (Sandim, Vila Nova de Gaia)*, «Gaya», II, (Actas das I Jornadas de Hist. Local e Regional de V. N. de Gaia), pp. 19-38.

⁵¹ *Vd. op. cit.* notas 27 e 33.

⁵² Vilaça, R., (1986), *A Mamoa da «Mama do Furo» (Figueira da Foz)*, «Trab. de Antropol. e Etnol.», XXVI, 1-4, pp. 95-117.

⁵³ O mesmo constatamos na Mamoa da «Mama da Galinha», em Águeda, estudada no ano corrente (Publicação dos resultados em preparação).

Mamoas 2 de Cabritos⁵⁴ ou, já na província de Trás-os-Montes, na Mamoas da Pena Mosqueira⁵⁵.

Do exposto ressalta que tal tipo de composição está em relação directa com a ambiência geológica que, podendo ter condicionado a construção dos montículos funerários, não foi impedimento à sua edificação.

Outro aspecto ainda ligado aos monumentos do Taco, tem a ver com a existência de carapaça lítica de cobertura, que aparece documentada, em corte, na Mamoas 3 daquela necrópole, e que no *tumulus* 1 parece não ter existido (a existir, limitar-se-ia a uma banda, na periferia, e nunca envolvendo por completo o montículo). Quer para aqueles monumentos como para os que referimos acima, a situação é idêntica, o que não pode ser exclusivamente justificado pelas destruições que os monumentos sofreram ao longo do tempo mas, muito plausivelmente, a causas de natureza conceptual dos seus construtores (veja-se, a título de exemplo, o que se passa com a Mamoas 1 do Castelo-Fajões, em que não há nível algum de pedras que a tivesse coberto, mas que em contrapartida possui o característico anel de contenção periférica, afundado no *tumulus*⁵⁶).

Na generalidade dos casos apontados, à excepção do monumento de Fajões, a «carapaça» reduz-se a um espessamento na periferia monticular, formando como que um anel de contenção, embora tal não exclua a existência de um verdadeiro travamento periférico que, normalmente, os monumentos contêm.

Seja na necrópole do Taco, ou em monumentos como Calvário 1 ou Aliviada 4, entre outros, aquele anel de contrafortagem periférica encontra-se presente, sendo constituído normalmente por grandes blocos pétreos, inseridos na massa monticular.

Regra geral, tal massa terrosa é apenas cortada pelas estruturas deposicionais que encerra e respectivos contrafortes.

Quanto às estruturas deposicionais mortuárias cobertas pelos montículos do Taco, constata-se a existência de polimorfismo: enquanto que a Mamoas 1 contém no seu interior uma sepultura megalítica, constituída por uma câmara poligonal alongada, terminando num estrangulamento, aberto a ESE, aparentado a um corredor incipiente, ou mesmo degenerado, definido por dois esteios menores, em xisto, sem contraforte algum, já a Mamoas 3 cobriu duas distintas áreas funerárias. Uma, que poderá ter sido uma câmara megalítica, aberta a ESE, rodeada por uma estrutura de contrafortagem, também aberta, de planta

⁵⁴ Jorge, V. O. e Vilaça, R., (1985), *As Mamoas de Cabritos (Serra da Aboboreira)* «Arqueologia», 11, pp. 51-66.

⁵⁵ Sanches, M. J., (1987), *A Mamoas 3 da Pena Mosqueira, Sanhoane (Mogadouro)*, «Arqueologia», 15, pp. 94-115.

⁵⁶ Silva, F.-A.P., (s/d), *Escavação da Mamoas 1 do Castelo, Fajões-Oliveira de Azeméis (1ª campanha de escavações)*, Rel. inédito apresentado ao I.P.P.C.

sub-trapezoidal e outra, em fossa, escavada na alterite de base (este último tipo de estrutura funerária é pouco comum, sendo a primeira que se assinala a sul do Douro, já que a norte há um caso, na Serra da Aboboreira, assim como no País vizinho, na região das Astúrias⁵⁷).

Comparando as estruturas funerárias cobertas pelos *tumuli* que temos estado a referir, exceptuando-se a Mamoa de Gestosa que tinha o seu interior completamente revolvido, não permitindo estabelecer o tipo de área deposicional que continua⁵⁸, para os restantes monumentos constatamos o predomínio das pequenas câmaras funerárias, de planta aparentemente poligonal (refira-se que para a mamoa da Mama do Furo, segundo Santos Rocha, ela conteve um dolmen de corredor (SANTOS ROCHA, 1895)).

Tais câmaras funerárias (apenas para a Mamoa 1 do Taco não foi identificado contraforte algum da câmara megalítica) eram todas contrafortadas por anéis sub-circulares de terra e pedras, menos no caso da área deposicional primária da Mamoa 1 do Taco, de planta sub-trapezoidal. Dessas estruturas envolventes nem todas parecem ter desempenhado um papel exclusivo de contrafortagem visto que, em alguns casos, não existe um adossamento completo das lajes formativas dos espaços sepulcrais, como por exemplo na Mamoa 3 do Taco e na Mamoa 1 do Calvário⁵⁹, pelo que nos parece não ser de excluir a existência de uma funcionalidade simbólica.

Comparando os diferentes artefactos recolhidos nas mamoas da necrópole do Taco, com os dos monumentos congéneres referidos, verifica-se uma constante em todos eles: existência maioritária de geométricos com truncaturas com retoque abrupto, acompanhando lâminas geralmente não retocadas, machados e enxós polidos.

As pontas de seta estão, na generalidade dos casos, ausentes destes contextos, ou fracamente representadas, muito particularmente as que apresentam perfil triangular e base côncava, assim como as pontas de seta com pedúnculo e aletas, normalmente atribuídas a utilizações posteriores dos monumentos.

Do que afirmamos parece sintomático que, sobre a couraça da Mamoa 3 do Taco, se assinalou a única ponta de seta da necrópole, de base côncava⁶⁰ e, para a Mamoa 1 do Castelo-Fajões, se encontrou uma ponta de seta de pedúnculo e aletas, associada ao enterramento campaniforme⁶¹.

⁵⁷ Blas Cortina, M. A., (1985), *Piedrafita V. Nuevos aspectos sobre el polimorfismo de las arquitecturas funerarias prehistoricas en el N-N.O. de la Península Ibérica*, «Arqueologia», 12, pp. 129-136.

⁵⁸ *Vd. op. cit.* nota 50.

⁵⁹ *Vd. op. cit.* nota 33.

⁶⁰ Silva, F.-A., (s/f), *Relatório da Escavação da Mamoa 3 do Taco. Albergaria-a-Velha*, Rel. inédito apresentado ao I.P.P.C.

⁶¹ *Vd. op. cit.* nota 56.

Os geométricos ocupam assim um lugar importante nos espólios destes monumentos, o que poderá ser sintomático de grande antiguidade destas construções e sua utilização, embora tal realidade arqueológica possa também revelar um certo arcaísmo instrumental⁶².

Tanto para o *tumulus* 1 como para o *tumulus* 3 do Taco, está documentada a presença de geométricos, ainda que de tipo diferentes, com os tradicionalmente considerados mais antigos, triângulos e segmentos⁶³, no monumento 1 e, por outro lado, o geométrico considerado mais recente, o trapézio, estar documentado no monumento 2 (neste monumento encontrou-se ainda um geométrico segmento), também acompanhando lâminas como o anterior, e ainda uma pequena enxó em xisto-argiloso, possivelmente ritual. A ponta de seta de base côncava, embora possa pertencer ao espólio encontrado naquela mamoa, tudo parece indicar contudo, que se trata de um artefacto ligado a uma fase mais recente, tendo em vista principalmente a sua localização estratigráfica.

Quanto aos fragmentos de recipientes cerâmicos, encontrados na Mamoa 1 e na Fossa 2, torna-se difícil a sua caracterização cronológico-cultural. Contudo, se para aqueles dois fragmentos da mamoa não nos custa admitir o seu posicionamento no Neolítico médio/final, já para o da fossa, que apresenta uma ligeira carena mesial, um bojo e um fundo plano-convexo, parece poder-se atribuir uma cronologia mais recente, embora seja problemática essa cronologia, na medida em que os dados arqueológicos apontam no sentido de uma anterioridade da fossa, sobre a câmara funerária da Mamoa 3.

A existência de manifestações simbólico-decorativas, gravadas num dos esteios da câmara funerária da Mamoa 1 do Taco (arciformes pseudo-concêntricos), poderá jogar a favor da maior antiguidade deste monumento, em relação com a Mamoa 3.

Porém, sem dados absolutos, torna-se difícil avaliar a época em que foram construídas e utilizadas as sepulturas, podendo-se apenas avançar com hipóteses de trabalho. Antevemos assim, para a necrópole, uma cronologia (ligada à construção e utilização das sepulturas) dentro dos meados/finais do IV milénio a.C., devendo prolongar-se a sua utilização até aos finais do III milénio.

Teríamos assim que, com alguma probabilidade (a presença de geométricos poderá apontar nesse sentido), a necrópole começou a ser construída durante o Neolítico médio ou mesmo final, com uma última utilização já dentro do

⁶² Não possuímos de momento dados que nos permitam concluir qual o posicionamento cronológico-cultural dos geométricos, no contexto tumular contudo, como alguns autores têm referido e nós próprios temos constatado para alguns monumentos, parece verificar-se uma certa exclusão das pontas de seta nos «horizontes» em que aqueles estão presentes.

⁶³ Leisner, G e V., (1951), *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*, Lisboa, Inst. Alta Cultura.

Calcolítico inicial, testemunhada pela presença do fragmento cerâmico com ligeira carena mesial.

Pena é que não tenha sido possível efectuar o estudo do monumento 2 (VASCONCELOS, 1912), pois por certo iria permitir um melhor conhecimento da necrópole do Taco, no contexto da problemática das práticas mortuárias nas Bacias do Vouga e do Alto Paiva, regiões em que as lacunas que envolvem a temática do «Megalitismo» são ainda hoje muito grandes, se comparadas com o que se verifica em outras regiões do País, daí que o estudo exaustivo dos monumentos de toda esta vasta região, seja da maior acuidade e nos mereça uma atenção particular⁶⁴.

Outono, 1990

6. BIBLIOGRAFIA

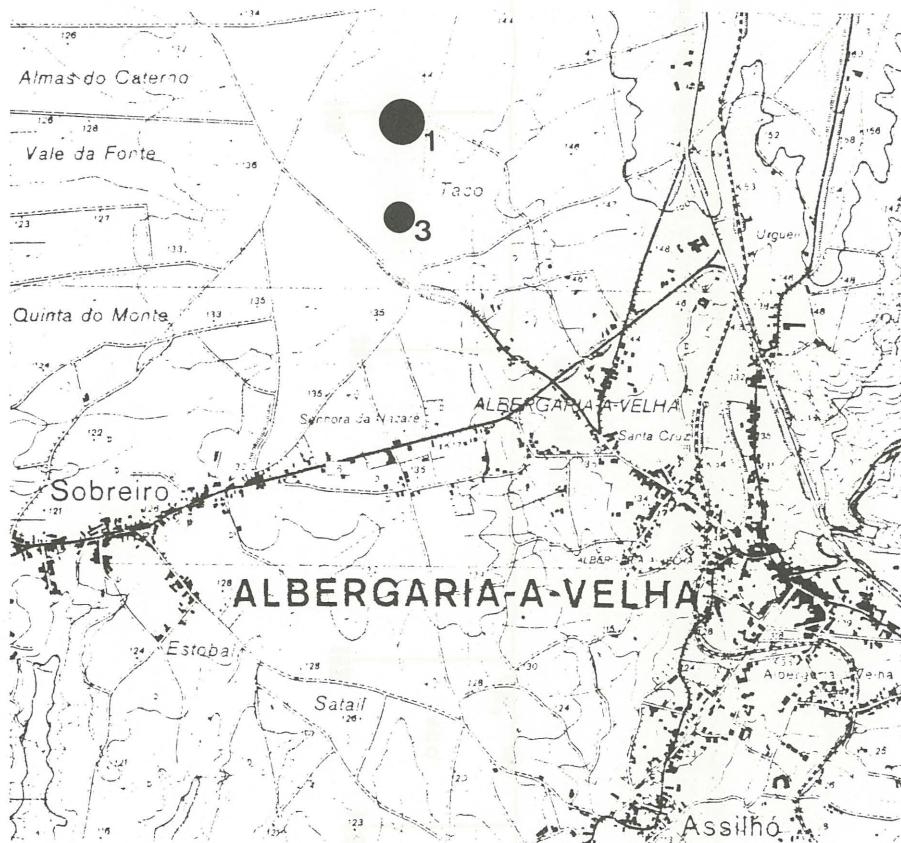
- BLAS CORTINA, M. A. de, (1985), *Piedrafita V. Nuevos aspectos sobre el polimorfismo de las arquitecturas funerárias préhistoricas en el N-N.O. de la Península Ibérica*, «Arqueologia», 12, pp. 129-136.
- CARDOSO, J. C., (1974), *A classificação dos solos de Portugal — nova versão*, «Boletim de Solos», 17, pp. 14-46.
- CASAL, R., (1979), *O Megalitismo na Galiza. A sua problemática e o estado actual da investigação*, «Act. I Mesa-Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal», Porto, G.E.A.P., pp. 103-115.
- CASTRO, G. D., (1985), *El Neolítico — Los comienzos de la agricultura y la granaderia en la Meseta*, «Hist. de Castilla y León, I — La Prehistoria del valle del Duero», Valladolid, Ed. Ámbito, pp. 22-52.
- Idem* e SANTONJA, M., (1986), *El Fenómeno Megalítico en la Provincia de Salamanca*, Salamanca, Ed. de la Diputación de Salamanca.
- CASTRO, L. de A. e *et al.*, (1957), *Àcerca dos monumentos dolménicos da Bacia do Vouga*, «XXIII Cong. Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências», VIII, Coimbra, pp. 5-15.
- CASTRO, M., (s/d), *Carta Litológico-Geotécnica do Concelho de Albergaria-a-Velha*.
- CLARK, J. G. D., (1969), *Archaeology and Society. Reconstructing the Prehistoric Past*, New York, Barnes & Noble, Inc.
- FERREIRA, A. de B., (1978), *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira*.
- GIRÃO, A., (1922), *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico*, Coimbra.
- GONÇALVES, A.A.H. de B. *et al.*, (1978), *Fossas abertas no saibro do concelho de Baião. I — Bouça do Frade e Tapado da Caldeira*, «Trab. Inst. Antropol. «Dr. Mendes Corrêa», 34, Porto.

⁶⁴ Castro, L. de A. e *et al.*, (1957), *Àcerca dos monumentos dolménicos da Bacia do Vouga*, «XXIII Cong. Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências», VIII, Coimbra, sep., pp. 5-15.

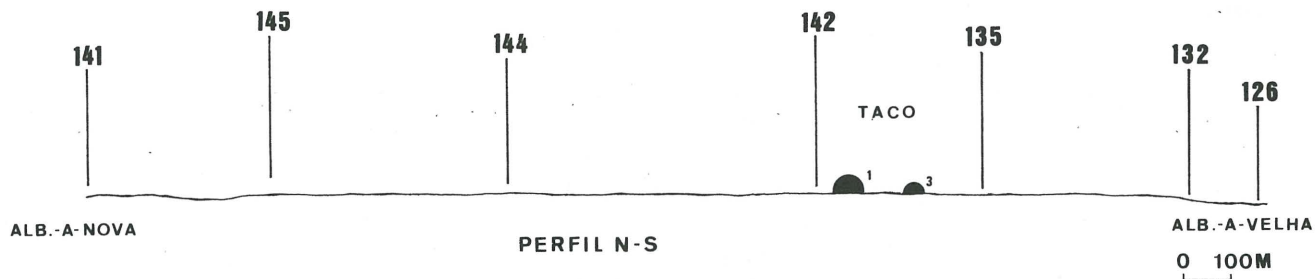
- JORGE, S. O., (1988), *O Povoado da Bouça do Frade no Quadro do Bronze Final do Noroeste Peninsular*, «Monografias Arqueológicas», 2, Porto, G.E.A.P.
- JORGE, V. O., (1978), *Escavação de um túmulo megalítico: problemas metodológicos*, «Setúbal Arqueológica», IV, pp. 241-254.
- Idem et al.*, (1980), *Novas fossas abertas no saibro na área da Serra da Aboboreira (concelho de Baião e Marco de Canaveses)*, «Trab. do G.E.A.P.», 5, Porto.
- JORGE, V. O., (1982), *Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto — Os Monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, Diss. Dout., Porto, F.L.U.P.
- Idem*, (1984), *Escavação da Mamoa da Gestosa (Sandim, V. N. de Gaia)*, «Gaya», II (Act. I Jornadas de Hist. Local e Regional de V. N. de Gaia), V. N. de Gaia, pp. 19-38.
- Idem*, (1985a), *Les Tumulus de Chã de Santinhos. Ensemble Mégalithique de Serra da Aboboreira, Nord du Portugal*, «Arqueologia», 12, pp. 96-129.
- Idem*, (1985b), *Micrólitos geométricos provenientes de monumentos megalíticos do Norte de Portugal: breve nota*, «Trab. de Antropol. e Etnol.», XXV, 2-4, pp. 386-395.
- Idem e VILAÇA, R.*, (1985), *As Mamoas de Cabritos (Serra da Aboboreira)*, «Arqueologia», 11, pp. 51-66.
- JORGE, V. O., (1986), *Monumentalização e «necropolização» no megalitismo europeu*, «Trab. de Antropol. e Etnol.», XXVI, 1-4, pp. 233-237.
- LEISNER, G. e V., (1951), *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*, Inst. Alta Cultura.
- MOITA, I., (1966), *Características predominantes do grupo dolménico da Beira Alta*, «Ethnos», V, pp. 189-297.
- MOREIRA, J. C. B., (1985), *Indústria Extractiva do Distrito de Aveiro. Sua importância no contexto nacional*, «Bol. Municipal de Aveiro», III, 5, pp. 33-42.
- PINHO, A., (s/d), *Albergaria-a-velha e o seu concelho*.
- SANCHES, M.J., (1987), *A Mamoa 3 da Pena Mosqueira, Sanhoane (Mogadouro)*, «Arqueologia», 15, pp. 94-115.
- Idem*, (1988), *O Povoado da Lavra (Marco de Canaveses)*, «Arqueologia», 17, pp. 125-134.
- SANTONJA, M., (1983), *El Fenómeno Megalítico en el SO. de la Región del Duero*, (Act. do Colóquio Inter-Univ. de Arqueol. do Noroeste. Homenagem a Rui de Serpa Pinto), «Portugalia», N/S, IV-V, pp. 53-62.
- SILVA, F.-A. P., (1982), *A Mamoa 2 da Serrinha. Serra da Aboboreira (Baião)*, «Arqueologia», 6, pp. 19-31.
- Idem*, (1985a), *Escavação da Mamoa 3 de Chã de Parada-Serra da Aboboreira, concelho de Baião, 1982-1983*, «Arqueologia», 11, pp. 39-51.
- Idem*, (1985b), *Escavação da Mamoa 1 do Taco, Albergaria-a-Velha*, Relatório inédito apresentado ao I.P.P.C.
- Idem*, (1986a), *Mamoas 1 do Taco*, «Informação Arqueológica», 7, pp. 6-8.
- Idem*, (1986b), *Escavação da Mamoa 3 do Taco, Albergaria-a-Velha*, Relatório inédito apresentado ao I.P.P.C.
- Idem* (1987a), *Mamoas 3 do Taco*, «Informação Arqueológica», 8, pp. 6-8.
- Idem*, (1987b), *Escavação da Mamoa 2 da Aliviada (Aliviada) — Escaria, Arouca, 1984*, «Arqueologia», 15, pp. 77-91.
- Idem*, (s/d), *Escavação da Mamoa 1 do Castelo, Fajões — Oliveira de Azeméis (1ª campanha de escavações)*, Relatório inédito apresentado ao I.P.P.C.
- Idem*, (1989), *Mamoas 1 do Calvário. Escariz-Arouca*, «Arqueologia», 19, pp. 72-84.
- TEIXEIRA, C. e GONÇALVES, F., (1980), *Introdução à Geologia de Portugal*, Lisboa,

I.N.I.C.

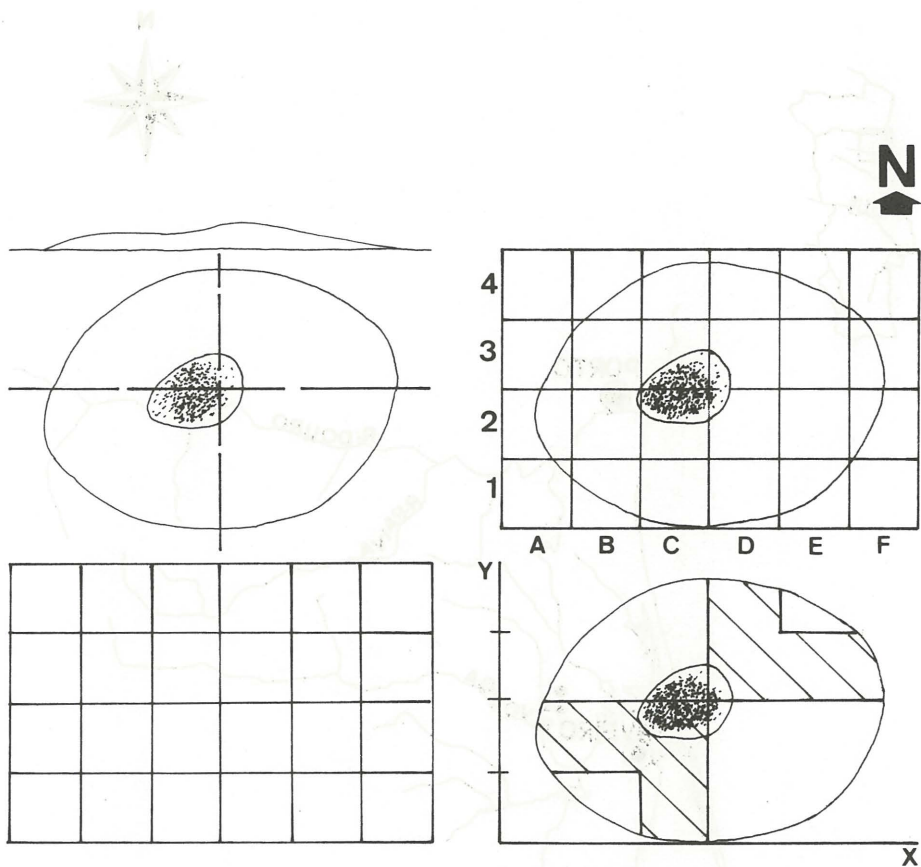
- TEIXEIRA, C., (1981), *Geologia de Portugal, I — Precâmbio. Paleozóico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- TWOHIG, E. S., (1982), *The Megalithic Art of Western Europe*, Oxford, Clarendon Press.
- VALCARCE, R. F., (1983), *Los prismas de cuarzo en la Cultura Megalítica del NO. de la Península Ibérica*, «Brigantium», 4, pp. 7-11.
- VASCONCELOS, J. L., (1912), *Mámoas de Albergaria-a-Velha*, «OArqueólogo Português», XVII, pp. 71-73.
- Idem*, (1981), *Religiões da Lusitânia*, I, p. 15.
- VILAÇA, R., (1986), *A Mamoa da «Mama do Furo» (Figueira da Foz)*, «Trab. de Antropol. e Etnol.», XXVI, 1-4, pp. 95-128.



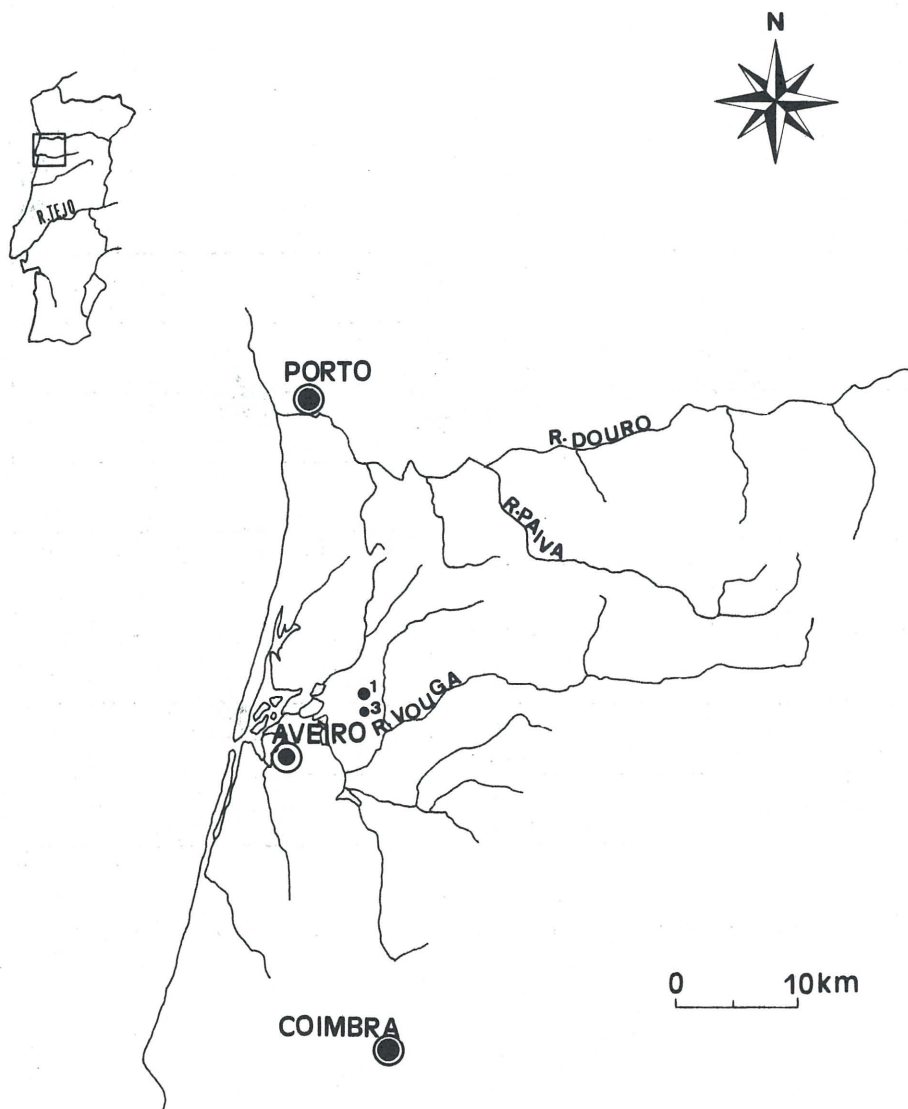
Localização das Mamoas do Taco, segundo a C.M.P., Folha 175
Albergaria-a-Velha, Esc. 1/25.000, S.C.E.



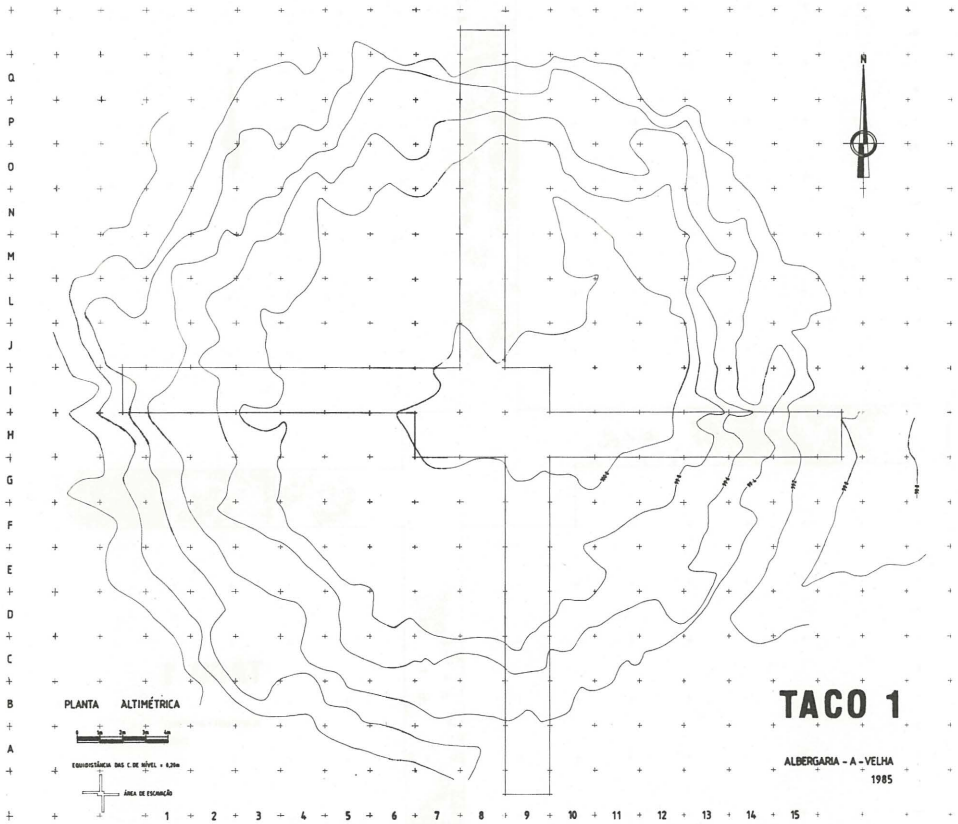
Perfil altimétrico, com implantação das Mamoas 1 e 3 do Taco, correspondente sensivelmente à plataforma litoral, orientado de Norte-Sul (Des. de V.G. Ferreira).



Esquema metodológico utilizado na escavação das mamoaas (Desenho do A).

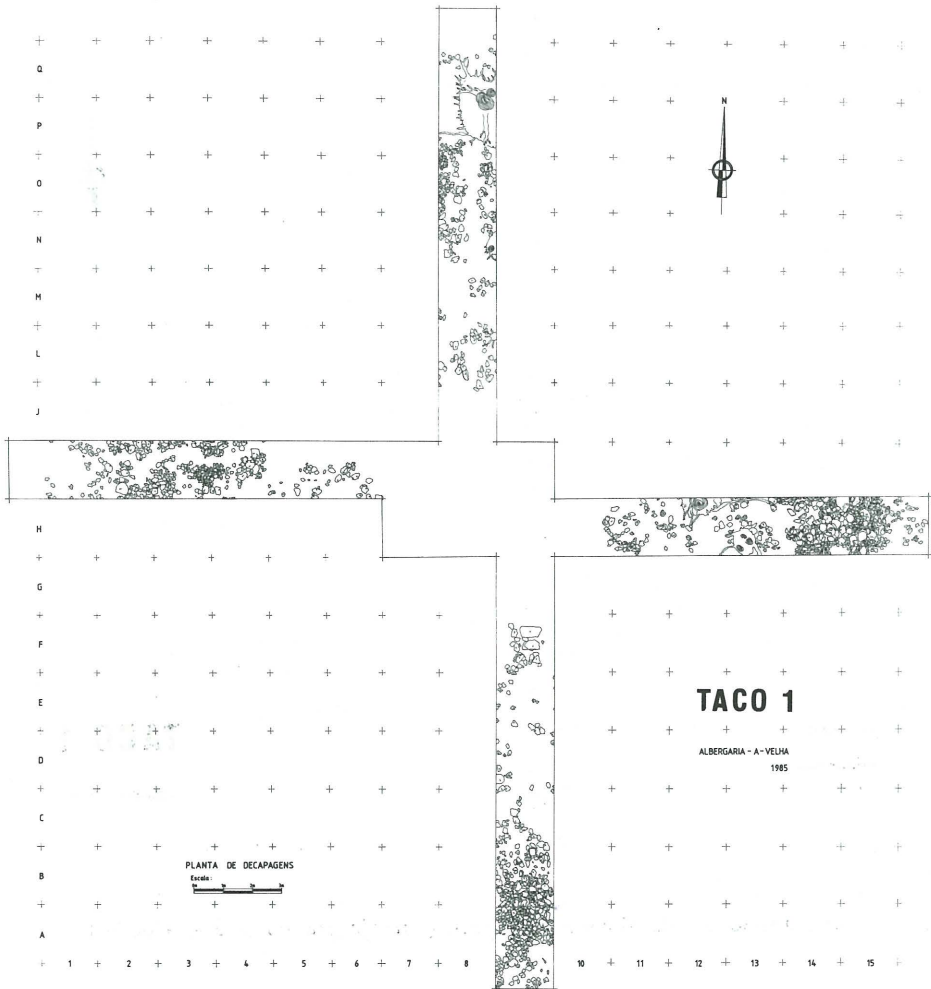


Localização das Mamoas do Taco (Arranjo gráfico de J.A. Coelho).

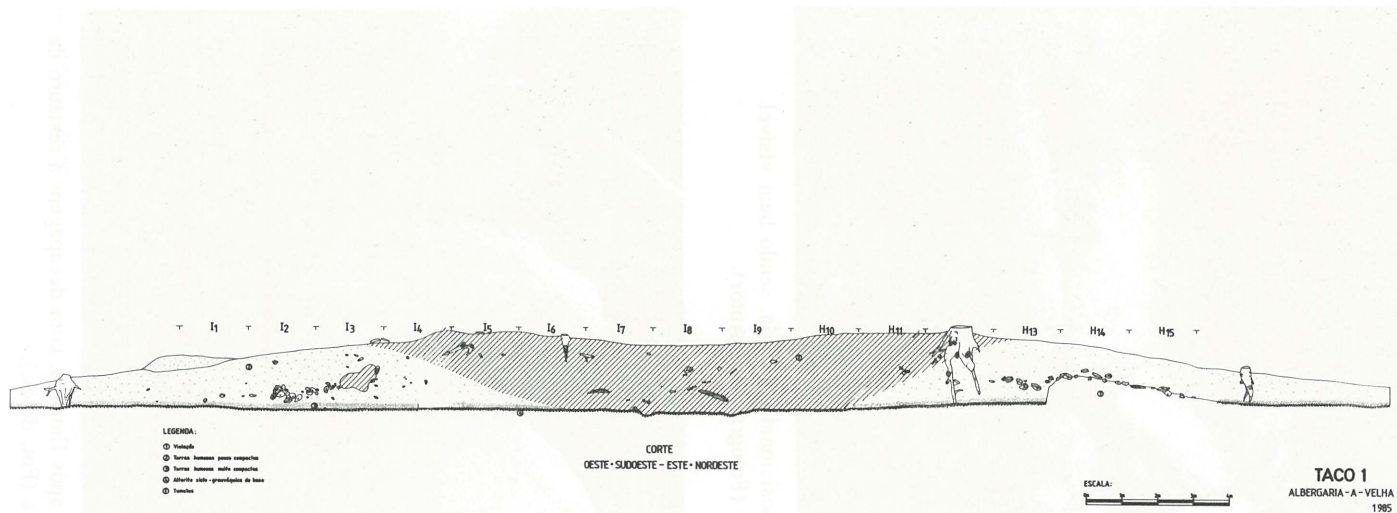


Planta altimétrica da Mamoa 1 do Taco (Arranjo gráfico de J.A. Coelho).

Planta altimétrica da Mamoa 1 do Taco (Arranjo gráfico de J.A. Coelho).



Planta das áreas decapadas na Mamoa 1 do Taco (Arranjo gráfico de J.A. Coelho).



Corte Oeste-Sudoeste/Este-Noroeste (Arr. gráfico de J.A. Coelho).

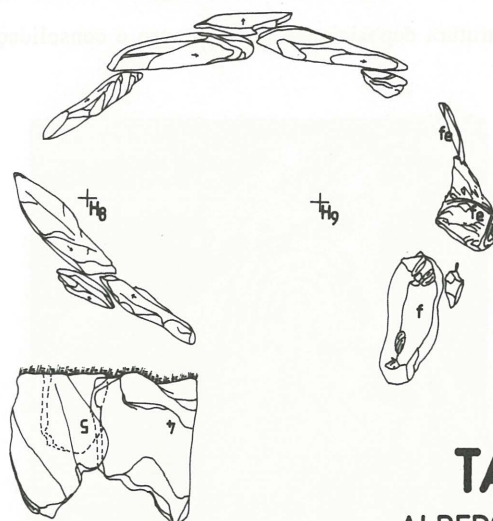
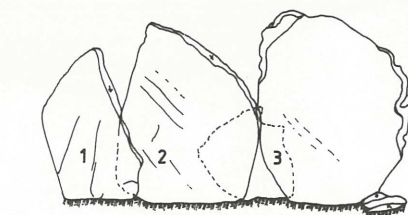


1 — Vista parcial da área deposicional funerária, sendo bem visível a sua destuição (Fotografia do Autor).



2 — A área deposicional funerária após limpeza, com decapagem a restauro da mesma (Fot. do A.).

PLANTA E ALÇADOS DA CÂMARA

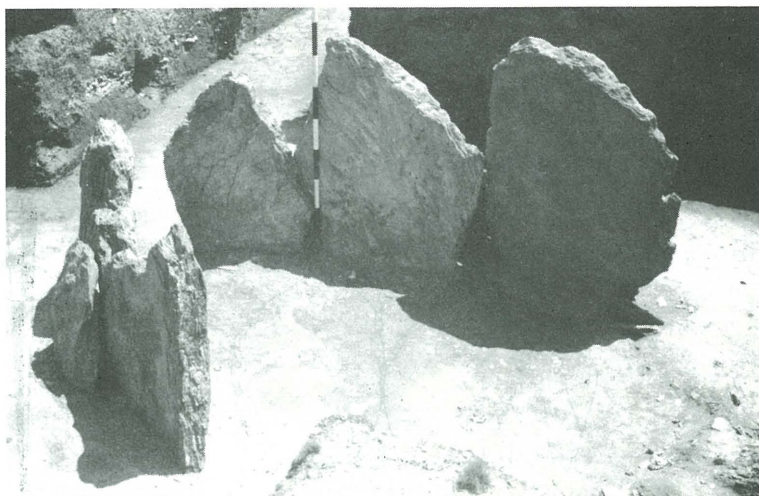


TACO 1
ALBERGARIA-A-VELHA
1985

Escala:



Planta e alçados laterais da câmara funerária e «corredor» da
Mamoia 1 do Taco (Arr. gráf. de J.A. Coelho).



1 — Vista da estrutura deposicional após restauro e consolidação (Fot. do A.).



Aspecto das gravuras existentes num dos esteios da câmara funerária, com aplicação do bicromático (Fot. do A.).

TACO 1

ALBERGARIA - A - VELHA

1985



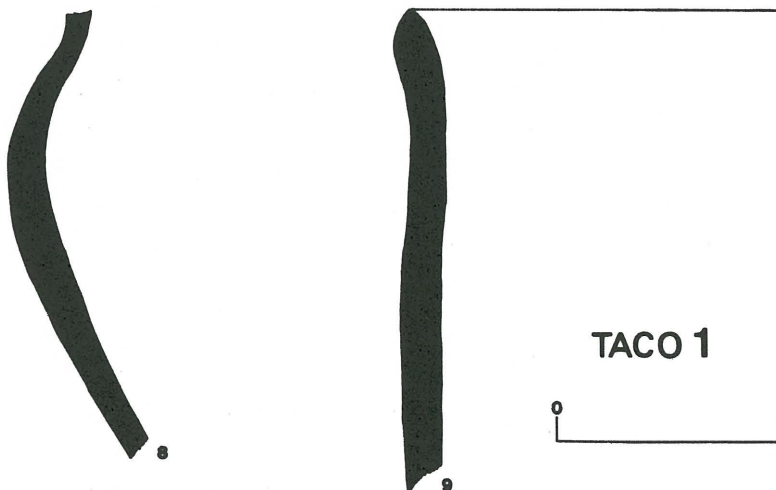
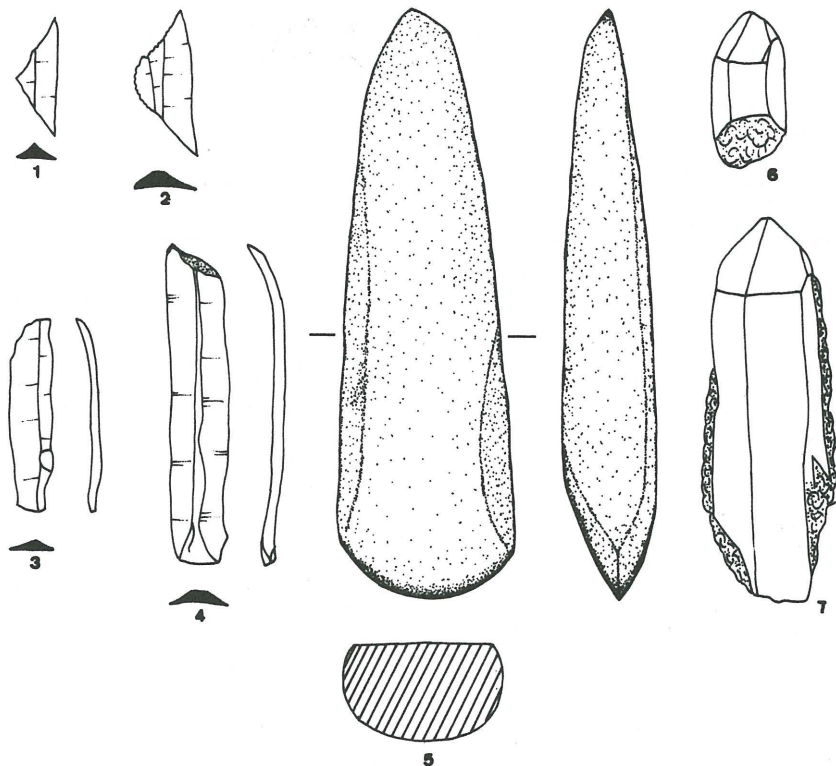
FOCAT

DECALQUE DO ESTEIO nº 3

Escala:



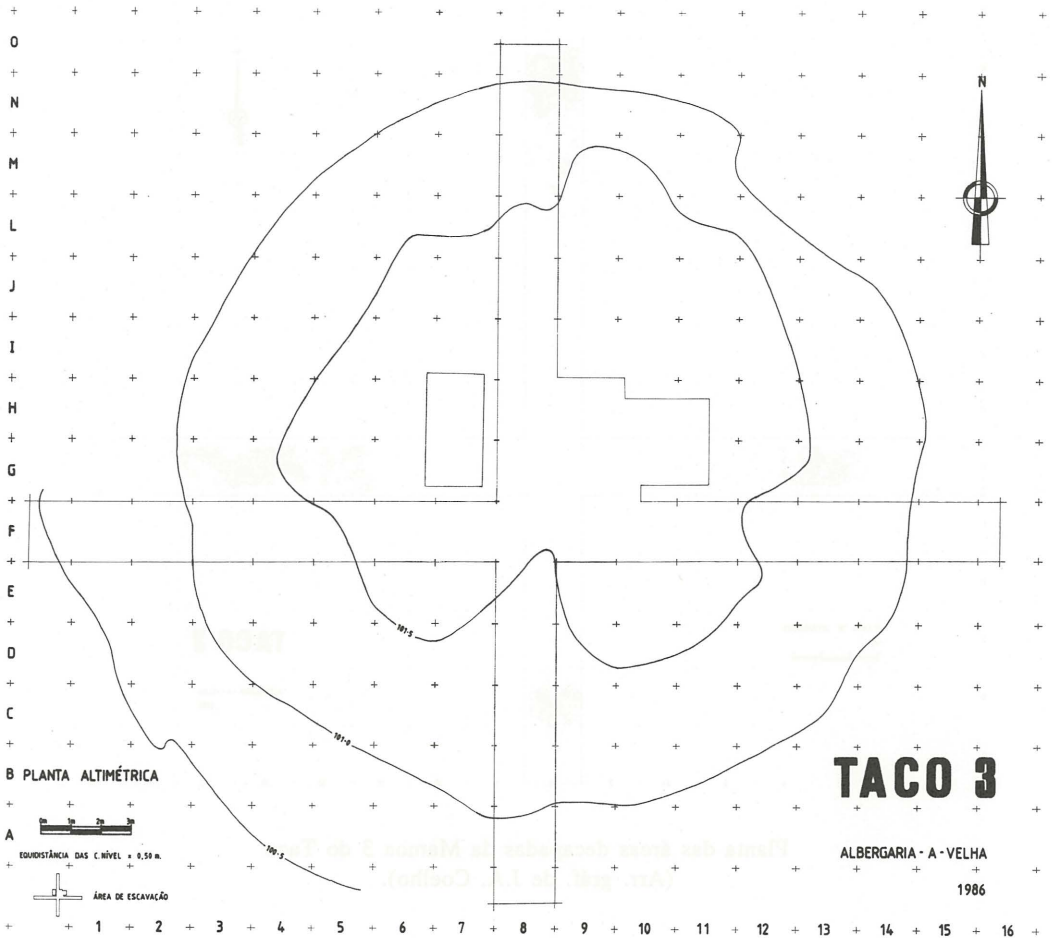
Desenho sobre decalque, das gravuras (Arr. gráf. de J. A. Coelho)



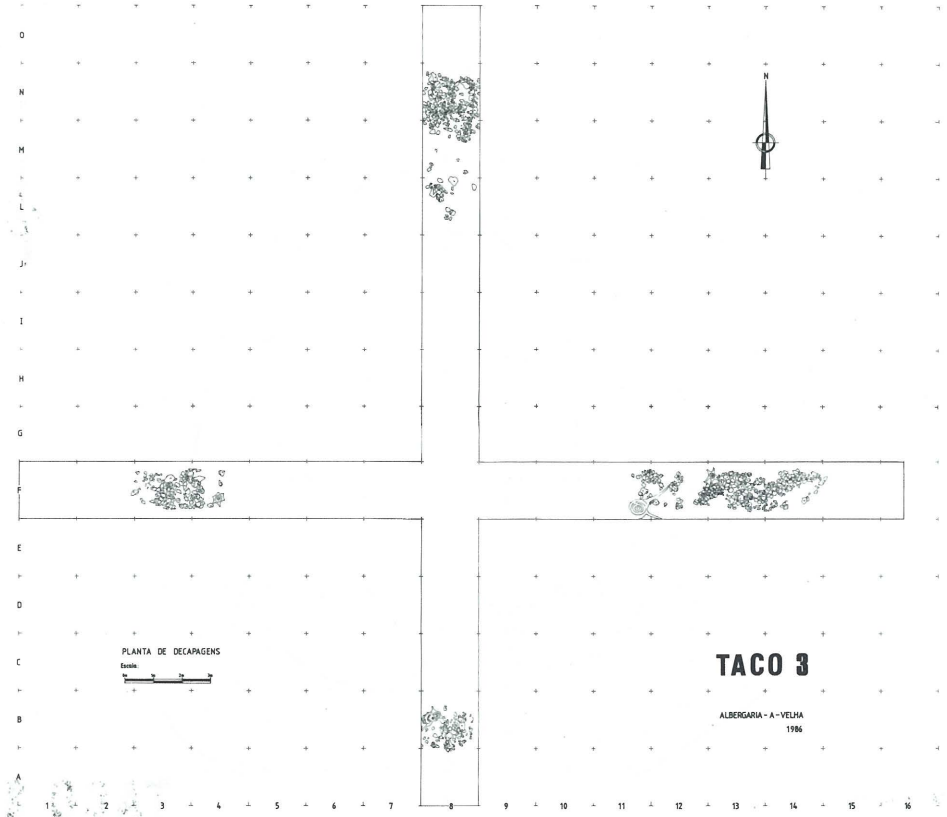
TACO 1



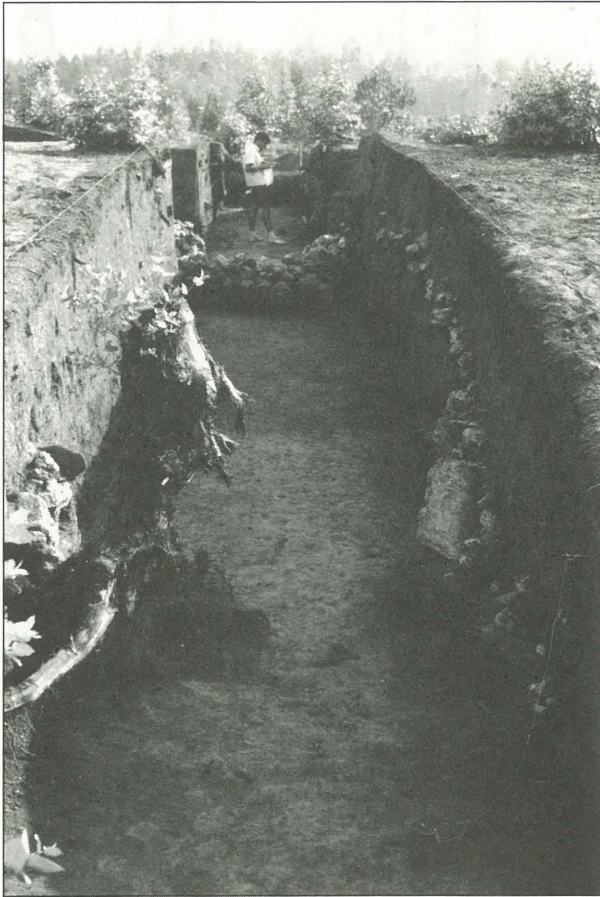
Espólio da Mamoa 1 do Taco (Desenho do A.).



Planta altimétrica da Mamoa 3 do Taco (Arr. gráf. de J.A. Coelho).



Planta das áreas decapadas da Mamoa 3 do Taco
(Arr. gráf. de J.A. Coelho).

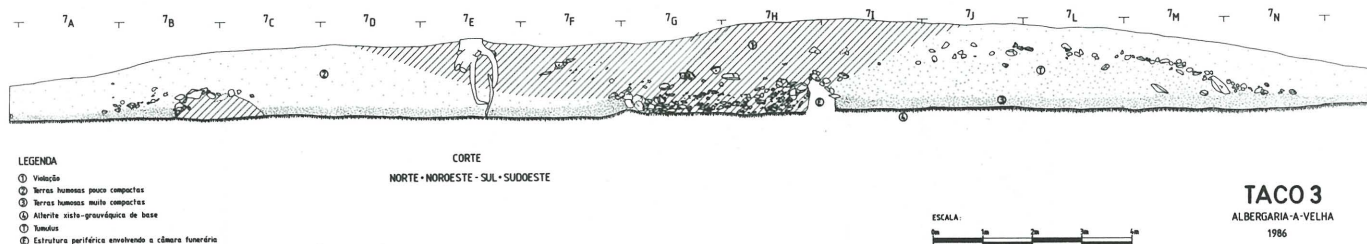


3 — Corte Quase Horizontal em sentido (Ver. Sul de N. Oculista)

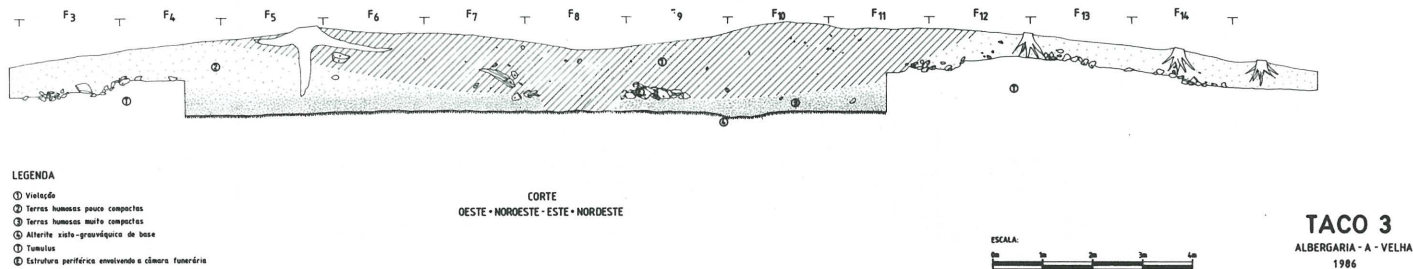
Vista parcial de um dos sectores da Mamoa 3 do Taco (Fot. do A.).

50021

50021



1 — Corte Norte-Noroeste/Sul-Sudoeste (Arr. gráf. de J.A. Coelho).



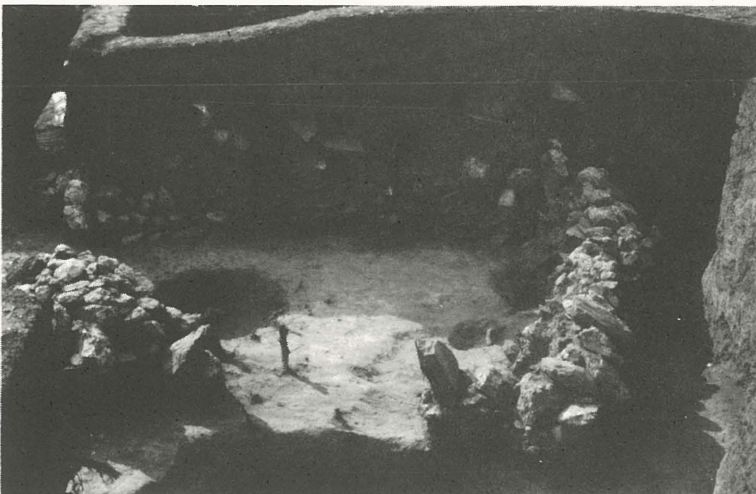
2 — Corte Oeste-Noroeste/Este-Nordeste (Arr. gráf. de J.A. Coelho).



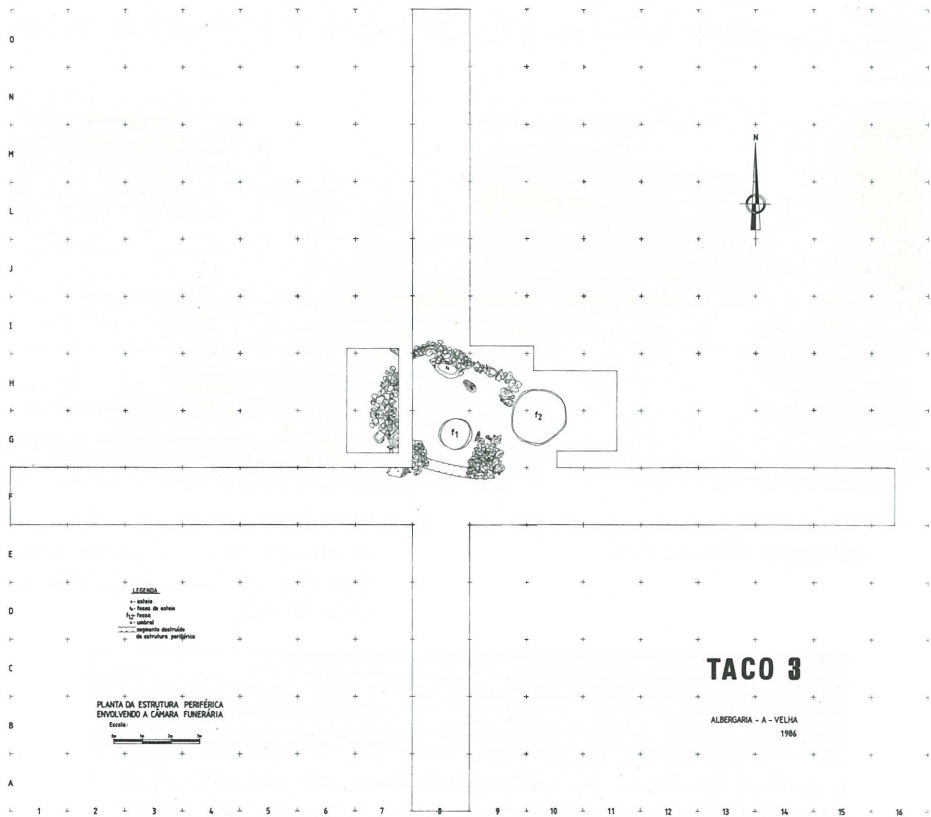
1 — Vista parcial da área deposicional «primária» (Fot. do A.).



2 — Vista parcial de um dos tramos de estrutura envolvente da área deposicional funerária «primária» (Fot. do A.).



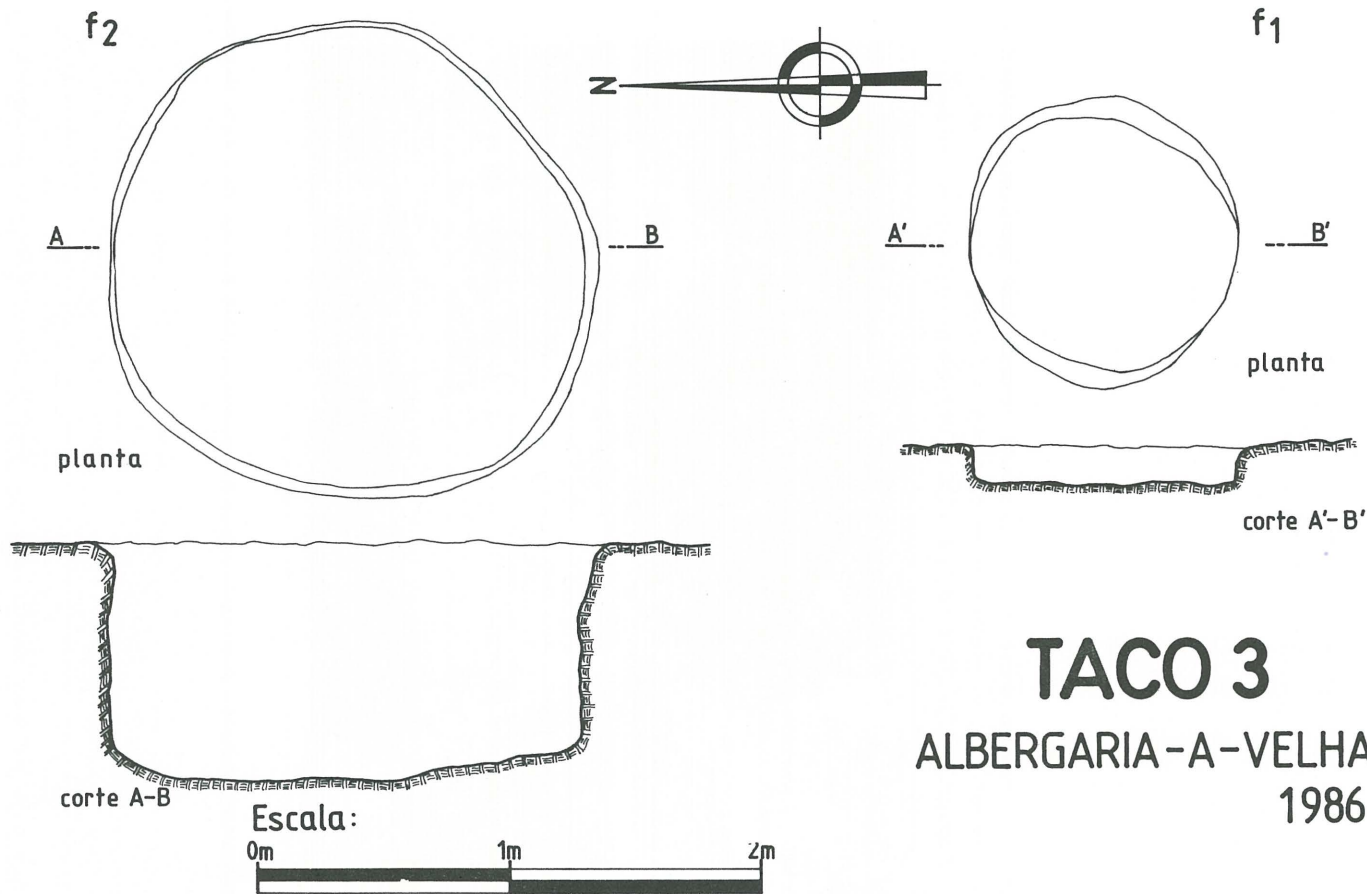
3 — Aspecto geral do «murete» de envolvimento da câmara funerária (Fot. do A.)



Planta da área escavada da mamoa 3 do Taco (Arr. gráf. de J. A. Coelho).



Aspecto da área deposicional em fossa, na fase inicial dos trabalhos, podendo-se observar o seu enchimento. Refira-se a existência, no seu interior, de um esteio em xisto, de que aflora uma ponta (Fot. do A.).

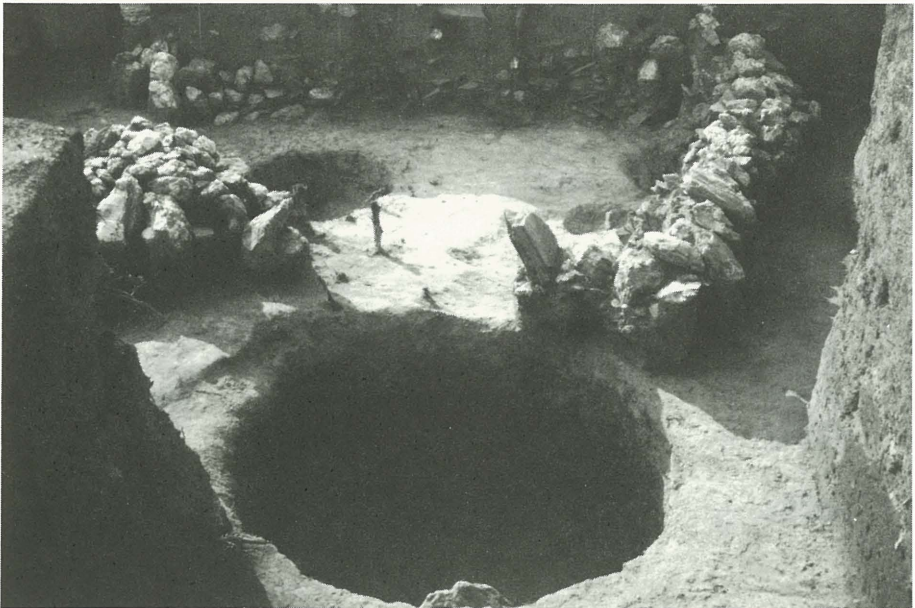


TACO 3

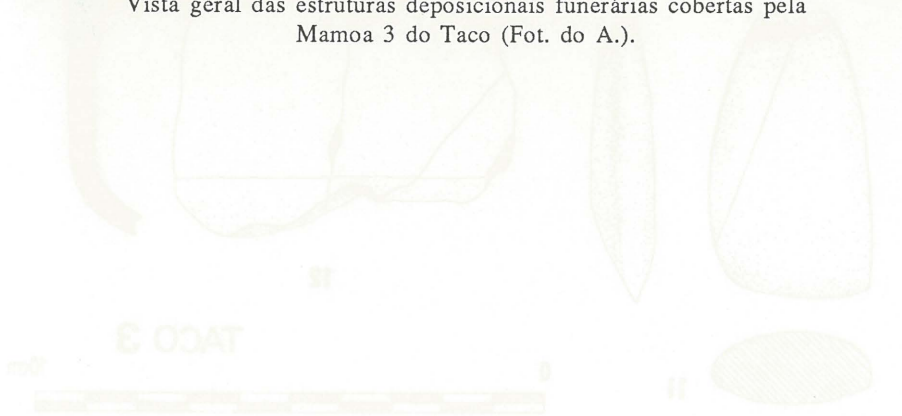
ALBERGARIA-A-VELHA

1986

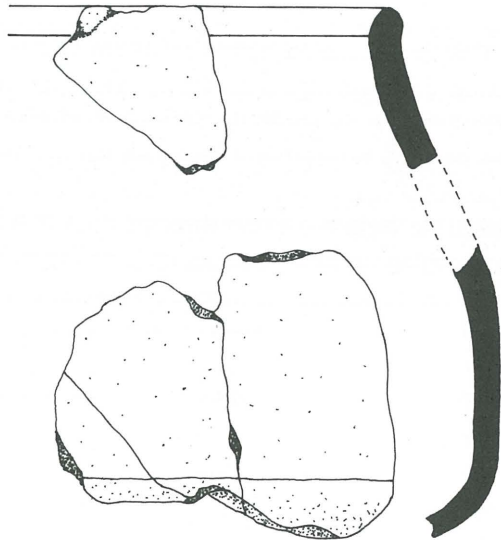
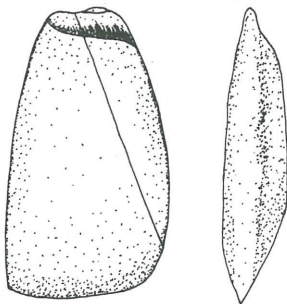
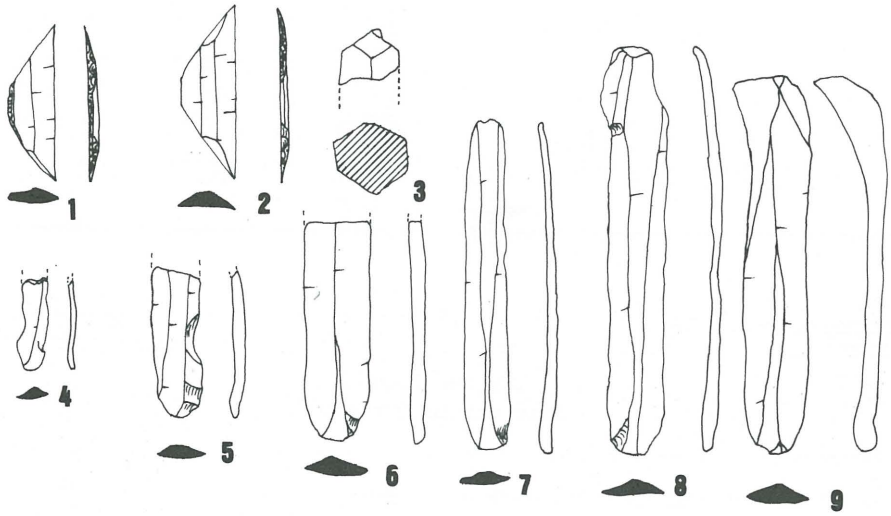
Planta e corte de ambas as fossas, correspondendo a menor, possivelmente, à vala de implantação de um esteio e, a maior, F2, a uma área deposicional mortuária (Arr. gráf. de J.A. Coelho).



Vista geral das estruturas deposicionais funerárias cobertas pela Mamoa 3 do Taco (Fot. do A.).



Esquema simplificado de Mamoa 3 do Taco (Os fragmentos do recipiente cerâmico foram esboçados no livro de F. J. (Taco de A.).



12

TACO 3



Espólio arqueológico da Mamoa 3 do Taco (Os fragmentos do recipiente cerâmico foram assinalados no fundo da F2) (Des. do A.).

INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS DO SERVIÇO REGIONAL DE ARQUEOLOGIA DA ZONA SUL NO BAIXO ALENTEJO

por

Susana Correia*
José Carlos Oliveira**

NOTA PRÉVIA

Esta comunicação, apresentada em Castro Verde, em Abril de 1988, no II Encontro de Arqueologia do Baixo Alentejo, tinha, como objectivo prioritário, fazer o historial da acção do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul na região desde Setembro de 1986, data em que no quadro daquele Serviço tomaram posse os seus dois primeiros técnicos superiores. Por acordo entre o Museu Regional de Beja e o então director do S.R.A.Z.S., Caetano de Mello Beirão, foi na ocasião decidido que um daqueles técnicos ficasse sediado em Beja, nas instalações do Museu Regional, com vista a prestar um apoio mais efectivo à região baixo-alentejana, sempre numa política de ligação e colaboração estreita com as autarquias, sem cujo contributo muitas intervenções não teriam sido passíveis de realização, dada a escassez de meios do S.R.A.Z.S. para actuar numa zona que, na totalidade, abrange cerca de 2/3 do território nacional.

O Museu Regional de Beja, por seu lado, e em troca do apoio do S.R.A.Z.S. à sua actividade, pôs à disposição do Serviço a sua infra-estrutura humana e material, permitindo, assim, uma colaboração cujos resultados se vêm, a pouco e pouco, a afirmar. Não se irá, porém, aqui fazer o historial desta colaboração, que se estende do campo editorial às intervenções no terreno, passando por toda

* Técnica do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul.

** Todos os estudos de Antropologia Física aqui incluídos são da responsabilidade de José C. Oliveira, especialista de Arqueologia Funerária, tendo as abordagens culturais daí resultantes sido feitas com a sua estreita colaboração.

uma série de actividades tão diversas como a elaboração de processos de classificação, montagem de exposições, organização de núcleos museológicos, etc. Optou-se, sim, pela apresentação dos resultados das intervenções arqueológicas pontuais realizadas desde aquela data.

SILO DA RUA DAS PORTAS DE MOURA, 34 — BEJA

Em finais de Fevereiro de 1987, foram o Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul e o Museu Regional de Beja contactados pelos proprietários de uma casa situada na Rua das Portas de Moura, em Beja, comunicando o aparecimento, durante obras de recuperação no interior do edifício, de um silo colmatado com terra.

Após exame do local, foi decidido proceder-se a uma intervenção de emergência, que permitisse aos proprietários do imóvel a continuação das obras no mais curto prazo. A escavação iniciou-se, assim, em 01/03/1987, tendo-se prolongado por quatro dias úteis.

O silo encontrava-se preenchido até 64 cm do seu bocal. Não apresentou qualquer estratigrafia significativa, devendo ter sido esvaziado e novamente entulhado diversas vezes e em épocas distintas, como prova o aparecimento de material romano relativamente à superfície (- 1,70 m do bocal) e espólio diverso (incluindo cal de reboco e materiais de construção), atribuível aos séculos XIX e XX, a uma maior profundidade (- 3,00 m). Um pequeno testemunho deixado junto a uma das paredes do silo foi seguidamente desmontado, por se verificar a inutilidade do registo estratigráfico. O silo está escavado na rocha, relativamente branda, que constitui o subsolo de Beja (o denominado *maciço de Beja*, em que predominam rochas da família dos gabros e rochas básicas e ultra-básicas do tipo piroxenitos, hornblenditos e peridotitos, sofreu alterações da sua mineralogia que provocaram o actual carácter brando de rochas que, em condição normal, são de grande dureza), tem de profundidade 2,67 m, um diâmetro interior máximo de 2,02 m e um bocal afeiçoado com argamassa e tijolo com um diâmetro de 61 cm.

O espólio proveniente desta escavação encontra-se depositado e foi inventariado no Museu Regional de Beja, sendo composto pelos seguintes materiais:

Fragmentos de escória de ferro; fragmentos de bronze, indeterminados; fragmento, ilegível, de moeda em bronze; 71 fragmentos de cerâmica vidrada, recente (séculos XVIII ou XIX); 18 fragmentos de faiança (século XIX); uma tampa de recipiente, em cerâmica não vidrada; 3 fragmentos cerâmicos, não vidrados; 1 fragmento (bordo), com engobe vermelho interior; 21 fragmentos de uma mesma peça de cerâmica negra, brunida, com decoração impressa; cerâmica

romana (2 fragmentos de *terra sigillata* e um fundo de ânfora); cerâmica islâmica (1 asa, com decoração pintada a vermelho).

A sua análise global é, apenas, mais uma comprovação de que o último enchimento deste silo se terá verificado em época já bastante recente (séculos XIX ou XX), não apresentando o conjunto nenhum pormenor particularmente significativo.

SEPULTURA DA BASE AÉREA No. 11 — BEJA

Em Fevereiro de 1987, foi o Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul alertado pela Associação de Defesa do Património da Região de Beja para o aparecimento, por ocasião de escavações para o plantio de árvores na área de residências da Base nº 11, de Beja, de diversas ossadas, algumas das quais foram prontamente enviadas ao Museu Regional de Beja, tendo sido identificados os vestígios como humanos e pertencendo a um indivíduo adulto. O Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul, conjuntamente com aquele Museu Regional, contactou o Comando da Base Aérea, solicitando autorização para examinar o local, o que prontamente foi concedido.

Os ossos provinham de uma sepultura parcialmente violada durante os trabalhos mencionados, que haviam, aliás, sido de imediato suspensos. O Comando da B. A. 11 prontificou-se, então, a autorizar a realização no local de uma pequena intervenção de emergência para recuperação dos vestígios arqueológicos detectados. As condições atmosféricas não permitiram, porém, a imediata realização dos trabalhos, que decorreram, assim, nos dias 5, 6 e 9 de Março.

Não é esta a primeira referência a achados arqueológicos na zona actualmente ocupada pela B. A. 11. A área que ela abrange é, porém, tão vasta, que não é de supôr tratarem-se de vestígios correlacionáveis, mesmo quando uma possível proximidade cronológica o poderia sugerir¹. Trata-se, igualmente, de sepulturas, e sepulturas foram também as identificadas aí, pertencendo à Idade do Bronze². Esta zona encontra-se integrada naquilo que é comumente designado por *barros de Beja*, uma das áreas mais ricas e férteis de todo o Alentejo, não sendo, por isso, de admirar que tenha sofrido uma intensa ocupação desde as mais recuadas épocas, nem que as populações que aí habitassem tivessem sepultado não muito longe de si os seus mortos.

¹ BARROS, Francisco J. R. de, *Notícia sobre uma necrópole visigótica*, «Arquivo de Beja», XXV-XXVI-XXVII, Beja, 1968-70, p. 105.

² PARREIRA, Rui, *Base aérea de Beja*, «Informação Arqueológica», 2 - 1979, Lisboa, 1982, p. 7.

Na área onde se realizou esta intervenção existem outras sepulturas (conforme foi confirmado pelos próprios trabalhadores da Base que aí procediam ao plantio de árvores já referido), mas nenhuma outra fora posta a descoberto, embora alguns ossos humanos tivessem sido encontrados nas imediações. Dado o carácter específico da intervenção, não se considerou pertinente alargar a área de escavação para determinar a real extensão da necrópole. Ficou, apenas, o aviso para que eventuais ocorrências deste tipo fossem comunicadas ao S.R.A.Z.S. ou ao Museu Regional de Beja.

Vestígios detectados:

A uma camada superficial de terra humosa, castanha, com uma espessura média de 15 cm, segue-se um nível esbranquiçado de constituição calcária, denominado correntemente por *caliço*, no qual foi escavada a sepultura, cujo bordo superior se encontrava a 12 cm de profundidade do início da camada.

Sepultura: Caixa rectangular, sem fundo, totalmente construída em pedra, com uma altura média de 30 cm. A parte superior apresentava uma cercadura de tijolos, *tegulae* e pedras, com alguma argamassa, sendo o todo coberto por lajes de pedra (excepto, naturalmente, no local em que se processara a violação). No seu interior encontrou-se um esqueleto humano e 3 fragmentos de cerâmica comum, atípicos, não medindo o maior mais que 3 cm de diâmetro. A terra que cobria o corpo era extremamente argilosa e compactada, devido a regas efectuadas no local e ao mau tempo que se fizera sentir antes da intervenção, dificultando em extremo a escavação.

Esqueleto: O espólio ósseo recolhido encontrava-se em péssimo estado de conservação: muito friável, devido às condições climatéricas já referidas e às regas, desfazia-se ao mínimo toque, o que tornou praticamente impossível qualquer medição *in situ*, com excepção do comprimento do fémur esquerdo. Parte do esqueleto já havia sido igualmente destruída pelos seus descobridores com a abertura da vala para o plantio.

Os dados que a seguir se apresentam resultam da observação durante a escavação e do posterior estudo laboratorial:

Material exumado: frontal fragmentado, temporal direito fragmentado, parietal direito fragmentado, occipital fragmentado, fragmento de parietal esquerdo, 4 dentes soltos (I², C, P², M¹), 1 fragmento da clavícula direita, 6 vértebras torácicas fragmentadas, 3 vértebras lombares fragmentadas, úmeros fragmentados, fragmentos dos cúbitos e dos rádios, fémur esquerdo fragmentado, fragmento do fémur direito, fragmentos das tíbias e dos peróneos, fragmento do calcâneo esquerdo.

Sexo: considerando a protuberância occipital externa muito acentuada, o desenvolvimento do processo mastóideo e o aspecto das inserções musculares, conclui-se que o indivíduo em análise pertencerá, muito provavelmente, ao sexo masculino.

Idade: considerando o estado geral do esqueleto e o elevado padrão de desgaste dentário (todos os dentes com abrasão total da coroa e exposição da polpa), tratar-se-á de um indivíduo adulto, morto com forte probabilidade em idade superior aos 40 anos.

Estatura: (fórmula de Trotter e Glessler): fémur esquerdo – 43 cm. Altura – 1,65 m (+ ou – 5 cm).

Patologia: não se detectou nenhum vestígio patognómico.

Conclusões:

O material esquelético desta sepultura pertence a um indivíduo adulto, de sexo masculino, com mais de 40 anos, medindo cerca de 1,65 m.

Dado o escasso volume de informação fornecido por este enterramento, não é logicamente possível um adiantar de conclusões sobre o mesmo que nos esclareça sobre aspectos da ocupação do local em épocas recuadas. As características da construção da caixa sepulcral apontam, porém, para uma época tardia dentro da romanização (utilização pouco cuidada de diversos elementos — pedra de diferentes tipos, tijolo, telha —, sepultura sem fundo, orientação E-W), possivelmente posterior à cristianização das populações locais (século IV em diante). Deverá pertencer a uma necrópole ligada a uma qualquer exploração agrícola cujos contornos desconhecemos de momento.

O espólio recolhido durante a escavação encontra-se no Museu Regional de Beja.

No final da intervenção foi decidido mandar entulhar a sepultura, pois o seu diminuto interesse não justificava uma manutenção a descoberto.

SARCÓFAGOS DO MONTE DA ORTIGA DO MEIO — SANTIAGO DO CACÉM

Em 5 de Maio de 1987 a Câmara Municipal de Santiago do Cacém solicitou a comparência de um técnico do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul naquele concelho, devido ao aparecimento de vestígios arqueológicos que urgiria preservar. Com efeito, na deslocação efectuada ao local (Monte da Ortiga do Meio) verificou-se a necessidade de uma rápida intervenção para salvamento de

dois sarcófagos encontrados no decorrer da construção de uma pocilga na área daquela propriedade.

A mencionada construção encontrava-se, praticamente, concluída quando, sob uma das paredes laterais, surgiram os sarcófagos: um, no interior e outro «cortado» a meio pela parede referida. A proprietária do imóvel, D. Maria José Raimundo, prestou toda a possível colaboração, cedendo trabalhadores para o alargamento de uma abertura que permitisse a escavação e posterior remoção dos sarcófagos e mostrando-se desde o primeiro momento empenhada no salvamento e recuperação de tais vestígios, nomeadamente na sua colocação em local onde pudessem ser facilmente visitados (no caso em questão, Museu Municipal de Santiago do Cacém).

A intervenção de salvamento das sepulturas decorreu num único dia, tendo os trabalhos arqueológicos consistido, unicamente, na remoção dos vestígios osteológicos do interior dos sarcófagos, remoção essa acompanhada do preenchimento da respectiva ficha de sepultura, dado que não existia qualquer outro tipo de espólio. Os vestígios osteológicos apresentavam-se num estado de conservação extremamente precário.

Sepulcros deste tipo não estão, tanto quanto nos é dado saber, referenciados nesta parte do país; são eles constituídos por duas caixas sepulcrais, ambas com tampa, sendo o todo executado num material extremamente friável (arenito (?)) e não apresentando nenhum deles qualquer inscrição. Para o Museu Municipal de Santiago do Cacém foi removido um sarcófago completo (sepultura 1), e um outro (sepultura 2), já sem a tampa que primitivamente o recobria, que não foi passível de recuperação.

Antropologia Física:

Estado do material: O material esquelético exumado apresentava-se, em ambos os casos (sepulturas 1 e 2) muito fragmentado, com elevado número de esquirolas ósseas.

Inventário:

Sepultura 1: 2 fragmentos de frontal; 3 fragmentos de temporal; 24 fragmentos de crânio, não especificados; 1 fragmento do ramo direito da mandíbula; 1 mandíbula fragmentada; 1 fragmento de clavícula; fragmentos de omoplatas; fragmentos de úmero; fragmentos de rádio; fragmentos de cúbito; fragmentos de vértebras; 1 esterno; fragmentos de ilíacos; fragmentos de 3 fémures (epífises

distais), 3 tíbias fragmentadas; 1 calcâneo, 2 astrágalos.

Sepultura 2: 12 fragmentos de crânio; 5 fragmentos de mandíbula; 1 fragmento de clavícula esquerda; 1 clavícula direita fragmentada; 1 omoplata direita fragmentada; 5 fragmentos de omoplata esquerda; 20 fragmentos de vértebras; 3 fragmentos de úmero; fragmentos de rádio; fragmentos de cúbito; 30 pequenos fragmentos de costelas; 5 fragmentos de bacia; 1 fragmento de fémur; 3 fragmentos de tíbia; tíbia esquerda fragmentada; peróneos direito e esquerdo; 2 calcâneos; 2 astrágalos; 7 metatarsos.

O material esquelético, após o estudo, foi entregue ao Museu Municipal de Santiago do Cacém.

Conclusões:

Sepultura 1: Foi possível identificar nesta sepultura ossos pertencentes a dois indivíduos: um de idade avançada (mais de 60 anos) e um adulto jovem. Não foi possível estabelecer a diagnose dos sexos nem fazer a determinação mais aproximada das idades. Um dos indivíduos teria uma estatura aproximada de 1,69 m (+ ou - 5 cm) — calculada a partir do peróneo (Trotter e Glessler). Não foram detectados vestígios patognómicos.

O sarcófago tinha forma trapezoidal e dimensões de 1,98 m x 62 cm (larg. máx.) e 55 cm (larg. mín.). A sua orientação era aproximadamente E-W (cabeça a W). Muitos ossos da parte superior do corpo encontravam-se aos pés da caixa sepulcral, o que aponta para uma reutilização do sarcófago em época subsequente à da primeira inumação.

Sepultura 2: Nesta sepultura procedeu-se ao enterramento de um único indivíduo adulto. Não foi possível estabelecer a diagnose do sexo nem fazer uma determinação mais aproximada da idade. A estatura provável deste indivíduo (calculada a partir do peróneo — Trotter e Glessler) seria de 1,587 m (+ ou - 5 cm). Não se detectaram, também neste caso, quaisquer vestígios patognómicos.

Num inquérito sumário efectuado junto de alguns habitantes do lugar pôde apurar-se a inexistência de quaisquer referências a lugares habitados nas imediações (à excepção de alguns pequenos «montes» nas proximidades da linha de água que corre no sopé deste pequeno cerro), ou de algum lugar considerado como «espaço sagrado» (capela, por ex.). Apenas se recolheram informações muito imprecisas sobre achados de ossos humanos naquele local há bastantes anos. Tudo leva a crer, porém, que o sítio corresponderia, certamente, a uma necrópole. Não é, pois, de excluir a hipótese de mais achados semelhantes nas imediações, se se vier a efectuar uma prospecção sistemática, acompanhada, eventualmente, de sondagens ou de sistemas auxiliares de detecção de vestígios.

CASA JUNTO À IGREJA DE SANTA MARIA — BEJA

O Museu Regional de Beja e o Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul foram alertados, em Março de 1988, para a realização de obras de reconstrução de um pequeno edifício particular junto à Igreja de Santa Maria (Rua da Casa Pia), nas quais, devido ao revolvimento do subsolo por meio de uma retroescavadora, estavam a ser destruídas muitas ossadas humanas, provenientes, sem dúvida, do antigo cemitério junto à igreja.

Tendo-se conseguido a suspensão temporária da obra, procedeu-se a uma escavação de emergência, que teve a duração de cerca de uma semana e permitiu a recuperação e interpretação de alguns elementos arqueológicos ainda conservados no local.

A máquina escavadora descera quase até à rocha na totalidade da área, com excepção de um pequeno triângulo situado a oeste. Os trabalhos efectuados foram, pois, muito limitados, condicionados ainda por imperativos de tempo. Assim, desceu-se até à rocha de base em toda a zona, procedeu-se à escavação da referida área triangular e desenharam-se os perfis obtidos, após o que os trabalhos de reconstrução do edifício foram retomados.

Vestígios detectados:

Como seria previsível neste local, os níveis superiores da escavação correspondiam ao cemitério em torno da Igreja de Santa Maria, uma das mais antigas da cidade de Beja. Poucos foram, porém, os esqueletos intactos aí recolhidos, devido ao revolvimento provocado pela máquina. As ossadas contidas nos entulhos da obra mostravam, porém, claramente que o cemitério se estenderia por toda a zona, numa intensa ocupação, ainda parcialmente detectável através dos vestígios conservados nos perfis.

Apesar das condicionantes referidas, conseguiu porém ainda registrar-se uma sucessão de enterramentos, tendo sido individualizadas 13 inumações, efectuadas, segundo toda a probabilidade, em vala de terra simples, pois não eram visíveis restos de qualquer estrutura tumular. As inumações haviam-se processado todas no sentido E-W (cabeça a oeste), não sendo acompanhadas de qualquer espólio.

Sob este cemitério medieval foram encontradas outras estruturas: três muros e uma canalização em tijoleira (esta última junto ao perfil Norte), os três primeiros claramente de época romana. Um dos muros — M2 (que se prolongava por sob o perfil oeste) apresentava vestígios de pintura parietal a fresco.

Espólio recolhido:

O espólio recolhido, que deu entrada no Museu Regional de Beja e cujo estudo exaustivo ainda não foi efectuado, era composto por cerca de 800 fragmentos cerâmicos diversos, na sua maioria de épocas recentes (séculos XVII, XVIII, XIX), de que destacamos vários fragmentos de faianças do século XVII. De época islâmica recolheram-se alguns fragmentos cerâmicos pintados, estampilhados e de *corda seca* (percentualmente, porém, em número muito reduzido). A cerâmica romana estava presente nos níveis inferiores, igualmente em reduzido número: recolheram-se, para além de diversos fragmentos de cerâmica comum, fragmentos de ânforas (cerca de 30) e 6 fragmentos de *terra sigillata*. Outros elementos recolhidos pertencendo a esta mesma época foram os já mencionados fragmentos de pintura a fresco, bem como fragmentos de mármore de revestimento. Nenhum destes elementos se encontrava, porém, *in situ* (embora os fragmentos de fresco se concentrassem, como dissemos, junto ao muro que continua por sob o perfil oeste), facto de modo nenhum surpreendente, dados os sucessivos revolvimentos da zona, motivados por uma contínua ocupação da área, desde a época romana até à actualidade.

Conclusões:

Não são muitas as conclusões a extrair de uma acção pontual e tão circunscrita como esta: a localização do cemitério medieval não constitui motivo de surpresa, tendo um estudo de ossadas de alguns enterramentos próximos sido já, inclusivamente, publicado no *Arquivo de Beja*³. Por outro lado, a existência de estruturas romanas em local tão próximo da zona que sabemos corresponder ao *forum* de *Pax Julia* e na continuação do Largo dos Duques de Beja, onde existem referências a achados de estruturas e mosaicos romanos⁴, seria, também, uma «quase-certeza», agora apenas confirmada.

Qual, então, o significado e importância de uma intervenção deste tipo?

Em primeiro lugar, ela dá-nos a possibilidade de recuperação de um espólio que, com o trabalho das máquinas e subsequente construção no local, se teria irremediavelmente perdido.

Por outro lado, continuamos a acreditar que, se houver a possibilidade de cartografar sistematicamente os achados que vão ocorrendo ocasionalmente na

³ ATHAYDE, Alfredo, *Ossadas romanas e visigóticas*, «Arquivo de Beja», V, 1 e 2, Beja, 1948, p. 63.

⁴ VIANA, Abel, *Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes*, «Arquivo de Beja», II, 1 e 2, Beja, 1945, p. 175.

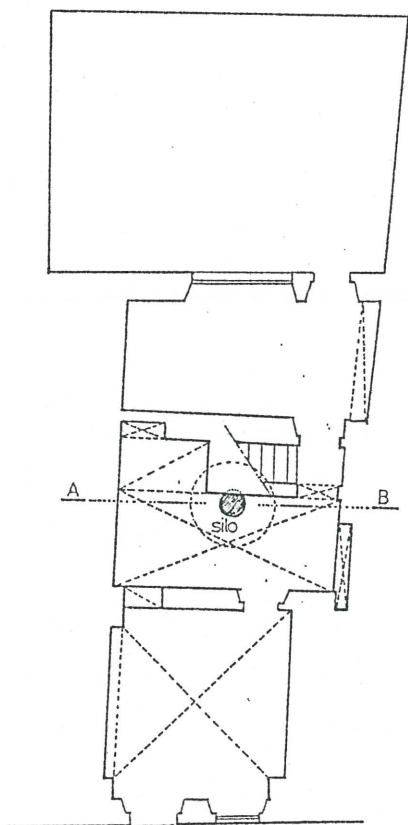
zona do Centro Histórico de uma cidade, eles irão constituindo outros tantos passos que se avançam no conhecimento e leitura da evolução urbana, desde as suas primeiras ocupações até à época actual.

Consciencializar os habitantes para este facto e criar hábitos de trabalho e uma estrutura operacional que permitam intervenções eficazes e o rápido desbloqueamento das situações são passos importantes e essenciais desta «luta» que se trava pelo conhecimento das nossas origens e formas de evolução. Com efeito, só no caso de achados excepcionais em subsolo urbano se considera serem de rever, alterar ou suspender obras programadas ou previstas: na maioria dos casos, uma intervenção pontual executada a tempo permite, conciliando os interesses em jogo, o recuperar de informação valiosa sem obstaculizar um progresso que, devidamente enquadrado, pelo contrário, se defende e preconiza.

Beja, Dezembro 1988



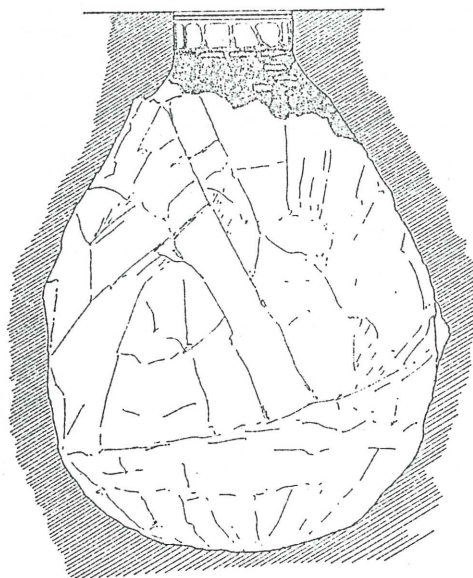
Localização do nº 34 da R. das Portas de Moura



0 3m

RUA DAS PORTAS DE MOURA, 34

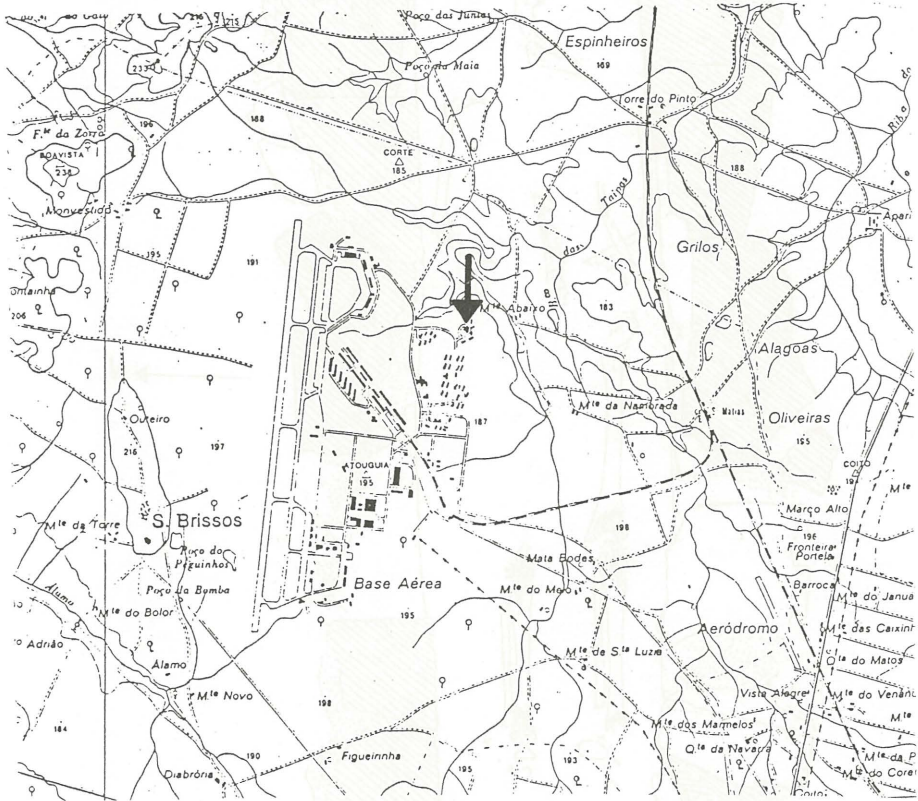
1 — Localização do silo



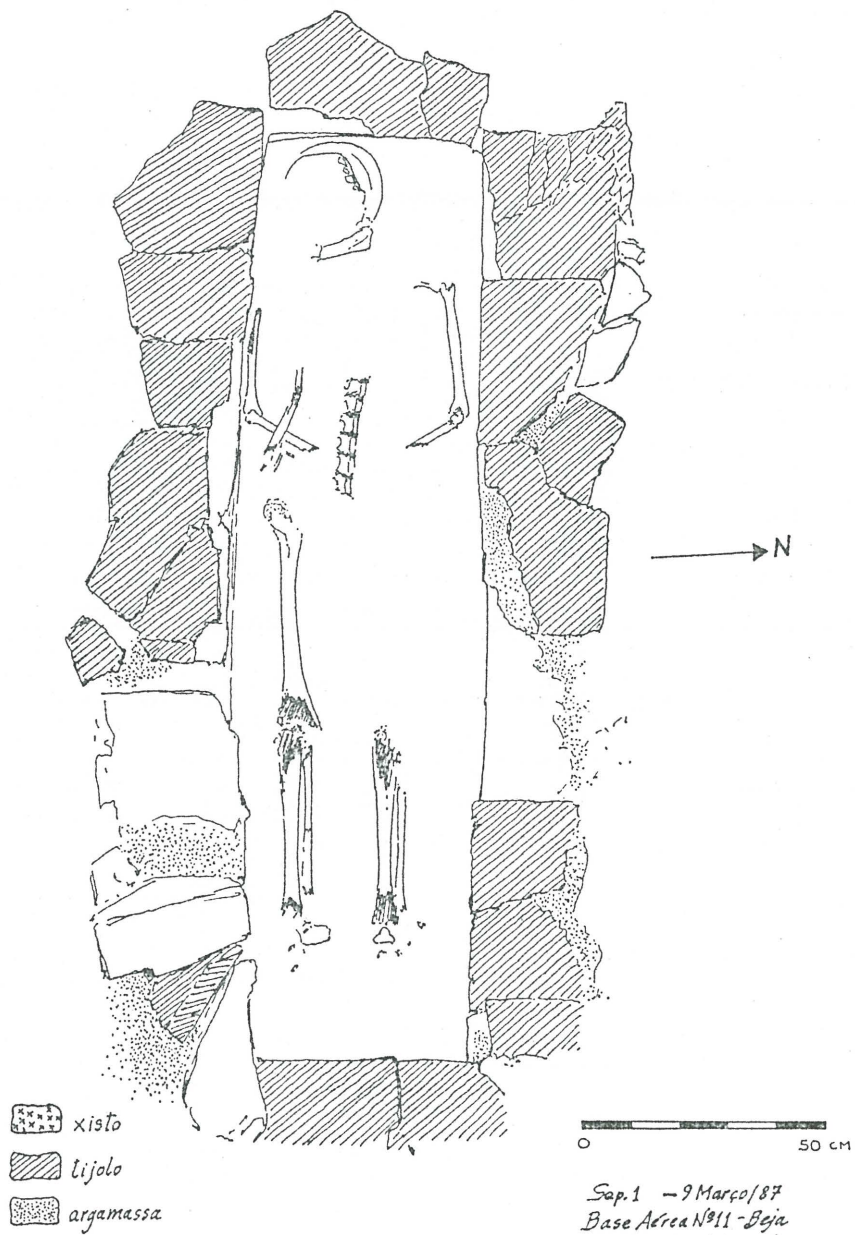
0 50cm

2 — Silo - corte

SILo - CORTE AB
BEJA - RUA DAS PORTAS DE MOURA, 34
DES. L. Barreira 9-6-87



Localização da sepultura da B.A 11 (C.M.P, folha 43-A, esc. 1/50.000, reduzida).



Planta da sepultura da Base Aérea nº 11.



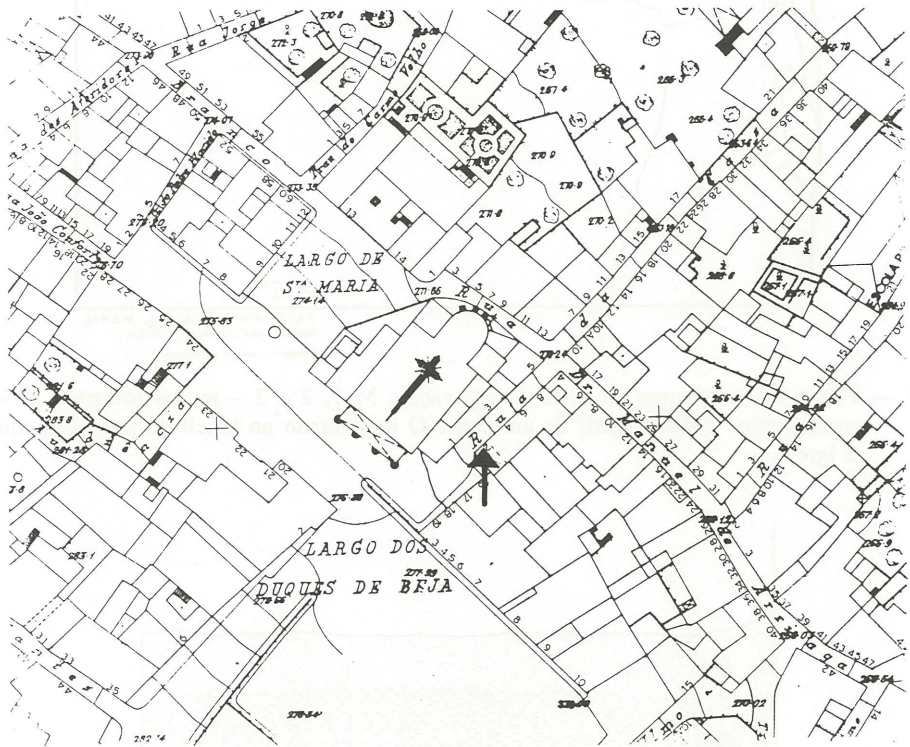
Localização dos sarcófagos do Monte da Ortiga do Meio
(C.M.P, folha 516, esc. 1/25.000, reduzida)



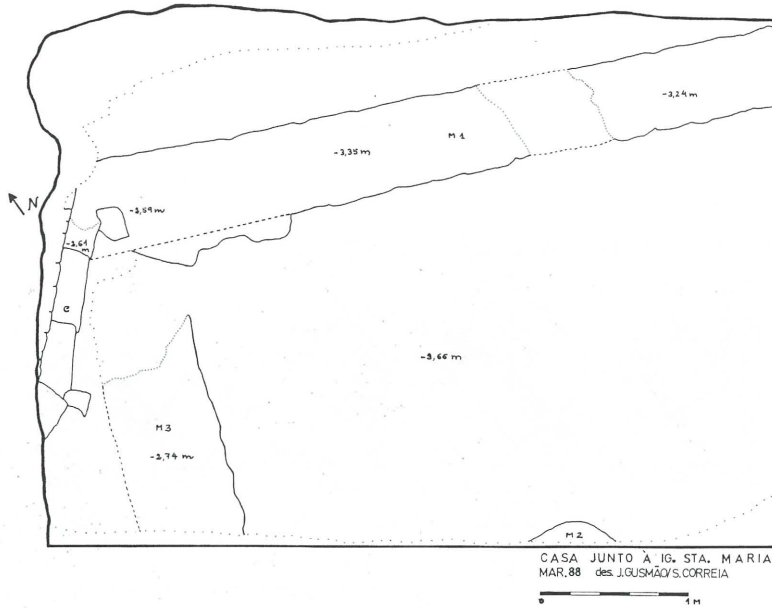
1 — Ortiga do Meio — sepultura 1.



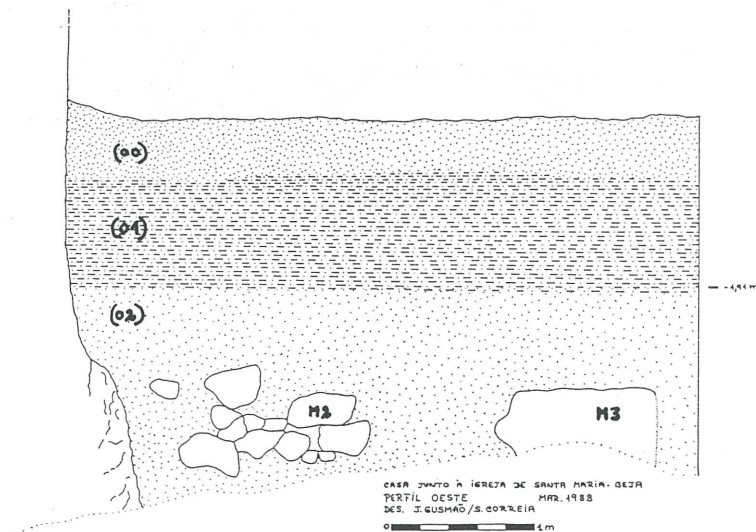
2 — Ortiga do Meio — sepultura 2.



Casa junto à Igreja de Santa Maria – localização.



1 — Planta das estruturas no final da escavação: M 1, 2 e 3 — muros romanos. C — canalização. Cotas a partir de um ponto O implantado no lancil do passeio junto à igreja.



2 — Perfil oeste (costas a partir de um ponto O implantado no lancil do passeio junto à igreja): (00) — nível de revolvimento recente; (01) — cemitério medieval; (02) — nível romano. M2 e M3 — muros de época romana.



3 — Igreja de Santa Maria. Ao fundo, à direita, zona da escavação.



4 — Muros 1 e 3 e Canalização.



5 — Enterramentos medievais: pormenor da escavação.

VÁRIA

A COLECÇÃO ARQUEOLÓGICA «ENG.º FRANCISCO MANUEL ALVELOS»

por

Pedro Sobral de Carvalho
Luís Filipe C. Gomes

1 - INTRODUÇÃO

O estudo de uma colecção de materiais arqueológicos cujas origens são diversas, implica uma grande objectividade na manipulação de dados que, à priori, poderiam fornecer mais informações se fossem tratados no âmbito dos sítios arqueológicos de onde provêm.

A disparidade de proveniências é, neste caso concreto, muito acentuada; todavia, algumas considerações sobre os sítios são ainda possíveis. Neste contexto, o trabalho agora apresentado é sobretudo técnico, pois limitamo-nos a apresentar considerações detalhadas sobre os objectos e respectivos desenhos.

Esta colecção foi constituída pelo Dr. Manuel da Cunha e Alvelos, ilustre historiador viseense e pai do actual possuidor, Eng. Francisco Manuel Dourado da Cunha e Alvelos, a quem agradecemos a amabilidade com que sempre nos recebeu e a compreensão em incidente bastante delicado.

A descrição dos materiais arqueológicos segue uma ordem cronológica e, sempre que possível, a transcrição das anotações existentes na etiqueta da peça. Quando essa leitura se torna ilegível utilizam-se reticências.

A nomenclatura utilizada na análise das peças é comum a outros trabalhos do género; no caso das pontas de seta optou-se por abrir uma alínea explicativa a fim de facilitar a sua compreensão. As medidas são dadas em centímetros; para o biface, lâminas, micrólitos e material lítico polido considerou-se o comprimento (ou altura), a largura e a espessura.

Infelizmente, por razões que nos são alheias, um excelente conjunto de contas de colar, provenientes do dólmen de *Mamaltar do Vale de Fachas*, freguesia de Rio de Loba, concelho de Viseu, encontram-se perdidas. Embora não tenha sido possível o seu desenho nem as respectivas fotografias, foram, contudo, feitas análises laboratoriais que aqui referimos, sendo a descrição feita de memória. Agradecemos mais uma vez a compreensão do Sr. Eng. Francisco Alvelos para este lamentável facto, do qual somos inocentes.

O custo dos desenhos foi inteiramente suportado pelo Gabinete de História, Arqueologia e Etnografia da Câmara Municipal de Viseu.

Queremos ainda agradecer a todos aqueles que de uma forma directa ou indirecta colaboraram na elaboração deste trabalho, nomeadamente a José Augusto Alves Dias e Dr. José Luís Madeira (desenhadores do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro), pelo desenho das peças, ao Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, pelo suporte fotográfico, aos geólogos Luís Manuel Fernandes Simões (Museu Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra) e António F. Tavares (Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra), pela análise de alguns dos materiais, e muito sinceramente ao Dr. Domingos Jesus da Cruz (Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Aurora Teixeira Sobral de Carvalho (professora do ensino secundário) e António José Garcia C. Batista (estudante universitário), pelo apoio prestado.

2. DESCRIÇÃO DO MATERIAL ARQUEOLÓGICO

2.1 Material lítico lascado

2.1.1. Biface

Proveniência — «Monsanto, Lisboa».

Descrição — Cordiforme, alongado medianamente espesso, em sílex bege.

Dimensões: 10,9 / 7,0 / 3,1.

2.1.2 Lâminas (Quadro I)

Nº de ordem — 1 (Est. I-1).

Proveniência — «De um dólmen do concelho de Oliveira de Frades».

Descrição — Inteira, em sílex bege; secção triangular, perfil sub-rectilíneo; retoques no reverso: abruptos, marginais, inversos, irregulares, descontínuos; talão liso.

Dimensões: 10,3 / 2,4 / 0,5.

Nº de ordem — 2 (Est. I-2).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Inteira, em sílex bege; secção trapezoidal, perfil curvilíneo; retoques no anverso esquerdo proximal: abruptos, marginais, directos, irregulares, descontínuos; talão facetado.

Dimensões: 8,5 / 1,2 / 0,3.

Nº de ordem — 3 (Est. I-3).

Proveniência — «Orca da Lameira 10-9-29».

Descrição — Fragmentada, em sílex branco; secção triangular, perfil curvilíneo; retoques bifaciais: semi-abruptos, marginais, bifaciais, subparalelos, descontínuos; talão liso.

Dimensões: 5,4 / 2,3 / 0,5.

Nº de ordem — 4 (Est. I-4).

Proveniência — «Vale de Fachas».

Descrição — Fragmento da extremidade proximal, em sílex bege; secção triangular, perfil rectilíneo; retoques bifaciais: abruptos e semi-abruptos, marginais, bifaciais, subparalelos, descontínuos; talão facetado.

Dimensões: 2,5 / 1,2 / 0,3.

Nº de ordem — 5 (Est. I-5).

Proveniência — «Vale de Fachas».

Descrição — Fragmento da extremidade proximal, em sílex castanho; secção triangular, perfil sub-rectilíneo; retoques bifaciais: abruptos e semi-abruptos, marginais, bifaciais, irregulares, descontínuos; talão fracturado.

Dimensões: 1,7 / 1,9 / 0,4

Nº de ordem — 6 (Est. I-6).

Proveniência — «Do lado de cima do Vale de Fachas. Dólmen a (...) do caminho».

Descrição — Fragmento da extremidade distal, em sílex bege; secção trapezoidal, perfil rectilíneo; retoques bifaciais: abruptos, marginais, bifaciais, irregulares, descontínuos.

Dimensões: 2,4 / 1,4 / 0,3.

Nº de ordem — 7 (Est. I-7).

Proveniência — ?

Descrição — Fragmento da extremidade proximal, em sílex bege; secção trapezoidal, perfil rectilíneo; retoques bifaciais: abruptos e semiabruptos, marginais, bifaciais,

QUADRO I — LÂMINAS

Nº DE ORDEM	PROVENIÊNCIA	MATÉRIA-PRIMA	CONSERVAÇÃO	MEDIDAS (cm)			MORFOLOGIA		RETOQUES						TALÃO
				COMP.	LARG.	ESP.	SECÇÃO	PERFIL	INCLINAÇÃO	AMPLITUDE	DIRECÇÃO	FORMA	DISTRIBUIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	
1 (Est. I-1)	«De um dólmen do concelho de Oliveira de Frades»	Sílex bege	Inteira	10,3	2,4	0,5	Triangular	Sub-rectilíneo	Abruptos	Marginais	Inversos	Irregulares	Descontínuos	Reverso	Liso
2 (Est. I-2)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Sílex bege	Fragmentada	8,5	1,2	0,3	Trapezoidal	Curvilíneo	Abruptos	Marginais	Directos	Irregulares	Descontínuos	Anverso esquerdo proximal	Facetado
3 (Est. I-3)	«Orca da Lameira 10/09/29»	Sílex branco	Fragmentada	5,4	2,3	0,5	Triangular	Curvilíneo	semi-abruptos	Marginais	Bifaciais	Subparalelos	Descontínuos	Bifacial	Liso
4 (Est. I-4)	«Vale de Fachas»	Sílex bege	Fragmentada	2,5	1,2	0,3	Triangular	Rectilíneo	Abruptos e semi-abruptos	Marginais	Bifaciais	Subparalelos	Descontínuos	Bifacial	Facetado
5 (Est. I-5)	«Vale de Fachas»	Sílex castanho	Fragmentada	1,7	1,9	0,4	Triangular	Sub-rectilíneo	Abruptos e semi-abruptos	Marginais	Bifaciais	Irregulares	Descontínuos	Bifacial	Fracturado
6 (Est. I-6)	«Do lado de cima de vale de fachas. Dólmen a (...) do caminho»	Sílex bege	Fragmentada	2,4	1,4	0,3	Trapezoidal	Rectilíneo	Abruptos	Marginais	Bifaciais	Irregulares	Descontínuos	Bifacial	—
7 (Est. I-7)	?	Sílex bege	Fragmentada	2,2	1,6	0,3	Trapezoidal	Rectilíneo	Abruptos e semi-abruptos	Marginais	Bifaciais	Irregulares	Descontínuos	Bifacial	Fracturado

irregulares com entalhe, descontínuos; talão fracturado.
Dimensões: 2,2 / 1,6 / 0,3.

2.1.3. Micrólitos (Quadro II)

Nº de ordem — 1 (Est. II-1).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Triângulo isósceles, em sílex; secção trapezoidal; retoques marginais e abruptos.

Dimensões: 3,1 / 1,2 / 0,3.

Nº de ordem — 2 (Est. II-2).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Triângulo isósceles, em sílex; secção trapezoidal; retoques marginais e abruptos.

Dimensões: 2,2 / 1,5 / 0,3.

Nº de ordem — 3 (Est. II-3).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Triângulo isósceles, fragmentado nas pontas, em sílex; secção trapezoidal; retoques marginais e abruptos, entalhe na base.

Dimensões: ± 3,5 / 1,0 / 0,4.

Nº de ordem — 4 (Est. II-4).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Triângulo isósceles, fragmentado numa das pontas, em sílex; secção trapezoidal; retoques marginais e abruptos.

Dimensões: ± 3,5 / 1,2 / 0,3.

Nº de ordem — 5 (Est. II-5).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Trapézio simétrico com truncaturas muito oblíquas, em sílex; secção trapezoidal; retoques marginais e abruptos.

Dimensões: 3,0 / 1,0 / 0,3.

Nº de ordem — 6 (Est. II-6).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Trapézio rectângulo com truncatura maior longa, em sílex; secção trapezoidal; retoques marginais e abruptos.

Dimensões: 2,7 / 1,4 / 0,3.

Nº de ordem — 7 (Est. II-7).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Trapézio rectângulo com truncatura maior longa, em sílex; secção trapezoidal; retoques marginais e abruptos.

Dimensões: 2,6 / 1,4 / 0,3.

Nº de ordem — 8 (Est. II-8).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Trapézio rectângulo com truncatura maior longa e fragmentada, em sílex; secção triangular; retoques marginais e abruptos.

Dimensões: ± 2,8 / 1,3 / 0,3.

Nº de ordem — 9 (Est. II-9).

Proveniência — «Vale de Fachas. 18-6-29».

Descrição — Trapézio rectângulo com truncatura maior longa, em sílex acastanhado; secção

QUADRO II — MICRÓLITOS

Nº DE ORDEM	PROVENIÊNCIA	TIPO	MATÉRIA-PRIMA	SECÇÃO	RETOQUES	DIMENSÕES (cm)		
						COMP.	LARG.	ESP.
1 (Est. II-1)	«Mamaltar do Vale de Fachas».	Triângulo isósceles	Sílex	Trapezoidal	Marginais e abruptos	3,1	1,2	0,3
2 (Est. II-2)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Triângulo isósceles	Sílex	Trapezoidal	Marginais e abruptos	2,2	1,5	0,3
3 (Est. II-3)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Triângulo isósceles	Sílex	Trapezoidal	Marginais e abruptos	* 3,5	1,0	0,4
4 (Est. II-4)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Triângulo isósceles	Sílex	Trapezoidal	Marginais e abruptos	* 3,5	1,2	0,3
5 (Est. II-5)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Trapézio simétrico com truncaturas muito oblíquas	Sílex	Trapezoidal	Marginais e abruptos	3,0	1,0	0,3
6 (Est. II-6)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Trapézio rectângulo com truncatura maior longa	Sílex	Trapezoidal	Marginais e abruptos	2,7	1,4	0,3
7 (Est. II-7)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Trapézio rectângulo com truncatura maior longa	Sílex	Trapezoidal	Marginais e abruptos	2,6	1,4	0,3
8 (Est. II-8)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Trapézio rectângulo com truncatura maior longa	Sílex	Triangular	Marginais e abruptos	* 2,8	1,3	0,3
9 (Est. II-9)	«Vale de Fachas. 18-6-29»	Trapézio rectângulo com truncatura maior longa	Sílex	Triangular	Marginais e abruptos	2,5	1,3	0,3

* Calculada.

triangular; retoques marginais e abruptos.
Dimensões: 2,5/1,3/0,3.

2.1.4. Pontas de seta (*Quadro III*)

Opções metodológicas

Na análise de pontas de seta consideraram-se os seguintes parâmetros⁽¹⁾:

— *Proveniência*;

— *Matéria-prima*;

— *Ordem* (morfologia da ponta de seta: triangular, losângica, pedunculada);

— *Grupo* (tipo de base: triangular, recta, côncava, convexa, bicôncava);

— *Tipo* (tipo do corpo, tendo em conta o seu índice de alongamento).

– L 1/I para pontas de seta triangulares de base triangular e pontas de seta pedunculadas ou losângicas:

- *corpo alongado*: índice igual ou superior a 2;
- *corpo mediano*: índice compreendido entre 1 e 2;
- *corpo curto*: índice inferior a 1.

– L/I para pontas triangulares de base recta, côncava e convexa, com os mesmos valores de referência;

— *Subtipo* (com ou sem aletas);

— *Variante* (índice de espessura ou carenagem - I/Esp.).

- pontas de seta *abatidas*: índice igual ou superior a 8;
- *alteadas*: índice inferior a 8 e superior a 4;
- *espessa*: índice inferior a 4;

— *Morfologia* (para uma melhor descrição da peça, tiveram-se em conta os componentes básicos de uma ponta de seta).

- *ponta* (inteira/fragmentada; simétrica/assimétrica em relação ao eixo de simetria; bordos);
- *corpo* (alongado, mediano e curto – *vide tipo*);
- *base* (triangular, recta, côncava, convexa ou bicôncava; o tipo da base é definido pelo índice de alongamento – L 1/L 2. De acordo com este critério, as pontas de seta de base triangular, convexa, biconvexa e pedunculadas consideram-se de *base curta*, quando o índice é igual ou superior a 2; de *base mediana*, quando o índice varia entre 1 e 2; de *base alongada*, quando o índice é inferior a 1);
- *perfil* (configuração da peça, quando observada de perfil);

— *Técnicas de retoque*:

- *Inclinação* – ângulo de inclinação dos retoques: *abruptos* (aproximadamente 90°); *semi-abruptos* (45°); *rasantes* (próximos dos 10°);
- *amplitude* – extensão do retoque: *curto* ou *marginal*; *longo*; *invasor*; *cobridor* ou *total*;

⁽¹⁾Deu-se especial relevo às propostas de classificação de Susana Oliveira Jorge (Jorge, 1978 e 1986) e de J. Tixier (Tixier *et alii*, 1980).

- *direcção* – posição dos retoques: *directos*; *inversos*; *alternos*; *alternantes*; *bifaciais e cruzados*;
- *modo* – característica obtida pela forma do retoque: *escamoso*; *paralelos*; *subparalelos*;
- *distribuição* – repartição dos retoques ao longo do bordo: *contínuos*; *descontínuos*;

— *Medidas*: I – largura máxima; L – altura total; Esp. – espessura máxima; L 1 – altura do corpo (distância entre a extremidade distal da ponta e o começo da base; nos exemplares com aletas, considera-se o ponto de separação entre o corpo e as aletas) para as pontas de seta triangulares de base triangular, pontas pedunculadas e losânicas; L 2 – altura da base;

— *índices*: L/I – índice de alongamento do corpo para pontas de seta triangulares de base recta côncava e convexa; L1/I índice de alongamento do corpo para pontas de seta triangulares de base triangular, pontas pedunculadas e losânicas; I/Esp. – índice de espessura ou carenagem (*vide variante*); L1/L2 – índice de alongamento da base (*vide morfologia*).

Nº de ordem — 1 (Est. III-1).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Em sílex; triangular, base triangular, corpo mediano, com aletas, espessa; morfologia: ponta inteira, simétrica, bordos convexos, convergentes/corpo mediano/base triangular, curta, simétrica/perfil plano-convexo; retoques rasantes, totais no anverso e invasores no reverso, bifaciais, subparalelos, contínuos. Medidas: I – 1,7; L – 3,5; Esp. – 0,5; L1 – 2,7; L2 – 0,8. Índices: I/Esp. – 3,40; L1/L2 – 3,37; L1/I – 1,58.

Nº de ordem — 2 (Est. III-2).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Em sílex; triangular, base triangular, corpo alongado, sem aletas, espessa; morfologia: ponta inteira, simétrica, bordos rectilíneos, convergentes/corpo alongado/base triangular, curta, assimétrica/perfil sinuoso; retoques rasantes, invasores no anverso e longos no reverso, bifaciais, paralelos, contínuos no anverso e descontínuos no reverso. Medidas: I – 1,3; L – 3,5; Esp. – 0,4; L 1 – 2,9; L2 – 0,6. Índices: I/Esp. – 3,25; L1/L2 – 4,83; L1/I – 2,23.

Nº de ordem — 3 (Est. III-3).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Em sílex; triangular, base triangular, corpo mediano, com esboço de aletas, alteada; morfologia: ponta inteira, simétrica, bordos convexos, convergentes/corpo mediano/ base triangular, curta, assimétrica/perfil sub-rectilíneo; retoques rasantes, longos no anverso e marginais no reverso, bifaciais, paralelos, contínuos. Medidas: I – 1,5; L – 3,8; Esp. – 0,3; L 1 – 2,9; L2 – 0,9. Índices: I/Esp. – 5,00; L1/L 2 – 4,22; L 1/ I – 1,93.

Nº de ordem — 4 (Est. III-4).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Em sílex; triangular, base triangular, corpo mediano, com esboço de aletas, alteada; morfologia: ponta inteira, simétrica, bordos convexos, convergentes/corpo mediano/base triangular, curta, simétrica/perfil côncavo-convexo; retoques rasantes, longos no anverso e marginais no reverso, bifaciais, paralelos, contínuos no anverso e descontínuos no reverso. Medidas: I – 1,4; L – 3,2; Esp. – 0,2; L 1 – 2,1; L 2 – 0,7. Índices: I/Esp. – 7,00; L1/L2 – 3,00; L1/I – 1,50.

Nº de ordem — 5 (Est. III-5).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Em sílex; triangular, base pedunculada, corpo alongado, sem aletas, espessa; morfologia: ponta fragmentada, simétrica, bordos rectilíneos, convergentes/corpo alongado/base com pedúnculo curto ligeiramente assimétrico/perfil plano-convexo; retoques rasantes, invasores, bifaciais, subparalelos, contínuos. Medidas: I - 1,5; L - ± 3,7; Esp. - 0,4; L 1 - ± 3,5; L 2 - 0,2. Índices - I/Esp. - 3,75; L1/L2 - 17,5; L1/I-2,33.

Nº de ordem — 6 (Est. III-6).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Em sílex; triangular, base triangular, corpo alongado, sem aletas, alteada; morfologia: ponta fragmentada, bordos convexos, convergentes/corpo alongado/base triangular, curta, assimétrica/perfil sinuoso; retoques semi-abruptos, marginais, bifaciais, subparalelos, descontínuos. Medidas: I - 1,7; L - ± 2,6; Esp. - 0,3; L 1 - ± 2,0; L 2 - 0,6. Índices - I/Esp. - 5,66; L 1/L 2 - 3,33; L 1/I - 6,66.

Nº de ordem — 7 (Est. III-7).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Em grés ou arenito quartzoso com cimento silicioso (SiO₂)⁽²⁾; triangular, base triangular, corpo mediano, com aletas, espessa; morfologia: ponta fragmentada, bordos rectilíneos, convergentes/corpo mediano/base triangular, curta, simétrica/perfil biconvexo; retoques semi-abruptos, longos, bifaciais, paralelos, contínuos. Medidas: I - 1,9; L - ± 4,8; Esp. - 0,6; L 1 - ± 3,7; L 2 - 1,1. Índices: I/Esp. - 3,16; L 2 - 3,36; L 1/I - 1,94.

Nº de ordem — 8 (Est. III-8).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Da mesma matéria-prima da anterior; triangular, base triangular, corpo alongado, esboço de aletas, espessa; morfologia: ponta fragmentada/corpo alongado/base triangular, curta, assimétrica/perfil biconvexo; retoques semi-abruptos, marginais, bifaciais, paralelos, descontínuos. Medidas: I - 1,5; L - ± 4,7; Esp. - 0,6; L 1 - ± 3,8; L 2 - 0,9. Índices: I/Esp. - 2,50; L 1/L 2 - 4,22; L 1/I - 2,53.

Nº de ordem — 9 (Est. III-9).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Da mesma matéria-prima da anterior; triangular, base triangular, corpo mediano, com esboço de aletas, alteada; morfologia: ponta inteira, simétrica, bordos convexos, convergentes/corpo mediano/base triangular, curta, assimétrica/perfil plano-convexo; retoques rasantes, invasores, bifaciais, paralelos, contínuos. Medidas: I - 2; L - 3,4; Esp. - 0,5; L 1 - 2,4; L 2 - 1. Índices: I/Esp. - 4,00; L 1/L 2 - 2,40; L 1/I - 1,20.

Nº de ordem — 10 (Est. III-10).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Em sílex; triangular, base triangular, corpo curto, com esboço de aletas, alteada; morfologia: ponta inteira, simétrica, bordos convexos, convergentes/corpo curto/base triangular, mediana, assimétrica/perfil sinuoso; retoques rasantes, longos, bifaciais, subparalelos, descontínuos.

⁽²⁾ Determinação do geólogo Luís Manuel F. Simões, que aponta como provável proveniência desta matéria-prima, o topo da Serra do Buçaco. Adianta ainda a sua constituição mineralógica: *clastos* (grãos) — quartzo hialino, quartzo critoso e quartzo róseo; *matriz* — quartzo, *cimento* - silicioso.

Medidas: I - 1,7; L - 2,4; Esp. - 0,4; L 1 - 1,4; L 2 - 1,0.
Índices: I/Esp. - 4,25; L 1/ L 2 - 1,41; L 1/I - 0,82.

Nº de ordem — 11 (Est. III-11).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Em sílex; triangular, base recta, corpo alongado, sem aletas, espessa; morfologia: ponta fragmentada, simétrica, bordos rectilíneos/corpo alongado/base recta/ perfil biconvexo; retoques semi-abruptos, totais, bifaciais, escamosos, contínuos.

Medidas: I - 1,7; L - 3,9; Esp. - 0,6.

Índices: L/I - 2,29; I/Esp. - 2,83.

Nº de ordem — 12 (Est. III-12).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Em sílex; triangular, base côncava, corpo mediano, sem aletas, alteada; morfologia: ponta inteira, simétrica, bordos convexos, convergentes/corpo mediano/base côncava (fragmentada)/perfil sub-rectilíneo; retoques rasantes, totais, bifaciais, escamosos, contínuos.

Medidas: I - ± 2,1; L - 3,1; Esp. - 0,4; L 1 - 2,8; L 2 - 0,3.

Índices: L/I - 1,47; I/Esp. - 5,25.

Nº de ordem — 13 (Est. III-13).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Em sílex; triangular, base recta, corpo mediano, sem aletas, espessa; morfologia: ponta inteira, assimétrica, bordos rectilíneos, convergentes/corpo mediano/base recta/perfil biconvexo; retoques semi-abruptos, totais, bifaciais, subparalelos, contínuos.

Medidas: I - 1,6; L - 3,1; Esp. - 0,7.

Índices: L/I - 1,93; I/Esp. - 2,28.

Nº de ordem — 14 (Est. III-14).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Em sílex; triangular, base triangular, corpo mediano, sem aletas, alteada; morfologia: ponta inteira, assimétrica, bordos convexos, convergentes/corpo mediano/base triangular, curta, assimétrica/perfil sinuoso; retoques semi-abruptos, longos, alternos, subparalelos, descontínuos.

Medidas: I - 1,5; L - 2,5; Esp. - 0,3; L 1 - 1,8; L 2 - 0,7.

Índices: I/Esp. - 5,00; L 1/L 2 - 2,57; L 1/I - 1,20.

Nº de ordem — 15 (Est. III-15).

Proveniência — «Mamaltar do Vale de Fachas».

Descrição — Em lítido (quartzito negro muito fino)³; triangular, base triangular, corpo mediano, com esboço de aletas, alteada; morfologia: ponta inteira, assimétrica, bordos convexos, convergentes/corpo mediano/base triangular, curta, assimétrica/ perfil biconvexo; retoques semi-abruptos (quase abruptos), totais no anverso e invasores no reverso, bifaciais, escamosos, contínuos.

Medidas: I - 3,1; L - 4,4; Esp. - 0,6; L 1 - 3,4; L 2 - 0,9.

Índices: I/Esp. - 5,16; L 1/L 2 - 3,77; L 1/I - 1,09.

Nº de ordem — 16 (Est. III-16).

Proveniência — «V.F.».

Descrição — Em sílex; triangular, base triangular, corpo curto, com esboço de aletas, alteada; morfologia: ponta inteira, simétrica, bordos rectilíneos, convergentes/corpo curto/base triangular, curta, assimétrica/perfil plano-convexo; retoques rasantes,

³Determinação do geólogo António F. Tavares.

QUADRO III — PONTAS DE SETA

Nº DE ORDEM	PROVENIÊNCIA	MATÉRIA PRIMA	ORDEM	GRUPO	TIPO	SUBTIPO	VARIANTE
1 (Est. III-1)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Sílex	Triangular	Triangular	Mediano	Com aletas	Espessa
2 (Est. III-2)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Sílex	Triangular	Triangular	Alongado	Sem aletas	Espessa
3 (Est. III-3)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Sílex	Triangular	Triangular	Mediano	Esboço de aletas	Alteada
4 (Est. III-4)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Sílex	Triangular	Triangular	Mediano	Esboço de aletas	Alteada
5 (Est. III-5)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Sílex	Triangular	Pedunculada	Alongado	Sem aletas	Espessa
6 (Est. III-6)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Sílex	Triangular	Triangular	Alongado	Sem aletas	Alteada
7 (Est. III-7)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Grés	Triangular	Triangular	Mediano	Com aletas	Espessa
8 (Est. III-8)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Grés	Triangular	Triangular	Alongado	Esboço de aletas	Espessa
9 (Est. III-9)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Grés	Triangular	Triangular	Mediano	Esboço de aletas	Alteada
10 (Est. III-10)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Sílex	Triangular	Triangular	Curto	Esboço de aletas	Alteada
11 (Est. III-11)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Sílex	Triangular	Recta	Alongado	Sem aletas	Espessa
12 (Est. III-12)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Sílex	Triangular	Côncava	Mediano	Sem aletas	Alteada
13 (Est. III-13)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Sílex	Triangular	Recta	Mediano	Sem aletas	Espessa
14 (Est. III-14)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Sílex	Triangular	Triangular	Mediano	Sem aletas	Alteada
15 (Est. III-15)	«Mamaltar do Vale de Fachas»	Lidito (quartzito negro muito fino)	Triangular	Triangular	Mediano	Esboço de aletas	Alteada
16 (Est. III-16)	«V. F.»	Sílex	Triangular	Triangular	Curto	Esboço de aletas	Alteada
17 (Est. III-17)	«V. F.»	Grés	Triangular	Triangular	Curto	Com aletas	Espessa

QUADRO III — PONTAS DE SETA

N ^o DE ORDEM	MEDIDAS (cm)					ÍNDICES (cm)				MORFOLOGIA			
	I	L	ESP.	L ₁	L ₂	L/I	I/ESP.	L ₁ /L ₂	L ₁ /I	PONTA	CORPO	BASE	PERFIL
1 (Est. III-1)	1,7	3,5	0,5	2,7	0,8	—	3,40	3,37	1,58	Inteira, simétrica, bordos convexos, convergentes	Mediano	Triangular, curta, simétrica	Plano-convexo
2 (Est. III-2)	1,3	3,5	0,4	2,9	0,6	—	3,25	4,83	2,23	Inteira, simétrica, bordos convexos, convergentes	Alongado	Triangular, curta, assimétrica	Sinuoso
3 (Est. III-3)	1,5	3,8	0,3	2,9	0,9	—	5,00	4,22	1,93	Inteira, simétrica, bordos convexos, convergentes	Mediano	Triangular, curta, assimétrica	Sub-rectilíneo
4 (Est. III-4)	1,4	3,2	0,2	2,1	0,7	—	7,00	3,00	1,50	Inteira, simétrica, bordos convexos, convergentes	Mediano	Triangular, curta, simétrica	Côncavo-convexo
5 (Est. III-5)	1,5	* 3,7	0,4	* 3,5	0,2	—	3,75	1,75	6,66	Fragmentada, simétrica, bordos rectilíneos, convergentes	Alongado	Triangular, curta, assimétrica	Sinuoso
6 (Est. III-6)	1,7	* 2,6	0,3	* 2,0	0,6	—	5,66	3,33	2,33	Fragmentada, bordos convexos, convergentes	Alongado	Com pedúnculo curto	Plano-convexo
7 (Est. III-7)	1,9	* 4,8	0,6	* 3,7	1,1	—	3,16	3,36	1,94	Fragmentada, bordos rectilíneos, convergentes	Mediano	Triangular, curta, simétrica	Biconvexo
8 (Est. III-8)	1,5	* 4,7	0,6	* 3,8	0,9	—	2,50	4,22	2,53	Fragmentada	Alongado	Triangular, curta, assimétrica	Biconvexo
9 (Est. III-9)	2	3,4	0,5	2,4	1,0	—	4,00	2,40	1,20	Inteira, simétrica, bordos convexos, convergentes	Mediano	Triangular, curta, simétrica	Plano-convexo
10 (Est. III-10)	1,7	2,4	0,4	1,4	1,0	—	4,25	1,41	0,82	Inteira, simétrica, bordos convexos, convergentes	Curto	Triangular, mediana, assimétrica	Sinuoso
11 (Est. III-11)	1,7	3,9	0,6	—	—	2,29	2,83	—	—	Fragmentada, simétrica, bordos rectilíneos	Alongado	Recta	Biconvexo
12 (Est. III-12)	* 2,1	3,1	0,4	2,8	0,3	1,47	5,25	—	—	Inteira, simétrica, bordos convexos, convergentes	Mediano	Côncava, fragmentada	Sub-rectilíneo
13 (Est. III-13)	1,6	3,1	0,7	—	—	1,93	2,28	—	—	Inteira, assimétrica, bordos rectilíneos, convergentes	Mediano	Recta	Biconvexo
14 (Est. III-14)	1,5	2,5	0,3	1,8	0,7	—	5,00	2,57	1,20	Inteira, assimétrica, bordos convexos, convergentes	Mediano	Triangular, curta, assimétrica	Sinuoso
15 (Est. III-15)	3,1	4,4	0,6	3,4	0,9	—	5,16	3,77	1,09	Inteira, assimétrica, bordos convexos, convergentes	Mediano	Triangular, curta, assimétrica	Biconvexo
16 (Est. III-16)	1,3	1,7	0,3	0,9	0,3	—	4,33	3,00	0,69	Inteira, simétrica, bordos rectilíneos, convergentes	Curto	Triangular, curta, assimétrica	Plano-convexo
17 (Est. III-17)	* 1,3	* 1,7	0,4	* 1	0,7	—	3	1,42	0,78	Fragmentada	Curto	Triangular, mediana, assimétrica	Plano-convexo

* Calculada

QUADRO III — PONTAS DE SETA

Nº DE ORDEM	RETOQUES				
	INCLINAÇÃO	AMPLITUDE	DIRECÇÃO	MODO	DISTRIBUIÇÃO
1 (Est. III-1)	Rasantes	Totais no anverso e invasores no reverso	Bifaciais	Subparalelos	A - Contínuos R - Contínuos
2 (Est. III-2)	Rasantes	Invasores no anverso e longos no reverso	Bifaciais	Paralelos	A - Contínuos R - Descontínuos
3 (Est. III-3)	Rasantes	A - Longos R - Marginais	Bifaciais	Paralelos	A - Contínuos R - Contínuos
4 (Est. III-4)	Rasantes	A - Longos R - Marginais	Bifaciais	Paralelos	A - Contínuos R - Descontínuos
5 (Est. III-5)	Rasantes	A e R - Invasores	Bifaciais	Subparalelos	A - Contínuos R - Contínuos
6 (Est. III-6)	Semi-abruptos	A e R - Marginais	Bifaciais	Subparalelos	A - Descontínuos R - Descontínuos
7 (Est. III-7)	Semi-abruptos	A - Longos R - Longos	Bifaciais	Paralelos	A - Contínuos R - Contínuos
8 (Est. III-8)	Semi-abruptos	A - Marginais R - Marginais	Bifaciais	Paralelos	A - Descontínuos R - Descontínuos
9 (Est. III-9)	Rasantes	A - Invasores R - Invasores	Bifaciais	Paralelos	A - Contínuos R - Contínuos
10 (Est. III-10)	Rasantes	A - Longos R - Longos	Bifaciais	Subparalelos	A - Descontínuos R - Descontínuos
11 (Est. III-11)	Semi-abruptos	A e R - Totais	Bifaciais	Escamosos	A - Contínuos R - Contínuos
12 (Est. III-12)	Rasantes	A e R - Totais	Bifaciais	Escamosos	A - Contínuos R - Contínuos
13 (Est. III-13)	Semi-abruptos	A e R - Totais	Bifaciais	Subparalelos	A - Contínuos R - Contínuos
14 (Est. III-14)	Semi-abruptos	A e R - Longos	Alternos	Subparalelos	A - Descontínuos R - Descontínuos
15 (Est. III-15)	Semi-abruptos (quase abruptos)	A - Totais R - Invasores	Bifaciais	Escamosos	A - Contínuos R - Contínuos
16 (Est. III-16)	Rasantes	A - Totais R - Longos	Bifaciais	Subparalelos	A - Descontínuos R - Contínuos
17 (Est. III-17)	Rasantes	A e R - Invasores	Bifaciais	Subparalelos	A - Contínuos R - Contínuos

totais no anverso e longos no reverso, bifaciais, subparalelos, descontínuos no anverso e contínuos no reverso.

Medidas: I - 1,3; L - 1,7; Esp. - 0,3; L 1 - 0,9; L 2 - 0,3.

Índices: I/Esp. - 4,33; L 1/L 2 - 3,00; L 1/I - 0,69.

N^o de ordem — 17 (Est. III-17).

Proveniência — «V.F».

Descrição — Da mesma matéria-prima das pontas n^o 7, 8 e 9; triangular, base triangular, corpo curto, com aletas (a da direita apresenta-se fracturada), espessa; morfologia: ponta fragmentada/corpo curto/base triangular, mediana, assimétrica/perfil plano-convexo; retoques rasantes, invasores, bifaciais, subparalelos, contínuos.

Medidas: I - \pm 1,3; L - \pm 1,7; Esp. - 0,4; L 1 - \pm 1,00; L 2 - 0,7.

Índices: I/Esp. - 3,00; L 1/L 2 - 1,42; L 1/I - 0,78.

2.2. Material lítico polido

2.2.1. Machados (Quadro IV)

N^o de ordem — 1 (Est. IV-1).

Proveniência — «Alijó (1930)».

Descrição — Em anfibolito; contorno subelíptico, faces convexas, bordos de eixos paralelos convergentes, talão fracturado, gume e fio convexo simétrico (ligeiramente fracturado), secção oval.

Medidas: 15,8/5,4/3,7.

N^o de ordem — 2 (Est. IV-2).

Proveniência — «Cepões (oferecido em 9/4/50)».

Descrição — Em fibrolito; controlo triangular, faces plano-convexas, bordos de eixos convergentes convexas, talão arredondado, gume convexo simétrico, fio do gume convexo assimétrico, secção elíptica.

Medidas: 9,6/5,9/2,1.

N^o de ordem — 3 (Est. V-3).

Proveniência — «De Silvares (...)».

Descrição — Em anfibolito; contorno subtriangular, faces convexas, bordos de eixos convergentes convexas, talão arredondado, gume convexo simétrico, fio do gume convexo assimétrico, secção oval.

Medidas: 13,3/3,7/3,00.

N^o de ordem — 4 (Est. V-4).

Proveniência — «De um dólmen de Oliveira de Frades».

Descrição — Em anfibolito; contorno sub-rectangular, faces planas, bordos de eixos paralelos convexas, talão arredondado (em parte fracturado), gume convexo simétrico, fio do gume convexo assimétrico, secção sub-rectangular.

Medidas: 10,6/4,8/2,4.

N^o de ordem — 5 (Est. VI-5).

Proveniência — «Encontrado na Orca da Lameira (...) 9-2-29».

Descrição — Fragmento de machado (?), em anfibolito; contorno sub-rectangular, faces planas, bordos de eixos paralelos, talão truncado, gume fracturado, secção sub-rectangular. Reutilizado como percutor (?).

Medidas: 11,9/5,5/3,2.

Nº de ordem — 6 (Est. VI-6).

Proveniência — «Oferecido pelo meu tio Filipe, encontrado na Ermida. 1929».

Descrição — Em anfíbolito; contorno subtriangular, faces plana/convexa, bordos de eixos convergentes convexos, talão truncado, gume convexo simétrico e fio rectilíneo, secção biconvexa.

Medidas: 6,1/4,1/1,2.

2.2.2. Goiva (Quadro V)

Nº de ordem — 7 (Est. VI-7).

Proveniência — «De Cepões. 09/04/1950».

Descrição — Em fibrolito; contorno fusiforme, faces côncava/convexa, bordos de eixos paralelos convergentes, talão pontiagudo, gume simples plano, fio do gume convexo assimétrico, secção semi-circular.

Medidas: 8,8/2,2/1,6.

2.2.3. Cinzel (Quadro VI)

Nº de ordem — 8 (Est. VII-8).

Proveniência — «Ribeira de Alvelos - 1942».

Descrição — Em anfíbolito; contorno rectangular, faces planas, bordos rectilíneos, talão truncado, gume e fio de gume convexos simétricos, secção rectangular.

Medidas: 9,9/2,2/1,5.

2.2.4. Peça indefinida

Nº de ordem — 9 (Est. VII-9).

Proveniência — «Carragozela de Cavernães».

Descrição — Em anfíbolito; contorno subtrapezoidal, faces plana/convexa, bordos de eixos convergentes convexos, talão fragmentado, secção oval.

Medidas: 7,4/4,2/2,5.

2.3. Objectos de adorno

Infelizmente, não é possível apresentar nenhum registo gráfico destes materiais, pois, como já foi referido, por motivos a que somos estranhos, este excepcional conjunto desapareceu. Contudo, foram ainda realizadas as análises laboratoriais pelo Dr. Luís Simões.

A descrição é feita de memória e, por este motivo, com algumas reservas.

Todo o conjunto proveio do dolmen de *Mamaltar do Vale de Fachas*.

Descrição — Conta verde, em variscite, em forma de azeitona, com cerca de dois centímetros de comprimento.

Descrição — Cinquenta e cinco contas discoidais em xisto

Descrição — Pendente em aplito⁽⁴⁾; forma rectangular, com orifício central na parte superior. Tem cerca de um centímetro de comprimento, seis milímetros de largura e um milímetro de espessura.

⁽⁴⁾Rocha de composição granitóide, geralmente filoneana de grão frio a muito fino (textura aplitica), o correndo em zonas graníticas. Determinação do geólogo Luís Manuel F. Simões.

QUADRO IV — MACHADOS

Nº DE ORDEM	PROVENIÊNCIA	MATÉRIA-PRIMA	CONTORNO	FACES	BORDOS	TALÃO	PERFIL DO GUME	FIO DO GUME	SECÇÃO	MEDIDAS (cm)			OBSERVAÇÕES
										COMP.	LARG.	ESP.	
1 (Est. IV-1)	«Alijó (1930)»	Anfibolito	Subelíptico	Convexas	Eixos paralelos convexos	Fraturado	Convexo simétrico	Convexo simétrico	Oval	15,8	5,4	3,7	Fio do gume ligeiramente fraturado
2 (Est. IV-2)	«Cepões (oferecido em 9/4/50)»	Fibrolito	Triangular	Plano-convexas	Eixos convergentes convexos	Arredondado	Convexo simétrico	Convexo assimétrico	Elíptica	9,6	5,9	2,1	—
3 (Est. V-3)	«De Silveiras (...)»	Anfibolito	Subtriangular	Convexas	Eixos convergentes convexos	Arredondado	Convexo simétrico	Convexo assimétrico	Oval	13,3	3,7	3,0	—
4 (Est. V-4)	«De um dolmén de Oliveira de Frades»	Anfibolito	Sub-retangular	Planas	Eixos paralelos convexos	Arredondado (em parte fraturado)	Convexo simétrico	Convexo assimétrico	Sub-retangular	10,6	4,8	2,4	—
5 (Est. VI-5)	«Encontro na Orca da Lameira (...). 9-2-29»	Anfibolito	Sub-retangular	Planas	Eixos paralelos	Truncado	Fraturado	Fraturado	Sub-retangular	11,9	5,5	3,2	Fragmento de machado (?), reutilizado como percutor (?); possível entalhe de encabamento.
6 (Est. VI-6)	«Oferecido pelo meu tio Filipe, encontrado na Ermida. 1929»	Anfibolito	Subtriangular	Plano-convexa	Eixos convergentes convexos	Truncado	Convexo simétrico	Rectilíneo	Biconvexa	6,1	4,1	1,2	—

QUADRO V — GOIVA

Nº DE ORDEM	PROVENIÊNCIA	MATÉRIA-PRIMA	CONTORNO	FACES	BORDOS	TALÃO	PERFIL DO GUME	FIO DO GUME	SECÇÃO	MEDIDAS (cm)		
										COMP.	LARG.	ESP.
7 (Est. VI-7)	«De Cepões. 09/04/1950»	Fibrolito	Fusiforme	Côncava/ /convexa	Eixos paralelos convergentes	Pontiagudo	Simples plano	Convexo assimétrico	Semi-circular	8,8	2,2	1,6

QUADRO VI — CINZEL

N.º DE ORDEM	PROVENIÊNCIA	MATÉRIA-PRIMA	CONTORNO	FACES	BORDOS	TALÃO	PERFIL DO GUME	FIO DO GUME	SECÇÃO	MEDIDAS (cm)			OBSERVAÇÕES
										COMP.	LARG.	ESP.	
8 (Est. VII-8)	«Ribeira de Alvelos — 1942»	Anfibolito	Rectangular	Planas	Rectilíneos	Truncado	Convexo simétrico	Convexo simétrico	Rectangular	9,9	2,2	1,5	Entalhe num dos lados de possível encabamento.

2.4. Bronze

Nº de ordem — 1 (Est. VII-10).

Proveniência — Uma referência de José Coelho nos *Cadernos de Notas Arqueológicas*, 14, fl. 16, 1934 (inédito) indica que esta peça provém do castro de Santa Luzia, Viseu.

Descrição — Aro, de secção circular.

Diâmetro: 1,3; espessura: 0,4.

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os monumentos ou sítios arqueológicos mais significativos de onde provêm os materiais em estudo são os seguintes:

— Mamaltar do Vale de Fachas

É a este monumento que pertence o maior conjunto de peças da colecção arqueológica «Eng. Francisco Manuel Alvelos». Destas, apenas catorze pontas de seta e quatro micrólitos são referidas por Russell Cortez (Cortez, 1952: 31-32).

É Monumento Nacional pelo Decreto de 16-6-1910.

Trata-se de um dólmen de câmara poligonal larga e corredor desenvolvido, descentrado relativamente ao eixo maior da câmara, situado no «Vale de Fachas», freguesia de Rio de Loba, concelho e distrito de Viseu. Foi escavado em 1912 pelo historiador José Coelho cujos resultados fizeram parte da sua dissertação para o 4º ano do curso de habilitação para o magistério secundário (Coelho, 1912).

O Dr. Manuel da Cunha e Alvelos recolheu todo este espólio precisamente nas terras não crivadas por José Coelho. Acrescente-se que este investigador não encontrou qualquer ponta de seta, o que sublinha a importância do estudo desta colecção.

Assim, das 17 pontas de seta provenientes deste monumento, verificamos que 70,7% são em sílex, 23,5% em grés e 5,8% em lidito. Destas, 82,4% são triangulares, de base triangular, 11,8% triangulares, de base recta e 5,8% triangulares, de base côncava.

Os micrólitos, em número de 9, são em sílex. 44,4% são triângulos isósceles, 44,4% trapézios rectângulos e 11,1% trapézios simétricos.

Refira-se que o local de origem de algumas destas peças apenas se faz identificar pelas iniciais «V.F.» ou «Vale de Fachas». Certamente que se refere ao dólmen de *Mamaltar do Vale de Fachas* pelo simples facto de neste sítio apenas existir uma outra mamoa, que não foi explorada.

O restante material lítico é composto por uma lâmina e três outros fragmentos, em sílex, uma conta de colar de cor verde, em variscite, cinquenta e cinco contas discoidais, em xisto, e um pendente, em apilito.

Na «Colecção Arqueológica Dr. José Coelho», depositada na Câmara Municipal de Viseu, existem ainda os seguintes materiais provenientes deste monumento: três fragmentos de lâminas, um trapézio simétrico e um núcleo, em sílex, seis machados, em anfibolito, um elemento dormente de uma mó, seis contas discoidais, em xisto, uma placa pintada, dois vasos cerâmicos de fundo esférico e vários outros fragmentos.

— Orca da Lameira

A *Orca da Lameira* é referida por José Coelho (Coelho, 1941: 378-379, 387) dizendo tratar-se de um «(...) dólmen com belo chapéu, vandalicamente destruído, em 1906, por um pedreiro de Mundão». Este monumento parece corresponder ao dólmen da *Pedra da Moura* citado por Amorim

Girão (Girão, 1921-22: 188)

Localiza-se no sítio denominado «Olhos da Lameira», sensivelmente 1250 m para SO de Cavernães, freguesia de Mundão.

Trata-se de um dólmen de corredor, muito destruído, de que restam apenas três esteios do corredor.

— *Silvares, Ermida, Ribeira de Alvelos e Carragosela de Cavernães*

São sítios relativamente próximos e contíguos à zona de dispersão dos monumentos anteriores. De notar que o solar da família Alvelos se situa em Alvelos, povoação igualmente contígua à Serra do Mundão, Serra Gorda e Vale de Fachas. Trata-se de uma região intensamente ocupada na pré-história, não sendo de estranhar o achado de tanto material disperso. Este fenómeno foi igualmente notado por José Coelho que na sua colecção apresenta um interessante conjunto de artefactos provenientes desta região e desligados de qualquer monumento (Correia *et alii*, 1979).

— *Cepões*

Trata-se de uma freguesia do concelho de Viseu. É vizinha da de Côta, rica em monumentos megalíticos.

— *Oliveira de Frades*

Concelho do distrito de Viseu onde os monumentos megalíticos são em elevado número. Não possuímos quaisquer informações concretas sobre o monumento onde apareceram as peças (uma lâmina e uma machado) presentes nesta colecção.

— *Alijó*

No concelho de Alijó, distrito de Vila Real, existem inúmeras estações pré-históricas, particularmente monumentos megalíticos — Chã de Alijó — de onde poderá ser oriundo o machado nº 1.

— *Santa Luzia*

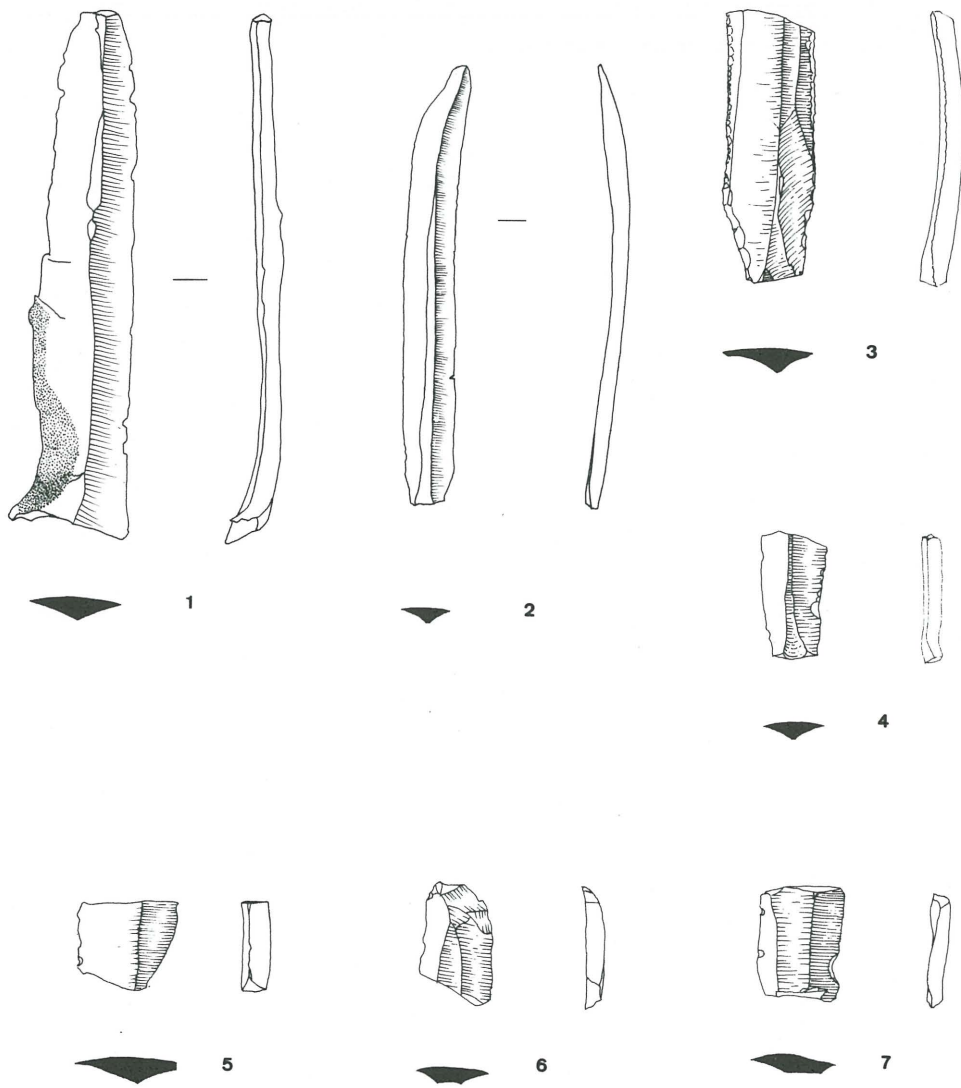
Trata-se de um importante povoado do Bronze Final, implantado no alto do monte de Santa Luzia, freguesia de Abraveses, concelho e distrito de Viseu.

BIBLIOGRAFIA

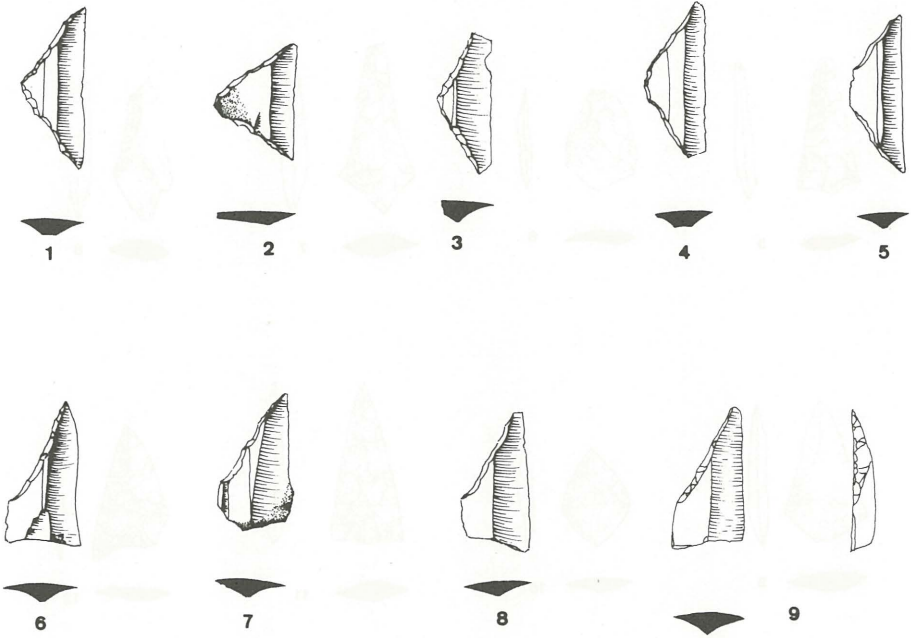
- BORDES, François (1988), *Typologie du Paléolithique Ancien et Moyen*, Press du C.N.R.S., 5^a édition.
- BRÉZILLON, Michel N. (1971), *La dénomination des objets de pierre taillée. Matériaux pour un vocabulaire des préhistoriens de langue française*, «Gallia Préhistoire», 4^o supl., 2^a ed., Paris, C.N.R.S.
- CAMPS, Gabriel (1979), *Manuel de recherche préhistorique*, Paris, Doin Éditeurs.
- COELHO, José (1912), *A Pré-História e o seu ensino. Mamaltar de Vale de Fachas*, Famalicão, Typographia Minerva.
- Idem* (1941), «Toponímia (Subsídios para o estudo de Viseu e regiões limítrofes)», *Memórias de Viseu*, 1, Viseu, pp. 373-442.
- CORREIA, Alberto, SILVA, Celso Tavares da, VAZ, João Luís (1979), *Catálogo da colecção arqueológica «Dr. José Coelho»*, «Beira Alta», 38 (3), Viseu, pp. 605-638, XXIV ests.
- CORTEZ, F. Russell (1952), *Contributo para o estudo do Neolítico de Portugal*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», 13, Porto, pp. 193-248, IX est.
- G.E.E.M. (Groupe d'Etude de l'Epipaléolithique-Mésolithique) (1969), *Epipaléolithique-Mésolithique. Les microlithes géométriques*, «Bulletin de la Société Préhistorique Française — Études et Travaux», 66, Paris, pp. 355-366.
- GIRÃO, A. de Amorim (1921-22), *Monumentos pré-históricos do concelho de Viseu*, «O Archeólogo Português», série I, 25, Lisboa, pp. 183-189.
- JORGE, Susana Oliveira (1978), *Pontas de seta provenientes de túmulos megalíticos do Noroeste de Portugal*, «Mínia», 2^a série, 1(2), Braga, pp. 99-175.
- Idem* (1986), *Povoados da Pré-História Recente da região de Chaves — V^a Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental)*, Porto, Instituto de Arqueologia de Fac. de Letras do Porto, 2 vols.
- LAPLACE, Georges (1964), *Essai de typologie systématique*, Università degli Studi di Ferrara.
- LEISNER, Vera; ZBYSZEWSKI, G; FERREIRA, O. da Veiga (1961), *Les grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la Culture du Vase Campaniforme*, Memórias n^o 8 (nova série), Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.
- LEROI-GOURHAN, André (1981), *Pré-História*, Nova Clío, 1, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, Editora da Universidade de São Paulo.

TIXIER, Jacques, INIZAN, Marie-Louise, ROCHE, Hélène, DAUVOIS, Michel (1980),
Préhistoire de la pierre taillée (Terminologie et technologie), Antibes, Centre de
Recherches et d'Etudes Préhistoriques.

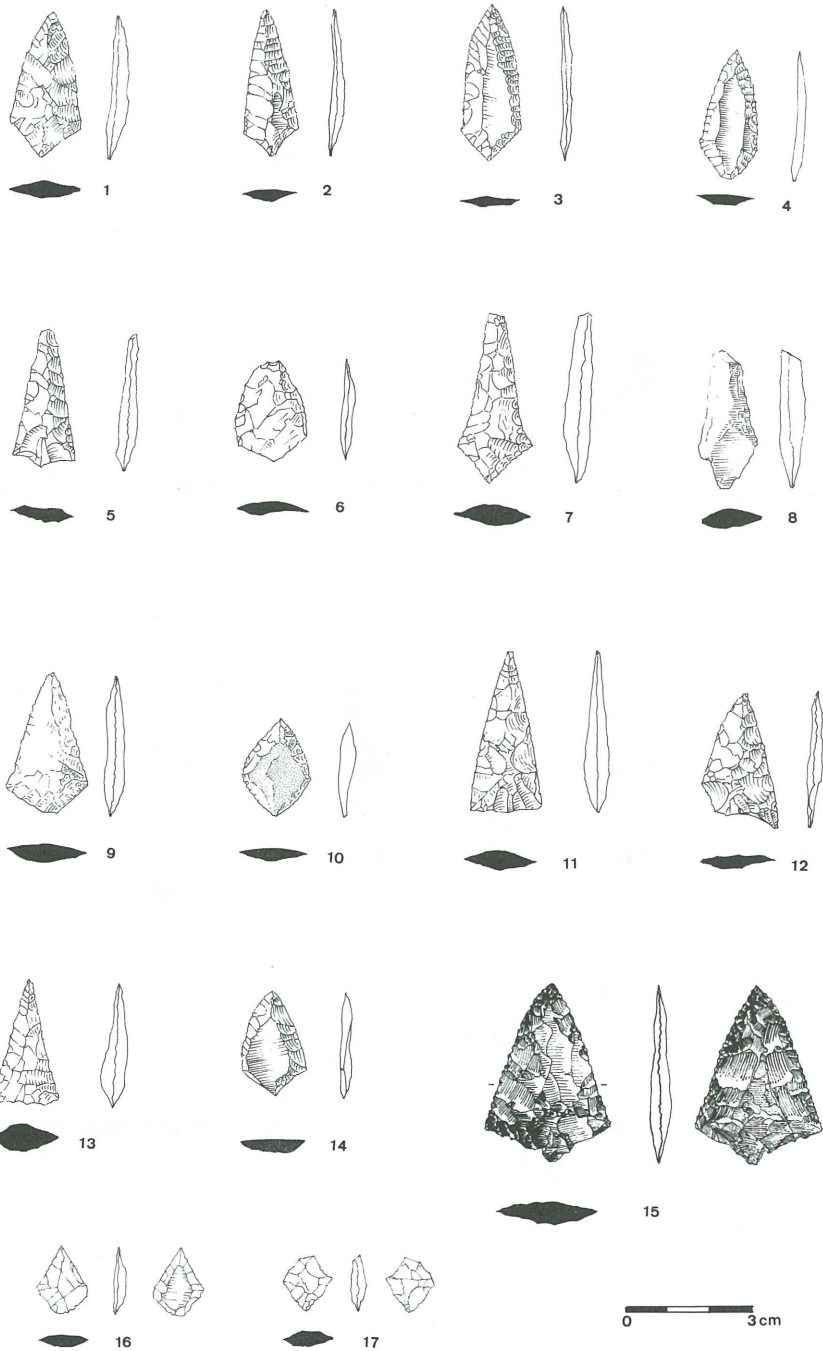




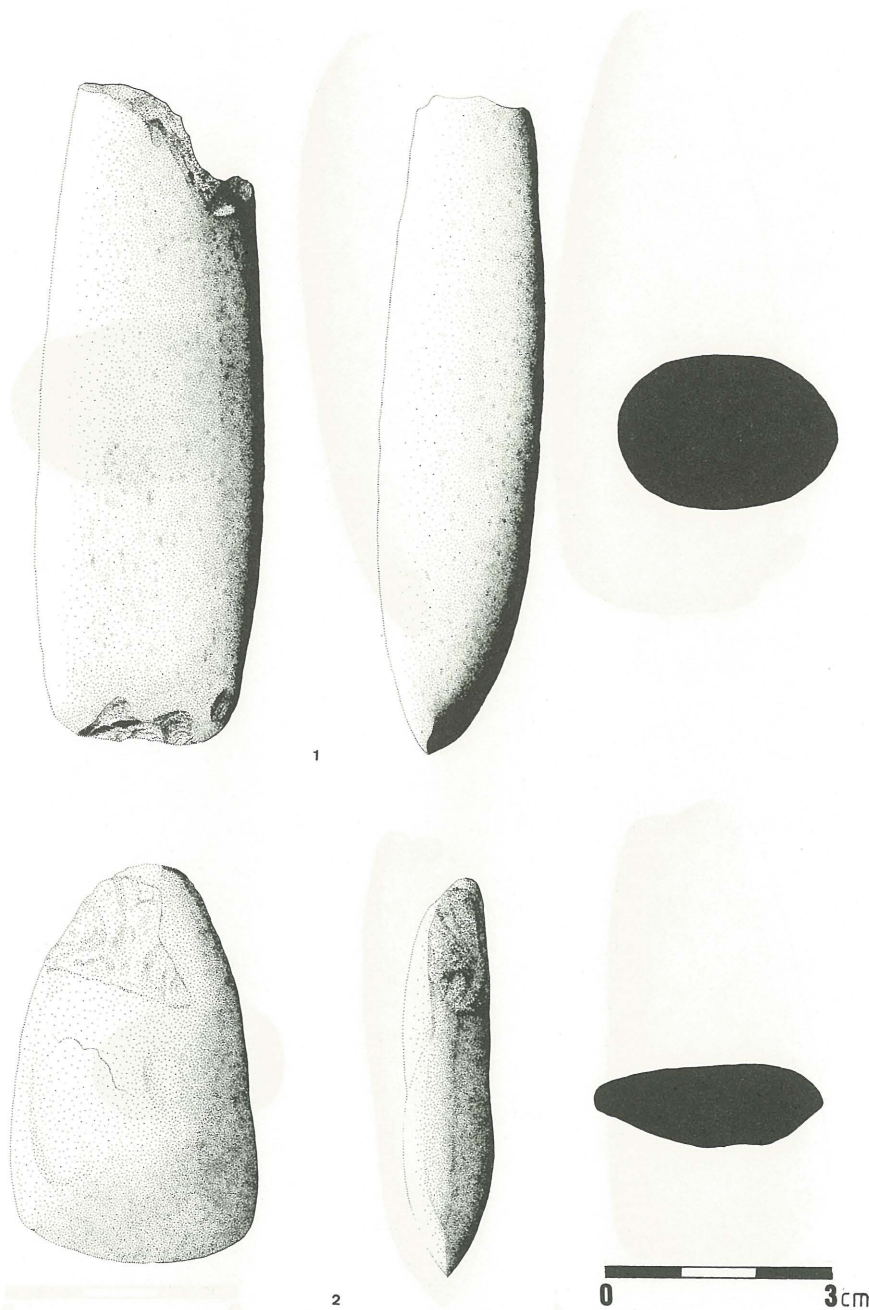
Materiais de pedra lascada. Des. de José A. A. Dias e José Luís Madeira.



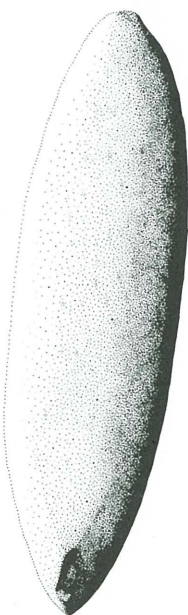
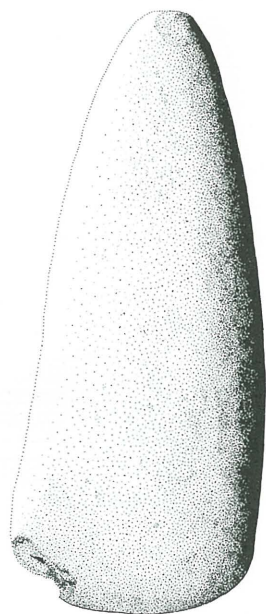
Materiais de pedra lascada. Des. de José A. A. Dias e José Luís Madeira.



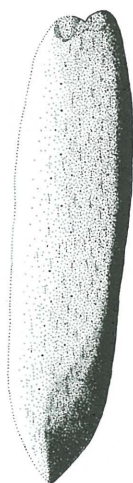
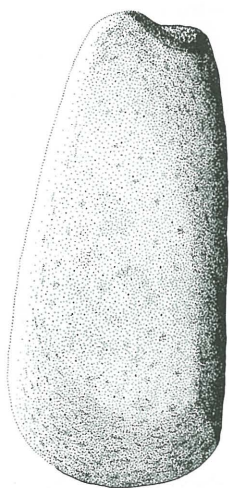
Materiais de pedra lascada. Des. de José A. A. Dias,
José Luís Madeira e Paulo Félix (nº 15).



Materiais de pedra polida. Des. de José A. A. Dias e José Luís Madeira.

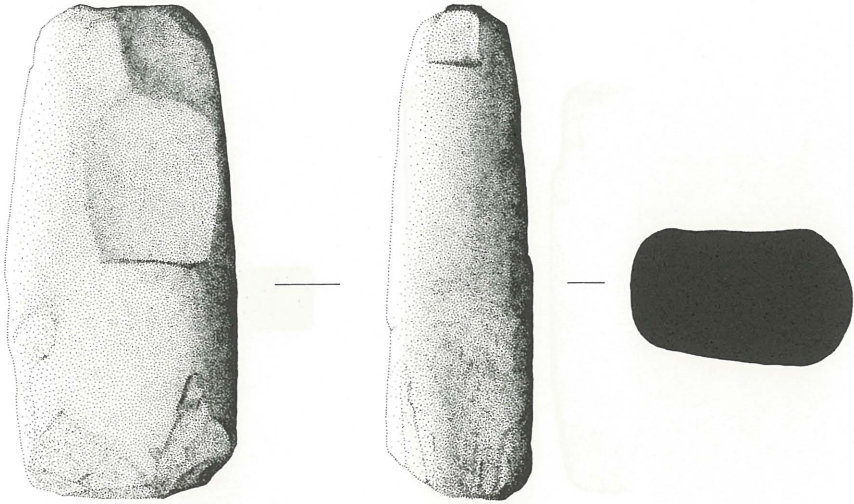


3

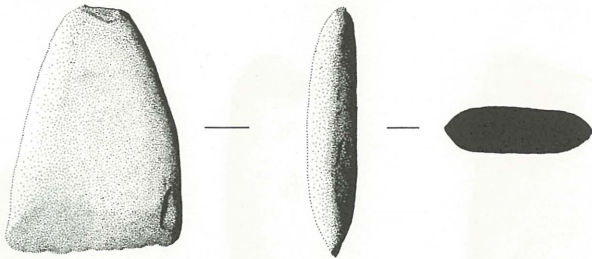


4

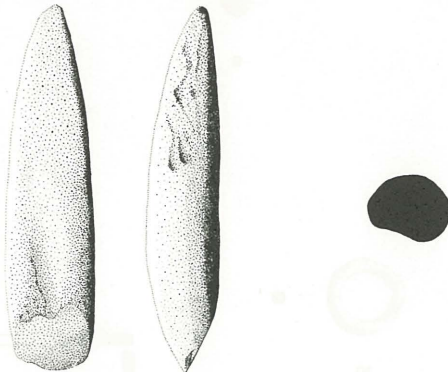




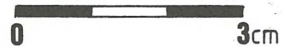
5



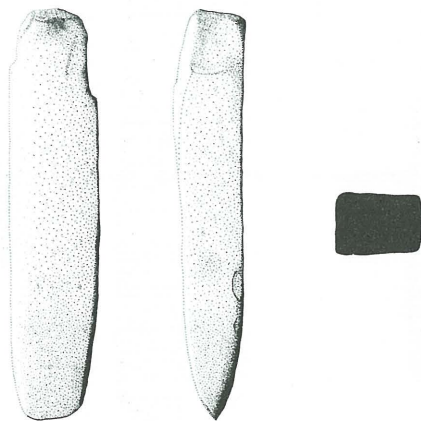
6



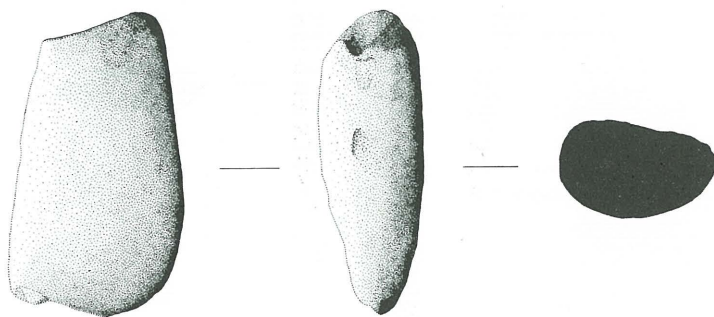
7



Materiais de pedra polida. Des. de José A. A. Dias e José Luís Madeira.



8



9



10



Materiais de pedra polida e peça de bronze (nº 10).
Des. de José A. A. Dias e José Luís Madeira.

UM VASO DE CERÂMICA COMUM DO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA

I. — Na sequência dos trabalhos de prospecção arqueológica levados a cabo na freguesia de Oledo, concelho de Idanha-a-Nova, no distrito de Castelo Branco, decorrente da recolha sistemática das informações que nos iam sendo facultadas, à medida em que progrediam as escavações na «villa» romana dos Barros¹, tivemos conhecimento da existência de materiais arqueológicos romanos na posse de particulares.

Os materiais haviam sido encontrados e recolhidos pelo senhor Joaquim Ferreira, residente naquela localidade, que, nas décadas de sessenta e setenta tinha sido rendeiro de uma propriedade denominada *Jardas*, sita na freguesia de Idanha-a-Nova (Fig. 1).

Pela descrição feita, os achados tiveram proveniência numa zona de necrópole, confirmada pela existência de terras com cinzas e carvões associadas aos materiais que chegavam à superfície, na maior parte dos casos, intactos. Apareceram assim *jarrinhas de vidro* (sic), vasos em cerâmica, uma *lamparina em metal* (sic), púcaros, bilhas e *tijelinhas de barro muito vermelho* (sic), com certeza em «terra sigillata».

Os materiais recolhidos foram sendo distribuídos por amigos e familiares, tornando-se difícil actualmente detectar o paradeiro de muitas dessas peças². No entanto, foi-nos ainda possível referenciar dois núcleos de materiais das *Jardas*: o primeiro, constituído por uma única peça, é o objecto do presente artigo; o segundo, formado por nove peças inteiras, em vidro, em cerâmica e em bronze (uma lucerna), encontra-se numa residência particular em Santarém, na posse de um descendente do autor dos achados³.

II. — O objecto em estudo, que constitui apenas uma parte muito reduzida de um espólio vasto, dificilmente recuperável, é uma malga em cerâmica comum (Fig. 2).

Utilizamos a designação *malga*, dado as suas características dominantes se virem filiar em definições anteriormente estabelecidas (NOLEN, 1985: 93). Apesar de, no referido trabalho, não se encontrar uma forma rigorosamente paralela, a descrição dos seus elementos formais permite enquadrá-la no «Tipo 1» proposto para esta forma de vasos, na tipologia estabelecida a partir de cerâmicas provenientes de necrópoles Alto Alentejanas (NOLEN, 1985: 94).

Trata-se de uma peça inteira, de fundo quase raso, apenas salientado por um pé em anel, boleado e muito reduzido, de paredes arqueadas e lábio arredondado. A pasta é de cor amarelo-claro, micácea, engobada a castanho escuro. A limpeza a que foi submetida danificou substancialmente toda a superfície do vaso, tendo-se procedido à quase total remoção da camada de engobe. Apresenta-se agora manchado, com profusão de sulcos mais ou menos profundos e extensos, provenientes de raspagens feitas possivelmente a escova, ou com recurso a materiais abrasivos⁴.

¹ Sobre a *villa* romana dos Barros, foi recentemente apresentada uma comunicação nas I^{as} Jornadas de Arqueologia da Beira Interior, realizadas em Maio de 1991, nos distritos de Castelo Branco e Guarda.

² Acerca deste assunto foi devidamente informado o então Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, em Janeiro de 1989.

³ O estudo destes materiais poderá realizar-se em breve, dado termos já o consentimento do seu proprietário.

⁴ É propriedade da senhora D. Maria do Rosário Ferreira Justino, residente em Oledo, a quem agradecemos a permissão para o estudo da peça.

Altura: 80 mm.

Diâmetro: 229 mm.

III. — O local do achado, as *Jardas*, constitui parte integrante da «Campanha da Idanha», vasta planura delimitada pelos cursos dos rios Ponsul e Aravil, geologicamente formada por arenitos do cenozoico. Localiza-se na margem esquerda do Ponsul, numa área cruzada por um conjunto de canais de irrigação, pertencente ao perímetro de rega criado pela barragem da Idanha. A abundância de água permite a existência de uma agricultura intensiva, sujeitando os solos a forte pressão e a revolvimentos profundos.

O senhor Joaquim Ferreira já era rendeiro da propriedade à data dos trabalhos de abertura dos canais; assistiu nessa altura, aos trabalhos de escavação realizados numas ruínas postas a descoberto pela obra, que foram orientados pelo Professor Doutor D. Fernando de Almeida.

A referência feita à existência de muros em alvenaria e de um *chão com desenhos* (sic), torna pertinente a localização nesta área, do achado do mosaico de Idanha (ALMEIDA, 1975: 219-220), dadas as referências existentes não serem de molde a esclarecer satisfatoriamente este assunto (ALARCÃO, 1988: 75. OLEIRO, 1984: 112).

Assim, é provável que as *Jardas* tenham constituído, no período romano, uma *villa rústica*, aflorada na zona habitacional pelos trabalhos breves de D. Fernando de Almeida, e cuja necrópole os trabalhos agrícolas se encarregaram de devassar.

Resta, em face dos fragmentos de informação disponíveis, prosseguir o trabalho, tanto no sentido do estudo do espólio arqueológico exumado, como, ao nível do terreno, proceder à localização precisa das zonas onde tiveram lugar as intervenções, integrando-as no projecto de Carta Arqueológica em curso.

Rogério Carvalho

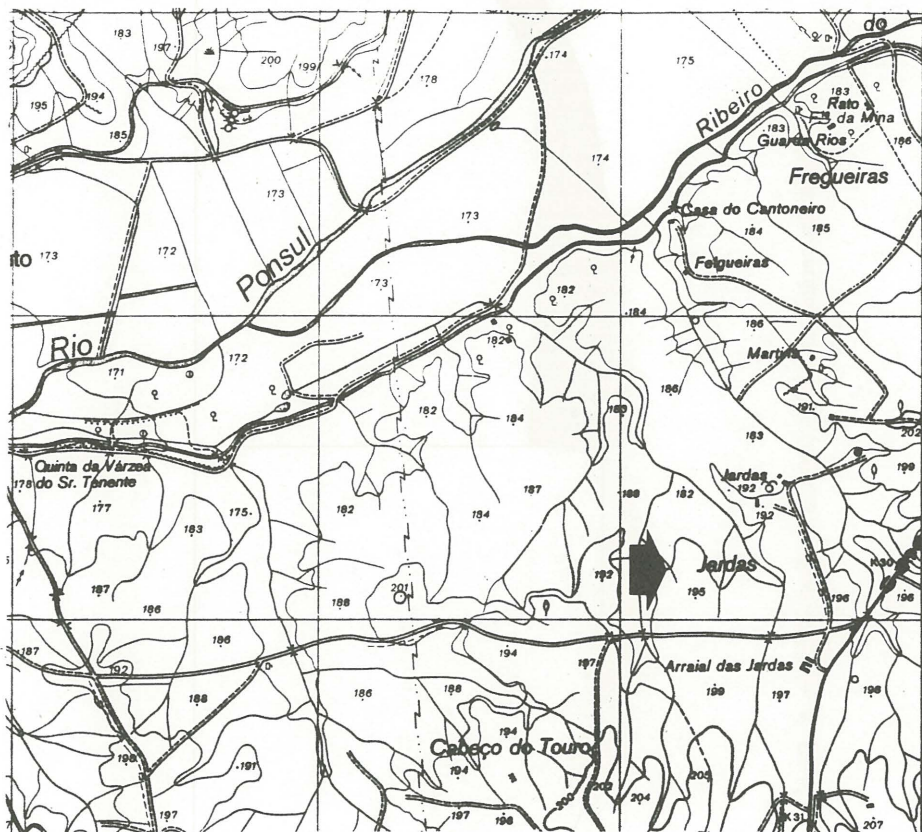
BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge (1988), *Roman Portugal*, vol. II, Gazetteer, fasc. 1, Warminster.

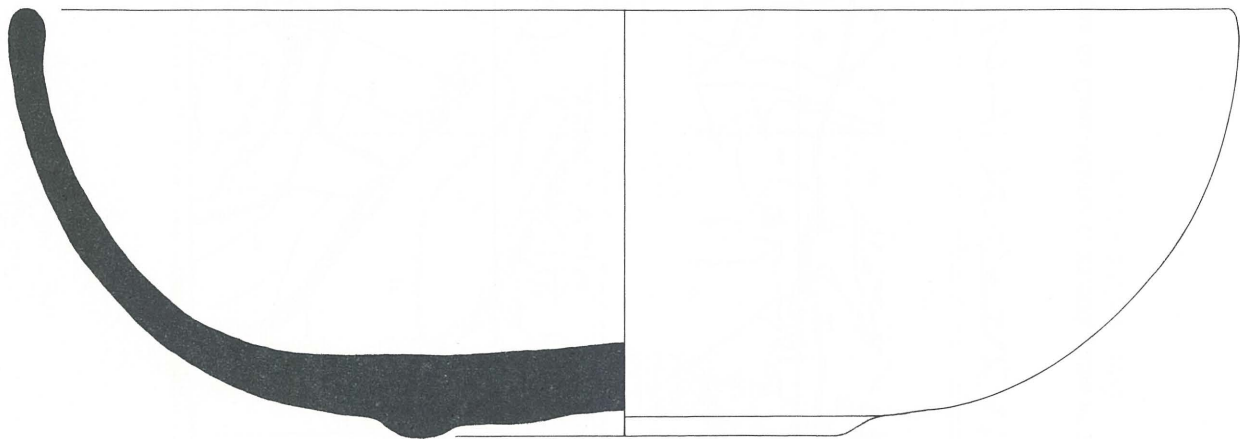
ALMEIDA, Fernando (1975), «Sur quelques mosaïques du Portugal», *La mosaïque Greco-Romaine*, II, Paris.

NOLEN, Jeannette U. Smit (1985), *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa.

OLEIRO, J. Bairrão (1986), «Mosaico Romano», *História da Arte em Portugal*, vol. I, Lisboa.



Fotocópia da Carta Militar 1: 25.000, folha nº 281, Idanha-a-Nova,
ed. 2 – S.C.E.P, 1973.



Quinta da Várzea



Malga em cerâmica comum (deseno de José Augusto A. Dias).

IMPRESSÕES DE VEGETAIS EM CERÂMICA DO CASTRO DE ZAMBUJAL (TORRES VEDRAS, ESTREMADURA, PORTUGAL)

por

A. R. Pinto da Silva *
Isabel Saraiva *

SUMMARY

The imprints of cereal grains and leaves in ceramics found in the Castro de Zambujal (Torres Vedras, Estremadura, Portugal), 2400-1600 a.C.

The imprints of plant rests in ceramics found in the Castrum of Zambujal are for the most part dorsal and ventral imprints of grains of naked barley (*Hordeum vulgare* L. var. *coeleste* L.). A caryopsis of *Bromus* sp. was also observed.

A perfect dorsal imprint of the tip of a segment of a frond of a fern, *Pteridium aquilinum* (L.) Kuhn, a small leaf of *Olea europaea* L. var. *sylvestris* (Mill.) Lehr (or maybe of *Rhamnus oleoides* L.), and lanceolate Dicotyledones and grass-like leaves. Imprints that look to be of very small fruits or seeds were also observed, but not identified.

The casts of the naked barley grains maintained the length of the actual fresh grains but show larger equatorial section, what is suggested to be due to both the action of the charring and the retraction of the clay by the baking.

Em Março de 1987, o Dr. Michael Kunst solicitou-me (P.S.) o estudo de quinze fragmentos de cerâmica com impressões de grãos de cereais e de folhas, provenientes do Castro de Zambujal, situado nos arredores de Torres Vedras (Estremadura, Portugal), com vista à identificação botânica.

Na quase totalidade dos fragmentos, as impressões ocorrem na face exterior dos fragmentos de cerâmica, convexa, e sempre irregularmente distribuídas, sem, portanto, qualquer intenção ornamental. É de admitir, antes, que os grãos de cereal fossem intencionalmente misturados na massa cerâmica, com vista a melhorá-la, tal como teria sido usado, a par de palha e raminhos, em paredes de habitações etruscas de Acquarossa (Itália), segundo fragmentos de barro queimados que Hjelmqvist (1989) estudou.

O exame foi realizado, depois de lavados os fragmentos à torneira com o concurso de aplicações sucessivas de látex, as quais tiveram por fim limpar as cavidades e, assim, obter boas moldagens para observação, medições, fotografia e arquivo.

Todas as impressões de grãos são de cevada-nua (*Hordeum vulgare* L. var. *coeleste* L.), cereal de que Maria Hopf (1981) assinalou, do Zambujal, apenas escassas cariopses, enquanto nas amostras que estudou predominavam as de trigo vulgar (*Triticum aestivum* L.). As cariopses ocorrem impressas quer dorsalmente, isto é, com a face ventral para fora, quer ventralmente, pondo em

* Estação Agronómica Nacional, B-2780 OEIRAS.

evidência, na massa cerâmica, o sulco ventral. Poucas vezes o grão penetrou obliquamente na massa, situação que permitiu medir também a espessura do grão, ainda que, apenas com aproximação, visto que se usou uma régua, por não ser possível utilizar um compasso-de-palmer.

Um dos fragmentos cerâmicos exhibe uma impressão de segmento de fronde de *Pteridium aquilinum* (L.) Kuhn, feto a que adiante aludiremos. Se este feto foi agora encontrado pela segunda vez (Pinto da Silva, 1976), impressões de um cereal nunca o tinham sido em estações arqueológicas portuguesas.

Encontrou-se também uma pequena folha, que poderia ser de zambujeiro [*Olea europaea* L. var. *sylvestris* (Mill.) Lehr] ou de espinheiro-preto (*Rhamnus oleoides* L.), e a impressão de uma cariopse (involucrada) que nos pareceu ser de uma espécie de *Bromus*.

Damos, de seguida, a descrição dos fragmentos cerâmicos que estudámos, ordenados pelo respectivo número de registo.

Z 613/3, 51 540

Uma bela impressão da página inferior da parte apical de segmento de fronde de *Pteridium aquilinum* (L.) Kuhn, o nosso feto-comum, em que se nota muito bem o rebordo, um tanto sinuado, do pseudo-indúzio, bem como a nervura principal das pínulas, mas não as nervuras secundárias. A impressão mede cerca de 22 mm, depois de retirada a massa cerâmica que a revestia em pequena extensão. (Estampa I).

Teria a impressão sido causada fortuitamente durante a manufactura ou a secagem da peça, ou teria sido intencional, como marca de oleiro ou de posse, conforme já foi sugerido (Pinto da Silva, 1988)?

Z 865/5

Contaram-se catorze impressões de grãos de cevada-nua, das quais cinco ventrais e oito dorsais (quatro pouco evidentes) e ainda uma destruída. Só num caso, a cicatriz do embrião é visível.

Percebem-se também impressões de folhas graminóides, e de sementes (?) minúsculas que não foram identificadas.

É interessante notar que este fragmento, quando humedecido, manifestava um cheiro rançoso, de gordura animal, sobretudo na face exterior, convexa.

Z 945/86

Nenhuma das três pequenas cavidades, que se situam na face interna côncava, parece corresponder a impressões de grãos.

Z 968 (3 fragmentos: I, II, III)

Num dos fragmentos (I) observaram-se cinco impressões ventrais de cevada-nua, além de sementes (?) minúsculas que não foram identificadas. Noutro (II), notou-se uma impressão ventral e outra dorsal, obliquamente fracturada no ápice, também de cevada-nua, na qual parece distinguir-se a cicatriz embrionária. No fragmento menor (III) há uma impressão ventral do mesmo cereal.

Z 969

Este fragmento apresenta duas impressões ventrais de cevada-nua. Observaram-se também impressões indetermináveis, que parecem ser dum colmo e duma folha em que se distingue apenas a nervura central, fina.

Z 970

Impressão de página inferior de uma folhinha (18,0 x 7,5 mm), oblongo-obovada, com a margem inteira, um tanto revirada para baixo, a nervura central saliente e as laterais não visíveis, de superfície subllisa, parecendo ser levemente impressa por nervuras. De *Olea europaea* L. var. *sylvestris* (Mill.) Lehr? De *Rhamnus oleoides* L.? A impressão, por ser anegrada destaca-se bem da massa cerâmica.

Z 971

Contaram-se neste fragmento, catorze impressões de cariopses de cevada-nua, oito dorsais (uma delas evidenciando bem a cicatriz embrionária) e seis ventrais. A textura grosseira da massa cerâmica, com muitos grãos de sílica, afectou as moldagens, dificultando até a contagem. O fragmento apresenta também sulcos paralelos que parecem resultar da manufactura e não de folhas paralelinérveas de uma Monocotiledónea. Distinguiram-se também pequenas cariopses, nuas e vestidas, e folhas graminóides, estreitas.

Z 1003

Este fragmento contém uma única impressão que, como acontece na amostra **Z 1559/15**, ocorre na face interna. Trata-se da moldagem muito perfeita duma cariopse de cevada-nua impressa oblíqua e ventralmente, descendente da base para o ápice, o que permitiu avaliar a espessura pouco pronunciada, típica da cariopse da cevada (Quadro I), e distinguir um ápice troncado, visível nas duas faces.

Z 1026/500

Este fragmento apresenta uma única impressão, ventral e oblíqua, descendente do ápice para a base, dum grão de cevada-nua, em que se distingue a base, visível nas duas faces, mostrando um embrião largo.

Z 1040/2

Neste fragmento encontram-se nove impressões de cariopses de cevada-nua, das quais duas são dorsais e quatro ventrais, além de mais três, imperfeitas. Nota-se também uma folha graminóide. (Estampa II).

Z 1099/17

Apenas se distingue uma impressão ventral, de cariopse de cevada-nua.

Z 1136/18

Na fractura do fragmento de cerâmica nota-se uma impressão que nos pareceu não corresponder a grão de qualquer cereal.

Z 1493/55

Além de impressões de folhinhas de Dicotiledónea, medindo ca. 7,5 mm ou menos, lanceoladas e com nervura central visível, notam-se também folhinhas paralelinérveas de Monocotiledónea, e ainda impressões de grãos (?) e de colmos, observadas numa superfície, muito irregular, de fractura; pareceu-nos também distinguir uma cariopse (involucrada), com ca. 7 mm, de uma espécie de *Bromus*, de base aguda e ápice arredondado e achatado, com o sulco ventral aberto mas profundo. Também se assinalou um pequeno fragmento que nos pareceu ser de madeira carbonizada.

Z 1559/15

Nesta amostra apenas se encontra uma impressão ventral de cevada-nua, oblíqua (descendente do ápice para a base). A posição oblíqua permite distinguir bastante bem, na parte dorsal da base, o circuito da depressão embrionária. De notar, que a impressão se encontra na face interna, cônica, do fragmento de cerâmica.

Na Estampa III mostram-se fotografias (ampl. ca. 5x; escala em 0,5 mm) de moldagens de algumas das impressões de cevada-nua. A primeira da última fila é fotografia da própria cerâmica.

O Quadro I engloba todas as medições que, como se disse, foram estimadas à régua, nas fotografias (ampl. ca. 5x) das moldagens.

QUADRO I

Valores médios aritméticos das medições estimadas dos grãos de cevada-nua (*Hordeum vulgare* L. var. *coeleste* L.) correspondentes a algumas das impressões em fragmentos de cerâmica encontrados em Zambujal (Torres Vedras, Estremadura, Portugal)

Número do fragmento	Nº de Grãos	c	l	e
Z 865/5	12	6,74	3,68	—
Z 968/(I)	5	6,50	3,40	—
Z 968/(II)	1	7,30	4,50	—
Z 969	2	6,95	3,95	—
Z 971	9	6,55	3,48	—
Z 1003	1	7,44	4,00	2,6
Z 1026/300	1	6,33	4,33	—
Z 1040/2	6	5,68	3,28	—
Z 1099/17	1	6,70	3,61	—
Z 1559/45	1	6,38	3,29	—
MÉDIAS		6,66	3,70	2,6
Grãos actuais		6,4	3,3	2,4
V. N. de S. Pedro		5,1	3,5	2,5

Comparando as dimensões das moldagens dos grãos de cevada-nua com as dos grãos actuais e as dos grãos carbonizados provenientes de Vila Nova de S. Pedro (Pinto da Silva & Teles, 1952), verifica-se que, pelas condições de carbonização, que deve ter ocorrido durante a cozedura da massa cerâmica, elas mantiveram praticamente (6,66 mm) o comprimento do grão fresco (6,4 mm), mas dilataram-se equatorialmente pela acção conjugada da carbonização dos grãos e da retracção da massa cerâmica pela cozedura.

Em relação aos grãos de Vila Nova de S. Pedro, a diferença de comprimento (1,56 mm) poderia atribuir-se ao facto de, nas moldagens, o comprimento ter sido determinado pelo tamanho original do grão, enquanto nos grãos carbonizados referidos, a carbonização reduziu o comprimento e aumentou a secção equatorial, como demonstraram experimentalmente Tellez & Ciferri (1954), para certos trigos. A erosão sofrida durante a recolha e a crivagem do material carbonizado podem também ter contribuído muito para a diferença encontrada.

AGRADECIMENTO

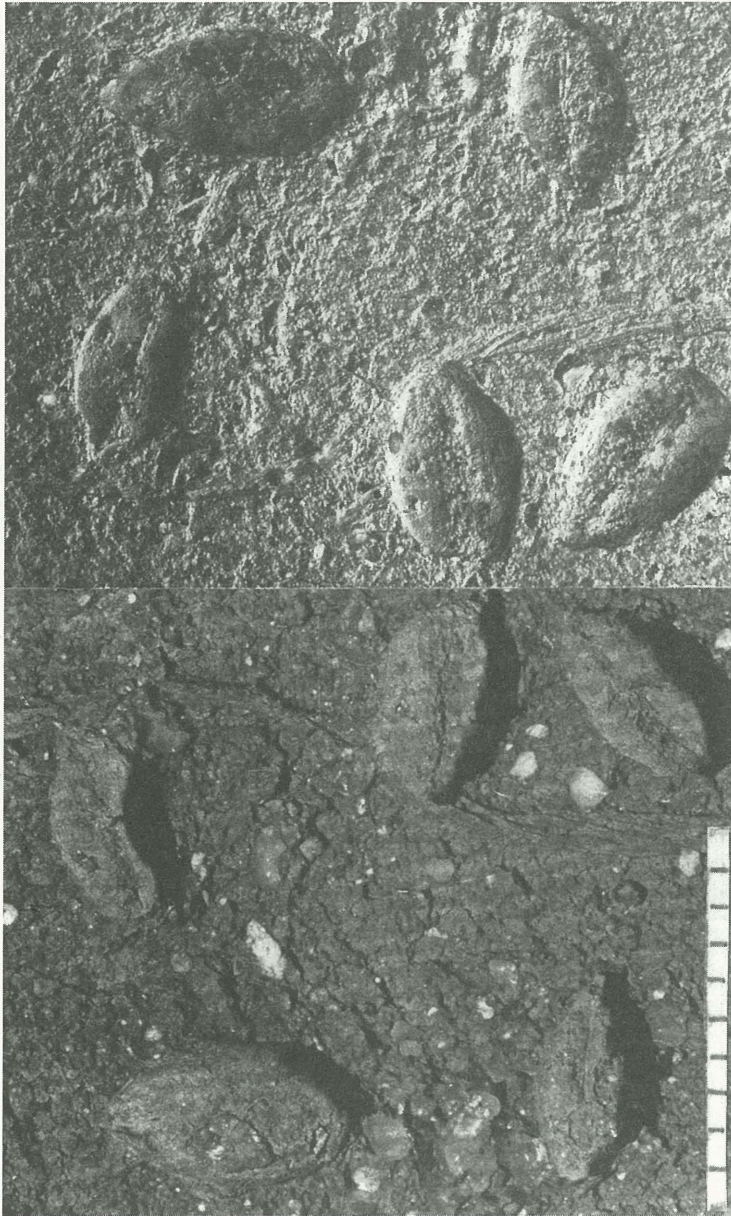
Queremos manifestar ao Sr. Dr. Michael Kunst a nossa gratidão pela confiança que em nós depositou para a realização deste estudo. Agradecemos também ao Sector de Documentação Fotográfica da Estação Agronómica Nacional, onde o Colega Eng. Agrón. J. Gonçalves Passos, com empenho, realizou as fotografias, e ao Departamento de Fitossistemática e Geobotânica, onde se realizou este trabalho, pelas facilidades concedidas.

BIBLIOGRAFIA

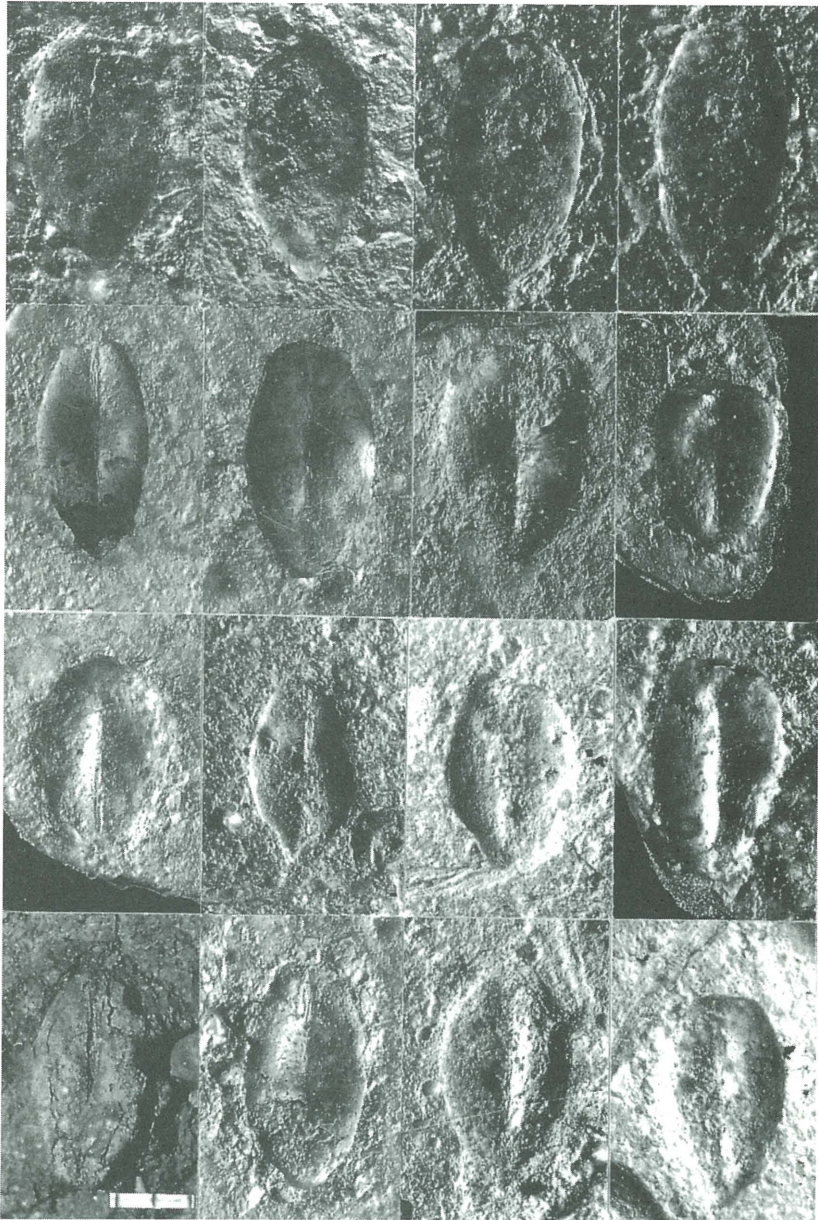
- HJELMQVIST, H. (1989). A cereal find from Old Etruria. **Studies in Mediterranean archaeology and literature. Pocket-books 86**, Partille.
- HOPF, Maria (1981). Pflanzliche Reste aus Zambujal. In: Sangmeister, E. & Schubart, H., Zambujal. Die Grabungen 1964 bis 1973. **Madrider Beiträge 5**: 315-340.
- PINTO DA SILVA, A. R. (1976). Carbonized grains and plant imprints in ceramics from the castrum of Baiões (Beira Alta, Portugal). **Folia Quaternaria**, Krakov, **47**: 3-9, 3 plates.
- PINTO DA SILVA, A. R. (1988). A paleoetnobotânica na arqueologia portuguesa. Resultados desde 1931 a 1987. **Actas do Encontro «Paleoecologia e Arqueologia»**, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, V. N. Famalicão.
- PINTO DA SILVA, A. R. & TELES, A. N. (1952). Nota acerca dos grãos incarbonizados encontrados no Castro de Vila Nova de S. Pedro em 1951. In: Afonso do Paço, M., Castro de Vila Nova de S. Pedro. I. 15ª Campanha de escavações (1951). **Brotéria 54** (3): 300-302. **An. Acad. Port. Hist.**, 2. ser., **5**: 315-318.
- TELLEZ, R. & CIFERRI, F. (1954) **Trigos arqueológicos de España**. Instituto Nacional de Investigaciones Agronomicas, Madrid.



Pteridium aquilinum (L.) Khun — Impressão da página inferior da parte apical dum segmento de fronde (ca. 5x na foto original, aqui reduzida). Z 613/3, 51 540. Escala em meios milímetros (0,5 mm).



Impressões ventrais e dorsais de cevada-nua (*Hordeum vulgare* L. var. *coeleste* L.) e duma folha graminóide, no fragmento de cerâmica Z 1040/2 (à esquerda) e na respectiva moldagem (à direita), Escala em meios milímetros (0,5 mm).



Moldagens dorsais (1ª fila) e ventrais (2ª a 4ª filas) de cariopses de cevada-nua (*Hordeum vulgare* L. var. *coeleste* L.) (ca. 5x na foto original, aqui reduzida; escala em meios milímetros). A primeira fotografia da 4ª fila foi feita directamente no fragmento de cerâmica; compare-se com a segunda da mesma fila, realizada na moldagem respectiva. Fragmentos, da 1ª à 4ª fila e da esquerda para a direita: Z 865/5, Z 1040/2, Z 865/5, Z 865/5; Z 1559/15, Z 1003, Z 968 (II), Z 971; Z 1026/500, Z 1040/2, Z 1040/2, Z 865/5; Z 1099/17, Z 1099/17, Z 968 (I), Z 1040/2.

1º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR PORTO, 13-17 OUTUBRO 1993

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
Faculdade de Ciências do Porto, Praça Gomes Teixeira, 4000 Porto, Portugal

Apesar da Península ser uma realidade cultural muito diferenciada, há sem dúvida características comuns da nossa mundividência ibérica, tanto hoje como no passado. A Arqueologia peninsular, que tem experimentado nas últimas décadas um avanço metodológico notável, não dispõe de um foro onde debater questões e intercambiar conhecimentos que a todos interessam, para lá de fronteiras políticas, administrativas ou outras. É esse o objectivo que se propõem atingir os *Congressos de Arqueologia Peninsular*, que agora se inauguram com este do Porto, e que, segundo esperamos, periodicamente deverão reunir os colegas de toda a Península, numa das principais cidades ibéricas, publicando em seguida na íntegra os respectivos resultados (tanto comunicações como debates), no prazo aproximado de um ano.

Para além dos colegas directamente convidados, poderão *candidatar-se* a apresentar uma comunicação todos os arqueólogos — pessoas que tenham dirigido trabalhos de campo e disponham de *dados novos*, que *nunca deverão ser tratados de modo pontual ou meramente descritivo, mas sim levantando questões de carácter mais amplo* — que o desejem fazer, apresentando para tal o respectivo título e um pequeno resumo de um mínimo de 5 e um máximo de 10 linhas. Jovens investigadores que queiram comunicar o seu primeiro trabalho deverão remeter um *curriculum* abreviado de 1 pág. de A4 no máximo. O Secretariado encaminhará essas candidaturas para a Comissão Científica do Congresso, que integrará especialistas espanhóis e portugueses. Cada uma dessas «sub-comissões» fará a selecção definitiva das comunicações, ajuizando: 1º — se devem ser aceites para apresentação durante a reunião; 2º — se podem ser aceites apenas para publicação, ou, finalmente, 3º — se não interessam aos objectivos do Congresso. A Comissão Científica será evidentemente constituída por pessoas isentas e cujo objectivo será tão só assegurar a máxima qualidade desta realização, funcionando ao modo de um «conselho redactorial» de uma revista. Pretende-se reunir arqueólogos de *todas as instituições, escolas e perspectivas*, centrando-nos apenas no que mais importa: o desenvolvimento da Arqueologia peninsular, em ambiente de diálogo, por forma a facilitar a transmissão de informação que, actualmente, é um dos factores mais capitais do progresso científico.

O Congresso funcionará em três secções simultâneas (I — Pré-história e Proto-história; II — Arqueologia Romana; III — Arqueologia medieval e pós-medieval), durante os primeiros três dias (quarta a sexta), seleccionando-se em cada secção, que será coordenada, em colaboração, por um arqueólogo português e outro espanhol (membro da Comissão Científica), 5 comunicações para apresentação durante a manhã, e 6 para apresentação durante a tarde. Cada comunicação disporá de 30 min. no máximo, de acordo com o seguinte horário: 9h. — 11,30h. — 5 comunicações, seguidas de 1h. de debates; 12,30h. — 15h. — intervalo para almoço; 15h. — 16,30h. — 3 comunicações, seguidas de 30 min. de debates e de um intervalo de mais 30 min.; 17,30 — 19h. — 3 comunicações, seguidas de 30 min. de debates. As sessões começarão à hora prevista e *não haverá alterações de última hora* (se um comunicante faltar esse espaço será utilizado para debates sobre os trabalhos já apresentados). Assim, no fim destes três dias terão sido apresentadas 33 comunicações em cada secção, cujos textos, seguidos da transcrição das discussões, serão publicados nas Actas do Congresso. O 4º dia dos trabalhos (um sábado) será ocupado com três sessões plenárias: a *sessão matinal*, das 9h. às 12h., que tratará das contribuições das ciências naturais e exactas à Arqueologia (resul-

tados obtidos e perspectivas); uma 2ª sessão entre as 15h. e as 17h., em que se abordarão questões metodológicas e teóricas da Arqueologia peninsular e, finalmente, uma sessão de encerramento, das 17,30h. às 19 h., em que os coordenadores das diversas secções farão o balanço dos trabalhos, apresentando a síntese das principais questões focadas nos três primeiros dias. Convidamos os cientistas peninsulares que têm trabalhado, ou desejam trabalhar, em colaboração com os arqueólogos, a intervirem na sessão da manhã do 4º dia, através de breves exposições de 10 min. cada, e fazemos idêntico convite aos colegas que desejem participar activamente na primeira sessão da tarde, também através de curtas exposições de 10 min. Cada uma destas duas primeiras sessões do 4º dia não comportará mais de 6 exposições, por forma a permitir o diálogo no fim, durante 1 h. Um 5º e último dia (um domingo) será utilizado para uma visita de estudo facultativa a estações e museus.

Os interessados deverão remeter aos Secretariado as suas fichas de pré-inscrição (podem fotocopiar o modelo junto) o mais rapidamente possível. A 31 de Março de 1992, feita a selecção das comunicações e das intervenções finais, será elaborado um programa definitivo do Congresso, que será enviado a todos os inscritos.

Vítor Oliveira Jorge
Secretário Geral

Secretários-Gerais adjuntos para Espanha:

Rodrigo de Balbín Behrmann
Primitiva Bueno Ramirez

1º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR
Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e
Etnologia, 13 - 17 de Outubro de 1993

FICHA DE PRÉ-INSCRIÇÃO

(dactilografar ou preencher com maiúsculas)

Nome

Instituição (e posto que ocupa)

Endereço completo (para correspondência)

Telefone

É sócio da S.P.A.E.? Em caso afirmativo, nº Estudante?

Categoria: Auditor Participante com comunicação Neste último caso, indicar secção:
 I II III Participante com comunicação curta (4º dia), sessão matinal (ciências) ou
 metodologia/teoria Acompanhante

Tenciona participar na visita do 5º dia?

Título da comunicação proposta (contendo dados ou perspectivas inéditos sobre o tema):

Se for em colaboração, indicar co-autor(es)

Resumo (objectivo — evitar simples declaração de intenções ou enunciado vago):

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Palavras-chave: 1. 2. 3.

Se for a primeira comunicação de um jovem autor, juntar curriculum em página separada A4.

Remeter até 29 Fevereiro de 1992 para:

Secretariado do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia — Faculdade de Ciências

Praça Gomes Teixeira — 4000 Porto — Portugal

(Nos inícios de Abril de 1992 serão comunicados aos pré-inscritos a aceitação da comunicação, programa, preços, e demais detalhes). Os comunicantes terão acesso gratuito a todas as sessões de trabalho. Haverá preços especiais para estudantes e sócios da S.P.A.E.

1º CONGRESO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR PORTO, 13-17 OCTUBRE 1993

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
Faculdade de Ciências do Porto, Praça Gomes Teixeira, 4000 Porto, Portugal

A pesar de ser la Península una realidad cultural muy diferenciada, sin duda hay características comunes en nuestra visión del mundo ibérica, tanto hoy como en el pasado. Una Arqueología peninsular, que ha experimentado en las últimas décadas un avance metodológico notable, no dispone de un foro donde debatir cuestiones e intercambiar conocimientos que a todos nos interesan, más allá de fronteras políticas, administrativas u otras. Este es el objetivo que se proponen alcanzar los *Congresos de Arqueología Peninsular*, que ahora se inauguran con este de Oporto, y que, como esperamos, deberán reunir periódicamente a los colegas de toda la Península, en una de las principales ciudades ibéricas, publicando en seguida en su integridad los respectivos resultados (tanto comunicaciones, como debates), en el plazo aproximado de un año.

Además de los colegas directamente convidados, podrán ser candidatos a presentar una comunicación todos los arqueólogos — personas que hayan dirigido trabajos de campo y dispongan de *nuevos datos*, que *nunca deberán ser tratados de modo puntual o meramente descriptivo, sino planteando cuestiones de carácter más amplio* — que lo deseen, presentando para ello el título respectivo y un pequeño resumen de un mínimo de 5 y un máximo de 10 líneas. Los jóvenes investigadores que queiran comunicar su primero trabajo deberán enviar un *curriculum* abreviado de 1 pág. de A4 como máximo. La Secretaría dirigirá esas candidaturas a la Comisión Científica del Congreso, que integrará especialistas españoles y portugueses. Cada una de esas «sub-comisiones» hará una selección definitiva de las comunicaciones, juzgando: 1º — sí deben ser aceptadas para su presentación durante la reunión; 2º — se pueden ser aceptadas solo para publicación o, finalmente, 3º — si no interesan a los objetivos del Congreso. La Comisión Científica estará evidentemente constituida por personas competentes cuyo objetivo será tan solo asegurar la máxima calidad en su realización, funcionando como el «consejo editorial» de una revista. Se pretende reunir arqueólogos de *todas las instituciones, escuelas y perspectivas*, centrándonos en lo que más nos importa: el desarrollo de la Arqueología peninsular en un ambiente de diálogo, de forma que se facilite una transmisión de información que, actualmente, es uno de los factores mas importantes de progreso científico.

El Congreso funcionará en tres secciones simultáneas (I — Prehistoria y Proto historia; II — Arqueología Romana; III — Arqueología medieval y Pos-medieval), durante los primeros tres días (de miércoles hasta viernes), seleccionándose en cada sección, que será coordinada, en colaboración, por un arqueólogo portugués y otro español (miembros de la Comisión Científica), 5 comunicaciones para su presentación durante una mañana, y 6 para su presentación durante la tarde. Cada comunicación dispondrá de 30 minutos como máximo, de acuerdo con el siguiente horario: 9h. — 11,30h. — 5 comunicaciones, seguidas de 1 h. de debates; 12,30h. — 15h. — intermedio para el almuerzo; 15h. — 16,30h. — 3 comunicaciones, seguidas de 30 min. de debates y de un intermedio de más 30 min.; 17,30 — 19h. — 3 comunicaciones, seguidas de 30 min. de debates. Las sesiones comenzarán a la hora prevista y *no habrá alteraciones de última hora* (si un comunicante faltara ese espacio será utilizado para debates sobre los trabajos ya presentados). Así, al finalizar estos tres días se habrán presentado 33 comunicaciones en cada sección, cuyos textos, seguidos de una transcripción de las discusiones, serán publicados en las Actas del Congreso. El 4º día de los trabajos (un sábado) estará ocupado con tres sesiones plenarias: una *sesión matinal*, desde las 9h. hasta las 12h., que

tratará de las contribuciones de las ciencias naturales y exactas a la Arqueología (resultados obtenidos y perspectivas); una 2ª sesión entre las 15h. y las 17h., en que se abordarán cuestiones metodológicas y teóricas de la Arqueología peninsular y, finalmente, una sesión de clausura desde las 17, 30h. hasta las 19h., en la que los coordinadores de las diversas secciones harán un balance de los trabajos, presentando una síntesis de las principales cuestiones abordadas en los tres primeros días. Invitamos a los científicos peninsulares que hayan trabajado, o deseen trabajar, en colaboración con los arqueólogos, a intervenir en la sesión matinal del 4º día, a través de breves exposiciones de 10 min. cada una, y hacemos idéntica invitación a los colegas que deseen participar activamente en la primera sesión de la tarde, también a través de cortas exposiciones de 10 min. Cada una de estas dos primeras sesiones del 4º día no supondrá más de 6 exposiciones, para permitir un diálogo al final, durante 1 h. El 5º y último día (un domingo) será utilizado para una visita de estudio facultativa a yacimientos y museos.

Los interesados deberán remitir a la Secretaria sus fichas de pre-inscripción (modelo anexo, que se puede fotocopiar) lo más pronto posible. El 31 de Marzo de 1992, hecha una selección de las comunicaciones y de las intervenciones finales, será elaborado un programa definitivo del Congreso, que será enviado a todos los inscritos.

Vítor Oliveira Jorge
Secretário General

Secretarios-Generales adjuntos para España:

Rodrigo de Balbín Behrmann
Primitiva Bueno Ramirez

«Trabalhos de Antropologia e Etnologia»

Preçário

Vol. XI (1-2), 1947	1.800\$00
Vol. XI (3-4), 1948	1.800\$00
Vol. XII (1-2), 1949	2.000\$00
Vol. XII (3-4), 1950	2.000\$00
Vol. XIII (1-2), 1951	1.800\$00
Vol. XIII(3-4), 1952	1.500\$00
Vol. XIV (1-4), 1953-54	1.800\$00
Vol. XV (1-2), 1955	1.500\$00
Vol. XV (3-4), 1955-57	2.000\$00
Vol. XVI (1-4), 1958	1.800\$00
Vol. XVII (1.4), 1959	2.500\$00
Vol. XVIII (1-2), 1960-61	600\$00
Vol. XVIII (3-4), 1961-62	600\$00
Vol. XIX (1), 1963	500\$00
Vol. XIX (2), 1963	500\$00
Vol. XIX (3-4), 1964	600\$00
Vol. XX (1-2), 1965-66	1.000\$00
Vol. XX (3-4), 1967-68	800\$00
Vol. XXI (1-4), 1969	1.500\$00
Vol. XXII (1), 1971	500\$00
Vol. XXII (2), 1973	Esgotado
Vol. XXII (3), 1973	»
Vol. XXII (4), 1975	1.200\$00
Vol. XXIII (1), 1977	800\$00
Vol. XXIII (2-3), 1978	600\$00
Vol. XXIII (4), 1980	1.200\$00
Vol. XXIV (1), 1981	600\$00
Vol. XXIV (2), 1982	600\$00
Vol. XXIV (3), 1983	600\$00
Vol. XXIV (4), 1984	500\$00
Vol. XXV (1), 1985	500\$00
Vol. XXV (2-4), 1985	600\$00
Vol. XXVI (1-4), 1986	1.200\$00
Vol. XXVII (1-4), 1987	1.600\$00
Vol. XXVIII (1-2), 1988	1.600\$00
Vol. XXVIII (3-4), 1988	2.000\$00
Vol. XXIX (1-4), 1989	2.000\$00
Vol. XXX (1-4), 1990	2.000\$00
Vol. XXXI (1-4), 1991	2.000\$00
Vol. XXXII (1-4), 1992	3.000\$00
Índice geral dos vols. I a X	300\$00

